

**João Rafael Coelho Cursino dos Santos**



**A cultura como protagonista do processo de reconstrução  
da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP**

**São Paulo  
2015**



Universidade de São Paulo  
Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas  
Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História Social

**João Rafael Coelho Cursino dos Santos**

**A cultura como protagonista do processo de reconstrução da  
cidade de São Luiz do Paraitinga/SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências  
Humanas da Universidade de São Paulo como requisito  
parcial para obtenção do título de doutor em História.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra<sup>a</sup>. Marina de Mello e Souza

**São Paulo  
2015**

**Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.**

**Serviço de Biblioteca e Documentação**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo**

SS237c Santos, João Rafael Coelho Cursino dos  
A cultura como protagonista da reconstrução de São  
Luiz do Paraitinga / João Rafael Coelho Cursino dos  
Santos ; orientadora Marina de Mello e Souza. - São  
Paulo, 2015.

420f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras  
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.  
Departamento de História. Área de concentração:  
História Social.

1. História. 2. Historia da Cultura. 3.  
Historiografia. 4. Cultura. 5. Cultura Popular. I.  
Mello e Souza, Marina de , orient. II. Título.

# FOLHA DE APROVAÇÃO

---

João Rafael Coelho Cursino dos Santos

## **A cultura como protagonista do processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de doutor em História.

### **Banca Examinadora:**

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Marina de Mello e Souza (orientadora)

Instituição: FFLCH/USP –SP Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Elias Thome Saliba

Instituição: FFLCH/USP –SP Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio

Instituição: FFLCH/USP –SP Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Nelson Schapochnik

Instituição: FE/USP –SP Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Rachel Duarte Abdala

Instituição: DH/UNITAU –SP Assinatura: \_\_\_\_\_



## **Dedicatória**

---

Ao meu recém-chegado filho, Tom,  
à minha esposa, Luciane,  
aos meus pais, João Bosco e Ana Maria,  
aos voluntários da reconstrução,  
e a toda população de  
São Luiz do Paraitinga/SP.

## Agradecimentos

---

Nestes anos da elaboração da tese construí, conjuntamente ao texto, uma história de gratidão a um enorme número de pessoas e instituições que foram fundamentais para consecução deste trabalho. Gostaria de deixar o profundo agradecimento a todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para a elaboração desta pesquisa. Em especial:

Toda minha família, especialmente meus pais, esposa e, agora, filho. Aliás, a chegada do Tom na finalização da tese, tornaram também as madrugadas de estudo muito mais alegres.

Todos professores, funcionários e colegas de estudo da Universidade de São Paulo. De forma ainda mais especial minha orientadora, Professora Doutora Marina de Mello e Souza. Seu zelo pela orientação transcende o texto, as discussões teóricas e metodológicas e me complementa como indivíduo mais consciente da importância da cultura em nosso país.

Ao apoio incondicional de meus colegas de trabalho, principalmente, pela constante paciência com minhas ausências e inquietações causadas pela pesquisa.

Aos funcionários da secretaria de Pós-Graduação e da Biblioteca Central da FFLCH/USP, pelo constante e eficiente atendimento.

Aos professores: dr. Marcos Francisco Napolitano de Eugênio e dr. José Carlos Sebe Bom Meihy pelas contribuições fundamentais da banca de qualificação.

A todos funcionários da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, especialmente aos ligados à Cultura e ao Planejamento: Cristiane Bittencourt, Netto Campos, Leandro Barbosa, Natália Moradei e Eduardo Coelho. Vocês foram fundamentais no auxílio de minha pesquisa, mas, principalmente, deixaram um grande exemplo de dedicação à causa da reconstrução.

A todos funcionários do Arquivo do Estado de São Paulo, CAPH/USP, Diocese de Taubaté, Paróquia São Luiz de Tolosa, e todos os outros museus, arquivos, instituições e bibliotecas pesquisadas.

Aos inúmeros profissionais dedicados à reconstrução da cidade. O contato com os membros do IPHAN, CONDEPHAAT, Governo do Estado de São Paulo, Governo Federal, pesquisadores universitários e repórteres foi de aprendizado constante.

Aos AMIgos da AMI-SLP, pelo trabalho empreendido pela cidade e pelo auxílio e incentivo em diversas fases da pesquisa, especialmente Luiz Egypto, Haydée Ivo, Rosa Ivo, Dani, Antônio Carlos e demais membros.

Aos membros da família Santos, integrantes do Instituto Elpídio dos Santos, pelo zelo com a cultura luizense e pela causa abraçada da reconstrução da cidade.

Aos membros da Akarui pelo brilhante trabalho de sustentabilidade ecológica do município e constante dedicação à recuperação da cidade.

Muitos amigos foram muito importantes, contudo, alguns nomes não poderiam deixar de serem citados pois foram revisores, coautores, avaliadores... Muito obrigado Thar Ferreira, Marco Rio Branco, Rodolfo Santana, Thiago Júdice, Fábio Agripino, Expedito, Maria de Lourdes e João Felipe Viterbo, Judas Tadeu de Campos, Murilo Prado, Negão dos Santos, Galvão Frade, Públio Athayde, Daniel Messias, Felipe Marangoni, Kadu, Márcio, Valentim, Érica Coelho, dr. Jayme Fontoura, Suzana Salles, Benito Campos, César di Lascio, Betão Aguiar, Renato Frade, Neila Giovaneti e Paulo Baroni.

Finalmente, de maneira mais especial ainda, aos luizenses que enfrentaram a tragédia com muita garra e orgulho por lutar pela sua identidade. A energia que isso transmitiu é algo, sinceramente, inexplicável!

*Queremos agradecer  
Um a um que ajudou  
Venha nos dar as mãos  
Que muita coisa sobrou  
Nossa cultura está viva  
Essa a água não levou*

Ditão Virgílio  
contador de histórias luizense  
Excerto do Cordel: “A enchente”  
de 15/02/2010

## Listas de imagens

Figura 1 – Vista parcial do núcleo urbano de São Luiz do Paraitinga – destaque para este convívio deste núcleo com o rio Paraitinga.....	86
Figura 2 – Centro histórico inundado em 1º de janeiro de 2010. ....	93
Figura 3 – Destaques da inundação .....	94
Figura 4 – Centro histórico.....	95
Figura 5 – Praça Dr. Oswaldo Cruz.....	95
Figura 6 – Mercado Municipal. ....	96
Figura 7 – Igreja Matriz São Luiz de Tolosa.....	96
Figura 8 – Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga em 8 de janeiro de 2010.....	97
Figura 9 – Estrada de acesso à Cachoeira Grande – bairro do Faxinal, no município de Lagoinha, próxima a divisa de São Luiz do Paraitinga. ....	99
Figura 10 – Mercado Cursino: comércio da família interdito no dia 06/01/2010 .....	114
Figura 11 – Queda da segunda torre.....	122
Figura 12 – Igreja Matriz de São Luís do Paraitinga destruída após enchente em 2010... ..	122
Figura 13 – Igreja Matriz após a construção da 2ª torre.....	124
Figura 14 – Bote transportando resgatados para o outro lado da cidade no dia 03/01/2010. ....	139
Figura 15 – Bote auxiliando no transporte de alimentos e água.....	140
Figura 16 – Rua Monsenhor Ignácio Gióia no dia 3 de janeiro de 2010.....	144
Figura 17 – População salva imagens da Igreja Matriz.....	145
Figura 18 – Rua Monsenhor Ignácio Gióia dia sete de janeiro de 2010. ....	146
Figura 19 – Prédio da cadeia em destaque no canto superior esquerdo .....	159
Figura 20 – Governador José Serra observa situação de documentação cartorial de São Luiz do Paraitinga em 06/01/2010.....	164
Figura 21 – Placa de identificação do CERESTA.....	174
Figura 22 – Estudo preliminar do CONDEPHHAT.....	193
Figura 23 –Residencial CDHU Monsenhor Tarcísio Castro Moura – setembro de 2010. ....	196
Figura 24 – Interior do Instituto Elpídio dos Santos – Memorial da Reconstrução. ....	198
Figura 25 – IPHAN mapeia área que será preservada.....	198
Figura 26 Carnaval de 2008.....	207
Figura 27 – Desfile de bonecões do Carnaval de São Luiz do Paraitinga em 2009.....	210
Figura 28 – Cartaz divulgação festival.....	212
Figura 29 – Apresentação de música durante o festival de Marchinhas de 2010 no SESC Pompéia. ....	213
Figura 30 – Bloco da Maricota, Carnaval 2009: destaque Galvão Frade e Suzana Salles.....	214
Figura 31 – Público do Carnaval de 2009- Praça Dr. Oswaldo Cruz.....	216
Figura 32 – População sai as ruas durante o Carnaval de 2010 – Bloco do Caipira. ....	218
Figura 33 – Luizenses e a miscigenação simbólica nos estandartes durante o Carnaval de 2010. ....	218
Figura 34 – Missa da novena de 2010, celebrada pelo Padre Gracimar Cardozo. ....	228
Figura 35 – Império do Divino de 2010. ....	229
Figura 36 – Preparação do afogado da festa do Divino de 2010 no Mercado Municipal. ....	230
Figura 37 – Foto de Elpídio dos Santos em encarte de produção musical do filme “Jeca Tatu” de Amácio Mazzaropi (1965). ....	237

Figura 38 – Elpídio dos Santos recebe o diploma no Conservatório Paulista de Canto Orfeônico – Teatro Municipal de SP (1960). .....	243
Figura 39 – Partitura original manuscrita por Elpídio dos Santos.....	249
Figura 40 – Escombros da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa em 5 de janeiro de 2010....	256
Figura 41 – Interior da Igreja Matriz preparada para missa em novembro de 2010. ....	258
Figura 42 – Documentos da cápsula do tempo. Destaque prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle e Ary Guimarães – filho de Romillo Guimarães. ....	259
Figura 43 – Concepção artística do projeto de construção da nova Matriz. Arquiteta Lúcia Verno – Projeção de janeiro/2012. ....	265
Figura 44 – Igreja Matriz em janeiro de 2014. ....	267
Figura 45 – Prédio escolar destruído em 3 janeiro de 2010. ....	269
Figura 46 – Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro. ....	270
Figura 47 – Prédio da Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gióia em 06/2012. ....	274
Figura 48 – Sede da nova biblioteca em construção. ....	275
Figura 49 – Construção de muros de contenção. ....	281
Figura 50 – Público do carnaval de 2012. ....	298
Figura 51 – Banner de divulgação Skol Folia – 2013. ....	302
Figura 52 – Banner de programação Skol Folia – 2013. ....	302
Figura 53 – Igreja é reinaugurada com características idênticas a original. ....	310
Figura 54 – Reconstituição do teto original da Matriz em contraste com paredes modernas. ....	311
Figura 55 – Autoridades políticas e eclesiásticas na inauguração da Matriz. ....	311
Figura 56 – Dona Antônia Silva. ....	320
Figura 57 – Dona Lourdes Claudino dos Santos. ....	331
Figura 58 – Antônio Carlos Osório Nunes. ....	342
Quadro 1 – Conselhos existentes em São Luiz do Paraitinga. ....	177
Tabela 1 – Produção cafeeira na Província de São Paulo em 1836.....	70
Tabela 2 – População luizense 1836/1940 .....	77
Tabela 3 – Precipitação pluviométrica na bacia do Paraitinga em dez/2009 e janeiro 2010 .....	91
Tabela 4 – Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil – 1980 a 2010.....	98
Tabela 5 – População total urbana e rural de São Luiz do Paraitinga – 1950-2000.....	99

## Lista de siglas e abreviaturas

---

AMBEV – Companhia de Bebidas das Américas

AMI-SLP – Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga/ AMI São Luiz.

ANOREG/SP – Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo

AVADAN – Avaliação de Danos do Sistema Nacional de Defesa Civil

CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

CERESTA – Centro de Reconstrução do Patrimônio de São Luiz do Paraitinga.

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado

DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica

FFLCH – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas

FID – Fundo Estadual de Recursos dos Interesses Difusos

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FNPM – Fundação Nacional Pró-Memória

GAEMA – Grupo de Atuação Especial de Defesa do Meio Ambiente

INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas

ITESP – Fundação de Terras de São Paulo

MINC – Ministério da Cultura

OAB/SP – Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo

ONG – Organização não governamental

PCH – Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas

PMETSLP – Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga

SINDEC – Sistema Nacional de Defesa Civil.

UNESP – Universidade do Estado de São Paulo

UNITAU – Universidade de Taubaté

USP – Universidade de São Paulo

## Resumo

---

A cidade de São Luiz do Paraitinga, localizada no Vale do Paraíba, estado de São Paulo, nos primeiros dias do ano de 2010, foi atingida pela maior inundação de sua história. As  guas do rio Paraitinga subiram aproximadamente doze metros acima de seu leito habitual, causando a destruição de grande parte do patrimônio histórico arquitetônico e causando diversos prejuízos   população atingida.

O processo de reconstrução da cidade foi marcado por ter a cultura local como protagonista que, em diversas situações obrigou o poder público e os órgãos de preservação do patrimônio histórico a reverem projetos pr -concebidos e contemplar a identidade local como objetivo primordial.

Para estudar a cultura popular protagonizando o processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga, primeiramente apresentei o lugar que a memória e as manifestações da cultura popular têm na construção da identidade da cidade. Diretamente envolvido no processo que também era meu objeto de estudo, coletei uma rica documentação que, com minha vivência, fundamentou a análise apresentada. Nela, ressalto o lugar central que o modo de viver dos moradores ocupou em diferentes momentos ligados à tragédia ocorrida, às ações voltadas para a retomada da normalidade e   reconstrução do que havia sido destruido. A experiência trouxe contribuições relevantes não só para a vida pública de São Luiz do Paraitinga, como para a reflexão acerca das situações resultantes de tragédias que alteram a vida de cidades, transformando completamente seu cotidiano e envolvendo ações e relações excepcionais de órgãos públicos, entidades coletivas e da população.

**Palavras-chaves:** patrimônio histórico, patrimônio cultural, cultura, identidade cultural, cultura popular.



## Abstract

---

The city of Sao Luiz do Paraitinga, located in the Paraíba Valley, State of Sao Paulo, in the first days of calendar year 2010, was hit by the biggest flood in its history. The waters of the river Paraitinga rose about twelve meters above its usual riverbed, causing destruction of a great portion of the architectural heritage and causing several damages to the affected population.

The process of reconstruction of the city had the local culture in a leading role since in various situations the government and agencies responsible for national heritage preservation were forced to review pre-designed projects and contemplate the identity of that community as an essential goal.

In order to study this leadership of popular culture in the process of rebuilding São Luiz do Paraitinga, I first brought up the significance that memory and expressions of popular culture have for the identity of the town. Directly involved in the process, which was also my object of study, I collected rich documentation that along with my experience justified the analysis presented. In that analysis, I highlight the main role that people's lifestyle played in different moments which are linked to the tragedy that occurred, to the actions taken to return to normality and to the reconstruction of what had been destroyed. The experience brought significant contributions, not only to the people of Sao Luiz do Paraitinga, but also to the understanding of situations resultant from disasters that change the living conditions in cities, completely transforming its daily routines as well as the practices of governmental and collective agencies and the population.

**Keywords:** architectural heritage, cultural heritage, culture, cultural identity, popular culture.

## Résumé

---

La ville de São Luiz do Paraitinga, situé dans la vallée de la rivière Paraíba, État de São Paulo, dans les premiers jours de 2010, a été frappée par le plus grand déluge de son histoire. Les eaux de la rivière Paraitinga ont augmenté d'environ douze mètres au-dessus de son lit habituel, provoquant la destruction d'une grande partie du patrimoine architectural et causant plusieurs dommages à la population touchée.

Le processus de reconstruction de la ville a été marqué par la culture locale ayant un rôle principal dans diverses situations. Le gouvernement et les organismes responsables de la préservation du patrimoine national ont été forcés à revoir les projets préconçus et contempler l'identité de cette communauté comme un objectif essentiel.

Pour étudier la culture populaire comme protagoniste dans le processus de reconstruction de São Luiz do Paraitinga, d'abord j'introduis l'endroit où la mémoire et les manifestations de la culture populaire ont à construire l'identité de la ville. Directement impliqué dans le processus qui était aussi mon objet d'étude, je collectionnais une riche documentation que, avec mon expérience, est présentée comme base de l'analyse. Dans ce document, je souligne la place centrale que le mode de vie des résidents détenus à différents moments liés à la tragédie, les actions visant à la reprise de la normalité et de la reconstruction de ce qui avait été détruit. L'expérience a apporté des contributions importantes, non pas seulement pour des gens vivants à Sao Luiz do Paraitinga, mais aussi à l'observation au cours de situations résultant de catastrophes qui modifient les conditions de vie dans les villes, transformant complètement leur vie quotidienne ainsi que les pratiques des agences gouvernementales et collectives et de la population.

**Mots-clés** : patrimoine architectural, patrimoine, culture, identité culturelle, culture populaire.

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	<b>13</b>
O envolvimento pessoal com o tema .....	16
A memória como referência dos projetos da reconstrução.....	21
A força local da cultura popular .....	28
A cidade das “mil festas” .....	38
<b>1 São Luiz do Paraitinga e sua história</b> .....	<b>46</b>
1.1 As primeiras tentativas de ocupação do território luizense .....	51
1.2 O início da história oficial da cidade .....	59
1.3 A “invenção” do poderio cafeeiro luizense .....	68
1.4 O desenvolvimento pelo turismo e o choque causado pela catástrofe.....	74
<b>2 A inundação de 1º de janeiro de 2010</b> .....	<b>84</b>
2.1 O impacto da enchente no cotidiano da comunidade.....	104
2.2 A experiência pessoal e a comparação com catástrofes simultâneas.....	113
2.3 A simbólica queda da Igreja Matriz.....	121
2.4 A importância do <i>rafting</i> no salvamento e as primeiras iniciativas de recomeço:	137
<b>3 A reconstrução: proposta de uma nova cidade</b> .....	<b>154</b>
3.1 As primeiras iniciativas do Estado.....	156
3.2 A criação do CERESTA e dos conselhos municipais.....	174
3.3 O tombamento do patrimônio material e imaterial da cidade.....	178
<b>4 A cultura popular na reconstrução da cidade</b> .....	<b>202</b>
4.1 Fortalecimento das festas populares .....	203
4.2 O Carnaval das Marchinhas de 2010 .....	206
4.3 A festa do Divino Espírito Santo de 2010 .....	220
4.4 A musicalidade e a retomada de um ícone da cultura local .....	232
<b>5 A relação da população com os projetos institucionais da reconstrução</b> .	<b>252</b>
5.1 A reforma da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa .....	254
5.2 A reconstrução do prédio do Grupo Escolar.....	268
5.3 Propostas para prevenção das cheias e a polêmica do muro de contenção: .....	279
5.4 As dificuldades dos moradores .....	284
<b>6 A percepção do protagonismo da cultura</b> .....	<b>293</b>
6.1 O caso “Skol Folia” de 2013: a afirmação dos luizenses do “novo” papel da cultura na reconstrução .....	296
6.2 A reinauguração da Igreja Matriz: o fim de um ciclo da reconstrução.....	306
<b>7 A história de vida de três luizenses: a tragédia contada por óticas diferentes</b> .....	<b>3155</b>
7.1.1 História de Vida: dona Antônia da Silva.....	3188
7.1.2 Depoimento de Antônia da Silva.....	3200
7.1.3 História de Vida: dona Lourdes Claudino dos Santos.....	330

7.1.4	Depoimento de Lourdes Claudino dos Santos.....	331
7.1.5	História de Vida: dr. Antônio Carlos Osório Nunes.....	341
7.1.6	Depoimento de Antônio Carlos Osório Nunes.....	342
7.2	As histórias de vida como representação da coletividade.....	3644
<b>8</b>	<b>Considerações finais .....</b>	<b>369</b>
<b>9</b>	<b>Referências .....</b>	<b>374</b>
<b>10</b>	<b>Anexos.....</b>	<b>390</b>
10.1	Entrevistas realizadas durante a pesquisa .....	390
10.1.1	Temáticas.....	390
10.1.2	Histórias de vida .....	396
10.2	Relatório final da Defesa Civil Nacional sobre a inundação de 06/01/2010. ....	402
10.3	Pauta da primeira reunião de integração das equipes de trabalho na reconstrução. Coordenada pelo Prof. Dr. José Xaides de Sampaio Alves (UNESP) – em 23/01/2010. 408	
10.4	Decreto de implantação do CERESTA – 14/05/2010 .....	409
10.5	Ata da audiência pública da Igreja Matriz – 01/10/2010.....	410
10.6	Relatório de Investimentos Públicos na Reconstrução da cidade no ano de 2010 412	
10.7	Exemplo de atas dos Conselhos: Conselho de patrimônio reunião de 12/04/2012 417	
10.8	DVD: Vídeo da Queda da Igreja Matriz.....	418
10.9	Áudio com as músicas da proposta de escuta do Capítulo 4 (Item 4.4) .....	419

## Apresentação

---

*“Fisicamente habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória.” (José Saramago)<sup>1</sup>*

Cada vez mais, a historiografia tem privilegiado e aprofundado os estudos e as situações relativas à cultura nas mais diversas localidades, inclusive a historiografia brasileira. Diversos campos correlatos têm alcançado mais espaço entre os estudos históricos. Só para citar alguns exemplos: estudos sobre costumes, mentalidades, micro história e cotidiano estão assumindo posições de destaque nas principais universidades, editoras e meios de comunicação.

Além de esses campos estarem, finalmente, alcançando um espaço muitas vezes ignorado no decorrer da história, os tradicionais conceitos para se discutir a História Cultural como identidade, memória, cultura popular, oralidade, entre outros, exigem aprofundamento e verdadeiro “repensar”, provando existir nova situação dentro da disciplina História.

Como saber quando uma disciplina ou campo de conhecimento mudam? Uma forma de responder é: quando alguns conceitos irrompem com força, deslocam outros ou exigem reformulá-los. Foi isso o que aconteceu com o “dicionário” dos estudos culturais. Aqui me proponho a discutir em que sentido se pode afirmar que hibridização é um destes termos detonantes<sup>2</sup>

Néstor Canclini é um dos diversos autores que inserem as discussões sobre cultura – na maioria das vezes entendida como algo isolado, dentro de realidades específicas – em conexão com os mais amplos processos de relações sociais, políticas e econômicas globalizadas no mundo do século XXI. A cultura sai, cada vez mais, de um papel quase ilustrativo, “acessório”, assumindo funções primordiais dentro das análises sobre os mais diversos fatos históricos da contemporaneidade e do passado.

---

<sup>1</sup> SARAMAGO, José. Palavras para uma cidade. In: Companhia das Letras. *O Caderno* – Textos escritos para o blog. Setembro de 2008. Dia 15. Disponível em <<http://www.companhiadasletras.com.br/trecho.php?codigo=12845>>. Acesso em 6 de outubro de 2015.

<sup>2</sup> GARCÍA CANCLINI, Néstor. Introdução à edição de 2001 – As culturas híbridas em tempo de globalização. In: GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p. XVII.

Estudar a cidade de São Luiz Paraitinga e buscar inseri-la como exemplo da importância e do avanço dos estudos sobre cultura na historiografia brasileira acabou se tornando o objetivo deste trabalho que foi motivado, infelizmente, por uma grande tragédia. Contudo, se o episódio causou grandes perdas materiais, também tem mudado completamente a percepção dos luizenses para valorizar sua cultura, sua identidade, seu espaço de forma positiva.

O ano de 2010 começou em nossa região Sudeste sob fortes chuvas. Particularmente no Estado de São Paulo, registrou-se o maior índice de precipitação pluviométrica desde 1943 quando se iniciaram os registros<sup>3</sup>. O município de São Luiz do Paraitinga foi atingido pela força de uma grande enchente, de violência sem precedentes em sua história conhecida. Uma conjunção de fatores provocou a tragédia, felizmente sem perda de vidas humanas.<sup>4</sup> O Rio Paraitinga, que corta toda cidade, incluindo seu centro histórico, subiu quase 12 metros acima de seu nível normal. As fortes chuvas e a enchente danificaram casarões seculares e deixaram um cenário de destruição e lama<sup>5</sup>. Dos 426 imóveis tombados pelo patrimônio histórico existentes no centro urbano, 18 foram arruinados e 65 seriamente afetados – os demais sofreram avarias de menor monta.<sup>6</sup>

Seguindo informações coletadas pela pesquisadora e então secretária de planejamento da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, Cristiane Bittencourt<sup>7</sup>, nos termos da Avaliação de Danos – AVADAN<sup>8</sup>, documento oficial que deve ser encaminhado ao Governo do Estado e ao Governo Federal para fundamentar os decretos de calamidade pública, 5050 pessoas ficaram desalojadas, 95 pessoas desabrigadas e cerca de 11.000 pessoas, entre

---

<sup>3</sup> O jornal O Estado de São Paulo, na edição de 27 de janeiro de 2010, na página de abertura, traz como notícia: “Em cada cinco cidades do estado, uma é vítima das enchentes” *apud* YOKOI, Zilda Márcia; BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *São Luiz do Paraitinga: dever de memória e prática de cidadania*. Projeto de história oral sobre o trauma causado pelas enchentes de 2010. Universidade de São Paulo: Laboratório de estudos sobre intolerância, núcleo de estudos em História Oral, 2010.

<sup>4</sup> Houve uma morte acidental em deslizamento de terra na zona rural. É importante sempre ressaltar a importância dos processos de salvamento realizados pelas equipes de *rafting*, que retiraram mais de 300 pessoas de bote durante a inundação. Entre essas pessoas, idosos, enfermos e crianças que dificilmente conseguiriam se safar, haja vista a tomada pela água de suas casas, em muitos casos, integralmente.

<sup>5</sup> Em 30 de dezembro de 2009, choveu 187 mm na bacia a montante do trecho que corta a cidade.

<sup>6</sup> Dados disponibilizados no CERESTA (Centro de Reconstrução do Patrimônio de São Luiz do Paraitinga) – órgão criado pela Prefeitura Municipal e que conta com a participação de vários segmentos envolvidos na reconstrução da cidade.

<sup>7</sup> BITTENCOURT, Cristiane. *São Luiz do Paraitinga – 1 de janeiro de 2010: uma cidade e seu povo em situação de risco*. Artigo do acervo pessoal da autora, 2012.

<sup>8</sup> Documento de AVADAN. SINDEC (Sistema Nacional de Defesa Civil). Disponível no CERESTA.

essas, luizenses e visitantes, foram afetadas com as enchentes. O mesmo documento registra danos em edificações, na infraestrutura pública, danos ambientais, prejuízos econômicos e prejuízos sociais, ocasionados pela grande cheia.

Ainda seguindo a pesquisa de Bittencourt<sup>9</sup>, e segundo informações do DAEE<sup>10</sup>, diversos fatores contribuíram para o evento crítico: impermeabilidade do solo, provocado pela saturação do solo devido às chuvas intensas em todo o ano de 2009 e, especialmente, pelas chuvas do final de ano; índices elevados de chuvas a montante da cidade, na Bacia do Rio Paraitinga, e elevado índice de chuvas na Bacia do Rio do Chapéu, que deságua no Paraitinga a jusante da cidade e forma barragem natural ao processo de vazão das águas; e ausência de mata ciliar para colaborar na permeabilidade das águas das chuvas e retardar o processo de vazão natural ao longo de toda a bacia hidrográfica.

Afora arrasar ou danificar imóveis tombados<sup>11</sup> da cidade, a enchente destruiu a maior parte dos arquivos dos prédios públicos, religiosos e particulares, com perda de documentos, fotografias, livros, cadernos de anotações e bens pessoais, entre outros elementos constitutivos do conjunto compreendido pela memória social de uma comunidade. A tragédia comprometeu parte importante do patrimônio histórico e cultural da cidade.

São Luiz do Paraitinga ficou, por algumas semanas, com o poder político e econômico completamente esfacelado. Todos os órgãos públicos e privados de destaque foram atingidos: prefeitura, todos os cartórios, o fórum e todos os bancos. O turismo foi também paralisado, além de aproximadamente noventa e cinco por cento do comércio da cidade ter ficado sem funcionar por mais de um mês. É inegável que, para a população de forma geral, a impressão era de que a cidade se acabara.

Praticamente sem comando político e com a economia paralisada, é muito interessante observar que nos discursos então divulgados era central a ideia da necessidade urgente de reerguer um dos maiores patrimônios culturais do Estado de São Paulo, quiçá do Brasil.

---

<sup>9</sup> BITTENCOURT, 2012.

<sup>10</sup> Informações do DAEE em audiência pública de 12 de março de 2010, realizada a pedido do GAEMA – Regional do Vale do Paraíba. Documentos disponíveis no CERESTA.

<sup>11</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Livro do Tombo Histórico: inscrição nº. 200, p. 51, 18/08/1982. Centro Histórico: Processo 22066/22, Tomb.: Res. 55 de 01/05/1982, Diário Oficial de 28/05/1982.

Políticos de destaque nacional das mais variadas vertentes, líderes de grandes conglomerados comerciais – como FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), por exemplo, artistas, canais de televisão, rádio, mídia impressa, eletrônica e muitas pessoas comuns também se fizeram presentes instantaneamente, cobrando atitudes e deixando solidariedade para esta ideia de retomada de uma vida pautada em padrões tão diferentes do restante do mundo moderno e globalizado.

A cidade se transformou em um canteiro de obras e em uma espécie de laboratório intelectual a céu aberto rapidamente. São Luiz do Paraitinga já estava em processo de tombamento nacional pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e, mesmo com o abalo em seu patrimônio, o processo se acelerou dentro da nova política de tombamento por área e não mais por unidades, o que tem garantido a reconstrução mais sustentável.

É obvio que ninguém desejaria o que aconteceu; contudo, aos poucos, a reconstrução de São Luiz do Paraitinga já vem demonstrando que, em diversos aspectos, podemos vislumbrar uma cidade melhor do que antes. E é nisso que a população tem se agarrado cada dia mais. Ficam as perguntas: se São Luiz do Paraitinga não tivesse toda esta importância cultural e histórica, existiria uma mobilização de tal proporção? Qual o destaque que devemos dar à cultura na história recente de São Luiz do Paraitinga em tal circunstância? Mais do que isso, a cultura foi realmente protagonista no processo de reconstrução após a catástrofe?

### **O envolvimento pessoal com o tema**

Fica difícil expressar o quanto esta pesquisa tem constituído realização de um sonho pessoal, proporcionando, conjuntamente, um aprendizado ímpar no ofício de historiador e de pesquisador, de forma mais ampla, e nos resultados que ela pode transferir diretamente à comunidade à qual ela se relaciona. Estudar o processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP após a trágica inundação do rio Paraitinga no ano de 2010 tem permitido a percepção do quanto nossos estudos e nossas pesquisas, aliados aos dos companheiros de interesses de diversos campos do conhecimento, são fundamentais em quaisquer momentos da história e, sobretudo, se destacam nos momentos de crise.



A experiência de reconstruir uma cidade tem provocado indagações, questionamentos que extrapolam imensamente os limites desta cidade de apenas pouco mais de 10.000 habitantes, provocando-nos reflexões sobre planejamento urbano, políticas públicas de preservação<sup>12</sup>, entre outros temas pertinentes a diversas realidades.

Todos luizenses e frequentadores viveram uma situação totalmente ímpar: mais do que uma tragédia material imensa, enfrentou-se o risco de morte durante a inundação. Foi necessário contabilizar os estragos causados na vida pessoal e da cidade como todo, bem como providenciar a reorganização dos projetos de vida de seus habitantes e da própria cidade para o futuro. Confesso que não pensava à época, em hipótese alguma, passar por situação parecida em minha vida e, muito menos, estudá-la.

Na verdade, durante o mestrado, pesquisando a Festa do Divino Espírito Santo<sup>13</sup>, já lidei com uma difícil situação, pelo menos em minha opinião: a proximidade com o tema da pesquisa, não só por laços de interesse como de convívio mesmo. Entretanto, isso passou a ser um instigante desafio metodológico.

Cresci na cidade de São Luiz do Paraitinga participando e aprendendo com as diversas manifestações populares, de um modo de vida diferenciado, muito diferente da que encontramos em nosso mundo atual, ligado à identidade coletiva, escutando suas bandas de música popular, as apresentações dos grupos folclóricos e sendo devoto do Espírito Santo. Ao investigar essas mesmas manifestações, que sempre exerceram sobre mim grande fascínio, não encarei aquela tarefa apenas como desafio profissional, mas como verdadeiro deleite. Contudo, movido pelo desejo de prosseguir com as reflexões iniciadas na graduação, passando pelo mestrado, sempre ligadas à temática da cultura popular, gostaria de me distanciar um pouco da realidade de minha cidade, pensando em um projeto de doutorado que se desenhava mais próximo de continuar os temas que sempre estudei, porém, buscando novos campos de atuação e maior distanciamento da minha experiência pessoal.

Continuar os estudos sobre o papel do Rei do Congo na Festa do Divino, aproximando-me ainda mais da História da África era um objetivo bastante forte e, com um projeto

---

<sup>12</sup> São Luiz do Paraitinga foi tombada como patrimônio nacional pelo IPHAN em 2011.

<sup>13</sup> SANTOS, João Rafael C. C. dos Santos. *A festa do Divino de São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. Dissertação de mestrado. Departamento de História Social da FFLCH-USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

de pesquisa quase pronto, eis que chega o dia 1º de janeiro de 2010 e, por questões bastante óbvias, tendo minha casa, comércio da família e quase toda a cidade em que vivo inundada, fui obrigado a abandonar o projeto inicial e me dedicar a uma reorganização da vida pessoal e da cidade.

Aliás, adiar este projeto do doutorado era algo fácil de resolver; afinal, eu havia perdido todo meu acervo pessoal, ficando sem material mínimo para a pesquisa e precisava, antes de mais nada, reorganizar minha vida econômica. De fato, a perda de meu acervo pessoal não significava praticamente nada, haja vista que a cidade toda perdia não só documentos, arquivos, imagens, mas via monumentos como a Igreja Matriz São Luiz de Tolosa – com uma função simbólica muito forte – desabar e tinha preocupações muito mais importantes naquele momento, como a reconstrução de vidas de muitas pessoas que ficaram sem nenhum pertence e sem nem mesmo habitação.

Passaram-se pouquíssimos momentos de muito desespero e o discurso que surgiu na cidade, da necessidade de recomeçar, e a força adicional que se recebeu das pessoas que trouxeram diversas formas de solidariedade transformaram aquele ambiente devastado em verdadeiro campo de reconstrução de edificações e de ideias. Como sempre, devemos buscar o lado bom das dificuldades. Chegavam rapidamente inúmeros projetos ligados às principais universidades, órgãos de representação de classe (engenheiros, arquitetos, médicos, entre outros), passou-se a ver aquele momento como uma situação ímpar em que se poderia reorganizar um espaço, agora com mais planejamento e vislumbrando uma vida melhor para aquelas pessoas.

O que chamou muito minha atenção naquele momento foi a percepção de que uma cidade pode perder tudo, mas não perde sua cultura, principalmente quando consideramos a cultura imaterial e ela pode se transformar na força motriz do recomeço. Foi o que aconteceu a partir de 2010 em São Luiz do Paraitinga. Acabei, primeiramente como cidadão luizense, e depois, mesmo com minha ainda curta experiência como historiador, sendo convidado para participar dos conselhos que se formavam para definir os novos padrões do cuidado com o patrimônio histórico, das prioridades da reconstrução, sempre como membro da sociedade civil luizense, não vinculado a nenhum órgão público, mas tendo a oportunidade de estar em contato com todos os grupos que se envolveram neste processo de reconstrução. Aos poucos,

e sem perceber muito, todas as minhas reflexões e pesquisas – como a de participar da elaboração do Inventário do Patrimônio Material e Imaterial para o tombamento pelo IPHAN da cidade de São Luiz do Paraitinga/SP – voltaram aos temas percorridos durante o mestrado e às reflexões sobre a cultura popular na contemporaneidade, agora, contudo, com essa nova situação, da reconstrução.

Um ano depois, meados de 2011 e, literalmente, com “vida nova”, não tive dúvidas quanto ao desafio de que muitos já me indagavam: o de voltar a estudar São Luiz do Paraitinga/SP. Agora, além do desafio da proximidade ainda maior com o tema, lidar com um assunto diretamente ligado ao tempo presente. Na verdade, não conseguia imaginar como não modificar meu projeto de pesquisa, pois parecia que a necessidade de registrar tudo que acontecia, entrevistar aquelas pessoas naquele momento histórico e me conectar às discussões e reflexões de diversos pesquisadores era quase uma obrigação profissional como historiador local. E tornou-se uma tarefa muito empolgante.

Por isso mesmo, não encontrei outra forma de iniciar este texto, que de forma alguma representa o ponto final desta pesquisa, a não ser explicando essa questão da motivação estritamente particular, com um texto bastante pessoal, indissociável dela.

O percurso até a produção do texto do doutorado tem sido bem diferente do que executei no mestrado e que acredito ser o mais usual. Tive que lidar com a constante mudança de foco pelas transformações do próprio processo estudado e, principalmente, surgiu uma necessidade muito maior de reconstituir o máximo possível de um acervo que havia se perdido. Sentir a possibilidade de ação na prática a partir das reflexões empreendidas se tornou algo também muito motivador.

Este texto traz muitas reflexões sobre os temas em questão, mas gostaria que fosse também um aliado no papel de registro bibliográfico. No capítulo 6, acabei adotando a publicação da história de vida dos luizenses. Poderia ser apenas uma fonte para que eu utilizasse trechos, passagens que respondessem às necessidades da presente pesquisa. Porém, em minha avaliação, o material era tão importante que precisava ser passado à frente para poder ser referência de novos pesquisadores. Fica adicionada a este desafio pessoal do envolvimento com o tema, essa utilização da tese para contribuir com o ressurgimento de uma base documental perdida na enchente de 2010 do rio Paraitinga.

Também achar um ponto de parada neste trabalho, visto que se trata de um estudo do tempo presente, passou a ser um desafio gigantesco. A reinauguração da Igreja Matriz no ano de 2014 teve um impacto simbólico tão forte na comunidade, assim como sua queda, que pareceu o fechamento de um ciclo, o início da “nova São Luiz do Paraitinga” e do “novo” papel da população nesta comunidade. As conclusões presentes no final do trabalho adotaram essa baliza temporal; contudo, é bom ressaltar ser este um trabalho que representa apenas um primeiro passo em uma discussão que pode e deve ser ampliada e travada com novos trabalhos que vêm surgindo sobre a reconstrução, em diversos campos do conhecimento: arquitetura, planejamento, urbanismo, geografia, ecologia, psicologia entre muitos outros.

Foram necessárias muitas leituras e busca de referências teóricas a todo instante nessas diversas áreas do conhecimento; porém, o incentivo da orientadora para que fosse privilegiada a pesquisa, a empiria prioritariamente, pela especificidade do tema, permitiu coletar um acervo documental que hoje seria muito diferente se eu não houvesse priorizado as entrevistas com as pessoas no “calor dos acontecimentos”.

Tem sido muito necessário – e um prazer muito grande – participar ativamente de um processo de reconstituição e de ressignificação da memória de uma comunidade. A História Oral surgiu como metodologia primordial para servir como base para a reconstituição<sup>14</sup> ou, ao menos, a aproximação de muitos registros que se perderam. Mas não apenas como um trabalho “arqueológico”, de reconstituição e, sim, de recuperação de referências para repensarmos o presente e o processo de reorganização da vida de uma comunidade. As atas de diversas reuniões, conselhos, publicações de artigos de pesquisadores, reportagens e análises sobre os acontecimentos, que surgiam logo após a inundação e que continuam sendo produzidos, surgiram como verdadeiros “tesouros” e foi necessário dedicar-me intensamente ao registro e organização deste material que hoje constitui a base documental deste trabalho.

A pesquisa ainda apresenta muitos conflitos em como lidar com a relação entre o rigor acadêmico necessário para um doutoramento e um tema que apresenta necessidade tão grande de devolução social. O desafio constante e mesmo um temor de saber transitar na tênue linha exigida entre o distanciamento e a análise de um pesquisador que estuda a sua

---

<sup>14</sup> Atente-se que se trata sempre de um processo de reconstrução a partir do presente, de seus interesses e anseios.

realidade, e que teve sua vida pessoal inteira diretamente atingida pelo que se tornou seu tema de pesquisa, deixou de ser um entrave e passou a ser um incentivador neste processo.

Não só por esse mesmo motivo, mas principalmente por ele, sou muito grato, mais uma vez, à minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marina de Mello e Souza, minha principal incentivadora, que teve seu trabalho redobrado para tirar um pouco dessa paixão exacerbada, fazendo que eu pudesse refletir mais sobre meu objeto e enxergasse melhor suas próprias dificuldades, que, aliás, continuam presentes. Devo, na verdade, à abertura da Universidade de São Paulo, mas, principalmente, à árdua defesa de diversos professores deste departamento de História, a oportunidade de realizar um projeto que alie a produção de conhecimento acadêmico à atuação prática.

Sinto a ausência do Prof. Dr. Nicolau Sevcenko neste momento final, mas espero ter caminhado na trilha de seu incentivo constante, aliás, desde a graduação, em almejar prosseguir trabalhando com a cultura popular luizense e demonstrar ser um pesquisador que partilha de signos e se considera constituinte daquela identidade estudada. As considerações, na qualificação do Prof. Dr. José Carlos Sebe Bom Meihy e do Prof. Dr. Marcos Napolitano deram novo rumo e estruturam este trabalho dali em diante de forma também fundamental.

Desta forma, espero que esta pesquisa possa trazer resultados positivos não só na vida daqueles diretamente envolvidos com a reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga, mas permitir reflexões que auxiliem no papel fundamental que a cultura pode exercer nas definições e nos caminhos de planejamento de uma comunidade.

### **A memória como referência dos projetos da reconstrução**

Uma das primeiras dificuldades para iniciar esta pesquisa foi definir qual o caminho metodológico a ser utilizado. Em uma situação em que a documentação local estava seriamente danificada, acredito ser fundamental refletir um pouco sobre o papel exercido pela memória nesse processo e o privilégio da documentação da História Oral como opção de trabalho. A partir de entrevistas com as pessoas envolvidas no processo, tanto da comunidade como membros dos órgãos envolvidos na reconstrução, em diálogo com a produção documental que surgia, seja a partir de reportagens, atas dos conselhos municipais, das audiências públicas, a pesquisa foi encontrando uma referência documental que seria fundamental e que era construída durante o processo de estudo.

No primeiro capítulo, buscarei destacar elementos da história de São Luiz do Paraitinga, pois foi justamente este movimento de reafirmação da história local, fortalecimento da identidade, a base primordial de apoio para sua população começar a se organizar. Trata-se de um exercício de relembrar, reconstituir momentos nesse processo. Com a necessidade de reconstrução e com a dificuldade que se constituía o trabalho de ressignificar uma memória coletiva e utilizá-la como sustentação de uma nova versão da história local, tornou-se necessário aprofundar o entendimento de memória adotado.

Com toda certeza, acontecimentos históricos nunca farão sentido por si próprios, afinal, só incorporamos conceitos em nossa experiência sensitiva se isso vier acompanhado de significados e símbolos de identificação para nós. A memória representa a reprodução de um passado que guardamos, porém sempre preservado de uma forma especial. Simbologias presentes no cotidiano de uma cidade que sempre celebra festas populares, símbolos culturais, patrimônio material e principalmente imaterial são fundamentais para perpetuar significados coletivos entre os que a vivem e dela participam.

Retomei como base nesta pesquisa o argumento de Halbwachs<sup>15</sup> quando diz que a memória individual, embora exista e possua suas especificidades, só se comprova a partir do grupo em que foi constituída e necessita de ser confirmada a todo instante pela sociedade. Halbwachs rompe a ideia de um tempo privilegiado e estável onde se desdobrariam todos os fenômenos humanos. Há sempre que se considerar um tempo coletivo em consonância ao individual e movido pelos questionamentos do momento vivido por todas as pessoas.

Acaba se chegando a uma consciência que jamais estará fechada sobre si mesma. A memória constituída não é algo semelhante no decorrer da história, pois está sujeita a “invenções” típicas da construção da memória coletiva e acredito que não houve tempo na história de São Luiz do Paraitinga onde mais se remeteu à história da cidade e a um suposto passado áureo do que no período pós a inundação de 2010.

Jean Duvignaud, comentando o mesmo texto de Halbwachs, atenta para algo também bastante claro no processo aqui estudado: uma distinção entre a “memória histórica” formada pelos fatos do passado construído a partir do presente, e a “memória coletiva” que traz um

---

<sup>15</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

aspecto mais mágico a esse mesmo passado.<sup>16</sup> A cidade tem vivido um processo em que a construção dessa memória coletiva acaba influenciando diretamente a história do local no qual se realiza. Todas políticas públicas adotadas parecem necessitar escutar antes qual o discurso dos luizenses, das pessoas envolvidas com a comunidade. Depois, aquelas políticas serão executadas com o fim de valorização cultural ou com intenções mais voltadas aos interesses políticos – essa será uma discussão importante a ser feita em várias análises dos documentos ligados à reconstrução – não deixam de ratificar a importância da memória coletiva nas escolhas e direções tomadas.

Uma cidade que sempre se prepara para festas grandiosas como a do Divino Espírito Santo, do carnaval, festas juninas, de santos, entre outras celebrações de diversas motivações, tem se pautado sempre por um ponto comum: o envolvimento da comunidade como todo e a relação – muitas vezes tensa – com as principais instituições, como a Igreja e a Prefeitura, nos remetendo ao momento em que Halbwachs mostra que “tanto uma guerra como uma cerimônia, são fatos únicos em seu gênero, pelos quais a existência de um grupo é sempre modificada.”<sup>17</sup>

Para acontecer tal modificação existencial, é necessário que uma série de imagens que atravessam as consciências individuais se coloquem sob o ponto de vista do grupo para, aí sim, se consolidarem e se constituírem em eventos ordinários na história dos próprios grupos onde acontecem. Daí essa nova situação deixa de ser apenas impressão pessoal e passa a se apoiar na memória histórica – uma nova construção do passado a partir da realidade presente.<sup>18</sup>

No capítulo 1 voltarei à história da cidade e, mais especificamente, ao momento de maior destaque da produção cafeeira no Vale do Paraíba paulista e fluminense para discutirmos justamente a questão da invenção de uma tradição que dará um suporte ainda maior ao discurso das pessoas, da necessidade de reconstruir rapidamente o patrimônio histórico de São Luiz do Paraitinga. Um discurso que será muito bem assimilado por pessoas que inclusive não são da cidade. Apesar de a produção cafeeira local não ser especialmente significativa em termos numéricos, exerceu na construção da memória desta cidade a possibilidade

---

<sup>16</sup> Jean DUVIGNAUD. Prefácio. *In* HALBWACHS, 2004: 10-11.

<sup>17</sup> HALBWACHS, 2004: 61.

<sup>18</sup> HALBWACHS, 2004: 65.

de se pertencer a uma localidade com um passado rico, reconhecido e que, agora no momento de crise, passa a ser ainda mais fundamental e urgente.

A memória, é sempre importante atentar, constitui algo sempre altamente seletivo, funcionando com mecanismo de esquecimentos programados, onde os fatos que ganham mais destaque são justamente aqueles em que a comunidade como todo se destaca. Parece que, quase instantaneamente, não mais se discutia em São Luiz do Paraitinga seus momentos mais difíceis na história, na sua economia. Com a situação de superação que se precisava enfrentar, ganhava cada vez mais força um discurso já muito forte, de que não se poderia deixar de lutar por uma cidade de um passado tão rico, de tanto destaque e que, agora, corria o risco de simplesmente desaparecer. A “nova memória coletiva local” transformou-se numa das principais ferramentas de sustentação desse processo e tem chamado muito a atenção, inclusive, o quanto aumentou o número de pessoas que não possuíam tanta ligação com a vida cultural da cidade e passaram a assumir o discurso cultural conjuntamente com aqueles que já faziam isso corriqueiramente antes da inundação.

Acredito que, em um momento de crise, mais que nunca, algumas pessoas que já exerciam algum papel de destaque na comunidade, como os mestres das folias, das congadas, exerceram papel muito importante na questão da memória coletiva. Sempre reafirmando valores que são da superação, da fé inabalável, acredito que fizeram jus à discussão de David Lowenthal que afirma em seu texto as especificidades da memória e sua relação com a história, atentando para a importância de determinadas pessoas dentro de sua constituição. Apesar de se constituir sempre a partir de um sentimento coletivo, como discutido acima, é importante relativizar e mostrar a memória como algo também individual e parcial, em que determinadas pessoas têm mais autonomia que outras, selecionando fatos de acordo com suas vontades.<sup>19</sup>

Podemos assim afirmar a memória como um sistema autônomo que mais articula a realidade do que a reflete. Acredito só ser necessário alertar, como aponte logo acima, que a memória não é algo absolutamente individual. Ela possui, sim, um limite importante jus-

---

<sup>19</sup> LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In: *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História: Projeto História – trabalhos de memória*. São Paulo, número 17, novembro de 1998.



tamente por partir do individual, porém, é extremamente necessária uma espécie de legitimação coletiva para confirmar e ligar suas lembranças aos fatos históricos. Muitas vezes, a participação pessoal do indivíduo nos acontecimentos importantes da história é exagerada pela sua ânsia de participar ativamente em sua constituição. Inclusive, as entrevistas que fiz foram fundamentais para sustentar essa defesa do papel da memória nesse processo.

Acredito que a forma mais clara para unir a comunidade local em um discurso em torno da força da cultura luizense e da importância disso como suporte da superação da destruição configurou-se a partir da memória. Consegue-se legitimar o indivíduo com sua identidade local. Citando o próprio Lowenthal, constitui-se a partir de então uma identidade da coletividade como grupo social, ou mesmo um país: “Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos”.<sup>20</sup>

Néstor Canclini mostra como a memória pode ser o meio com o qual esses sujeitos conseguem reafirmar a si e o quanto a cidade de São Luiz do Paraitinga constitui um palco privilegiado para esta argumentação:

A comemoração se torna uma prática compensatória: se não podemos competir com as tecnologias avançadas, celebremos nosso artesanato e técnicas antigas; se os paradigmas ideológicos modernos parecem inúteis para dar conta do presente e não surgem novos, reconsagramos os dogmas religiosos ou os cultos esotéricos que fundamentaram a vida antes da modernidade<sup>21</sup>.

Gostaria de ressaltar o quanto devemos buscar sempre na história as lições das dificuldades e retirar dela os pontos em que se avançou, em que se refletiu mais sobre suas escolhas, seus caminhos, em vez de ficar constantemente ressaltando os pontos negativos.<sup>22</sup> Desta forma, a memória tem estabelecido um ponto de partida para se buscar uma visão do passado, entretanto reafirmando sempre a situação do presente. O autor José Carlos Sebe

---

<sup>20</sup> LOWENTHAL, 1988: 83.

<sup>21</sup> GARCÍA CANCLINI, 2003: 166.

<sup>22</sup> A cidade de São Luiz do Paraitinga tem sofrido muito com a espetacularização da catástrofe. Da mesma forma que imagens como a emblemática queda da Igreja Matriz foram fundamentais para se constituir uma rede de solidariedade e demonstrar o grau da dificuldade que aquelas pessoas passavam, agora, em 2015, a cidade já retomou a maioria de suas atividades, mas, na maior parte das vezes, ainda é mostrada na televisão, internet, jornais impressos, a partir das imagens da destruição e não da reconstrução. Lembrando a importância do turismo na economia da cidade, não é difícil supor que basear-se em imagens de destruição não se torna uma boa estratégia para atrair pessoas para seus eventos e suas atividades.

demonstra essa especificidade da memória na seguinte afirmação: “Memórias são lembranças organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais”<sup>23</sup>.

Citando o próprio historiador José Carlos Sebe, gostaria de dizer que a aplicação da metodologia de trabalho da História Oral<sup>24</sup> foi fundamental e primordial nesta pesquisa. Adotei duas de suas metodologias nas entrevistas que realizei e que se tornaram a fonte primordial do trabalho: a história de vida e a história temática.

Não tinha como deixar de realizar a investigação dos impactos da inundação na vida das pessoas; em perguntas que poderiam ser diretas e temáticas, contudo, só através da história pessoal daqueles atores, de qual memória remetia-se e de qual São Luiz do Paraitinga se falava, foi possível cruzar respostas e chegar a algumas conclusões preliminares que, poderão ser aprofundadas por outras análises nos próximos anos.

Um primeiro ponto comum que já podemos retirar das entrevistas realizadas trata-se justamente do destaque dado pelas pessoas às celebrações e à retomada da vida cultural de São Luiz do Paraitinga.

Comecei a se preocupar muito quando me falaram em 2010 que o festeiro do Divino, seu Antonio Salles, não iria realizar a festa daquele ano, afinal a festa depende de doações e como ele ia pedir para as pessoas que perderam tudo. Mas, graças a Deus, ele foi iluminado pelo próprio Divino e con-

---

<sup>23</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 4ª edição, maio de 2002. pg 54-55.

<sup>24</sup> Continuo a utilizar a metodologia de Meihy (2002) detalhada em seu manual de História Oral, como forma de trabalho e como uma das principais fontes documentais da pesquisa que tem sido a realização de entrevistas. Baseando-se na concepção da História Oral proposta por Meihy, constitui-se uma metodologia de trabalho em que se realiza a entrevista e, primeiramente, ocorre o processo de transcrição, tentando não perder signos importantes a partir de recursos de pontuação, da manutenção de interjeições e expressões reveladoras do repertório do colaborador, sendo muito mais que uma “simples” transmissão absoluta de um texto oral para o escrito. Feita a transcrição de todas as entrevistas, passa-se a suprimir as questões que eu fizera ao colaborador. Consegue-se imprimir um caráter textual e narrativo ao material recolhido. Assim, por fim, seguindo uma sequência cronológica, mas não sendo pautada por rigidez absoluta, trabalhei com o processo de transcrição com a totalidade do material recolhido. Nesse processo que nega totalmente a possibilidade de neutralidade de quem faz a pesquisa, não se busca o utópico “fato legítimo”, mas a experiência.

tinuou e as pessoas o ajudaram. Tivemos uma festa grandiosa logo em seguida à enchente e aquilo nos mostrou que estávamos passando por uma grande dificuldade em nossas vidas, mas que com fé tudo vai dar certo.<sup>25</sup>

A investigação transformou-se num desafio interessante partir da base histórica do município e tendo a história oral como metodologia primordial. Pela sua característica de estar muito mais ligada ao mundo do popular que aos documentos oficiais e privilegiando a memória como fonte de busca, foi possível analisar a catástrofe do ponto de vista, prioritariamente, do tempo presente e conectada à referência histórica local estabelecida na memória daquelas pessoas sobretudo. A busca prioritária passou a ser inserir estes fatos específicos, da inundação e da reconstrução, ambos do presente, em uma temporalidade mais ampla, para sua melhor compreensão.

Como bem questionava Jean Pierre Rioux em seu trabalho metodológico “Pode-se fazer uma história do presente?”<sup>26</sup>, seria como aproximar metodologicamente a história do presente à análise em longa duração, mas motivada e marcada pela contemporaneidade:

[...] pode ser o presente objeto de história? Como de fato inscrever um presente fugaz na construção, ou reconstrução, necessariamente temporal ou retroativa, que elabora o historiador confrontando suas hipóteses de trabalho com a dura realidade da documentação e do arquivo recebidos? Avançando um pouco a reflexão, percebe-se que essa dúvida remete a uma inquietação propriamente filosófica: o presente tem sua chance diante de uma longa duração que parece ser – toda a obra de um Fernand Braudel foi construída em cima desse “parece” – a verdadeira modulação e a respiração vital do devir humano?<sup>27</sup>

A busca pela metodologia que possa viabilizar o fazer da história de hoje e do próximo ancorada na historicidade que levou a determinadas decisões, só pode se desenvolver, possivelmente, a partir daquele que talvez seja o centro das inquietações a respeito deste tipo de história: a subjetividade, com a qual tendo a lidar mais como aliada, que como entrave. Contudo, nem por privilegiar os depoimentos, os fatos contemporâneos, a vivência e o envolvimento com o tema na atualidade, é possível deixar de ir à história dita “oficial” e buscar

<sup>25</sup> Entrevista com o senhor Luiz Toloza de Gouvêa, conhecido como Luiz do Ugolino, nascido em 1935, no dia 22 de junho de 2012. Luizense de nascimento e morador de um sobrado da Praça Dr. Oswaldo Cruz que foi muito afetado pela inundação, ele só retornou para sua casa em fevereiro de 2013.

<sup>26</sup> RIOUX, Jean Pierre. “Pode-se fazer uma história do Presente”. In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p. 39-50.

<sup>27</sup> RIOUX, 1999: 40.

elementos que auxiliem nessa visão que se constrói em meio ao processo no qual a própria população, a todo instante, busca se referenciar por passagens de sua história. E isso, em muito, assentado numa tradição de valorização de um passado áureo justamente pela identidade fortalecida e construída a partir de simbologias de um município conhecido pelo seu histórico colonial e assentado nas tradições da cultura popular como principal forma de sociabilidade.

Durante o processo de reconstrução, é muito comum escutarmos das pessoas entrevistadas que São Luiz do Paraitinga “sempre foi um município muito rico” e que essa aventada importância econômica exigiria uma reconstrução mais rápida. Jaelson Trindade aponta em sua pesquisa sobre São Luiz do Paraitinga justamente esse papel de “entreposto comercial” exercido pelo Vale do Paraíba como todo no momento histórico por ele tratado, especificamente o final do século XVIII e início do XIX<sup>28</sup>. Mas que, não deixando de ser muito importante, é bastante diferente da clara riqueza assumida pelas pessoas. Aproximando-nos do final do século XVIII, o próprio Jaelson classifica essa região valeparaibana como a “mais importante da capitania”<sup>29</sup>, não correspondendo a uma real riqueza material, mas, nem por isso, deixando de ser muito importante no processo de constituição da identidade histórica rica que será fundamental nos momentos de crise que a cidade enfrentou, como no caso da inundação, pautando a constituição de uma memória coletiva muito forte e referenciada por todos.

### **A força local da cultura popular**

Cultura será sempre uma palavra chave neste trabalho. Cultura é algo vivo, pulsante, e não possui centro, limite ou fronteira. Falo isso porque sempre reafirmando o papel da cultura luizense especificamente, versando sobre um pequeno município paulista, posso acabar passando uma imagem sobre a realidade de uma cultura estritamente local, quando a ideia de toda essa pesquisa é justamente a oposta. O principal objetivo que se configurou foi o de refletir sobre qual o espaço da cultura nos discursos históricos e na sua relação com os interesses políticos e econômicos em quaisquer ambientes e situações em que ela possa ter

---

<sup>28</sup> TRINDADE, Jaelson Bitran. No caminho do Paraitinga. In: SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo. *São Luiz do Paraitinga* – Publicação nº02 – São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1977.

<sup>29</sup> TRINDADE, 1977: 7.

exercido papel de maior destaque que costumamos confiar ou creditar a partir do caso da inundação de São Luiz do Paraitinga.

No espaço daquela cidade, encontramos, de forma privilegiada, os indícios de como não podemos simplesmente delimitar, classificar de forma rígida a cultura popular. Grupos afirmam suas concepções a partir de símbolos, representações coletivas. É a formação da identidade coletiva e da memória coletiva que já venho afirmando ser o ponto primordial de saída.

Com a mesma importância, é a partir da forma, das intenções com que nos dirigimos às situações desse objeto específico, e de seu cotidiano, que chegamos a um contexto cultural mais amplo e a seus múltiplos momentos, agora pensando essa identidade coletiva de forma mais ampla e que acaba se referenciando no momento atual da reconstrução.

Ao nos aproximarmos da cultura popular, quaisquer sejam os espaços, lidamos com valores ligados à autenticidade, à integridade. Tudo isso se opõe totalmente às questões homogeneizantes da modernidade. A realidade luizense expressa com clareza esse papel do popular na contemporaneidade. E não parece ser obra do acaso que a situação de uma cidade com esse aspecto cultural tão forte tenha chamado mais a atenção da mídia, da política, do que de cidades que sofreram grandes desastres naturais no mesmo momento que Paraitinga. No estado do Rio de Janeiro – com destaque para Angra dos Reis – e em diversas cidades no Nordeste, sobretudo no estado de Alagoas, 2010 foi também um ano trágico a partir de fortes inundações. Veremos no capítulo 2 deste trabalho que muitas destas cidades têm tido muito mais dificuldades em se recuperar do que o pequeno município luizense e que isso se justifica pela importância exercida pela cultura popular no cotidiano luizense.

Entender o motivo desta atenção diferenciada tem sido uma pergunta mais que fundamental. O espaço privilegiado de ação que a cultura local possui na cidade, praticamente sendo a única saída para o município superar a tragédia nos primeiros dias da catástrofe de 2010, baseando sua ação no modo de vida diferenciado e pautado sempre na coletividade, em uma situação específica de paralisia das principais instituições governamentais locais, salvando vidas e solucionando em comunidade os inúmeros desafios que se apresentavam. O processo inicial vai reafirmar um reconhecimento exterior que se segue com a chegada de ajuda externa e reorganização das instituições locais e a criação de um discurso de necessidade de reconstruir São Luiz do Paraitinga.

O capítulo 3, aliás, será palco de discussão das primeiras iniciativas do Estado a serem implementadas na cidade, do processo de tombamento nacional do município e da percepção por parte das entidades públicas, incluindo pesquisadores e técnicos envolvidos na reconstrução, da necessidade de entender o patrimônio material a ser reconstruído na cidade de São Luiz do Paraitinga em consonância com o patrimônio imaterial local. Não fará sentido buscar caminhos que não respeitassem a cultura local, a regionalidade daquele modo de vida bastante específico e que, na iminência de desaparecimento desta sociabilidade por toda aquela destruição causada pela inundação, passasse a ser finalmente tão valorizado pelos mesmos órgãos públicos que deveriam proteger esse patrimônio há muito tempo e mesmo ter precavido muitos dos impactos da inundação.

Parece que a destruição material que a cidade luizense enfrentou em 2010 reafirmou ainda mais que todas as manifestações culturais deste mundo “moderno e globalizado” não podem mesmo ser simplesmente encaradas como “sobrevivências”, contrapostas, agora, a uma nova realidade homogeneizante do dito mundo desenvolvido. Afinal, qual o interesse desse mundo na recuperação de uma cidade que representa uma espécie de “anticaminho” ao progresso econômico e material?

Durante o ano de 2010, no auge das incertezas da destruição causada pela enchente do rio Paraitinga, as principais festas populares locais acontecerão com ainda mais força e participação popular. Ícones da história cultural local, como o músico e compositor Elpídio dos Santos serão retomados pela própria comunidade em processo de autovalorização. Estaremos em um processo no qual a própria comunidade assumirá como bandeira de reconstrução a valorização das suas representações simbólicas constituintes daquela memória coletiva discutida há pouco.

O capítulo 4 deste trabalho buscará detalhar especificamente o carnaval e a Festa do Divino Espírito Santo de 2010 e identificar elementos que comprovem a força advinda daquelas manifestações. Em torno de tais festividades populares será fortalecido o ambiente de coesão social e de encorajamento sobre uma capacidade de superação da crise a partir de práticas comunitárias agregadoras e fortalecedoras da identidade própria, contudo, sempre pautada na força coletiva da própria comunidade. A retomada da história local já vai demonstrar para os próprios luizenses que a cultura popular enfrentou e se adaptou a inúmeros momentos de adversidades no próprio município, demonstrando, em diversas situações, a

capacidade de superação e de adaptação típica da cultura popular. Se a inundação de 2010 se colocou como um dos principais marcos de destruição da história da cidade, era a partir da sua principal riqueza local, a sua histórica atuação cultural, o ponto de referência fundamental para se pensar em reorganização e reconstrução.

É fundamental buscar entender cada “processo cultural”, como define Néstor Canclini<sup>30</sup>, em seu tempo e a partir de suas transformações. A chamada cultura popular luizense, mais que resistência, ou algo único, com absoluta certeza, interage e se transforma com as modificações de toda a sociedade, inclusive fora do território luizense. Com o advento do crescimento do turismo que já estava em voga e, agora, com o processo da reconstrução da cidade e o diálogo com diversas frentes exteriores, esse processo fica ainda mais evidente.

Ao invés de buscar um discurso que mostre o contraponto, é importante ressaltar a necessidade de os discursos históricos ampliarem seu campo de ação, privilegiando essas diversas, porém, concomitantes realidades. Canclini define isso muito bem: “Narrar histórias em tempos globalizados, mesmo que seja a própria, a do lugar em que se nasceu ou em que se vive, é falar para os outros, não apenas contar o que existe, mas também imaginá-los fora de si.”<sup>31</sup>

Quero deixar bem claro estar fazendo defesa de uma realidade que, já de antemão, adota um discurso bastante aberto no próprio campo conceitual de cultura popular. A grande questão está na relação entre as diferentes comunidades e práticas culturais e no choque entre a modernidade e um modo de vida diferenciado como o da cidade de São Luiz do Paraitinga, observar os impactos que isso provoca em ambos os lados. O global e o local não estão em oposição, muito pelo contrário.

Quando Martha Abreu<sup>32</sup> adota o termo cultura popular como o que consegue abarcar em seu interior um grupo constituído, em sua maioria, por pessoas das camadas mais baixas da população, mantenedoras de uma série de manifestações perpetuadoras de tradições como a de louvor ao Divino Espírito Santo – seu tema de investigação – deixa claro a dificuldade de definição direta do que é cultura popular, mas mostra um caminho por onde o próprio

---

<sup>30</sup> GARCÍA CANCLINI, 2003.

<sup>31</sup> GARCÍA CANCLINI, 2003a: 48.

<sup>32</sup> ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira / São Paulo: Fapesp, 1999, p. 27-29.

grupo impõe, pelas suas características singulares, sua diferenciação social; do que gosto muito como referência:<sup>33</sup>

Conceito que emerge na própria busca do como as pessoas comuns, as camadas pobres ou populares (ou pelo menos o que se considerou como tal) criavam e viviam seus valores e, no caso, as manifestações festivas, considerando sempre a relação complexa, dinâmica, criativa e política mantida com os diferentes segmentos da sociedade: seus próprios pares, representantes do poder, setores eruditos e reformadores.<sup>34</sup>

Sobre essa questão específica da definição do grupo produtor de cultura popular, constantemente retomo discussões ministradas ainda no curso do mestrado pelo professor Nicolau Sevcenko, em que se abre um horizonte verdadeiramente novo em uma cidade singular como São Luiz do Paraitinga, não representando apenas aquele embate direto de tradição versus modernidade. A cidade permite a identificação do popular por suas manifestações presentes tanto em momentos de celebrações, de festas, mas também, no dia a dia da comunidade. Seus novos códigos sempre vão sendo criados e ressignificados. A cultura popular possui lógica diferenciada, possui espaço de atuação próprio, código de simbologias e concepções singulares e tempo específico.

Não podemos esquecer que sempre foi controversa a definição de cultura popular. Segundo Martha Abreu ele vem sendo utilizado desde o século XVIII em diversos contextos e, na maioria das vezes, envolvendo juízos de valor e atendendo a interesses muitas vezes ligados a questões políticas, idealizações e teorias a que servem prioritariamente determinadas argumentações.<sup>35</sup>

No caso específico de São Luiz do Paraitinga, podemos vislumbrar os diversos usos nem sempre consensuais deste conceito e que acabam por limitá-lo. É muito comum um uso de cultura popular para definir manifestações ligadas ao folclore local, como as apresentações de congadas, moçambiques, folias e manifestações das festas populares. E também para definir representações prioritariamente advinda das camadas mais pobres, menos letradas,

---

<sup>33</sup> Buscar avançar a discussão da conceituação teórica do termo cultura popular que adoto como referência para este trabalho foi algo que causou bastante inquietação pela própria especificidade da temática. Embora não seja um objetivo entrar em uma discussão teórica sobre esse termo neste trabalho específico, acabei adotando este conceito de Martha Abreu como conduta principal.

<sup>34</sup> ABREU, 1999: 28-29.

<sup>35</sup> ABREU, Martha. Cultura popular, um conceito e várias histórias. *In*: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. *Ensino de História, Conceitos, temáticas metodologias*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2003.



em uma espécie de contraponto a manifestações consideradas eruditas. Poderia ainda ser pensada como algo que fugisse dos modismos da cultura de massa, homogeneizante da contemporaneidade, em perspectiva de contraponto.

Nenhuma dessas definições, entretanto, acaba possibilitando perspectiva que não se transforme em simplista e limite a própria amplitude do conceito que a historiografia tem buscado, questionado e desenvolvido. Novamente, no caso específico de São Luiz do Paraitinga, quando eu falo em cultura popular, penso em algo que abarca o modo de vida da comunidade de forma mais ampla. Um cotidiano marcadamente agregador e pautado no coletivo. Não há divisões, pré-requisitos para se participar das manifestações populares, tampouco a busca pela gênese das tradições. É um modo de vida bastante dinâmico e, por sinal, sempre em constante transformação.

Quando Roger Chartier faz duas ressalvas sobre o conceito de cultura popular em sua obra *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*<sup>36</sup>, novamente, fica bastante evidente, ao pensar o caso luizense, a necessidade de alerta sobre um caminho que pode levar a definição de cultura popular incurrir em dois outros riscos. Primeiro, de estarmos buscando delimitar um grupo social a partir de conceito estranho a eles, que não fazem esta distinção de pertencimento a algum grupo específico. Segundo, o de assumir a postura idealista que pensa uma espécie de “idade romântica” quando a cultura era algo pouco influenciado pela modernidade ou pela ideia de erudição.<sup>37</sup>

Em sua história, a cidade luizense nunca teve separação muito clara de algum grupo que pudesse ser classificado como contraponto à elite dita dominante. Sua história é a de um município marcado pela pobreza e pela atuação da coletividade para solucionar problemas comuns e referentes à cidade como conjunto. Não há projeto de hierarquização e mesmo de impedimento de participação popular. Tampouco a cidade pode ser considerada ainda uma realidade isolada e desconectada das transformações do mundo moderno.

Nestor Canclini, aliás, ainda atenta sobre a inexistência da dita modernidade que seja algo homogêneo em espécie de contraponto à cultura que estaria isolada e representasse o popular. Ele defende exatamente estarmos inserido no contexto que sempre foi marcado por

---

<sup>36</sup> CHARTIER, Roger, “Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, n.16, 1995.

<sup>37</sup> CHARTIER, 1995: 177 a 180.

tensões e contradições e que práticas culturais sempre tiveram processo de trocas e influências com diversos segmentos sociais.<sup>38</sup> A história de São Luiz do Paraitinga trará exemplos de tentativas de interrupções de manifestações populares dentro da festa do Divino, do carnaval local, mas, em momento algum, se conseguiria imprimir algum objetivo de controle efetivo e de grande modificação na forma de vida destas pessoas. A maioria das manifestações que não aconteceram oficialmente eram praticadas pelas pessoas em espaços diversos e retomadas posteriormente na história do município.

As tensões sociais na reconstrução pós a enchente de 2010 não representaram a disputa de um grupo social local versus tentativas de impor soluções a partir de grandes centros. Pelo contrário, o que se buscou foi identificar justamente o papel que essa comunidade desempenhou ao demonstrar que todas as decisões precisavam ser entendidas e definidas consoante um modo de vida que possuía seus próprios signos, mas que estava em constante processo de transformação e influenciando e sendo influenciado pelo aquilo que vinha de fora.

No capítulo 5 desta tese estarão especificamente alocados os principais pontos de divergências que surgiram entre a comunidade local e as instituições ligadas a reconstrução – nos anos de 2010 a 2014 – na definição de conceitos e condutas para reformas de prédios simbólicos para aquelas pessoas, como foi o caso da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa e do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro. Em ambos os casos, contanto, a ideia de embate não será profícua no entendimento do tema proposto se partirmos de uma intenção na qual a comunidade e os gestores estivessem como em lados opostos e em uma espécie de disputa de forças. Os consensos alcançados destas situações de divergências específicas que veremos a frente e, principalmente, as trocas culturais constantes entre estes dois polos presentes na reconstrução serão cruciais e muito mais reveladores da busca de um papel que a cultura popular local exerceu – e ainda exerce – no processo da reconstrução da cidade.

Martha Abreu também destaca a necessidade de romper esse limite do discurso da compreensão da cultura popular pautada em uma espécie de contraponto aos grupos de poder da sociedade. É muito mais que isso. A autora utiliza como referência o pioneiro e sempre

---

<sup>38</sup> GARCIA CANCLINI, 2003a: 126-129.

atual estudo de Peter Burke: “*Cultura Popular na Idade Moderna*”, em que esse autor identifica o espaço do popular na Europa de 1500 a 1800, fugindo das limitações que pudessem incorrer em um caminho homogeneizante ou de oposição entre erudito ou popular, buscando identificá-lo em diversos momentos das relações sociais, inclusive entre esses dois grupos.<sup>39</sup>

Há sempre possibilidade mais profícua de entendimento entre as interações e relações dos diversos segmentos sociais que na oposição entre eles. Pensar o ambiente social de um município pequeno como São Luiz do Paraitinga marcado por diversas festividades com participação da comunidade de forma integrada não permite imaginar separação social, mas caminhos de interação e de trocas culturais entre indivíduos.

Quando falo, neste trabalho, em cultura popular luizense, refiro-me à representação de uma cidade que congrega práticas tradicionais – que não são estáticas – em total interação com o que vem de fora. Seja pelos desafios do turismo, das tentativas de intervenção ora por instituições religiosas, ora pela administração pública nas festividades locais, não se busca simplesmente o impacto da modernidade sobre o que ali se faz. Há continuidade de produção cultural por parte daquela comunidade que muda, é modificada e transforma a própria modernidade. Não se trata de fenômeno de disputa de pesos distintos entre a cultura popular e a modernidade, porém de processo de hibridização, com a manutenção e mesmo reforço das identidades locais naquele ambiente.<sup>40</sup>

Se estamos no interior de uma festa tradicional como a do Divino Espírito Santo, não há sentido em pensar em um grupo que a mantivesse e estivesse isento da influência dos interesses comerciais que a festa hoje propaga. Da mesma forma, não podemos negar mesmo na sociabilidade luizense divisões da sociedade em diferentes grupos, como dominantes e dominados em alguns momentos históricos. Não se vislumbra a busca de manifestações de um grupo específico, dito popular, mas a amplitude das relações existentes entre a atuação dos populares com os outros participantes daquele contexto. Há situações nas quais os diferentes grupos interagem, anulando temporariamente distâncias sociais e se unindo em torno dos mesmos valores. Isso ocorre com muita frequência nas festas populares.

---

<sup>39</sup> BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 8-9.

<sup>40</sup> Para o conceito de hibridização foi utilizado como parâmetro principal GARCIA CANCLINI, 2003b.

Aliás, no interior das festas populares, não existem pessoas que não estejam circulando em diversos segmentos e em constantes processos de trocas culturais e influências externas, como explica Martha Abreu:

Nos fenômenos culturais populares, vistos como folclóricos ou tradicionais, intervêm os ministérios, as fundações privadas, empresas de bebidas, rádios e televisão, agentes populares e hegemônicos, rurais e urbanos, locais, regionais, nacionais e transnacionais. Enfim, eles são multideterminados.<sup>41</sup>

Assumo o conceito que abarca práticas culturais inseridas em processo de constante transformação e hibridização<sup>42</sup> – no termo de Canclini – mas que valoriza, sobretudo, a forma de representação que emerge das atuações das pessoas que estão mais distantes dos ditos círculos de poder e que o influenciam. São os luizenses menos favorecidos e, por sinal, a quase totalidade da população, os que reafirmam as tradições festeiras, a musicalidade local, constituindo um modo de vida diferenciado e pautado em sentimentos coletivos, os atores principais deste processo. Atuam em constante caminho de valorização de eventos da memória local, congregando simbologias comuns que vão acabar por influenciar, interagir e participar das decisões da reconstrução da cidade, assumindo papel de protagonistas da cultura local que defendo em toda a problemática estudada e nem sempre contemplado nas reflexões sobre o processo.

O que pude encontrar nesta pesquisa foram situações diversas em que a população luizense, em momento específico de crise, precisou aliar sua experiência histórica social e cultural de atuação em novos desafios e contextos. O cidadão passou a enxergar, inclusive, o papel de sua sociabilidade de forma diferente. No capítulo 6 do trabalho veremos a comunidade luizense tomando decisões mais enfáticas no sentido de manutenção de seu espaço de atuação, como quando obrigará a multinacional AMBEV (Companhia de Bebidas das Américas) a cancelar toda uma programação de artistas de apelo midiático nacional, já contratados para o carnaval de 2013, em detrimento da manutenção das apresentações representativas do histórico da identidade do carnaval local.

---

<sup>41</sup> ABREU, *in*: ABREU e SOIHET, 2003: 12-13.

<sup>42</sup> GARCIA CANCLINI, Néstor, *Culturas Híbridas*. São Paulo: Edusp, 1997.

O mais importante desse exemplo, e que será detalhado posteriormente no sexto capítulo, era não se tratar simplesmente de um processo de resistência e rejeição ao que se vinha de fora. Mas não mais aceitar interferências externas em forma de proposta que não permitisse trocas culturais, possibilidades de diálogo e transformações sim, mas inseridas a partir da valorização de práticas já realizadas e identificadas pelas pessoas que as compartilhassem.

Buscar identificar a capacidade de plasticidade das manifestações culturais – sem sombra de dúvida, agora ressaltada em um momento de crise – e, assim, não ficar buscando simplesmente permanências, resquícios ou mesmo continuidades ou resistências é um caminho primordial. A globalização não é simplesmente o outro lado da moeda que acabaria, no “fim da história”,<sup>43</sup> com as manifestações tradicionais do mundo popular. Ela representa, sim, uma nova realidade e são vários os exemplos de transformação de manifestações do popular e não de uma situação estática, como é fundamental se ressaltar. A cultura sempre se reinventa.

No capítulo 7, serão apresentadas três histórias de vida de membros da comunidade luizense. Além de nos exemplificar melhor muitos elementos de como se constitui essa sociabilidade diferenciada que venho afirmando, poderemos corroborar a capacidade de constante transformação da cultura popular no decorrer de suas vidas.

A pesquisadora Maria Laura de Castro Cavalcanti traz uma discussão interessante através da discussão da obra “Cultura na prática”<sup>44</sup> de Marshall Sahlins, um dos antropólogos que mais defendem esta força da cultura, sendo bastante crítico à posição daqueles que afirmam que seu campo de estudo privilegiado a antropologia – mas que façamos extensão ao nosso da História Cultural, assim como seu “principal” objeto, a cultura, estariam em vias de extinção. Segundo Maria Laura, analisando Marshall Sahlins:

A sociedade capitalista moderna pensa a si mesma como organizada em diferentes esferas de atividades e de relações que correspondem a ordens distintas do mundo humano: economia, política, direito, etc. Dentre elas, a esfera econômica impera e impõe-se a todas as outras. Ora, nos diz Sahlins,

---

<sup>43</sup> Usando o sentido de “fim da história” proposto por FUKUYAMA, Francis. *Fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. Lembrando sempre que discordo totalmente deste sentido finalista da polêmica, mas importante, tese.

<sup>44</sup> SAHLINS, Marshall David. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

essa elaborada autoconsciência de nossa sociedade, assumida acriticamente por tantas teorias, produz a cara ideia de que seríamos seres racionais governando nossas ações e instituindo cultura sempre em busca da maximização de interesses materiais. Para o autor, essa visão é uma insidiosa manifestação da “razão prática”, gerando não só um véu ideológico que a sociedade moderna lança sobre si como um equívoco conceitual estendido etnocentricamente a toda a humanidade.<sup>45</sup>

### **A cidade das “mil festas”**

Sem dúvida alguma, um dos momentos sociais mais privilegiados para entendermos a vida da comunidade luizense são as festas populares. Por sinal, em número muito grande e que faz jus à fama de “cidade mais festeira do estado de São Paulo”.<sup>46</sup> O calendário festivo de São Luiz do Paraitinga mistura festas religiosas e profanas, além de dar destaque para eventos musicais e folclóricos. Mesmo celebrações comuns a outras cidades interioranas, como a Semana Santa e o carnaval, no município ganham uma versão diferenciada, em que o principal ponto está na participação e organização dos membros da cultura popular.

É esclarecedor quando Marina de Mello e Souza diz: “As festas geralmente congregam diferentes segmentos sociais, sendo momento privilegiado para o exercício de trocas culturais”<sup>47</sup>. Dessa forma, as festas luizenses contribuem para nos afastarmos ainda mais desta ideia, ainda presente, de que o chamado modo de vida do “mundo interiorano” estaria em vias de desaparecimento. Dando força à capacidade de transformação da cultura popular, todas as manifestações culturais no mundo “moderno e globalizado” não podem mesmo ser simplesmente encaradas como “sobrevivências”, contrapostas, agora, à nova realidade. É fundamental buscar entender cada “processo cultural”, como define Néstor Canclini<sup>48</sup>, dentro de seu tempo e a partir de suas transformações. As festas populares de São Luiz do Paraitinga, mais que resistência, interagem e se transformam com as modificações de toda a sociedade, inclusive fora do território luizense. Nesse momento e da mesma forma, ao invés

<sup>45</sup> CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. In: *Revista Tempo Brasileiro*, número 147 – outubro-dezembro 2001.

<sup>46</sup> *A cidade das mil festas*” é título de reportagem da Revista *Os caminhos da Terra* – atual *Revista Terra*– de 18 de maio de 1998. Uma curiosidade interessante é que na época se somássemos todos os dias de festas que a cidade possuía, incluindo suas festas rurais, ultrapassava-se o número de 365 dias do ano em festividades populares.

<sup>47</sup> MELLO e SOUZA, Marina de. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Tempo Brasileiro, 1994.

<sup>48</sup> GARCIA CANCLINI, 2003.

de buscar um discurso que mostre o contraponto, é importante ressaltar a necessidade de os discursos históricos ampliarem seu campo de ação, privilegiando as diversas, porém, concomitantes realidades.

Canclini, aliás, define isso muito bem: “Narrar histórias em tempos globalizados, mesmo que seja a própria, a do lugar em que se nasceu ou se vive, é falar para os outros, não apenas contar o que existe mas também imaginá-los fora de si.”<sup>49</sup>

Quando buscamos entender, na atualidade, o papel dos mestres populares para uma comunidade a ela identificada como crente, é incrível perceber o quanto é forte a relação da comunidade com o sagrado, tornando-a ainda mais fortes perante influências externas. Sem sombras de dúvida, é essa relação uma das características fundamentais fortalecedoras da manutenção de manifestações populares em tempos e espaços dispersos na história, adaptadas às situações mais diversas a ela apresentadas.

Só se entendem as festas mais tradicionais luizenses – como a Festa do Divino, a Semana Santa, o carnaval – hoje, considerando suas concepções características em correspondências com as manifestações da cultura popular no decorrer de nossa história. Seria limitar demais observá-las somente a partir das questões da atualidade, perdendo essa temporalidade mais ampla. Torna-se fundamental, dessa forma, ressaltar a importância do papel da oralidade e os caminhos de independência adquiridos por ela dentro das sociedades no decorrer da história. “O popular está sempre em tensão e fugindo do controle oficial do Estado, da Igreja, dos poderes públicos.”<sup>50</sup>

Representativa desta lógica que queremos afirmar para a cultura popular como um todo, a oralidade carrega outra grande questão. A transmissão do conhecimento de forma oral nunca desapareceu. A invenção e a preponderância da linguagem escrita surgem como grandes desafios, contudo, nunca como interditos a essa manifestação. Neste mundo moderno, homogêneo, encontramos, sim, muitas formas de manifestação da oralidade. E não são simplesmente as situações como as presentes no interior de festas tradicionais que gostaria de ressaltar nesse argumento, embora também o reforcem. Conversas via internet e

---

<sup>49</sup> GARCIA CANCLINI, 2003: 48.

<sup>50</sup> BENAMOU, Michel. Postface. In: *Praise of Marginality in Alcheringa – A first international symposium*. Cambridge: Boston, University Press, 1976, p. 133-142.

dispositivos móveis<sup>51</sup>, cada vez mais populares entre as pessoas em todo o mundo, vêm fortalecendo muito da atuação da oralidade na contemporaneidade, pois, afinal, estão constituindo praticamente um novo veículo de comunicação entre as pessoas. A escrita prevalece em programas como aqueles, porém, é totalmente modificada, com uma espécie de suspensão das regras que a formam. Além do mais, situações como risos, surpresas, símbolos constituem formas de representações comuns da oralidade, permitindo a comunicação de comunidades totalmente diferenciadas em uma espécie de criação de um novo código linguístico.

A grande “descoberta” foi, justamente, o tamanho da complexidade dessa questão. Dificuldades enfáticas da própria definição de quem seriam os membros da cultura popular, como levantei há pouco, sempre estão presentes nas discussões dentro da pesquisa. É tentadora, muitas vezes, a delimitação pura e simples de que os menos privilegiados na sociedade são os membros da cultura popular. Porém, não é o único elemento a condição social para a classificação de quem faz parte de um grupo folclórico, ou seja, um participante ativo de uma festa popular. As festas populares luizenses demonstrarão esta realidade muito claramente.

Outro entrave que deve ser superado é achar que os membros da cultura popular formam um grupo homogêneo. Uma das principais características, quaisquer que sejam as manifestações, é justamente a formação de um contexto de conflitos de interesses e atuações. Talvez a cultura popular seja exatamente o grande nicho de diversidade, tornando ainda mais complexa a alocação de seus sujeitos como constituintes de um grupo único em classificações que possam limitar seu entendimento.

A incerteza reconhecida acerca das fronteiras da área do popular, acerca da sua homogeneidade em face da unidade profunda e sempre reforçada da cultura das elites, poderia perfeitamente significar que a área do popular ainda não existe porque somos incapazes de falar dele sem fazer com que deixe de existir.<sup>52</sup>

Outra questão importante e já não tão recente na antropologia é a discussão que conseguiu romper a dicotomia entre cultura material e imaterial que persistiu por tanto tempo. A cultura material passou a ser encarada como portadora de conteúdos produzidos pela vida

---

<sup>51</sup> Destaque para programas e plataformas como Windows Live Messenger®, Facebook® e pelo WhatsApp® propagados pelo mundo todo.

<sup>52</sup> REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989, p. 64.



social dos indivíduos, em que qualquer homem intervém, influencia e é modelado. Como pano de fundo de quaisquer acontecimentos estão padrões e valores coletivos. Assim, todos os símbolos – artefatos – produzidos por uma cultura material devem levar em conta tanto o seu aspecto de produto como o de vetor da relação social.

Nas festas populares e na religiosidade popular como todo, essa relação entre os símbolos, seus produtores e a sociedade constitui uma rede de relações envolvendo várias questões fundamentais a sua compreensão. Entender símbolos muito fortes no dia a dia luizense, como a bandeira do Divino, representa mais do que estudar a história dos grupos envolvidos com esse símbolo e, sim, a busca do entendimento de um setor da sociedade brasileira que, na verdade, pautou sua religiosidade por padrões totalmente particulares, nos quais a relação direta estabelecida com o sagrado tem papel fundamental no decorrer dos tempos. A cultura popular luizense que hoje é visitada, e de certo modo venerada pelos setores da sociedade que vivem nos grandes centros e, na lógica cada vez mais individualista da vida contemporânea, possui mecanismos próprios de representação; contudo, sempre conectada às transformações da sociedade brasileira em conjunto.

Ela não está isenta dos desafios tão presentes na sociedade contemporânea. Um artigo interessante sobre essa questão especificamente é o “Carnaval caipira em São Luiz do Paraitinga. Chuva, suor, cerveja e chita” do professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Mackenzie, Abílio Guerra. Esse autor faz críticas importantes à estrutura do turismo luizense – que cresce de forma vertiginosa nos últimos anos – especificamente sobre o carnaval. Entretanto, o enfoque é justamente o criticado logo acima:

Esta cidade, que ao primeiro olhar despreocupado se assemelha a um vilarejo perdido no tempo, é habitada por uma comunidade pacata e hospitaleira (...) Surge diante dos olhos o inevitável: a total integração tecnológica ao mundo contemporâneo, a incompetência gerencial do município, o abismo entre a dimensão da festa e a capacidade da cidade em abrigá-la com um mínimo de conforto. (...) Entretanto, o imponderável sempre pode surgir em cena. Todos os dias, no início da noite – horário quando ninguém estava dormindo ou dançando –, legiões de jovens sentavam-se em rodas nas calçadas, trocando impressões e experiências. De forma involuntária e absolutamente casual, acabaram por experimentar uma verdadeira tradição

da vida caipira: tomar a fresca depois do jantar. Sem televisão, sem pressa, sem angústia.<sup>53</sup>

É bem verdade que o próprio Abílio Guerra insere em sua discussão uma crítica a “Nosso Feriado”<sup>54</sup>, revista local que tem sido distribuída aos turistas na cidade luizense, incentivando a busca desse cenário e do “caipira autêntico”, utilizando inclusive uma citação equivocada em sua colocação do clássico trabalho “Os Parceiros do Rio Bonito”<sup>55</sup> de Antonio Candido:

O cidadão de São Luiz do Paraitinga representa perfeitamente o modo de vida caipira, com todos os aspectos daquilo que Antonio Candido definiu com tanta propriedade como Cultura Caipira. Segundo o ilustre ensaísta e crítico literário emérito “a cultura caipira não é e nunca foi um reino separado, uma espécie de cultura primitiva independente, como a dos índios. Ela representa a adaptação do colonizador ao Brasil, portanto veio na maior parte de fora, sendo sob diversos aspectos sobrevivência do modo de ser, pensar e agir do português antigo...” Os muitos anos de relativo isolamento fizeram que se conservasse muitos desses aspectos “... da difusão intensa da cultura portuguesa com a aborígine e conservando a fala, os usos, as técnicas, os cantos, as lendas...”, continua o Antonio Candido, confirmando a gênese da criação do arquétipo do caipira “...que a cultura da cidade ia destruindo, alterando essencialmente ou caricaturando...” Nas palavras do ensaísta... “O caipira, um ser extraordinário, capaz de sentir e conhecer a fundo o mundo natural, usando o com uma sabedoria e eficácia que nenhum de nós possui”.<sup>56</sup>

Um culto ao “caipira autêntico”, ao isolamento, seria a própria estratégia de suicídio, lembrando-se a realidade, cada vez mais clara, do contato com outras formas de manifestação pautadas na modernidade, na tecnologia, nos meios de comunicação de massa. Não há como pensar ser possível a manutenção de uma forma de vida isenta da adaptação à nova realidade da sociedade. Se já se torna muito difícil a renovação de grupos folclóricos, como será possível atrair novas gerações se os padrões não condizem com a realidade por eles

<sup>53</sup> GUERRA, Abílio. Carnaval caipira em São Luiz do Paraitinga. Chuva, suor, cerveja e chita. In: *Revista eletrônica Minha Cidade*, número 178, fevereiro de 2007. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc178/mc178.asp>>. Acesso em: Acesso em 15 de agosto de 2015>.

<sup>54</sup> COSTA, Sérgio. A cultura caipira. *Nosso feriado*, nº 5. São Luiz do Paraitinga, 2007, pág. 4. Foram mantidos os erros de grafia e de coordenação das citações presentes na publicação original.

<sup>55</sup> CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

<sup>56</sup> COSTA, 2007: 4.

vivida?! “De maneira que, hoje, quando estudamos a vida caipira, não podemos mais reportar-nos ao seu universo por assim dizer fechado, mas à sua posição no conjunto da vida do estado e do país.”<sup>57</sup>

Antonio Candido mostra claramente a necessidade da busca do espaço do popular, do caipira, do oral na realidade atual consoante o espaço ocupado pela modernidade, pela tecnologia e não simplesmente reduzindo a questão pelo caminho da oposição. São Luiz do Paraitinga há muito tempo deixou de ser um município isolado em que pudéssemos manter uma visão romântica de um modo de vida totalmente desconectado do mundo contemporâneo. O turismo acelerou esse processo ainda mais.

Quando aconteceu a catástrofe da cheia do rio Paraitinga em janeiro de 2010, é interessante perceber um papel de representatividade que alguns líderes culturais locais acabaram assumindo, principalmente no início do processo de reconstrução, no auge da crise, podemos dizer. São muito claros os limites de sua representatividade no dia a dia político do município, inclusive muitas vezes utilizados como “massa de manobra” em projetos políticos da administração pública. Quando a cidade ficou parcialmente destruída, sem comando político, sem comércio funcionando, esse papel de liderança nato, exercido por gerações de populares, ascendeu a um papel ainda mais importante de, primeiramente, união da comunidade local, visando à reconstrução, mas também de comando em decisões importantes.

Esse poder legitimado historicamente na cidade por membros da cultura popular dentro das manifestações populares vai ser transferido para o novo processo que a cidade enfrentava pós a catástrofe e será muito mais amplo em atuação, influenciando, por exemplo, o poder público diretamente.

“São Luiz perdeu parte de seus casarões, mas não perdeu sua cultura. Perdeu parte de sua igreja, mas não perdeu sua fé. A união desse povo é que faz a reconstrução”. Essa frase foi proferida pelo diretor municipal de turismo Eduardo de Oliveira Coelho (Dudu) em janeiro de 2010, deixando claro que já nos primeiros momentos a administração pública teria que se pautar por essa “nobre missão” de valorizar o patrimônio cultural local. Ao longo do trabalho, discutiremos se houve apenas uma real intenção de valorização da cultura, ou se

---

<sup>57</sup> CANDIDO, 2001: 271.

estávamos em uma situação em que questões políticas, como a busca do espaço da reconstrução pleiteado pelos governos federal e estadual em ano de eleição majoritária nacional, eram motivação ainda mais forte.

De qualquer forma, a cultura passava a exercer função primordial naquele processo e influenciar de forma bastante direta decisões políticas locais. Como venho afirmando, a historiografia sempre valorizou a cultura e tem feito isso de forma cada vez maior, mas nem sempre a vemos considerada em protagonismo no processo histórico, algo que ficou muito claro na reconstrução de São Luiz do Paraitinga.

As festas populares exerceram papel muito importante naqueles primeiros anos. Embora possua um calendário anual com as mesmas manifestações, elas acabam, por sua natureza, diferenciando-se a cada ano, estabelecendo novas relações sociais em campos diversos. “A festa é, assim, não um simples somatório, mas uma articulação de festas singulares”.<sup>58</sup>

Semelhante ao cotidiano – e, como já ressaltado, também constituinte dele – a festa, em reproduções aparentemente estáticas, possui dinâmica incrível na qual todo o grupo social participante age sobre si mesmo, modificando a realidade de toda a comunidade. As transformações as manifestações costumam ser muito maiores que nos damos conta e não só refletem as transformações exteriores ao grupo social como a nova atitude deles frente à sociedade. Martha Abreu demonstrou como a festa do Divino era sempre um momento propício para negociações culturais, conversas e comunicações de forma mais ampla na sociedade carioca no período de 1830-1900, sendo, muito mais que entretenimento, decisiva para os rumos da sociedade carioca daquele momento.<sup>59</sup>

Como de se imaginar, isso nunca foi diferente em São Luiz do Paraitinga e ficou ainda mais marcante durante o processo de reconstrução da cidade. Frases como a de José de Arimatéia em janeiro de 2010 – um líder de folia de reis que seria festeiro do Divino Espírito Santo em 2011 – já demonstrava a força que advinha desse grupo social e que seria extremamente fundamental neste contexto de reconstrução:

---

<sup>58</sup> GUARINELLO, Norberto. Festa, trabalho e cotidiano. In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris (org) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec; Edusp: Imprensa Oficial; Fapesp; 2001, p. 974.

<sup>59</sup> ABREU, 1999: 14.

Não vai ser fácil reconstruir nossa cidade. O rio destruiu muita coisa. Mas não podemos questionar as forças de Deus. Se veio para a gente é porque temos força para enfrentar. E com a ajuda do Divino Espírito Santo vamos vencer, ele nunca nos abandona. Agora não é hora de chorar e sim de trabalhar bastante afinal tudo que caiu pode ser levantado novamente. Fomos protegidos, não morremos e juntos vamos em frente<sup>60</sup>

Essa frase não foi proferida em qualquer momento. Estava sendo realizada a primeira audiência pública da reconstrução. O momento era inegavelmente de muito desânimo, de desafios e de dificuldades em encontrar caminhos. Uma das principais decisões foi a de se manter o calendário cultural festivo daquele ano de 2010, apesar das incertezas. A liderança daquelas pessoas que sempre estiveram à frente das manifestações passou a ser algo ainda mais reconhecido pela comunidade. Talvez uma liderança que era já exercida de maneira mais inconsciente para as pessoas, mas que ficou agora não só reconhecida, como também escolhida como a melhor saída para o município começar a se fortalecer e se reconstruir.

Desta forma, estudar a situação da cidade de São Luiz do Paraitinga após o ano de 2010, em que grande parte do país a conheceu – demonstrando o poder de alcance da mídia em nosso mundo atual – tem um objetivo bastante específico: mostrar o quanto a discussão do popular no mundo contemporâneo deve ser pautada por entender seus novos espaços, continuidades e rupturas e, de uma maneira geral, por refletir como se relaciona com esse dito “mundo moderno”, nunca o colocando como simplesmente o lado mais fraco da relação.

Aliás, este objetivo pode ser ainda mais amplo: a reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga trará exemplos fundamentais que demonstram a importância que a cultura popular local exerceu para agregar uma comunidade e fazer parte de um processo de gestão patrimonial que, apesar de muitas dificuldades em diversos momentos, alcançou situações nas quais as próprias experiências de determinadas políticas públicas definidas em consonância com a comunidade poderão ser exemplificadoras de modelo de sucesso de gestão em novos desafios que se apresentarão aos municípios brasileiros.

---

<sup>60</sup> José de Arimatéia, na primeira audiência pública realizada pela Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga e que culminaria, em alguns meses, na criação do Conselho do Patrimônio Municipal, órgão que foi muito importante e que serviu para tomar decisões fundamentais envolvendo os membros da administração pública locais e exteriores e a comunidade local, além de pesquisadores e colaboradores.

## 1 São Luiz do Paraitinga e sua história

---

Para entender como a cidade de São Luiz do Paraitinga vem se mantendo como espaço de manifestação da cultura popular na atualidade, é fundamental aprofundar as pesquisas sobre essa cidade e seus sujeitos. Assim, retomo a pesquisa histórica da cidade que já realizei durante o mestrado. A história dessa cidade é ainda muito pouco escrita e estudada e, para compreendermos melhor que papel a cidade assumiu neste processo de reconstrução urbana e identitária que se transformou em referência de representação popular para o vale do Paraíba paulista, é fundamental buscar a construção histórica de muitos signos e símbolos que hoje a identificam.

A história de São Luiz do Paraitinga é reveladora do poderio exercido por uma elite econômica bastante incipiente frente a uma população extremamente pobre. Percebemos um movimento de troca dessas elites conforme os ciclos econômicos locais – com destaque para o cafeeiro e o da pecuária leiteira – com os respectivos cargos de destaque políticos e sociais se readequando às novas situações. Sempre ligada a essa elite na história local, principalmente por laços profissionais exploradores, mantém-se a situação de pobreza no dia a dia da maioria da população. Isso perdura na atualidade.

Quando pensamos no início da história da cidade de São Luiz do Paraitinga, vemos que, como quase a totalidade dos pequenos municípios brasileiros, era uma cidade praticamente abandonada pela “governança luso-brasileira” desde seu processo de fundação, em fins do século XVIII, confirmando a dificuldade de controle do imenso território brasileiro àquela época, mas que permitia a constituição de uma identidade bastante singular e assentada em tradições da cultura popular que vai percorrer toda a história do município.

O ambiente ao final do século XVIII era também o da crise do sistema colonial no contexto mundial, atingindo diretamente as tentativas de institucionalização administrativa em território brasileiro. Dessa forma, localidades como a que estamos estudando, nascentes naquele contexto conturbado, acabam demonstrando, na grande maioria das vezes, uma história inicial com sucessões de golpes políticos, pobreza e isolamento.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> Veremos mais à frente o quanto foi difícil para São Luiz consolidar sua própria população, conferindo-lhe organização política e vocação econômica que desse suporte aos habitantes. Indico o trabalho pioneiro da história da fundação da cidade de São Luiz do Paraitinga e que sustenta essas afirmações: ALMEIDA,

Só para exemplificar melhor esse momento histórico específico: ao mesmo tempo em que os Estados Unidos da América proclamam sua independência (1776), a França põe fim ao Antigo Regime pela sua Revolução de 1789, Portugal era uma nação empobrecida pela nova ordem econômica que se estabelecera. O sistema exploratório, mercantilista, vai sendo substituído, sobretudo, pelo exemplo inglês do “livre-comércio”. Todos os impactos conhecidos da utilização das novas fontes de energia, advindas acima de tudo da Revolução Industrial, acabam instaurando uma “nova ordem mundial”. Boris Fausto elenca uma abertura, graças a essa situação econômica citada, de acordos comerciais de contrabando e alianças com comerciantes locais na colônia brasileira, fatais à possibilidade de uma administração dentro da visão modernizadora que a linha do chamado “livre-comércio” propunha, passando a impor sérias dificuldades de organização e governabilidade do que viria a ser território brasileiro.<sup>62</sup>

Sustentada em um sistema econômico que tinha a exploração da mão-de-obra escrava como base de trabalho na lavoura, a cidade luizense era exemplo bastante claro da realidade econômica portuguesa – consequentemente brasileira também – que ficaria em situação ainda mais difícil com o próprio fim da escravidão. Ela era o sustentáculo de um sistema exploratório, agora, em decadência. Acabava, como consequência disso tudo, imperando a administração colonial brasileira – ainda constante no pós-independência – com grandes dificuldades de controle do próprio território. Situações estruturais como a posse de terras, controle fiscal, justiça atuante, oferecimento de serviços básicos à população, entre outras questões diversas, eram muito precárias.

Sempre acompanhamos o papel fundamental da Igreja Católica – instituição central no processo de institucionalização das cidades e dos poderes, com uma história marcada por intervenções políticas na sociedade brasileira no período aqui tratado. Sabemos o quanto é destacado o papel da religiosidade na comunidade luizense até os dias de hoje, o que fica evidente na simbologia exercida pela queda da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa nos primeiros dias de 2010.<sup>63</sup> Entretanto, a história local demonstrará ser esse papel da religiosidade

---

Jaime de. *Foliões (Tomos I e II)*. Tese de doutoramento apresentada ao departamento de História da FFLCH-USP. São Paulo, 1987.

<sup>62</sup> FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001. P. 58-62.

<sup>63</sup> As entrevistas têm revelado que, quando se questionam as pessoas sobre o fato mais marcante em todo o processo que envolve a inundação do rio Paraitinga de 2010, a queda da Matriz é, de longe, o mais desta-

algo tradicionalmente muito mais ligado às tradições populares que propriamente a instituição Igreja. Não por acaso, é marcante o desenvolvimento dessa religiosidade bastante ligada a crenças populares e práticas que a própria instituição não aprova em São Luiz do Paraitinga, com as quais, porém, apesar de momentos de enfretamento, acaba convivendo e criando um ambiente diferenciado.

Só se enviou o primeiro pároco efetivo para a cidade de São Luiz do Paraitinga, no início do século XX<sup>64</sup>. Nem por isso, deixou de se constituir como uma marca indiscutível na história luizense um forte cunho religioso no dia a dia dessa população. Torna-se imprescindível nunca perder de vista qual o cerne desta religiosidade, regida acima de tudo pelos próprios membros da cultura popular e incluindo elementos das diversas culturas que aqui entraram em contato, marcantes da identidade de nosso país como um todo.

Como diz Laura Mello e Souza sobre um tempo de nosso país em que nem se previa o estabelecimento da cidade luizense:

Avançando pelos séculos XVII e XVIII, o desenvolvimento do processo colonizatório propiciava maior interpenetração entre religiosidade europeia, africana e ameríndia; enquanto a Europa tridentina se esforçava em depurar a religião e “limpá-la” das reminiscências folclóricas, a colonização europeia dos trópicos impunha o sincretismo<sup>65</sup>.

Contudo, é o próprio retrato da manutenção dessas características que encontramos no dia-dia da cidade luizense. Características sincréticas que atravessaram os séculos XIX, XX e que estão presentes nas mais diversas situações e manifestações dos dias atuais daquela comunidade.

No início do século XX, São Luiz do Paraitinga atinge o que podemos chamar de auge econômico da história da cidade, propiciado, sobretudo, pelo ciclo cafeeiro que marcou

---

cado. O impacto da queda aparece antes mesmo do relato das dificuldades pessoais enfrentadas, da revelação de se seguir outro credo e, quase na totalidade dos casos, sua reconstrução específica é algo muito ansiado.

<sup>64</sup> No ano de 1916, chega à cidade o padre italiano Monsenhor Ignácio Gióia, hoje, um dos principais personagens da história da cidade. Até então, a cidade era doutrinada sobretudo por missionários, o que contribuiu, na minha opinião, para a consolidação de um catolicismo pautado por crenças populares e sempre distante do controle da instituição religiosa. A relação de tensão com a cultura popular é extremamente marcante na atuação do Monsenhor Gióia e seu papel na organização das festas do Divino são exemplares dessa relação constantemente conflituosa entre Igreja Católica e religiosidade popular.

<sup>65</sup> MELLO e SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 17.



todo o Vale do Paraíba paulista e fluminense<sup>66</sup>. Seguindo a mesma abordagem proposta por Marina Mello e Souza<sup>67</sup> para analisar a cidade fluminense de Paraty, por cujo porto era evacuada parte da produção cafeeira do Vale do Paraíba, podemos dizer que, como lá, São Luiz do Paraitinga também tinha, no início do século XX, algumas feições próximas às das sociedades europeias do século XVIII, analisadas por Peter Burke<sup>68</sup> sob esse ponto de vista do espaço da cultura popular e das relações com a sociedade então vigente de uma forma mais ampla.

Retomo Marina de Mello e Souza em seu estudo sobre Paraty, constatando uma situação comum entre essa cidade fluminense, a cidade de São Luiz do Paraitinga e – por que não? – as diversas situações da Europa estudada por Peter Burke. É essa constante e complexa relação entre o erudito e o popular presente em diferentes momentos e espaços de nossa história:

A pequena elite, que estudava na capital, editava o semanário, ocupava os cargos da administração municipal e estava à frente do comércio, participava de algumas das manifestações da cultura popular, levadas a cabo por lavradores, pescadores e empregados subalternos. Mas muitas manifestações da cultura popular, principalmente as realizadas pelos negros e moradores da roça, eram proibidas principalmente no perímetro urbano.<sup>69</sup>

Ressalta-se, sim, na história luizense, a participação de dezenas de grupos de congadas e moçambiques em suas festas populares, com destaque justamente nas do Divino e num contexto que eles assumiam o espaço da cidade. Mas essa exaltação é bem diferente da correspondente dificuldade de participação que possuíam, em verdadeira exclusão da maioria dos processos políticos da comunidade. “Sempre o controle político de São Luiz do Paraitinga esteve na mão dos grandes produtores e daqueles ligados à política real nos primeiros tempos da cidade”.<sup>70</sup>

---

<sup>66</sup> Discutirei à frente os limites da riqueza desse período. Como já advertido anteriormente, é inegável tratar-se do principal momento econômico da história de São Luiz do Paraitinga, o que não se pode continuar generalizando é a ideia de que toda a população compartilhava das rendas advindas desta atividade cafeeira.

<sup>67</sup> MELLO e SOUZA, 1994.

<sup>68</sup> BURKE, 1989.

<sup>69</sup> MELLO e SOUZA, 1994: 21.

<sup>70</sup> Frase não assinada da primeira página do jornal local *O Luizense* publicada na comemoração do 152º aniversário da cidade em 8 de maio de 1921. Microfilmado e arquivado pelo Centro de Apoio à Pesquisa Histórica (CAPH) da USP.

A reconstrução ainda é processo recente, contudo, é muito claro um novo contexto em que a participação dos membros da cultura popular tem conseguido romper essas barreiras de ação e participação efetiva no controle da cidade. É inegável a preponderância diferenciada que a cultura tem assumido nas decisões municipais e no discurso oficial a partir de janeiro de 2010.

Uma ressalva importante que surge com esta reflexão é a de buscar a comparação entre o papel exercido na história luizense pela cultura e pelo comando político, atentando-se para a diferença de propósitos de ambos. Mesmo no processo da reconstrução, não faz parte das intenções de qualquer membro que possamos identificar como ícone da cultura popular luizense assumir a direção de um conselho de gestão que seja. Quando há essa busca por fatos que comprovem o papel influenciador desses sobre decisões políticas, temos que refletir sobre a existência de um caminho ainda não muito claro sobre se há efetivamente a aceitação dessa influência como algo absorvido naturalmente ou como uma espécie de atalho para a legitimação de objetivos já traçados anteriormente com fins estritamente políticos.

Acredito ser bastante tentador assumir, nos dias atuais, discursos que apontem para dificuldades de manutenção da cultura popular, para o possível desaparecimento de muitas manifestações. Porém, fica patente a permanente dificuldade durante todo o tempo da sua participação na história da sociedade luizense, não sendo essas adversidades situações novas. É justamente a capacidade da cultura popular de superação de situações de adversidade, assentadas na capacidade de plasticidade e adaptações a novas situações que a torna ainda mais forte e consolidada. Seria essa uma das razões principais para que, com a cidade esfacelada política e economicamente, principalmente nos primeiros dias do fatídico 2010, a cultura tenha surgido como pulsante e como base para a sustentação do novo projeto de cidade. Fundamentalmente, porque era preciso reverter urgentemente aquela situação.

A plasticidade advinha muito do histórico desta cidade, consolidando a posição de mantenedora de práticas ligadas à cultura popular em todo seu percurso e que serão retomadas agora de forma ainda mais evidente pela própria população local no momento de dificuldade.

## 1.1 As primeiras tentativas de ocupação do território luizense

A história da ocupação do território de São Luiz do Paraitinga iniciou-se de uma sesmaria concedida ao capitão Mateus Vieira da Cunha e a João Sobrinho de Moraes, em 5 de março de 1688, já com a finalidade de povoamento e atendendo à necessidade da expansão dos domínios na capitania de São Paulo rumo à Serra do Mar<sup>71</sup>. Aquela primeira tentativa acabou sendo frustrada em seu objetivo inicial de rápido povoamento; entretanto, foi a germinação do que seria futuramente a ocupação do município luizense. Embora a cidade só tenha sido fundada propriamente em 8 de maio de 1769 pelo Sargento-Mor Manuel Antônio de Carvalho – denominada, ainda neste instante, São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga –, elevada à condição de vila em 31 de março de 1773 e emancipada politicamente somente em 30 de abril de 1857, esse período inicial de ocupação nos traz muitos elementos importantes e, dessa forma, faz parte da história da cidade, mesmo tratando-se de um período anterior a sua própria fundação.<sup>72</sup>

A importância das tropas para a escolha de uma nova povoação a ser estabelecida deveria fazer parte da história oficial de fundação da cidade. Aliás, não seriam novos caminhos a serem criados na Capitania de São Paulo, a busca passava a ser de consolidação dos roteiros estabelecidos pela ocupação bandeirante deste o século XVII.

Mesmo retrocedendo a esta primeira tentativa de ocupação, ao tempo desta doação da sesmaria que hoje engloba o território luizense, em fins do século XVII, quero reconhecer a importância dada por autores que já escreveram sobre a história de São Luiz do Paraitinga, como Marcelo Toledo, que coloca o momento da nomeação do Sargento-Mor Manuel Antônio de Carvalho, em fins do século XVIII, como primordial para o início da história da cidade. Gostaria apenas de acrescentar que esse momento da efetivação da povoação não foi fruto do acaso, pois estavam se consolidando tentativas de ocupação de décadas anteriores e, naquele momento, elas estavam totalmente apoiadas por uma nova política administrativa de Portugal, comandada pelo primeiro ministro, o marquês de Pombal. O próprio Marcelo

---

<sup>71</sup> TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. *Espaços individuais e coletivos da sacralidade nos meios populares*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciências da Religião da PUC-SP. São Paulo, 2001.

<sup>72</sup> O livro – *São Luiz o ano inteiro* elaborado pelo Comitê Pró Associação para o Desenvolvimento Cultural e Ambiental de São Luiz do Paraitinga. Taubaté: Vogal Editora, 1997 – traz esta discussão das primeiras iniciativas de ocupação.

Toledo afirma em sua pesquisa que, ao nomear Morgado de Matheus para governar a Capitania de São Paulo naquela época, o propósito do governo português era mesmo o de imprimir maior controle na então difícil defesa do território brasileiro.<sup>73</sup> Daí o afincamento com que se procedeu à fundação de novas cidades e à ampliação da organização burocrática.

Na verdade, esse ato de legitimação, transformando territórios habitados em futuras cidades, representava, acima de tudo, um ato formal da proposta do controle português sobre o território brasileiro. Era cada vez mais frequente, e não menos fundamental para a crescente economia de um país em formação, a organização do espaço, das relações sociais, sempre com vistas ao maior controle pelo Estado. Populações foram se dispersando pelo vastíssimo território brasileiro e a institucionalização de cidades era necessidade básica sob o ponto de vista do controle estatal. É bom sempre lembrar que a região da atual cidade de São Luiz do Paraitinga localizava-se em local estratégico no escoamento de grande parte da produção da capitania paulista rumo ao litoral.

Principalmente por essa importância geográfica, a região do Vale do Paraíba começa a receber atenção especial da Coroa Portuguesa, principalmente a partir do aumento da extração aurífera em nosso país, no início do século XVIII, mesmo que esse controle fosse bastante limitado como adiantado há pouco passava a ser buscado. Em sua obra mais conhecida – *História Econômica do Brasil* – Caio Prado Júnior demonstra como essa atividade muda os rumos administrativos portugueses com relação a sua colônia:

O interesse da metrópole pelo Brasil e o desenvolvimento consequente de sua política de restrições econômicas e opressão administrativa tomarão considerável impulso sobretudo a partir de princípios do século XVIII quando se fazem na colônia as primeiras descobertas de jazidas auríferas. (...) Ao contrário do que se deu na agricultura e em outras atividades da colônia (como na pecuária), a mineração foi submetida desde o início a um regime especial que minuciosa e rigorosamente a disciplina.<sup>74</sup>

Essa nova política que buscava controlar a extração aurífera através da taxação estava conectada à nova conduta que visava um maior controle da produção. A intenção do incentivo de ocupação destes novos territórios que englobavam o atual Vale do Paraíba e faziam

---

<sup>73</sup> TOLEDO, 2001: 9-12.

<sup>74</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1998. p.56-65.

parte das rotas de transporte de ouro passava a ser muito interessante do ponto de vista da Coroa Portuguesa. Mais que isso, era tempo do crescimento da exploração do território brasileiro de forma geral e a fertilidade das terras paulistas foi razão fundamental para a ocupação do Vale do Paraíba naquele ciclo histórico brasileiro.

O surgimento de ocupações de agrupamentos que serviriam como bases para futuras cidades, segundo Jaelson Trindade, reforça a importância exercida pelo transporte em sistemas de tropas nessa região.<sup>75</sup> E já os relaciona, de forma muito interessante, com o surgimento de grande número de manifestações culturais relacionadas à atividade tropeira desde o século XVII, presentes naquela região e que vão adentrar no histórico das cidades que se formaram desde então.

Um exemplo de destaque é a peregrinação da folia do Divino ainda, mantenedora da mesma estrutura havida nos grupamentos tropeiros. É fácil perceber, na atualidade, como são marcantes na cultura de toda a população daquela região paulista e fluminense, muitas soluções coletivas, de certo modo até improvisadas, frente às dificuldades apresentadas pelo cotidiano das pessoas. Era a mesma lógica que sustentava o sistema tropeiro como meio eficaz econômico e social nos primeiros tempos da nação.

Outro exemplo de festa na atualidade com os signos daquele período histórico e que demonstra ser referência da região toda, não só da cidade de São Luiz do Paraitinga, é a realização da “Festa do Tropeiro”, realizada anualmente na cidade de Jambeiro. A culinária do Vale do Paraíba é muito marcada pela imagem “tropeira” e dá grande destaque à festividade.

Para termos melhor noção geográfica do caminho ocupado pelas tropas desde aquele tempo da exploração aurífera até a produção cafeeira iniciada no final do século XIX, temos abaixo a descrição por Jaelson Trindade daquele espaço. Gostaria de ressaltar novamente a importância dessa situação que acabou por organizar o espaço do que hoje conhecemos como cidades vale-paraibanas:

De Taubaté às Minas, o traçado do caminho se fazia pela “garganta” do Embaú, acima de Guaratinguetá. No sentido da marinha, as diferentes trilhas se concentravam em poucas diretrizes. Do planalto, ligando-se com a

---

<sup>75</sup> TRINDADE, 1977.

estrada que de São Paulo ia até Taubaté e daí as Minas, uma vai alcançar a porção do território, agora chamada “zona do Alto Paraíba” região do rio Paraitinga: seguia até a “borda do campo da Facam” (área de Cunha) onde um ramo dela, no lugar chamado “Encruzilhada”, preferia a direção de Ubatuba, enquanto o outro seguia também em direção ao mar, rumo a Parati.<sup>76</sup>

A região onde encontramos especificamente a cidade de São Luiz do Paraitinga pertence a esta citada Zona do Alto Paraíba<sup>77</sup>. Localizada no topo da Serra do Mar, “íntegra o conjunto de planaltos, serras e escarpas do Brasil tropical atlântico”<sup>78</sup>. Para se chegar ao porto de Ubatuba, enfrentava-se uma difícil travessia em meio à mata fechada da Serra do Mar. Vem daí mais um motivo fundamental à constituição de um núcleo em região inteiramente cortada pelo rio Paraitinga, permitindo sustentação aos grupos já relativamente próximos do destino final das expedições. O núcleo urbano que surgiu no território de São Luiz do Paraitinga localiza-se a cerca de cinquenta quilômetros da cidade de Ubatuba.

É muito comum escutarmos análises de visitantes e mesmo de artigos de imprensa que, de maneira simplista, atualmente questionam e criticam o motivo de São Luiz do Paraitinga estar assentada às margens do rio Paraitinga. Apesar de tratar-se de um processo longínquo de ocupação desordenada, chega-se à explicação quase determinista que aponta a ocupação histórica de uma região que estaria fadada a inundações – afinal, constitui-se ao lado de uma área de inundação, literalmente, vide a de 2010. Quando nos debruçamos, um pouco que seja, sobre a história da ocupação, percebemos a necessidade, naquele momento histórico, da proximidade da margem do rio como sobrevivência e, daí em diante, que os laços que a comunidade constitui na formação da identidade com o rio são muito fortes.<sup>79</sup>

Podemos afirmar que, bem antes da legitimação como cidade, a principal vocação do futuro município de São Luiz do Paraitinga, realizada ainda pelos primeiros povoadores, foi

---

<sup>76</sup> TRINDADE, 1960: 5.

<sup>77</sup> Referência de Pasquale Petrone localizando São Luiz do Paraitinga geograficamente. PETRONE, Pasquale. A região de São Luiz do Paraitinga (Estudo de geografia humana). *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXI, n. 3, julho-setembro de 1959.

<sup>78</sup> PETRONE, 1959.

<sup>79</sup> Embora não sendo área de domínio, foi necessário me aproximar de discussões ligadas ao campo da psicologia pela situação do trauma que a inundação causou e apresentarei isso no texto posteriormente. Foi muito interessante perceber e mesmo apontar que, mesmo com toda a destruição que o rio Paraitinga apresentou na vida das pessoas pela inundação de 2010, ele não continua não sendo sentido como ameaça, permanece parte do cotidiano. A enchente relacionou-se a um fenômeno de causas múltiplas apontadas e sentidas como ameaças que acabaram causando a destruição, não sendo o rio em si o causador.

a constituição de uma localidade de apoio para as tropas e o escoamento da produção que rumava aos portos do litoral, mais especificamente, neste caso, ao porto de Ubatuba. A dificuldade apresentada pelos aspectos geográficos da região, acima citados, foi o próprio impulso dessa forma de transporte baseada nos lombos dos burros e nas longuíssimas jornadas dos tropeiros.<sup>80</sup> O papel que o rio Paraitinga exercia como suporte para as tropas foi o principal fator para o surgimento e consolidação do povoamento.

Tom e Thereza Maia atribuem à movimentação das tropas o impulso para o surgimento do comércio de “beira de estrada” e, conseqüentemente, de povoamentos e cidades. Reafirmam justamente esta situação que venho descrevendo como o primeiro passo na constituição da cidade luizense: “(...) assim surgiu Silveiras, do Rancho das Silveiras. Assim cresceram São José do Barreiro, Areias, Cunha, Lagoinha, São Luiz do Paraitinga, Bananal.”<sup>81</sup>

Com o advento do café no Vale do Paraíba, mas isso mais de um século à frente, veremos essa movimentação comercial ainda mais pujante e o desenvolvimento real de cidades como as citadas por Tom e Thereza Maia. O que não permitiu uma maior ocupação do território vale paraibano já no século XVII e início do XVIII foi uma mudança da rota do ouro, marcada pela descoberta do chamado “Caminho Novo”<sup>82</sup>, desviando muitos trechos das rotas do território paulista que eram cortados pelos carregamentos de ouro. Com a abertura por Garcia Rodrigues Pais, no final do século XVII, de um novo trecho ligando diretamente Minas Gerais aos portos, ocorreu naturalmente um deslocamento populacional pela viabilidade econômica maior dessas regiões próximas a esse novo caminho.<sup>83</sup>

---

<sup>80</sup> O termo “caminhos aspérrimos” ficou conhecido como sinônimo do trecho enfrentado pelas tropas no transporte do ouro na região do Vale do Paraíba. Este termo está citado por CASAL, Manuel Ayres de. *Corografia brasílica*. Fac-símile da edição de 1817, introdução de Caio Prado Júnior. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 volumes, 1945/1947.

<sup>81</sup> MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Campos. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Funarte: Instituto Nacional do Folclore: São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura: Universidade de Taubaté, 1981. Acredito ser necessária uma ressalva relativa à exclusão da cidade de Lagoinha desse momento histórico, território ainda constituinte do município de São Luiz do Paraitinga como distrito até meados do século XX.

<sup>82</sup> Nem por isso cessam as tentativas de caminhos alternativos no Vale do Paraíba à nova rota do ouro, por exemplo, um que abriria uma nova ligação entre Guaratinguetá e o porto de Parati. Vide Arquivo do Estado, pasta SESMARIAS, vol II, pág 95 e 99. Na pasta SESMARIAS, vol III, página 400 encontramos ainda inúmeros pedidos de sesmarias visando à ocupação de um território promissor economicamente.

<sup>83</sup> Consta lembrar a situação de exploração da mão-de-obra neste momento, sendo utilizada, na maioria das vezes, a mão-de-obra escrava para desbravar os caminhos, frequentemente dificultosos para as próprias cavalgadas em seu início. Vide MELLO e SOUZA, 1994: 33-35.

A abertura desse caminho representou uma verdadeira revolução no sistema de comunicações com as Gerais. Representava uma diminuição de distância uma economia de tempo assombrosas. O caminho paulista demorava dois meses, o “caminho Velho” do Rio de Janeiro quarenta e três dias, e o “caminho novo” dezessete e depois doze dias.<sup>84</sup>

Mesmo com a mudança das rotas, devemos relevar a importância deste novo trecho para a região que estamos estudando – que faria não só uma ligação direta entre o interior da região das Minas Gerais e os principais portos, mas também à própria capital da Colônia. Afinal, aqueles que conseguiram obter as sesmarias para povoar áreas em torno desse novo caminho são, inclusive, os mesmos fundadores da maior parte das cidades vale-paraibanas nas regiões vizinhas ao Alto do Paraíba, mostrando claramente a concentração de poder de então.<sup>85</sup>

Quanto à região privilegiada neste estudo, há forte declínio da ocupação territorial que era até então crescente. Um ofício da Câmara de Lorena de 1725<sup>86</sup> relata a preocupação que começa a surgir no governo do Rio de Janeiro em povoar todo este trecho do Caminho Novo, haja vista a locomoção de muitas pessoas então habitantes do Alto Vale do Paraíba integrando-se à nova rota comercial.

Praticamente relegada à penúria econômica e quase desabitada – após aquela ocupação que ocorreu durante quase todos os séculos XVII e XVIII – a região cercada pelo curso dos rios Paraitinga e Paraibuna não conseguiu levar à frente o processo de ocupação e teve que aguardar o advento do café para sofrer um processo mais intenso de ocupação populacional. Mas, aí, já se trata de meados do século XIX.

Daquele primeiro ciclo de ocupação anterior a fundação oficial da cidade, identificam-se as divisões das sesmarias que, posteriormente, fundariam o território do município luizense. As sesmarias que tinham sido concedidas pelo capitão-mor de Taubaté Felipe Carneiro de Alçouva e Sousa ao capitão Mateus Vieira da Cunha e a João Sobrinho de Moraes

---

<sup>84</sup> MAFALDA P. Zemella. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*, pg.120 apud MELLO e SOUZA, 1994: 33-35.

<sup>85</sup> DAESP, Sesmarias, vol IV, pág 20 e 47 e vol III, pág 60. Apud TRINDADE, 1977: 10-11.

<sup>86</sup> DAESP, Ofícios da Câmara de Lorena, Guaratinguetá, etc, cx. 06, ord. 232, docs 6-1-18, 6-1-22, 6-1-24 (anos 1725-1726); DI, vol. L., pág. 157, 160, 168, 171, 245, 264 e 267. Apud TRINDADE, 1977.



em 5 de março de 1688 compreendiam toda a região da atual cidade de São Luiz do Paraitinga. Contudo, elas são praticamente abandonadas pelos seus receptores, frustrando-se a primeira tentativa de povoamento, como apresentado, com a abertura do Caminho Novo do ouro.<sup>87</sup>

Há, na verdade, uma versão diversa sobre a concessão da primeira sesmaria da região – da atual cidade de São Luiz do Paraitinga – embora esta não modifique em nada a realidade do abandono da proposta de povoação inicial. Essa informação aventada por Marcelo Toledo recuará a história local ao tempo das bandeiras, anterior às tropas. O sertanista Vieira da Cunha teria partido de Taubaté em sua missão bandeirante, estabelecendo um arraial com o nome de Santo Antônio e São Luiz do Paraitinga.<sup>88</sup>

Fica já estabelecida, entretanto, e como há pouco anunciado, uma marca fundamental do período inicial da ocupação: a “cultura das tropas”. Toda a região acabou tendo abrigado o sistema de tropas, não apenas circunscritamente o território atual de São Luiz do Paraitinga, onde suas marcas são sim mais fortemente percebidas. Encontramos também as mais diversas formas de manifestação da cultura popular de todo o vale do Paraíba que se ligam a esta “cultura tropeira” de então.

Desta forma, é muito importante fortalecer a argumentação de que, embora a fundação de um povoamento luizense só tenha se efetivado às vésperas do século XVIII, e a ocupação populacional mais consistente só tenha ocorrido em fins do século XIX, é necessário retroceder à atmosfera das primeiras tentativas de ocupação daquele território, enxergando a força da tradição destes grupos “cargueiros”. A permanência de muitos elementos típicos das tropas da época do início da ocupação permite grande número de comparações ao nos deparamos com manifestações como as dos grupos de folia presentes nas festas do Divino, com destaque para a sua estrutura de locomoção, semelhante às das tropas de então. São muitos os exemplos que poderiam ser dados nesse sentido.

Contudo, a ocupação inicial não será continuada. Até o advento do ciclo econômico correspondente ao auge cafeeiro paulista, que só se iniciará em meados do século seguinte, ainda estaremos percorrendo um período em que, não só a região de São Luiz do Paraitinga,

---

<sup>87</sup> TRINDADE, 1977.

<sup>88</sup> ARAUJO, Alceu Maynard. Alguns ritos mágicos: abusões, feitiçaria e medicina popular. In: *Separata da Revista do Arquivo do Estado de São Paulo*, 1958. Referência já apresentada por TOLEDO, 2001: 73.

mas todo o Vale do Paraíba não continha algo muito maior que a sede de pequenas fazendas cuja atividade econômica era restrita à subsistência e abastecimento de tropas que por ali passavam. Não havia atração econômica alguma para se habitar a região e fazer jus aos incentivos do poder régio.<sup>89</sup>

O que já surge como muito interessante na questão do imaginário criado na retomada da história oficial do município é a construção de um discurso de passado áureo e de destaque a serem acionados num momento de crise, mesmo sem correspondência com a realidade, como no caso da influência do período inicial de ocupação. Vemos que o hiato de penúria econômica de mais de cem anos desaparece quase que completamente no discurso construído pelas pessoas.

Gostaria de reafirmar o discurso que surgiu entre diversos meios de que não se poderia, na concepção das pessoas, em hipótese alguma, deixar de ser extremamente rápidos na reconstrução de um patrimônio material muito importante que representava todo este imaginário da riqueza das tropas e posteriormente do café paulista. Mais à frente, detalharei a questão específica do período cafeeiro para refletir ainda mais sobre as construções desse discurso que não se comprova documentalmente em muitas questões, mas que serviu perfeitamente como uma das estratégias – muito mais inconscientes do que conscientes – de sobrevivência e adaptação à nova situação.

Situação essa que necessitava mais que nunca de certo desapego aos bens materiais – particulares e públicos – para o reerguimento da cidade como conjunto urbano. Um discurso que se construía e que era incentivado por pessoas e órgãos de fora da cidade de São Luiz do Paraitinga, mas que, se não fosse claramente assumido pelos luizenses, mesmo no auge do momento de crise, dificilmente se sustentaria.

---

<sup>89</sup> Carlos Murilo Santos (SANTOS, Carlos Murilo Prado. O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2006.) busca respaldo na obra de LEMOS, Antonio Carlos. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999 para essa contextualização.

## 1.2 O início da história oficial da cidade

Não contemplando esse período inicial de ocupação, mesmo porque ele não foi continuado, mas que acredito ser fundamental para a construção da história local, a cidade luizense adota oficialmente como início da história da cidade o contexto de fins do século XVIII, quando o Vale do Paraíba, mesmo alijado dos principais corredores econômicos da colônia, é alvo das novas medidas de controle do governo régio. Portugal apresentava muitas dificuldades em controlar o imenso território brasileiro e passa a pôr em prática, definitivamente, uma política adequada justamente a este fim.

Data de 1765<sup>90</sup> a nomeação de um novo governador da Capitania de São Paulo que deveria imprimir, com todo o cuidado, as novas instruções administrativas advindas, sobretudo, do então primeiro ministro real: o marquês de Pombal. Foi aquele ministro que nomeou o Morgado de Matheus – Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão – como o novo Governador da Capitania de São Paulo e visava a um controle estrito sobre a economia e a política de toda a colônia, em forte processo de centralização e controle.

Um dos despachos do Morgado de Mateus, exemplificador desta proposta que acabou vingando na fundação da cidade luizense diz:

Desejando S.M. consolidar os domínios de suas capitanias do Brasil pelos meios mais próprios, não só quanto ao estabelecimento de sua economia interior, mais ainda quanto à conservação e defesa deles, determinou que nos lugares mais próprios nos Sertões e fronteiras deste Estado se fundassem Vilas, Aldeias, que aumentassem a povoação e a defesa<sup>91</sup>

Uma das cidades da região vale-paraibana mais importantes nessa época era a localizada na Sesmaria de Guaratinguetá. Seu papel de entreposto foi exercido no escoamento da produção de toda a região que circundava o centro administrativo da colônia – atual estado do Rio de Janeiro – e era, naturalmente, mais habitada e desenvolvida, permitindo que ali houvesse apreço maior por suas autoridades na constante disputa pelo poder dos novos povoamentos que iam sendo estabelecidos e que necessitavam do aval das autoridades portuguesas. O juiz das Medições e Sesmarias de Guaratinguetá, também sargento-mor, Manuel

---

<sup>90</sup> TOLEDO, 2001: 9.

<sup>91</sup> MOURA, Américo Brasiliense A. de. Governo de Morgado de Matheus no Vice-Reinado do Conde da Cunha. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. LII, SP, 1938, p. 38.

Antônio de Carvalho, encaminhou, em 1768, requerimento para a fundação de novo povoamento entre Taubaté e Ubatuba e que se chamaria São Luiz e Santo Antônio do Paraitinga.<sup>92</sup>

É muito claro o estabelecimento neste momento histórico do principal vínculo do que se transformaria em nova cidade já ligada à ocupação às margens de um rio tão importante naquela região. Era a consolidação jurídica que proporcionaria o surgimento de população fixa. A Capitania crescia, as necessidades de desbravar novos territórios aumentavam e a região cortada pelo rio Paraitinga mantinha sua importância estratégica pela proximidade com o litoral em um território de tão difícil penetração.

Ainda não se encontrou, na pequena bibliografia escrita sobre a história de São Luiz do Paraitinga, um documento mais remoto da cidade luizense, preservado no Arquivo do Estado de São Paulo, do que a petição do sargento-mor Manuel Antônio de Carvalho ao Morgado de Matheus, referente também ao povoamento de Paraibuna, em 1768<sup>93</sup>:

Requerimentos que lhe tem feito muitos moradores destas villas, e alguns da Capitania de Minas, sempre diguinissimas petições para novos povoamentos (...) como para esta povoassam entre o rio chamado Paraitinga, e, Paraibuna, a qual a povoassam queriam fazer e estabelecer raízes gozando Tão somente dos privilegios que Sua Majestade Concede haos novos povoadores da nova povoassam; e assim quer mais o Suplicante que V. Exa. Seja servido Conceder-lhe a dita faculdade para levantar a povoassam e a tombar, duas Leguas de terras em quadra para acomodação da pobresa que não podem tirar da Sesmaria e as mais serem dadas aos povoadores a Cada hum, as que lhes forem necessárias, as suas famílias na forma que V. Exa. Determinar...<sup>94</sup>

No caso de São Luiz do Paraitinga, o requerimento é aprovado no ano seguinte, mais especificamente no dia 2 de maio, pelo governador-geral D. Luis Antônio de Sousa Botelho e Mourão. No dia 8 de maio, nomeia-se Manoel Antonio de Carvalho fundador e governador

<sup>92</sup> Apresenta concomitantemente um requerimento para a fundação do povoamento que deu origem à atual cidade de Paraibuna, obtendo sucesso em ambos. Chama a atenção também ser utilizado o mesmo nome – São Luiz e Santo Antonio de Paraitinga – dado possivelmente pelo sertanista Vieira da Cunha tempos atrás.

<sup>93</sup> A data exata deste requerimento encontra-se ilegível, com exceção do ano de 1768. Entretanto, ele está arquivado anexo à resposta deste requerimento pelo Morgado de Matheus, datada de 2 de maio de 1769.

<sup>94</sup> Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Offícios das Câmaras 1721-1822, caixa número 7, São Luiz do Paraitinga, ordenação 233, pasta 3.

da nova povoação e oficialmente “nasce” São Luiz do Paraitinga<sup>95</sup>. Lembrando-se sempre dos limites dessa ideia de fundação delegada a uma única pessoa – mais que reconhecimento, é a cessão legitimada do poder a determinada pessoa – e dos limites representados pela adoção de uma data específica de fundação posterior às tentativas de ocupação anteriores.

Uma questão bastante importante nesse momento de fundação oficial da cidade é buscarmos entender como ela surge na situação típica da época, no interior colonial brasileiro, onde a religião popular assume papel muito importante na comunidade. Quando reafirmamos a força cultural de São Luiz do Paraitinga no ano de 2010, é bastante claro que muito da tradição advém dessa tradição histórica, da religiosidade bastante específica, ligada ao sagrado, quase de maneira inequívoca e direta.

Citando o cientista religioso Riolando Azzi, Augustin Wernet descreve a implantação de um catolicismo tradicional com caráter leigo, social e familiar, paralelo à própria colonização portuguesa em todo nosso país.<sup>96</sup> Somente em meados do século XIX, teríamos contato com as iniciativas da corrente ultramontana, buscando uma postura, então, muito mais individual, clerical e tridentina.<sup>97</sup> A descrição desse autor do catolicismo que imperava em nosso país, classificado como “catolicismo tradicional”, condiz muito com as características encontradas em praticamente todas as referências religiosas dos primeiros tempos da cidade luizense, reforçando um aspecto sempre presente na sua história e até paradoxal: a interligação entre o poder religioso e político concomitante à grande liberdade de expressão das práticas religiosas. De acordo com o que diz Wernet:

Fé e cultura caminharam de mãos dadas, numa inter-relação tão íntima que não poucas vezes era difícil distinguir o elemento cultural do religioso. A Igreja no Brasil se apresenta, desta maneira, como “cristandade”, estado de interpenetração estreita entre “religião” e “sociedade”, “Igreja” e “Estado”,

---

<sup>95</sup> PETRONE (1959: 313) referindo-se a pesquisas de PINTO, Adolfo Augusto. *A Província de São Paulo*, 1888, p. 504.

<sup>96</sup> WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX – a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

<sup>97</sup> Nos capítulos seguintes mostrarei muitos exemplos representativos da dificuldade de afirmação dessa linha mais rígida da Igreja. Principalmente nas festas do Divino atuais são inúmeras as situações de conflito entre clero e povo justamente por essa miscigenação de práticas ditas “profanas” com as “religiosas” no dia a dia da população.

sagrado e profano, em que o poder político e o religioso se confundem, sendo que a supremacia pode pertencer ao religioso ou ao político<sup>98</sup>

Para vermos a força desta relação cito a entrevista a uma personagem tão importante na cidade como D. Cinira dos Santos,<sup>99</sup> para vislumbrarmos a força desta relação:

Aqui em São Luiz do Paraitinga, o padre manda até hoje mais que o prefeito. São tantas histórias de antigamente em que a prefeitura tinha que mudar o que ia fazer só pelo motivo do padre tinha opinião diferente (...). Agora, da época de antigamente que nem se fala... a voz de quem representava a religião, que nem padre tinha, era a que mandava. E não precisava ser gente ligada à Igreja não: aquela pessoa da comunidade mesmo, inventava lá umas regras e ai de quem não seguisse, até discriminado era. (...) O povo podia estar numa roda de jongo, onde se mistura um monte de coisa, aquilo era a religião e nenhuma outra coisa na cidade poderia atrapalhar.<sup>100</sup>

Sua fala faz ascender o papel da religiosidade exercida sob padrões tradicionais, longe de qualquer forma de controle oficial. Veremos o quanto isso é forte na história de São Luiz do Paraitinga. Suprimem-se muitas formas de rituais e relações estabelecidas pela Igreja Católica dentro de sua intenção de um maior controle da religiosidade. Naturalmente, a intenção de controle sempre existiu e a dificuldade de se alcançar esse objetivo acaba por obrigar a própria Igreja a ceder, dando passagem a diversos atos contrários a sua rígida atuação dogmática, prezando mais o convívio “pacífico” com as manifestações populares de religiosidade.

Como norma, mesmo anterior à oficialização da existência do povoado como cidade, a administração colonial portuguesa priorizou a construção de uma igreja em São Luiz do

---

<sup>98</sup> WERNET, 1987: 18.

<sup>99</sup> Dona Cinira dos Santos faleceu em 2011 e sempre foi um grande ícone cultural da cidade. Foi casada com Elpídio dos Santos, o maior compositor da história da cidade e foi feita, até seu falecimento, a presidente honorária do Instituto Elpídio dos Santos. Logo após a inundação, que não privou dona Cinira de ter todo o acervo do museu de seu marido atingido – hoje boa parte já recuperada –, ela se transformou em entrevistada quase que obrigatória para todos os pesquisadores dos mais variados campos de interesse. Acredito ser mais um ponto em que se ressalta a importância exercida pela cultura e obviamente pelas pessoas ligadas à questão cultural no processo de reconstrução da cidade.

<sup>100</sup> Entrevista com D. Cinira realizada em setembro de 2006 durante a pesquisa sobre a Festa do Divino e retomada para este trabalho.

Paraitinga, mostrando, acima de tudo, a necessidade de fixar símbolos do poderio administrativo. Confirma-se, juntamente, essa ligação íntima entre poder político e religioso neste contexto histórico.

Junto à construção da igreja, construir uma casa para a justiça, casa da câmara, cadeia, pelourinho eram os anseios presentes nas correspondências oficiais de Manuel Antonio de Carvalho, visando a organização daquela povoação já considerada como vila a partir de 31 de março de 1773. Abaixo, cito um trecho dessa correspondência clamante da necessidade desta Casa de Justiça:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e setecentos e setenta e tres annos aos trinta e hum dias do Mes de Marso do dito anno nesta Nova povoassam de Sam Luis e Santo Antonio de Paraitinga aonde estava presente o administrador e fundador dela Manoel Antonio de Carvalho Commigo Escrivam ao diante nomeado (...) que ali se pertendia formar Villa para se poder administrar a Justissa aqueles Povoadores por ficarem muito distantes das Villas sircumvezinhas a que heram e tinha sido athé tempo subgeitos a qual fundasam se fazia para aumento e perpethuidade daquele lugar para prova de que já se achava hua Igreja acabada e com todos paramentos para nela se poder selebrar .<sup>101</sup>

Entretanto, a igreja em homenagem a Nossa Senhora dos Prazeres, construída de forma extremamente simples e hoje desaparecida, foi um dos únicos projetos construídos rapidamente, o que mostra a dificuldade de povoamento enfrentada por Manoel Antônio de Carvalho e, naturalmente, pela administração colonial naquela nova cidade vale-paraibana. Aliás, sabemos o quanto essa situação está longe de ser exclusividade da história luizense: em todo o país, o governo régio enfrentava imensas dificuldades de administração.

No caso específico de São Luiz do Paraitinga, podemos apontar como complicador dessa situação a constante instabilidade da própria política luizense que se formava. Em grande parte, isto era fruto da frustração daquele projeto povoador extremamente apoiado pelas instâncias superiores em sua proposição, mas que não conseguiu ser efetivamente im-

---

<sup>101</sup> Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Offícios das Câmaras/ São Luiz do Paraitinga, cx 7, ord. 233, doc 7-3-24.

plementado. Encontramos vários exemplos da troca dos comandantes políticos, aparentemente pela dificuldade mesmo de conseguir imprimir a política de ocupação a um território paupérrimo nas primeiras décadas pós a fundação oficial da cidade.

Em 1791, o fundador Manuel Antonio de Carvalho é substituído por um grupo totalmente heterogêneo, chefiado pelo tenente de cavalaria José Gomes de Gouveia e Silva, parecendo só piorar a incipiente estabilidade política local. Disputas de poder afloram ainda mais, envolvendo outras esferas, quando o juiz Pascoal Roiz Veloso pede que a procissão de Corpus Christi de 23 de maio de 1799 não saia da Câmara Municipal, referindo-se a esta como uma “casa de presença de homens poderosos, senhores de terras” em tom altamente negativo.<sup>102</sup> A impressão que se tem é de um ambiente de conflito entre moradores e chefes locais, em grande parte graças à difícil situação econômica vivida pelas famílias.

Pensando em nossa temática do espaço do modo de vida popular, podemos até considerar como sendo grande a contribuição daquela dificuldade administrativa para o fortalecimento de uma sociabilidade mais pautada na coletividade, na interação cultural e na espontaneidade de seus membros. Claramente constituinte da marca fundamental da identidade luizense que buscamos explorar, características como essas, evidenciadas em períodos de dificuldades locais, serão ressaltadas em diversos momentos da reconstrução.

A conjuntura daquele período inicial da história local era de muitas dificuldades econômicas. Marcelo Toledo é bastante enfático sobre a época: “O quadro econômico permaneceu restrito, autossuficiente e pobre, o que não poderia justificar maior desenvolvimento do núcleo. Permaneceu ‘Vila Medíocre’”<sup>103</sup>

Da situação do primeiro recenseamento de São Luiz do Paraitinga, em 1774, auferimos a tônica do município que marcará seus primeiros cem anos de existência oficial:

Famílias pequenas, com seu chefe, vivendo do trabalho próprio e dos membros da família, sem escravos, gente realmente miserável (...). Para o pouco mais de 800 pessoas que apresenta essa primeira contagem, há um

---

<sup>102</sup> ALMEIDA, 1987: 30.

<sup>103</sup> TOLEDO, 2001: 10.



número irrisório de proprietários (sete) cujo lote de escravos vai de 6 a 24 peças.<sup>104</sup>

Para que se alcançasse aumento real da ocupação populacional no município, maior produção econômica, além daquele caráter de subsistência, e a constituição de um centro urbano maior – com suas edificações vultuosas marcantes do patrimônio histórico que São Luiz do Paraitinga ostenta ainda hoje – é preciso passar à época da elevação à categoria de cidade: ato consumado por lei provincial em 30 de abril de 1857 e coincidente com o auge da produção cafeeira no vale do Paraíba paulista.<sup>105</sup>

No período anterior à chegada da produção cafeeira a cidade tentava se estabelecer. Sua institucionalização passava por mudanças no campo político que englobavam toda a região. Em São Luiz do Paraitinga, a nomeação de José Lopes Figueira, em 1827 para o posto de capitão-mor da vila, havia demonstrado uma mudança do poderio político local<sup>106</sup> consonante a administração da região do vale do Paraíba que começa a sofrer profunda transformação no decorrer do século XIX com o avanço, cada vez maior, do protagonismo dos senhores escravocratas beneficiados pelo desenvolvimento da produção agrícola, sobretudo o surgimento da cultura cafeeira – mas também pelo avanço econômico de outras produções como a do açúcar – conseguem ir minando aos poucos o poderio exercido pela estrutura militar dominante na capitania.<sup>107</sup>

Representando os anseios de uma elite agrária em formação – Figueira foi oficializado no dia 30 de julho, no cargo devido à vacância pela morte do capitão-mor José Gomes – no dia 2 de agosto já encaminha ofício apoiado pelos políticos de Ubatuba, pregando a necessidade de melhorias na estrada que cortava o município luizense rumo ao porto do município vizinho. Pedia a: “conservação daquela estrada, pois que além de cooperar para o

---

<sup>104</sup> Departamento do Arquivo de São Paulo. População/ São Luiz do Paraitinga, cx 158, ord 158, ano 1774. Apud TRINDADE, 1977: 312.

<sup>105</sup> Muller, Marechal D. P. citado por PETRONE, 1959: 310.

<sup>106</sup> Departamento do Arquivo de São Paulo. Ofícios diversos/ São Luiz do Paraitinga, ex 470. ord. 1265, Pasta Cap-Mor, ofício de 30 de julho de 1827.

<sup>107</sup> Esta situação vai, no decorrer do século XIX, minar o importante poder exercido pelos capitães-gerais na sociedade, observando-se rapidamente uma ascensão, principalmente, na região do vale do Paraíba, dos grandes fazendeiros aos cargos administrativos. Constituíam-se assim uma nova elite no país, sobretudo cafeeira. Uma obra de referência para esse contexto é HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1967, Tomo 2, 2º volume.

aumento do Comércio desta vila e vizinhas, ainda nos provém daquele Porto os socorros precisos”.<sup>108</sup>

Nas primeiras décadas do século XX, as tentativas da implantação das lavouras de açúcar, aliás, foram rapidamente substituídas pela atração do preço do café em elevação no mercado internacional, abrindo-se um novo e, muito rentável por sinal, campo de atuação: “fazia-se outrora muito açúcar, mas desde que subiu o preço do café desinteressaram-se os lavradores de cana para cuidar dos cafezais”.<sup>109</sup>

Todo esse processo foi proporcionado conjuntamente a um conglomerado de fatores adicionais ao surgimento do café – e que, na verdade, o fortalece ainda mais: uma verdadeira necessidade do crescimento da atividade agrícola como forma de beneficia-se economicamente e ocupar os “novos” territórios definitivamente; a dificuldade crescente de lucratividade com a mineração, por sinal, cada vez mais decadente; e a consolidação da produção de aguardente nesta região. De qualquer forma, e seguindo Caio Prado Jr.,<sup>110</sup> o café era, por si só, um dos fatores causadores do fortalecimento econômico e social das regiões que passassem a produzi-lo. Era um dos produtos que mais ganhava importância nos mercados internacionais – isso já no século XVIII, sendo natural que, no Brasil, assim como na maioria das colônias da América e da Ásia, fosse incentivada sua produção.

Já nas primeiras décadas do século XIX, os Estados Unidos ascendiam economicamente e assim sendo, abria-se novo e importante caminho para o crescimento econômico do Brasil, especialmente para a Capitania de São Paulo e para a região de São Luiz do Paraitinga. No caso específico luizense, trarei logo a seguir dados que não o colocarão como um grande produtor de café propriamente dito, mas seu papel de entreposto comercial no caminho do porto de Ubatuba, e sede de tentativas e investimentos relacionados ao advento do café inegavelmente modificarão a situação econômica local.

Reforçando a questão do imaginário local, mesmo que isso não representasse real pujança em comparação a outras localidades mesmo vizinhas, era uma nova situação até

---

<sup>108</sup> Departamento do Arquivo de São Paulo. Ofícios diversos/ São Luiz do Paraitinga, ex 470. ord. 1265, Pasta Cap-Mor, ofício de 2 de agosto de 1827.

<sup>109</sup> SAINT-HILAIRE. *A viagem à província de São Paulo*. São Paulo: Edusp. Belo Horizonte: Itatiaia, 1976.

<sup>110</sup> PRADO Jr, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1998.

então inexistente na história local de grandes tentativas de produção econômica, constituindo, inclusive, sentimento fundamental na construção do imaginário atual da existência de um passado áureo local como a população tanto valoriza.

Voltando aos EUA, aquele país se tornou grande importador do café brasileiro e as divisas proporcionadas por tal comércio – que crescera rapidamente – se voltavam, de alguma forma, à região produtora, fortalecendo politicamente os fazendeiros locais. Não eram apenas os EUA o destino daquele comércio em desenvolvimento:<sup>111</sup>

A expansão dos cafezais no vale do Paraíba, nos albores de nossa vida independente, deu um impulso novo à economia nacional e a produção cafeeira, em particular. Os anos da década de 1830 foram decisivos: nesse período tornou-se o Brasil o primeiro produtor mundial de café; no ano de 1832 o café ocupou o primeiro lugar na pauta de nossas exportações e já no ano de 1837/38, esse valor, relativo ao café, alcançava 53,2%, isto é, mais que a soma de todos os demais produtos exportados.<sup>112</sup>

O fato é que a história do município se inseria neste movimento cafeeiro. Analisando as construções históricas do município, é grande a predominância de obras datadas do período em foco. O núcleo urbano ia progredindo de maneira nunca vista e, finalmente, alcançam-se aqueles objetivos da época da implantação do povoamento: construção da imponente Igreja Matriz, prédios públicos como cadeia e posteriormente, Grupo Escolar. Além de muitas obras particulares de vultuosas proporções para a realidade da época, possibilitando à cidade uma fisionomia muito próxima da que encontramos na atualidade, na região agora chamada de “centro histórico”.

Segundo Marcelo Toledo, o controle político da cidade no período inicial de autonomia recai rapidamente sob o comando da família Domingues de Castro. Demonstrando a íntima ligação com o poder econômico, o comando político vai justamente para a família com a maior produção cafeeira naquele início da segunda metade do século XIX.<sup>113</sup>

---

<sup>111</sup> Percebe-se pelas datas referenciadas na situação a seguir a importância da produção cafeeira nas décadas de 1830/40. Os impactos serão ainda mais fortes no vale do Paraíba paulista e fluminense, a maior região produtora deste cereal.

<sup>112</sup> VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

<sup>113</sup> TOLEDO, 2001: 11.

Se o advento da chegada do café representava, sem dúvida alguma, o momento de maior riqueza econômica do município até então, isso possuía limites bastante claros. Não era um período de grande desenvolvimento econômico como o imaginário local tanto reafirma, mas um episódio de grandes investimentos por parte da elite agrária que chega com expansão territorial empreendida na província em geral e não será bem-sucedida. Com o passar dos anos, o advento do café vai fracassando e a cidade volta a sua história local tão marcada pela penúria econômica.

### **1.3 A “invenção” do poderio cafeeiro luizense**

Constantemente, durante os vários fóruns, reportagens e discussões pela reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga, acabou sendo exaltada a grande destruição do patrimônio material erigido na virada do século XIX para o XX, no momento em que São Luiz do Paraitinga teria alcançado seu auge econômico. Como já demonstrado, é inegável a importância exercida pela produção cafeeira sobre a história da cidade naquela época. Em qualquer apresentação sobre São Luiz do Paraitinga, é como um passo imprescindível discorrer sobre a riqueza deixada pelo café e a sua importância na construção identitária do luizense. Torna-se, entretanto, muito interessante perceber os limites dessa riqueza e a restrição dos números da produção cafeeira autóctone da localidade. Porém, entender o quanto essa construção histórica tem sido importante na formação da mentalidade atual de valorização da cultura do luizense é bem mais profícuo que apresentar uma tese de reescrita de sua história econômica em termos de revisionismo.

Foi só com o advento do café e de uma nova leva de migração para o Vale do Paraíba – já em meados do século XIX – que veremos São Luiz do Paraitinga receber toda estrutura governamental ansiada desde a época de sua fundação, mas insuficiente até então. A marca da ocupação inicial era o povoamento do território por núcleos familiares, constituindo uma atividade econômica restrita à agricultura de subsistência e com poucos vínculos comerciais. Era, portanto, uma realidade marcadamente pobre.

São Luiz do Paraitinga vai, sim, se aproveitar desse momento privilegiado da economia de todo o Vale do Paraíba, e do Brasil como todo, naquele novo contexto internacional, mas servindo como um entreposto fundamental para o escoamento desta produção e, a partir daí, vai se desenvolver.

A questão aqui levantada, entretanto, é qual o real alcance daquele desenvolvimento? Um país em crescimento material, proporcionado pela exportação da monocultura cafeeira, inegavelmente beneficiará diversos grupos, ainda mais se localizados justamente em um dos principais corredores da produção. Acredito se tornar desnecessário relembrar os limites daquela riqueza, restrito a pequenos grupos intimamente ligados aos principais grupos de poder político da época. Afinal, nossa realidade nacional, infelizmente, não se alterou tanto até os dias atuais, haja vista os índices de desigualdades sociais exorbitantes.

Durante a pesquisa do mestrado tive a oportunidade de conversar com Monsenhor Tarcísio, falecido no ano de 2011,<sup>114</sup> que, sendo figura de muita referência na história da comunidade, também refletia essa imagem da preponderância da época do cultivo cafeeiro como o redentor da história local:

Todo mundo sabe que a grande maioria das festas do Divino de grande tamanho na história da cidade foram organizadas pelos grandes fazendeiros do café. Era a época das riquezas da cidade, do grande desenvolvimento. Eles tinham muito poder e conseqüentemente conseguiam organizar festas maravilhosas. A Igreja era muito beneficiada também por aquela riqueza, grandes festas, muita distribuição de comida, o povo realmente participando das festas... Porque o povo é o mais importante da festa, mas, sem apoio, sem incentivo, não consegue nada.<sup>115</sup>

Mesmo sabendo dos limites dessa declaração, principalmente sobre a participação popular, se confirma a incorporação de um período áureo da história do município na memória de seus habitantes. Naturalmente, quanto à declaração do Monsenhor, ficaria difícil imaginar que tanto escravos quanto a população mais simples, de uma forma geral, encontrassem ambiente tão propício para se manifestar, e que esse poderio proporcionado pela bonança econômica realmente atingisse o grosso da população. Entretanto, essa imagem de um período mais próspero entra de maneira marcante na memória coletiva dos luizenses.

---

<sup>114</sup> Entrevista com Monsenhor Tarcísio de Castro Moura realizada em março de 2007. Esse padre foi, por muito tempo, uma das figuras fundamentais no dia a dia da comunidade luizense. Comandou a Igreja local por mais de quarenta anos e sempre foi um dos principais defensores da manutenção das manifestações populares nas festas locais. Sua morte, em 2010, causou grande comoção em toda a cidade. Em várias entrevistas realizadas, as pessoas citaram como cena muito marcante no momento da inundação um discurso que ele proferiu logo após a queda da última torre da Igreja Matriz em tom bastante emocionado, mas, sobretudo, confortador.

<sup>115</sup> Entrevista com Monsenhor Tarcísio de Castro Moura realizada em março de 2007.

O pesquisador Carlos Murilo considera essa cultura cafeeira como definidora de uma unidade espacial mais clara para o próprio Vale do Paraíba durante todo o século XIX sendo fundamental para a unidade da região.<sup>116</sup> Por outro lado, encontramos os indícios que confirmam a tradição desigual de uma das regiões mais exploradoras da mão-de-obra escrava nesse momento histórico brasileiro, amparadas por um forte apoio do governo nacional.<sup>117</sup>

São Luiz do Paraitinga não foi uma das localidades onde o café havia sido plantado com tanto afinco já na sua chegada à região, apesar de o discurso corrente o afirmar. Com grande diversificação da produção econômica, e voltada acima de tudo ao mercado regional, a cidade não foi instigada a uma espécie de “surto cafeeiro” substitutivo, como na maioria das praças. Até então, a produção de açúcar era a dominante – inclusive nas cidades próximas como a vizinha Taubaté – e com sua queda, as lavouras eram simplesmente suplantadas pelas cafeeiras na maioria dos casos.

Para efeito de comparação, abaixo transcrevo uma tabela de produção do café, em arrobas, da Província de São Paulo do ano de 1836<sup>118</sup>, pesquisada por José Teixeira de Oliveira<sup>119</sup>:

**Tabela 1 – Produção cafeeira na Província de São Paulo em 1836**

Bananal	64.822 arrobas
Areias (incluindo São José do Barreiro)	102.797 arrobas
Lorena	33.649 arrobas
Guaratinguetá	22.442 arrobas
Taubaté	23.607 arrobas
Pindamonhangaba	62.628 arrobas
Jacareí	54.004 arrobas
Paraibuna	23.322 arrobas
Mogi das Cruzes	11.237 arrobas
Parnaíba	55.000 arrobas
S. Carlos (atual Campinas)	8.081 arrobas

Fonte: OLIVEIRA, 1984: 266.

<sup>116</sup> A fundação de muitos municípios do Vale do Paraíba paulista ocorre nos meados do século XIX.

<sup>117</sup> SANTOS, 2006: 121.

<sup>118</sup> A produção total da província em 1836 foi de 558.136 arrobas e já constituía o produto mais exportado do país, correspondendo a mais de 50% de toda a exportação do país (SANTOS, 2006).

<sup>119</sup> OLIVEIRA, J. T. *História do Café no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora LTDA, 1984, p. 266.

Embora não tenha conseguido levantar o número da totalidade da produção luizense no mesmo ano, fica evidente a simplicidade numérica em comparação aos municípios limítrofes: Jaelson Trindade aponta a existência de três fazendas dedicadas à produção cafeeira em maior escala na cidade em formação, concomitante uma tônica de policultura<sup>120</sup>. Uma delas, provavelmente, seria da família Castro, haja vista seu domínio na produção cafeeira desde meados do século XIX, em São Luiz. No censo de 1830,<sup>121</sup> consta como produção desta família “cerca de 200 arrobas de café, 1000 alq. de milho, 60 feijão e 8 arros”<sup>122</sup>. No restante da população pesquisada, é praticamente insignificante a produção cafeeira. No entanto, há grande destaque para produção de milho, feijão, fazendo jus muito mais à caracterização de “Celeiro do Vale”<sup>123</sup> que de grande produtora do café.

Mantém-se, seguindo Carlos Borges Schmidt, esse papel alternativo de São Luiz do Paraitinga pela necessidade expressa por meio da imensidão de tropas que passavam por aquela estrada que era considerada então a segunda mais importante da Província de São Paulo. A estrada Taubaté – São Luiz do Paraitinga – Ubatuba era centro muito importante da passagem das tropas que conduziam tanto o café do Vale do Paraíba como o do sul de Minas Gerais rumando ao litoral. “Centenas e centenas de milhares de arrobas de café por ali transitaram. Anualmente, entre sessenta e setenta e oito mil animais, transportando mais de um milhão de arrobas de café passavam por São Luiz do Paraitinga.”<sup>124</sup>

Fica assim agora marcado o papel econômico exercido pela cidade quando também falamos do período cafeeiro do Vale do Paraíba: entreposto comercial de evidência e ponto de encontro de destaque da província paulista. A participação de habitantes de toda a região nas festas populares da localidade, inclusive, deve-se muito a essa ligação natural exercida por uma espécie de “porto-seguro” que São Luiz do Paraitinga proporcionava em seu posicionamento geográfico privilegiado. Isso fica ainda mais evidente no contato direto com a memória local:

---

<sup>120</sup> TRINDADE, 1977: 16.

<sup>121</sup> Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo População/ São Luiz do Paraitinga, cx 160, ord. 160, Censo de 1830; 1º Cia, fogos nº 1, 2 e 121; e 3ª Cia. Fogos nº 324, 335, 336, 337, 393, 397, 399, 410, 421 e 423.

<sup>122</sup> Idem, fogos 335, 336 e 337.

<sup>123</sup> Definição para a cidade de SANTOS, 2001: 16.

<sup>124</sup> SCHMIDT, Carlos Borges. *A vida rural no Brasil: a área do Paraitinga, uma amostra representativa*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1954, p. 34-35.

Meu vô já dizia que na época de meus parentes de antes dele, que nem sei dizer quem são, a cidade já tinha muitas festas e recebia muito daqueles viajantes que passavam por aqui nos lombos dos burros para levar seus produtos pra vender serra abaixo. Era o momento de comemorar e de louvar os santos em que eles acreditavam e tudo ficava mais fácil pois os grandes fazendeiros do café bancavam tudo, era a hora dos pretos dançarem e comemorarem (...). Você pode acreditar, pois eu moro em Taubaté mas minha família sempre viveu por aqui, tenho até impressão de que logo no início da cidade, quando minha família tinha origem militar.<sup>125</sup>

Uma fala reveladora em diversos aspectos, seja na questão da importância das tropas – mesmo sabendo os limites de uma memória construída sobre um período tão distante, seja na importância representada pela figura do barão do café ou ainda explicitando o momento de exceção que a festa cria, proporcionando tanto inversões dos papéis sociais como arrefecimento, mesmo que instantâneo, da imensa opressão à qual os populares estavam submetidos.<sup>126</sup>

Voltando à situação da produção cafeeira: em 1854 a região vizinha de São Luiz do Paraitinga tornava-se a mais importante na produção do café em toda a Província. Juntos Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá produziam mais de 500.000 arrobas de café anuais<sup>127</sup>. Jaelson Trindade nos mostra que, nessa mesma época, em 1852, o delegado de polícia Manoel Jacinto Domingues de Castro cita na região luizense “pequena exportação a saber de cafés, algum toucinho, feijão e milho”.<sup>128</sup>

<sup>125</sup> Entrevista com Antonio da Silva Leme, hoje com 75 anos, em março de 2013.

<sup>126</sup> Coincidência ou não com a origem local pleiteada pelo entrevistado Antonio da Silva Leme, na “Lista Nominativa anual de habitantes da Vila de São Luiz do Paraitinga para o ano de 1801” consta como um dos habitantes:

Roberto da Silva Leme, 50, soldado m. Taubaté Maria Gonçalves de Figueiredo, m, 19 c.B. Antonio, f.9, , B Ana, f, 37, s B Maria, f, 35, s B	Agricultor Planta mantimentos para seu sustento Acresce sua filha Rosa nascida neste ano e os escravos Manuel e Maria que comprou de Francisco de Almeida morador desta vila
Caetano, e, 61, c, N, cr Manuel, e, 16, s, N, rebolo Maria, e, 20, s, N, casange	

Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo. “Maços de População”, cx 33.

<sup>127</sup> MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. Bispa Editorial, São Paulo, 1946, p. 41.

<sup>128</sup> Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos/ São Luiz do Paraitinga, cx 472, ord. 1267, Pasta-Câmara ofícios do delegado de polícia Manoel Jacinto D. Castro, de 15 de março de 1852 *apud* TRINDADE, 1977: 23.



Jaelson Trindade ainda quantifica:

A exportação deste município em 6.000 arrobas de café, 1.000 arrobas de fumo e 1.000 arrobas de porcos. Fazendas de café as mais notáveis são as do Padre João Roiz de Moraes, Alferes Manoel Pereira de Castro, Ajudante Luís Gomes de Gouvêa, e Cap. Mor Lopes Figueira, as quaes vão seguindo sofrivelmente (...) a população do município calcula-se segundo algumas informações em 6.000 pessoas<sup>129</sup>

Chama muito a atenção que as fazendas mais notáveis de café vão seguindo de maneira dificultosa, segundo a afirmação do próprio documento em questão. Se prosseguirmos um pouco no tempo a situação de dificuldade, confirma-se ainda mais:

Dez anos depois, a lavoura principal deste município, em que se empregam todos moradores, é milho e feijão (...) há a cultura do café, fumo e cana, em pequena escala (...) a exportação dos dois primeiros gêneros monta a do milho em 50.000 alqueires e a do feijão em 20.000 alqueires, sendo a do café e a do fumo em pequena escala<sup>130</sup>

Fica evidente essa produção bastante restrita do café na localidade luizense, embora a importância dessa monocultura para a cidade nunca possa ser diminuída. São Luiz do Paraitinga não produziu tanto café, mas se beneficiou, sim, como ponto de parada das tropas, por estar no caminho do transporte desses grãos, entre outros exemplos. A importância econômica da região beneficiada pela produção do café era imensa<sup>131</sup>, afinal, assim que essa cultura parte para o oeste paulista em fins do século XIX, a derrocada econômica da maioria das cidades vale-paraibanas – incluindo São Luiz do Paraitinga – é notória.

Reafirmo a intenção desse breve levantamento do período cafeeiro vale-paraibano para reafirmar a força dessa valorização encontrada na maioria da população luizense, na atualidade, de um passado esplendoroso proporcionado pelo café, transformando aqueles

---

<sup>129</sup> Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos/ São Luiz do Paraitinga, cx 472, ord. 1267, ofício de 17 de março de 1852 *apud* TRINDADE, 1977: 18.

<sup>130</sup> Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, Ofícios Diversos/ São Luiz do Paraitinga, cx 472, ano de 1862, ofício respondido ao pedido de estatísticas trimestrais em 9 de agosto de 1862. *apud* TRINDADE, 1977: 18-19.

<sup>131</sup> Só como exemplo, a cidade de Bananal avalizou empréstimos internacionais do governo brasileiro, sobretudo, com a Inglaterra, muitas vezes colocando no café uma espécie de moeda própria como garantia avalizadora. (MAIA, Tom e HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Vale do Paraíba, velhas fazendas*. São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1975).

“senhores do café” em verdadeiros ícones de poder e prestígio e a história de seu município como pertencente a uma história de grandes riquezas.

Muito mais importante que buscar a comprovação proporcionada pelos documentos oficiais – e nesse caso específico ela parece mesmo não ter ocorrido – é perceber a legitimação histórica construída pelos próprios entes a que essa história se refere.

Os historiadores Eric Hobsbawm e Ranger cunharam o conceito “invenção da tradição” e ele faz todo o sentido neste contexto luizense da reconstrução.<sup>132</sup> Se a cidade se encontra em um novo desafio no qual a identidade local precisa ser valorizada, o passado rico será inventado e muitas vezes retomado a partir de tradições culturais que o valorizavam.

Quando a pesquisa identifica que a produção cafeeira não condiz com o discurso da população na atualidade, mais do que questionar este discurso, estamos frente a um processo que ressalta a importância das construções fictas e da própria retomada da história local destinada à estratégia de valorização de um passado que justificasse mais atenção na reconstrução.

A retomada atual da valorização pelos próprios luizenses da importância desempenhada pelos “barões do café” naquele momento histórico estudado é outra construção interessante. Pude perceber com as entrevistas o quanto a manutenção de uma referência positiva no interior dos grupos de cultura popular luizense atinente àquele pequeno grupo, na maioria das vezes opressor as próprias manifestações da cultura popular, tornou-se um fato muito importante neste momento atual para complementar a “invenção da tradição”.

#### **1.4 O desenvolvimento pelo turismo e o choque causado pela catástrofe**

Após a derrocada cafeeira do Vale do Paraíba, encontramos uma variada tentativa de se encontrar outra vocação econômica – pecuária leiteira, algumas monoculturas como reflorestamento – quase sempre sem trazer grandes resultados, o que culmina em nova vocação no caminho do turismo pautado na valorização de um patrimônio histórico arquitetônico e cultural na elevação a Estância Turística, em 2002.

---

<sup>132</sup> HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, T. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Desde sua elevação à categoria de estância pelo do estatuto aprovado pela Lei Estadual de São Paulo nº 11.197, de 5 de julho de 2002, o turismo tem crescido de forma exponencial e a cidade vem recebendo reconhecimento ainda maior da sua vocação cultural, aliada à exploração maior, haja vista a maior visitação e, assim, a constituição do importante desafio de gerência dessa realidade.

Parece ser uma espécie de momento privilegiado para entendermos a situação com a qual a cidade se deparou após a inundação, ao “descobrir” o caminho do turismo e ter alcançado um momento econômico muito bom para a história local.<sup>133</sup>

Como era de se imaginar, a pequena cidade luizense passou a receber atenção muito maior da mídia após a elevação à categoria de Estância Turística e com o evento da enchente, em 2010, isso aumentou ainda mais. A cidade, de 2000 até 2015, ganhou dezoito pousadas, diversos restaurantes e principalmente consolidou-se como destino turístico do estado de São Paulo. Suas festas de mais destaque como o carnaval e a Festa do Divino conseguem atrair muita gente e alcançam um espaço de destaque na mídia regional.

Há que se imaginar o quanto é conflituosa esta relação do advento do turismo com as manifestações populares e o quanto a inundação de 2010 aconteceu no momento de maior desenvolvimento econômico da história da cidade, o que torna a questão ainda mais complexa. Filtrar as entrevistas realizadas, as reportagens e artigos escritos sobre a tragédia, observando o esforço para se reorganizar uma cidade que perdia muito de sua referência histórica com a destruição, mas também tinha muito abalada aquela que parecia ser sua única vocação econômica na atualidade, tornou o desafio ainda maior.

É fácil concordar que a tragédia transformou a cidade em localidade ainda mais conhecida, mas, ao menos nos primeiros anos – e ainda isso é muito sentido na cidade – se o turismo se constitui como um dos principais motores da economia local, ele foi muito atingido pela destruição causada pelo fenômeno natural.

Outra questão que foi surgindo na pesquisa e de grande importância é o descompasso entre uma realidade representativa da principal característica de adaptação dos populares, de

---

<sup>133</sup> O orçamento municipal de São Luiz do Paraitinga de 2009 alcançou o dobro do valor de 2000, fazendo o ajuste da inflação pelo índice oficial, IPCA, segundo informações oficiais da prefeitura municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga: <<http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/orcamentos>>.

sua plasticidade às novas realidades e a insistência, sobretudo pela grande imprensa, em retratar a cidade como onde se mantém viva a “genuína” cultura caipira, incluindo a primazia da religiosidade popular e constituindo um modo de vida não mais encontrado praticamente em local algum. Uma argumentação, de certo modo romântica e até exagerada, sendo ainda marcada, infelizmente, pela busca de uma realidade que estaria “congelada no tempo”, esquecendo-se da fundamental característica de transformação presente constantemente no interior de toda cultura.

Como apontado há pouco, é interessante perceber, então, o quanto a riqueza dos grandes produtores do café era algo, pelo menos na região de São Luiz do Paraitinga, muito mais legitimada pela pobreza geral que por um padrão material muito elevado. Ademais, com o desenvolvimento das cidades e dos novos meios de produção, ligados sobretudo aos processos industriais, transformavam-se totalmente os padrões da sociedade brasileira e mesmo um município com as características de isolamento como o luizense acabava partilhando de novos padrões. Na contemporaneidade, é bastante inverdade tentar afirmar que certa localidade se encontra isolada, desconectada de determinadas discussões, argumentos que ainda têm sido utilizados quando pensam a cidade luizense.

A busca pelo turismo mostra o quão polêmico foi – e tem sido – uma opção que não surgiu antes de variadas tentativas de desenvolvimento econômico, após a derrocada do café, em meados do século passado, na região do Vale do Paraíba.

A primeira tentativa industrial luizense de que se tem registro é a fábrica de tecidos “Santo Antônio”, propriedade do tenente-coronel José Domingues de Castro. Marcelo Toledo mostra a importância desse empreendimento instalado ainda na década de 80 do século XIX, aproveitando-se do contexto de Guerra Civil nos Estados Unidos, citando a produção de 450 toneladas em 1888, graças a 25 teares movidos por turbina d’água – uma das primeiras experiências brasileiras no ramo – e empregando cerca de quarenta operários.<sup>134</sup>

Jaime de Almeida relata que o então vereador taubateano Luís Antão da Silva Soares apresentou um projeto em 1905 que alteraria o percurso da estrada de ferro que ligaria Taubaté a Ubatuba, citando essa indústria luizense. Essa estrada, aliás, seria construída a partir de um projeto arrojado para escoar a produção de regiões como do sul de Minas, Goiás e

---

<sup>134</sup> TOLEDO, 2001: 254.

Mato Grosso, entre outras, entretanto, não foi concluída<sup>135</sup>. A emenda do parlamentar era justificada para beneficiar o escoamento agrícola de cidades próximas, entre elas, São Luiz, que acabara de ter essa sua fábrica de tecidos fechada justamente pela dificuldade de transporte.<sup>136</sup>

Em razão da supressão da vocação econômica inicial da cidade luizense e a frustração de novas tentativas econômicas, como essa do algodão, é forte o declínio econômico e populacional que São Luiz passará a enfrentar em meados do século XX. A tabela transcrita abaixo nos dá um pouco dessa noção, através de um rápido decréscimo populacional, em consequência da crise econômica atravessada pela cidade:

**Tabela 2 – População luizense 1836/1940**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL
1836	6.296
1854	10.393
1874	13.894
1886	17.368
1900	29.535
1920	25.166
1934	20.367
1940	11.127

Fonte: PETRONE, 1959: 9.

A essa altura, os tempos gloriosos do café no vale do Paraíba começavam a ficar associados ao passado. A estrada de ferro D. Pedro II representava um “novo tempo” no escoamento dos produtos agrícolas destinados à exportação e ao abastecimento interno. Toda aquela cultura de tropas e a necessidade de cidades para o sustento do transporte feito por animais entravam em decadência. Essa tendência estava se constituindo desde meados do século XIX:

Em 9 de fevereiro de 1855, o Governo Imperial firmou contrato com o engenheiro inglês Edward Price para a construção da primeira seção de uma estrada de ferro que visava promover, a partir do Município da Corte (a então cidade do Rio de Janeiro), uma completa integração do território brasileiro sobre trilhos. Foi então organizada a Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II, sob a direção de Christiano Benedicto Ottoni. O projeto mestre tinha como objetivo a construção

<sup>135</sup> Podemos falar com propriedade que essa estrada foi de fato iniciada, pois, atualmente, ainda se encontram trilhos em território vale-paraibano, inclusive, na região de São Luiz do Paraitinga. Entretanto, não há registro algum de que tenha sido colocada em funcionamento em qualquer trecho. O projeto fora abandonado em muito devido ao sucesso da construção da estrada D. Pedro II.

<sup>136</sup> Jornal de Taubaté nº2065, XII, pág 1, “Estrada de Ferro de São Sebastião; Jornal de Taubaté nº 2078, XII, 16/09/1905, pág.1, Estrada de Ferro *apud* ALMEIDA, 1987: 44.

de uma espécie de “espinha dorsal” entre o Rio de Janeiro e Belém do Pará, que teria conexões com todas as regiões do Brasil através de ramais a serem construídos pela própria companhia, ou, por meio de outras ferrovias. (...) Em 1860, foi concluído o Ramal de Macacos, a partir de Japeri, que era o ponto de partida para que a Estrada de Ferro D. Pedro II atravessasse a Serra do Mar. Em 12 de julho de 1863 os trilhos chegaram a Rodeio (atual Engenheiro Paulo de Frontin) e, no ano seguinte, ao Vale do Paraíba. O primeiro trem de passageiros alcançou Barra do Piraí a 9 de agosto de 1864.<sup>137</sup>

A cidade iniciou o século XX dando início a uma nova etapa na história local. Surge a necessidade de alternativas àquele estilo de vida característico e o espaço urbano passa a ganhar importância como tentativa de subsistência. Surgia um ambiente para profissionais novos, residentes estritamente no núcleo urbano – algo extremamente raro até então. Uma imprensa periódica começou a se estabelecer já em fins do século XIX e passou a se fortalecer cada vez mais, constituindo um espaço privilegiado de discussões políticas. Como a questão do planejamento urbano tem se transformado na principal discussão no processo de reconstrução, essa mudança do caminho do desenvolvimento do campo para a cidade, naquele período histórico, tem sido fundamental para as reflexões sobre qual a identidade do patrimônio que precisava e ainda precisa ser reconstruído.

As primeiras referências para circulações da imprensa na cidade foram a principal base para esta pesquisa da história local. Iniciam-se os registros ainda no fim do século XIX: o periódico d’*O Paraitinga* surge em 1874; em 1880 circulam *Gazeta de São Luís, Redenção* e *O Condor*; encontram-se as publicações do Partido Liberal através do jornal *Gazeta de São Luís*. Contudo, é só a partir do início do século seguinte que essa imprensa ganha importância, com publicações variadas, demonstrando essa modificação do perfil da cidade. O maior destaque vai para o jornal *Luízense* (1903-1926).<sup>138</sup> Abaixo cito um trecho desse periódico que mostra o ambiente de dificuldade, fazendo essa ponte entre a história local e a cultura popular, que estamos investigando neste momento:

As várias falas impressas, apesar da virulência com que se enfrentam, harmonizam-se num verdadeiro discurso competente em que algumas imagens, desdobramentos lógicos de segregação fundamental, se repetem

<sup>137</sup> SOUKEF Junior, Antonio. *A ferrovia e a cidade: a experiência de Bauru*. Tese de doutoramento. USP/FAU. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 23-25.

<sup>138</sup> ALMEIDA (1987: 25) e arquivo do CAPH da Universidade de São Paulo.

constantemente: povo, um doente a ser curado; povo, cadinho racial a ser manipulado para se regenerar a Nação; povo, animal a se domesticar<sup>139</sup>

Fazendo jus ao discurso republicano brasileiro, fica evidente, mais uma vez, um momento hostil para as manifestações dos populares. O destaque de seu modo de vida, baseado sobretudo na forma de vida rural, estava também em crise. De qualquer forma, se hoje discutimos o espaço da cultura popular na contemporaneidade, o diagnóstico principal do tempo histórico atual, sob a ótica dos populares, é novamente a capacidade de superar desafios, atravessados pela faceta de resistência ou de adaptação às transformações existentes. A cultura popular local que tanto estava ligada as manifestações rurais buscava neste novo ambiente novas formas de atuação e representação.

São Luiz do Paraitinga fez parte, dessa forma, de um grupo de cidades economicamente decadentes da região vale-paraibana e que, muito graças ao crescente isolamento, vem se transformando de alguns poucos anos para cá, acima de tudo pelo turismo. Abaixo, a situação detectada ainda em 1958 por um ilustre luizense: Aziz Nacib Ab'Saber:

É insignificante a recuperação econômica dos núcleos urbanos não servidos pela estrada de ferro. Esse quadro não foi possível, ainda, ser alterado pela era rodoviária... Dadas as particularidades do relevo da região, as linhas rodoviárias principais se aproximam muito das ferroviárias<sup>140</sup>

No momento seguinte à decadência cafeeira, São Luiz retornou à agricultura pautada pela subsistência e à situação muito próxima daquelas primeiras tentativas de ocupação da época da fundação da cidade. Se a tentativa industrial não prosperava, o êxodo populacional foi marcante e a ocupação das fazendas passou a ser feita pela pecuária leiteira, em sua maioria, advinda do sul de Minas Gerais.<sup>141</sup>

Este novo ramo dominou a zona rural e, dessa forma, toda a economia luizense até pouco tempo atrás. Somente no fim do século XX, quando o fechamento da maioria das

---

<sup>139</sup> Análise de Jaime de Almeida (1987: 28), baseada na edição de 5 de fevereiro de 1905 do Jornal "O Luizense", ano II, nº 65, citando conceitos que encontramos descrito explicitamente na edição do então veículo mais importante na cidade. O jornal citado encontra-se microfilmado no CAPH/USP.

<sup>140</sup> AB'SABER, Aziz Nacib; BERNARDES, Nilo. *Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo*. Guia de Excursão número quatro. XVIII Congresso Internacional de Geografia. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958, p. 49.

<sup>141</sup> Jaime de ALMEIDA, 1987: 47.

cooperativas de leite instaladas na região começa a ocorrer, a pecuária passa a pouco representar economicamente ao município e, apesar de bastante difundida, tem apresentado grandes dificuldades aos produtores.

Esse novo ramo dominou a zona rural e, dessa forma, toda a economia luizense até pouco tempo atrás. Costumeiramente criticamos muito a produção cafeeira do século anterior e o aumento do plantio de eucaliptos atualmente como monoculturas devastadoras do solo e da cultura luizense, como consequência. Porém, a pecuária leiteira, que dominou grande parte do território luizense por décadas no século XX, tem como lógica o desemprego rural e a devastação natural. Afinal, poucas pessoas são suficientes para cuidarem de rebanhos imensos e que ocupam, naturalmente, grandes espaços na zona rural.

Somente no fim do século XX, quando o fechamento da maioria das cooperativas de leite instaladas na região começa a ocorrer, a pecuária passa a pouco representar economicamente ao município e, apesar de bastante difundida, tem apresentado grandes dificuldades aos produtores. Ainda hoje, muitos sitiantes mantêm a produção leiteira. Entretanto, a representatividade da pecuária leiteira para a economia da cidade passou a ser ínfima, a não ser quando tomamos contato com iniciativas de grandes investidores locais como a família Saad, proprietária da rede de comunicações Bandeirantes. No restante, está praticamente abandonada.

O êxodo rural aumentou consideravelmente nesse ínterim e, paralelamente a tudo isso, se existe produção na zona rural local ela está voltada à agricultura de subsistência que pela primeira vez, passa a ser muito menos representativa para a economia da cidade. No decorrer do século passado a cidade ficou frente a um novo período de dificuldades econômicas em que o caminho mais comum dos jovens luizenses ainda tem sido a transferência aos municípios vizinhos em busca de oportunidades de emprego.

Finalizando este breve histórico local com um perfil muito mais urbano, a cidade vem descobrindo nas últimas décadas, como adiantado há pouco, uma importante, mais não pouca complexa, saída econômica pelo desenvolvimento do turismo. Assentado na valorização de suas tradições da cultura popular ela precisa se adaptar ao contexto no qual muitas questões passam a ser priorizadas pelos ganhos econômicos que o turismo pode proporcionar, mas que não condizem com a tradição cultural local.



Resta descobrir, entretanto, se a cultura luizense que vem sendo gerida com vistas a esse “mercado” proporcionado pelo turismo tem levado em conta toda sua importância marcadamente histórica ou vem caminhando em direção à mesma massificação da cultura presente nos principais polos de turismo cultural do país. Falo nesses termos, pois veremos à frente, o quanto tem aumentado a ingerência do poder público sobre as manifestações populares na cidade luizense e o quanto é conflituosa esta relação com os municípios.

Reconstruir São Luiz do Paraitinga tem se apresentado, obviamente, como tarefa bem mais complexa que simplesmente reerguer edificações que se deterioram. A saída econômica adotada pelo turismo atrai uma necessidade adicional de reflexão para a criação de políticas públicas e intervenções de órgãos como o IPHAN no processo de reconstrução que possam dar suporte a este fim. A criação de memoriais, de locais de visitação atingidos pela enchente, tem objetivado minimizar os efeitos da queda vertiginosa do turismo após 2010 e são iniciativas positivas na situação.

A possibilidade de reforma e melhorias dos edifícios históricos, a experiência das discussões da população com os gestores que a reconstrução provocou permitem uma oportunidade para que o turismo possa, daqui em diante, ser melhor planejado e consciente da manutenção do espaço de ação daquela que é sua principal “vitrine”: justamente as manifestações provenientes da cultura popular.

Podemos afirmar que São Luiz do Paraitinga não representa algo diferente da maioria das comunidades em momentos de dificuldade. Buscar valorizar suas raízes, sua história, é algo quase como um alento em um momento de crise. Devastada no início de 2010, vimos que uma das principais forças de sua comunidade era o sentimento de fazer parte de um município histórico, de importância naquela concepção e, podemos afirmar com segurança, que as pessoas no momento da tragédia passaram a olhar para sua história local com vista totalmente diferente da que era usual até então.

No dia a dia das comunidades em nossa sociedade contemporânea, estamos mais próximos de uma realidade distante da história local, de suas raízes. A necessidade apresentada na cidade de São Luiz do Paraitinga, porém, fez emergir uma retomada da história local. Segundo Hobsbawn:

[...] a destruição do passado, ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas, é um dos fenômenos mais lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo sem qualquer relação orgânica com o passado público em que vivem.<sup>142</sup>

O simples fato de São Luiz do Paraitinga ser um município muito pequeno, sem grande destaque em quaisquer ramos comerciais, industriais, políticos, traz historicamente uma valorização daquele que sempre foi seu diferencial: um ícone cultural cuja história local surge como principal meio de corroboração desta possibilidade de destaque; algo a ser buscado com mais intensidade a partir de janeiro de 2010. Por exemplo, a fala de Benedito Paula dos Santos, estudante do Ensino Médio da Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gióia, 16 anos:

(...) Sinto muito São Luiz do Paraitinga não ter emprego, faculdade, oportunidade para nós jovens. Mas uma coisa que chama minha atenção é que sempre recebemos muitos estudantes e turistas das grandes cidades. Muitos paulistanos têm casa aqui em São Luiz do Paraitinga para passar fim-de-semana. (...) Não sei muito o que eles veem de tão diferente. Acredito que vêm em busca de paz, sossego, mas escolhem São Luiz e não outra cidade pois somos uma cidade importante pela história que temos, pelas festas que eles não têm mais... Queria muito um emprego para não precisar ir embora daqui.<sup>143</sup>

Como já foi dito, muito se perdia como referência no campo imaterial pela destruição de símbolos materiais, como a tão discutida queda da Igreja Matriz, da queda de uma ala inteira de casarões tombados da Praça Dr. Oswaldo Cruz, de acervos como do músico Elpidio dos Santos.

Não consigo discordar do argumento de muitas pessoas que enxergam que o processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga seria muito mais difícil sem a simbologia exercida pelas imagens que ficaram conhecidas no mundo inteiro da queda quase como uma implosão das torres e do prédio todo mesmo da Igreja. Isso acabou exercendo uma

---

<sup>142</sup> HOBBSAWM, Eric J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 13.

<sup>143</sup> Benedito Paula dos Santos, 16 anos, é morador do bairro São Sebastião, entrevistado no dia 26 de março de 2011. Vive no bairro mais desenvolvido da zona rural luizense, grande produtor de hortaliças, mesmo assim, sua preocupação com o futuro profissional e seus estudos é uma situação vigente na comunidade nas últimas décadas e não o isenta da mesma situação.

necessidade de maior atenção a um caso de muita comoção que transcendeu o limite dos que realmente frequentavam a cidade até então.

Mas isso não seria tão forte se não estivéssemos num ambiente onde a capacidade de plasticidade da cultura popular, que surge de maneira espontânea e muito rapidamente, justamente neste momento da catástrofe que objetivamos compreender, fosse algo presente na tradição histórica do município. É a partir da retomada de sua história local, da seleção e valorização de determinados fatos, signos e símbolos de uma memória coletiva da cidade que ela se fortalece para tentar vencer as dificuldades pós catástrofe da cheia do rio Paraitinga.

## 2 A inundação de 1  de janeiro de 2010

---

São Luiz do Paraitinga   cidade cuja história tem sido marcada por diversas inunda es. Edificada às margens do rio, em uma época na qual essa era a única possibilidade para se montar um núcleo urbano, justamente pela facilidade de acesso   água, foi necessário aprender a conviver com as cheias do Paraitinga. Contudo, em seus mais de 200 anos de história urbana, nenhuma das cheias atingiu a propor o daquela de 1  de janeiro de 2010.

Essa liga o ótima do rio com a cidade passou a fazer parte do imaginário e da identidade local, sendo sempre marcada por uma rela o muito positiva. Mesmo com as cheias que produziam seus estragos, tratava-se de uma espécie de “conta” que valia a pena: a importância do rio na configura o histórica e geográfica do espaço urbano era algo muito marcante. Sempre parte integrante do espaço urbano, a beira-rio da cidade constitui espaço de convivência. Uma constru o social de espaços de convivência entre habitantes, visitantes, turistas, no espaço público da cidade, circundando todo o centro histórico e construindo historicamente espaços como campo de futebol, ginásio poliesportivo, centro de lazer municipal, bibliotecas, entre outros tantos exemplos todos localizados todos nas proximidades das margens do rio Paraitinga.

Gostaria de enfatizar a constru o coletiva do espaço público beira-rio como lugar de socializa o, convivência e exercício de cidadania, mesmo porque ele vai ser o epicentro da tragédia de 2010. A inunda o destrói toda a cidade e, para surpresa de muitos, as pessoas nem pensam na possibilidade de se mudarem dali.

Passados os primeiros dias de dificuldades, voltam para suas casas e brigam para l  se manter mesmo estando em áreas de risco de novas inunda es. Durante a reconstru o, muito se criticava – sobretudo na imprensa – a cidade estar sendo refeita às margens de um rio que poderia voltar a causar prejuízos às pessoas. Contudo, a história da ocupa o e o valor social do rio Paraitinga é algo muito mais complexo que se pode imaginar.

Caso um rio atravesse a zona central de uma cidade, imediatamente ele se incorpora à paisagem urbana e, por consequência, ao imaginário coletivo. A constru o deste imaginário remete-se frequentemente   fun o do rio

na fundação da cidade e o papel desempenhado na viabilização do crescimento econômico local.<sup>144</sup>

Contudo, nenhuma das inundações até então apresentou a proporção de destruição da que aconteceu em janeiro de 2010. O ilustre geógrafo luizense Aziz Nacib Ab'Saber nos explicita bem a situação quando perguntado sobre como podemos afirmar que a cidade sempre sofreu com inundações:

Toda aquela região da praça da Matriz, que é a região da rua das Tropas e a região do mercado, tudo aquilo é envolvido por um meandro. Meandro é uma volta do rio, às vezes muito alongada, às vezes mais estreita. Todo meandro tem um lóbulo interno, a várzea. Do outro lado, sobretudo em áreas de morros, ficam os declives. Bom, tudo isso se modificou muito. Antigamente, o povo chamava o período de maior cheia do rio, embora não catastrófica, de tromba d'água. As duas expressões mais bonitas de São Luiz eram rio acima e rio abaixo. Vinham de rio acima grandes aguadas, mas elas raramente subiam até o lóbulo e, portanto, até a praça. Desta vez, as grandes chuvas desceram os patamares de morros e chegaram aos terraços. Houve deslizamentos de blocos de terra, árvores, pedaços de rocha. Foi uma tragédia total. Quando passei a visitar de novo o município para conhecer melhor minha terrinha, não senti a possibilidade de invasão de águas no lóbulo interno pegando a praça da Matriz. Não senti. Não achei que isso ia acontecer. Tanto que insisti muito em trazer a biblioteca de ciências, que estava na ex-casa de Osvaldo Cruz, para um lugar mais baixo e frequentado por crianças. A praça da Matriz seria o lugar ideal.<sup>145</sup>

A biblioteca pleiteada pelo próprio cientista foi um dos exemplos, como citado há pouco, de que toda a cidade sempre foi pensada e conviveu historicamente naquele núcleo urbano central, literalmente atravessado pelo Paraitinga.

---

<sup>144</sup> MENEZES, Maria Lúcia Pires. “A cidade e o rio, o rio e a cidade. Espaços para o público”. In *Scripta Nova: Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales*. Universidade de Barcelona, volume XI, número 245, 1 de agosto de 2007.

<sup>145</sup> AB'SABER. Aziz Nacib. Entrevista a Mônica Manir. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 9 de janeiro de 2010. Disponível em: <http://http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos.como-morrem-as-casas,493106,0.htm>>. Acesso a 30 de agosto de 2010.

**Figura 1 – Vista parcial do núcleo urbano de São Luiz do Paraitinga – destaque para este convívio deste núcleo com o rio Paraitinga**



*São Luiz do Paraitinga/ Imagem – Google Earth®, 2013.*

Mesmo falando dessa ligação da cidade com o rio, dessa busca pela volta a seu estilo de vida, o ano de 2010 começou de maneira totalmente diferente. A cidade de São Luís do Paraitinga foi abalada, logo no dia 1º de janeiro, pela grande enchente do Rio Paraitinga, que subiu 12 metros acima de seu leito e ocupou todo o Centro Histórico, deflagrando um novo processo na história da cidade: o dia em que toda a população urbana moradora de suas margens foi colocada em extremo risco de vida e seu patrimônio histórico, preservado por séculos, estava completamente submerso e em risco de se perder. A zona rural, de forma idêntica, havia sido muito afetada.

A partir do dia 2 de janeiro, toda a população luizense acompanhou as tristes marcas da destruição de parte de seu patrimônio histórico, representado pelos casarões históricos, em estilo colonial. A queda da imponente Igreja Matriz foi a principal marca do episódio. Segundo dados do relatório de situação, elaborado em janeiro de 2010, pela Unidade de

Preservação do Patrimônio Histórico e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo<sup>146</sup>, dos 426 imóveis tombados, cerca de 18 imóveis foram totalmente arruinados, 65 imóveis foram parcialmente arruinados e 343 imóveis estavam aparentemente íntegros. Todavia, a destruição de imponentes casebres, da Igreja Matriz e de casas térreas junto ao quadrante de imóveis da praça Dr. Oswaldo Cruz, determinara expressivas perdas e referências do povo com sua cidade.

Como citado na apresentação, nos termos da Avaliação de Danos – AVADAN,<sup>147</sup> documento oficial que deve ser encaminhado ao Governo do Estado e ao Governo Federal para fundamentar os Decretos de Calamidade Pública, 5050 pessoas ficaram desalojadas, 95 pessoas desabrigadas e cerca de 11.000 pessoas, entre essas luizenses e visitantes, foram afetadas pelas enchentes. O mesmo documento registra danos em edificações, na infraestrutura pública, danos ambientais, prejuízos econômicos e prejuízos sociais ocasionados pela grande cheia.

Segundo informações do DAEE,<sup>148</sup> diversos fatores contribuíram para o evento crítico: saturamento natural do solo, dificultando a absorção do grande volume de chuvas de 2009 em especial o das chuvas do final de ano; índices elevados de chuvas a montante da cidade, na Bacia do Rio Paraitinga e elevado índice de chuvas na Bacia do Rio do Chapéu, rio que deságua no Paraitinga, a jusante da cidade, e que forma uma barragem natural à vazão das águas; degradação da mata ciliar ao longo de toda a bacia, o que colaborou no processo de impermeabilização do solo e ocasionou o retardamento do processo de vazão natural ao longo de toda a Bacia Hidrográfica.

---

<sup>146</sup> Relatório de Situação de São Luís do Paraitinga. Documento elaborado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado e pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico em janeiro de 2010. Disponível no Centro da Reconstrução Sustentável de São Luís do Paraitinga.

<sup>147</sup> Documento de AVADAN. Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC. Disponível no CERESTA – Centro da Reconstrução Sustentável de São Luís do Paraitinga.

<sup>148</sup> Informações do DAEE em audiência pública de 12 de março de 2010, realizada a pedido do GAEMA – Regional do Vale do Paraíba. DVD's disponíveis no CERESTA.

Em entrevista com o agrônomo João Paulo Villani<sup>149</sup>, ele cita como motivações da grande inundação sinais que já começaram a acontecer bem antes de janeiro de 2010 e que mostravam que algo de anormal acontecia:<sup>150</sup>

Os primeiros sinais começaram ainda no último inverno que, ao contrário de anos anteriores, foi muito chuvoso, tanto que à época foram registradas poucas queimadas. E, um fato muito raro, o Rio Paraitinga começou a transbordar ainda no mês de outubro. Com isso, a terra foi ficando saturada, muito encharcada, não permitindo a absorção de mais água. No final do ano passado, a toda chuva que caía, em vez de uma parte penetrar no solo, todo o volume acabava desaguando no Paraitinga. Em dezembro de 2009, o índice de precipitação de chuvas na região foi de 605 milímetros, quando o normal para o mês varia entre 150 e 200 milímetros. Somente no dia 31 de dezembro choveu 200 milímetros, isto é, em um único dia, caiu mais água do que era esperado para todo o mês de dezembro. Repare: quando se afirma que choveu 200 milímetros num dia, significa que, no período, caiu o equivalente a 200 litros de água por metro quadrado de terreno.<sup>151</sup>

Na primeira edição do *Jornal da Reconstrução*,<sup>152</sup> março de 2010, João Paulo Villani dá ainda mais detalhes da tragédia:

João Paulo explica que nessa época do ano é comum vir da Amazônia um conjunto de nuvens muito carregadas de umidade, que após atravessar boa parte do Brasil, vão para o mar, passando por cima do Vale do Paraíba e da Serra da Bocaina, onde nasce o Rio Paraitinga. No entanto, entre os dias 30 e 31 de dezembro, na Baía de Ilha Grande, no sul do estado do Rio de Janeiro, onde estão as cidades de Angra dos Reis e Paraty, formou-se um ciclone que girava no sentido horário. Os ventos fortes impediram que um dos blocos de nuvens da corrente amazônica fosse para mar, e esse ficou estacionado sobre a região do Alto Paraíba, entre o Bairro do Chapéu Grande, em São Luiz do Paraitinga, e o distrito de Campos Novos, no município de Cunha. Com isso, se formou uma área de baixa pressão sobre esse bloco de nuvens, provocando a sua condensação, ou seja, o grande

---

<sup>149</sup> João Paulo Villani é engenheiro florestal e administrador do Núcleo Estadual da Serra do Mar, unidade Santa Virginia.

<sup>150</sup> VILLANI, João Paulo. Entrevista a este pesquisador em março de 2010.

<sup>151</sup> VILLANI, 2010.

<sup>152</sup> O *Jornal da Reconstrução* foi um projeto de extensão do Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté e órgão informativo da Câmara de Desenvolvimento socioeconômico de São Luiz do Paraitinga, por intermédio do professor Edson Wanderley Alves. Apoiado pela Unesp, com destaque aos professores José Xaides de Sampaio Neves e Maurício Dellamaro e dirigido pelos jornalistas Luiz Egypto de Cerqueira, Judas Tadeu de Campos e Ângela Loures. Exerceu papel fundamental de comunicação entre a comunidade e o processo de reconstrução.



volume de chuvas que prejudicaram também aquelas cidades fluminenses. A de maior intensidade caiu nos rios Jacuí e Jacuizinho, em Cunha, que fazem parte da bacia do Paraitinga. Foi tanta a precipitação de água que na cidade de São Luiz o rio subiu cerca de 12 metros, provocando a maior tragédia da nossa história.<sup>153</sup>

As motivações continuam em muito determinadas pelo acúmulo de impactos ambientais tanto motivados pelo processo de assoreamento do rio Paraitinga como pela devastação da vegetação ciliar em toda a bacia. Segundo João Paulo Villani, na primeira edição do *Jornal da Reconstrução*, não podemos creditar a tragédia apenas a um desastre anômalo:

João Paulo acredita que as enchentes do Rio Paraitinga – que começaram a aumentar de intensidade a partir da década de 1960–, têm causas mais remotas, que vão além do grande volume de chuvas e estão ligadas principalmente às atividades econômicas praticadas na região ao longo dos últimos 150 anos. Uma delas é a compactação do solo, decorrente das pastagens que se formaram no município. Aproximadamente 70% dos pastos na bacia do Rio Paraitinga são mal manejados, utilizando métodos primitivos para o trato do gado, com excesso de animais por hectare, pastagens degradadas e uso regular das queimadas, que têm como consequência o empobrecimento da terra. Com isso, ao longo do tempo, o solo ficou impermeável, impedindo a penetração das águas nas chuvas. Assim, todo volume das chuvas escoou pela superfície do terreno, levando junto os detritos e terras soltas para os riachos, ribeirões e, depois, para o Rio Paraitinga. O leito do rio, então, fica assoreado, isto é, cada vez mais raso e entulhado de detritos, facilitando o transbordamento das águas. É, em resumo, um processo perverso. Outro fator que ajudou a potencializar o desastre foi o de as florestas nativas cobrirem uma área muito restrita de cada um dos municípios que formam a bacia do Rio Paraitinga. No caso de São Luiz do Paraitinga, os números não explicam tudo, uma vez que, dos 21,6% de vegetação natural, 70% estão no Parque Estadual da Serra do Mar, onde existem 50% de mata nativa e 20% da chamada zona de amortecimento, que é um entorno de proteção às matas naturais. Portanto, quase todas estão na bacia do Rio Paraibuna, e não do Paraitinga. Nos 30% que sobram no restante do município, correspondente à bacia do Paraitinga, que vai de Catuçaba ao limite com Taubaté, existem apenas manchas de matas naturais, insuficientes para a proteção do rio – que ainda conta com pouca vegetação ciliar.<sup>154</sup>

---

<sup>153</sup> *Jornal da Reconstrução*, ano 1, número 1, 1ª quinzena de março de 2010, p. 1.

<sup>154</sup> *Jornal da Reconstrução*, ano 1, número 1, 1ª quinzena de março de 2010, p. 1.

O fenômeno da enchente teve diversos estopins que acabaram trazendo à cidade de São Luiz do Paraitinga os resultados funestos dos inúmeros desmandos com a natureza que a humanidade vem praticando, cujas consequências cada vez mais têm aparecido. Muitas questões de descuido ambiental são locais e não podemos isentar o próprio município luitense neste processo.

Pensando sobre essas motivações que levaram a tamanha tragédia, outro ponto levantado pelo professor Aziz Nacib Ab'Saber, de caráter mais global, foi a periodicidade de chuvas aliadas ao fenômeno cíclico que tem aumentado seus impactos – o “El Niño”<sup>155</sup>:

Um dos motivos fisiológicos que fizeram a cidade de São Luiz do Paraitinga sucumbir é a periodicidade de uma crise climática anômala. Dependendo da região, de 12 em 12 anos, de 13 em 13 ou de 26 em 26, o mundo desaba. Sem falar que este é um período anômalo, de grandes interferências na climatologia da América do Sul, provocadas por um aquecimento relacionado ao El Niño. Primeiro foi no nordeste de Santa Catarina, depois no Rio e no Espírito Santo, depois em São Paulo, depois em Minas, depois no sul de Mato Grosso. A coisa foi se ampliando por espaços do tropical atlântico e por outras áreas do planalto brasileiro E os homens e as moradias sofrem com as chuvas.<sup>156</sup>

O índice de chuvas propriamente dito foi extremamente acima do normal. É o que destacam os pesquisadores Pedro Frazatto Verde e Maria Cristina da Silva Schicchi no quadro abaixo, que demonstra o índice de precipitações pluviométricas diárias de dezembro de 2009 e da primeira semana de janeiro de 2010, medidas pela estação gerenciada pela Fundação Florestal do Vale do Paraíba, destacando em amarelo justamente os dias mais chuvosos.<sup>157</sup> Não podemos nunca nos esquecer de que, apesar de dezembro e janeiro serem meses muito chuvosos, a média histórica destas chuvas são 200mm por mês. Em dezembro de 2009, isso foi superado em cinco vezes e, apenas no fatídico dia 1º de janeiro de 2010, choveu o esperado para o mês todo:

<sup>155</sup> Fenômeno natural causado pelo aquecimento das águas do Pacífico e redução dos ventos alísios na região equatorial, afetando o clima em nível mundial através de transformações das correntes atmosféricas.

<sup>156</sup> Jornal da Reconstrução, ano 1, número 1, 1ª quinzena de março de 2010, p. 1.

<sup>157</sup> SCHICCHI, Maria Cristina da Silva e VERDE, Pedro Frazatto. São Luiz do Paraitinga: da reconstrução pós-enchente às políticas de prevenção e conservação urbana. *Caderno de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie*. Edição 1.4. São Paulo, 2013.

**Tabela 3 – Precipitação pluviométrica na bacia do Paraitinga em dez/2009 e janeiro 2010**

Precipitações diárias na Estação Pluviométrica em Dezembro de 2009				Precipitações diárias na Estação Pluviométrica na 1ª semana de Janeiro de 2010	
DIA	CHUVA (mm)	DIA	CHUVA (mm)	DIA	CHUVA (mm)
01	8,6	17	30,8	01	200,2
02	22,8	18	41,8	02	0
03	30,8	19	15,8	03	0,6
04	290,8	20	0,2	04	0,2
05	20,4	21	0	05	0,4
06	1,6	22	0	06	0,2
07	6	23	0	07	0
08	123,4	24	1		
09	36,2	25	0,2		
10	8,2	26	3,8		
11	13,4	27	42,4		
12	0	28	58,2		
13	30,6	29	65,2		
14	1,8	30	73		
15	0,2	31	77,8		
16	6,8				
Total acumulado em Dezembro/2009			<b>1012,2 mm</b>		

Fonte: SCHICCHI e VERDE, 2013.<sup>158</sup>

O efeito desse contexto foi a subida muito rápida do leito do rio Paraitinga, com um agravante: como os luizenses estavam acostumados com cheias nessa época do ano, foram poucos os casos das pessoas que retiraram seus pertences ou mesmo deixaram suas casas. Essa foi uma das principais causas de um grande prejuízo do acervo histórico documental do município. Nem mesmo os órgãos tradicionalmente responsáveis por sua salvaguarda previam uma inundação que chegasse a aproximadamente 12 metros. Acervos pessoais de fotos, por exemplo, que poderiam facilmente ser salvos, não foram retirados por uma história de convívio da cheia do rio, que dificilmente passava de cinco ou seis metros de altura e ocupava o entorno do centro histórico, atingindo efetivamente poucas casas.

É interessante notar que, ao lado de toda a explicação dos técnicos, surgiram versões que começam a atribuir a essa catastrófica enchente uma espécie de castigo divino. Como se tratava de algo inesperado, desconhecido, e de grandes proporções, o imaginário local adicionava um fator a mais nas discussões sobre os reais motivos da catástrofe. Uma primeira opinião é da dona de casa Aparecida Antunes Fátima Campos:

A cidade de São Luiz do Paraitinga possui muita inveja, as pessoas se incomodam muito com o sucesso dos outros. Além disso, quando olhamos a

<sup>158</sup> SCHICCHI e VERDE, 2013: 7. Publicado também no Relatório Técnico do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE).

juventude, quase ninguém mais vai às missas. Eu acho que Deus nos manda lições em vida mesmo, sabe?<sup>159</sup>

O tradicional carnaval que atrai milhares de foliões todos os anos virou alvo de parcela da população também em diversas conversas. Um exemplo foi a dona de casa Rita de Cássia César Ramalho do bairro do Bom Retiro que questiona a tradição da organização das manifestações dita “profanas”: “Tem que fazer festa para Deus, não para o outro lado. Isso é para as pessoas acordarem e voltarem a pensar em Deus”.<sup>160</sup>

Havia espaço ainda para a explicação de que a cidade tinha tradição em questionar os padres. Segue relato de Dona Olga Fontes: “Aqui tem muita lágrima de padre. Isso contribui. Cada padre que vem aqui sai sentido com alguma coisa. Conheço uns oito que saíram chorando daqui feito criança”.<sup>161</sup>

A tragédia abria um espaço de ação para um discurso conservador, punitivo, em uma localidade na qual as instituições religiosas sempre tiveram bastante dificuldade de controle sobre a população. A destruição, a fragilidade das pessoas frente a tragédia, fazia também com que muitos ficassem vulneráveis e dessem voz a explicações das mais extravagantes possíveis que surgiam constantemente.

Um destes casos foi uma versão rapidamente espalhada e totalmente mentirosa de que o governo estadual havia impedido a vazão da represa de Paraibuna, onde deságua o rio Paraitinga. Isso explicaria a inundação exacerbada em São Luiz do Paraitinga com o impedimento do curso natural do rio ante a proteção de municípios maiores como São José dos Campos que poderiam ser atingidos por um rompimento das barragens da represa localizada no município de Paraibuna.

---

<sup>159</sup> Entrevista com Aparecida Antunes Fátima Campos, moradora do bairro Santa Teresinha, em janeiro de 2010.

<sup>160</sup> Rita de Cássia César Ramalho, 45 anos em janeiro de 2010, moradora do bairro do Bom Retiro.

<sup>161</sup> Dona Olga Fontes tinha 85 anos em 2010 e sempre foi muito ativa no dia a dia da Igreja Católica local.

Foi preciso muito trabalho dos técnicos envolvidos na reconstrução para desmistificar este imaginário alimentado por crenças religiosas e inverdades factuais. A fragilidade da comunidade luizense era muito grande no período próximo a inundação, afinal, a única certeza que se tinha pela frente era justamente uma total indefinição quanto ao futuro da cidade. Como as pessoas que perderam tudo iriam recomeçar? Como o comércio arrasado se levantaria? Como a cidade se reergueria, uma vez que não possuía recursos e todos os órgãos públicos praticamente foram atingidos e destruídos?

Trago algumas imagens que ajudam a demonstrar o grau de destruição da inundação:

---

*Figura 2 – Centro histórico inundado em 1º de janeiro de 2010.*

---



*Foto: Lucas Lacaz Ruiz.*

---

*Figura 3 – Destaques da inundação*



*Foto e edição de destaques: Rogério Marques – Jornal Vale Paraibano em 2 de janeiro de 2010<sup>162</sup>*

Na imagem acima, podemos observar que o destaque em azul se refere ao curso natural do rio Paraitinga. Os outros destaques coloridos demonstram a dimensão do impacto do patrimônio histórico local. O circunscrito em amarelo é a praça central da cidade – Praça Dr. Oswaldo Cruz (vide Figura 5), destacando o centro histórico (vide Figura 4); o quadro em vermelho   da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa (vide Figura 7) e, por fim, o destaque em verde é o Mercado Municipal (vide Figura 6). Na sequência apresentam-se imagens destes locais citados, anteriores a inundação. Atente-se a que demonstravam grande importância como edificações em uma cidade histórica, mas, sobretudo, a que eram os principais centros de sociabilidade da cidade e, que estavam agora submersos e seriamente danificados.

<sup>162</sup> Marques, Rogério. Reportagem “Inundação do Paraitinga destrói a cidade de São Luiz do Paraitinga. Jornal Vale Paraibano, 02 de janeiro de 2010, p. 4 a 6.



---

**Figura 4 – Centro histórico.**

---



Foto acervo Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, disponível no site <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/o-que-fazer/apresentacao/>

---

**Figura 5 – Praça Dr. Oswaldo Cruz.**

---



Foto acervo Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, disponível no site <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/o-que-fazer/apresentacao/>

---

---

**Figura 6 – Mercado Municipal.**

---



Foto acervo Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, disponível no site <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/o-que-fazer/apresentacao/>

---

**Figura 7 – Igreja Matriz São Luiz de Tolosa.**

---



Foto acervo Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, disponível no site <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/o-que-fazer/apresentacao/>

---

Acontece que, além do centro histórico destruído, a cidade sofreu um abalo em todo seu entorno e em sua zona rural – por sinal muito extensa – e todas as pessoas que estavam



em áreas não atingidas pela cheia passaram a enfrentar problemas relacionados. Em trechos do centro urbano mais altos e livres da inundação, surgiram deslizamentos do solo. A cidade tem seu núcleo urbano circunscrito entre grandes declividades a partir do morro do Alto do Cruzeiro e de outras elevações que contornam a cidade e a ocorrência de escorregamentos e deslizamentos causados pelo encharcamento do solo eram mais um complicador naquele cenário.<sup>163</sup>

A cena era de total destruição e as primeiras urgências após os três dias que a cidade ficou submersa eram: a limpeza da cidade – pelo risco de epidemias; a interdição de imóveis que corriam risco de desabamento; a análise de encostas e regiões com risco de desabamento; e o salvamento do que era possível do patrimônio histórico local. Tudo isso em um teatro de difícil organização de um comando de reconstrução, demandando planejamento; afinal, a prefeitura havia sido igualmente afetada com a destruição de grande parte de seu prédio, arquivos e equipamentos de trabalho. Os funcionários públicos muitas vezes tiveram seus próprios bens pessoais afetados. O comércio, o sistema bancário e os serviços públicos essenciais como Fórum, Cartório, estavam paralisados pelo mesmo motivo.

Há ainda, a dificuldade adicional de São Luiz do Paraitinga não se diferenciar da quase totalidade dos municípios brasileiros pela inexistência de quaisquer planos de crise em eventualidades como essa.<sup>164</sup> Em suma, nos primeiros dias após a catástrofe, a população precisou buscar soluções por si só, não adiantaria aguardar um amparo estatal pois esta entidade estava totalmente paralisada.

**Figura 8 – Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga em 8 de janeiro de 2010.**



*Foto Juliana Cardilli*

<sup>163</sup> SANTOS, Carlos Murilo Prado. *A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga*. Tese de doutoramento. FFLCH/Geografia/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

<sup>164</sup> Tema mais explorado no próximo capítulo desta tese.

Ademais, como levantado há pouco, a catástrofe não era restrita a zona urbana de São Luiz do Paraitinga.

Quando tratamos desse fato, muitas vezes nos esquecemos do gigantesco impacto que ele trouxe também à própria zona rural de São Luiz do Paraitinga como também aos municípios vizinhos como Lagoinha e Cunha – que não foram tão atingidos em seu núcleo urbano, mas sofreram grandes consequências nas localidades por onde passava o curso do rio Paraitinga.

Na cidade luizense, a administração de um território que é bastante extenso territorialmente sempre foi uma dificuldade. Nas últimas décadas, a decadência econômica da zona rural local já impactava em muitas dificuldades para aqueles que lá se mantinham. Estradas malconservadas, pontes em péssimo estado e agora uma situação ainda pior pelos impactos da inundação. Apesar de São Luiz do Paraitinga ser uma cidade que acompanha a tendência de migração populacional para as cidades, ainda possui na zona rural um percentual maior do que a média nacional para esse tipo de ocupação. Vamos observar nos gráficos abaixo que a tendência de urbanização é bastante representativa, mas não podemos descartar a fundamental importância da zona rural na sociabilidade desse município. Trata-se, aliás, de uma faceta que desempenha cada vez mais destaque no desenvolvimento do turismo local, com o fortalecimento da identidade de município considerado representativo da cultura popular brasileira, onde elementos rurais são bastante importantes, mesmo que inseridos em um processo vertiginoso de decréscimo populacional.

***Tabela 4 – Distribuição percentual da população por situação de domicílio – Brasil – 1980 a 2010***

<b>Por situação do domicílio (%)</b>	<b>URBANA</b>	<b>RURAL</b>
1980	67,70	32,30
1991	75,47	24,53
1996	78,36	21,64
2000	81,23	18,77
2010	84,36	15,64
1980	67,70	32,30

*Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010; Contagem da População 1996.*

**Tabela 5 – População total urbana e rural de São Luiz do Paraitinga – 1950-2000**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	RURAL
1950	14.547	1.395	13.152
1960	10.497	2.493	8.004
1970	11.655	3.103	8.552
1980	9.743	3.947	5.797
1990	9.888	4.968	4.920
2000	10.427	6.145	4.284

Fonte: IBGE, 1950-2001.<sup>165</sup>

Atualizando o dado do censo de 2010<sup>166</sup>, percebe-se que a população total de São Luiz do Paraitinga passou a ser de 10.397 habitantes, sendo 6.180 na zona urbana e 4.217 na zona rural. Mantém-se ainda uma população de 44% na zona rural frente à média nacional de 15,64%.

Dessa forma, ao lado daquela tragédia imensa do núcleo urbano luizense aliás, tragédia imensamente divulgada e espetacularizada<sup>167</sup> pela mídia na época, temos uma catástrofe de tamanha proporção no entorno desse núcleo pouquíssimas vezes contemplada nas discussões sobre o tema.

**Figura 9 – Estrada de acesso à Cachoeira Grande – bairro do Faxinal, no município de Lagoinha, próxima a divisa de São Luiz do Paraitinga.**



Foto: acervo pessoal do autor

<sup>165</sup> Apud SANTOS, Daniel Messias; NOGUEIRA, Camila; AMARAL, Fábio Sérgio. *São Luiz do Paraitinga: bolsa família e desenvolvimento humano*, 2014. Relatório de Programa de Pós-Graduação em História da UNITAU. Taubaté: Universidade de Taubaté/SP, 2014.

<sup>166</sup> IBGE. *Censo Demográfico Nacional de 2010*. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=35>. Acesso a 12 de julho de 2014.

<sup>167</sup> Durante a pesquisa, fui numerando artigos e reportagens sobre a inundação do Paraitinga. Cataloguei 212 reportagens em sites da internet especificamente sobre a inundação de 2010 apenas no mês de janeiro de 2010 – essa vasta lista inclui sites internacionais. Houve 78 reportagens de emissoras de televisão, novamente incluindo diversas redes internacionais neste curto período de 30 dias. Elas, contudo, dificilmente noticiavam algo relacionado à zona rural local. Sobre a espetacularização da divulgação, é fato que ela foi muito importante neste momento inicial trazendo grande mobilização para a reorganização da cidade, contudo, infelizmente, durante o processo de reconstrução, o interesse da grande mídia em noticiar progressos e avanços sempre foi muito menor que a força ao noticiar a tragédia.

Muitos sítiantes perderam toda sua produção agrícola, cabeças de gado, ficaram isolados com a interrupção de estradas e tiveram, assim como na cidade, suas próprias casas inundadas e destruídas, em diversos casos.

A imagem a seguir trata do deslizamento no bairro do Bom Retiro Santa Cruz que, infelizmente, vitimou a única pessoa durante as chuvas da virada de ano de 2010 em São Luiz do Paraitinga, em um contexto indireto. Demonstrando a dificuldade de ação do poder público em solucionar a necessidade das pessoas nesses primeiros dias, os próprios moradores desse bairro tentavam liberar o acesso da estrada que os havia deixado isolados. Um novo deslizamento enquanto eles próprios tentavam liberar o acesso vitimou quatro pessoas. Dessas, três conseguiram ser resgatadas, e o Sr. Luiz Carlos dos Santos, de 28 anos, infelizmente só foi retirado do deslizamento dez dias depois, sendo efetivamente considerado a única vítima fatal dessa tragédia.

Como estamos falando de motivos da inundação e qual caminho seguir, já ressaltai na apresentação a importância dos núcleos de estudos que se formaram na cidade após a tragédia, mas gostaria de destacar o trabalho das universidades UNITAU, UNESP e USP, com várias frentes de pesquisadores de diversas áreas que resultaram em muitas reflexões sobre as causas, mas também com trabalhos efetivos para prosseguir na reformulação da cidade. Esses profissionais se envolveram diretamente no dia a dia da cidade e serviram como referências fundamentais, seja no planejamento arquitetônico, seja na discussão de políticas públicas de seguridade social, habitacional, econômica e cultural. Com a chegada destes profissionais, nos primeiros dias de 2010, começava-se a trilhar um caminho.

Tanto quanto a chegada desses profissionais, obviamente tiveram importância equivalente as doações de gêneros de primeiras necessidades, sendo dois movimentos que ajudaram a encontrar um caminho antes mesmo do reestabelecimento do próprio comando da cidade. A fala da então prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle é bastante interessante:

Quando o então secretário de desenvolvimento de Estado, Geraldo Alckmin me avisava de que estava a caminho no dia 3 de janeiro, uma missão com o governador José Serra, e me questionava do que eu precisava de

mais urgente, me lembro de que a única coisa que consegui falar foi que precisava de uma nova cidade.<sup>168</sup>

Logo nos primeiros meses da reconstrução, uma das principais frentes de ação foi o trabalho desses pesquisadores. Justamente o *Jornal da Reconstrução* – há pouco citado – fruto de parceria da UNESP com a UNITAU, foi fundamental para trazer informações às pessoas da cidade e de outras localidades que se mobilizavam. Desempenhou papel basilar na unidade local em torno desta árdua tarefa que se colocava nesse desafiador ano de 2010. Informações que ajudavam a tranquilizar uma população bastante assustada e constantemente alarmada por boatos de que novas chuvas chegariam, novos deslizamentos poderiam ocorrer a qualquer momento.

Trabalhos mais aprofundados foram sendo elaborados e foram servindo como base de sustentação para a reconstrução em diversos campos e ampliando aquele horizonte apenas da reconstrução material do patrimônio arquitetônico. Precisava-se reerguer, sim, o que foi atingido, dar condições para a economia voltar a funcionar, mas tudo agora precisava seguir regras de planejamento urbano e era necessário entender mais profundamente as causas da inundação, algo primordial.

Um dos principais representantes do núcleo de pesquisadores da UNESP para a reconstrução de São Luiz do Paraitinga, José Xaides de Sampaio Alves, acabou se transformando em uma espécie de ícone desse processo, passando a ficar em São Luiz do Paraitinga e a representar a formação da parceria entre os estudos que iam sendo realizados por diversas frentes e o próprio início dos trabalhos da prefeitura municipal. Novamente, utilizo a fala da prefeita no momento, Ana Lúcia Bilard Sicherle:

Sinceramente eu não sei o que seria de nós se não chegassem as doações, em todos os sentidos; a cidade precisou de água potável, de comida, de roupa, de ajuda da defesa civil do Estado, dos governos federal e estadual, políticos da região e amigos e frequentadores do município. Mas gostaria de destacar o papel da doação de muitos pesquisadores, que deixaram seus afazeres e direcionaram sua atuação para projetos relacionados à nossa cidade. Trazendo não só conhecimento, mas uma visão mais isenta e com conteúdo do que fazer naquele momento específico. Poderia citar diversos nomes, mas certamente pessoas como o professor Xaides se transformaram

---

<sup>168</sup> Entrevista com a prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) – mandato 2008 – 2012 – em novembro de 2012.

em aliados que nos fizeram seguir um caminho que considero de sucesso por tudo que a cidade prosseguiu e conseguiu nos últimos anos.<sup>169</sup>

Voltando à discussão dos motivos da inundação, uma reflexão do próprio professor Xaides, em coautoria com os professores Antonio Carlos de Oliveira e Manuel Joaquim da Silva – todos da UNESP – intitulada *São Luiz do Paraitinga: causas antrópicas rurais da catástrofe de 2010*<sup>170</sup> traz explicações importantes e que unem essa tragédia com historicidade e pensando-a com a questão urbana e rural concomitantemente:

Com a decadência do ouro das Minas Gerais a partir do final do século XVIII, os “paulistas de torna-viagem” (SAIA, 2005)<sup>171</sup> desceram fundando fazendas de gado, seguindo os rios que nasciam na vertente mineira da Serra da Mantiqueira e que atingiram o Triângulo Mineiro, norte e noroeste do Estado de São Paulo, ou também retornaram ao Vale do Paraíba. Nesse último caso, colaboraram para o grande crescimento da produção do café que no século XIX será responsável pela grande devastação ambiental da mata atlântica de toda aquela região. O Café será o responsável pela criação de inúmeras sedes de fazendas, que vão cobrir o território regional do rio de Janeiro, sul de Minas e todo o vale do rio Paraíba do Sul, bem como criando e fortalecendo inúmeras cidades como Vassouras, Bananal, Taubaté entre tantas outras.

Apesar de não atingir o mesmo destaque na produção cafeeira como citei no capítulo anterior, é desse momento histórico toda a formação do núcleo urbano e do hoje considerado patrimônio histórico agora afetado pela inundação do Paraitinga. O que os autores chamam à atenção na continuidade de seu artigo é justamente a reafirmação da dificuldade do café prosperar em São Luiz do Paraitinga. Creditam as consequências antrópicas de toda essa transformação, justamente por condições topográficas, de terras montanhosas e vales estreitos e encaixados, passando-se a se dedicar ao cultivo das culturas brancas do arroz, feijão,

<sup>169</sup> Entrevista com a prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) – mandato 2008 – 2012 – em novembro de 2012.

<sup>170</sup> ALVES, José Xaides de Sampaio; OLIVEIRA, Antônio Carlos de; SILVA, Manoel Joaquim de. “São Luiz do Paraitinga: causas antrópicas rurais da catástrofe de 2010”. *Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP*. Campus Guarujá, 2012.

<sup>171</sup> SAIA, Luiz. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 2005. *Apud* ALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2012: 3.

milho, hortaliças, o porco e o gado vacum. O que acontece é que essas atividades eram normalmente desempenhadas nos fundos dos vales, nas atuais áreas de proteção permanente – APP – segundo os autores, já causando impactos na paisagem do município.<sup>172</sup>

Podemos identificar, ainda na continuidade dessa questão que a exploração econômica com impactos ambientais continua no século XX, como vimos no capítulo anterior, com novas ocupações, destacadamente a pecuária leiteira e as monoculturas como do eucalipto, que é mais recente. O primeiro surto migratório ligado à pecuária será dos mineiros, que vem ocupar a região de terras altas da Serra do Mar, com a cultura de gado e de subsistência. Cultura que, segundo Aziz Nacib Ab'Saber, será tão ou mais predatória das matas nativas da região quanto o próprio café.<sup>173</sup>

De forma idêntica, seja pela exploração cafeeira ou pecuária leiteira, acabou sendo prática recorrente a destruição da mata atlântica nativa e a ocupação de encostas do rio Paraitinga sem a mínima preocupação com os impactos ambientais que isso pudesse trazer. Atualmente, a monocultura do eucalipto – com seus diversos impactos naturais – vem crescendo de forma bastante rápida na zona rural do município luizense. Segundo dados da própria prefeitura municipal, às vésperas da inundação, em 2006, mais de 10% do território luizense estava ocupado com a monocultura do eucalipto. Com o agravante de muitas delas estarem nas cabeceiras de afluentes do rio Paraitinga.<sup>174</sup>

As condições históricas da ocupação e exploração territorial pelo homem na região de São Luiz do Paraitinga e do Vale do Paraíba permitiram o desenvolvimento dos diferentes ciclos das monoculturas do café, do gado e do eucalipto e outras formas culturais predatórias do meio ambiente rural, como o uso intensivo das várzeas para as produções de alimentos das culturas brancas. Essas culturas impactaram negativamente o meio ambiente com a destruição intensa da vegetação nativa e proteções ciliares de mata atlântica; possibilitaram o intenso pisoteamento do solo pelo gado e, portanto, provocaram sua maior impermeabilização; colaboraram para processos erosivos das terras rurais e causaram assoreamentos de córregos e rios

---

<sup>172</sup> ALVES, OLIVEIRA e SILVA, 2012: 4 a 6.

<sup>173</sup> AB'SABER, Aziz Nacib. *O sítio urbano de São Luiz do Paraitinga e a tragédia das grandes cheias do rio*. Texto em acervo do autor especialmente produzido para a cápsula do tempo que foi colocada na nova Igreja Matriz. São Luiz do Paraitinga: 2010.

<sup>174</sup> PMETSLP – Prefeitura Municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga: Plano Diretor Participativo, Lei Municipal 1347/2010.

a montante da cidade de São Luiz do Paraitinga e mesmo na sua área urbana. Fica assim claro que boa parte da responsabilidade pelo crescimento dos processos de formação de enchentes naquela cidade está diretamente ligada a esse histórico já secular de exploração econômica do solo rural<sup>175</sup>

Apegando-nos a este histórico da ocupação exploratória do território e à inexistência de alguma sustentabilidade ecológica, a área rural do município ficou mais vulnerável a inundação e todo este processo de deslizamentos e assoreamento do Paraitinga contribuíram para o agravamento da catástrofe. Se a cidade luizense inicialmente possuía um planejamento do estabelecimento do seu núcleo urbano, com o passar dos anos ele não impediu diversas construções em regiões que originalmente estavam destinadas à vazão do próprio rio. Adicionando os eventos naturais citados há pouco ligados a eventos globais como o El Niño e os ciclos de chuva extremamente acima da média histórica, chegamos a um panorama que dava conta de explicações mais concretas àqueles momentos de grande desespero da população.

Há de se concordar que o processo da reconstrução primeiro precisava explicar as pessoas o que se passava, principalmente aos que sofreram os impactos das cheias. As verdadeiras motivações daquela tragédia precisavam ser evidenciadas. O enfoque dos especialistas, dos profissionais que acorreram à cidade, foi um contraponto a algumas formulações do imaginário local, ao mostrar que o acontecido em São Luiz do Paraitinga não foi obra do acaso, do “castigo divino” e de que estávamos inseridos em um fenômeno global no qual a natureza tem sofrido diversas consequências. Também mostrou que poderíamos, de agora em diante, pensar a cidade em uma nova situação, com planejamento e possibilidades de prevenção de catástrofes semelhantes. Mas, justamente, por onde começar? Era essa a principal pergunta dos luizenses naquele momento do início de 2010.

## **2.1 O impacto da enchente no cotidiano da comunidade**

Antes de qualquer atitude mais planejada, de uma organização de reconstrução da cidade ou mesmo buscando entender o que havia acontecido, a cidade teve que superar alguns traumas e buscar soluções para necessidades mais urgentes. Do dia 1º de janeiro de 2010 ao dia 3 de janeiro de 2010, tivemos um núcleo urbano dividido literalmente em dois.

---

<sup>175</sup> ALVES; OLIVEIRA e SILVA, 2012: 8.



Não havia saída para aqueles que estavam dentro do centro da cidade ou nos bairros do Benfica, Alto do Cruzeiro e Várzea dos Passarinhos. O próprio curso do rio, ao subir mais que 10 metros causou uma barreira intransponível às pessoas que ali estavam.

As pessoas que conseguiram sair antes que o rio ultrapasse a ponte de acesso à entrada da cidade não conseguiam mais voltar da tarde do dia primeiro de janeiro em diante. São inúmeras as histórias de famílias que se separaram ficando membros dentro da cidade e outros fora, causando grande preocupação entre eles.<sup>176</sup> Logo no dia 2 de janeiro, por precaução contra maiores acidentes, a energia elétrica de toda a cidade logo após o acesso da ponte do rio Paraitinga foi cortada. As torres de comunicação de celulares, por exemplo, ficam no bairro do Alto do Cruzeiro e pararam de funcionar. As centrais da empresa de telefonia fixa ficavam localizadas no centro histórico e estavam submersas. Sem acesso pela inundação não havia mais comunicação entre os dois lados da cidade.

Os barulhos de prédios desmoronando e a incerteza do que aconteceria com a cidade e de quanto tempo aquilo poderia durar, transformou aquele cenário em algo desesperador. Seria inverdade dizer que as pessoas, naquele momento, em sua totalidade, não temessem pelas suas vidas e de familiares que estavam incomunicáveis.

Aliás, na primeira noite, muitas pessoas estavam em suas casas ainda e, como a água não parava de subir, não conseguiam mais sair delas. Veremos logo adiante o quanto o papel do *rafting* foi fundamental para, antes de tudo, salvar muitas vidas e depois poder ainda remover as pessoas daquele espaço sitiado, quando as águas começaram a baixar. Mas, naquele momento, a única preocupação das pessoas era quando a água iria parar de subir:

Eu fico agora pensando que poderia ter feito isso, ter feito aquilo, ter salvo determinada coisa, mas naqueles dias parece que nem a cabeça funcionava.

---

<sup>176</sup> O meu caso pessoal é um desses exemplos: minha esposa Luciane Bittencourt, naquele tempo ainda não éramos casados, morava com sua mãe Maria Madalena de Paiva Bittencourt, na rua Benfica, no centro da cidade. Enquanto ela veio ajudar para que erguêssemos móveis em minha casa, a água subiu tão rapidamente que ela não pode mais voltar e sua mãe ficou isolada do outro lado da ponte. Na minha casa, o trabalho também foi em vão, pois, a água acabou por cobrir toda a residência. Quanto a dona Madalena, só fomos ter notícias no dia 4 de janeiro e, sem sombras de dúvidas, passamos os momentos mais angustiantes de nossas vidas. Víamos nossa cidade e nossos pertences em ruínas e não tínhamos notícias das pessoas que estavam do outro lado da cidade.

Lembro que ficava paralisada só olhando aquele monte de água e rezando... rezando... rezando.<sup>177</sup>

Um desafio semelhante aconteceu dos dois lados da cidade: como acolher os desabrigados quando ainda não existia gestão municipal. Foi ao menos uma tarefa superada com certa facilidade naqueles dias e, acredito muito, pelo histórico de ser uma cidade pautada pelas influências da cultura popular e do seu espírito de coletividade: aquelas pessoas cujas residências ficavam em patamares mais altos tiveram que literalmente abrir suas casas para os desalojados. E isso incluiu fornecer alimentos, roupas, camas – quando havia – e compartilhar das angústias e dificuldades naquele episódio. Com o tempo, o problema cresceria: como resolver a situação dos milhares de desabrigados? Porém, até então, a única necessidade era a da sobrevivência e as pessoas que podiam foram muito solícitas.

Um grande exemplo desse momento específico é o caso da senhora Carmelina Faria Rocha, a conhecida dona Lica do Bozó. Ela, em depoimento na entrevista do Projeto Memória<sup>178</sup> e constituinte das histórias de vida deste trabalho, conta em detalhes o que passou naquela circunstância. Moradora de uma chácara que fica dentro da cidade, transformou sua residência em verdadeira comunidade, o que exemplifica de forma muito clara esse contexto.

---

<sup>177</sup> Dona Margarida Alves de Paula, moradora da rua Coronel Domingues de Castro, 52 anos, ficou presa em um sobrado com dois filhos e dois cachorros –segundo ela, sendo resgatada pelas equipes de *rafting* no dia 2 de janeiro de 2010. Acabou passando pela casa de amigos e ficou alojada no prédio da escola Monsenhor Ignácio Gióia – único estabelecimento de ensino que a água não atingiu – até o fim de janeiro de 2010.

<sup>178</sup> O Projeto Memória foi desenvolvido pela ONG AMI-SLP (<http://www.amisaoluiz.org.br/site/>), de que tive o prazer de participar e forneceu um acervo documental muito importante para esta pesquisa. O projeto colheu depoimentos de 25 luizenses e a partir de uma pesquisa sobre o que restou da documentação pública e privada pós-desastre, constituindo um primeiro acervo de histórias de vida, passível de utilizações múltiplas no decorrer do processo de reconstrução. Ele foi finalizado e apresentado à população como um documentário. Foi mais um dos momentos em que esta pesquisa pode me mostrar o quanto é possível fazermos teoria aliada à prática e ver a devolução social que isso causa. Foi um trabalho muito gratificante e que, com certeza, ainda servirá de referência documental para muitas outras pesquisas sobre a cidade. O projeto foi coordenado pelo jornalista Luiz Egypto de Cerqueira. O papel de contribuir com a pesquisa histórica e a participação na realização das 25 entrevistas que foram também utilizadas como base documental nesta tese foi um momento de claro privilégio da possibilidade profícua de junção da atuação de pesquisador com as possibilidades de aplicações práticas deste conhecimento em investigação. A exibição posterior do documentário foi muito bem aceita pela população local e pelos frequentadores da cidade e devolveu aos entrevistados um reconhecimento merecido e mesmo um sentimento de orgulho de sua participação no projeto. O DVD (CERQUEIRA, Luiz Egypto (coord). *Memória Luizense: a passagem do tempo em São Luiz do Paraitinga*. DVD. São Luiz do Paraitinga: Três Marias Produção Cultural, 2012) está disponível para download gratuito a partir do Youtube no endereço: <<https://www.youtube.com/watch?v=VkxkBZugevQ>>.

O primeiro impacto que dona Lica nos conta é justamente o impacto da notícia da inundação, misturando a incredulidade com os fatos a ela contados e a posterior comprovação do tamanho da tragédia:

Ai, foi terrível: eu estava dormindo, eu pensei que era mentira, então, o meu filho chegou quatro horas da manhã e foi até o quarto de minha filha e falou: “Sueli, acorde a mãe que a água tá chegando na igreja, a água da enchente, e eu vim pegar o barco, porque tem gente que tá sem poder sair”. Isso foi o Valdo. A Sueli, minha filha, respondeu: “Ah, Valdo, isso não é hora de mentira: imagina, enchente na porta da igreja, onde você viu isso? “Levanta e vai ver, mas não conte pra mãe”. Quando escutei que o Valdo falou: “Não conte pra mãe”, eu levantei imediatamente e já fui perguntando: “O que aconteceu?” Ele respondeu “Mãe do céu, vim buscar meu barco e vou chamar o Dichi, para salvarmos gente. Tem cachorro que está gritando no sobrado na praça tem que ter gente presa lá”. Eu respondia “Mas não é possível, filho” “Vai lá pra senhora vê” “Eu? Ir lá ver o sofrimento dos outros? E o povo?” “Nossa Senhora Aparecida! Tem gente que está gritando de desesperada”. Ficava pensando comigo mesmo: mas como pode acontecer isso? Nunca deu isso aqui em São Luiz: já deu várias enchentes que eu mesmo aguentei no beco lá, mas não assim. Quando foi sete horas da manhã, eu abri o portão de casa e tampou de gente, sabe? Todo mundo chorando, molhado, cheio de barro. Meu Deus do céu, que tristeza! Daí, eu acreditei que era verdade.<sup>179</sup>

Em toda a situação de catástrofe é esperado um movimento de solidariedade das pessoas que podem ajudar. O diferencial no caso de São Luiz do Paraitinga foi a adoção de uma conduta que representava muito mais do que simplesmente auxílio ao próximo. Não consigo imaginar nos grandes centros atualmente atitudes como a sequência da narrativa de dona Lica quando literalmente cede tudo o que tem pelo bem comum. Mesmo sabendo das incertezas daquele contexto totalmente inesperado e ainda sem nenhuma perspectiva de solução. Estávamos nos primeiros momentos da tragédia e dona Lica recebe dezenas de pessoas:

Abri os dois portões e falei: “Entra, a casa é de vocês. De agora em diante, vocês que mandam: tem roupa no guarda-roupa, tem cobertor, tem lençol, tem tudo aí. (...) Olha meu filho chegou tanta gente que eu nunca vi na minha vida. A maioria era turista que estava na pousada ali do Luiz Orlando<sup>180</sup>. Aí eu não sabia se eu dava risada ou se eu chorava de tristeza de

<sup>179</sup> Entrevista com Carmelina Faria Rocha, dona de casa, residente no bairro do Benfica em janeiro de 2012.

<sup>180</sup> A pousada a que dona Lica se refere é a Pousada Vila Verde Paraitinga situada na rua Benfica.

ver aquele povo sabe? Criança, homem, gente doente, sabe? Teve uma senhora lá que chegou carregada no braço de outras pessoas, tudo molhada... Ah, dei jeito para todo mundo, filho: abri os guarda-roupas e falei: “O que servir”, tanto meu, como das minhas filhas, cobertor, lençol, que eu compro muita coisa daquela freira – você conhece, sabe, uma freira que vende ali, ela é de Lagoinha? – Então, eu compro muita coisa dela e guardo porque, se não servir pra mim, serve pra outro. (...) Serviu pra todo mundo, graças a Deus, e eu tinha estoque das coisas compradas, porque foi fim de ano e eu tinha recebido 13º; recebi do resto da turma que comprou lote meu, sabe? E pagaram, tudo no fim do ano. Tinha acabado de ir no supermercado (...) A Sueli limpou a despensa e eu enchi de coisa. Foi Deus, foi Deus que mandou aquilo. Olha, tratei daquele povo em casa, que você precisa ver: o povão teve do bom e do melhor: comeram de peru a leitoa, graças a Deus.<sup>181</sup>

A visão que dona Lica passava sobre a tragédia carregava vários elementos típicos das soluções que a cultura popular costumava encontrar na história local. Ao lado da tragédia e da incerteza, o espírito de comunidade, o apelo ao sagrado e a felicidade em momentos típicos das festas populares, como a distribuição da comida e a moda de viola, já apontam nesse caso da dona Lica – e poderia citar diversos outros – que a cultura luizense acabava assumindo papel fundamental desde esse momento. Seria muito mais difícil atravessar esse primeiro desafio sem o espírito de coletividade e a fé das pessoas deste lugar.

E, olha, pra mim era triste, mas era bonito, filho: era triste, porque você vê as pessoas, cada um falava assim: “Ai meu Deus, acabei de pagar a minha geladeira, rodou na enchente”; a outra falava: “Ai, meu colchão novo”. Só via tristeza, eles falando que eles estavam pagando ainda, né? “Ai, minha roupa, tudo passadinho, rodou tudo, cheio de barro, não sei o quê.” Então, eu tinha tristeza: a gente que já sofreu, ver o sofrimento dos outros é triste. Mas de noite era bonito: de noite, tinha aquele irmão da Cássia, que é meu vizinho, eles chegavam de noite, faziam aquela fogueira ali fora. Tinha um quarto da casa que era um bando de crente, lá eles faziam a oração deles e rezavam. Do outro lado quem tinha fé em Nossa Senhora Aparecida, lá eu punha o meu quadro, Nossa Senhora da Aparecida, Divino Espírito Santo e eles faziam a oração deles e eu junto também. E lá fora, a rapaziada tocando viola e cantando.<sup>182</sup>

<sup>181</sup> Entrevista com Carmelina Faria Rocha, dona de casa, residente no bairro do Benfica em janeiro de 2012.

<sup>182</sup> Entrevista com Carmelina Faria Rocha em maio de 2012.

Atualmente, olhando retrospectivamente, acredito muito que podemos perceber claramente na população luizense, de forma geral, uma maior consciência da importância da cultura após a tragédia de 1º de janeiro de 2010. Essa exposição midiática e esse apelo de ajuda pelos quais a cidade foi envolvida e que mobilizaram rapidamente diversas entidades, fizeram as pessoas do local perceberem o tamanho da importância daquele modo de vida que era tão natural e, portanto, comum para elas. Verificar o que mudou na percepção das próprias pessoas quanto à importância da cultura no mundo moderno, através de suas experiências, acabou sendo uma das grandes descobertas nesses cinco anos de convívio com o tema.

O relato de dona Lica, como quaisquer narrativas que as entrevistas foram gerando, fazia um alerta: para dar conta da problemática proposta, a pesquisa precisava sim continuar a tratar de aspectos históricos, ecológicos, sociais e técnicos da inundação, contudo, era fundamental que contemplasse também aspectos de ordem mais pessoal. A questão psicológica do impacto da inundação passou a ser um fator muito importante naquele momento.

O psicólogo Júlio Peres (USP) discute em sua obra *Trauma e superação*<sup>183</sup> a possibilidade de se canalizar o forte trauma de um evento como foi a enchente do Paraitinga, em possibilidades de superação que, inclusive, facilitarão significativamente uma perspectiva de melhora de vida no futuro. Sempre questões que envolvam o signo “trauma” em psicologia são acompanhadas de questões espirituais em algum gênero, segundo Peres.<sup>184</sup>

Pensando nessa afirmação e transferindo-a para um ambiente com uma carga imensa de religiosidade popular, como São Luiz do Paraitinga, e com o impacto que causou a queda da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa, constitui-se tarefa investigativa muito interessante buscar a importância dessas simbologias religiosas na sociedade luizense. É impressionante, sobretudo nos primeiros relatos dos moradores, escutar pessoas que perderam tudo se queixando sobretudo da queda do maior símbolo arquitetônico da cidade e ignorando o drama pessoal. As festas religiosas e a reconstrução destes ícones como a Igreja Matriz, Capela das Mercês, Igreja do Rosário, durante a reconstrução, foram momentos muito marcantes.

---

<sup>183</sup> PERES, Júlio. *Trauma e superação: o que a psicologia, a neurociência e a espiritualidade ensinam*. São Paulo: Roca, 2009.

<sup>184</sup> PERES, 2009: 265-271.

É mais interessante ainda que esses símbolos católicos, por exemplo, ultrapassaram a barreira dos que seguiam essa religião: eram acima de tudo, signos de uma cidade. Cada prédio desses, reinaugurado, colocava a cidade toda em festa. Passado o trauma inicial, já se vislumbrava a reconstrução: mas quando isso de fato foi se materializando nos anos seguintes, o efeito psicológico positivo que as reconstruções representavam frente ao impacto da destruição era algo muito claro e aglutinador de um ânimo impressionante para os membros da comunidade luizense.

Obviamente, trata-se de um caminho longo e tortuoso. Veremos, no decorrer deste trabalho, inclusive, diversos desafios que ainda estão presentes na cidade. São de várias ordens. Ainda em 2015, muitas pessoas não conseguiram voltar para suas casas. O ímpeto inicial da comunidade de reconstruir foi muitas vezes barrado por disputas políticas locais e por dificuldades econômicas. São Luiz do Paraitinga transformou-se também em palco de disputas políticas estaduais e nacionais e sua reconstrução virou um campo de atuação partidária que extrapolou, muitas vezes, o caminho que o planejamento de técnicos poderia indicar.

Desastres e adversidades naturais, previstos ou não, trarão perdas materiais, afetivas e sociais, fazendo com que as pessoas atingidas passem por um processo de luto. Ocorre que, juntamente com esse processo e sua elaboração, elas devem reconstruir suas bases, e não há tempo para se reconstruir uma coisa de cada vez. Durante o enfrentamento da situação, há que se avaliar as perdas, priorizar necessidades de sobrevivência e manter aquilo que não foi perdido<sup>185</sup>

Dessa forma, ficou marcada na vida dessas pessoas, uma força para superar dificuldades. Entretanto, no decorrer desse processo, um grande medo de uma nova inundação sempre as acompanhou. Quaisquer acúmulos de chuvas acima do normal de 2010 para cá, passaram a ser fonte de muita preocupação para as pessoas:

Eu até hoje escuto o barulho dos prédios que caíam na enchente. Tem noites que eu acordo sonhando que estou me afogando ou que a água chegou

---

<sup>185</sup> SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. Resiliência e desastres naturais. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 63, n. 3, July 2011. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252011000300002&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 9 out. 2015.

na minha cama e eu não consegui sair de casa. Fica uma história na vida da gente, não?...<sup>186</sup>

Agora, o que gostaria de reafirmar, é que a inundação de 2010 do rio Paraitinga foi literalmente um verdadeiro “divisor de águas” na vida daquelas pessoas. Colocou um desafio para a comunidade que foi altamente traumático e que colocou em risco diversas vidas. Fez com que as pessoas tivessem que se reinventar e superassem dificuldades antes inimagináveis e ainda em situação de profunda adversidade econômica local.

Contudo, fez com que surgisse nelas uma consciência muito mais clara de que, muitas vezes, a principal riqueza não advém dos meios econômicos ou dos círculos de poder político, de que a principal riqueza de São Luiz do Paraitinga não era nem mesmo o patrimônio arquitetônico que fora muito atingido. Existia uma riqueza muito grande no dia a dia da comunidade, em seu modo de ver o mundo, em seu maior patrimônio, que era imaterial, e que nem mesmo os luizenses poderiam imaginar. Superado um trauma daquele tamanho, seria muito fácil superar muitas coisas.

Entretanto, como era de se imaginar, esse não foi um caminho assim tão simples, e nem há perspectiva de que será, daqui em diante. Como disse, muitas pessoas ainda não voltaram para suas casas e não têm perspectiva de volta. Os anos de 2010 e 2011 ficaram marcados ainda por um grande número de falecimentos de idosos na cidade e de um grande número de pessoas doentes com depressão. A perspectiva de que não seria tão fácil assim se recuperar foi um dos fatores mais difíceis que São Luiz do Paraitinga e seus administradores tiveram e ainda têm que enfrentar.

Conversei com a psicóloga Adela de Santi, que estava na residência de amigos em São Luiz do Paraitinga no *réveillon* de 2010 e fez um trabalho importante de apoio aos luizenses no pós-trauma. Após ter visto toda a tragédia a partir de em um ponto elevado da cidade – onde ficava a casa em que estava hospedada – partilhou do sentimento de desespero e de trauma. Já nos primeiros dias era bastante clara a complexidade da tragédia:

Mas uma imagem que mais chamou a atenção foi a de pessoas caminhando na rua. Eram pessoas que tinham perdido não só bens materiais, mas tam-

---

<sup>186</sup> Entrevista com Adriana Alves Lobo, 49 anos, balconista do comércio local. Realizada em novembro de 2013.

bém fotos, lembranças, a história de suas vidas. E depois que as águas baixam, as pessoas veem suas vidas invadidas por sentimentos como o medo e o desamparo. Uma experiência como essa não é algo que se possa simplesmente deixar para trás e será fruto de muito trabalho ainda para ser superado.<sup>187</sup>

Adela de Santi era naquela época uma das integrantes da Comissão Gestora de Psicologia da Subsede do Vale do Paraíba e do Litoral Norte. Após uma iniciativa pessoal e ainda informal de visitar pessoas atingidas em suas casas naqueles primeiros momentos, conseguiu articular junto à Prefeitura Municipal um trabalho mais estruturado de atendimento psicológico àquela população. Diversos profissionais de diferentes localidades se uniram a causa. Houve apoio de entidades como o SESI, Instituto 4 Estações, Instituto Famíliae e o CAPS de Pindamonhangaba. Com absoluta certeza ajudaram e estão ajudando as pessoas enfrentar as dificuldades e, podem deixar mais um exemplo positivo de ação para adoção de políticas públicas de prevenção no futuro.

O trauma coletivo na história local advindo desse acontecimento permitiu também refletir sobre o papel da grande imprensa na construção da memória e da cultura nacional. A cidade de São Luiz do Paraitinga passou a ser muito mais conhecida e valorizada após essa enchente e isso foi graças à grande exposição que cidade teve na mídia após a inundação. A possibilidade de recompor quadros de representação da memória luizense e de sua valorização da cultura como algo que possa ser compreendido nacionalmente e pautado como exemplo para outras situações passou a ser facilmente percebido. Pelos entrecruzamentos de imagens e relatos em diversas formas da mídia, muitos brasileiros já têm nessa situação luizense – apesar de seus problemas internos e dificuldades – uma história constituída de sucesso e superação de uma traumática catástrofe natural.

É bem verdade que a mídia, nesse processo, pôde facilitar o caminho positivo, mas, em muitas outras situações, transformou-se em uma dificultadora dos procedimentos de recuperação da cidade. Grande exemplo foi uma inundação em 2013 que fez que o rio Parai-

---

<sup>187</sup> Adela de Santi é psicóloga há 30 anos e frequenta São Luiz do Paraitinga desde a década de 1980, se envolvendo muito com o processo de reconstrução. Entrevista em maio de 2012.



tinga subisse 4 metros, algo comum na história da cidade, fosse noticiado por diversos veículos como o perigo de nova enchente catastrófica, dificultando, novamente, a volta do turismo que demora para se reestabelecer desde então.

O fato é que a mídia nacional tem apelo maior por tragédias e pela espetacularização que catástrofes, como a que atingiu a cidade luizense, possam gerar. Independentemente desta tradição do privilégio à tragédia, o tema da catástrofe e, posteriormente da reconstrução esteve presente nos noticiários da grande e pequena imprensa. A mídia foi importante canal para a inserção de São Luiz na esfera na reflexão nacional acerca da identidade e do patrimônio histórico e cultural.

## **2.2 A experiência pessoal e a comparação com catástrofes simultâneas**

Pessoalmente, fui muito atingido pela enchente. Tive inundada minha casa, o comércio de minha família, a casa de minha noiva (que agora já é esposa) e sofri muitas incertezas das quais tenho falado. Muitos amigos estavam na mesma situação e acabamos convivendo simultaneamente com as dificuldades. Não víamos possibilidade de saída, inicialmente. Mas, a partir de quando a água abaixou e precisávamos limpar tudo aquilo imediatamente, aos poucos a energia foi surgindo.

Mesmo sendo historiador e pesquisador da cultura luizense, tenho que admitir que a experiência de caminhar naquela cidade, em grande parte destruída e toda suja, era algo que colocava em dúvida todas as certezas que hoje aqui defendo. Parecia uma cidade vitimada pelo bombardeio de uma grande guerra.

Mas ressalto duas coisas foram muito importantes nesse início. Minha família sempre foi ligada ao comércio, em uma tradição que remonta aos meus avós, cerca de 60 anos atrás. Ainda pertence à minha família uma mercearia que fica localizada na praça central da cidade. Hoje com 31 anos de existência, esse comércio nunca havia sido invadido por uma enchente. Naquele momento anterior à inundaçãõ, nosso único impulso foi o de subir o patamar das mercadorias, retirando o que estava mais baixo, pois, como a água nunca havia invadido aquele prédio e, na pior das hipóteses, isso já nos livraria de algum possível prejuízo. Mas não foi bem o que aconteceu. A água chegou à altura do forro do estabelecimento e, tratando-se de um comércio de alimentos, tudo foi perdido.

---

*Figura 10 – Mercado Cursino: comércio da família interditado no dia 06/01/2010*

---



*Foto do acervo pessoal do autor.*

---

Ainda sem ânimo, começamos a limpar os estragos da inundação e surpreendentemente, vários clientes, inclusive da zona rural, começaram a nos ajudar voluntariamente. Relatando meu caso em particular, podemos alongar o exemplo demonstrando a força da solidariedade e a importância do comércio para uma cidade. Não houve auxílio governamental direto: a única facilidade que foi aberta aos comércios locais foram linhas de empréstimo mais rápidas. Um fator que ajudou bastante foi que a própria tragédia acabou mobilizando fornecedores a negociarem bonificações e prazos maiores.

E, mesmo sem ter certeza alguma do que seria o futuro da economia da cidade, não só nós como 90% do comércio local reabriram suas portas em alguns meses. Isso ia devolvendo o emprego e o ânimo das pessoas por ver uma cidade que começava a funcionar novamente. Recordo ter compartilhado deste sentimento cujo primeiro incentivo era justamente um impulso para o ânimo pessoal em perceber que o comércio e instituições públicas que estavam paralisadas imediatamente estavam buscando soluções e retornando suas atividades.

Um segundo incentivo que considero muito importante naquele decurso foi a ajuda direta das pessoas e que chegava a todo instante. Existia aquela ajuda material, de suma necessidade, que era fornecida, nos primeiros dias, por parentes e vizinhos das cidades pró-

ximas como Lagoinha, Redenção da Serra, Natividade da Serra e Taubaté. As pessoas precisavam de água, roupa, comida. Em poucos dias chegavam de todos os cantos do país e em quantidades muito grandes.

Havia também, conjunta à ajuda material, muitas pessoas que prestaram solidariedade quase instantânea, um reforço da assimilação da ideia de acolhimento à população atingida pela inundação, fundamental para a superação do trauma.

Após os primeiros dias de pânico, a chegada de políticos do governo estadual, federal, deputados, membros de associações de classe, entidades como Fiesp, entre muitas outras, davam à população a esperança de que algo seria feito<sup>188</sup> e, mesmo que nem todas promessas tenham se concretizado, a possibilidade de amparo chegou, sim, de forma muito rápida e alimentou uma esperança de solução. Antes de especificar melhor como foi esse processo, gostaria de ressaltar pessoalmente a importância, ainda naquele período bem próximo à catástrofe, da chegada de pessoas que já haviam passado por situações semelhantes a nossa. Isso desempenhou um papel de força psicológica muito importante.

Posso afirmar que tanto a defesa civil do Estado de São Paulo como uma comitiva da cidade de Goiás Velho/GO, enviada pelo IPHAN e comandada pela superintendente goiana Salma Saddi relatavam situações que eles haviam enfrentado. Mostravam-nos que não seria fácil, mas que era possível e que nossa cultura seria um fator muito importante nesse processo.

O número de casas atingidas é muito parecido e o que viemos fazer aqui foi ver no que podemos somar. Só entendo que será possível a reconstrução dessa cidade se todos os órgãos estiverem unidos, se tanto a sociedade civil como o poder público estiverem imbuídos do mesmo objetivo. Nossa bandeira deve ser a do patrimônio cultural brasileiro que se entende às casas, mas também às almas dessas casas, que são as pessoas. São elas que fazem a história e que souberam preservar 300 anos de cultura.<sup>189</sup>

---

<sup>188</sup> No próximo capítulo detalharei melhor essas ajudas que foram fundamentais para a cidade e melhoraram muito a prestação de serviço público, mas não foram suficientes em muitas necessidades dos particulares.

<sup>189</sup> SADDI, Salma. Em reunião com a comunidade local transcrita na reportagem de 11/01/2010 do site: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2010/01/pessoas-sao-o-mais-importante-do-patrimonio-cultural-diz-superintendente-do-iphan-1>>. Acesso em 18 de dezembro de 2011.

Aos poucos, íamos percebendo que a situação vivida por São Luiz do Paraitinga em 2010 era parecida e estava relacionada à situação de outras cidades brasileiras que passaram pelo mesmo problema, inclusive no mesmo ano. Não que fosse uma boa notícia, mas demonstrava que não estávamos isolados e em situação sem saída.

Não foi possível neste trabalho discutir outras ocorrências em detalhes, mas a situação de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e de algumas cidades do interior de Alagoas – que enfrentaram inundações também logo nos primeiros meses do ano de 2010 – ia se configurando ainda mais difícil que a de São Luiz do Paraitinga, com pouca ajuda governamental e grande número de denúncias de mau uso dos recursos públicos e de doações de particulares. A reconstrução de todas essas localidades foi progredindo de forma muito lenta e com diversas dificuldades. A diferença da atuação do governo estadual de cada região, do próprio Governo Federal e de institutos como o IPHAN demonstram um privilégio e atenção bastante destacado a São Luiz do Paraitinga e que reafirma a intenção de considerar uma cidade de apenas dez mil habitantes um espaço privilegiado de atenção na sociedade contemporânea e com necessidade de cuidados importantes.

Durante o processo de reconstrução, acabou sendo perceptível pela população luitense uma mudança de atitude em relação à atuação desses órgãos citados e ligados à administração pública. Passada a primeira fase, em que acabaram representando uma possibilidade de redenção da cidade, pouco a pouco se começou a questionar imensamente a atuação deles e surgiram algumas dúvidas sobre o limite do apoio real à cultura local e a utilização do apoio à mesma como estratégia política a ser utilizada exteriormente. De qualquer forma, a aplicação de recursos em São Luiz do Paraitinga foi muito mais efetiva e com muito menos escândalos do que em cidades como Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e cidades como Atalaia, União dos Palmares, Branquinha e Rio Largo no estado de Alagoas.

Podemos aproximar a inundação de São Luiz do Paraitinga a outro fenômeno mundialmente conhecido: o furacão Katrina. Esse acontecimento arrasou a cidade de New Orleans, nos Estados Unidos da América, em agosto de 2005 e parece trazer alguns pontos em comum, mesmo que tenha sido muito mais traumático, principalmente pelos milhares de

mortes.<sup>190</sup> É muito interessante notar como essa cidade norte-americana, também ícone cultural, recebeu um discurso semelhante ao que ocorreu com Paraitinga, sendo ressaltada a urgência da reconstrução, pois não se poderia abandonar um polo cultural tão importante. Várias reportagens e estudos colocam também em New Orleans a cultura como protagonista no processo de reconstrução da cidade.

Pude estar em New Orleans no ano de 2013 e conversar com algumas pessoas que presenciaram o furacão. O impacto das mortes era ainda muito patente e o trauma muito maior que em nossa situação, mas o discurso da importância da cultura na reconstrução e de que isso serviu para reunir as pessoas e mesmo mobilizar as ações são muito recorrentes. O processo ocorrido nos traz grandes exemplos de como valorizar ainda mais a cultura local no processo de reconstrução da cidade. Como disse uma moradora de um tradicional bairro de jazz de Nova Orleans:

Oito anos mais tarde, a música e a cultura de Nova Orleans provaram ser um agente poderoso na renovação da cidade. Atualmente, valorizamos melhor nossa cultura e sabemos identificar que valores como do jazz, da nossa influência francesa são diferenciais dos quais nossa cidade se destaca.<sup>191</sup>

Entretanto, há uma diferença importante: enquanto aqui houve um grande discurso político quanto à necessidade da reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga, nos EUA há uma queixa pela demora da ação do poder público, que só ocorreu após a forte crítica da imprensa e da mobilização dos que conheciam e valorizavam a cidade.

A reconstrução de Nova Orleans foi muito difícil no início. O governo nunca nos considerou como uma cidade pertencente a cultura americana, justamente por ela ser muito diferente. Às vezes parece que estamos exagerando, mas se não fossem os atores, cantores que gostavam da cidade se mobilizarem, não dá para prever o que aconteceria. Aliás, muitas pessoas morreram por falta de ajuda e não pelo Katrina em si.<sup>192</sup>

---

<sup>190</sup> O Katrina foi categorizado inicialmente como um furacão de categoria 5, a mais destrutiva categoria de todas. Como consequência da tempestade, alguns dos diques que protegiam Nova Orleans não conseguiram conter as águas do Lago Pontchartrain, que afluiu município adentro, inundando mais de 80% da cidade. Cerca de 200 mil casas ficaram debaixo d'água em Nova Orleans, e milhares de pessoas morreram.

<sup>191</sup> Entrevista com Susan Fry, 33 anos, moradora do French Quarter, tradicional bairro berço do jazz em New Orleans, julho de 2013. Traduzida pelo autor.

<sup>192</sup> Entrevista com Taylor Wagner, 57 anos, taxista em New Orleans há 35 anos em julho de 2013. Traduzida pelo autor.

Chris Brendt, historiador local de Nova Orleans, acredita que a eleição do democrata Barack Obama para presidente em 2008 foi influenciada pelo insucesso da administração republicana durante a catástrofe de 2005: “Eu acredito muito que os democratas venceram a eleição com muito mais facilidade depois do Katrina. O abandono inicial do governo republicano dos EUA em não valorizar uma cidade ícone da cultura mundial causou grande impacto eleitoral.”<sup>193</sup>

É interessante pensar o quanto o discurso do Governo Federal norte-americano nesse momento argumentava sobre a não responsabilidade dos governos frente a catástrofes naturais. Contudo, a importância destinada à manutenção de patrimônios culturais motivou a construção de um discurso e uma mobilização da qual não foi possível manter uma postura de distanciamento. Assim como em São Luiz do Paraitinga, a opinião pública cobrará e acompanhará a atuação do Estado frente a desastres como aquele.

Discussões sobre desastres naturais e seus impactos são frequentes na historiografia. O historiador Stuart B. Schwartz, em seu artigo *Os furacões e a formação das sociedades caribenhas*<sup>194</sup>, analisa os desastres naturais frequentes dessa região, no caso os furacões<sup>195</sup>, inseridos em situações que precisam contemplar como causas motivações humanas, como a falta de responsabilidade ambiental, mas, também, o papel das atuações governamentais nestes episódios tanto como implementadores de políticas de prevenção como de portadores de táticas de socorro e amparo.

Estudando os furacões no que chama do Grande Caribe,<sup>196</sup> englobando Ilhas e regiões costeiras da América do Norte, Stuart Schwartz nos permite observar como diferentes culturas e estados, desde os séculos XVI, XVII até a atualidade, enfrentam esses fenômenos. Passa-se de explicações teológicas, como se fossem castigos, para diversas formas de política de assistencialismo, de isenção de tributos. Em uma região por muito tempo colonizada,

---

<sup>193</sup> Entrevista realizada em julho de 2013 e traduzida pelo autor.

<sup>194</sup> SCHWARTZ, Stuart B.. Os furacões e a formação das sociedades caribenhas. *Revista USP*, Brasil, n. 72, p. 28-43, fev. 2007. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13566>>. Acesso em: 9 out. 2015.

<sup>195</sup> Mas que pode ser atribuído a uma seca, uma tempestade, uma inundação, como no nosso caso.

<sup>196</sup> SCWARTZ, 2007: 30.

um dos mecanismos que atuava como forma de legitimação era a ação estatal posterior as catástrofes.

Em um estudo provocativo sobre os efeitos do furacão Andrew, o historiador Raymund Arsenault<sup>197</sup> argumentou que apenas recentemente as catástrofes naturais e as respostas a elas se tornaram temas de política pública, e que, antes do final do século XX, a assistência e a recuperação eram assuntos essencialmente privados. Ele certamente tem razão a respeito da maneira pela qual a mídia transformou esses furacões em eventos públicos (...). Eu argumentaria, entretanto, que desde o início da era moderna há evidências consideráveis de tentativas por parte dos governos coloniais do Caribe de assumir o encargo da assistência após a passagem dos furacões. (...) As ações tomadas pelos governos coloniais, nacionais ou locais geralmente refletiam as visões sociais e políticas do que constituía uma sociedade apropriada, de maneira como uma cidade era reconstruída – quais bairros recebiam a atenção primeiro (...) transformou os furacões em ferramentas de estruturação da sociedade e também em lentes pelas quais a sociedade e a organização política podiam ser observadas.<sup>198</sup>

Apesar de os furacões no Caribe serem um caso específico, recorrente, com uma determinada época de acontecimentos, não podemos esquecer que a cidade de São Luiz do Paraitinga convive com o problema das cheias do Rio Paraitinga em toda a sua história e que elas são recorrentes e ocorrem em um tempo específico que, geralmente, vai de novembro a março. É verdade que defendemos, pela história da ocupação do território luizense, ela estar localizada em espaço suscetível a inundações, pois era necessário estar ao lado da água por subsistência. Contudo, a permissão de ocupação de áreas inundáveis, a seleção de prioridades por parte do poder público nos períodos imediatamente posteriores as inundações, trazem à tona situações semelhantes às que Stuart Schwartz identifica em furacões no caso do Caribe, quando ali, os furacões tornaram-se elementos fundamentais para a organização social e política da sociedade.

O estudo das catástrofes remete ainda a muitas mudanças sociais, ligadas ao imaginário e ao campo que denominamos História das Mentalidades. As crenças religiosas que ainda persistem em São Luiz como explicações para um certo número de pessoas precisam

---

<sup>197</sup> ARSENAULT, Raymond. "The public Storm. Hurricanes ond the State in Twentieth-Century America" in GAMER, Wendy; GRASSBERG, Michael and HARLOG, Hendrik (eds.) *Public Life and the Historical Imagination*. Notre Dame: 2003, p. 262-92.

<sup>198</sup> SCWARTZ, 2007: 39-40.

ser analisadas, mas são partes de uma produção cultural ampla, sempre ligada ao período de catástrofes.

Já citei no início deste capítulo o caso de uma moradora específica, mas foi frequente ouvir em entrevistas que a inundação de 2010 de São Luiz do Paraitinga foi atribuída por uma espécie de castigo divino pelos excessos do homem no trato com a natureza ou mesmo excessos considerados imorais como o caso de São Luiz do Paraitinga ter se tornado uma cidade ícone carnavalesca. Da mesma forma que para muitos a realização do Carnaval em 2010 foi fundamental para a coesão da comunidade, para demonstrar capacidade de se reerguer, para outros seria a motivação do desastre e a insistência do erro no imaginário de parte da comunidade luizense.

Canções, poesias, produtos de variados campos do conhecimento são feitos pelas comunidades – Schwartz indica canções caribenhas que falam dos furacões, por exemplo – e são elementos que ampliam o estudo das catástrofes. No caso específico de São Luiz do Paraitinga, essa recomendação é justamente a minha hipótese, segundo a qual a função exercida pela produção cultural após a inundação foi o principal elemento agregador e com um papel muito importante em toda reorganização política e social local.<sup>199</sup>

Com o olhar ainda voltado para outros episódios catastróficos, pensando no caso de New Orleans especificamente, a indagação de qual o papel do governo, frente aos desastres naturais, remete a temas que aparecem de forma importante também para a discussão do caso de São Luiz do Paraitinga. Enquanto o governo norte-americano agiu de forma extremamente modesta, o IPHAN acelerou o tombamento da cidade de São Luiz do Paraitinga. Mas por outro lado, os conflitos entre o Governo Federal brasileiro e o governo estadual na decisão da forma da reconstrução de prédios como o da Igreja Matriz e da Biblioteca Municipal, a doação e a institucionalização de ajuda para os desabrigados, são temas que geraram muita polêmica e serão desenvolvidos no próximo capítulo.

A ideia de comparar as situações vividas por São Luiz do Paraitinga e New Orleans depois da passagem do furacão Katrina e do rompimento das barragens e consequente inundação da cidade foi bastante acalentada e, mesmo sabendo da dificuldade de execução do

---

<sup>199</sup> A tradição musical é um elemento muito marcante da comunidade luizense e trarei mais à frente a utilização da metodologia da História da Música como suporte para análise desse elemento e de canções que surgiram no momento da catástrofe.



projeto inicialmente concebido, fiz uma visita à cidade, na qual conversei com algumas pessoas, utilizando-me da metodologia da História Oral, baseada na História de Vida das pessoas e em alguns casos da História Temática. Assim, mesmo não tendo feito um estudo comparativo devido à carência de tempo para tal, trouxe o caso de New Orleans para ajudar a pensar os lugares que a cultura pode ocupar em processos de reconstrução de cidades após eventos de alta dramaticidade e poder de destruição.

Com o cuidado de não ampliar muito a discussão e fugir da temática principal, pois as realidades são muito diferentes, um ponto importante a ser destacado é justamente o fato de ambas as cidades terem passado por um grande trauma – felizmente aqui sem perder vidas – que permitiu que encontrassem um novo caminho, com diversas dificuldades e elementos particulares, mas que anos após a tragédia assentam sua sustentabilidade no turismo cultural e na valorização do seu patrimônio material e imaterial.

### **2.3 A simbólica queda da Igreja Matriz**

Nenhuma imagem causou mais impacto e mobilizou mais pessoas que a queda da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa de São Luiz do Paraitinga durante a inundação de 2010. Aquela edificação, situada na praça central da cidade, estava intimamente ligada à identidade da cidade. Vimos no capítulo anterior o quanto as construções de edificações religiosas eram uma política da Colônia Brasileira e, embora São Luiz do Paraitinga sempre tenha sido marcada por um catolicismo muito sincrético e matizado pelas manifestações populares, também fez parte desse processo e suas igrejas sempre exerceram um papel de preponderância na formação do núcleo urbano. E, delas, a matriz São Luiz de Tolosa era a mais imponente.

Acompanhei a uma distância de cerca de 200 metros a queda da primeira torre e, algumas horas depois, a queda da Matriz como um todo. Fica difícil mensurar o sentimento, mas era como se a nossa cidade perdesse o seu principal prédio, sua referência primordial. Naquele momento parecia que o luizense e o visitante que ali estava sitiado tomava a real proporção do tamanho da tragédia.

---

**Figura 11 – Queda da segunda torre**

---



*Foto acervo pessoal Alexandre Medeiros.*

---

Muitos vídeos foram feitos da queda da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa pelos próprios moradores. Sem dúvida alguma, a queda de suas duas torres, seguida do prédio praticamente todo, foram os momentos mais chocantes daquela tragédia. Sugiro neste momento a visualização do vídeo da queda da segunda torre – de autor desconhecido – que foi muito acessado pela rede Youtube e está reproduzido no anexo 10.8 deste trabalho.

---

**Figura 12 – Igreja Matriz de São Luís do Paraitinga destruída após enchente em 2010.**

---



*Foto: Rogério Marques.*

---

Durante as entrevistas, chamou muito a atenção que praticamente a totalidade das pessoas colocavam a queda da Igreja Matriz como o principal fato da enchente. Mesmo aquelas pessoas que não eram católicas, mesmo os que perderam todos seus pertences, sempre apontavam como a principal tragédia a queda desta edificação. A fala de Maria Antônia Pinto, paulistana, que passava o feriado do *réveillon* em São Luiz do Paraitinga e também ficou ilhada durante a inundação, é muito elucidativa desse momento:

Você ver as pessoas ficarem desesperadas porque tudo que tinham estava sendo perdido é sem sombras de dúvida uma experiência das mais tristes em minha vida. A gente, naqueles três dias, parece que não tinha muito sentimento, era uma perplexidade geral e ficávamos só observando a força da natureza. Agora, quando a Igreja Matriz começou a ruir, e todos passaram a perceber que ela cairia, a histeria das pessoas era tão grande, o desespero, com absoluta certeza... foi um momento que nunca mais vou esquecer e, a partir dali, eu passei a entender que existem coisas na vida das pessoas que representam algo que é muito maior que o bem material, é um pouco da sentimentalidade, da experiência de vida.<sup>200</sup>

Como venho afirmando, a preservação patrimonial não se limita somente ao material, mas engloba a identidade cultural das pessoas. O patrimônio histórico, sendo ele material, natural ou imaterial, possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental e estética para a sociedade como um todo. A cidade luizense possui diversos patrimônios arquitetônicos religiosos e oficiais, porém a maioria das pessoas cita a Igreja Matriz como a edificação mais importante. Sua própria história comprova esse envolvimento, pois, construída com mão de obra dos próprios luizenses, é constantemente utilizada pela população em eventos que extrapolam sua função como templo religioso e marca a identidade local constantemente.

A história de sua construção inicia-se em 1825, quando o conselho (Câmara) da Villa Nova de São Luiz do Parahytinga fez um pedido à presidência da Província solicitando a construção de uma Igreja Matriz.<sup>201</sup> Os vereadores alegaram que a pequena capela da Irman-

<sup>200</sup> Dona Maria Antônia Pinto, contadora na cidade de São Paulo, passou a frequentar diversas atividades em prol da reconstrução de São Luiz do Paraitinga após a tragédia. Entrevista em abril de 2010.

<sup>201</sup> DAESP, Ofícios da Câmara de São Luiz do Parahytinga, cx. 08, ord. 325, docs 5-2-15, 5-2-22, 5-2-24 (anos 1820-1830); DI, vol. L., pág. 87 89, *apud* TRINDADE, 1977.

dade do Rosário era insuficiente para acolher os fiéis. O Conselho Provincial acolheu o pedido, mas com a ressalva de que os moradores da povoação deveriam arcar com a mão de obra.

A construção do templo começou em 1830, ficando pronta em 1840. Tinha apenas uma torre, na qual, em 1875, foi instalado o relógio. Em 1894, no paroquiado do cônego João Antônio da Costa Bueno, foi erguida a segunda torre. Esse sacerdote, nascido em Pindamonhangaba, era irmão de Dino da Costa Bueno, que foi governador de São Paulo.<sup>202</sup>

*Figura 13 – Igreja Matriz após a construção da 2ª torre.*



*Foto: Arquivo Benito Campos – década 1940.*

O próprio tempo para a construção da edificação demonstra a dificuldade para erigir obra dessa proporção naquele período histórico. A comunidade assumiu um compromisso que envolveu várias gerações e, acredito, aumentando ainda mais a importância do edifício no imaginário local. Quando houve a destruição caía um prédio que fora em grande parte levantado pelos antepassados daquelas famílias que hoje ainda estão pela cidade.

É interessante também que a construção da Igreja Matriz da cidade era a adoção de um espaço comum onde se poderia implementar um ponto de encontro oficial entre a busca de institucionalização das práticas religiosas pela Igreja Católica local, frente as práticas que eram advindas das comunidades propriamente ditas sem um maior controle.

Desde os primeiros tempos da Vila de São Luiz até o fim do século XIX, a Igreja Católica tentava essa ação da institucionalização da religião; contudo, não possuía um espaço privilegiado como era o da Matriz para isso. O controle sobre os fiéis era garantido – e é até hoje em dia, em alguns bairros luizenses – por um “capelão”. Essa pessoa era versada em práticas religiosas, mas não segue oficialmente muitas recomendações da instituição, não sendo formada por ela como os padres. Situação que acabou favorecendo uma tendência de

<sup>202</sup> CAMPOS, Judas Tadeu. *Breve História da Paróquia de São Luiz do Paraitinga (1773-2014)*. Taubaté: Diocese de Taubaté, 2014.

famílias cultivarem santos, muitas vezes possuindo seu próprio oratório, santo particular e uma religião também, de certo modo, individualizada.

O caráter leigo, social e familiar apontado por Riolando Azzi quando a colonização portuguesa se implantou em nosso país, formou o que ele chamou de “catolicismo tradicional”. Podemos facilmente identificar em São Luiz do Paraitinga exemplos como o culto para a Menina Izildinha, uma religiosa que ainda não foi canonizada, mas que a Igreja local aceita e insere em seu calendário oficial.

Pode-se perceber, de uma forma geral, em comunidades rurais de São Luiz do Paraitinga, e ainda atualmente, em muitos pontos da cidade, clara distinção entre o catolicismo oficial divulgado pela Igreja Católica e outra manifestação bastante diferente, característica das camadas populares. Trata-se de um catolicismo doméstico que é semelhante ao catolicismo praticado pelos primeiros colonos e chefes de família, liga-se diretamente à importância exercida pelas irmandades naquela época.

Novamente, o histórico da cidade contribui nesse processo: a primeira visita pastoral na paróquia de São Luiz de Tolosa foi a de D. Antônio Joaquim de Melo, em 1853, portanto, 80 anos depois de sua criação.<sup>203</sup> Vindo do Bairro Alto, em Natividade da Serra, que estava sem vigário, o bispo chegou a São Luiz no dia 24 de dezembro. Aqui passou os dias de Natal e Ano Novo, preparando quatro diáconos para a ordenação sacerdotal, que se deu no dia 16 de janeiro de 1854. No mesmo dia, eles receberam o uso de ordens eclesiásticas. A segunda visita episcopal foi a de D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, em 1877. A terceira foi a do primeiro bispo de Taubaté, D. Epaminondas Nunes D’Ávila e Silva, em maio de 1910.<sup>204</sup>

Augustin Wernet aponta a importância do Vale do Paraíba, uma região tradicionalmente muito católica, para esse catolicismo tradicional, e cita o exemplo de ser essa uma região onde, em 1855, encontrávamos nada menos que cinquenta e cinco confrarias, geralmente comandadas por leigos, com destaque para as de São Benedito, Nossa Senhora do Rosário e a do Santíssimo Sacramento. Essa última completou, no início de 2005, duzentos anos em São Luiz do Paraitinga.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup> CAMPOS, 2014.

<sup>204</sup> CAMPOS, 2014: 15.

<sup>205</sup> WERNET, 1987: 21.

Até a primeira década do século XX havia na paróquia as irmandades do Santíssimo Sacramento (a mais antiga, fundada em 1805) e a de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito (que depois passou a ser apenas Irmandade de São Benedito), de 1813. Portanto, essas duas irmandades foram criadas antes da construção da igreja matriz. Também existiu a do Bom Jesus (ou do Senhor dos Passos), a de São Miguel das Almas, a Ordem Terceira de São Francisco de Assis, a Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e a da Irmandade da Misericórdia de Nossa Senhora da Conceição que, desde 1873, mantinha a Santa Casa local.<sup>206</sup>

Nas festas religiosas regionais, ainda hoje podemos encontrar de maneira clara a força desse catolicismo popular, recheado de particularidades locais. É bastante presente a relação devoção-promessa, quando se destaca uma ligação direta entre o indivíduo e o sagrado, sem a intermediação da Igreja oficial.

Laura de Mello e Souza, ao discutir essas especificidades, típicas do catolicismo popular, abordando as práticas de feitiçaria e de religiosidade de uma forma mais ampla no Brasil Colonial,<sup>207</sup> atenta para aspectos fundamentais de uma conduta religiosa luizense típica dos devotos do Divino no decorrer da sua história. Quando falamos que a população brasileira, nos primeiros anos da colonização portuguesa, adotava práticas singulares em sua relação com a religião, devido a uma dificuldade de controle dos agentes eclesiásticos sobre a população, devemos adicionar a questão dos desafios postos pelo novo continente. Comumente, esquecemos que a própria religião trazida, mesmo com todo seu discurso e institucionalização, não era nada mais que um forte processo de absorção de variados rituais pagãos e, na própria Europa, foi bastante lento o processo de uniformização tridentina.<sup>208</sup>

Assim, quando transferimos essa dificuldade de uniformização para um local como o Brasil, com novos grupos sociais em interação, e adicionando-se a questão de um controle frouxo da Igreja sobre seus fiéis, é de se imaginar o quanto o catolicismo adquiriu uma feição especial. Sem se esquecer ainda como a escravidão fundiu elementos típicos das religiões africanas aos ritos europeus, Laura de Mello e Souza sintetiza bem a questão:

---

<sup>206</sup> CAMPOS, 2014: 16.

<sup>207</sup> MELLO e SOUZA, Laura de. *O diabo e Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>208</sup> MELLO e SOUZA, 1986: 86-100.

Eivado de paganismos e de “imperfeições”, (...), o catolicismo de origem europeia continuaria, na colônia, a se mesclar com elementos estranhos a ele, multifacetados muitas vezes, como a própria religião africana transmitida.<sup>209</sup>

Era geralmente por intermédio das irmandades que o catolicismo popular perpassava a sociedade brasileira. João José Reis mostra o destaque das irmandades, que espelhavam a sociedade política de sua época. Embora tivessem como requisito a questão étnica em sua organização, bens materiais muitas vezes eram sinônimos de participação nas irmandades e, como é de se imaginar, principalmente as ligadas à elite e à etnia branca eram muito influentes nas decisões religiosas e também políticas, possuindo papel fundamental no dia a dia da sociedade. Mas todas as irmandades possuíam grande inserção no cotidiano da população. As irmandades estritamente populares, como as de origem negra, poderiam até estar alijadas de discussões políticas importantes, porém, eram grandes propagadoras de um modo de vida típico do que há pouco chamamos de “catolicismo popular”. Oposição a regras de conduta da metrópole, religiosidade pautada em crenças particulares e de várias origens, eram apenas algumas das características presentes nas tantas festas de santo realizadas. Aliás, essa atividade era o ponto máximo da atuação de todas as irmandades.<sup>210</sup>

São Luiz do Paraitinga, apesar de sua autonomia religiosa, não ficou isenta ao processo de romanização da Igreja, e a partir de 1880 as irmandades foram perdendo prestígio junto à hierarquia da Igreja, sendo estimulada a fundação de associações religiosas nas paróquias. Foram criadas as seguintes associações: Apostolado da Oração (também conhecida como Irmandade do Coração de Jesus); Associação de São José; Cruzada Eucarística Infantil; Congregação da Doutrina Cristã (encarregada de ministrar o catecismo); Pia União das Filhas de Maria e Congregação Mariana. Também ligada à paróquia, embora não seja uma associação paroquial, existe a Conferência de São Vicente de Paulo, fundada por D. Epaminondas, que era chamado de “bispo vicentino”. Foi instalada em São Luís em 1910, tendo como primeiro presidente João José de Azevedo.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> MELLO e SOUZA, 1986: 94

<sup>210</sup> REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

<sup>211</sup> CAMPOS, 2014: 18.

A própria Igreja Católica só enviou o primeiro pároco efetivo da cidade no início do século XX. Especificamente, no ano de 1912, chega à cidade o padre italiano Monsenhor Ignácio Gióia, que teve, a princípio, relação de profunda tensão com a cultura popular. Obviamente, sua chegada era motivada justamente para essa missão de impor maior controle da instituição nesse processo denominado ultramontano.

O exemplo mais claro dessa relação conflituosa aconteceu no interior da festa religiosa mais conhecida da cidade e que tem tradição de mais de 200 anos: o louvor em homenagem ao Divino Espírito Santo.<sup>212</sup> Com a chegada do pároco italiano, uma das primeiras medidas foi interromper a realização de uma festa que, na visão dele, representava o profano e não condizia em nada com o que a Igreja deveria estabelecer dali em diante. A interrupção foi muito longa, durou de 1913 a 1943.

Essa postura do Monsenhor Ignácio Gióia, trouxe sérias consequências para a organização dos festejos. Lembrando que ainda estávamos no ano seguinte ao de sua chegada, e reafirmando a falta de respeito para o que considerava sagrado, decide suprimir a festa do calendário religioso local, persistindo por quase três décadas apenas as cerimônias litúrgicas nos dias em que se realizavam as apresentações populares, típicas da festa luizense desde a época colonial. O padre combatia em suas declarações “os jogos, as danças, as diversões, as cavalhadas, as congadas, moçambiques, jongo e até mesmo a farra em que se transformou a distribuição do afogado”.<sup>213</sup>

É necessário atentar que a festa do Divino Espírito Santo de São Luiz do Paraitinga, nas primeiras décadas do século XX, já era bastante diferente do momento áureo que viveu principalmente em meados do século XIX. A elite agrária local que, constantemente, bancava a festa, tornando-a muito atraente para a Igreja, havia entrado em forte crise juntamente pelas dificuldades encontradas pela lavoura cafeeira. Mesmo lembrando que São Luiz nunca foi grande produtora de café, com o deslocamento das produções cafeeiras para o Oeste

---

<sup>212</sup> A referência documental mais antiga encontrada fala da festa do Divino acontecendo em 1803. DAESP. Ordenanças. Nº de ordem 288, caixa nº. 59, doc. 59-2—15 de 30/12/1803 *apud* ALMEIDA, 1987: 534-535.

<sup>213</sup> Padre Ignácio Gióia *apud* CAMPOS, 2014: 56.



Paulista, o papel de entreposto comercial e as lavouras produzidas para sustentar esse comércio caem em desuso, voltando-se à prática de subsistência com forte cunho doméstico e pequenos excedentes comerciais.

Trata-se ainda de processo histórico em que, cada vez mais, se intensifica o crescimento das cidades e a constituição de um ideal de sociedade urbana que constantemente, como o estereótipo do Jeca Tatu, fazia distinção de valores entre o homem rural – sinônimo de ingenuidade e até de vagabundagem – e o homem urbano. Tudo isso, paralelamente ao campo religioso, no qual os esforços eram no sentido de consolidar determinado tipo de catolicismo “romanizado” no Brasil, possibilitando maior controle da Igreja sobre os eventos organizados pela população de maneira autônoma. A diminuição da importância da atuação das irmandades e sua própria extinção são elementos que completam o panorama que desafiou a realização da festa do Divino luizense no começo do século XX.

Entretanto, como tantos outros desafios típicos que a cultura popular enfrenta, não foi suficiente para brecá-la. O retorno da festa do Divino Espírito Santo em 1943, demonstra a dificuldade de controle da cultura popular. Uma recomendação para a volta da festa nos documentos do Departamento de Imprensa e Propaganda do ano de 1942, pode ter pesado na decisão do Monsenhor Gióia de restaurar a estrutura tradicional da festa com todos seus grupos, distribuição de comida, brincadeiras, entre outras manifestações:

(...) ressaltamos a importância dos governantes brasileiros em ressaltar os valores nacionais e a cultura de nosso povo (...) festas religiosas como a do Divino Espírito Santo são marcas já de nosso povo e devem ser incentivadas...<sup>214</sup>

Não consegui comprovar se esse documento efetivamente chegou a São Luiz do Paraitinga. De qualquer forma, sabemos da força dos argumentos que ressaltavam a defesa do nacional de maneira ufanista naquele momento histórico. Chama a atenção nesse documento do DIP a adoção da festa do Divino como nacional. Vale lembrar que as festividades em louvor ao Divino Espírito Santo eram muito representativas naquele momento. Apoiá-las em

---

<sup>214</sup> Circular do Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo Vargas distribuída às prefeituras municipais in IBIAPINA, Júlio de Mattos. *O Brasil de ontem e o de hoje*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa e propaganda, 1942.

todo o país configurava estratégia persuasiva na busca da valorização do nacional dentro do projeto do Estado Novo.

Não se pode, entretanto, deixar de levar em consideração que, depois de anos de sacerdócio no Brasil, o próprio Monsenhor Gióia poderia ter contribuído para o ressurgimento da festa do Divino, depois de aprender um pouco acerca das lógicas locais e rever muitas das posições ortodoxas com as quais chegara.

O que na verdade considero mais importante de toda essa história é que, tendo sido interrompidas as manifestações profanas da festa por três décadas, se alijou toda uma geração da participação desses eventos. Entretanto, como explicar a volta dos mesmos eventos com toda sua força quando a Igreja os permite novamente em 1943? Derrubar formas de representação populares é tarefa muito mais árdua do que se possa imaginar. Suas estruturas estão dispersas no dia a dia, na visão de mundo das pessoas, e a simples proibição de uma apresentação não desconfigura esse “arcabouço cultural” que está por trás.

O caso da interrupção da festa do Divino de São Luiz do Paraitinga e a atuação do monsenhor Gióia e da população ante essa situação é exemplar para relacionarmos com aquela afirmação feita inicialmente neste trabalho: a força da cultura popular na cidade luitense foi sempre seu principal marco identitário.

Quando a Igreja Matriz ruiu, em 2010, simbolicamente estava em jogo algo muito maior do que um prédio de uma instituição religiosa. Era o principal ponto de sociabilidade do município. A Igreja era utilizada obviamente para as celebrações religiosas, mas também para eventos laicos como reuniões políticas importantes da cidade e apresentação de concertos musicais. Com o advento do turismo, passou a ser um símbolo da história da cidade e do patrimônio local com grande visitação.

O missionário Sidney do Nascimento, da Igreja Assembleia de Deus, demonstra o poder simbólico da Matriz São Luiz de Tolosa mesmo se tratando de um líder religioso evangélico:

Essa semana que passou eu preguei para meus irmãos sobre a importância de contribuirmos com o que for preciso para a reforma dos prédios que caíram em São Luiz do Paraitinga, inclusive os da Igreja Católica. A nossa

Igreja ficou embaixo da água também, mas com a ajuda das pessoas rapidamente limpamos e reformamos o que foi preciso. Os próprios fiéis da nossa Igreja, mas também amigos e vizinhos que são católicos nos ajudaram. No caso da Matriz é obrigação do luizense lutar pela sua reconstrução.<sup>215</sup>

Só não podemos imaginar que essa espécie de parceria que se apresenta atualmente entre os religiosos de instituições distintas tenha sido um processo tranquilo na história da cidade. Conta o compositor local, Marco Rio Branco que a tentativa de estabelecer a força da Igreja Católica era tanta na cidade durante o prelado do Monsenhor Ignácio Gióia, na primeira metade do século XX, que não era nem aceita a possibilidade de se pensar em aceitar outro culto religioso na cidade:

Conta o mestre Pedro que certa vez chegou na cidade um grupo de jeovás para pregar, isso lá nas primeiras décadas do século. Mostrando sua autoridade, o Monsenhor Gióia simplesmente mandou apedrejá-los. Era totalmente inadmissível esse tipo de coisa na cidade. (...) O engraçado de tudo isso era que as pessoas embora tivessem um medo até da Igreja, sempre participaram de cultos paralelos, como os de origem negra ligados aos grupos folclóricos da própria cidade: jongos, congos, mocambiques.<sup>216</sup>

Com o tempo, essa relação vai se tornando mais amistosa e hoje podemos dizer existir uma harmonia entre as diversas religiões na cidade. A praça Oswaldo Cruz já abrigava antes da inundação e continua abrigando tanto eventos católicos como de religiões pentecostais e sempre há uma combinação para não ocorrerem em horários de celebrações na Matriz. As procissões de festas religiosas católicas continuam passando em frente às igrejas evangélicas e não temos registro de problemas quanto a isso.

Voltando a história de reformas da Igreja Matriz, elas sempre foram iniciadas por demandas que vinham da própria comunidade que havia participado ativamente de sua construção. A primeira delas ocorreu entre 1925 e 1928, durante a prelazia do padre Ignácio

---

<sup>215</sup> Entrevista com Sidney Nascimento, missionário da Igreja Assembleia de Deus em outubro de 2010 quando ele tinha 33 anos.

<sup>216</sup> Entrevista com o compositor Marco Rio Branco em janeiro de 2008. Músico e escritor, é considerado um dos ícones da cultura letrada da cidade. Muito interessante é sua ligação também íntima com os membros da cultura popular, demonstrando o quanto essa divisão comum entre erudito e popular não ocorre com tanta rigidez na cidade.

Gióia. Foi executada nova adaptação no templo, em que o beiral de estilo colonial foi substituído por platibandas.<sup>217</sup> Essa obra foi projetada pelo mesmo Mestre Pedro citado no depoimento acima e contou com doações de um empreiteiro da cidade, que fez os capitéis de gesso da parte interna, cujo modelo ele mesmo criou. – Os pináculos em forma piramidal, colocados sobre as platibandas, complementavam a reforma. Foram trocados os antigos altares de madeira entalhada por outros de alvenaria, revestidos de mármore importados de Carrara, na Itália. Como não havia luz elétrica, a igreja era iluminada a carbureto.<sup>218</sup>

Apesar das necessidades de manutenção e da possibilidade de reforma do altar-mor, o que nessa reforma mais chamou a atenção e fazia jus às demandas locais foi a retirada da divisão que existia na nave da igreja e que separava os membros da elite local – que ficavam na parte da frente – do restante dos fiéis. A força da religiosidade popular que emanava no cotidiano luizense exigia adaptações na própria Igreja Matriz.

Nos anos finais da década de 1920 a Matriz teve toda a fachada e decoração interna refeitas, ganhando externamente a feição “neomaneirista”, simplificada em suas linhas, que se inspiram em parte na famosa igreja de Gesù, em Roma, como se pode notar pelos nichos de santos e a edícula (arremate superior) com frontão triangular, e arremates laterais (aletas) em volutas, a ornamentação com pilastras de ordem jônica; fachada essa acrescida de torres gêmeas. Internamente, as alterações também correspondem a obras de ornamentação efetuadas já no século XX.<sup>219</sup>

Podemos notar ainda nesta reforma a referência à arquitetura eclesiástica italiana, provavelmente empreendida pelo Monsenhor Gióia. Mais uma vez, estamos em situação de trocas e influências de decisões entre o que deve ser guardado e o que deve ser trocado envolvendo comunidade e instituição religiosa. Os parâmetros da construção da memória são variáveis conforme o momento e as pessoas à frente das decisões.

Antes da queda da Igreja em 2010, foram realizadas ainda mais duas reformas, embora a primeira tenha sido a última de grandes proporções: ainda promovida pelo sacerdote Ignácio Gióia, terminada no dia 18 de agosto de 1945, data de inauguração de novas pintura e decoração interna, realizada pelo pintor Domingos De Rocco, de Campinas. E a seguinte

---

<sup>217</sup> CAMPOS, 2014: 20.

<sup>218</sup> CAMPOS, 2014: 20-21.

<sup>219</sup> TRINDADE, 2010.

em 1972, quando era vigário o monsenhor Tarcísio de Castro Moura, que se restringiu à troca do forro. Naquela ocasião, o pintor Álvaro Pereira, de Taubaté, executou outros afrescos.<sup>220</sup> Foram as últimas obras de manutenção importantes que esse templo recebeu.

Quis trazer esta discussão sobre o histórico da construção da Matriz com o principal intuito de percebermos que ela estava no contexto que sempre marcou a história local, o das diversas tensões entre o controle da Igreja e as práticas culturais, e de que são dois campos que, diferentemente de estarem em locais opostos, se complementam. Pudemos refletir que, apesar de ser conflituosa a relação do pároco italiano Monsenhor Gióia com a comunidade, foi a própria comunidade que se mobilizou e auxiliou com campanhas de doações em todos os casos para que a construção e as reformas da edificação pudessem ser executadas. E que essa relação de adaptação às instituições, de trocas culturais, de plasticidade, é a marca dessa cultura popular luizense que reafirmo a todo instante.

Quando escutamos um depoimento como o de dona Maria Antônia<sup>221</sup>, membro da congada de Lorena/SP e presente, segundo ela, pela vigésima terceira vez na Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga, percebemos claramente a devoção típica de uma religião que, fugindo do controle da Igreja, não deixa de ensejar uma prática singular:

(...) não conseguiria sair de casa se não conseguisse ter vindo mais um ano para esta festa pois não sou eu quem dança em louvor ao meu santo guardador São Benedito e ao Divino e, sim, todos meus ancestrais que vieram lá da África. (...) Sei que tenho uma vida difícil e faz tempo que estou desempregada, mas na hora das necessidades é só pedir ao Espírito Santo que ele se encarrega de levar até Deus pessoalmente (sic) o meu pedido e logo tudo se ajeita. (...) Sou tranquila que, quando morrer, São Benedito e o Divino cuidarão de meus pecados e me ajudarão no mundo melhor.

Essa fala primeiramente reforça a forte presença e importância do povo em uma festa, a princípio de elite, que miscigena diversos símbolos. Traz a preocupação dos devotos com o destino após a morte, preocupação apontada por João José Reis como um dos exemplos

---

<sup>220</sup> CAMPOS, 2014: 22.

<sup>221</sup> O depoimento de Maria Antônia Brito, 67 anos, natural de Lorena e membro da Congada de São Benedito, dessa mesma cidade, toca pela devoção ao Divino e a São Benedito. Sua fala traz elementos da relação direta com o sagrado. Foi registrado no mês de maio de 2006, momentos antes da procissão de encerramento da Festa do Divino Espírito daquele ano e recuperei-o de minha dissertação de mestrado pela retomada da questão agora em outro contexto.

dessa relação de “barganha” entre as pessoas e o sagrado no interior deste catolicismo tradicional.<sup>222</sup> Quando, durante a organização de uma festa do Divino o festeiro percorre todo o município pedindo doação para que a festa aconteça, a relação que existe, para os sujeitos da zona rural, entre a sua prenda (a doação), recolhida pela bandeira do Divino, e o sucesso posterior de sua colheita é direta, e não existe a necessidade de um membro do clero para fazer essa ponte.

Estamos nos referindo à mesma crença que Laura de Mello e Souza detectava nos habitantes da colônia quando doenças e forças da natureza eram males impossíveis de se banir com a ação humana. A fé era a única possibilidade de uma espécie de “negociação” em que, ao se oferecer algo ao sagrado, muitas vezes bens materiais, poder-se-ia se neutralizar os malefícios, em uma relação chamada pela autora de “contrato do tipo ‘toma-lá-dá-cá’”<sup>223</sup>

As procissões realizadas nas várias festas de santos em São Luiz do Paraitinga são também exemplos claros de manifestação desse catolicismo popular. Desenvolve-se na organização de uma procissão, apesar da presença do padre, todo um ritual especial que foge do alcance dele. Os próprios devotos são os grandes responsáveis pela preparação da procissão, levando inclusive muitos objetos que referenciam seus desejos pessoais, como as bandeiras do Divino que carregam chupetas, fotografias, fazendo diretamente a ligação entre os mundos do sagrado e do homem.

Situações como essa servem de suporte para entendermos como uma cidade tradicionalmente conhecida pelas suas festas e tradições religiosas ligadas ao catolicismo se reorganizou em sua devoção quando a enchente baixou em 1º de janeiro de 2010. A destruição da Igreja Matriz, sem sombra de dúvidas, foi o principal trauma, contudo a capela das Mercês – primeira edificação religiosa do município – também foi destruída. E a Igreja Nossa Senhora do Rosário, com a chegada dos técnicos que avaliavam os riscos do patrimônio histórico, foi interditada por apresentar riscos de desabamento.

Uma comunidade que estava acostumada a basear sua fé na religiosidade popular precisou agora fazer isso desprovida de templos e isso em hipótese alguma foi uma barreira,

---

<sup>222</sup> REIS, 1991.

<sup>223</sup> MELLO e SOUZA, 1986: 109.

mesmo que se estivesse em um momento da maior adversidade da história do município. As missas passaram a ser realizadas de maneira improvisada no Centro de Pastoral e em eventos maiores, como a própria festa do Divino, o altar era montado em frente aos escombros da Igreja Matriz. O que era corrente era um discurso que esperava a reconstrução das igrejas, principalmente da Matriz, o quanto antes, exercendo função simbólica muito importante:

Quando veio a enchente e semanas depois percebemos que ficamos sem Igreja, veio junto uma vontade ainda mais forte de trabalhar para que essas coisas voltassem ao normal. Hoje tenho idade avançada, minha casa estamos lá reformando aos poucos, já deu para voltar para os cômodos da parte mais alta, nossas rezas fazemos da forma que conseguimos e isto não é o problema...Justamente o que mais me preocupa é se vou conseguir ver nossa Igreja Matriz pronta. Vai ser um momento muito feliz e peço muito a Deus que ele permita que eu chegue lá.<sup>224</sup>

Vimos no primeiro capítulo que a decisão de reconstruir a Igreja Matriz foi algo por que a comunidade não esperaria muito. Vai surgir inclusive uma disputa política se seria o Governo Federal ou estadual quem assumiria a questão, tamanha a importância que a cidade dava àquela questão. No capítulo 5, relatarei mais um desafio: a comunidade queria que ela fosse reconstruída com a mesma forma que possuía anteriormente, a mais idêntica possível, inclusive sem se preocupar se essa postura desobedecia às convenções atuais que defendem não se criarem “falsos históricos”.<sup>225</sup>

Por ora, uma coisa que chamou muito a atenção foi a importância da queda da Igreja Matriz para a mobilização da reconstrução da cidade toda. Pode até parecer uma frase paradoxal, mas acredito de maneira muito concreta que, se a Igreja Matriz São Luiz de Tolosa não houvesse ruído, se sua queda não fosse filmada e divulgada pelo Brasil todo, a possibilidade de São Luiz do Paraitinga se reerguer seria muito menor.

O impacto da imagem, sua repetição por diversos canais de comunicação e a força da destruição que ela representava serviu para despertar o lado solidário das pessoas e causar uma demanda sobre isso para o poder público, em todas as instâncias; mas também trouxe à tona, e para um número ainda maior de pessoas, a importância para a sociedade da existência

---

<sup>224</sup> Entrevista com dona Ilza Guimarães de Carvalho, moradora do centro histórico, em junho de 2010.

<sup>225</sup> Aprofundarei no próximo capítulo este grande desafio pelo qual os órgãos CONDEPHAAT e IPHAN tiveram que ceder à pressão da comunidade, reafirmando mais uma vez que o patrimônio histórico não faz sentido sem as pessoas que o vivem e o significam.

de núcleos como a comunidade de São Luiz do Paraitinga, que representam alternativa ao modo de vida cada vez mais individualista e homogeneizante dos grandes centros.

A própria mídia, constantemente taxada como o principal veículo de afirmação desse processo homogeneizante, pode servir como aliada da defesa da importância da cultura no processo de reconstrução. Algo que não é novo, segundo o pensamento de Woodward, pensando que processos globalizantes podem, sim, fortalecer e trazer resistência àqueles que mantêm suas práticas tradicionais. A própria cultura popular sempre precisa ser vista em vias de constantes trocas culturais com outras realidades e nunca como isolada.

A globalização, entretanto, produz diferentes resultados em termos de identidade. A homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, pode levar a uma resistência que pode fortalecer e reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.<sup>226</sup>

A construção da Igreja Matriz em taipa de pilão foi determinante para sua queda em janeiro de 2010. Característica das construções de muitas Igrejas Paulistas desde o século XVI e de toda a arquitetura luizense até o século XIX, é uma técnica que se utiliza, de forma bastante simplificada, de apiloamento de terra úmida entre pranchões de madeira. Quando as águas do Paraitinga começaram a entrar na Igreja Matriz, todos sabiam que a tragédia estava por vir. Ela não chegou nem a atingir dois metros de altura no interior da edificação quando a base do prédio começou a amolecer e a Igreja foi caindo, quase como um prédio que é implodido, pois toda sua base não mais sustentava a estrutura superior.

Se a inundação do Paraitinga tivesse subido de 2 a 3 metros a menos a cidade estaria igualmente destruída, contudo, a Igreja Matriz não seria atingida. Seria a manutenção de um dos patrimônios mais valiosos em sua história. Entretanto, será que a cidade conseguiria força de mobilização suficiente para chegar onde hoje já está? Será que, sem esta espécie de espetacularização da catástrofe que a queda da Matriz proporcionou, os governos desprenderiam tanta atenção e recursos para aquela cidade que agora o país todo queria ver reconstruída?

---

<sup>226</sup> WOODWARD, Katharyn. Identificação e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.



Acredito não ser algo muito produtivo ficar trabalhando com suposições, contudo, uma questão gostaria de reafirmar: foi a queda deste símbolo, que mobilizou internamente e externamente para cidade de São Luiz do Paraitinga uma grande estrutura de recomeço. Incluindo aí o campo material, com recursos e obras, mas também o simbólico, com a união da comunidade com objetivo comum e primordial. Aquela comunidade, com um modo de vida diferenciado por sua história, como afirmei desde o capítulo anterior, dá mostras da força de sua identidade coletiva quando assume esse impacto da queda da Matriz como algo acima de quaisquer vontades ou mesmo anseios pessoais, mesmo se tratando de um momento de crise pessoal e da cidade de uma forma geral como foi aquele episódio específico.

## **2.4 A importância do *rafting* no salvamento e as primeiras iniciativas de recomeço:**

Os primeiros dias do ano de 2010, na cidade de São Luiz do Paraitinga, foram tempos da cultura como protagonista da reconstrução da cidade. Justamente por partir da tradição popular, de um modo de vida do cotidiano local que sempre valorizou o coletivo e encontrou soluções para adversidades em comunidade, nos primeiros dias pós a inundação, esses valores se sobrepuseram em sede da ausência de controle político e econômico sobre qualquer pessoa.

Os dias daquele janeiro foram marcados pela autonomia das pessoas, elas agiram para encontrar formas de solucionar seus problemas, tanto de ordem privada quanto em situações que envolviam a coletividade e mesmo o patrimônio histórico. Não foi por alguma estratégia pré-estabelecida que isso aconteceu. O poder vigente não vigia naquele momento. Como já se disse, a prefeitura, o fórum, os cartórios, os bancos e o comércio, quase em sua totalidade, estavam paralisados.

Nos últimos anos que precederam a catástrofe, o turismo ganhava cada vez mais força em São Luiz do Paraitinga; uma das modalidades que vinha crescendo bastante era a do ecoturismo. Sediando o Núcleo Santa Virgínia do Parque Estadual da Serra do Mar, a cidade passou a explorar as trilhas em meio à Mata Atlântica e a descida dos rios através do *rafting*<sup>227</sup> como programações para os visitantes.

---

<sup>227</sup> *Rafting* é a prática de descida de corredeiras em equipe, utilizando botes infláveis e equipamentos de segurança, sendo reconhecido internacionalmente desde 1999 – apesar de praticada há muitas décadas – como

Exigindo bastante técnica e conhecimento dos rios por onde se praticavam as descidas, a cidade acabou formando uma geração de jovens remadores que encontravam nessa atividade a possibilidade de emprego em uma situação de difícil acesso ao trabalho. O *rafting* também dava a seus instrutores conhecimento sobre a natureza e geografia da região.

O histórico da companhia local Montana Rafting reafirma essas características e o comprometimento em interagir com a tradição cultural do local:

A Montana *Rafting* & Expedições nasceu em 27 de dezembro de 1997, com o objetivo de proporcionar a seus clientes o melhor da aventura e da interação com o meio ambiente. Desde o início, o propósito de operar aventura apenas em ambientes com ótimo nível de preservação vem sendo cumprido à risca e, devido à alta aceitação entre o público, implementamos ainda a cultura local como mais um atrativo, levando aos nossos clientes a rica tradição caipira e a hospitalidade interiorana. Dê um tempo na rotina e desfrute de um dia em meio à natureza repleta de paisagens deslumbrantes.<sup>228</sup>

Contudo, no dia 1º de janeiro de 2010 eles tiveram que utilizar seus conhecimentos para um fim bastante nobre:

Na manhã de 1º de janeiro, as equipes de *rafting* se posicionaram para uma expedição que seria diferente de todas as outras. Era o esporte a serviço da vida. O bote, os coletes e a tábua eram as ferramentas do trabalho de salvção.<sup>229</sup>

Utilizando seus conhecimentos sobre a cidade e a possibilidade de resgate com equipamentos apropriados para essa situação durante a descida de corredeiras, as companhias da cidade se juntaram e resgataram aproximadamente 500 pessoas e muitos animais de estimação da área inundada, levando-as para patamares mais altos da cidade.

---

esporte radical, com realização de campeonatos e eventos mundiais. A cidade de São Luiz do Paraitinga possuía, em 2009, duas companhias de *rafting*: Montana Rafting e Cia de Rafting, que prestavam seus serviços de esporte de aventura nas corredeiras do rio Paraibuna – atravessando os municípios de Natividade da Serra e de São Luiz do Paraitinga.

<sup>228</sup> Divulgação do site da empresa Montana *Rafting*: <http://www.montanarafting.com.br/>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

<sup>229</sup> Agradecimento no site oficial da cidade de São Luiz do Paraitinga: <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/a-cidade/historico/anjos-e-herois-do-rafting/>. Acesso em 25 de setembro de 2013.

A inundação não possuía precedentes daquela proporção e muitas pessoas que moravam em casas assobradadas ou em regiões um pouco mais altas não saíram de suas residências. Na noite de 31 de dezembro para 1º de janeiro, com a rápida subida do leito do rio, as pessoas ficaram presas, sendo muitas resgatadas por telhados e por janelas superiores.

Pessoas idosas, com dificuldades de locomoção, doentes, foram salvas e, mesmo, quando o Corpo de Bombeiros chegou no decorrer do dia primeiro, eram as equipes locais que detinham a informação do que estava abaixo daquele imenso rio e onde estavam as pessoas.

**Figura 14 – Bote transportando resgatados para o outro lado da cidade no dia 03/01/2010.**



*Foto: Luciano Coca.*

Não foram poucos os casos em que os bombeiros precisaram ser resgatados pelos meninos do *rafting* pois acabavam se enroscando em postes de iluminação e telhados que estavam submersos. Um dos momentos mais difíceis que passamos foi quando fui informada por um membro da defesa civil de que muitas pessoas que estavam na escola Coronel Domingues de Castro, para onde nós da prefeitura mandamos desabrigados inicialmente, estavam presas e que a água já chegava ao telhado. E isso era madrugada. Com a coragem de verdadeiros heróis os meninos do *rafting* enfrentaram novamente o perigo da força da correnteza e salvaram um a um daquele prédio<sup>230</sup>

<sup>230</sup> Fala da prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle em entrevista de novembro de 2012.

Quando as águas começaram a baixar, nos dois dias seguintes, ainda era intransponível o acesso à cidade, a não ser pelos botes que, pouco a pouco, retiravam as pessoas que ficaram isoladas – a partir de então, já ajudados pelos helicópteros da polícia – e faziam o transporte de água e alimentos para os que ainda estavam lá. Imbuídos desse intuito de salvamento, os “anjos do *rafting*”, como ficaram conhecidos, iniciaram o recomeço da cidade. Já discutimos um pouco sobre trauma e, de forma segura, não perder vidas fez com que a cidade tivesse muito mais ânimo para recomeçar.

**Figura 15 – Bote auxiliando no transporte de alimentos e água.**



Foto: Luciano Coca.

Uma observação interessante é que, após a enchente, a primeira mudança de conceito da comunidade luizense sobre sua própria realidade condiz justamente com uma reviravolta na opinião sobre os praticantes de *rafting*. O luizense Hélio de Souza que esteve presente durante todo o processo de salvamento sintetiza isso:

Nós, que sempre praticamos o *rafting*, só passamos a ter esse reconhecimento após a enchente. A própria cidade não enxergava muito nosso trabalho como uma atividade digna. Parecia que nós éramos pessoas que não queriam trabalhar de verdade sabe?... O próprio segmento turístico tinha um certo distanciamento em nos incluir como membros da cultura local, não sei se por ser uma atividade que estava na cidade há pouco tempo ou mesmo por preconceito.<sup>231</sup>

A catástrofe trazia também oportunidades de a própria cidade refletir sobre quem seriam os luizenses; quem fazia parte dessa cultura local verdadeiramente; que o espírito coletivo presente nas festas populares estava corroborado agora, naquele momento de dificuldade pela participação de pessoas que o senso comum nem sempre elegia como participante, mas que estavam presentes com a mesma importância. Foram dias em que as hierar-

<sup>231</sup> Hélio de Souza em entrevista em março de 2013.

quias sociais, políticas e econômicas não exerciam mais poder e que o instinto de sobrevivência atrelado a um respeito pelos símbolos e pela identidade local comandava as ações a serem realizadas.

A recepção das pessoas desabrigadas acabava primando pelo espírito de solidariedade, mas pela tradição local de resolver adversidades sempre pensando coletivamente. Sendo um município historicamente pobre, é tradição na história local reunir pessoas para obras em sistema de “mutirão”. Na zona rural, as colheitas e muitas plantações são realizadas ainda hoje com a presença de vizinhos que suprem a ausência de equipamentos tecnológicos e, tempos depois, recebem daqueles que ajudaram uma espécie de pagamento em mão de obra, contraprestação pelo serviço.

A peregrinação das folias que recolhem as prendas para realizações de festas como a do Divino e a do padroeiro São Luiz de Tolosa<sup>232</sup> têm como marca a realização dos chamados “pousos”, em que um morador doa geralmente uma janta para toda a comunidade vizinha. É o momento de se rezar e pedir proteção ao sagrado, mas também de comer e beber e dançar juntos. É nessas “festas” que se mantêm muito das tradições musicais e dessa cultura secular das festas religiosas populares.

Enquanto não chegava o socorro, as pessoas que ficaram na região da cidade, que estavam isoladas, de forma bastante natural passaram a organizar espécies de mutirões e pousos para diversas situações. A melhor forma de atender aquele número de pessoas era realizar trocas de alimentos com vizinhos, de roupas de cama e de vestuários para pessoas que estavam hospedadas em suas casas. Fazer orações e refeições coletivas foi a primeira forma encontrada para solucionar e mesmo aliviar aquele momento que passavam:

Estávamos uma noite e um dia todo só vendo a destruição e pessoas em total descontrole sobre o que acontecia com nossa cidade. Eu e mais alguns amigos músicos descemos até próximo à Igreja do Rosário, ali próximo da inundação e começamos a tocar as músicas da cidade olhando para aquele cenário. Tocávamos também cantos de congadas, dos grupos folclóricos que costumamos ver em nossas festas, que são de certo modo orações. Pouco a pouco ia chegando mais alguém, mais alguém e quando me dei

---

<sup>232</sup> Uma tradição que, infelizmente, tem sido substituída apenas pelo festeiro com seu carro e alguns auxiliares em festas mais recentes.

conta, estávamos tocando e cantando quase como numa verdadeira festa.<sup>233</sup>

Se pensarmos que há na história da humanidade uma preocupação constante com a garantia alimentar e, conseqüentemente, de sobrevivência, presente no cotidiano das mais remotas civilizações conhecidas, podemos deduzir que a necessidade dos luizenses nesse episódio de 2010 os fez reviver estratégias que se mantiveram em seu inconsciente pelas tradições das festas populares locais, com destaque à do Divino Espírito Santo, que sempre marcou muito a cidade e que preservou esse esquema de arrecadação e distribuição de alimentos em prendas e pedidos direcionados ao sagrado para boas colheitas e proteção contra as pragas e tragédias.

Pode até parecer que receber desabrigados e ajudá-los num momento como aquele fosse uma atitude natural, mas muitos turistas que lá estavam entre os luizenses partilham de uma opinião bastante recorrente sobre uma excepcionalidade na forma como isso era feito:

As pessoas que nos recebiam pareciam que não estavam apenas fazendo um ato de solidariedade, parecia que naquela situação a gente passou a fazer parte da família deles. Eu me senti como uma filha da dona Carmem enquanto estive na casa dela. E, além disso, parecia que era uma cidade onde todos eram parentes, todos partilhavam da mesma angústia mas demonstravam uma fé e uma força muito grande. Eu, que não tinha perdido nada, não conseguia sinceramente entender a força daquelas pessoas.<sup>234</sup>

Voltando à origem da história da festa do Divino, antes de ela ser absorvida pela Igreja e chegar às feições que conhecemos hoje em dia, ela se originou de rituais pagãos da Antiguidade ligados a reuniões e pedidos às divindades para proteção alimentar. A criação da Festa do Divino Espírito Santo em Portugal, da qual recebemos a maior parte das feições, é atribuída à rainha D. Isabel, por volta de 1320, composta de distribuição de comida aos pobres. Realizada em Pentecostes, coincide com a época das primeiras colheitas no Hemisfério Norte e mantém esta ligação com a Antiguidade, justamente ligada à proteção contra ameaça de grandes fomes e epidemias.

<sup>233</sup> O músico Pedro Moradei relata um destes encontros que, segundo vários relatos, foram recorrentes. Esse no caso, aconteceu na noite de 1 de janeiro de 2010.

<sup>234</sup> A senhora Margareth Paiva Assunção, moradora de Campinas, passou o *réveillon* com seu marido e dois filhos na Pousada Caravelas e também ficou isolada no bairro do Alto do Cruzeiro por três dias. Entrevista realizada em maio de 2010, durante a festa do Divino durante a qual voltava para rever a cidade.

A partir disso, a festa se tornou recorrente e nos faz entender mais facilmente a força que adquiriam as manifestações solicitantes de proteção alimentar às divindades no decorrer da história, dando origem a manifestações depois absorvidas pela Igreja Católica como a festa do Divino Espírito Santo.

É justamente o poder de congregação que as dificuldades proporcionavam às populações a elas submetidas e a reverberação cultural decorrente desses desafios, um dos maiores trunfos da perpetuação alcançada pelas tradições populares. Eduardo Etzel, em seu trabalho sobre o simbolismo na arte popular, reforça o argumento da preponderância de rituais festivos nas civilizações antigas ligadas ao princípio fundamental da luta pela sobrevivência humana e propagador de muitas tradições no decorrer da história:

Este é o elemento básico e imutável que está no cerne do folclore e se manifesta sob os mais variados disfarces, subordinados à religião ou às ideologias, mas sempre aflorando no variado comportamento do povo.<sup>235</sup>

Assim, a identificação da tradição da preocupação em distribuir alimentos presentes em toda a história da humanidade também estava presente e explica a origem da festa do Divino. A prática de sociedades predominantemente rurais, organizadas para o agradecimento e pedidos por boas colheitas, com pedidos baseados em rituais ligados às mais diversas divindades naturais, ressurgia em contexto totalmente diferente. A comunidade luizense unia aquela tradição que recebia a solidariedade posta pela enchente e relacionada com o histórico de pragas e epidemias da humanidade, mas, mais do que isso, a partir de elementos do cotidiano e de situações privilegiadas das festas populares encontram soluções em comunidade para um momento de dificuldade gerado pela inundaçãõ.

É o avesso da modernidade, quando o sucesso individual é sempre muito valorizado. Nas festas populares atuais, como a do Divino de São Luiz do Paraitinga, permanece a preponderância do sentimento coletivo e parece que tal estratégia foi utilizada de forma inconsciente naqueles primeiros dias, como forma de sobrevivência.

---

<sup>235</sup> ETZEL, Eduardo. *Divino. Simbolismo no folclore e na arte popular*. São Paulo: Giordano, 1995, p. 37.



Passado o primeiro momento e com a água baixando a partir do dia 3 de janeiro de 2010, o cenário da destruição definitivamente aparecia. As pessoas que saíram de suas casas voltavam para tentar limpar e recomeçar, mas a tarefa não seria fácil. A prefeitura ainda não conseguia se organizar, afinal, muitos de seus funcionários também tiveram as casas atingidas pela inundação. A maioria dos carros da prefeitura ficaram submersos e, para o início da limpeza pública, era necessária ajuda externa que começava a chegar aos poucos.

---

*Figura 16 – Rua Monsenhor Ignácio Góia no dia 3 de janeiro de 2010.*

---



*Foto: Lucas Lacaz Ruiz.*

---

Outra característica fundamental da importância exercida pela cultura nesse primeiro período da inundação é a atenção dada pela população aos prédios públicos destruídos. Sabemos que muitos prédios do centro histórico da cidade possuíam muitos objetos de valor material extremamente alto. Objetos sacros, imagens raras, peças banhadas a ouro, mármore, ou mesmo variadas peças de valor simbólico muito grande, não só não foram saqueadas como foram protegidas pela população, até que órgãos competentes para salvaguarda deles chegassem.



Não houve uma invasão sequer em áreas de escombros e ainda há registro de atitudes como a do dr. José Carlos Imparato – professor da Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo, que possui um sobrado de 1915 na cidade, de organizar um grupo de pessoas e fazer uma limpeza prévia dos escombros da Capela das Mercês, que foi fundamental para a salvaguarda e recuperação de muitas peças.

**Figura 17 – População salva imagens da Igreja Matriz.**



Foto Agência Folha<sup>236</sup>

Quando fui enviado pelo IPHAN à cidade de São Luiz do Paraitinga e cheguei, 6 dias após a catástrofe, nos escombros da capela das Mercês e vi várias pessoas mexendo nas ruínas eu me desesperei. Pois eram pessoas que não tinham preparo para aquele trabalho: poderiam colocar em risco o pouco do que havia sobrado. Contudo, e por sorte, não foi o que aconteceu: o trabalho liderado pelo dr. Imparato, mas com a participação de vários luizenses, parecia feito por profissionais. Acho que é essa ligação e esse amor que eles têm pelo patrimônio deles que pode explicar.<sup>237</sup>

<sup>236</sup>Apud PEREIRA, Danilo Celso. *O patrimônio ambiental urbano de São Luiz do Paraitinga e as políticas públicas de preservação*. Trabalho de Graduação FFLCH/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.

<sup>237</sup> Paulo Sérgio Galeão chegou com a missão do IPHAN/GO para salvaguarda dos escombros e passou a ser o arquiteto responsável pela obra de restauro da Capela das Mercês. Depoimento em setembro de 2010.

A chegada de muitas doações e o auxílio das prefeituras vizinhas com empréstimo de equipamentos e pessoal consolidaram aquele sentimento de juntar forças e enfrentar o que havia acontecido. Mas a tarefa começava com dificuldades extremas. O acúmulo de entulho e lixo era algo absurdamente grande e, embora a população percebesse uma movimentação de autoridades, imprensa, começava a pesar uma certa dúvida de como aquela cidade iria se organizar novamente. A imagem ao lado traz a mesma rua Monsenhor Ignácio Gióia, quatro dias depois da imagem anterior, e percebemos a necessidade de auxílio e organização na limpeza da cidade e no comando da reconstrução como um todo.

**Figura 18 – Rua Monsenhor Ignácio Gióia dia sete de janeiro de 2010.**



*Foto de Roseli Bernardo.*<sup>238</sup>

Surge o primeiro grande desafio desta comunidade que, até então, no processo de reorganização da cidade, havia tomado decisões coletivas e baseadas no espírito de comunidade. Com a chegada do auxílio externo tem-se uma segurança de um aparente amparo. Trata-se de uma grande mobilização nunca vista na história da cidade.

Só para citar alguns exemplos a cidade recebeu nos primeiros sete dias de janeiro:

- governador do Estado de São Paulo, José Serra;
- secretário de desenvolvimento, Geraldo Alckmin, e toda a equipe da Defesa Civil do Estado;
- ministro em exercício da Cultura do Governo Federal, Alfredo Manevy;
- equipes do IPHAN e CONDEPHAAT;

<sup>238</sup> Apud CORREA, Felipe de Carvalho Guerra O Renascimento de São Luiz do Paraitinga / Felipe de Carvalho Guerra Correa. Universidade de Taubaté, Departamento de Comunicação Social, 2010.

- prefeitos e lideranças políticas regionais como das cidades de Taubaté, São José dos Campos, Caraguatatuba entre outras lideranças de todo o vale do Paraíba Paulista;
- deputados estaduais, federais e os senadores Aloysio Nunes Ferreira e Eduardo Suplicy;
- exército e polícia militar: com grande número de profissionais e equipamentos;
- equipes de trabalho interdisciplinares de universidades locais como Unitau, USP, Unesp e Unicamp;
- equipes do IPT;
- equipes do DAEE;
- Paulo Skaf, presidente da Fiesp;
- lideranças dos conselhos regionais de arquitetura e engenharia, de psicologia e de medicina;
- presidente do Tribunal de Justiça do Estado de SP desembargados Antônio Carlos Viana Santos e representantes da OAB/SP;
- voluntários de várias empresas particulares e muitos voluntários amigos da cidade e da causa que estava colocada.

Contudo, apesar de ser situação de necessidade de muita ajuda, e de se receber um amparo importante inicial, surgiu o desafio já mencionado, um certo sentimento da possibilidade de perder o controle da cidade. Eu mesmo lembro que fiquei assustado com aquela situação nova, com ruas interditadas, o exército nas ruas, parentes que não conseguiam chegar à cidade, pois havia necessidade de controlar o acesso nas entradas do município, priorizando determinadas causas nesse momento. Foi uma estratégia muito bem-sucedida, é bem verdade: em poucas semanas a cidade estava muito mais organizada e ficou livre do risco de epidemia com uma limpeza bastante eficiente. Os principais prédios de valor histórico estavam isolados, as casas que possuíam risco de desmoronamento estavam isoladas e as que poderiam receber reparos emergenciais rapidamente estavam identificadas pelos órgãos estaduais e federais de controle.

Era mais que necessário o aparato que chegara à cidade, porém, o sentimento que pesou naquele instante, foi justamente a mudança abrupta entre a fase em que todos da cidade estavam envolvidos nas principais decisões, mesmo que fossem insuficientes para aquela situação, e a chegada do poder pública com um aparato nunca visto antes, o que acabou causando um impacto de temor.

Tal como na maioria dos desastres, a chegada do efetivo de instâncias superiores de governo – estaduais e federais – para conduzir as ações oficiais de resgate ocorreu quando muitos dos salvamentos já haviam sido feitos pelos próprios luizenses e o cenário de crise já estava instalado, isto é, com

o rio Paraitinga já transbordado. Com a chegada das instâncias superiores de governo para assumir a ação dos controles de resgate, o desastre passaria a ser oficialmente reconhecido, embora já viesse transcorrendo sem a validação pública das instâncias superiores e da difusão massiva dos meios de comunicação. Uma série de novos atores entrará em cena, reorganizando a lógica de poder, produzindo discursos e práticas. O desastre de São Luiz do Paraitinga seria produzido como realidade, como realidade administrável e passível de uma biopolítica.<sup>239</sup>

O sociólogo Vitor Marchesini capta esse momento e prossegue em seu trabalho ressaltando um controle que será exercido pela força do Estado, definindo espaços, determinando locais de ocupação e desocupação, definindo quem seriam os beneficiários de alguma ajuda social mais direta. Seria uma definição da possibilidade de aplicação e de impacto do poder político sobre todos os aspectos da vida humana. O projeto de ação inicial estatal era o de tomada de espaço com força policial e tentativa de controle da situação através da força, se necessário.<sup>240</sup>

Apesar de aquele impacto inicial ter acontecido, novamente a comunidade luizense continuará a demandar participação. Era percebida a necessidade de se definir os novos paradigmas de planejamento, de comando político. As pessoas não se sentiram confortáveis com o exército nas ruas, por exemplo, o governo precisou abrandar o uso da força e utilização de táticas de muito controle.

Os pesquisadores desempenharão papel fundamental no processo de aproximar as decisões políticas de espaços em que se escutasse a comunidade. Começa a predominar um discurso de que era, sim, possível reconstruir São Luiz do Paraitinga, de que existia muito apoio inicial de todas as instâncias do poder público para que isso acontecesse, mas que, se a comunidade local fosse alijada do espaço, poderia se perder uma chance histórica de a administração pública se pautar por nova conduta no manejo da catástrofe.

Imbuídos ou não de projeto maior de controle, as demandas da cultura local teriam que ser invariavelmente absorvidas e influenciariam as escolhas e tomadas de decisão dali em diante. A manutenção do calendário festivo da cidade foi anunciada na primeira reunião

---

<sup>239</sup> MARCHESINI, Vitor. *Janeiro de 2010, São Luiz do Paraitinga: Lógicas de poder, discursos e práticas em torno de um desastre*. Tese de doutoramento. UFSCAR. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.

<sup>240</sup> FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

de planejamento conjunta entre Prefeitura Municipal, membros dos governos federal e estadual, técnicos e pesquisadores enviados para a cidade e representantes da comunidade, no dia 8 de janeiro de 2010.<sup>241</sup>

O envio do Plano Diretor municipal para sanção em 7 de janeiro de 2010 dava voz também a uma demanda que vinha desde sua elaboração em 2007, já que se encontrava parado na Câmara Municipal da cidade desde então por questões políticas locais. A excepcionalidade do momento e a necessidade de um Plano Diretor que previa já planejamento para ocupação de novas áreas e preservação das de interesse público até então, enfim saía do papel.

O Plano Diretor da cidade foi concebido em procedimento de árduo trabalho de credibilidade em sua elaboração nos anos de 2006 e 2007. O poder executivo municipal, coordenado pela então secretária de planejamento Cristiane Bittencourt, aliou-se à metodologia de um projeto piloto da UNESP Bauru de elaboração de planos diretor – na tentativa mais recente e bem-sucedida de parceria com uma universidade para o planejamento da cidade – coordenada por José Xaides. Foram implementadas medidas que escutaram a comunidade em diversas audiências públicas. Eram as primeiras experiências de medidas que se tornaram fundamentais na reconstrução.

Após anos parados no poder legislativo local, a catástrofe acelerou o processo de aprovação do Plano Diretor de São Luiz do Paraitinga. A esperança era de se atingir não só o desenvolvimento da cidade assentado em regras consolidadas, mas inserir todo o processo de reconstrução em procedimento de gestão mais amplo e profissional da cidade. Mesmo que fosse necessário adaptar esse plano ao novo contexto da inundação.

O percurso para sua aprovação não foi curto e envolveu muita negociação com a Câmara Municipal como conta a secretária municipal de planejamento Cristiane Bittencourt durante os primeiros anos da reconstrução:

O Município de São Luiz do Paraitinga até então não possui legislação em planejamento da cidade. Nos anos 2006 e 2007 a Prefeitura teve iniciativa, com Assessoria da fundação Unesp em elaborar o Projeto de Lei do Plano

---

<sup>241</sup> Participei dessa reunião como representante da sociedade civil. Uma curiosidade: acabou sendo realizada na residência de um morador, pois a própria prefeitura ainda não havia reorganizado um espaço para trabalho e atendimento à população.

Diretor. Entretanto, houve uma proposta de trabalho diferenciada com a formação de um Grupo Gestor de condução formada por Representantes de Entidades Sociais, ONGs, fundação e dos vários Setores da prefeitura, sob Coordenação da Secretaria de Administração, cargo ocupado por mim há época. Este Grupo conduziu todo o processo de elaboração da lei, realizando audiências participativas, na zona urbana e rural, realizou fóruns e debates técnicos e entregou ao Poder legislativo, em 8 de maio de 2007 o projeto de lei do Plano Diretor. Até 2009 não houve encaminhamento da Lei na Câmara Municipal. Com o início de um novo período legislativo em 2009, em reuniões com os vereadores conseguimos mobilizá-los sobre a importância do Plano Diretor para a cidade. Nas vésperas do Natal de 2009 o projeto de lei, votado com poucas emendas foi aprovado e encaminhado para sanção do Poder Executivo.<sup>242</sup>

Fica claro, dessa forma, que a catástrofe acelerou a aprovação do Plano Diretor, mas ele não estaria pronto para a aprovação caso não tivesse havido todo o trabalho anterior de elaboração e convencimento dos vereadores da cidade legitimados pela forte participação popular.

Os principais pontos de ação do Plano Diretor visavam garantir melhor planejamento da cidade e surpreendentemente parecia que conseguia finalmente apoio para aprovação em uma situação que ninguém sabia da necessidade que ele desempenharia pouco tempo depois. Sigo com a entrevista com a secretaria de planejamento Cristiane Bittencourt sobre esta questão:

Dentre as diretrizes do Plano Diretor destacamos princípios de gestão participativa, criação de áreas de interesse social para moradias populares, criação de áreas de preservação no entorno da cidade histórica, como elemento de valorização da paisagem do patrimônio histórico, Criação do Parque Integrado do Rio Paraitinga, para destacar o Rio como elemento natural da cidade e para uso turístico, etc. O Projeto de lei seria sancionado após os festejos de final de ano, quando fomos surpreendidos pela grande enchente de 2010. Ao retratar este momento, ainda falo com comoção, sabia que o Plano Diretor era estratégico para aquela situação: A cidade parecia ter passado por um bombardeio... de muita água... preparamos a do-

---

<sup>242</sup> BITTENCOURT, Cristiane de Paiva. *Entrevista* em maio de 2015. Foi funcionária pública municipal de 2001 a 2012 e Secretária de Planejamento de 2010 a 2012.

cumentação na Câmara Municipal único prédio público que não havia ficado embaixo das águas e sancionamos a lei do Plano Diretor no dia 7 de janeiro de 2010, em meio aos escombros da Igreja Matriz.<sup>243</sup>

O Plano Diretor aprovado abria o caminho para a ação mais rápida do poder público. Isso era algo urgente naquele momento. Se a própria comunidade, nos primeiros dias, assumiu o controle da cidade, a partir da tradição de suas práticas culturais que geravam solidariedade e sentimento coletivo de mobilização, não era possível imaginar que somente isso pudesse resolver todos os problemas da cidade.

Ademais, as pessoas do local foram aliadas imprescindíveis na aceitação e implementação do planejamento do Plano Diretor. A experiência de sua elaboração e implementação envolvendo a comunidade tornou o ambiente muito mais propício e não obrigou novas discussões políticas que eventualmente poderiam atrasar o processo. Como aponta Cristiane Bittencourt:

Como ferramenta imediata de intervenção da catástrofe o Plano Diretor delimitava as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, áreas escolhidas tecnicamente para implantar empreendimentos de interesse social. Assim, sem qualquer interferência política, discussão com proprietário, delongas em processos judiciais, decretamos de interesse público para desapropriação, no mesmo dia 7 de janeiro, a área de ZEIS mais privilegiada para abrigar o conjunto habitacional que recebeu as 150 famílias desabrigadas e/ou desalojadas, antes moradoras de áreas de risco. Importante ressaltar que a solidariedade era tanta que os proprietários das áreas foram solícitos e também colaboraram com o processo, fato que acelerou a entrega das novas moradias em outubro do mesmo ano.

Destaco este fato, dentre muitos outros, com a implantação do Plano Diretor a cidade passava a ser regida por princípios de gestão em planejamento urbano, inclusão social e gestão democrática participativa.<sup>244</sup>

Como a secretária de planejamento da prefeitura municipal bem captou, todo este processo de construção do Plano Diretor foi muito importante para a própria comunidade começar a se organizar e desempenhar seu papel crucial na reconstrução, com destaque às

---

<sup>243</sup> Bittencourt, 2015.

<sup>244</sup> Bittencourt, 2015.

representações nos principais conselhos municipais, destacadamente o do Patrimônio, que foi uma espécie de gestor da reconstrução da cidade.

A organização de associações que poderiam preencher lacunas onde o Estado não poderia agir diretamente no processo de reconstrução foi também fundamental e iniciou seus trabalhos já neste primeiro momento. Destaco três delas que, não coincidentemente, têm forte ligação com a cultura local:

- ✓ I.E.S: O Instituto Elpídio dos Santos foi fundado em 2001 com o propósito de atuar no campo musical e educacional, tendo realizado diversos projetos de valorização tanto da obra do compositor luizense que lhe dá o nome, como da cultura da cidade. Sua experiência e credibilidade foram fundamentais para posteriormente assumir papel muito importante no processo de reconstrução, sendo a instituição que estava apta para receber repasse de verbas nos convênios do BNDES e IPHAN para reconstrução de bens públicos, como a reforma do Casa dr. Oswaldo Cruz, a Capela das Mercês, além da execução de uma sede definitiva para o Instituto que se transformou em memorial da reconstrução.
- ✓ A.M.I SLP: A Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga foi criada como entidade civil, sem fins lucrativos – nos moldes do IES – com a finalidade de articular a sociedade civil e a iniciativa privada, cooperando no intercâmbio entre elas, o poder público e os órgãos técnicos vinculados ao patrimônio. Com o propósito de agir nas lacunas onde o poder público não pudesse ou não tivesse condições legais de agir, conseguiu atuar reformando imóveis de particulares, reformas de entidades de interesse coletivo, como a Vila Vicentina São Vicente de Paula e o Quarto de Ensaios da Corporação Musical São Luiz de Tolosa, e reeditar obras sobre a história do município, bem como o projeto “Memória Luizense” que resultou em um DVD sobre os impactos da inundação contado a partir dos próprios luizenses que a enfrentaram.
- ✓ AKARUI: criada em 23 de agosto de 2003, sob a classificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público sem fins lucrativos, ou OSCIP, a Akarui, tem por missão investir na qualidade de vida e no desenvolvimento



humano, com ênfase no envolvimento comunitário, por intermédio de práticas socialmente justas e ambientalmente sustentáveis. Como ela própria se classifica, surge com a finalidade do cumprimento de seus objetivos por meio de execução direta de projetos, programas ou planos de ações, pela doação de recursos físicos, humanos e financeiros; prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e termos de parceria, contratos ou convênios com órgãos do setor público que atuam em áreas afins.<sup>245</sup> Desempenhou papel ainda mais fundamental a partir de 2010, sendo um aliado para fornecimento de dados e estudos, e desenvolvimento de projetos que visassem a um futuro mais sustentável da natureza em nosso município.

Chegamos então à primeira mudança de ciclo de ação na reconstrução do município luizense. Passadas as primeiras semanas de grande mobilização, sensibilidade e solidariedade, vamos começar a nos deparar com questões bastante complexas que explicitarão diversas tensões no comando do processo de reconstrução e que remetem a questões mais amplas da política pública brasileira, como a gestão do patrimônio, o manejo de recursos públicos, o real alcance dos projetos de propósito social e a tensão entre as instituições públicas federais sobre o comando de projetos na cidade de São Luiz do Paraitinga, em um ano de eleições (em outubro de 2010) para presidente, governador, senador, deputados federal e estadual.

A cultura assumiu função preponderante e agiu diretamente na lacuna do poder público estabelecido, continuou a ter seu papel de predominância ao provocar mudanças nas decisões dos projetos públicos daí em diante: porém, sempre dentro desse complexo jogo de poderes no qual terá que lidar e se reinventar e buscar reafirmar seu espaço.

---

<sup>245</sup> <http://www.akarui.org.br/instituicao>

### 3 A reconstrução: proposta de uma nova cidade

---

Passado o trauma da inundação, realizados os salvamentos durante a tragédia e com o rio voltando para seu leito, temos a chegada de ajuda externa e a disponibilização de apoio para a limpeza da cidade, reorganização dos espaços públicos e, de certo modo, criação da estrutura mínima de suporte para que todos pudessem também começar a reorganizar sua casa e sua vida de uma forma mais ampla. Sempre é importante ressaltar que a maioria das pessoas da cidade foi atingida diretamente pela inundação e, quem não foi diretamente, acabou sendo afetado de diversas formas: ao apoiar familiares atingidos, a empresa onde trabalhavam e que, na maioria das vezes, estava paralisada pela destruição e com o movimento muito afetado, entre outras situações da mesma ordem.

Já era consenso, desde os primeiros dias do ano, que o calendário letivo das escolas seria atrasado – inclusive pela necessidade de reconstrução de alguns prédios escolares – e que a cidade, já muito abalada economicamente, teria um grande desafio em iniciar o ano sem seu tradicional carnaval de marchinhas carnavalescas: não haveria estrutura para receber os milhares de turistas que o frequentam. A economia, sempre restrita em um município pequeno como São Luiz do Paraitinga, ficaria, agora, sem sua maior fonte de renda anual. E isso, justamente no ano em que mais precisaria.

O orçamento da prefeitura municipal da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga para 2010 previa a arrecadação de R\$ 22.100.000,00<sup>246</sup> e estimativas de institutos como o IPT/USP estimaram em mais de cinco vezes o prejuízo causado pela enchente, sem levar em conta danos relativos à agricultura, meio ambiente, danos estruturais em infraestrutura e perdas no comércio.<sup>247</sup>

Segundo o estudo de Alessandra Cristina Corsi, Paulo Brito Moreira de Azevedo e Marcelo Fischer Gramani, técnicos deste instituto – IPT/USP – e intitulado “Valoração de

---

<sup>246</sup> PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA Turística de São Luiz do Paraitinga. Orçamentos anuais – Arrecadação. Disponível em: <http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/05/or2010.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

<sup>247</sup> Site institucional do IPT: <http://www.ipt.br/institucional/campanhas/18.htm>. Acesso em 18 de fevereiro de 2014.

danos decorrente da inundação em São Luiz do Paraitinga”<sup>248</sup>, o montante das perdas e danos estimado foi de R\$ 103,63 milhões, sendo que o PIB do município era de R\$ 82,83 milhões em 2009 e a receita municipal prevista para 2010 de apenas R\$ 22,11 milhões, conforme adiantei há pouco. Ou seja, a cidade e sua prefeitura municipal não possuiriam a mínima capacidade de reorganização autônoma.

Além de a prefeitura local necessitar de um orçamento cinco vezes maior do que arrecadaria para reorganizar o básico em infraestrutura local – lembrando que essa arrecadação sofreria baixas pela paralisia do comércio, especialmente com o cancelamento do carnaval, o diretor de turismo Eduardo Coelho estimava em 2010 a necessidade de se adicionar mais um prejuízo equivalente ao orçamento anual da prefeitura pelo cancelamento desta festividade:

O carnaval traz para a cidade mais de R\$ 20 milhões em receita. O município deve deixar de ganhar isso este ano. Não há condições de realizar o carnaval. O faturamento estimado de R\$ 20 milhões ocorre em pousadas, restaurantes, comércio de bebidas e transporte durante este período.<sup>249</sup>

A prefeitura municipal de São Luiz do Paraitinga ficará, literalmente, à mercê de ajuda dos governos estadual e federal. Muitas iniciativas de associações de classe, particulares, organizações não governamentais serão muito importantes neste processo, contudo, gostaria de ressaltar que a necessidade da intervenção mais direta do Estado no município e que os impactos disto afetarão a gestão da cidade e o dia a dia do município.

Nos capítulos 4 e 5, serão discutidos temas ligados à participação mais direta da comunidade: seja a manutenção do calendário cultural que engloba suas tradicionais festas populares e manifestações ligadas ao mundo da cultura popular já no ano de 2010 como participando ativamente do debate que definiria os conceitos das obras que seriam refeitas. Contudo, antes disso, com a chegada da ajuda externa de diversas entidades públicas, era

---

<sup>248</sup> Publicado pela GeAS – Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: <http://www.revista-geas.org.br/ojs/index.php/geas>, Volume 1, número 2. Revista da Universidade Nove de Julho, São Paulo: 2012. Acesso em novembro de 2012.

<sup>249</sup> Entrevista ao site G1 (Rede Globo de Televisão) em 4 de janeiro de 2010. Reportagem replicada por: CARDILLI, Juliana e BONADIO, Luciana. Cancelamento do carnaval em São Luiz do Paraitinga trará prejuízo de R\$ 20 milhões. *Vale Independente*. 5 de janeiro de 2010. Disponível em: <<https://valeindependente.wordpress.com/2010/01/05/cancelamento-do-carnaval-em-sao-luiz-do-paraitinga-trara-prejuizo-de-r-20-mi/>>. Acessado 15 de outubro de 2014.

preciso reorganizar a estrutura estatal da cidade. A criação de conselhos municipais, a continuidade do processo de tombamento nacional da cidade e, principalmente, a necessidade de se organizar em um projeto único a participação de membros dos governos estadual, municipal e federal, pesquisadores e a própria comunidade era algo urgente já nas primeiras semanas de 2010 e que gostaria de discutir a partir de agora.

### **3.1 As primeiras iniciativas do Estado**

É algo absolutamente consensual que o Estado brasileiro carece de muito avanço para suprir as necessidades básicas de seus municípios e de seus cidadãos. Mesmo se tratando de São Paulo, o estado mais rico do país, convivemos diariamente com diversos relatos de acontecimentos que revelam um grande despreparo e, principalmente, falta de planejamento para resolver os problemas evidentes em todas as localidades.

Quando pensamos na inundação de 1º de janeiro de 2010 de São Luiz do Paraitinga, isso fica muito evidente. Além de ser cidade que não dispunha de infraestrutura básica para o bom desenvolvimento social, com déficit de moradias, de prédios adequados para educação, atendimento à saúde, entre outros diversos exemplos, não havia nenhum sistema de prevenção e de alerta contra inundação. Mesmo ela sendo recorrente naquela localidade.

Um simples sistema de alerta – implantado *a posteriori* – poderia minimizar os prejuízos de forma muito contundente. Por ser uma cidade com área inundável, as pessoas estavam até acostumadas que, no período de cheias, o rio subiria e, eventualmente, invadiria espaços ao redor de sua margem. O que ninguém esperava era que ele subiria mais de dez metros pela primeira vez e estávamos próximos da maior inundação em mais de duzentos anos de história local.

Durante praticamente um dia todo as pessoas ficaram em suas casas, subindo o pátio de seus pertences, mas, em hipótese alguma, pensando na possibilidade de retirar algo ou mesmo de se proteger. Praticamente metade da população da cidade ficou ilhada e ameaçada pela inundação, situação que tem imbuído o resultado de um processo maior da falta de preparo e investimento público em ações estruturais de prevenção e contenção das cheias e, ademais, da ausência de políticas educacionais para enfrentar momentos como aquele.

O próprio poder público as entidades a ele ligadas não retiraram documentos de suma importância: como o cartório, os processos judiciais, o arquivo municipal só para citar alguns exemplos, pois, não acreditavam e, de forma ainda mais grave, não previam o que poderia acontecer.

A própria questão da preservação do patrimônio na história de São Luiz do Paraitinga é mais um dos pontos que acredito reafirmar a importância exercida pela cultura local no cotidiano da comunidade. Apesar de seu patrimônio arquitetônico ser, na grande maioria, constituído em fins do século XIX e início do século XX, não houve nenhuma iniciativa de preservação deste valioso bem até o fim do século passado. Podemos reafirmar que o grande responsável pela preservação do patrimônio arquitetônico da cidade foi sua própria população.<sup>250</sup>

Geralmente, passando de geração em geração, manter um imóvel construído com as tecnologias da taipa ou pau a pique, com sua estrutura toda baseada na madeira, com as características originais, era algo extremamente difícil e caro, ainda levando em conta as dificuldades de um município como São Luiz do Paraitinga que sofreu diversas depressões econômicas após o advento da crise do café. Ter seu imóvel danificado na inundação causava uma imensa preocupação, como no caso de seu Luiz Tolosa de Gouvêa, morador de um sobrado da Praça Dr. Oswaldo Cruz:

O sobrado que nós moramos, já foi de meus pais, avos, bisavôs e por aí vai. Ele está sem condições até de entrar. Temo muito não poder mais reconstruir. Por isso está muito difícil este momento, não podemos voltar para casa, a praça que sempre gosto de ficar, encontrar os amigos está interdita. E a Igreja, onde fui batizado, casei, batizei meus filhos, casei meus filhos, está no chão.<sup>251</sup>

Em muitos casos, sem apoio nenhum e mesmo fiscalização, diversas construções foram se perdendo ou mesmo modificadas durante todo o século XX. São Luiz do Paraitinga

---

<sup>250</sup> É importante relativizar que a penúria econômica local foi fator importante também para que grandes alterações não fossem empreendidas. Mesmo com uma conduta que favoreceu e muito a preservação do conjunto arquitetônico, pode-se especular o impacto que uma economia próspera teria naquela configuração.

<sup>251</sup> Entrevista com Luiz Tolosa de Gouvêa, conhecido como Luiz do Ugulino, nascido em 1935, no momento da inundação, feita a 7 de janeiro de 2010. Luiz do Ugulino voltou a ser entrevistado em 22 de junho de 2012, quando já estava reformando seu sobrado, um dos que não conseguiu receber nenhum tipo de ajuda pública, retornando para sua casa em fevereiro de 2013. Felizmente, também conseguiu ver sua Igreja reinaugurada.

conseguiu apenas espontaneamente manter a base que caracteriza sua identidade arquitetônica, mas não ficou ileso ao processo de transformação desordenado que, além do desrespeito ao patrimônio, causou problemas adicionais, muito ligados a nosso tema, de ocupação desordenada de encostas e áreas de preservação ambiental:

São Luiz do Paraitinga possui hoje noventa prédios tombados e a maioria deles foi muito impactado pela enchente. Trata-se de um patrimônio muito representativo da arquitetura paulista do período áureo cafeeiro do vale do Paraíba. O CONDEPHAAT tombou esse patrimônio no ano de 1982 quando a cidade só possuía um imóvel tombado pelo patrimônio oficial que era a casa do Dr. Oswaldo Cruz. De 1982 para cá conseguimos, apesar dos limites de trabalho em muitos momentos de órgãos como o nosso com pouca estrutura de fiscalização, a adoção de uma conduta que não mais permitisse alterações de fachada e controlasse espaços de ocupação e técnicas construtivas condizentes com esse patrimônio. O patrimônio aliás, foi seriamente afetado e a reconstrução será um grande desafio, mas a cidade pode contar com nosso apoio.<sup>252</sup>

Fica explícito em sua fala que a cidade, no período anterior de 1982, ficou totalmente sem controle algum que auxiliasse na preservação de seu patrimônio. É interessante comparar a manutenção do patrimônio arquitetônico em São Luiz do Paraitinga, com cidades como a vizinha Taubaté que, com grande crescimento econômico no século passado, e também sem qualquer programa de proteção, acabou convivendo com a destruição quase que total de seu patrimônio arquitetônico antigo.

Mas havia limites para aquela consciência em São Luiz do Paraitinga. Apesar da manutenção da maior parte do patrimônio, um dos principais prédios da praça central foi simplesmente demolido pela própria Prefeitura Municipal. A foto abaixo, datada de 1929, destaca o prédio da antiga cadeia – que também abrigou a Câmara Municipal por um período, ao lado da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa, foi demolido pelo poder público local sem

---

<sup>252</sup> Entrevista com Rovena Negreiros, presidente do CONDEPHAAT, em 7 de janeiro de 2010. Naquele dia, ela afirmou também que o levantamento do CONDEPHAAT a respeito do impacto da inundação duraria 90 dias e contaria com o apoio dos técnicos do IPHAN, em trabalho conjunto que, infelizmente, não será a regra durante todo o processo de reconstrução.

nenhuma preocupação com a manutenção da significação histórica daquele patrimônio. Obviamente, essa conduta como deve ter prejudicado muito a preservação de vários outros imóveis similares, pelo próprio exemplo que causou.<sup>253</sup>

O pesquisador local Judas Tadeu de Campos relata aquela demolição:

Lamentavelmente, não encontrei qualquer informação impressa a respeito de quando o prédio foi destruído. No entanto, segundo me contaram pessoas que viveram naquela época, o estado do prédio ainda era bom quando foi destruído, por iniciativa da Prefeitura. Elas não compreenderam o porquê da demolição. Também me contaram que alguns políticos levaram parte dos materiais, inclusive as grades das celas, para serem aproveitados em suas chácaras e fazendas.<sup>254</sup>

A ocupação de moradias em toda a margem do rio Paraitinga e o surgimento de bairros como a Várzea dos Passarinhos – como o próprio nome diz constituída na várzea do rio Paraitinga – datam principalmente das décadas de 1940 a 1980 e, sem sombras de dúvidas, acabou sendo responsável por um maior impacto da inundação. A ocupação de uma área originalmente inundável fez o nível do rio subir ainda mais. Outro bairro construído na cidade na década de 1980 – já sob a tutela do tombamento pelo CONDEPHAAT – foi o Verde Perto. Do outro lado da margem do Paraitinga, em direção perpendicular ao Mercado Municipal, foram construídos um grande aterro e dezenas de casas, no mesmo espaço onde anteriormente, diversas inundações demonstram haver uma área de cheia natural do rio.

*Figura 19 – Prédio da cadeia em destaque no canto superior esquerdo*



*Foto acervo pessoal Juventino Galhardo*

<sup>253</sup> Fotos da década de 1950 já não contém o prédio da cadeia. Contudo, não consegui a data exata para sua demolição em documentos locais. Em entrevistas com os mais velhos da cidade da mesma forma ninguém soube precisar ao certo o período desse evento.

<sup>254</sup> Judas Tadeu de Campos é doutor em educação pela PUC/SP e pesquisador da história do município, entrevista em junho de 2015.

Logo à frente, discutirei um pouco mais sobre esta deficiência da política nacional de preservação do patrimônio cultural – muitas vezes restrito ao patrimônio arquitetônico – que não contemplou historicamente diversas manifestações do que hoje chamamos de patrimônio imaterial local. São Luiz do Paraitinga não foi um município que sofreu um amparo que permitisse a chegada de seu conjunto arquitetônico bem preservado aos nossos dias. Quando a inundação veio, muitos prédios já estavam em situação estrutural precária pela própria dificuldade dos moradores em mantê-los e muitos ruíram de forma ainda mais rápida.

A falta de política pública, e de consciência de preservação não impediu que a cidade adotasse, quase que de forma inata, um zelo pela manutenção deste elemento fundamental em sua identidade. Veremos que isso será o grande ponto de tensão após o primeiro momento de obras emergenciais, em que não havia tempo nem mesmo para discussão de quais rumos deveriam adotados. Era preciso velocidade para salvar o que fosse possível do patrimônio.

O principal exemplo será a reforma da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa. Mesmo com a conduta das normas oficiais de que a reforma teria que ser feita a partir de novas tecnologias que permitissem não só necessidades atuais como acessibilidade por exemplo, é normativo que o prédio fosse reconstruído em consonância ao conjunto arquitetônico, mas com a marca do momento histórico atual. A população não abriu mão de um prédio com características de fachada idêntica ao que caiu. De forma fundamental, essa vontade da população local – afinal patrimônio que não contemple as concepções das pessoas não tem sentido algum – será respeitada, mas com uma questão importante: as normas que regiam os órgãos de fiscalização – destacadamente a prefeitura municipal, o CONDEPHAAT e posteriormente o IPHAN – não seriam adotadas.

Em diversos casos de reformas de prédios particulares ou mesmo públicos, como o antigo Grupo Escolar, não poderão ser refeitas fachadas originais com a justificativa de não se criar um “falso histórico”. Mesmo que todos soubessem das diferenças entre restauro – quando basicamente se pode reconstituir o original – e reconstrução – quando o prédio cai totalmente – não houve linha clara de atuação.

A população ficou, muitas vezes, perdida entre a situação histórica de total abandono ao patrimônio ao qual estavam acostumadas, afinal os órgãos fiscalizadores muito pouco fizeram pelo conjunto arquitetônico da cidade durante todo o tempo e, de repente, agora,



quando ocorre a catástrofe, surgem diversos órgãos ligados aos institutos de preservação do patrimônio estadual e federal e passam a intervir na cidade de forma muito contundente.

Esta ação mais direta do CONDEPHAAT e do IPHAN na cidade foi acompanhada da adoção de critérios e normas que deveriam ser obrigatórias, mas, muitas vezes, eram diferentes em situações parecidas, causando mais uma dificuldade de aceitação pelos munícipes. A atuação de um poder fiscalizador que divergia em regras relativas a prédios de um mesmo conjunto causou diversas revoltas. Mesmo que muitas vezes a interpretação tenha sido para atender demandas da população local – e considero isso um acerto – faltou comunicação eficiente que esclarecesse critérios e diferenciações de conduta.

É preocupante a situação que ainda atualmente o CONDEPHAAT e o IPHAN enfrentam na cidade. Levando em conta que deveriam ser os principais aliados da sociabilidade assentada em tradição cultural ligada à manutenção do patrimônio, a eles é atribuída uma imagem bastante negativa, que pode ser facilmente assimilada em conversas com quaisquer moradores e frequentadores da cidade:

Eu não consigo entender qual o motivo de minha casa não poder ser reconstruída na fachada da mesma forma original se a prefeitura, a Igreja pode. Já bastam prédios que eles mudaram e ficou horrível. E eles nem escutam a gente, tratam a gente como se fossemos ignorantes.<sup>255</sup>

É inegável que este momento de questionamento foi precedido por uma situação de bastante amparo do poder público e da sociedade como um todo – de uma forma mais geral com doações e auxílio de profissionais e equipamentos – nos primeiros dias – e mesmo meses – após a inundação de 1º de janeiro de 2010.

A atuação do Estado no momento de crise foi eficiente, apesar de não ser o caminho ideal, muitos atos seriam melhores tivessem sido baseados em prevenção e não na remediação de situações como esta. Mas existe uma capacidade de atuação real do Estado e São Luiz do Paraitinga recebeu seus benefícios. O que soa como preocupante é que isto tenha ocorrido por se tratar-se de um palco privilegiado – e novamente a importância da cultura como algo

---

<sup>255</sup> Depoimento de Geraldo Donizete Cursino dos Santos, proprietário de sobrado na Praça Dr. Oswaldo Cruz – que caiu em sua totalidade – e que encontrava até o momento da entrevista com o projeto de reconstrução dele em análise. Depoimento em novembro de 2014.

primordial nessa definição – que havia gerado uma comoção nacional, enquanto outros municípios, no mesmo momento, não recebiam atendimento semelhante. Talvez ser um município pequeno, valorizado pela sua identidade, também tenha sido determinante para o Estado desempenhar um papel mais eficiente ali do que em municípios maiores como Angra dos Reis/RJ e Atalaia/AL.

Especificamente sobre Atalaia/AL, o município, de aproximadamente 45.000 habitantes em 2010,<sup>256</sup> foi muito atingido pelas chuvas do verão daquele mesmo ano. Com aproximadamente 27 mil pessoas desabrigadas, a cidade ainda não conseguiu resolver nem os problemas básicos que foram prontamente atendidos em São Luiz do Paraitinga. No ano de 2014 nenhuma das 520 novas moradias prometidas para desabrigados havia sido entregue – muitas foram invadidas por eles com o abandono das obras – e, a cidade se manteve sem creche, sem a reforma de dois centros de saúde e recuperação do sistema de energia elétrica em regiões que tiveram de ser completamente abandonadas e continuam com os mesmos escombros daquela inundação.

A verba total investida pelo poder público destinada para o socorro do município que possuía cinco vezes o tamanho de São Luiz do Paraitinga foi de aproximadamente 100 milhões de reais<sup>257</sup>, enquanto em São Luiz, apenas o governo do Estado estima em 250 milhões de reais os investimentos realizados de 2010 a 2014 na cidade.<sup>258</sup> Essas chances especiais permitiram que a cidade luizense, principalmente do ponto de vista da prestação de serviços públicos, conseguisse avanços antes inimagináveis em sua história e que contribuíssem para a constituição de um sistema de prevenção de novas catástrofes.

Nos primeiros dias de 2010 já começavam os anúncios desta ajuda e listarei algumas das principais iniciativas começando pela visita do governador José Serra (PSDB) em 6 de janeiro, com a confirmação do deslocamento de toda a base da defesa civil do estado, sob o comando do coronel Marco Aurélio Alves Pinto, para São Luiz do Paraitinga e liberação de

---

<sup>256</sup> IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010 - Tabela 2.6 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=27>. Acessado em 13 de setembro de 2015.

<sup>257</sup> Segundo reportagem do JORNAL NACIONAL da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/familias-vitimas-da-enchente-de-2010-em-alagoas-continua-desabrigadas.html>>. Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

<sup>258</sup> GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria da Fazenda. Prestação de Contas. Item execução orçamentaria. Disponível no site: <http://www.fazenda.sp.gov.br/contas1/default.shtm>. Acessado em 13 de setembro de 2015.

recursos para limpeza da cidade, estudos de impactos no patrimônio arquitetônico e ambiental, reformas e aquisição de equipamentos para as instituições prestadoras de atendimento à saúde locais e comprometimento total com o processo de reconstrução imediato.<sup>259</sup>

Foram anunciados ainda, de pronto, R\$ 10 milhões de reais em ações emergenciais via CODASP – empresa ligada a Secretaria de Agricultura e Abastecimento – e utilização de equipamentos para desobstrução de áreas isoladas e limpeza pública. Foi realizado o deslocamento de cerca de 300 profissionais do estado, de diversas áreas como segurança, saúde e educação, além da disponibilização de dois helicópteros para auxílio na remoção de pessoas e salvamentos possíveis. Foi criada uma coordenação de campanha de arrecadação de doações que, já, em 6 de janeiro, atingia 300 toneladas de alimentos arrecadados.

Foi também de suma importância a disponibilização de unidade Poupa Tempo Móvel com os recursos de retirada rápida de novos documentos pessoais perdidos na catástrofe. Disponibilizaram-se remédios e equipes da vigilância sanitária estadual. Foi constituída uma base da CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano – na cidade para iniciar os estudos que geraram a posterior construção de 145 moradias populares para os desabrigados. Ampliaram-se programas sociais como o aumento de 300% nas vagas de programas do Fundo Social Estadual como Agente Jovem e Renda Cidadã.

Foi imediato o envio das equipes do IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas) para realizarem as vistorias nos prédios em escombros e iniciar os estudos de impacto e projetos de reconstrução. Assim como, nos primeiros dias de 2010, já estava trabalhando na cidade a equipe do CONDEPHAAT com o objetivo de mapeamento do impacto exclusivo sobre o patrimônio tombado. Prontamente, foram definidas como prioridades a imediatas reformas de prédios públicos locais como a sede da prefeitura municipal, as escolas municipais e estaduais, o Fórum e o Centro de Saúde, todos muito afetados.

Foram também anunciadas, já neste primeiro momento da ajuda, iniciativas ligadas à cultura – demonstrando o reconhecimento da sua importância desde o início – como a exibição em locais públicos de filmes do cineasta Amácio Mazzaropi gravados na cidade de

---

<sup>259</sup> <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,serra-visita-sao-luiz-do-paraitinga-e-anuncia-medidas-de-auxilio,491539> e <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/lenoticia.php?id=206955>.

São Luiz do Paraitinga com trilha sonora do compositor local Elpídio dos Santos e a intenção de apoio das festas populares que estavam no calendário cultural da cidade.

Lembrando que governo estadual e prefeitura municipal eram do mesmo partido político, a cooperação era claramente bastante importante naqueles primeiros passos da reconstrução. O reconhecimento da importância do papel desempenhado pelo patrimônio cultural da cidade já estava também destacado no primeiro pronunciamento do governador sobre a catástrofe em 3 de janeiro de 2010:

Agora, estamos dando assistência em saúde, alimentação e água potável. O importante é resolver a situação de curto prazo. Mais adiante, o Estado vai ajudar na reconstrução do centro histórico de São Luiz do Paraitinga, que é um patrimônio não só do município, mas do Estado e também do Brasil.<sup>260</sup>

**Figura 20 – Governador José Serra observa situação de documentação cartorial de São Luiz do Paraitinga em 06/01/2010.**



Fonte: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/enoticia.php?id=206955#1>

Como sempre tenho reafirmado, ao lado da atuação do Estado, sempre foi muito importante e também ativa a atuação de particulares e de associações de classe. Como a imagem acima trata da situação dos documentos cartoriais um dos exemplos deste tipo de ajuda foi justamente da Associação dos Notários e Registradores do Estado de São Paulo que liderou campanha de doações aos três cartórios da cidade. Estiveram presentes em missões como a

<sup>260</sup> Reportagem de Lucas Lacaz: “Serra diz que ajudará na reconstrução de São Luiz do Paraitinga” do jornal Folha de São Paulo, caderno Cotidiano, p. 5 e 6 de 04 de janeiro de 2010. Empresa Folha da Manhã, São Paulo.

que reuniu José Carlos Alves (diretor da Anoreg/SP); Luiz Antonio Marrey (secretário da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de SP naquele momento) e o desembargador Antonio Carlos Viana Santos (presidente do Tribunal de Justiça do Estado naquele momento) e decidiu pela disponibilização de equipes para limpeza, organização e futuro restauro de toda a documentação cartorial da cidade. Essa iniciativa bastante rápida foi fundamental para que se salvassem os documentos e permitisse a continuidade do projeto pela digitalização da documentação local recuperada, constituindo, a partir dali um novo padrão na acessibilidade e conservação da documentação da cidade.<sup>261</sup>

O poder judiciário paulista, a partir da catástrofe, destinou a aplicação receitas judiciais aos projetos de reconstrução da cidade. Chegando a aproximadamente R\$ 200.000,00 – duzentos mil reais – em arrecadação ainda no ano de 2011.<sup>262</sup> Contudo, o maior resultado nesta esfera foi a recuperação de mais de dois mil processos, digitalização deles e a reforma total do prédio do Fórum local, entregue em novembro de 2011 – embora já em funcionamento neste período de reforma e recuperação documental – como uma referência de funcionamento no país: sendo totalmente informatizado e com 100% dos documentos digitalizados e acessíveis.

A prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle reafirma a importância da ação direta do Estado desde a catástrofe que resultaria em uma possibilidade de grande melhoria na gestão local, reafirmando o exemplo do novo Fórum:

Passado todo aquele impacto inicial, começamos a perceber a possibilidade de uma cidade nova, muito mais organizada e funcional. Um dos exemplos foi o planejamento territorial a partir do Plano Diretor, a reforma de todos prédios públicos e a construção de novos, isto algo que nunca teríamos

---

<sup>261</sup> Detalhes desta iniciativa e os avanços deste projeto podem ser consultados na reportagem: NASCIMENTO, Alexandre Lacerda. *Cartórios de São Luiz do Paraitinga recebem ajuda de todo o estado e restauram o acervo*. Disponível em <<http://www.anoregsp.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=MTAz>>. Acessado em 13 de fevereiro de 2015.

<sup>262</sup> ASSESSORIA DE IMPRENSA DO TRIBUNAL de Justiça de São Paulo. Disponível em: <<http://tj-sp.jus-brasil.com.br/noticias/2458756/tjsp-inaugura-forum-100-digital-em-sao-luiz-do-paraitinga>>. Acessado em 30 de agosto de 2013.

condições de fazer, e o destaque para a modernidade como possuímos mecanismos de informações muito melhores, com destaque para o novo Fórum da cidade.<sup>263</sup>

O Governo Federal, também de pronto, veio até a cidade nos primeiros dias de 2010 e chegou anunciando grandes auxílios e aparato para a reconstrução. Acelerou o decreto de calamidade pública para que a cidade pudesse ter celeridade em projetos e contratos e, pela primeira vez nos registros da cidade, mandou uma missão oficial composta por um ministro de Estado, não por acaso, o ministro da Cultura em exercício, Alfredo Manevy.

Ele chegou a cidade no dia 12 de janeiro de 2015 anunciando a liberação imediata de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a salvaguarda do patrimônio histórico. Especificamente, contemplava-se a seleção de materiais reconstruíveis, escoramentos emergenciais, salvamento de acervos documentais e bens móveis, envio de técnicos do IPHAN para atuar na localidade e, destacadamente, o salvamento dos escombros da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa e da Capela das Mercês e seus projetos de reconstrução. Anunciava também que técnicos dos ministérios da Integração Nacional, Saúde e Educação estariam envolvidos no projeto.

Criava-se, a partir daquele momento, também um inédito canal de contato com o Ministério da Cultura brasileiro para o futuro apoio de iniciativas que viriam a fortalecer a identidade cultural local. Por exemplo, nos anos seguintes, serão anunciados apoios a projetos de gravação de discos locais, publicação de livros de mestres da cultura local e algumas formas de apoios diretos ao calendário cultural local.

Era muito importante naquele momento inicial da tragédia, do ponto de vista da comunidade, receber a confirmação da viabilidade de reconstrução da cidade a partir destes apoios estatais. A intenção de tombamento nacional do município, algo que a cidade pleiteava há muitos anos voltava a discussão, contudo, era fator de preocupação ver agora seu patrimônio em grande parte destruído, o que na mentalidade dos luizenses poderia ser um grande entrave para este projeto de tombamento:<sup>264</sup>

---

<sup>263</sup> Entrevista com a prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) – mandato 2008-2012 – em novembro de 2012.

<sup>264</sup> Veremos adiante que a cidade de São Luiz do Paraitinga teve seu tombamento nacional acelerado e concretizado no final de 2010 para que a reconstrução inclusive pudesse transcorrer com maior controle de preservação e apoio estatal. De forma muito importante também este tombamento luizense mostrou um progresso na

É possível reconstruir. Já fizemos isso antes em Goiás Velho e Ouro Preto e vamos fazer aqui. As cidades tombadas pelo Governo Federal ganham prioridade, agregam valor. Por isso, a cidade pleiteou e merece esse tombamento e vamos fazer de tudo para acelerar este processo, contudo é preciso um criterioso estudo para isso. Nosso superintendente do IPHAN Luis Fernando de Almeida aqui presente e a superintendente de São Paulo Anna Beatriz Ayroza Galvão terão o desafio de conduzir este processo, mas contarão com todo nosso apoio.<sup>265</sup>

A fala do ministro Alfredo Manevy acima trazia fundamental suporte, tanto do ponto de vista de vislumbrar um apoio efetivo que a cidade receberia, complementando o apoio do governo estadual, de entidades associativas, universidades e iniciativas de particulares, como trazendo, além do necessário apoio, a implementação de obras necessárias com um orçamento antes inimaginável naquela realidade. O que, inclusive psicologicamente, permitia a confiança, adicionada a toda aquela força inicial de mobilização comandada pelo espírito histórico e cultural do local, de que seria possível atravessar aquela tragédia e, de forma ainda melhor, reconstruir uma cidade mais preparada para catástrofes e com funcionamento mais organizado.

Contudo, toda a euforia que aquela ajuda de diversos setores poderia implementar, possuía dois entraves bastante claros: a dificuldade enfrentada pelos munícipes em retomar suas atividades cotidianas e recuperar seu prejuízo material e simbólico devido ao patrimônio arrasado e os entraves burocráticos que começaram a surgir com a atuação do Estado. As medidas emergenciais funcionariam muito rapidamente aproveitando-se da excepcionalidade do estado de calamidade, porém, obras mais complexas e necessárias – como a criação de moradias populares, reformas dos prédios tombados, obras na calha do rio – demorariam um pouco mais para serem implementadas.

Ademais, dia após dia, começou a ficar aparente que todo aquele empenho de ajuda estatal, mais que canalizar tanta energia para valorizar um patrimônio cultural, carregava

---

política nacional de processos de tombamento levando em conta não monumentos específicos – e no caso muitos arruinados – e sim concretizando o tombamento de todo o entorno do centro histórico e a execução de um projeto de inventário de suas manifestações culturais conjuntamente.

<sup>265</sup> Pronunciamento oficial do ministro realizado em audiência pública na Pousada Primavera na cidade de São Luiz do Paraitinga, em 12 de janeiro de 2010, depois replicado em meios de comunicação como o site: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ministerio-da-cultura-libera-r-10-mi-para-reconstrucao-de-sao-luiz-do-paraitinga/n1237591504745.html> em reportagem “Ministério da Cultura libera R\$ 10 mi para reconstrução de São Luiz do Paraitinga” de Bruno Rico: IG São Paulo, Acessado em 15 de outubro de 2014.

conjuntamente, como pano de fundo, uma grande disputa política em ano eleitoral, 2010 era abo de eleições, e o principal pré-candidato de oposição ao Governo Federal, seria justamente o governador do estado de São Paulo, José Serra. Toda força simbólica que representava a reconstrução de São Luiz do Paraitinga, haja visto o impacto midiático que a catástrofe havia proporcionado, passou a ser direcionada para que a ação estatal pudesse ser efetiva e de sucesso.

Inegavelmente, a cidade de São Luiz do Paraitinga acabou capitalizando muito com esta disputa de bastidores. Novamente, como quando comparei o quanto seria mais difícil a reconstrução se o nível do rio tivesse subido dois metros a menos, e não tivéssemos a força da imagem simbólica da queda da Igreja Matriz, provavelmente, se não estivéssemos em ano eleitoral e no interim de uma disputa bastante polarizada como foi a de 2010, liderada pelo PT e pelo PSDB, a atenção dada à reconstrução não seria tão privilegiada.

No processo de Paraitinga, ressaltando a participação da comunidade e da cultura local, acho que estamos justamente em busca, em nosso país, de uma espécie de modelo de atuação no que se refere à gestão de uma cidade com participação popular dotado de eficiência estatal e políticas públicas de ação efetiva em momentos de crise. Contudo, não podemos fazer uma leitura romântica de que tudo isso surgiu de forma espontânea e simplesmente porque se valorizava muito o patrimônio cultural no Brasil.

Como já apontei, a prefeitura municipal de São Luiz do Paraitinga era comandada pela prefeita do PSDB, Ana Lúcia Bilard Sicherle, naturalmente, com maior proximidade com o governo estadual, comandado pelo mesmo partido, permitindo que muitas demandas fossem atendidas e, de maneira mais rápida, para que esta espécie de “vitrine” de gestão fosse consolidada e pudesse ser um fator importante de sucesso como propaganda na eleição que se aproximava. O insucesso, com certeza, seria também trunfo para o principal adversário, já que o Governo Federal era comandado pelo PT, que tentava também agir naquele cenário de crise e mostrar sua capacidade de solução de problemas.

Mais uma vez, reafirmo que as obras de que São Luiz do Paraitinga necessitava, diziam respeito a carências de praticamente todos municípios brasileiros, principalmente no tocante à infraestrutura de atendimento à população. Mas, a partir de uma situação totalmente atípica, que se tornou conhecida em todo o país, durante o ano de 2010, a cidade foi conseguindo a implementação de diversas obras que pudessem melhorar a infraestrutura local.



Durante o ano de 2010, foram sendo anunciadas obras como a implementação de um sistema de prevenção de enchentes com alarmes de cheias implantados desde o município de Cunha e a fundamental obra do rebaixamento da calha do rio Paraitinga. A cidade ganhou um novo prédio para sua escola estadual do ensino médio. Teve o centro de saúde ampliado e reformado por inteiro. A disponibilização de novos equipamentos para todos os setores de saúde. A construção de uma nova biblioteca e de um auditório. A compra de equipamentos para manutenção de suas extensas estradas vicinais. A construção de moradias populares, entre diversos outros exemplos.

Muitas destas obras recebiam uma cooperação entre o Governo Federal e o estadual; porém, a municipalidade precisava administrar essas esferas e conciliá-las com as reais necessidades dos munícipes. Diversas vezes, propostas que chegavam na cidade prontas para serem implementadas não condiziam com a real necessidade local. Aos poucos, a prefeitura luizense adquiria mais uma função fundamental no processo da reconstrução, uma espécie de intermediadora de poderes e responsável por capitanear as vontades locais.

Um pouco de tudo que venho falando sobre esta disputa política podemos observar na fala da secretária de planejamento daquela época, Cristiane de Paiva Bittencourt:

O ano de 2010 era de disputa eleitoral, sendo o Governador Serra pré-candidato à Presidência do Brasil. Este fato gerou algumas situações de desconforto, mas que precisavam convergir para o objetivo de Reconstrução da Cidade. A divergência não era somente política, mas ideológica também, em especial quando se tratava de algum tema relacionado às técnicas de reconstrução do Patrimônio Histórico, onde a cidade tombada pelo CONDEPHAAT agora teria que conviver com o tombamento provisório do IPHAN.

Podemos dizer que houve uma administração da divergência política e ideológica, destacando-se o papel do Município, representado pela Prefeitura e pelos atores da comunidade que passaram a opinar e participar dos fóruns realizados no CERESTA e nas audiências públicas realizadas na Praça. O povo de São Luiz, que também estava representado ideologicamente na equipe da prefeitura, administrou estes desconfortos. Acho que foi um momento de muito aprendizado e valorização da cultura e do protagonismo local, perante os órgãos de Estado e técnicos de grande renome que vieram nos ajudar neste processo.<sup>266</sup>

---

<sup>266</sup> BITTENCOURT, 2015.

Essa disputa política não seria apenas um movimento de quem anunciaria mais obras e beneficiaria a cidade. Alguns entraves começaram a surgir. Como citado pela secretária de planejamento, alguns projetos foram travados por discordância de conceitos entre o IPHAN – representante do Governo Federal – e o CONDEPHAAT – órgão da esfera estadual. Ainda no dia 13 de janeiro de 2010, enquanto a comitiva do IPHAN com o ministro da cultura em exercício Alfredo Manevy chegaria para anunciar os R\$ 10.000.000,00 emergenciais via PAC – Programa de Aceleração de Crescimento – das Cidades Históricas, o secretário de cultura do governo estadual João Sayad argumentava que valores deste tipo seriam irrisórios.

O jornalista Mário Sérgio Carvalho do jornal Folha de S. Paulo relata o seguinte no caderno Cotidiano de 14 de janeiro de 2010:

Educadamente, o secretário de Cultura do governo do Estado, João Sayad, disse que toda ajuda era bem-vinda, mas que o valor não era nada perto da catástrofe que atingiu a cidade. Segundo Sayad, R\$ 10 milhões é o orçamento para restaurar a igreja da Ordem Terceira na cidade de São Paulo. O secretário disse também que o governo do Estado tem em seu Orçamento os recursos para a reconstrução da cidade. Ninguém sabe, porém, quanto custará levantar de novo o centro histórico, destruído por uma tromba d'água no dia 1º.

Para elevar o tom de desconforto, Sayad não acompanhou o ministro numa visita à cidade. A assessoria do secretário disse que foi um problema de agenda – ele visitara São Luiz do Paraitinga de manhã e tinha compromissos à tarde.<sup>267</sup>

No mesmo dia, é a vez do presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, emitir uma declaração que ia de encontro a um pronunciamento do governador José Serra, feito dias antes, de que era preciso haver cooperação dos técnicos envolvidos na reconstrução da cidade, pois a celeridade era o mais importante naquele momento vivido: “Isso aqui não é a Disneylândia. Tem de discutir, sim. São Luiz tem interesse por causa do valor histórico de suas construções. Se não discutirmos o que será feito, esse valor se perde”.<sup>268</sup>

---

<sup>267</sup> Reportagem disponível no site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1301201023.htm> intitulada “PSDB e PT disputam a reconstrução de São Luiz do Paraitinga”.

<sup>268</sup> Ata da reunião da visita da comitiva do Ministério da Cultura disponível no arquivo da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, datada de 13/01/2010.

A maior polêmica, onde esta situação ficou bastante explícita, acabou sendo justamente a reconstrução da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa, o principal símbolo deste processo de reconstrução e que geraria maior visibilidade com sua reconstrução. Após o IPHAN ter sido o responsável pelo salvamento dos escombros da Igreja Matriz, era de intenção que o Governo Federal construísse a nova igreja. Contudo, o governo estadual não aceitou, em hipótese alguma, esta possibilidade. A prefeitura teve que intervir. Com a maior proximidade com o governo estadual, a obra passou para a responsabilidade da secretaria estadual de cultura e outras reformas de símbolos do patrimônio como a Igreja do Rosário e a Capela das Mercês foram designadas ao Governo Federal.

É interessante que parecia não ser problema o quanto seria destinado para obras como as destes símbolos que gerariam grande visibilidade e possíveis matérias de campanha eleitoral, a despeito de a destinação de recursos para a proteção do patrimônio cultural ser tão precária em nosso país. E estávamos falando em valores expressivos, pois a reforma da Matriz São Luiz de Tolosa foi inicialmente estimada em R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais) e as da Igreja do Rosário e a Capela das Mercês em aproximadamente R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) incluindo salvamento e reforma.

Essa rivalidade entre as esferas estaduais e federais, naquele período específico, ainda trazem traços que são mais abrangentes que a questão política em si. O geógrafo Carlos Murilo Prado Santos, em sua tese *A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga*<sup>269</sup> relata que, atualmente, a cidade ainda sofre com o grande entrave representado pela distância dos órgãos aprovadores de reformas e intervenções em seu patrimônio. Embora ambos estivessem com equipes fixadas na cidade durante o período inicial de reconstrução, isso não se manteve. Além do que, os órgãos estaduais e federais, no caso CONDEPHAAT e IPHAN, não têm consonância normativa, e isto é um problema de muitos anos, o que dificulta imensamente o andamento dos projetos da cidade.

Em depoimento para o trabalho de Carlos Murilo Prado Santos, Natália Moradei, arquiteta da prefeitura municipal em 2010 e sucessora na função da coordenação de planejamento a partir de 2013 – com a saída de Cristiane Bittencourt – reafirma estas dificuldades

---

<sup>269</sup> SANTOS, 2015.

e retoma a questão que discutimos aqui de qual papel a prefeitura municipal precisou assumir naquele momento:

Foi um trabalho difícil, pois recursos próprios não tínhamos, dependíamos de recursos externos e para conseguir estes recursos precisamos ter organização, articulação para sabermos o que iríamos pedir para cada órgão, tínhamos que montar os projetos, pois tem a burocracia, tudo tinha que ser montado, um trabalho muito árduo para ver quais seriam as demandas (...) o nosso papel era organizar e fazer esta junção, até por isso foi criado o CERESTA para reunir todo mundo que estava trabalhando e não ficar batendo a cabeça. (...). Hoje a gente ainda tem dificuldades para aprovação de projetos pois um órgão fala uma coisa e outro órgão fala outra. <sup>270</sup>

Assumindo mesmo essa função de conciliação de gestão entre as esferas estadual e nacional, a prefeitura municipal de São Luiz do Paraitinga ainda recebia, a todo instante, diversos trabalhos dos pesquisadores que nem sempre indicavam os caminhos que estas grandes obras apontavam e cobravam maior escuta da população local. A prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle relembra essa fase:

Depois do primeiro momento que não sabíamos por onde começar parece que passamos a um outro estágio que era o que fazer com tanta coisa. Fomos descobrimos muitas necessidades causadas pela enchente e outros problemas que a cidade já possuía. E o mais importante eu precisava conversar com os luizenses, passava o dia entre reuniões com políticos, assessores e atendimento à população que precisava de amparo para questões complexas ou para um simples bate papo onde tanto elas como eu só desabafávamos. Demorou para encontrar um caminho, mas foi só quando começamos a envolver mais pessoas da cidade com os conselhos municipais, formados por membros do governo, de universidades, da prefeitura que a coisa parece que começou a tomar um rumo. <sup>271</sup>

A impressão que marcou muito este período inicial era que a ajuda estatal, fundamental para que as grandes obras acontecessem, como de costume em nossa história, deixava de adaptar projetos já pré-concebidos à realidade local. A população queria muito ver sua cidade reconstruída, mas, acostumada em toda sua história da pouca participação externa na

---

<sup>270</sup> Entrevista com Natália Moradei *apud* SANTOS, 2015: 92.

<sup>271</sup> Entrevista com a prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) – mandato 2008-2012 – em novembro de 2012.

solução de seus problemas parecia temer uma mudança no perfil da cidade e de seus costumes e isso a preocupava imensamente.

Justamente a manutenção, pela população local, do calendário cultural naquele contexto de destruição e a busca da manutenção de seu modo de vida cotidiano vão gerar uma demanda pela qual os membros dos governos estadual e federal terão que adaptar muitas de suas medidas pensadas a partir de situações totalmente diferentes às de nossa cidade. Posteriormente, os conselhos municipais serão o resultado mais profícuo de um processo que percebia, em diversas situações, que era preciso escutar a comunidade para tomar decisões mais aceitas posteriormente.

Já nas primeiras reuniões do Conselho do Patrimônio Municipal – da qual pude participar – as grandes preocupações da comunidade eram ligadas ao patrimônio cultural: se a Festa do Divino ia acontecer, se o carnaval iria mesmo ser cancelado ou se as Igrejas seriam logo reconstruídas. Algo diferente daquele “pacote” de infraestrutura que é padrão em momentos de crise e trazem propostas de casas populares, escolas, melhorias na saúde entre outras medidas que os governos estão acostumados a suprir, devido à inexistência de atendimento suficiente nos municípios brasileiros em momentos de normalidade aparente. Era preciso contemplar a demanda cultural conjuntamente às demais necessidades.

A busca pela ocupação do espaço costumeiramente frequentado pela comunidade também era algo bastante impressionante e foi ficando claro aos envolvidos no processo da reconstrução. As pessoas queriam a todo instante entrar no Mercado Municipal e acompanhar sua reforma. O mesmo pode ser dito das Igrejas, da praça pública. A costumeira proibição da entrada de pessoas em obras teve que ser repensada e de maneira muito produtiva eram feitas visitas guiadas frequentemente nestes locais.

A primeira missa depois da inundação, celebrada no dia 7 de janeiro de 2010, contou com a participação maciça da comunidade católica local e foi rezada na rua, em frente ao templo cuja utilização estava impossibilitada. Muitos depoimentos destacam este tipo de ato, ressaltando que a população perdia seu patrimônio, mas não perdia seus costumes.

A comunidade exercia, ademais, outro papel muito importante: para os projetos de reconstrução de fachadas, restauros de imagens, por exemplo, a única fonte que muitas vezes existia era a documentação privada de moradores cujos acervos a enchente não atingiu, ou

mesmo a memória das pessoas era consultada para definir como muita coisa seria refeita. Não havia como separar a comunidade do processo de gestão da cidade naquele momento pelo qual o município passava. Contudo, sabemos que essa prática nunca foi recorrente em nosso país e os projetos em sua maioria não contemplavam essa participação.

Era preciso, urgentemente, encontrar um caminho que unisse essas demandas. Que pudesse fazer andar em consonância, ou mesmo que se pudessem discutir divergências entre Estado – em suas três esferas, universidades e profissionais envolvidos na reconstrução. A cultura local não poderia ser meramente figurativa nesse processo, era ela que havia concedido todo aquele patrimônio. Enquanto as manifestações iam ocorrendo, muitas vezes com mais força do que se esperava – vai ser o caso da participação maciça das pessoas na Festa do Divino de 2010 – parecia que ficava mais explícito que o patrimônio que o Estado tanto pleiteava reconstruir não faria sentido se não respeitasse a comunidade envolvida.

### 3.2 A criação do CERESTA e dos conselhos municipais

Às vésperas de completar 241 anos de sua fundação, no dia 7 de maio de 2010, é inaugurado em um dos sobrados da praça Dr. Oswaldo Cruz o CERESTA – Centro de Reconstrução e Desenvolvimento Sustentável – órgão que se tornou, em minha opinião, um dos maiores legados que a cidade de São Luiz do Paraitinga conquistou no processo de reconstrução e que poderá servir de modelo em políticas públicas no futuro. A imagem abaixo já demonstra uma prática pouco comum em nosso país, a organização de um espaço que representasse os três poderes: municipal, estadual e federal trabalhando conjuntamente. Mais que isso, além de ser estratégico para trabalhos conjuntos entre os diferentes níveis da federação, era uma tentativa que visava permitir o acompanhamento da participação popular, como vimos, algo fundamental naquele momento.

*Figura 21 – Placa de identificação do CERESTA.*



*Foto: acervo pessoal do autor – 2010.*

A secretária municipal de planejamento, Cristiane de Paiva Bittencourt, explica o caminho percorrido até que fosse consolidado um espaço como esse:

Os primeiros dias de intervenção do Estado eram de dar atendimento aos desabrigados, restabelecer alguma forma de gestão da crise que, em especial teve na pessoa tranquila, estratégica do então Secretário de Estado de Defesa Civil Coronel Kita, uma importante liderança. Passados alguns dias e, na primeira reunião com a imprensa entre Governo Federal, Estadual e Municipal para expor os primeiros relatórios de danos ao patrimônio arquitetônico, sugeri a criação de um Grupo de Gestão para integrar as ações da crise. Logo após essa reunião, decretamos no Município a formação de dois grandes grupos de intervenção emergencial – Conselho Emergencial do Patrimônio Histórico e Conselho Emergencial de Planejamento e Desenvolvimento. Estes dois Conselhos reuniram os Representantes dos diversos atores da crise. Destacamos no Conselho Emergencial do patrimônio a presença do IPHAN, do CONDEPHAAT, das Instituições locais ligadas à cultura como AMI-SLP e Instituto Elpídio dos Santos, Prefeitura e Universidades; e, no Conselho de Planejamento, Prefeitura, Universidades (USP, UNESP e UNITAU), e representantes das Instituições que fizeram parte do Grupo Gestor de Elaboração do Plano Diretor. A experiência de criação do CERESTA, hoje me parece uma cultura já aprendida com a elaboração do Plano Diretor. O CERESTA passaria a ser o ator local de coordenação/mediação da reconstrução. Era o local da Prefeitura e dos moradores se colocarem perante os vários parceiros que vinham colaborar com a reconstrução. Além de abrigar os órgãos de Estado, também tinha um espaço para discussão dos conselhos. Muitos debates técnicos e estratégicos foram realizados nas salas do CERESTA. Nossa proposta de criação do CERESTA – Centro de Reconstrução Sustentável de São Luiz do Paraitinga foi agraciada com a sigla criada pelo Dr. Xaides Sampaio e pela inauguração prestigiada com o grupo de seresta da Cidade Musical. No CERESTA priorizamos o debate aberto e transparente com a comunidade, sendo o local responsável pelas audiências públicas realizadas: reconstrução do patrimônio histórico, reconstrução das Igrejas, causas da enchente, regularização fundiária e da interlocução para elaboração do Jornal da Reconstrução e reunião de Conselhos e de Órgãos Técnicos ligados aos projetos da Reconstrução.<sup>272</sup>

Em sua fala gostaria de atentar para várias questões que estamos considerando e para as quais o CERESTA pôde contribuir: a primeira é mesmo a da necessidade de coordenação de projetos e de rumos a serem tomados. Lembro, como participante das primeiras reuniões em que o espaço foi aberto para a comunidade, que escutávamos propostas idênticas de diferentes segmentos e que saíamos sem conseguir afirmar qual fora a decisão tomada, quem

---

<sup>272</sup> BITTENCOURT, 2015.

executaria determinada obra, qual era a responsabilidade do município, do munícipe ou do governo estadual ou federal.

A segunda é a criação de um canal oficial de comunicação e de informação. A característica local que advém da cultura popular, em que a força da coletividade sobressai perante iniciativas individuais, era também evidente no processo de reconstrução. Cada morador que voltava para sua casa em uma rua era motivo de ânimo para todo o bairro. Cada comércio que reabria transmitia energia de renovação e de positividade para toda a cidade. A partir do surgimento do CERESTA, era possível conhecer dados oficiais, explicações para o que acontecera na cidade, além da importante possibilidade de divulgação de ações que seriam implementadas dali em diante.

O *Jornal da Reconstrução* foi um dos grandes marcos da produção do CERESTA. Organizado conjuntamente pelos grupos de trabalho da UNESP e da UNITAU, e apoiado pela Imprensa Oficial do Estado, conseguiu alcançar dezoito publicações com periodicidade quinzenal e se veio a ser um veículo que aproximou a população dos gestores. A chegada do jornal era sempre muito aguardada pela população e, naquele cenário de incertezas que a cidade enfrentava, a informação oficial e os esclarecimentos e convocações da comunidade para espaços de discussão eram algo primordial.

Foi possível compartilhar dados de diferentes segmentos que trabalhavam na reconstrução e, a partir de um trabalho mais organizado e conjunto, os interesses da reconstrução foram postos à frente de interesses como os políticos que falamos há pouco. Era um espaço no qual o principal objetivo era solucionar dificuldades da reconstrução. É verdade que muitos pontos continuaram discordantes entre diferentes grupos de trabalho e os interesses eram, muitas vezes, completamente diferentes. Contudo, ali era necessário chegar a determinados pontos em comum que se sobrepusessem às diferenças. Um dos exemplos era o trabalho conjunto e no mesmo espaço do CONDEPHAAT, IPHAN e ITESP. Conjuntamente e de maneira muito mais célere buscavam-se soluções para o projeto de restauro de um imóvel por exemplo e de sua legalização documental.

Considerando o próprio nome criado – CERESTA – remete-se mais uma vez à importância da cultura local. Considerada uma cidade onde a música é marcante em sua identidade, a referência à tradicional seresta realizada frequentemente na cidade foi mais um ponto que aproximou a comunidade daquele propósito que se buscava.



A presença de estudantes de diversas áreas passou a ser constante em São Luiz do Paraitinga e o CERESTA passou a desempenhar a função de guardião de um novo arquivo documental no contexto em que quase nada mais existia. Atas das reuniões, documentos oficiais de diversos órgãos que ali trabalhavam começaram a ser produzidos e constituir a base documental. Pouco a pouco, também, as pessoas passaram a encaminhar para o CERESTA acervos particulares, encontrando uma forma de participar, de forma mais direta, do processo de reconstrução. Isso envolvia luizenses e pessoas que não mais moravam ali, mas possuíam documentos ou trabalhos relacionados à cidade.

O chefe do departamento de produção da UNESP de Guaratinguetá reafirmou que o trabalho desempenhado pelas universidades presentes no CERESTA – no caso UNESP, USP e UNITAU – permitia a formação de um grupo auxiliar na reconstrução da cidade e cuja experiência poderia ser reverberada em breve: “Com esse conhecimento, nós teremos condições de elaborar um curso de como lidar com situações críticas ou de catástrofe, voltado para gestores, órgãos e entidades governamentais”.<sup>273</sup>

---

***Quadro 1 – Conselhos existentes em São Luiz do Paraitinga.***

---

**Conselhos existentes antes da Catástrofe de 2010:**

Conselho Municipal da Saúde;  
Conselho Municipal da Educação;  
Conselho Municipal da Merenda.

**Conselhos criados pós Catástrofe de 2010:**

Conselho Gestor do Patrimônio Cultural;  
Conselho Gestor Emergência de Planejamento e Reconstrução;  
Conselho Municipal para Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR;  
Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social;  
Conselho Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Estratégica;  
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;  
Conselho Municipal do Idoso.

Fonte: CERESTA, 2010 a 2012.<sup>274</sup>

---

Voltando à fala da secretária de planejamento Cristiane Bittencourt, ela apontou ainda outro ponto de grande importância: a criação dos conselhos municipais. Os conselhos possuíam no CERESTA um espaço para sua atuação e também para terem maior chance de

<sup>273</sup> Entrevista com o professor Mauricio Delamaro, chefe de departamento de produção da UNESP Guaratinguetá, em novembro de 2010.

<sup>274</sup> Quadro montado a partir das atas presentes no arquivo municipal do CERESTA comprovando o funcionamento de todos os conselhos citados no período de 2010 a 2012.

convergência de assuntos e grupos de trabalho. Apesar de ser sempre muito divulgada a importância dos conselhos municipais é raro encontrar cidades onde eles realmente atuem.

As atuações dos conselhos, conjuntamente com os grupos de trabalho das universidades, retomaram a já bem-sucedida prática das audiências públicas – um direito constitucional, mas também nem sempre implementado – realizadas na cidade para a criação do Plano Diretor. Todas questões que não eram consensuais nas reuniões de trabalho dos grupos sediados no CERESTA geralmente acabavam gerando audiências públicas. Na grande maioria das vezes, com grande participação popular.

Considero a experiência do CERESTA um grande aprendizado para todos envolvidos no processo aqui estudado. A população local conseguiu participar de decisões importantes dali em diante na cidade de São Luiz do Paraitinga.<sup>275</sup> Os grupos técnicos ligados às universidades e órgãos como CREA conseguiam implementar grupos de trabalho com a população nas pesquisas e gestão governamental. Os membros dos governos municipal, estadual e federal, a partir da criação desse espaço de discussão, foram dissuadidos de decisões que vinham sendo implementadas, por diversas vezes, sem discussões e sem consultas à comunidade.

Contemplar e respeitar o patrimônio cultural local passou a ser caminho de consenso dentro daquele espaço. Contudo, em processo que não vai ser livre de muitas polêmicas e discussões. O tombamento nacional da cidade, as definições de projetos da matriz São Luiz de Tolosa, da antiga escola Coronel Domingues de Castro e da construção de um muro de contenção na margem do rio Paraitinga são algumas das principais polêmicas que transpuseram os limites do CERESTA e envolveram a comunidade nas decisões.

### **3.3 O tombamento do patrimônio material e imaterial da cidade**

Apesar de o núcleo urbano luizense ter se iniciado em fins do século XVIII foi só no final do século XIX e início do XX que adquiriu a identidade a que tanto nos referimos como marcante e valorizada como patrimônio histórico. O primeiro reconhecimento como patri-

---

<sup>275</sup> Apesar de não conseguir mobilizar alguns setores da sociedade, pela ausência da tradição de participação política, foi aberto importante canal de participação popular na gestão municipal.

mônio oficial foi o tombamento pelo CONDEPHAAT no ano de 1982, tomando como referência e justificativa a necessidade da manutenção da arquitetura brasileira característica do período cafeeiro.

Seja pelo isolamento ou – e acredito mais – pela cultura de uma comunidade que sempre valorizou sua história e manteve tradições populares ao longo dos anos, foi só após a catástrofe de 2010 que aquele patrimônio adquiriu reconhecimento nacional, sendo tombado no final de 2010 como patrimônio cultural brasileiro pelo IPHAN. De forma fundamental, o tombamento contemplou a paisagem em seu conjunto e as práticas culturais das pessoas que ali vivem.

O percurso que o próprio IPHAN percorreu até chegar ao tombamento de São Luiz do Paraitinga é bastante interessante para entendermos o processo de evolução do manejo do patrimônio histórico brasileiro e mais um dos motivos para que aquela inundação fosse algo considerado de impacto tão importante e simbólico na identidade nacional.

Além de a cidade luizense ter ocupado historicamente seu centro urbano com total ausência de mecanismos de controle governamental – já discutimos ser essa ocupação um dos agravantes da inundação – e ter seu patrimônio tombado em 1982 pelo CONDEPHAAT, apenas como salvaguarda estética, sem ampliar esta visão de paisagem para algo que envolvesse a cultura, mostrou-se uma tentativa que não atingiu os objetivos de preservação e que não abriu caminhos de diálogo com a população. Temos que entender a paisagem do patrimônio histórico luizense em uma visão bastante ampla que envolve geografia, arquitetura construída e cultura local.

Quando buscamos uma definição exata para o sentido do termo paisagem sempre estaremos imaginando algum espaço físico correspondente à porção de território que enxergamos. O geógrafo Milton Santos dá uma definição que corrobora essa perspectiva, mas que já incluiu de forma fundamental o papel do homem que a enxerga e define:

(...) nossa visão depende da localização em que se está, se no chão, em um andar baixo ou alto de um edifício, num miradouro estratégico, num avião... A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos olhos, segundo onde estejamos, ampliando-se quanto mais se sobe em al-

tura, porque deste modo desaparecem ou se atenuam os obstáculos da visão, e o horizonte vislumbrado não se rompe. A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos.<sup>276</sup>

Se não for contemplada a perspectiva da ação humana, não só na construção, mas na manutenção e transformação daquela paisagem, pode-se assumir uma visão típica perspectivista, uma vez que ela varia de acordo com o “lugar de onde se vê” e a escala de abrangência que este lugar implica: a dimensão da paisagem relacionada à dimensão da percepção. O historiador Simon Schama, reforça o quanto essa relação entre natureza e a percepção humana é inseparável: “Antes de ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. (...) No mínimo, parece correto reconhecer que é a nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.”<sup>277</sup>

Essa consideração sugere uma segunda decorrência dessa definição perspectivista da paisagem, indo um pouco além do relativismo espacialmente dependente para associar a paisagem a “quem está vendo”. Nesse caso, a mesma materialidade espacial pode implicar em diferentes concepções de paisagens, de acordo com os diferentes indivíduos ou grupos sociais que com ela interagem, possibilitando um enfoque cultural da paisagem. A maneira como o conceito tem sido empregado em diferentes atividades profissionais e campos de conhecimento – como Geografia, Ecologia, Artes Visuais, História, História da Arte, Arquitetura, Geologia, Urbanismo, Antropologia – é um exemplo dessa multiplicidade de significados, por sua vez intimamente relacionados a projetos, interesses, formações e visões de mundo distintas.<sup>278</sup>

A paisagem não tem nada de fixo, de imóvel. Cada vez que a sociedade passa por um processo de mudança, a economia, as relações sociais e políticas também mudam, em ritmos e intensidades variados. A mesma coisa acontece em relação ao espaço e à paisagem que se transformam para se adaptar às novas necessidades da sociedade. As alterações por que passa a paisagem são apenas parciais. De um lado, alguns de seus elementos não mudam – ao menos em aparência – enquanto a sociedade evolui. São as testemunhas do passado. Por

---

<sup>276</sup> SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

<sup>277</sup> SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.

<sup>278</sup> Milton Santos afirma que a necessidade de ver o espaço não se restringe a estes grupos profissionais e sim abarca diferentes culturas e grupos sociais. SANTOS, 1996: 62.

outro lado, muitas mudanças sociais não provocam, necessariamente ou automaticamente modificações na paisagem. Considerada em um ponto determinado no tempo, a paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade. A paisagem é o resultado de uma acumulação de tempos.<sup>279</sup>

As formas espaciais produzidas pela sociedade manifestam projetos, interesses, necessidades e são projeções dos homens. Um processo ininterrupto em que o próprio ambiente construído estimula as novas construções. No conjunto de todos esses fatores, não se trata de reduzir a relação entre os processos sociais e a evolução da paisagem a uma implicação puramente causal, mas tratá-las como processos paralelos e integrados, como se o destino da paisagem estivesse intimamente relacionado ao destino dos homens. Isso indica que não apenas a compreensão dos processos sociais seja imprescindível ao entendimento das transformações da paisagem, mas também que, inversamente, esse conceito fornece um interessante ponto de partida para o estudo de processos sociais relacionados à construção e transformação do espaço.

Por remontarem a períodos históricos distintos, os elementos da paisagem são passíveis de datação, embora seu entendimento dependa da compreensão dos contextos históricos de que são oriundos. A paisagem pode ser tomada tanto como ponto de referência para o estudo de processos sociais, devido a sua condição de registro heterogêneo de períodos históricos distintos, quanto pelo estudo dos processos culturais, devido não somente à heterogeneidade de interpretações e atribuições de significado que a paisagem comporta, mas também à memória social a ela relacionada.

Era urgente pensar a cidade como um patrimônio, reafirmando o sentido histórico e cultural da paisagem urbana em seu conjunto. A noção de patrimônio nessa cidade não se referia a prédios específicos. As manifestações populares, da mesma forma, não podem ser entendidas como algo separado daquele espaço que engloba prédios históricos e o rio Paraitinga em um núcleo pequeno em extensão, mas altamente simbólico e constituinte da identidade local.<sup>280</sup>

---

<sup>279</sup> SANTOS, 1996.

<sup>280</sup> Um trabalho que utilizei como referência sobre essa noção da paisagem que precisava contemplar, além dos fatores geográficos, os sociais e culturais e que estará presente posteriormente na concepção do tombamento nacional de São Luiz do Paraitinga feito por área e não por prédios específicos é o trabalho de MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. *Paisagem e sociedade no Alto Vale do Paraíba Paulista*. Projeto de doutoramento

Assim, a paisagem que forma o patrimônio histórico luizense, para o qual venho chamando a atenção, está diretamente ligada a diversos sistemas simbólico-culturais e às trajetórias das pessoas que as conduzem e que vão transformar-se no tempo, em paralelo as mudanças na organização social. A paisagem é algo permanentemente inacabado e em constante construção, tal como é o movimento da sociedade que lhe condiciona a direção e os sentidos de sua transformação. O tema da reconstrução de São Luiz do Paraitinga nos permite alongar esta ideia da paisagem em constante modificação ligada às práticas humanas e nos aproximarmos mais do conceito de patrimônio cultural.

Conceito que, segundo Leonardo Castriota, se insere no avanço da globalização de forma mais ampla, por mais paradoxal que possa ser, já que a globalização tenderia a conduzir a certo tipo de padronização das culturas. Porém, o que se nota é um movimento contrário, no qual reaparecem e se exaltam ainda mais as diferenças e as identidades locais de cada cultura. Nunca houve tantos agentes envolvidos em atividades ligadas à preservação desses bens culturais, a fim de mantê-las para o conhecimento e aprendizado das gerações futuras.<sup>281</sup>

Apesar de ser consensual a necessidade de ressaltar a importância das pessoas que convivem na definição e mesmo constituição dos prédios que seriam patrimônios considerados de importância e dignos tombamento, a prática que perdura nos principais órgãos de proteção de patrimônio em nosso país é ainda algo mais próxima de um processo de certo modo engessado, que muitas vezes não privilegia a importância de um constante processo de transformação muito dinâmica em que o patrimônio precisa acompanhar a sociedade na qual ele está inserido.

Quando o processo de tombamento de São Luiz do Paraitinga estava em andamento no IPHAN e a inundação destruiu a maior parte daquele patrimônio material, foi necessário que a instituição refletisse se deveria levar adiante o tombamento, haja vista a destruição provocada. A primeira declaração da superintendente do IPHAN de São Paulo, Anna Beatriz

---

apresentado ao Programa de Ciências Sociais do IFCH da Unicamp. Campinas: Universidade de Campinas, 2004; esse projeto resultou na tese: MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. *Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga*. Tese (doutoramento). Campinas: Universidade de Campinas, 2012.

<sup>281</sup> CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Anna-blume/ Belo Horizonte, IEDS, 2009.

Ayroza Galvão, no dia 5 de janeiro de 2010, demonstra esta preocupação: “Estou me sentindo em uma cidade bombardeada, com grande parte do seu patrimônio destruído. Vamos precisar revisar o estudo que estava sendo feito para o tombamento nacional da cidade. Ainda é cedo para afirmar qualquer prazo ou situação”.<sup>282</sup>

Quando chegamos ao dia 8 de dezembro de 2010 e a cidade foi oficialmente declarada patrimônio nacional, a visão então expressada era muito diferente e muito mais próxima da discussão segundo a qual um patrimônio tombado só faz sentido a partir das pessoas. O IPHAN adotou em São Luiz do Paraitinga um procedimento muito pouco usado em sua história – Iguape e Paraty sofreram processo parecido – adotando como espaço de tombamento a paisagem como todo e não apenas os imóveis construídos no centro histórico. Daí a necessidade de entender o conceito de paisagem local como algo que englobasse as questões sociais e culturais.

Tal entendimento visava salvaguardar a reconstrução, dali em diante, em formas que pudessem ser condizentes com o espaço historicamente constituído, permitindo restauros e reconstruções de prédios com identidade original ao lado de novas construções que preservassem a ambientação na qual estavam originalmente inseridas. Um estudo e a publicação de um inventário das manifestações culturais foi muito importante também para adensar a visão de patrimônio cultural em que não faz sentido a separação entre o material e o imaterial.

Segundo Françoise Choay, a expressão patrimônio designa “bem destinado ao usufruto de uma sociedade” que representa suas obras primas, trabalhos e produtos de todos os saberes-fazeres, remetendo a uma mentalidade de uma época, portanto merece da sociedade atual o questionamento, a sua posição crítica e não somente a sua simples aprovação.<sup>283</sup>

A superintendente Anna Beatriz reforça a importância da cultura local nesse processo:

---

<sup>282</sup> Em entrevista coletiva à imprensa em sua primeira visita à cidade pós a inundação. *GAZETA DO POVO*. Técnicos avaliam reconstrução de São Luiz do Paraitinga. Disponível no site: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tecnicos-avaliam-reconstrucao-de-sao-luiz-do-paraitinga-apai7mzkk48ap10uc1hvj86ry> de Solange Spigliati. Acesso em 10 de outubro de 2014.

<sup>283</sup> CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

O IPHAN foi criado com a concepção modernista onde reafirmava-se a importância de estabelecer mecanismos de proteção que fortalecessem a identidade nacional. Com a sua atuação no decorrer do tempo foi entendendo que para realmente proteger um patrimônio é necessário inserir as pessoas sem as quais nada faz sentido. Este tombamento de São Luiz do Paraitinga é de tamanha satisfação para nós técnicos pois demonstra na forma mais plena uma realidade onde a cultura do local foi sempre o mais valioso bem que possuíam, e, mesmo com a destruição de grande parte do seu patrimônio arquitetônico o processo de tombamento conseguiu ser concluído e servirá inclusive como instrumento fundamental de auxílio na reconstrução pensando a cidade como um todo e não apenas um prédio ou outro especificamente.<sup>284</sup>

Como Anna Beatriz cita, desde sua fundação, o IPHAN serviu a um projeto político de reafirmar uma identidade nacional e, até chegar a um propósito que definiria uma paisagem cultural mais ampla, inserindo o patrimônio imaterial, houve um longo caminho.

Ao final da década de 1930, a unidade nacional era questão primordial para o regime do Estado Novo. Nesse sentido, a estratégia era a de elaborar um mecanismo de reafirmação da nacionalidade, no intuito, pelo menos no discurso, de promover a unificação do povo brasileiro.<sup>285</sup>

Conjuntamente a esse momento político, desde os anos 20, eventos como a Semana de Arte Moderna e o Centenário da Independência, aproveitavam-se daquele ambiente e diversos movimentos exaltavam a cultura brasileira, afirmando uma identidade e definindo um panorama favorável à discussão do patrimônio, ainda mais pelo fato de aqueles vanguardistas estarem à frente das discussões culturais e políticas no Brasil.

A criação do SPHAN, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN), em 1937, reflete este objetivo modernista. Seu propósito era preservar tradições em processo de desaparecimento, preservando a característica da cultura nacional. Buscava-

---

<sup>284</sup> Fala de Anna Beatriz Ayrosa Galvão, superintendente do IPHAN São Paulo em audiência pública do Conselho de Patrimônio na cidade de São Luiz do Paraitinga anunciando a população local o sucesso do processo de tombamento alcançado. Ata da reunião de 12 de dezembro de 2010.

<sup>285</sup> É sempre importante ressaltar que essa concepção de povo não incluía toda a população em muitos casos.



se a construção de uma identidade própria no conjunto das nações modernas. Manter a individualidade e se alinhar aos grandes países. Através das manifestações populares se alcançaria a base da nacionalidade que representasse um ideal de brasilidade.

O historiador do IPHAN Luiz Torely já traz elementos dos primeiros anos de atuação desta instituição onde surgem efeito as preocupações ligadas aos projetos dos modernistas e que, futuramente, serão basilares para justificar a noção mais ampla de patrimônio cultural englobando material e imaterial em suas ações empreendidas:

O inovador e visionário projeto de Mário de Andrade para a criação do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por encomenda do ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, constituiu-se em referência central para a elaboração do Decreto-Lei Nº 25, de 1937, que estabeleceu o conceito de patrimônio cultural e criou o instrumento do tombamento. Conceitos como o de arte ameríndia e popular, bastante abrangentes, incluindo o que hoje denominamos de saberes, fazeres e falares, bem como o de paisagem cultural – sem ainda receber esta denominação –, estão nele presentes, o que lhe confere impressionante contemporaneidade após tantos anos. As sementes lançadas irão germinar ao longo das últimas oito décadas, antecipando em vários aspectos – especialmente na dimensão imaterial – as iniciativas e convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), referência internacional na preservação do patrimônio cultural, criada em 1946. O Decreto-Lei Nº 25 caracteriza-se principalmente por sua concisão e objetividade. Sua utilização ao longo de 75 anos, sem modificações em um período de profundas transformações sociais, econômicas e políticas, é o principal testemunho de suas qualidades. Incorpora os principais conceitos do projeto de Mário de Andrade, como os de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, ao mesmo tempo que introduz o possível tombamento das paisagens naturais e a noção de valor excepcional. Sua ênfase principal é na definição e na regulamentação da aplicação do instituto do tombamento, medida inovadora e acertada em uma sociedade cuja elite sempre foi pouco afeita a restrições ao direito pleno de propriedade, em prejuízo de sua função social.<sup>286</sup>

---

<sup>286</sup> TORELY, Luiz P. P., Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. São Paulo: *Revista Fórum Patrimônio*, volume 5, número 2 de 2012.

Como afirma Boris Fausto,<sup>287</sup> o Estado Novo pretendia realizar a procura pelas raízes brasileiras no intuito de promover a integração nacional, eliminando, desta forma, a fragmentação dos estados brasileiros dominados pelo latifúndio e pelas oligarquias. O projeto varguista de Estado visava agrupar as camadas sociais através da unidade produzida pela palavra nação. Sob o ponto de vista do regime, o trabalhador poderia realizar suas atividades acreditando na proteção do governo, promotor da justiça social e, ao mesmo tempo, deveria acalorar-se com a convicção de que trabalhava para o bem do Brasil. O nacionalismo procurava superar o regionalismo e valorizar a industrialização, criando, assim, um país novo e dinâmico.<sup>288</sup>

A ideia de nação era a base para a formação de um Brasil unificado, forte e competitivo frente à concorrência internacional. Cada membro desta nação deveria trabalhar em prol de um Brasil único. Temos, entretanto, sempre que ressaltar tratar-se de um Brasil pensado com atitudes elitistas e excludentes, visto que as ações desse Estado se voltaram para o atendimento de demandas específicas e não coletivas.

De qualquer forma, a intenção pregada pelos intelectuais modernistas lembrados no discurso de Anna Beatriz e, de certo modo, em consonância com aquele objetivo de unificação e valorização do nacional, era a reformulação cultural do Brasil, afastando-se da europeização nas artes e nos costumes, dando maior ênfase à brasilidade na manifestação do próprio povo brasileiro. Esse processo de nutrir sentimentos de identidade nacional foi fundamental para a primeira fase da história do IPHAN.<sup>289</sup> Surgem daí importantes ideias como a de que tradição e modernidade podem caminhar de forma conjunta para modernidade que convivia, entretanto, com uma estrutura socioeconômica anacrônica.

Desta forma, o ainda SPHAN<sup>290</sup>, como apontado há pouco, foi criado especificamente pelo decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, e tornou-se o órgão responsável pela identificação e documentação do patrimônio cultural brasileiro.<sup>291</sup> O órgão

---

<sup>287</sup> FAUSTO, 2002: 208.

<sup>288</sup> LOPEZ, Luiz Roberto. *República*. São Paulo: Contexto, 1997, p. 51.

<sup>289</sup> BORGES, Célia. Patrimônio e memória social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. In: *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora UFJF, 1990 .v.5, n.2. p. 114-115.

<sup>290</sup> A denominação de IPHAN surge só em 1970.

<sup>291</sup> CERRI, Rosilene; GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. *A Preservação Cultural no Contexto Nacional*. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica>>. p. 3. Acesso em 13 de agosto de 2013.

deveria organizar, pela fiscalização e proteção, o conjunto de bens móveis e imóveis, existentes no Brasil, considerados exemplares da história com inestimável valor arqueológico, bibliográfico e artístico.

Até então, a Constituição Brasileira de 1824 era omissa quando se tratava do assunto patrimonial. Só com a Constituição de 1934 surge um avanço em relação ao tema, dispondo que “compete concorrentemente à União e aos estados proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico e artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte”. As posteriores de 1937 e 1946 atribuíram responsabilidade ao “poder público”, acrescentando aos municípios também essa responsabilidade.<sup>292</sup>

Esta primeira fase da história do IPHAN denominada “fase heroica”<sup>293</sup> vai ser marcada pela longeva direção de Rodrigo de Mello Franco de Andrade e seria um período no qual estaríamos já falando de princípios que estamos reafirmando necessários reconhecer no caso de Paraitinga atualmente, mas que ainda não eram projetos transferidos à prática da atuação da preservação do patrimônio nacional até então.

Foi só a partir da década de 1960, especificamente no ano 1967, quando Renato Soeiro assume o comando do IPHAN – onde ficará até o ano de 1979 – que teremos uma transformação mais evidente de atuação deste órgão a partir de uma grande mudança estrutural de gestão, se aproximando mais das diversas realidades do patrimônio brasileiro.

Sua gestão modernizou o IPHAN, ampliando os quatro distritos existentes no país em nove diretorias regionais. Promoveu os encontros de governadores para a preservação do patrimônio em Brasília (1971) e Salvador (1971), que resultou na criação dos órgãos estaduais de preservação e o Programa de Cidades Históricas. Foi neste período, denominado

---

<sup>292</sup> BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, out. 1998. Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção ao patrimônio histórico e artístico nacional. In: BRASILEIRO, V. B. A legislação de preservação do patrimônio ambiental urbano: uma abordagem arquitetônica contemporânea. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: PUC, v.8, n.9, p. 115-146, 2001.

<sup>293</sup> FONSECA, M. C. L. O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, *apud* PEREIRA, Danilo Celso. Gestão patrimonial no Brasil: o caso de São Luiz do Paraitinga. *Revista Geográfica da América Central*. San Jose de Costa Rica: 2º semestre de 2011.

“modernista”<sup>294</sup> que o IPHAN realizou os primeiros cursos de preservação e reforçou a posição com os organismos internacionais.<sup>295</sup>

Começou a ênfase aos conjuntos urbanos e em especial o intercâmbio sistemático com os organismos internacionais. Entretanto, havia um limite importante nesta atuação: a preponderância do aspecto arquitetônico continuava a ser primordial. Dentro de uma conduta que estimulava a criação de conselhos estaduais e regionais de apoio ao tombamento do patrimônio, surgiu inclusive o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico), primeiro órgão de preservação do patrimônio do estado de São Paulo, que atuou a partir de 1968.

Com o princípio de proteger, valorizar e divulgar o patrimônio cultural no Estado de São Paulo, a partir da preservação de bens móveis, imóveis, edificações, monumentos, bairros, núcleos históricos, áreas naturais, bens imateriais, dentre outros, o CONDEPHAAT efetuou até hoje mais de 500 tombamentos no estado. Com base em amplo levantamento do patrimônio arquitetônico de São Luiz do Paraitinga comandado por Luis Saia<sup>296</sup> – ex-superintendente do IPHAN no estado de São Paulo – a cidade é oficialmente tombada patrimônio estadual em 1982.

Publicado no Diário Oficial, Poder Executivo, Seção 1 de 28 de maio de 1982 o processo de tombamento 22066/82 de 433 imóveis está dividido em dois grupos:

- Centro Histórico I- Área de grandes sobrados, predominantemente do século XIX, no alinhamento do lote e com influências do ecletismo. O conjunto é formado por 171 edificações, em sua maior parte, de uso residencial.
- Centro histórico II- Constituído de 262 casas populares, de um ou dois pavimentos, de uso residencial e pequeno comércio.<sup>297</sup>

<sup>294</sup> FONSECA, 1997, *apud* PEREIRA, 2011.

<sup>295</sup> MORI, Victor Hugo. *O IPHAN em São Paulo*. Artigo disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4034>> Acesso em 13 de agosto de 2013.

<sup>296</sup> SAIA, Luiz. No caminho do Paraitinga. In: *São Luiz do Paraitinga Publicação nº:2, CONDEPHAAT*. Governo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1977.

<sup>297</sup> ESTADO DE SÃO PAULO: Diário Oficial, Poder Executivo, Seção 1 de 28 de maio de 1982, p. 21.

O grande problema é justamente a diferença do discurso com a atuação prática de órgãos como o IPHAN e o CONDEPHAAT que, por muito tempo, tiveram atuação limitada – a bem da verdade, por questão mais ampla que é a falta de apoio cultural do país – e o discurso que vinha se consolidando, do entendimento do patrimônio cultural incluindo bens imateriais, e a visão mais ampla do patrimônio acabava não sendo efetivamente implementada.

A população luizense, em sua grande maioria, avalia o CONDEPHAAT – há mais tempo na cidade – como um órgão apenas responsável pelo tombamento de imóveis – entendam-se prédios – e muito distante da cidade. A chegada do IPHAN teria que conviver com esta situação que era bastante recorrente:

Até hoje eu não entendo muito para que serve o CONDEPHAAT. Eles tombaram o meu imóvel, mas não prestam nenhuma assistência. Quando eu precisei fazer uma reforma, há cerca de dez anos, foi uma dificuldade tamanha, só o projeto demorou quase dois anos para ser aprovado. Eu fico com dúvida se agora que a cidade vai ser tombada pelo IPHAN a situação não vai piorar ainda mais, afinal são dois órgãos para fiscalizar, mas que não ajudam em nada mais além disso. Aliás minha casa está parcialmente destruída e nem imagino como vou conseguir recuperá-la.<sup>298</sup>

Mas será a partir de parcerias com estes órgãos que muita coisa será refeita na reconstrução da cidade, seja por meio dos estudos dos impactos, de aplicação de recursos diretos na reconstrução ou a assinatura de convênios com a prefeitura municipal e associações locais como a AMI-SLP e o Instituto Elpídio dos Santos. Contudo, o histórico de atuação foi um grande entrave inicial. De qualquer forma, surgia mais um fator importante na perspectiva de oportunidades que a enchente de São Luiz do Paraitinga poderia gerar para formação de uma política pública efetiva na gestão patrimonial que aproximasse os órgãos de proteção aos maiores interessados que são os que convivem com aquele patrimônio naquele momento.

Uma das formas mais efetivas dessa aproximação era a implementação de um dos principais objetivos que já estava presente desde o final dos anos 1970 na chamada “terceira fase” da história do IPHAN<sup>299</sup>: realizar inventários, restaurações, revitalizações de bens cul-

---

<sup>298</sup> Entrevista com Luiz Homero Cardoso, morador da rua Monsenhor Ignácio Gióia em novembro de 2010.

<sup>299</sup> PEREIRA, 2012.

turais a partir de um órgão que ampliasse a visão de patrimônio. Para esse objetivo, foi criado, em 1973, o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que articulava ações de quatro ministérios – Educação e Cultura, Planejamento, Interior e Indústria e Comércio, com o objetivo de coordenar a política do Governo Federal para fomentar o potencial econômico e turístico das cidades históricas.

Criado em 1975, o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) promove uma revisão das noções de preservação e patrimônio e agrega novos conceitos, como os de referência e bem cultural. A ideia de referência cultural admite que diferentes visões possam coexistir acerca de um bem, e que os valores e as práticas sociais a ele atribuídos o tornem uma representação coletiva reconhecida por um grupo pelo sentido de identidade que desperta, transformando-o em bem cultural.<sup>300</sup>

Em 1979, é criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) que une os trabalhos da PCH e CNRC. Finalmente, em 1985, surge o Ministério da Cultura (MinC) e chegamos à fórmula atual em que o IPHAN, assim como o FNPM, ficam sob tutela desse ministério.<sup>301</sup>

Um grande ponto de afirmação da nova conduta no trato ao patrimônio vai ser a própria Assembleia Nacional Constituinte de 1988, que mobilizou a sociedade brasileira. Foram tempos de intensos debates e reflexões sobre nossa trajetória como país e nação e sobre o futuro que queríamos construir, livre dos resquícios do autoritarismo. Os artigos 215 e 216, que tratam da cultura no âmbito constitucional, promoveram importante atualização conceitual, especialmente no que diz respeito ao reconhecimento da dimensão imaterial do patrimônio cultural.<sup>302</sup> Portanto, nota-se, a partir de então a ampliação da significação dada aos patrimônios móveis, ao se reconhecer os conjuntos urbanos completos e paisagens urbanas como parte integrante desses bens culturais.

O que era fato e urgente era que São Luiz do Paraitinga precisava colocar em prática no trato com seu patrimônio específico todas essas medidas e toda a evolução histórica que nossos órgãos de preservação nacional empreendiam. O próprio IPHAN – mesmo presente

---

<sup>300</sup> FONSECA, 1997.

<sup>301</sup> PEREIRA, 2012.

<sup>302</sup> PEREIRA, 2012.

há muito tempo em estudos na cidade – só chegava oficialmente agora, no contexto de grande destruição, e isso era, naturalmente, um complicador.

Não havia mais como privilegiar os principais “monumentos tombados”, pois a maioria estava destruída. Um exemplo era a ruína da Igreja Matriz. Mas era possível e necessário um processo que pudesse reconstituir a cidade em novos paradigmas, incluindo os grupos de edificações históricas à paisagem urbana e aos espaços públicos, e contemplando a participação popular com suas diversas manifestações como parte deste patrimônio que seria reconstruído.

Os arquitetos José Xaides e Carlos Oliveira, da UNESP, atentavam para a necessidade de São Luiz do Paraitinga adotar, dali em diante, um ideal de patrimônio cultural urbano que englobasse paisagem, monumento, arquitetura e práticas culturais:

Assim, quando se pensa em termos de patrimônio cultural urbano, não se pensa apenas na edificação, no monumento isolado, testemunho de um “momento”, objeto singular do passado, mas torna-se necessário, antes de tudo, perceber as relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, e como o meio ambiente urbano é fruto dessas relações.<sup>303</sup>

O ano de 2010 foi marcado por festas populares com grande participação da comunidade, numa espécie de resistência àquele duro processo enfrentado. Antes de passar à discussão de duas delas propriamente ditas: o carnaval e a Festa do Divino de 2010, gostaria de reafirmar um contexto diferenciado que a catástrofe de São Luiz produziu, permitindo que houvesse um trabalho praticamente pioneiro de atuação conjunta entre o IPHAN, o CONDEPHAAT e a Prefeitura Municipal.

Na nova situação, decorrente da enchente, foi possível implementar novos paradigmas com maior aceitação e facilitados pela desburocratização de muitos processos ajudados pelo decreto de calamidade pública.<sup>304</sup> O CERESTA tornou-se um espaço de discussões, de orientações e tomadas de consenso que privilegiassem as várias esferas de poder envolvidas

---

<sup>303</sup> OLIVEIRA, Antonio Carlos; ALVES, José Xaides. A (Re)construção da paisagem. *Revista do Terceiro Colóquio Ibero-americano – Paisagem cultural, patrimônio e projeto*. Belo Horizonte, setembro de 2014.

<sup>304</sup> A celeridade é bem verdade perigosa, pois, em muitas cidades com casos similares, como Petrópolis, a má gestão dos recursos públicos na situação de excepcionalidade prejudicou totalmente o processo de reconstrução.

e, principalmente, da vontade popular. O Conselho de Patrimônio, com função deliberativa, pôde exercer oficialmente esta função de promover o consenso entre as partes.

O que chama muito a atenção é que, antes de chegar ao tombamento oficial como patrimônio nacional no final de 2010, São Luiz do Paraitinga recebia estudos que indicavam essa possibilidade desde meados do século passado.<sup>305</sup> Seu contexto de valorização da participação popular na preservação e constante ressignificação do patrimônio ia de encontro a todas novas normas adotados pelo próprio IPHAN e condizentes com conduta de órgãos internacionais ligados ao patrimônio como a UNESCO: *“Heritage is our legacy from the past, what we live with today and we pass on to future generations. Our cultural and natural heritage are both irreplaceable sources of life and inspiration, our touchstone, our reference point, our identity.”*<sup>306</sup>

Foi só a partir de um fenômeno que destruiu grande parte daquele único patrimônio valorizado até então, o material e arquitetônico, que surgiu a possibilidade do tombamento nacional. Como percebemos, provavelmente não seja uma situação motivada pelos técnicos que há tempo avaliavam e pediam este tombamento, mas uma dependência política para uma decisão como essa.

Foi só a partir da visibilidade da tragédia, da popularização da catástrofe e do conhecimento por um público bastante amplo da cidade de São Luiz do Paraitinga que houve o movimento para as ações se concretizassem, motivadas para que a cidade tivesse acesso a programas governamentais – como o PAC das Cidades Históricas, por exemplo – restrito legalmente àquelas que são tombadas como patrimônio cultural nacional.

Ao lado dessa dificuldade de ação, o que era consenso no início de 2010 na cidade de São Luiz do Paraitinga, em todos os órgãos, era que, mesmo que a própria cidade fosse descobrindo a força de sua cultura imaterial e que os órgãos envolvidos na reconstrução pudessem apoiar esse processo, a reconstrução do patrimônio material era sim de crucial importância. O primeiro estudo ainda preliminar do CONDEPHHAT mostra a gravidade deste impacto:

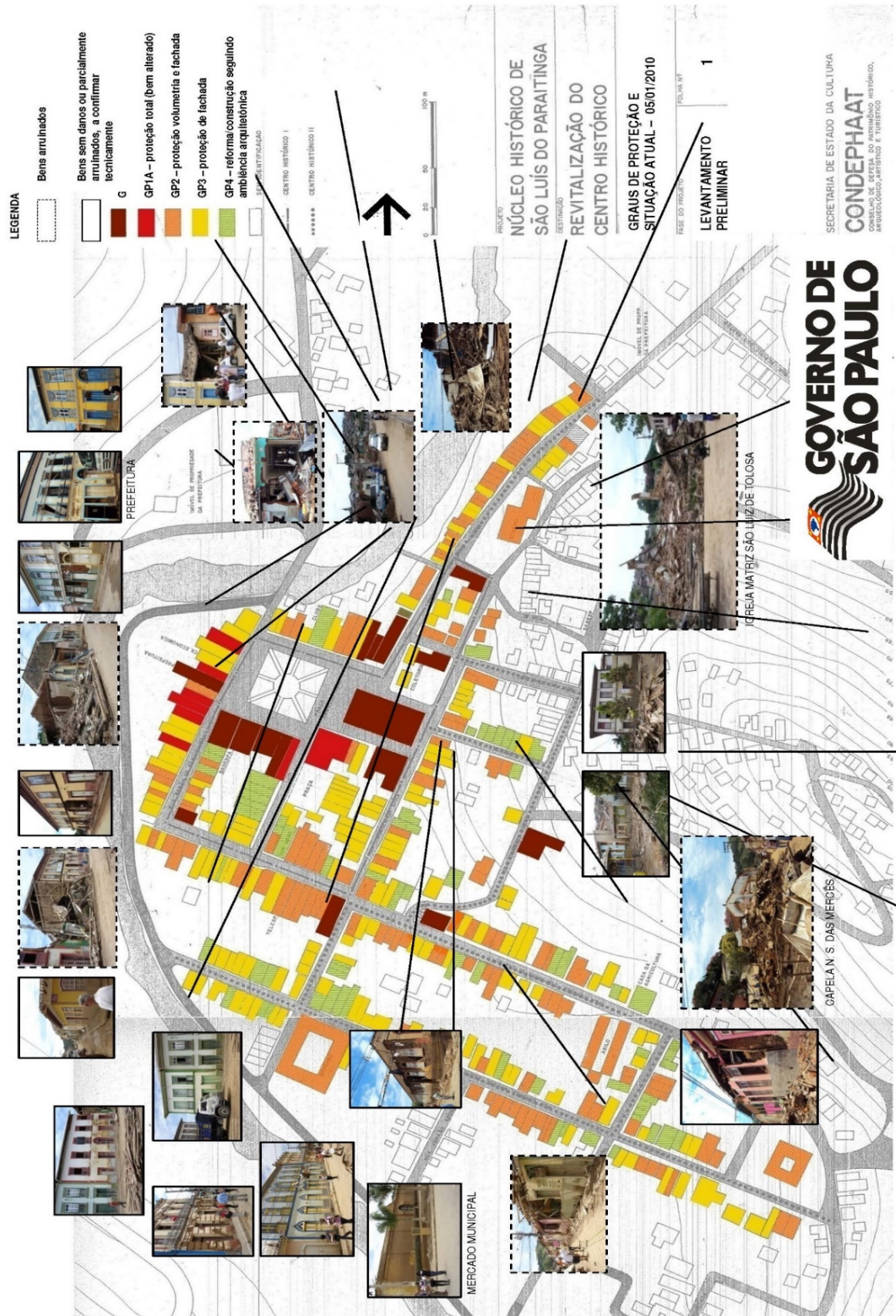
---

<sup>305</sup> Segundo o presidente do IPHAN em audiência pública na cidade de São Luiz do Paraitinga em 14 de janeiro de 2010 desde a década de 1950 estudos estavam sendo feitos para viabilizar o tombamento nacional de São Luiz do Paraitinga.

<sup>306</sup> A UNESCO justifica sua atuação em defesa do patrimônio classificando-o como universal, sendo uma das possibilidades de acesso comum e mundial a quaisquer grupos sociais e culturas: UNESCO (Representação da Unesco no Brasil). *O Patrimônio: legado do passado ao futuro*. <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.



Figura 22 – Estudo preliminar do CONDEPHAAT.



Fonte: [www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/CONDEPHAAT/MapaFINAL.pdf](http://www.cultura.sp.gov.br/StaticFiles/SEC/CONDEPHAAT/MapaFINAL.pdf) (editado).

A importância adquirida pelo patrimônio histórico material na identidade daquela população necessitava de ação muito mais rápida que aqueles órgãos estão acostumados. O início das obras principais: mercado municipal, igrejas, praça principal, foi tratado como prioridade absoluta e exigiu, apesar do cenário que contribuía para divergências políticas eleitorais como apontado anteriormente, um trabalho conjunto entre todas esferas do poder público.

Se havia divergências públicas e noticiadas pela imprensa, a saída de gestão da crise que colocava todos os meses nas reuniões dos Conselhos de Patrimônio e Meio Ambiente membros das universidades, da comunidade local, do governo municipal, estadual e federal permitiam um diálogo pouco comum e que chegava a importantes avanços na gestão da crise e do atendimento aos necessitados.

Um dos casos foi o próprio atendimento aos moradores que possuíam seus imóveis danificados. O CONDEPHAAT possuía todas as plantas da cidade devido ao estudo de tombamento realizado desde os anos de 1970. E acabou disponibilizando seu corpo técnico, com da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), uma das coordenadorias da Secretaria de Estado da Cultura, de forma gratuita, para a população local. Resolvia-se um primeiro problema que era a orientação técnica para os rumos da reconstrução.

Vai ser a partir dessa experiência bem-sucedida que surgirá outro projeto muito importante durante a reconstrução de São Luiz do Paraitinga. Denominado “São Luiz do Paraitinga de volta ao mapa”, e coordenado pelo ITESP (Fundação de Terras de São Paulo), o projeto contou com assessoria do IPHAN e do CONDEPHAAT e, de 2011 até 2015, fez um levantamento das plantas topográficas e recadastrou 3.500 imóveis, praticamente todos da cidade.

Com o recadastramento, São Luiz, pela primeira vez em sua história, começou a resolver efetivamente os problemas de uso e ocupação do solo e a recuperação do patrimônio histórico de forma orientada e com informações precisas. Outro ineditismo desse projeto é a origem do orçamento. Ele foi todo bancado por recursos do FID (Fundo Estadual de Recursos dos Interesses Difusos) provenientes de indenizações pagas à Justiça Paulista com o in-

tuito de ressarcir a coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao patrimônio histórico e, que após ser criado em 1989,<sup>307</sup> pela primeira vez, foi repassado para um município, mostrando uma evolução na consonância dos poderes pelo bem comum.<sup>308</sup> Até então, ele já era utilizado para o intuito de recuperação de patrimônios históricos e meio ambiente, contudo, sempre beneficiando ONGs e OSCIPs; foi o caso de Paraitinga que inaugurou a utilização direta para a administração pública.

A atuação conjunta das associações locais com o trabalho desses órgãos foi fundamental também nesse processo para preencher lacunas que o Estado não resolveria facilmente. A AMI-SLP, por exemplo, atuou diretamente como intermediadora em situações em que as pessoas não pudessem receber auxílio direto dos órgãos públicos. Por exemplo, aquelas famílias não atendidas pelo CDHU ou pelo programa de financiamento do patrimônio particular que contemplava a reforma das residências do centro histórico de grupos com renda familiar de um a dez salários mínimos, foram contempladas com a reforma proveniente de doações de particulares.

É importante lembrar que, muitas vezes, se o morador possuísse um segundo imóvel, ele já não teria direito ao financiamento estatal. Um caso exemplar era um morador que possuía sua casa de morada danificada no centro histórico, não possuía garagem, e como era proprietário de um pequeno terreno onde guardava seu automóvel não, se encaixaria nos critérios de obtenção de recursos. A venda do segundo imóvel não seria suficiente para a possibilidade de reconstrução de sua casa.

Mais do que um caso como esse, muitas famílias não possuíam plantas atualizadas de suas casas. Será só em 2011 que o programa “São Luiz do Paraitinga de volta ao mapa” começará a atuar nessa questão. Estas pessoas precisavam de auxílio imediato e a função de uma associação que conhecia essa realidade e pudesse complementar a ação estatal foi fun-

---

<sup>307</sup> ESTADO DE SÃO PAULO. Lei nº 6.536, de 13/11/1989.

<sup>308</sup> O secretário de Justiça de São Paulo Ricardo Dias Leme que reafirma este ineditismo em 2011 ao OLIVEIRA, Elida. Jornal *FOLHA DE S. PAULO*. São Luiz do Paraitinga recebe R\$ 4,5 mi para recuperar cidade. Caderno Cotidiano de 2 de abril de 2011 disponível no site: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/897475-sao-luiz-do-paraitinga-recebe-r-45-mi-para-recuperar-cidade.shtml>>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

damental. Muitas vezes, a simples ação na elaboração de um projeto de reforma e regularização da documentação do imóvel permitiu que a família pudesse ser contemplada pelo projeto de restauro.<sup>309</sup>

Outra lacuna que a AMI-SLP pode preencher foi a da reforma da Vila Vicentina São Vicente de Paula. Tratando-se de uma entidade filantrópica, havia uma série de interditos para que ela pudesse assinar algum convenio com o governo seja com o estadual ou federal. Os idosos que estavam nela estabelecidos foram levados para Taubaté e, com uma campanha que teve a ajuda de muitos particulares, a Vila Vicentina foi toda reformada e entregue à população em condições muito melhores que antes.

Voltando à questão das moradias populares via CDHU, mais uma vez, foi reafirmada essa característica de o Estado agir em situações de emergência com uma rapidez acima do costumeiro. O caso de São Luiz do Paraitinga foi contemplado com um programa do CDHU – discutido há pouco – que em, nove meses após a catástrofe, inaugurou 151 moradias – com um orçamento de R\$ 17,4 milhões de reais – o que resolvia o problema de parcela importante do município que já possuía a necessidade antes da catástrofe. São poucos os casos de pessoas que viviam no centro histórico e que foram contempladas no novo conjunto residencial – apenas alguns poucos casos de moradores de área de risco. A grande maioria contemplada fazia parte de um déficit habitacional da cidade já proveniente de sua ocupação recente.

Restaurar o patrimônio atingido não era simplesmente reerguer prédios que haviam sido danificados, a catástrofe obrigou o repensar a cidade como todo, com necessidades de planejamento e de infraestrutura.

*Foto: José Luis da Conceição.*

**Figura 23 –Residencial CDHU Monsenhor Tarcísio Castro Moura – setembro de 2010.**



<sup>309</sup> Associações locais como a AMI-SLP e o Instituto Elpídio dos Santos também fortaleceram a conduta de que o poder público agisse no apoio das manifestações culturais da cidade, organizando reedições de livros sobre a história da cidade, produção de documentários e eventos musicais.



A área utilizada para a construção das novas moradias estava planejada pelo Plano Diretor aprovado no dia 07/01/2010 e não repetiria um erro histórico da própria CDHU que, em sua primeira construção de moradias populares na cidade, nos anos de 1980, construiu seu residencial às margens do rio Paraitinga, nem ela própria respeitando a legislação de uma distância mínima de 15 metros da beira do rio para as construções,<sup>310</sup> o que fez com que a maioria fosse atingida em 2010. A utilização de tecnologia RBS – *Royal Building Systems* de Concreto e PVC – permitiu maior rapidez naquela situação emergencial. O núcleo da UNESP, coordenado pelo professor José Xaides, conseguiu implementar um programa, em parceria com o Estado, no qual os futuros moradores foram capacitados e integraram o processo de construção e montagem das casas.

Voltando ao centro histórico, a liberação de R\$ 8,4 milhões de reais da CDHU para a Secretaria de Cultura coordenar o financiamento de imóveis particulares, dentro daqueles critérios de renda acima citados, foi também um passo muito importante, ainda no final do ano de 2010, para que a cidade pudesse vislumbrar uma saída para os principais desafios que surgiam quase um ano após a inundação. Segue a análise da vereadora e professora Edilene Alves Pereira de Oliveira sobre esta questão:

Pleiteamos muito perante os órgãos que estavam aqui trabalhando pela cidade ajuda aos imóveis dos particulares durante o ano de 2010. Afinal a reforma dos principais prédios públicos e de obras como a Igreja Matriz, do Mercado Municipal eram fundamentais, empregavam nossos moradores, recuperavam nossa autoestima, mas não resolviam os problemas, afinal a maioria das pessoas ainda não conseguiam voltar para suas casas. Nosso centro sempre foi habitado por moradores locais e era preciso urgentemente recuperar isso.<sup>311</sup>

A parceria do Instituto Elpídio dos Santos com o IPHAN e o BNDES permitiu uma ação mais rápida também na assinatura de convênios para a reconstrução de bens como da Igreja Nossa Senhora do Rosário e da reforma da sede do IES que se transformou em um memorial da reconstrução. Iniciativas que iam contemplando essa nova visão implementada na defesa do patrimônio nacional e que permitiram o tombamento de toda a paisagem urbana

---

<sup>310</sup> Lei Federal 6.766/79, qual seja, 15 metros, salvo limite maior imposto por lei municipal (TJSC, Ap. Cív. n. 2008.013065-1, da Capital, rel. Des. Newton Janke, j. em 10-8-2010).

<sup>311</sup> Vereadora Edilene Alves Pereira de Oliveira (PT) em entrevista em dezembro de 2010.

de São Luiz do Paraitinga. Era preciso reconstruir imóveis e contemplar aquela cultura que foi a grande responsável pela sua manutenção e constante resignificação no decorrer da história local.

*Foto acervo pessoal do autor*

O novo tombamento nacional de São Luiz do Paraitinga contemplou uma

área bastante ampla para aquela localidade acostumada com o processo de salvaguarda apenas de imóveis específicos. Contemplou toda a área do centro histórico e parte do perímetro urbano das partes mais altas da cidade, e seu entorno incluindo os morros. Segue o mapa de referência deste tombamento divulgado pelo IPHAN:

**Figura 24 – Interior do Instituto Elpídio dos Santos – Memorial da Reconstrução.**



**Figura 25 – IPHAN mapeia área que será preservada.**



*Divulgação IPHAN Dez/2010*

Mas esse tombamento era algo que contemplava ainda muito mais do que os quatrocentos imóveis listados como de proteção do patrimônio material. Como afirmou a própria superintendente de São Paulo do IPHAN, Anna Beatriz, no dia do tombamento: “Esse é o reconhecimento de uma cidade singular no Brasil, com urbanismo do século 18 e grandes patrimônios da arquitetura cafeeira. Tem um patrimônio imaterial incrível, com samba, cultura popular, marchinhas.”<sup>312</sup>

Uma das medidas do IPHAN, logo que começou a atuar sobre o patrimônio local, foi justamente a citada necessidade da criação do INRC – Inventário Nacional de Referências Culturais – de São Luiz do Paraitinga. Com o intuito de registrar as manifestações imateriais da cultura popular local, servindo como instrumento de salvaguarda e incentivo ao apoio da manutenção das mesmas, foram elas inventariadas em São Luiz. Acompanhando a lógica de participação popular empreendida nas ações que vinham sendo coordenadas pelo CERESTA, o IPHAN enviou dois técnicos que passaram a trabalhar de forma fixa na cidade, o que contribuiu em muito para a maior participação daquela instituição no processo.

Abordar o tema da preservação do patrimônio cultural urbano, requer ações que vão além do simples tombamento de determinado bem imóvel ou conjunto de imóveis, mas importa sim, em conceber o equilíbrio da paisagem urbana e as relações entre o objeto alvo da preservação e a estrutura ambiental urbana circundante, o lote, os usos, a história local, a paisagem natural e, sobretudo, o caráter singular que o bem cultural adquire e exerce sobre o coletivo.<sup>313</sup>

Mais um grande salto era dado na concepção do patrimônio a ser preservado e reconstruído na cidade luizense. A catástrofe que causou um prejuízo que, aparentemente, parecia algo impossível de ser reparado, faria algo muito maior: um processo de mobilização que é muito pouco frequente em nosso país, resultando em respeito às tradições locais e na adoção de um conceito de patrimônio muito mais amplo do que o implementado na cidade até o ano de 2009. O dossiê do IPHAN que expõe essa posição é bastante elucidativo do novo paradigma:

---

<sup>312</sup> Anna Beatriz em entrevista para a Rede Globo de Televisão: ISKANDARIAN, Carolina. Iphan avalia tombamento do conjunto paisagístico de Paraitinga. São Paulo: *GI*, 23 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/11/iphan-avalia-tombamento-do-conjunto-paisagistico-de-paraitinga.html>>. Acesso a 15 de outubro de 2014.

<sup>313</sup> OLIVEIRA e ALVES, 2014: 14.

Para nós, voltados à proteção do patrimônio cultural, é a cidade em seu conjunto que importa, tanto à luz do entendimento do desenho da cidade e sua arquitetura, seu desenvolvimento histórico, como em relação a definições, princípios e objetivos exarados em cartas e recomendações relativas ao patrimônio cultural, elaboradas em encontros patrocinados pela Unesco, pela OEA e pelo International Council on Monuments and Sites (Icomos). Vale lembrar a Carta de Washington – Unesco (EUA, 1987), centrada na questão da preservação das “áreas urbanas históricas, grandes ou pequenas, incluindo cidades, vilas e centros ou bairros históricos, em conjunto com os seus ambientes naturais ou feitos pelo homem”, sublinhando que, “para além do seu papel como documentos históricos, estas áreas incorporam os valores das culturas urbanas tradicionais”<sup>314</sup>

Isso permitiu que a própria população assimilasse também a importância de muitos de seus atos cotidianos, nos quais a própria comunidade não conseguia enxergar um valor tão especial, agora valorizado por aqueles de fora.

Infelizmente, passado esse primeiro ano de muito empenho – e não coincidentemente finalizado o processo eleitoral de 2010 – o auxílio empreendido em pessoal e a liberação de recursos dos governos federais e estaduais diminuíram consideravelmente, mostrando sinais de esgotamento típicos da preservação de bens patrimoniais de nosso país. Alguns problemas mais pontuais também surgiram como desacordos sobre quais técnicas de reconstrução serem adotadas e aquela sincronia mobilizada pela catástrofe em órgãos como o IPHAN e o CONDEPHAAT nem sempre se manteve.

Gostaria, entretanto, de ressaltar que, permeando todo este contexto, o fortalecimento das festas populares no ano de 2010 – e que continuaram nos anos seguintes – destacadamente para o caso do carnaval e da Festa do Divino, era algo muito marcante e que influenciava todos os órgãos envolvidos na reconstrução. Se era feito um planejamento e mesmo um discurso da necessidade de salvaguardar e reconstruir um patrimônio com uma identidade muito importante para nosso país, isso se confirmava na prática e agora com maior visibilidade.

Mesmo com todas as dificuldades que a cidade enfrentava nesse processo, as manifestações populares continuavam a acontecer e com muita força. Praticamente, pressionavam

---

<sup>314</sup> IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo, 2010, p.20-21.



a criação de uma política de preservação que realmente contemplasse demandas dos bens históricos em articulação com a memória local. Desta forma, essa força popular não poderia ser correspondida com o imobilismo nos projetos de reconstrução, já que, mesmo que não tivessem a mesma força por questões ligadas ao cenário político inicial, exigia-se, dali em diante, melhor manejo no atendimento dos cidadãos em seu dia a dia, interligadas as políticas de preservação do patrimônio cultural.

Se quisermos lançar novos alicerces para a vida urbana, cumpre-nos compreender a natureza histórica da cidade e distinguir entre as suas funções originais, aquelas que dela emergiram e aquelas que podem ser ainda invocadas.<sup>315</sup>

---

<sup>315</sup> MUNFORD, Lewis. *A cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## **4 A cultura popular na reconstrução da cidade**

---

Ao lado destas questões desafiadoras da gestão pública, da reconstrução material e da prevenção de novas catástrofes, foi fundamental a manutenção do calendário cultural da cidade já no ano de 2010, reafirmando a força da cultura popular naquela localidade. Mesmo com o anúncio de cancelamentos, por parte do poder público, de alguns eventos, como o carnaval, a população manterá suas manifestações mesmo no ambiente de incertezas e destruição pelo qual a cidade passava após a inundação.

Demonstrando a força da cultura local, a comunidade continuou a organização de seu calendário cultural de forma quase autônoma e, em minha visão, com participação mais forte ainda, demonstrando maior consciência da importância de sua cultura, evidente no destaque que ela teve naquele momento histórico. O poder público precisou atuar também até de forma mais direta que costumeira no apoio destas manifestações pela demanda gerada durante aquele ano.

Justamente, as festas populares acabaram sendo fundamentais para o fortalecimento da comunidade e para o reconhecimento, inclusive do Estado em suas esferas municipal, estadual e nacional, da especificidade do município luizense, da importância de se contemplar a cultura na tomada de decisões políticas e econômicas.

Mesmo que o carnaval não pudesse ser realizado da maneira costumeira, ele aconteceu em fevereiro de 2010 e, segundo muitos relatos, foi considerado o carnaval mais importante para a comunidade dos últimos anos. Pela possibilidade de reviver muitas tradições hoje massificadas, retomar a concepção de muitos eventos hoje organizados pelo poder público e pela demonstração mesmo da capacidade de recomeço daquela comunidade, aquele evento teve um valor diferenciado, tanto para os luizenses quanto para os apreciadores daquela manifestação cultural de forma mais ampla.

Mais uma vez em sua história e talvez no momento de maior agonia coletiva, o povo de São Luiz será protagonista de suas tradições. Poderemos indicar mais um ponto de sustentação da hipótese que venho buscando afirmar, da identificação do lugar das tradições no evento da catástrofe e na construção de um futuro diferenciado.

## 4.1 Fortalecimento das festas populares

Para alguns historiadores atuais, como Roger Chartier, sempre foi impossível saber (ou mesmo não interessa descobrir) o que é genuinamente do povo pela dificuldade ou mesmo impossibilidade de se precisar a origem social das manifestações culturais, em função da histórica relação e intercâmbio cultural entre os mundos sociais, em qualquer período da História. De qualquer forma, Chartier está coberto de razão em alertar, com uma boa dose de denúncia, ser o conceito de cultura popular uma categoria erudita, que pretende “delimitar, caracterizar e nomear práticas que nunca são designadas pelos seus atores como pertencendo à cultura popular”. Sempre há o risco, continua o historiador francês, de se ficar incessantemente procurando uma suposta idade de ouro da cultura popular, período onde ela teria existido “matricial e independente”, frente a épocas posteriores, onde a dita cultura popular teria começado a ser perseguida por autoridades eruditas ou desmantelada pelos irresistíveis impulsos da modernidade.<sup>316</sup>

Da mesma forma que durante o processo da reconstrução, em todo momento, se falava da valorização da cultura popular, podemos nos questionar um pouco sobre qual seria o verdadeiro propósito deste apoio. O processo estudado traz justamente um questionamento do papel da cultura e, especificamente, da cultura popular, nos discursos históricos. Embora sempre muito apoiada nos discursos oficiais, geralmente a função da cultura é quase que figurativa. Fazemos em nosso ofício da história, na maioria das vezes, grandes análises políticas, observamos os impactos econômicos de determinadas situações e incluímos o papel da cultura no processo, geralmente como um adendo.

Contudo, essa prática não condiz com o caso da reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga. Estamos inseridos em um processo em que não se busca resgatar, salvaguardar esta espécie de “idade de ouro” como atenta Roger Chartier. A cultura foi a principal preocupação que trouxe todo um aparato estatal e de centros universitários para que não se perdesse um destes ícones em nossa modernidade – tão acusada de justamente esmagar os espaços da cultura popular.

A crucial diferença é que cultura popular é justamente a que participa ativamente do processo e fez com que muitas políticas públicas fossem alteradas. Em hipótese alguma estamos falando de um movimento político organizado, contestador. Estamos considerando

---

<sup>316</sup> ABREU, 2003: 179-180.

uma comunidade que continua como na normalidade, mesmo em momento de grande crise, praticando seu cotidiano, sua sociabilidade pautada em padrões coletivos, justamente aqueles que a diferenciam dos grandes centros e das práticas dita homogeneizantes da modernidade.

Em meio de todo aquele arcabouço de interesses, preocupações e disputas, a comunidade luizense parece se agarrar ainda mais a suas práticas culturais. Seja para se unir em comunidade e enfrentar dificuldades causadas pela inundação e, no caso, manter seu calendário festivo, sua prática religiosa com ainda mais participação, seja para demonstrar que sua principal força advinha de algo muito mais forte e complexo que aquelas edificações que causavam tanta preocupação dos governantes e mesmo da mídia de forma geral.

Acredito ser possível afirmar que, quando foi constatado que o grande ícone de todo este processo foi a queda da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa, não estávamos falando principalmente do valor histórico das valiosas imagens, pinturas, detalhes em mármore, ouro, a representação de uma arquitetura típica de uma determinada época. Para estas pessoas que ali viviam e continuam vivendo, a preocupação era com a queda de um espaço utilizado para o convívio e a realização de suas festas e orações. Mesmo os que não a frequentavam, a respeitavam como um símbolo da identidade local.

Embora tenha causado muita surpresa em pesquisadores e gestores, o simples fato de as pessoas não pararem seu calendário cultural, acredito estarmos aí em mais um momento que corrobora a capacidade da cultura popular de se agarrar a suas manifestações, justamente por ser um momento no qual as pessoas mais precisavam delas. Participar de uma Festa do Divino não é simplesmente ir a um evento, trata-se de momento carregado de símbolos e de ligação quase direta ao sagrado.

A plasticidade, adaptação a situações adversas e a própria capacidade de inserir-se em diferentes momentos, estruturas de poder e situações econômicas, reforçou a autonomia da cultura popular local. Contudo, agora era preciso justificar uma série de ações que tinham seu aspecto social, econômico, mas que justificavam, acima de tudo, a manutenção de uma cultura que continuava ativa naquela situação em que não contava com diversos espaços e bens materiais aos quais por muito tempo esteve ligada.

Essa sua força, essa resistência, novamente afirmando, sem estar inserida em nenhum projeto político ou algo do tipo, provocou uma situação em que todos os discursos apontavam para uma preocupação com seu apoio oficial, seu respeito. Obviamente que ajuda é bem-vinda e fundamental para fortalecê-la, porém, a força que tanto impressiona advém dela e não de agentes externos.

Não foi preciso por exemplo, esperar todo o ano de 2010, tombamento do patrimônio material e imaterial, para que suas manifestações voltassem a ocorrer. Foi justamente a força de suas representações que já ocorreram durante o ano da catástrofe que tanto marcou o processo aqui estudado.

O principal espaço destas manifestações foram justamente as festas populares da cidade realizadas durante aquele ano. Foram festas que não estiveram apenas representando uma prática histórica local, serão momentos em que se destacarão os principais aspectos culturais da cidade, dentro da realidade totalmente distinta, contemporânea, inserida no processo de reconstrução acompanhado por diversas influências externas, midiáticas e ligadas aos principais círculos de poder do país. Segundo Ikeda e Pellegrini, as festas populares, por si, já representam um momento privilegiado de reafirmação da identidade local. Agora, sua realização foi como a reafirmação de um espaço no qual não poderiam ser tomadas simplesmente medidas que não contemplassem aqueles espaços de sociabilidade e representação locais característicos. O modo de vida do luizense precisava ser considerado nas práticas de reconstrução:

As festas representam momentos da maior importância social. São instantes especiais, cíclicos, da vida coletiva, em que as atividades comuns do dia a dia dão lugar às práticas diferenciadas que as transcendem, com múltiplas funções e significados sempre atualizados. As diversas espécies de práticas culturais populares podem ser a ocasião da afirmação ou da crítica de valores e normas sociais; o espaço da diversão coletiva; do repasto integrador; do exercício da religiosidade; da criação e expressão de realizações artísticas; assim como o momento da confirmação ou da conformação dos laços de identidade e solidariedade grupal.<sup>317</sup>

---

<sup>317</sup> IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo. Celebrações populares: do sagrado ao profano. *In: Centro de estudos e pesquisas em educação e ação comunitária. Terra Paulista: Histórias, artes, costumes*, v. 3, Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008, p.207

Se naquela primeira fase da catástrofe, quando a comunidade quase que geriu o funcionamento da cidade pautada em princípios de soluções conjuntas, seja no processo de salvamento da inundação, de recepção de desabrigados, da solução na distribuição de alimentos e roupas, da congregação de símbolos culturais comuns, agora, durante o ano de 2010, a realização das festas ia cumprindo uma função que reforçava essas práticas de união e fortalecimento em momento de crise. Cada festa realizada representava para aquela comunidade uma etapa a mais percorrida, vencida, através de superação coletiva.

## 4.2 O Carnaval das Marchinhas de 2010

Sediando um dos carnavais considerados mais tradicionais do país, e com a identidade local muito valorizada em suas manifestações, a cidade precisava decidir o que seria feito com aquele evento, logo nos primeiros dias após a inundação de 2010. Como vimos anteriormente, na declaração do diretor de turismo Eduardo Coelho, o diretor de cultura Netto Campos também reafirma que não era possível outra saída a não ser o cancelamento do festejo:

O impacto mais significativo no planejamento de 2010 refere-se aos dois primeiros eventos do ano que se iniciava, o Festival de Marchinhas em meados de janeiro e o carnaval em fevereiro. O Festival de Marchinhas já estava no processo de seleção das músicas quando aconteceu a tragédia e o carnaval vinha de desgastante planejamento junto a comissão de carnaval montada na época para repensar o evento que no ano de 2009 deixou traumas na administração municipal e na população local com sua superlotação e seus consequentes problemas. No primeiro mês a preocupação da Administração Municipal era com a limpeza da cidade e com alojamento das pessoas que perderam suas casas, era nítido para quem viu de perto a cidade naquele estágio que não tínhamos condições alguma de realizar eventos naquele momento.<sup>318</sup>

Percebemos que essa fala reforça uma situação que era mesmo vigente na cidade. Gostaria de retomar brevemente a história dessa manifestação em São Luiz do Paraitinga para refletirmos sobre o exponencial crescimento deste evento, que chegara em seu ápice em 2009. A cidade ficava superlotada e enfrentava diversos problemas de infraestrutura. Aqueles que conceberam este típico carnaval, constantemente reclamavam de uma espécie de

---

<sup>318</sup> Benedito Campos Filadelfo Netto, conhecido como Netto Campos foi diretor de cultura municipal de 2008-2012 em entrevista em agosto de 2014.

“invasão” de turistas – sobretudo um público jovem universitário – que já não mais buscava o carnaval por toda sua história de valorização da cultura local e de uma musicalidade original e diferenciada.

Diversas situações como a intervenção da mídia buscando alterar determinados horários de blocos, os grandes interesses econômicos que a festa atingira e mesmo a preocupação com uma possível massificação dos eventos, eram muito discutidas pelos luizenses. Veremos que, justamente dentro daquele carnaval de rua, já encontrávamos uma espécie de fórum de questionamento, gerando diversas atitudes de resistência da comunidade. Acredito já estar constituída aí uma base de participação na busca da afirmação de sua cultura local, algo que será ainda mais empreendido no posterior processo de reconstrução.

O carnaval de São Luiz do Paraitinga foi por muito tempo organizado em locais fechados, restritos a participação de pequenos grupos de pessoas em típicos bailes de carnaval, com trilha sonora em predominância de samba e de canções que marcavam a manifestação típica brasileira. Somente a partir de 1981 ele saiu às ruas da cidade com uma proposta de valorização da cultura e da musicalidade local e se transformou rapidamente na principal manifestação cultural da cidade em divulgação, presença de público e reconhecimento exterior, ultrapassando a própria Festa do Divino.

Fonte: <<http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br>>.

*Figura 26 Carnaval de 2008.*



Exemplo disso é o público imenso recebido na cidade de apenas dez mil habitantes.<sup>319</sup> Como observamos na fotografia (Figura 25) a praça central da cidade ficou totalmente ocupada. Houve divulgação nos principais canais midiáticos do país e até do exterior, como a reportagem de capa do caderno *Travel*, do jornal norte-americano *The New York Times*,

<sup>319</sup> *O ESTADO DE SÃO PAULO*. São Luiz do Paraitinga recebeu 150 mil pessoas no Carnaval de 2008. Caderno 2, p. 5, 8 de fevereiro de 2008. É importante questionar este número de 150 mil pessoas, cifra absurda pela estrutura da cidade de São Luiz do Paraitinga. As estatísticas da polícia militar e da prefeitura municipal sobre o Carnaval 2008 falam em 20 a 30 mil pessoas diárias nos dias de Carnaval na cidade. Uma cifra ainda assim muito grande lembrando que é de aproximadamente seis mil pessoas o número de habitantes de toda a zona urbana da cidade e os eventos do Carnaval estão todos centralizados no centro histórico. O que a reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* deve ter feito é somado o número de pessoas dos cinco dias de carnaval, chegando ao número de 150 mil pessoas, entretanto, acaba-se contabilizando a mesma pessoa que passou todos os dias da festa na cidade mais de uma vez.

intitulada *Carnaval on a Smaller Stage*,<sup>320</sup> que valoriza justamente o caráter tradicional e particular da folia com de um breve histórico dela, publicada no ano de 2008, e que até hoje em dia é muito comentada na cidade:

This small town in São Paulo state's interior is about 115 miles from the capital and only 30 miles down the road from the popular beach resort of Ubatuba. Carnaval went on a 60-year hiatus here starting in the 1920s, when an Italian priest did away with it on moral grounds. But things started up again in 1981, and now the town is know for having one of the best old-fashioned street carnivals around.

An official decree actually prohibits more modern rhythms like samba and axé; the official music genre of the blocos here is the traditional marchinha, or carnival march, which dates back to the 1920s and was a staple of Carnaval through the mid-20<sup>th</sup> century. Over 1500 local marchinhas have been composed locally since Carnaval started again. (...) The costumes worn by the blocos are similar the carnivals across the country, with bloco-specific themes, which this year include everything from babies to bus drivers. (...) <sup>321</sup>

A reportagem do *The New York Times*, curiosamente, faz referência ao Monsenhor Ignácio Gióia, que proibiu, além do carnaval local, as manifestações profanas das festas do Divino, como já dito. Aparentemente, não há possibilidade alguma de comparação em como são concebidos um evento tão religioso como a Festa do Divino e uma festividade carnavalesca. Contudo, o carnaval também apresenta variados exemplos de acontecimentos que ocorrem de maneira semelhante durante as Festas do Divino: são representativos de um ambiente que foge ao cotidiano, marcado pela rua, pelo improvisado, pela oralidade e pela possibilidade de inversões sociais.

No Brasil, sabemos que o carnaval é uma festa especial e também uma trapalhada, uma confusão, uma bagunça. Um momento em que as regras, rotinas e procedimentos são modificados, reinando a livre expressão dos sentimentos e das emoções, quando todos se podem manifestar individualmente. <sup>322</sup>

---

<sup>320</sup> KUGEL, Seth. *Carnaval on a Smaller Stage*. *The New York Times*, January 27, 2008. Disponível em <http://travel.nytimes.com/2008/01/27//travel/27journeys.html>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

<sup>321</sup> KUGEL, 2008.

<sup>322</sup> MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. P. 157-158.



Mesmo percebendo um Carnaval local que, cada vez mais, tem se massificado, sendo frequentado por pessoas sem ligação alguma com a cultura popular e com a cidade, seus eventos são pensados e cresceram sendo valorizados pela sua identidade ímpar. A cidade criou um carnaval extremamente diferenciado: o repertório musical é exclusivo de marchinhas carnavalescas, entretanto, não no mesmo ambiente do começo do século XX como fala a reportagem do jornal norte-americano, mas reinventada e fortemente influenciada por toda a musicalidade dos grupos folclóricos, das bandas musicais e da tradicional fanfarra local. Novas tendências e ritmos da música brasileira já fazem parte das marchinhas luizenses há algum tempo também, em um processo de miscigenação cultural muito interessante.

Os blocos carnavalescos luizenses não reverenciam personagens tradicionais do carnaval como o pierrô e colombina, mas ícones da cultura local como o Juca Teles – oficial de justiça que tinha como costume registrar as festas da cidade, em meados do século XX, a partir de cadernos com relatos interessantíssimos preservados no arquivo do Estado de São Paulo – e personagens das lendas locais. Podemos perceber na imagem abaixo estes personagens e a maneira artesanal de confecção dos bonecos. As técnicas de construção dos bonecos são as mesmas utilizadas nos bonecos João Paulino e Maria Angu presentes nas festas do Divino utilizando o balaio e o papel machê como elementos principais.

As fantasias e alegorias dos foliões são também muito inventivas e a cultura luizense tem praticamente criado uma “nova moda”. São confeccionadas fantasias – sobretudo pelos luizenses ou visitantes que já conhecem as características do carnaval local – muito coloridas e baseadas no tecido florido da “chita”: um tecido muito barato, utilizado tradicionalmente para remendos ou confecção de peças simples e que vem se transformando em uma espécie de moda elegante nos grandes centros, na confecção de bolsas, cortinas, toalhas, entre outros.

*Figura 27 – Desfile de bonecões do Carnaval de São Luiz do Paraitinga em 2009.*



*Fonte: foto de Cássio Ribeiro*

Uma entrevista que realizei há algum tempo com Dona Cinira, viúva do compositor Elpídio dos Santos nos conta sobre esta nova criação:

Nos primeiros anos da década de 1980, quando começamos a colocar os primeiros blocos na rua, não tínhamos recurso algum para montar as fantasias. Como a “chita” era um pano barato e colorido, tive a ideia de utilizá-lo para fazer as fantasias dos meus filhos e de todos aqueles que iam sair no bloco “Zona do Agrião”, nas noites do carnaval. Passávamos horas e horas bordando alguns detalhes daquele pano tão feiozinho, mas, muito alegre ao mesmo tempo...<sup>323</sup>

Estou reafirmando a todo momento a força de uma identidade muito forte da cultura local, presente nos luizenses durante toda sua história e, que será muito retomada no processo da reconstrução. O carnaval será o primeiro episódio em que a comunidade local vai enfrentar as autoridades e não aceitar aquela proibição que parecia óbvia e necessária como apontada pelos secretários municipais de turismo Eduardo Coelho e de cultura Netto Campos.

<sup>323</sup> Entrevista com Dona Cinira dos Santos em outubro de 2007.

Mais ainda, vão dar demonstração de organização de um evento que legitima uma identidade fortalecida e muito diferenciada dentro de uma festa tão tradicional no país, como o carnaval. Contudo, através de uma trilha sonora própria, personagens, alegorias e figurinos também próprios, reforçando sua capacidade de reinvenção e adaptação no mundo contemporâneo, considerado tão massificado e homogeneizante.

Parece que o carnaval de 2010 foi uma espécie de oportunidade única, quase que uma redenção para aquela comunidade que, cada vez mais, sofria com o exponencial crescimento do interesse por aquela festividade, cada vez mais, atendendo a interesses econômicos e da valorização do entretenimento. Já surgiam muitas tentativas de apresentar a cultura popular como uma espécie de espetáculo para o crescente público turístico.<sup>324</sup>

No entanto, a festividade carnavalesca, mesmo com todo interesse crescente, manteve-se como instrumento de valorização e resistência, de tentativa de manutenção da expressão de um modo de vida totalmente diferenciado na atualidade. Graças à constituição de identidade e memória coletiva efetivamente consistente no decorrer da história da sociedade luizense, torna-se possível continuar encontrando elementos, como a oralidade, ainda reverberados em diversas manifestações atuais.

O carnaval de São Luiz do Paraitinga cresceu muito rapidamente sobre uma fórmula que prima pela manutenção de elementos típicos do mundo do popular. A própria opção da criação de um gênero próprio – as marchinhas são um estilo presente em muitos lugares, mas que em São Luiz do Paraitinga possuem características peculiares – utilizando-se das influências musicais e temáticas regionais, mostra a força da cultura local. A atração de um grande público jovem onde não se tocam as principais canções da mídia brasileira, e isso é respeitado, chama bastante a atenção.

O principal “laboratório” de composições que vai transformar-se na trilha sonora do carnaval luizense são os festivais de marchinhas carnavalescas. Realizados todos os anos – semanas antes do carnaval – e acontecendo desde 1982, envolvem uma parcela importante

---

<sup>324</sup> É muito interessante a abordagem crítica do geógrafo local, Carlos Murilo Prado Santos, sobre esta “espetacularização” da cultura e do patrimônio de São Luiz do Paraitinga. SANTOS, Carlos Murilo Prado. Desorganizando e organizando o território: o turismo e o desenvolvimento local em São Luiz do Paraitinga. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural* da ECA/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/carlos.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015. Artigo síntese de sua dissertação já citada (2006).

da comunidade e visitantes durante os ensaios e apresentação das canções. A cidade, já conta com mais de duas mil músicas compostas em pouco mais de vinte anos de carnaval nesses moldes.<sup>325</sup>

No ano de 2010, uma primeira medida que trazia alento ao cancelamento do carnaval era a realização do festival de marchinhas em São Paulo, no SESC Pompéia como conta o então diretor de cultura Netto Campos:

Apesar de tudo, apareceu logo nos primeiros dias após as águas abaixarem a oportunidade de realizarmos o festival de marchinhas no Sesc Pompéia, em São Paulo, oportunidade essa trazida pelo pessoal da produção da Semana da Canção Brasileira com o patrocínio do Ministério da Cultura. Aceitamos de imediato a ideia, pois acreditávamos que seria muito bom para a autoestima das pessoas, para tanto, lotamos alguns ônibus com foliões locais rumo a capital para assistirem e participarem do festival.<sup>326</sup>

A iniciativa foi sim muito interessante e permitiu que se mantivesse um movimento que já estava estabelecido na cidade. No fim do ano de 2009, já haviam sido feitas as seleções dos participantes e os músicos, que sempre desempenharam papel muito fundamental na realização das manifestações populares locais, puderam dar continuidade ao seu trabalho de criação.

*Fonte: [www.sescsp.gov.br/festivalmarchinhas.slp](http://www.sescsp.gov.br/festivalmarchinhas.slp)*

Apesar deste movimento, a sensação do público que sempre participou dos festivais, mesmo que compreensivo com a situação não foi de satisfação plena:

**Figura 28 – Cartaz divulgação festival.**



<sup>325</sup> Segundo projeção de Galvão Frade – um dos idealizadores do Carnaval local, ex-membro do Grupo Paranga e ex-diretor de cultura da prefeitura municipal de São Luiz do Paraitinga.

<sup>326</sup> Entrevista com Benedito Campos Filadelfo Netto, conhecido como Netto Campos, que foi diretor de cultura municipal de 2008-2012 em entrevista em agosto de 2014.

Lembro muito bem que pegar aqueles ônibus que nos levaram ao SESC Pompéia, no início de fevereiro de 2010, era como o passaporte para uma felicidade muito grande. Saímos daquele difícil dia a dia que estávamos desde o dia 1º de janeiro só de limpeza, obras da cidade e estávamos indo para um lugar onde a gente seria reconhecido e mostraríamos nossa cara. Foi tão bom juntar o que restou de nossas fantasias, rever amigos carnavalescos e chupar um sorvete na estrada pois não havia quase comercio aberto em São Luiz (...). O que não foi tão legal é que entramos no auditório do SESC Pompéia e estava tudo muito lindo, as músicas, as bandas luizenses, mas faltava nossa cidade, nosso cenário. Sinceramente, o festival não foi feito para se assistir sentado, para a imprensa transmitir, ele deveria sempre ser feito para as pessoas participarem na rua. Saímos de lá comentando entre nós: vamos ter que fazer nosso carnaval, mesmo que a prefeitura não nos ajude.<sup>327</sup>

---

***Figura 29 – Apresentação de música durante o festival de Marchinhas de 2010 no SESC Pompéia.***

---



*Foto acervo pessoal*

---

<sup>327</sup> Hélio de Souza em entrevista em março de 2013, carnavalesco, compositor local e membro do *rafting* que realizou os salvamentos na enchente do Paraitinga.



**Figura 30 – Bloco da Maricota, Carnaval 2009: destaque Galvão Frade e Suzana Salles.**



*Foto acervo prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga.*

As imagens acima demonstram a diferença do ambiente entre o festival realizado em um local fechado e o a apresentação do bloco da Maricota no Carnaval de São Luiz do Paraitinga em suas ruas. Por mais que fosse um evento fundamental de apoio e de afirmação da cultura local em um cenário mais amplo de divulgação, a força da cultura que tanto defendendo é essa que vem das ruas especificamente da cidade luizense.

Voltando às origens do carnaval local, como citado pela reportagem do *New York Times*, há pouco, a cidade passou quase todo o século XX sem carnaval. Logo que o Monsenhor Ignácio Gióia chegou à cidade – em 1916, ele proibiu todas manifestações consideradas, por ele, profanas – já discutimos a proibição de eventos da Festa do Divino. Surgiu um mito na cidade que o carnaval era coisa do demônio e causava “rabo e chifre”. Com este imaginário estabelecido em meados do século XX cessam, inclusive, os bailes de salão.

Não foi por acaso, então, que o tema da retomada do carnaval da cidade, que aconteceu no ano de 1981, logo após uma reportagem do tradicional *Jornal Nacional* da Rede Globo de Televisão, que tratava da cidade com ironia por não realizar a festa mais tradicional do país, por medo de “pragas religiosas”, chamou-se o Carnaval do “Rabo e Chifre”:

Minha primeira composição, em 1981, foi “Rabo e Chifre”. Passou uma reportagem grande no *Jornal Nacional* que praticamente chamou a gente de bobo por não realizar o carnaval com medo de pragas. Esta primeira

canção foi praticamente um samba. Não era bem a marcha ainda, mas estávamos justamente construindo nosso novo estilo. Aliás, depois começamos a fazer marcha e nunca mais fizemos samba para o carnaval. Considero muito importante para o início do carnaval luizense o conjunto “Sambolero”, uma típica banda de baile dos anos 80. Tocávamos em outras cidades: Lorena, Ubatuba, São José dos Campos entre outras e estava mais do que na hora de tocar em nossa cidade. Aproveitando da ocasião e ajudados por vários músicos locais – como a turma da família do Grupo Paranga, convidamos o presidente do Clube na época, o Zezé do Mikilin, para que ele fizesse o primeiro carnaval da cidade... que ainda foi dentro do Clube. Ele ficou com medo de dar prejuízo e fizemos assim mesmo! Acabou sendo um sucesso e, já em 1982, quando definitivamente apareceram as primeiras marchinhas, o carnaval começou a crescer e ganhou as ruas, surgiram os primeiros blocos – Zona do Agrião, Ovelhas Negras, Petróleo, Melindrosas, Rua Nova – e depois disso, só cresceu...<sup>328</sup>

Realmente, é impressionante como foi rápido o crescimento desse evento que hoje recebe milhares de turistas originários das mais diversas cidades do país. O carnaval das marchinhas de São Luiz do Paraitinga contribui imensamente para a afirmação de muitos signos comuns e fundamentais à manutenção do perfil cultural tão elogiado de sua comunidade. São exemplos disto, o carnaval tratar-se de um momento da excepcionalidade do cotidiano – em um tempo diferenciado e, por sinal, como a Festa do Divino, cíclico, da criação de simbologias próprias e que reúne a comunidade em seu entorno, além, da própria confirmação pela sua população, é bem verdade, atraída muito pelo sucesso midiático da festa – da importância da manutenção da cultura local como recurso de reconhecimento no mundo moderno.

Como bem diz Néstor Garcia Canclini: “As práticas culturais são, mais que ações, atuações.”<sup>329</sup>

A grande questão que envolvia o carnaval nos últimos anos que precederam 2010 era o quanto seu crescimento, muitas vezes desenfreado, poderia causar uma descaracterização

---

<sup>328</sup> Entrevista com o músico e compositor José Roberto – conhecido pelo apelido “Quadô” – , de 24 de março de 2005. Retirada do projeto de pesquisa “Compositores Luizenses” – de minha autoria em conjunto com o músico Paulo Baroni Junior – que recolheu ao longo de 5 anos depoimentos dos compositores locais visando à construção de um histórico da festa local.

<sup>329</sup> CANCLINI, 2003.

de seus princípios: musicalidade, personagens exaltados, fantasias. E as importantes experiências que surgiriam no processo de reconstrução, via audiências públicas, da discussão de rumos envolvendo comunidade e poder público, tinham suas primeiras práticas na criada Comissão do Carnaval, vigente desde 2002, e que reunia membros do poder público, da polícia, profissionais da saúde, membros dos blocos, das bandas locais, comerciantes e membros da comunidade.

Embora se tratasse de uma problemática pontual, que era o carnaval, se discutiam questões mais amplas, relativas à preservação do patrimônio local, às transformações devidas às influências externas à identidade local, ao poder do turismo e à dependência econômica que começava a surgir dele. Inúmeras questões que, em outro contexto, voltarão a partir de 2010, em variados temas da reconstrução.

O Carnaval de 2009 havia atingido o ápice da superlotação do centro na história da festividade luizense. O valor do aluguel dos imóveis para passar o período do Carnaval em São Luiz do Paraitinga havia se transformado também no mais caro do estado de São Paulo, superando destinos turísticos tradicionalmente caros como Ilhabela e Maresias.<sup>330</sup>

---

***Figura 31 – Público do Carnaval de 2009- Praça Dr. Oswaldo Cruz.***

---



*Foto acervo Prefeitura Municipal*

---

<sup>330</sup> FOLHA DE S. PAULO. Aluguel de casas em Paraitinga é mais caro do que em qualquer cidade do Estado – Caderno Cotidiano, 12 de fevereiro de 2009. Acesso em 30 de abril de 2014.



Entretanto, sua avaliação pela população local não foi positiva. Foi um ano em que faltou água potável, a estrutura de atendimento à população de onze mil pessoas não suportava mais aproximadamente quarenta mil pessoas por dia e havia dificuldade para comprar alimentos, pronto atendimento médico, locomoção, entre tantos outros problemas advindos da aglomeração exagerada de pessoas. Continuava a ser interessante que todas aquelas pessoas vinham atrás de uma cultura diferenciada e que não se assimilava com os principais *hits* musicais da indústria cultural vigente. Mesmo com a comunidade preocupada com a manutenção de seu espaço, era sua produção cultural que ocupava e movia aquelas pessoas que ali passavam os dias da folia.

O ano de 2009 inteiro foi de intensas discussões envolvendo a Comissão de Carnaval, músicos, comércio local, pesquisas de opinião, ou seja, todo um planejamento para realizar a festividade de 2010. A notícia do cancelamento do carnaval, logo nos primeiros dias daquele ano, foi aceita por todos a princípio, mas que não se manteve até os dias da festa. Volto a utilizar a entrevista com o secretário municipal de cultura naquele momento, Netto Campos:

A decisão de cancelar o carnaval foi um caminho natural e foi consenso entre poder público, órgãos de patrimônio e população, todos tinham ciência que a cidade não tinha clima, infraestrutura e tempo hábil de viabilizar a organização de um evento de grande porte como o carnaval. Naquele primeiro momento as prioridades eram outras, principalmente limpar a cidade, alojar os desabrigados e gerir o processo de reconstrução. A partir dessa decisão, chamamos a imprensa e comunicamos toda população do cancelamento do carnaval e houve um entendimento geral.

O interessante foi que o carnaval acabou acontecendo de uma forma espontânea, sendo realizado pela população e pelos músicos locais. Esse acontecimento foi uma manifestação cultural em seu estado mais puro e sincero, pois apesar de toda tristeza por ver a cidade destruída, as pessoas tiveram forças e energia para cantarem suas marchinhas a plenos pulmões e manifestarem sua alegria, mesmo que tenha sido por alguns momentos, esquecendo por alguns dias a tragédia que assolou o município.<sup>331</sup>

---

<sup>331</sup> Entrevista com Benedito Campos Filadelfo Netto, conhecido como Netto Campos foi diretor de cultura municipal de 2008-2012 em entrevista em agosto de 2014.

Como o próprio secretário afirmou, o cancelamento, a dificuldade de infraestrutura, não foram suficientes para impedir que as pessoas saíssem às ruas e se manifestassem. E ainda mais, utilizassem sua própria cultura como possibilidade de afirmação e mesmo de união em momento de pausa daquelas tantas dificuldades causadas pela tragédia. Tratou-se de um carnaval totalmente diferente dos feitos nos últimos anos, sem grandes carros de som, diversas alegorias, e com número bastante reduzido de público. No entanto, a comunidade enxergou naqueles dias de folia uma espécie de retorno às origens de seu carnaval, a possibilidade de aproveitá-lo em família, com as crianças e com a identidade na qual foi concebido.

---

***Figura 32 – População sai as ruas durante o Carnaval de 2010 – Bloco do Caipira.***



*Créditos Figuras 32 e 33: Maurício Delamaro.*

---

---

***Figura 33 – Luizenses e a miscigenação simbólica nos estandartes durante o Carnaval de 2010.***

---



Parece que quando começaram a comentar na cidade que os luizenses iam sair às ruas nos horários dos tradicionais blocos, mesmo sem estrutura e que os músicos tocariam no chão como antigamente, todas aquelas pessoas que acompanharam o surgimento do carnaval, e mesmo as pessoas que não gostavam mais do carnaval, pararam e pensaram, opa é a nossa chance! Foi uma delícia... o melhor carnaval da minha vida e olha que participo com lembranças desde o final dos anos de 80. Além de tudo era o recomeço da nossa vida cultural depois da enchente.<sup>332</sup>

Enquanto a população dava essa demonstração de afirmação, mesmo simplesmente, como é característico da cultura popular em não ser facilmente controlada, os luizenses e apoiadores simplesmente davam uma espécie de pausa naquele traumático processo pelo qual passavam para congregar e festejar. Afinal, era o tempo do carnaval e isso já representava grande tradição na vida daquelas pessoas: “Já o tempo do carnaval é cósmico e cíclico, remetendo os participantes do ritual para fora do contexto brasileiro, colocando-os em contato com o mundo do sagrado, do divino ou do sobrenatural”.<sup>333</sup>

Aquele ato, que era natural para aqueles atores, causou impacto muito grande nos envolvidos no processo de reconstrução. Era frequente nas reuniões seguintes dos conselhos extensas falas de técnicos, das mais variadas áreas e muitas vezes distantes da cultura, surpresas com a força cultural daquela população. O carnaval de 2010, definitivamente, fez que as entidades ali presentes passassem, daquele evento em diante, a considerar a cultura popular local como algo ainda muito importante e que extrapolava em muito uma visão que se limitasse apenas ao patrimônio arquitetônico.

A própria Prefeitura Municipal passou a priorizar a cultura de forma muito mais enfática, como afirma o secretário de cultura Netto Campos:

Passado o dois primeiros meses do ano, no qual todos da administração tiveram que administrar milhares de informações e oportunidades oferecidas, os setores de planejamento representado na oportunidade pela Sra. Cristiane Bittencourt, setor de turismo representado pelo Sr. Eduardo de Oliveira Coelho (Dudu) e o setor de cultura no qual eu era o diretor, tínhamos a clara noção que a recuperação da cidade passava pela sua cultura, e quando falávamos em recuperação, referíamos a recuperação da economia local, a recuperação de uma imagem positiva da cidade, abalada com as

<sup>332</sup> Entrevista com André Luís Bilard de Carvalho, vereador e escrivão da polícia civil, em fevereiro de 2012.

<sup>333</sup> MATTA, 1997: 59.

notícias, fotos e vídeos veiculados na grande mídia mostrando uma cidade praticamente toda destruída, e recuperação da autoestima do povo, para que tivéssemos força e unidade para reconstruir a cidade juntos. Dali em diante investimos pesado nos eventos culturais e contratamos uma assessoria de comunicação para mostrar que a cidade estava recuperada e que podíamos receber visitantes com toda segurança e infraestrutura necessária. Com exceção do carnaval conseguimos realizar todos os eventos culturais previstos no calendário da cidade.<sup>334</sup>

O grande objetivo dos membros da comunidade naquele momento, não era servir a um projeto de recuperação econômica da cidade e exposição turística, era simplesmente congregar-se em um momento de exceção do cotidiano. Ademais, não podemos afirmar que não fora realizado o carnaval de 2010, isso é a uma visão institucional. Quando reafirmo o protagonismo da cultura durante o processo de reconstrução é por poder ter participado de momentos como aquele, do carnaval de 2010, quando a espontaneidade, a capacidade de superação de dificuldade das pessoas que foram para as ruas e demonstraram sua cultura, sem nenhuma pretensão diferente dessa, acabaram por causar tão grande impacto para que se repensasse os caminhos, aí sim, políticos e econômicos da gestão da reconstrução. Não era possível implementar projeto algum que não se adaptasse à realidade local e, principalmente, ao modo de vida do luizense, por sinal sempre muito alegre e festivo.

### **4.3 A festa do Divino Espírito Santo de 2010**

A Festa do Divino Espírito Santo é a principal e mais tradicional festa do calendário cultural luizense. Com mais de dois séculos de realização, ela mantém uma série de manifestações que corroboram a identidade intimamente ligada às práticas da cultura popular sobre a qual tanto venho falando e que contribui para sua afirmação, inclusive manteve-se a manifestação no ano fatídico de 2010.

São fundamentais para os grupos folclóricos que a constituem, como as folias do Divino, congadas, moçambiques, entre outros, os valores como os de solidariedade, identidade de grupo, memória coletiva e oralidade. Ao mesmo tempo em que não é difícil constatar como a sociedade contemporânea dá cada vez mais destaque aos valores de individualidade,

---

<sup>334</sup> Entrevista com Benedito Campos Filadelfo Netto, conhecido como Netto Campos foi diretor de cultura municipal de 2008-2012 em entrevista em agosto de 2014.

de massificação de cultura entre outros similares, chocando-se diretamente com os citados anteriormente.

Nicolau Sevcenko é um dos historiadores que discutiu com clareza esta nova realidade – de oposição a estes valores – em sua obra denominada *A Corrida para o Século XXI*<sup>335</sup>. Situa-nos em um contexto em que é cada vez mais difícil prever situações haja vista a velocidade das transformações tecnológicas.<sup>336</sup> Essas mesmas mudanças acabam abolindo tanto a percepção do tempo quanto as referências espaciais, abrindo-se, seguindo Sevcenko, o espaço profícuo ao termo globalização. Esse novo mundo globalizado constitui um sistema que tem como característica fundamental fazer com que os indivíduos, nas mais variadas localidades, estejam conectados sob códigos semelhantes e uniformizadores. Fica assim, cada vez mais difícil, por exemplo, a renovação de um grupo folclórico, sendo tarefa quase impossível mostrar a sua importância às novas gerações frente às inovações que correspondem, sobretudo, aos valores de consumo e, praticamente, transformam em algo classificado como atrasado quaisquer manifestações tradicionais.

A sociedade contemporânea possui, entretanto, na contrapartida cultural, segundo Sevcenko,<sup>337</sup> a única forma de atuar criticamente sobre as inovações tecnológicas. Ao mesmo tempo em que estamos em um país aliado, de uma forma geral, dos principais desenvolvimentos do mundo globalizado, poderíamos transformar isto em um trunfo, apontando criticamente os limites da técnica pela contrapartida cultural. Mesmo estando próxima de grandes centros e com a população, na atualidade, integrada aos meios mais modernos de comunicação existentes em nosso país – destacadamente a internet e a tevê, é inegável o

---

<sup>335</sup> SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>336</sup> O autor consegue sintetizar de maneira muito interessante as transformações de nossa sociedade em três períodos análogos ao passeio em uma montanha-russa. No primeiro momento quando no “brinquedo” se está subindo, Sevcenko compara com a realidade que engloba, desde o século XVI até meados do XIX, quando a elite europeia se destacou ao dominar forças naturais, de comunicação e transporte e, conseqüentemente, expandir seu domínio pelo mundo. Em um segundo estágio, ao descer no brinquedo de maneira extremamente rápida, estaria falando das inúmeras transformações que a sociedade recebeu em fins do século XIX, por exemplo, nas aplicações da eletricidade, dos derivados de petróleo, das indústrias químicas, entre outras. A terceira fase, do “loop da montanha russa”, seria essa nova situação que enfrentamos e que Sevcenko chama de “um novo surto dramático de transformações, a Revolução da Microeletrônica”. Com as transformações cada vez mais velozes é de se imaginar a imensa dificuldade para os grupos folclóricos se adaptarem a este “novo mundo”.

<sup>337</sup> SEVCENKO, 2001:16-22.

quanto ainda impera um modo de vida singular em localidades como a de São Luiz do Paraitinga, em uma posição totalmente diferente daquela pregada como moderna pelos grandes centros.

Mais interessante ainda é a força das tradições populares, opostas a estes princípios modernizantes, que conseguiram sustentar sua existência e seu papel fundamental para a identidade do povo no dia a dia dessa realidade tecnológica. O mundo atual pode já ter provocado muitas mudanças no interior destas manifestações, mas, sua resistência e continuidade constituem um sinal importante de que elas possuem um espaço de destaque e um poder de transformação no chamado mundo moderno, globalizado e contemporâneo.

No primeiro capítulo deste trabalho já discutimos variados elementos das realizações da Festa do Divino que reafirmam justamente este modo de vida do luizense que tanto venho insistindo. Apesar de a festa do Divino sempre possuir um festeiro que é o responsável pela organização do evento, com sua família, toda a força da organização advém de doações e da participação maciça da comunidade, incluindo, com muita força, a comunidade rural.

Mas a figura do festeiro é peça chave para entendermos como estas festas populares acabam refletindo posições sociais e conflitos que existem no dia a dia da sociedade onde ela se realiza. O festeiro do Divino é um ser influente e que ao, promover a festa reafirma sua posição e sua identidade. Na organização das festas, encontram-se grupos disputando hierarquias, lugares sociais. A festa, ao mesmo tempo que unifica, acaba também diferenciando tanto os que participam ativamente dela como os que estão fora. Analisar a história da Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga, por exemplo, é perceber um processo histórico que vem do final do século XIX, quando predominava a força dos principais grupos cafeeiros – que geralmente eram os festeiros do Divino e determinavam o espaço bem delimitado da população dentro de suas manifestações – até a situação de hoje, em que ressaltamos o papel dos populares nas manifestações que vão influenciar decisões políticas importantes no município.

Ao contrário de um discurso, bastante vigente, da dificuldade de espaço da afirmação do popular no mundo atual, a história desta festa em Paraitinga acaba demonstrando um espaço no qual a comunidade foi assumindo novas funções, provocando transformações e mesmo se modificando durante os anos, como é característico de sua atuação.

A partir de exemplos da história dessa festa, podemos mesmo vislumbrar caminhos novos de entendimento da contemporaneidade, por onde ascendem líderes locais da cultura popular, o que nos permite afirmar que as festas populares foram os eventos do calendário em que, durante o processo de reconstrução, a própria comunidade pode colocar em vigência seu papel de destaque e, de certo modo, gerar a demanda para que seus representantes fossem chamados nos momentos de discussões dos rumos a serem tomados pela cidade.

É preciso lembrar que essa festa chegou a nosso país ligada às irmandades brancas, sempre afirmadoras de padrões da elite, sobretudo, os ligados à realeza<sup>338</sup> mesmo contando predominantemente com a ação da população mais simples.<sup>339</sup> Mas documentos da paróquia local, de 1867, apresentam, de forma muito pouco esperada para a época, alguns casos de escravos sendo aceitos em irmandades elitistas como a do Sagrado Coração de Jesus, em um momento em que estava no auge a opressão da mão-de-obra cafeeira, o que já demonstrava essa característica da miscigenação cultural típica da história de São Luiz do Paraitinga.<sup>340</sup>

Ela possui uma especificidade fundamental na discussão da congregação social e sua participação popular foi aumentando com o decorrer do tempo. As figuras do rei e da rainha do Congo nos trazem um exemplo interessante. Membros representativos das irmandades dos “homens pretos”, notoriamente um segmento oprimido na história de nosso país, hoje são figuras de destaque na procissão do Divino no dia principal da festa.

Participar de uma festa do Divino é entender um pouco como a cidade de São Luiz do Paraitinga funciona. É perceber a força que a festa do Divino de 2010 exerceu no processo de reconstrução, uma grande oportunidade para entender, de uma vez por todas, a importância da participação das pessoas que fazem as festas na compreensão daquele fenômeno.

---

<sup>338</sup> Como vimos no primeiro capítulo, em São Luiz do Paraitinga, desde 1803 – portanto no período do governo Imperial Português – temos registro da realização da festa e estava implícita a valorização de símbolos como do imperador, cetro e coroa, por sinal, ainda presentes nas festividades.

<sup>339</sup> Marina de MELLO E SOUZA (2002) nos lembra como desde a época colonial as irmandades foram adquirindo um caráter segmentar racial e social, separando as pessoas por classes sociais, e inclusive, considerando a cor da pele como fator determinante.

<sup>340</sup> Os documentos citados são livros-tombo da filiação das irmandades que datam desde o fim do século XVIII pertencentes à Paróquia São Luiz de Tolosa, da diocese de Taubaté/SP. Um exemplo muito interessante destes casos citados é o de um escravo, José do Patrocínio, propriedade de um padre Pedro Antonio – que tem sua anuidade paga e a aceitação na irmandade datada do ano de 1867.

Porém, assim como o carnaval, o primeiro propósito foi o do cancelamento da festa do Divino de 2010, como conta o festeiro daquele ano, Antônio Salles:

Na primeira reunião que a prefeitura me chamou, ainda nos primeiros dias de 2010, eu falei para eles que ia entregar a bandeira do Divino para o padre e desistir da festa de 2010. Afinal, como realizar? A Festa do Divino vive de prendas, doações. E a gente já tinha começado isso faz um tempo..., mas como que eu voltaria nas casas e percorreria a cidade pedindo e buscando as prendas prometidas, se a população perdeu quase tudo que tinha? Eu não sabia mesmo como continuar.<sup>341</sup>

A reunião que o festeiro Antônio Salles comenta, para a qual ele foi chamado, foi a primeira reunião de integração de todas as entidades presentes na cidade até então,<sup>342</sup> realizada no dia 23 de janeiro de 2010, convocada pelo recém constituído Conselho de Patrimônio, na qual a preocupação com o cancelamento da festa do Divino tinha importância destacada, assim como os grandes desafios da reconstrução – que envolviam obras grandiosas como o desassoreamento do rio Paraitinga e impactos das possíveis reformas no conjunto arquitetônico local. A cultura imaterial era peça-chave naquele processo.

Pude estar presente naquela reunião e escutar duas falas bastante interessantes que, ainda no processo inicial de contato de muitas pessoas com a comunidade local, já destacavam a necessidade do apoio à cultura para o fortalecimento do processo da reconstrução:<sup>343</sup> A primeira é da superintendente do IPHAN em São Paulo Anna Beatriz:

Precisamos demover seu Antonio Salles deste impulso do cancelamento da festa do Divino. As pessoas da cidade não podem perder ainda mais que já perderam. Comprometo-me a buscar recursos, enfim, auxiliar na manutenção da festa do Divino e acredito ser uma das necessidades muito urgentes para nós aqui neste momento.<sup>344</sup>

---

<sup>341</sup> Antônio Salles foi o festeiro da festa do Divino de 2010. Entrevista em novembro de 2010.

<sup>342</sup> Funcionários da Prefeitura Municipal dos setores da cultura, turismo e planejamento, do governo estadual através do CONDEPHAAT, DAEE, defesa civil, e CDHU, federal com membros do IPHAN e do BNDES, grupos de trabalho da UNESP, UNITAU, USP, e de associações locais como AMI-SLP, IES, representantes do ministério público local e da comunidade luizense.

<sup>343</sup> Ainda naquele momento, todos ali presentes, incluindo os membros da comunidade, contavam com o cancelamento do carnaval e a única manifestação que imaginavam possível realizar seria a festa do Divino, em maio de 2010.

<sup>344</sup> Trecho da fala de Anna Beatriz Ayrosa Galvão – superintendente do IPHAN São Paulo – transcrita a partir de gravação do áudio da reunião do Conselho de Patrimônio realizada em 23 de janeiro de 2010.



A segunda fala foi de Maria Regina dos Santos, presidente do Instituto Elpídio dos Santos e nova presidente do Conselho de Patrimônio:

Acho importante falar para os tantos especialistas em obras aqui presentes que nossa cidade precisa ser contemplada com a manutenção de nossos espaços e nosso patrimônio precisa ser reconstruído, pois nossa cidade convive com eles. A Igreja precisa ser levantada o quanto antes, não imagino a cidade sem ela. (...) E quanto a nossas festas, sei que vamos precisar de ajuda sim, Anna Beatriz. Eu, como luizense, sei que seria uma dificuldade imensa para as pessoas se elas não acontecessem. Tenho certeza que as pessoas vão ajudar sim e vamos conseguir realizar a festa do Divino, mas toda ajuda será sempre bem-vinda.<sup>345</sup>

De forma muito importante, e demonstrando o papel exercido na vida das pessoas daquela comunidade, a festa aconteceu e de forma muito grandiosa. A população contribuiu com muitas doações. Foi uma das festas do Divino da história da cidade com mais donativos e com a distribuição do tradicional “afogado”<sup>346</sup> mais farto dos últimos anos. A necessidade, naquele momento, da superação das dificuldades comprovou ainda mais a relação direta com o sagrado e como as pessoas confiam na intermediação que a festa proporciona. Doar o pouco que se tinha era a esperança da proteção divina e sendo, naquele momento, o que mais se precisava, as doações foram maiores, ao contrário do que temia seu Antônio Salles.

Ainda se crê, em São Luiz do Paraitinga, principalmente, nas regiões da zona rural, na importância da doação da prenda do Divino para colher bons frutos em sua plantação, como manda a tradição da ligação direta entre o homem e o sagrado expressada nessa festa desde suas origens anteriores ao catolicismo. Característica que se transferiu de forma clara para aqueles que perderam suas coisas também na zona urbana.

São Luiz do Paraitinga sempre foi exaltada pelo seu isolamento<sup>347</sup> que acabou permitindo, ou ao menos contribuindo, para a formação de uma identidade comum. O avanço do turismo já se configurava como um novo momento no qual se reafirmava o contato cada vez maior com outros públicos e como a cidade surpreendentemente produzia novas saídas,

---

<sup>345</sup> Trecho da fala de Maria Regina dos Santos- presidente do IES e do Conselho de Patrimônio – transcrita a partir de gravação do áudio da reunião do Conselho de Patrimônio realizada em 23 de janeiro de 2010

<sup>346</sup> Haverá mais detalhes sobre esse costume adiante.

<sup>347</sup> Já questionei os limites desta ideia de isolamento no capítulo 1.

como a do Carnaval, onde a representação do popular, conseguia se manter à frente da cultura massificadora da modernidade. O discurso sobre a festa do Divino, muitas vezes, era que entrávamos em um momento de decadência do evento e a dificuldade de renovação e continuidade de muitos grupos dificilmente se manteria. A esperança era olhar novas alternativas, como o carnaval.

Contudo, o que explicaria esse fortalecimento dessa festividade justamente no contexto de dificuldade? Vai ser justamente o que ocorreu em 2010, um fundamental incentivador da manifestação, pois, além da questão da ligação que os participantes têm com a esfera religiosa e que fortalecerá inegavelmente a motivação da festa, foi naquele momento que se recebeu maior divulgação e mais influências externas, justamente por se estar em um contexto no qual a cidade de São Luiz do Paraitinga foi tão divulgada, devido à catástrofe, e que incentiva a realização da festa.

Surge uma confirmação importante do quanto as influências externas podem ser aliadas mais que antítese da cultura popular em diversas situações. Afinal, são influências que permitem – ou até obrigam – o fortalecimento da cultura popular na busca de novos caminhos pelos indivíduos, não a fadando ao desaparecimento pela possível estagnação de suas manifestações. As transformações e modificações no decorrer da história da cultura popular são virtudes que, justamente, não a conduzem às teses finalistas sobre suas manifestações.

Mais que um caminho de oposição é muito proveitoso pensar em relações de trocas onde tanto a modernidade quanto as tradições têm seus espaços de negociação e autonomia. Obviamente que espaços como a cidade luizense são privilegiados neste sentido pois permitem a manutenção de muitas expressões que hoje já não encontram possibilidades nos grandes centros.

No ano de 2010, especificamente, houve apoios pontuais que a festa nem sempre recebe, como uma parceria institucional mais forte da prefeitura local para realização dos *shows*, condução para trazer os grupos folclóricos de outras cidades, enfeites na cidade, entre outras possibilidades. As parcerias com o Ministério da Cultura também começaram a surgir, auxiliando na discussão de processos de tombamento e fortalecimento de grupos participantes.

Mas vai ser a própria força dos populares, durante a Festa do Divino, o ponto de importância fundamental para a continuidade dos processos de reconstrução, como observa o secretário de cultura Netto Campos:

É importante salientar que a festa aconteceu de forma magnífica, voltamos a realizar o “Afogado” no Mercado Municipal, improvisamos o altar da igreja no Coreto da Praça Dr. Oswaldo Cruz para realização das missas, decoramos toda a praça com bandeirolas vermelhas e tivemos uma participação popular que há tempos não se via. No fim, a pedido da própria população, o festeiro continuou esmolando e conseguiu um retorno extraordinário. Ouso dizer que a tragédia mexeu muito com a fé das pessoas e a realização da Festa do Divino daquele ano foi fundamental para autoestima e recuperação rápida da cidade.<sup>348</sup>

A importância da questão da memória, ressaltada no primeiro capítulo, pôde ser percebida durante a festividade de 2010, com clara busca da cultura popular na construção da memória que identificasse o povo luizense. A retomada de signos do Divino naquele contexto foi fundamental para perpetuar sentidos coletivos que fazem parte do convívio e da participação local, mesmo que muitos dos espaços estivessem deteriorados.

O primeiro exemplo é o espaço da Igreja Matriz. As novenas e as celebrações religiosas foram realizadas em uma tenda em frente aos escombros do prédio original. Toda a praça enfeitada e as cerimônias acontecendo naquele espaço indicavam a possibilidade de retomada mesmo sítio, após tanta destruição.

Já se vislumbrava a retomada:

---

<sup>348</sup> Entrevista com Benedito Campos Filadelfo Netto, conhecido como Netto Campos foi diretor de cultura municipal de 2008-2012 em entrevista em agosto de 2014.

Foi muito emocionante celebrar a novena do Divino na praça de São Luiz do Paraitinga em 2010. Eu que havia sido pároco por quatro anos lá, acompanhei a catástrofe pela televisão e foi um baque muito grande. Acabei só voltando no dia 14 de maio de 2010 para celebrar a novena. Esperava encontrar uma cidade destruída e a população em desespero. Quando cheguei na praça e vi os enfeites da festa, as bandeiras dos fiéis, e o altar em frente da Igreja Matriz que havia caído já fiquei arrepiado. Após a celebração, as pessoas estavam felizes e em festa. Parecia que eles já sabiam que a cidade ia se reerguer, eles comentavam comigo: “viu só, padre, já estamos progredindo... o senhor viu, conseguimos realizar nossa festa... tudo vai dar certo e com a proteção do Divino então...” Acho que ali aprendi a maior lição de superação em minha vida, as pessoas não estavam preocupadas com o material e sim a fé delas e a retomada das manifestações culturais a faziam plenamente confiantes e satisfeitas.”<sup>349</sup>

---

**Figura 34 – Missa da novena de 2010, celebrada pelo Padre Gracimar Cardozo.**

---



*Foto: Roney Domingos.*

---

Ao mesmo tempo em que a festa acontecia, ela reocupava o espaço da praça central da cidade onde a comemoração sempre aconteceu. Se não era possível adentrar a Igreja, pois podemos perceber no fundo da imagem os tapumes que protegiam a obra do processo de salvamento a partir dos escombros, celebrava-se a festividade o mais próximo possível. Não

---

<sup>349</sup> Padre Gracimar Cardoso foi pároco de São Luiz do Paraitinga de 2001 a 2006, entrevista em julho de 2010.

era porque a Igreja não existia naquele momento que seria diferente o sentimento de qual era a localidade da celebração.

Outra adaptação relacionada à importância dada à reconstrução da Matriz naquele ano foi o próprio Império do Divino – local em que fica a bandeira do festeiro durante toda a festa. O festeiro possui uma bandeira que percorre todo o município e cidades vizinhas durante o ano. Para fazer jus à importância de abrigar essa bandeira na festa, a sala do Império é o local mais bem ornamentado nos espaços utilizados por esta manifestação. Em seu interior predomina a cor vermelha – para toda a comunidade, a cor do Divino. Ali ficarão as bandeiras, o cetro e a coroa, símbolos do Império do Divino que, durante a festa, transformam aquele local num dos de maior destaque na cidade, trazendo além de toda devoção popular, um caráter de miscigenação, afinal, estão expostos símbolos da nobreza, por sinal, reafirmados desde os princípios da festa em nosso país conjuntamente à maciça participação e devoção dos populares. Retratos, chupetas, utensílios pessoais são depositados nas bandeiras “pomposas” e cheias de símbolos da nobreza.

Todas as procissões saem do Império – onde buscam a bandeira da festa – e vão para o local da realização da novena, sempre acompanhadas pela banda de música local e pelos fieis com suas bandeiras. O Império da festa de 2010 abrigou um quadro com a imagem da Igreja Matriz que havia caído, mais uma vez reafirmando a importância daquele símbolo.

---

***Figura 35 – Império do Divino de 2010.***

---



*Foto: acervo digital da UNESP.*<sup>350</sup>

---

<sup>350</sup> UNESP. *Acervo digital*. Disponível em: <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/66463/1/sp\\_des\\_01.jpg](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/66463/1/sp_des_01.jpg)>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

Desde o final da década de 1980, seguindo recomendação da prefeitura local, a distribuição de alimentos gratuita que acontece na festa, o tradicional “afogado” foi transferido do Mercado Municipal para o centro de exposições agropecuário da cidade. O motivo alegado foi que se tratava de um espaço maior e numa localidade onde poderia concentrar apresentações de grupos como a cavalhada, mas a população sempre reclamou, afinal, o Mercado Municipal também exerce grande importância como espaço de sociabilidade luizense.

Em 2010 surgirá a oportunidade de retomada daquele espaço, afinal o Mercado já estava reformado em maio e o centro de exposições ainda deteriorado. A ligação do Mercado Municipal com o afogado era muito íntima pela tradição do mesmo estar muito ligada a atuação das pessoas da zona rural que invariavelmente passam pelo Mercado Municipal, seja para vender seus produtos, trocar, comprar ou mesmo “bater um bom dedo de prosa” – como constantemente eles se referem às suas conversas. De 2010 para cá, a tradição de distribuição manteve-se neste espaço.

---

***Figura 36 – Preparação do afogado da festa do Divino de 2010 no Mercado Municipal.***



*Foto: Aline Sanae.*

---

Essa tradição da distribuição dos alimentos é algo muito importante na história da festa do Divino e tanto nos remete a suas origens como permite entender o impacto dessa cultura durante o processo de reconstrução, naquelas soluções coletivas para distribuição de alimentos, por exemplo, quando a própria comunidade se organizou para enfrentar os primeiros momentos após a enchente. Ou mesmo no reforço da manutenção de tais manifestações e sua transformação em uma espécie de salvaguarda para suprir os que necessitavam em momento de dificuldade.

A Rainha portuguesa D. Isabel (1271-1336) – esposa de D. Diniz (1267-1325) – é por muitos apontada como a primeira referência dessa festividade nos padrões cristãos, graças a um acontecimento milagroso e que se liga à tradição da distribuição de alimentos, por sinal, sempre presente na festa. Como sabemos, a distribuição farta do “afogado” – cozido de carne com batatas – por toda a história da festa do Divino luizense carrega muito daquele pacto pagão do retorno da fartura proporcionada pelas prendas oferecidas ao Divino em sua relação íntima com a natureza e as colheitas. Na verdade, a distribuição de alimentos é um elemento encontrado em praticamente todas as festas do Divino espalhadas por nosso país e que se liga a esse milagre da Rainha D. Isabel.

O folclorista Alceu Maynard nos conta que a distribuição de alimentos surge desde os primórdios da festa do Divino: há algumas versões de sua ligação com tradições típicas dos povos germânicos; outra, que seria derivada do *panis gratilis* da civilização romana levada a Portugal; ou ainda, proveniente do milagre de D. Isabel, dizendo ainda Maynard, que se trata de uma crença muito forte, absorvida e disseminada pelo cristianismo. A rainha D. Isabel, transformada em Santa Isabel pela Igreja Católica, tinha como prática muito prazerosa a distribuição de esmolas aos pobres, ação, porém, interdita pelo seu próprio esposo, D. Diniz. Nem por isso deixaria de exercer aquela que considerava sua missão e, certa vez, se deparou com o rei portando inúmeros pães escondidos no avental e rapidamente lhe disse tratar-se de rosas. O rei, descrente, quis vê-las e milagrosamente eles haviam se transformado em rosas.<sup>351</sup>

A festa se espalhou por toda a Europa, mas, é principalmente em Portugal que ela cresce e adquire as feições mais próximas daquelas praticadas em nosso país na atualidade, uma festa extremamente concorrida e tendo como principal marca a maciça participação popular.

O historiador memorialista Vieira Fazenda (...) consultando uma erudita bibliografia portuguesa, já havia explicado que as festas de Pentecostes, onde se homenageava o Espírito Santo, eram as únicas, no século XIV, em que Ordenações do Reino permitiam a tradicional distribuição de comida aos pobres. (...) Vieira Fazenda ainda reúne informações sobre a realização

---

<sup>351</sup> Ver ARAUJO, Alceu Maynard. *Festas, bailados, mitos e lendas*, volume 1. São Paulo: Melhoramentos, 1964, *apud* ARAUJO, Ana Maria Ramalho Câmara de. *A Festa do Divino e suas transformações na comunidade e na cultura*. Dissertação de mestrado, PUC/SP: São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.



da festa do Divino nos Açores, nos séculos XV e XVII onde eram mantidos o “império dos nobres” e a distribuição de comida e esmola aos pobres.<sup>352</sup>

A festa foi trazida para o Brasil e adquiriu uma série de feições próprias.<sup>353</sup> Uma das questões que já discutimos é justamente essa transformação da importância da participação popular que vai absorvendo os signos, até então de reafirmação de uma situação específica, como os símbolos régios, o significado da casa do Império e da cor vermelha na corte, e mesmo da ocupação do espaço para apresentações culturais e relações que envolviam o sagrado de modo pelo qual a relação se dava de forma direta e com bastante autonomia.

A festa do Divino Espírito Santo no ano de 2010, naquele contexto totalmente diferenciado da cidade, vai radicalizar e imprimir ainda mais clareza ao processo de atuação da cultura popular. Mais uma vez, pude confirmar que toda festa, embora possua calendário anual com as mesmas manifestações – no caso, uma estrutura de peregrinação da folia, encontro de bandeiras, novena, distribuição de comida, procissão... Toda festa diferencia-se a cada ano, estabelecendo novas relações sociais em campos diversos em construção histórica secular da participação daquela comunidade.

Agora, e mais que nunca, o espaço da festa do Divino em São Luiz do Paraitinga envolveu a demanda da contemplação de uma política de reconstrução em que a participação da cultura local pôde ser privilegiada, respeitada em sua autonomia e implementada como um dos fatores primordiais em todo aquele amplo processo da reconstrução. Se, por um lado, reafirmavam-se todos mecanismos de cooperação que sempre marcaram a festividade da devoção do Divino Espírito Santo, por outro, havia o fortalecimento da memória e da identidade demarcando a importância de patrimônios materiais atingidos e defendidos pela comunidade em sua reocupação durante os dias da festa.

#### **4.4 A musicalidade e a retomada de um ícone da cultura local**

Com a sensação de que o ano de 2010 passava, São Luís do Paraitinga renascia e permanecia como cidade que sobrevivia à crise em torno de seus valores culturais. A cultura material e imaterial da cidade prevalecia e, se diversas questões de planejamento e gestão

---

<sup>352</sup> Fazenda Vieira *apud* ABREU, 1999: 39.

<sup>353</sup> Em minha dissertação de mestrado, faço este histórico da chegada da festa do Divino no Brasil e, especificamente, em São Luiz do Paraitinga: SANTOS, 2008.



pública nem sempre atingiriam seus objetivos, havia maior valorização, inegavelmente, e reconhecimento do valor daquele patrimônio cultural local por parte da própria comunidade e das entidades públicas.

A história da pequena cidade envolvida em grandes discussões e problemáticas do mundo moderno, guiadas e referenciadas em sua base cultural, é justamente a principal mensagem que essa pesquisa vislumbrou. A beleza e imponência do conjunto arquitetônico, determinante no processo da reconstrução, apesar de seu valor para a preservação cultural do Brasil, só tem sentido se for acompanhada da permanência dos moradores que sempre viveram no Centro Histórico, afinal a cultura imaterial foi a base principal da reconstrução e isso passou a impactar as preocupações da reconstrução:

Não podemos deixar que o centro de São Luiz do Paraitinga se transforme como o centro de Paraty, onde os proprietários não são mais da cidade. Se São Luiz do Paraitinga é tão conhecida pelas suas festas e pela sua musicalidade é porque as pessoas vivem neste espaço e tudo só faz sentido em uma contemplação conjunta do material com o imaterial.<sup>354</sup>

As primeiras realizações das festas do Divino e do carnaval que discutimos há pouco foram fundamentais para consolidar o argumento que pautou essa defesa não só do historiador e vereador local Marcelo Toledo, mas de diversos momentos de discussão acerca dos rumos da reconstrução.

Gostaria de privilegiar a partir de agora um dos exemplos desta produção cultural que destaco tanto na pesquisa, que é o campo musical da cidade. Todas as festas, todos os encontros, eventos religiosos ou laicos, sempre são acompanhados de muita música na cidade de Paraitinga. Mais uma vez, essa forte tradição musical recrudescer após a inundação. Muitas pessoas que sempre atuaram nesse ramo tiveram a oportunidade de divulgar muito mais seu trabalho, participando de projetos de circulação musical, sendo inventariadas pelo IPHAN e mesmo sendo procuradas por muitas pessoas e pesquisadores a partir do interesse pela manifestação.

A principal virtude das composições e apresentações locais foi justamente a manutenção da identidade em projetos que não eram coordenados ou incentivados por instituições

---

<sup>354</sup> Entrevista com o vereador e historiador Marcelo Henrique Santos Toledo em maio de 2012.

públicas ou privadas de fora da cidade e, como é característico, partiam da comunidade, de suas histórias e de seus personagens. Para nos aproximarmos um pouco mais deste ambiente, proponho a escuta de algumas das canções do universo musical luizense. Antes de analisar a obra do maior compositor local, Elpídio dos Santos, retomada no processo da reconstrução, gostaria de iniciar pela a canção *Chócho*, do principal compositor carnavalesco da cidade, Galvão Frade.<sup>355</sup>

Composta, segundo o próprio autor, durante os ensaios e preparações do tradicional Festival de Marchinhas Carnavalescas de 2010, ela se transformou em signo do processo de reconstrução. A expressão musical, por sinal, foi muito utilizada desde os dias em que as pessoas estavam ilhadas. Os compositores locais organizaram apresentações em meio à catástrofe em eventos que muito marcaram a memória dos que enfrentaram aquele momento. Importância, é bem verdade, que ela já exercia no cotidiano da comunidade e que, dessa forma, foi mais valorizado ainda no momento de crise:

**ESCUA 01 – CHÓCHOV** Autor: Galvão Frade.

Gravação artesanal (ao vivo) durante o Festival de Marchinhas Carnavalescas de São Luiz do Paraitinga -2011. Duração: 04min04s.

Intérpretes: Galvão Frade, Michele e Luana Albano.

Mas dessa vez  
Eu juro pra você  
Não quero nem saber  
Nosso bloco vai pra rua  
Há quanto tempo  
Que eu não vejo o sol nascer  
É chuva todo dia  
Temporal a toda hora  
E o nosso rio que não para de encher

Já levou na correnteza  
A minha viola  
Não vou mais sofrer  
Nem vou mais chorar  
Eu já tô pronto  
Vou cair na folia  
Vou de fantasia  
E de alma lavada.

Apenas a letra da canção já é bastante clara quanto à mensagem relativa ao momento e como ele será enfrentado, com a clara mensagem do reforço da resistência e enfrentamento das dificuldades a partir das práticas dos membros da cultura popular.

<sup>355</sup> Galvão Frade foi um dos fundadores do Grupo Paranga. Este grupo musical luizense, ainda em atividade, surgiu no fim dos anos 1970 e percorreu espaços importantes da música brasileira como o teatro Lira Paulista, tendo como proposta fundamental a afirmação da musicalidade luizense, sobretudo da obra de Elpídio dos Santos e da pesquisa da musicalidade regional brasileira.

Ao inserir a temática da canção, abrimos uma grande oportunidade de ampliar a discussão neste trabalho a partir da metodologia da História e Música, algo fundamental como instrumento de análise para a compreensão do papel desempenhado pela cultura na reconstrução de São Luiz do Paraitinga. Ao privilegiarmos o papel desempenhado pelos membros da cultura popular, é bastante importante buscar o entendimento de elementos que fazem parte do seu universo de representação. A música, indiscutivelmente, é um dos principais mecanismos de representação das pessoas, presente em praticamente todos os momentos, seja quando se apresentam no decorrer de uma festa, quando rezam a partir de canções ou mesmo quando se reúnem para festejar.

Analisando a canção *Chóchov*, sem fazer uma análise mais técnica de sua estrutura – o áudio está anexado à tese – vemos que ela traz questões importantes: é acompanhada, por exemplo, de três temas melódicos em cada estrofe. É uma canção quase formada por três refrãos e todos pensados muito em uma execução que seria cantada por um grupo, por uma comunidade, um bloco. A primeira estrofe traz quase um hino da importância de se enfrentar a dificuldade, “colocar o bloco na rua” independente de apoio ou não. Ou seja, a mensagem de que a cultura não aguardaria a definição oficial da Prefeitura sobre a realização do evento. Passa-se a um segundo estágio de mais tensão, inclusive no arranjo, quando se retrata a dificuldade da tragédia. Por fim, a mensagem da última parte demonstra o propósito do “novo luizense”, que passa por cima da dificuldade, ampara-se em sua cultura, em seu modo de vida e coloca a destruição como página virada.

O exemplo da manutenção da execução e da criação das marchinhas de Carnaval, por si, já pode ser encarado como prova da constante revitalização da cultura popular da cidade em sua história recente. Quando, após menos de dois meses da catástrofe, sua realização foi algo muito solicitado, mesmo com a cidade sem estrutura para organizar o evento, transpareceu uma mensagem bastante forte da importância dos eventos culturais no cotidiano local. Seus elementos e suas influências musicais mesclam um estilo originário no início do século XX de nosso país com temas tipicamente nacionais, do cotidiano, de humor, em compassos binários ou quaternários, o que reforça de maneira muito importante a identidade local. Esse estilo é uma peça importante para entendermos que essa musicalidade, com identidade muito marcada, adiciona mais um elemento que consolidou toda a força que a comunidade poderia assumir desde 1º de janeiro de 2010, pautada em sua cultura e seu modo de vida.

Essa musicalidade do carnaval está em diálogo constante e sofrendo influências dos grupos folclóricos, por exemplo, congadas e moçambiques, que se apresentam nas festas populares no decorrer do ano. Os mesmos compositores do carnaval são os que louvam o Divino Espírito Santo. Mais ainda, essa musicalidade das marchinhas que surgiu muito recentemente e tornou-se tão conhecida, é fruto de uma série de processos históricos que fizeram a cidade alcançar o status de grande ícone da cultura popular paulista e brasileira e têm se transformado imensamente nos últimos anos, com diversas influências de diversos estilos musicais contemporâneos, mantendo forte raiz identitária, mas totalmente conectado às transformações da música brasileira. Aliás, provavelmente aí esteja um dos segredos de seu imenso sucesso e da capacidade de plasticidade da cultura popular que a mantém atuante no decorrer da história.

Quando no artigo “O historiador, o luthier e a música”,<sup>356</sup> José Geraldo Vinci de Moraes e Elias Thomé Saliba apontam, entre diversos outros temas, questões como a necessidade e o início do caminho da cura desta espécie de “surdez” da historiografia em relação à música, fica muito claro o quanto ele ficaria limitado sem ela, pois é algo imprescindível na sociabilidade humana.

A necessidade da interdisciplinaridade e a afirmação de que o universo musical cria ampla possibilidade de entendermos a sociedade que estamos estudando e suas particularidades e especificidades históricas encontram na cidade de São Luiz do Paraitinga um espaço privilegiado. Os estudos sobre esta realidade precisam contemplar a música:

Como se sabe, infelizmente, o debate historiográfico que se seguiu não levou muito em consideração essas indicações de Marc Bloch, e as vezes a polêmica criativa deu lugar às posições extremadas, opondo de maneira quase que intransponível cientistas aos artistas.<sup>357</sup>

Um bom exemplo que surgiu após a inundação e conecta mais uma vez essa produção musical interligada à prática mais ampla da comunidade foi a retomada da obra de Elpídio dos Santos, um ícone local, com muito mais ênfase do que acontecia até então na história da

---

<sup>356</sup> MORAES, José Geraldo Vinci e SALIBA, Elias Thomé. O historiador, o luthier e a música. In: MORAES, José Geraldo Vinci e SALIBA, Elias Thomé. *História e música no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>357</sup> MORAES, e SALIBA, 2010: 10. A referência é BLOCH, Marc. *Apologia da História. Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 e refere-se a sua argumentação da importância e necessidade do historiador sempre utilizar uma metodologia e pesquisa muito criteriosa no trato com suas fontes musicais.

cidade. Proponho a escuta de um trecho da obra de Elpídio dos Santos que reflete este movimento da retomada e afirmação cultural da cidade.<sup>358</sup>

Natural de São Luiz do Paraitinga é considerado, sem sombra de dúvidas, o maior compositor popular da história de São Luiz do Paraitinga. Nascido em 14 de janeiro de 1909, membro de uma família de músicos, deu continuidade à tradição musical de seu pai e avô. Compôs mais de 1000 canções, foi gravado por grandes nomes da MPB como Cascatinha e Inhanha, Irmãs Galvão, Sérgio Reis, Almir Sater, Fafá de Belém entre outros. Foi o principal compositor das músicas dos filmes de Mazzaropi e atuou em diversas atividades ligadas às artes, sendo também professor de música e escultor. Seus filhos deram origem ao Grupo Paranga que dá continuidade até hoje à releitura de suas obras. Sua família, liderada até pouco tempo pela figura marcante de Cinira Pereira dos Santos, fundou o Instituto Elpídio dos Santos para preservação e continuidade do trabalho do compositor; vimos como ela atuou ativamente no processo de intermediação entre comunidade e poder público na reconstrução.

*Figura 37 – Foto de Elpídio dos Santos em encarte de produção musical do filme “Jeca Tatu” de Amácio Mazzaropi (1965).*



*Acervo Instituto Elpídio dos Santos*

Cinira Pereira dos Santos faleceu no ano de 2010, deixando uma grande lacuna na cidade de São Luiz do Paraitinga. Herdeira do acervo de Elpídio, transformou-se em grande propagadora da obra dele, constituindo-se, para muitos, na figura fundamental que fez Elpídio se tornar um grande ícone para os próprios luizenses e frequentadores. Um bom exemplo de como seria limitador entender a obra de um compositor “apenas” pela sua obra é o papel de Dona Cinira e de todo o contexto histórico que a vai redefinindo a partir das motivações do presente. O processo da reconstrução retomou o acervo do compositor como forma de reafirmar mais um elemento que ressaltasse a importância cultural da cidade.

<sup>358</sup> A possibilidade de se participar de um projeto de pesquisa de forma ativa acabou abrindo frentes como o contato com o acervo da obra de Elpídio dos Santos, também atingido pela inundação. No processo de reorganização do acervo foi surgindo mais um caminho para mostrarmos a importância do patrimônio cultural neste processo.

Analisar a obra de Elpídio dos Santos seria um “prato cheio” para corroborar uma biografia quase que mítica que foi retomada agora em discussões na comunidade. Grande compositor, compôs a marchinha considerada a primeira que foi retomada décadas depois no início do carnaval luizense. Inclusive, como numa “típica” biografia de um mito, morreu repentinamente no ano de 1970, vítima de uma tuberculose que o levou em menos de uma semana. Era fácil conceber uma história de sucesso ressaltando uma genialidade que, apesar de valorizar a cidade, o diferenciasse do restante da comunidade. Mas não é esse o objetivo neste momento.

Apesar de ter concebido uma obra grandiosa, o que explica ele ser hoje, quarenta anos depois de sua morte, um compositor muito mais conhecido e valorizado que em sua contemporaneidade? Qual o significado da sua obra ser gravada por compositores de renome na atualidade como Zeca Baleiro, Fafá de Belém, Renato Teixeira, entre outros? Ademais, estudando sua biografia, o que explica Elpídio dos Santos desejar ser um músico de formação clássica, se formando em Canto Orfeônico, violão clássico e ter se tornado no decorrer da história um ícone da música popular? O que levou a sociedade idolatrar suas canções populares, de letras que sempre versam sobre o cotidiano das cidades do interior e quase não olhar para seu imenso acervo de músicas instrumentais? Por fim, qual o maior motivo de Elpídio ser retomado como um dos principais ícones culturais da cidade no processo de reconstrução?

Mais que estudar sua obra, seu processo de criação, a escuta vai sugerir pontes para a interpretação da sua obra nesse caminho que vai de sua atuação, de suas influências, das trocas culturais a que foi exposto durante sua vida, aos diversos usos que sua personalidade foi assumindo nas décadas posteriores a seu falecimento e que culminou com a construção do hoje “célebre”<sup>359</sup> Elpídio dos Santos. Uma construção social, dentro de uma narrativa histórica em que a música é o fundamental fio-condutor para a análise do processo histórico que valorizou ainda mais os elementos ligados à cultura popular, seja em processo de valorização da identidade pela própria comunidade ou por aqueles que a estudam.

---

<sup>359</sup> O conceito de célebre adotado refere-se ao utilizado para Ernesto Nazareth na obra: MACHADO, Cacá. *O enigma do homem célebre: ambição e vocação de Ernesto Nazareth*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.

Sempre que utilizei, anteriormente, a obra de Elpídio dos Santos para alguma citação, em algum estudo que empreendi, acabei reproduzindo, inconscientemente, a construção desse discurso que criaria um mito, como disse logo acima. O autor da composição *Você Vai Gostar*<sup>360</sup> reuniria todos os elementos que buscava como ideal para meus argumentos, pois era uma personagem do mundo popular que alcançou um sucesso imenso, ultrapassou aquela fronteira que dividia a complexa e discutível fronteira entre erudito e popular.

Cada vez mais, fico certo do quanto uma visão como essa acaba simplificando a questão e perde a oportunidade de perceber os principais fenômenos históricos no limiar de trocas culturais que envolvem a sociedade e em que Elpídio circulou tão bem. Foi muito reconhecido pela gente do povo, mas também pela elite na época em que viveu. Mas um reconhecimento que era limitado ao papel que a sociedade brasileira atribuía para um músico popular brasileiro até então, o que não gerou, por exemplo, riqueza material para sua família.

Diferentemente de ficar buscando entender se determinada obra dele é mais popular ou mais erudita, hoje temos a certeza do quanto ele circulou por estes dois mundos, foi influenciado e influenciou-os. Mais ainda, fez parte, como referência, de um processo histórico da sociedade luizense, que escolheu sua obra e sua personalidade para construir um ícone que referencia agora a ressignificação da cidade e da cultura. Uma biografia construída por muitos, que vai além da sua importante e vasta obra e que se referencia a diversos campos da sociedade, muito além do cultural. Sua consolidação como ícone para os luizenses foi construção histórica de décadas e que, no novo contexto de reconstrução que a cidade atravessou e ainda atravessa, tornou-se ainda mais importante e, por que não dizer, necessário para a comunidade novamente se fortalecer.

Já fica a primeira constatação: Elpídio dos Santos é a construção histórica da comunidade que alçou o próprio Elpídio a tal patamar. Status que ele, com toda certeza, nunca imaginava alcançar, tampouco construiu projeto algum com esse objetivo, que se

---

<sup>360</sup> A composição *Você Vai Gostar*, mais conhecida como *Casinha Branca*, foi gravada por mais de 20 artistas ou grupos musicais, foi tema de novela da Rede Globo – *Rei do Gado*.

expandisse para além dos propósitos de sua obra musical. Uma construção feita coletivamente ao longo do tempo.

Buscar entender como isto foi se configurando, qual o contexto, as influências com as quais conviveu, e também o papel que foi assumindo perante inclusive os momentos posteriores a sua existência é o objetivo através da proposta de escuta que segue. Chegando agora, pós a inundação de 1º de janeiro de 2010, quando for retomado com muita força, fica mais fácil entender de que a construção pura e simples de uma biografia de apoio a um argumento mais genérico da força do popular seria algo bastante limitado.

Quando falo que sua obra tem passado por releituras, que seu centenário trouxe nomes de destaque para a cidade e permitiu uma valorização ainda maior da cultura luizense de uma forma geral, obviamente não significa que sua obra “evoluiu” num crescente. Pelo contrário, a discussão aqui proposta busca se diferenciar deste tipo de mérito e demonstrar o quanto a História é marcada pelas releituras e pelo presente.

A obra de Elpídio dos Santos, como de qualquer outro compositor, é produção que extrapola o campo exclusivo de análises musicais. Tentar colocá-la em panorama, em consonância com discussões sobre o contexto social, político, econômico e sua transformação no decorrer da história é objetivo muito mais elucidativo.

As músicas de Elpídio dos Santos, com arranjos contemporâneos, não estão de forma alguma um passo à frente em comparação a quando foram originalmente concebidas. Trata-se de mostrar, justamente, e como temos que sempre estar mudando nosso olhar sobre os fatos e como a produção musical é marcada pela cultura e pelos indivíduos. Essa é a grande impressão que venho tendo com a retomada da obra de Elpídio dos Santos no processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga e, o quanto isto tem se configurado como estratégia de sucesso da população, consciente ou inconscientemente.

Essa retomada acabou surgindo de diversas formas: seja diretamente pela comunidade, na construção de um discurso que evidenciaria possíveis personagens de destaque na história da cidade, na retomada de sua música no repertório de grupos musicais contemporâneos locais e, após este movimento inicial, em política de apoio do IPHAN, transformando a casa do compositor em sede do Memorial de Reconstrução.



Como muitos documentos se perderam, surge mais uma função para a música no projeto de reconstrução. Como ela fala comumente de temas do cotidiano, de seu contexto, buscar retomar compositores consagrados como Elpídio dos Santos, pode ser um dos caminhos para que muitas coisas sejam lembradas e decodificadas para nós por pessoas que conviveram no espaço na qual muitas delas foram compostas. Isso incentivará novas manifestações musicais de forma ainda mais forte dali em diante.

Dar destaque a determinadas pessoas representativas corrobora os exemplos explicitados por Benjamin em seu clássico texto *O Narrador*<sup>361</sup>, fazendo de sua vida uma espécie de concentração da visão de mundo das demais pessoas da comunidade. Privilegiar determinadas pessoas não significa abandonar o ideal de buscar uma identidade coletiva que se contraponha à visão de mundo individualista dominante na modernidade. Nenhuma pessoa é tão fechada em si a ponto de, durante suas escolhas pessoais, não representar determinada visão de mundo pautada em bases da coletividade.

A retomada de Elpídio dos Santos permite ver emergir um dos exemplos mais enfáticos daquela “memória silenciada”.<sup>362</sup> Quando foi necessário enfrentar um momento de grande dificuldade, a comunidade retomou uma obra musical que lá estava, constituída há décadas, e passou a ressignificá-la a partir de novas necessidades. A participação direta do Instituto Elpídio dos Santos nas obras da reconstrução de ícones culturais como a Igreja do Rosário ou mesmo o Memorial da Reconstrução reforçavam ainda mais esta retomada do artista.

Vimos que São Luiz do Paraitinga sempre se vangloriou, dando a seu passado uma classificação de um destaque econômico gigantesco, sobretudo na época áurea do café, e utiliza-se da grandiosidade de suas festas nesse momento inicial do século XXI como sustentação de uma identidade diferenciada. É bastante interessante perceber o quanto se trata de uma “invenção” histórica que motiva e justifica a necessidade de ação no presente:

“(...) o que se vê hoje é o espírito urbano desdobrado de invenções históricas se desenhando como uma espécie de alma da cidade. É ele, aliás, que

---

<sup>361</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* vol. I – *magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

<sup>362</sup> POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, nº3, 1989, p. 3-15.

motiva o empenho da população para reconstruir tudo e fazer dos escombros motivo de reinvenção da cidade. (...). É natural que personagens como Oswaldo Cruz, Elpídio dos Santos, Aziz Ab'Saber e Dona Cinira, também componham o panteão local dimensionando a prata da casa”<sup>363</sup>

Retomar ícones como Elpídio dos Santos, como bem observam os professores José Carlos Sebe e Zilda Yokoi é complementar todo um quadro da “invenção da tradição”<sup>364</sup>, fundamental para fortalecer a identidade. Estamos tratando de uma musicalidade, neste caso, totalmente diferente do ambiente atual permeado por novas tecnologias e influências de estilos totalmente diversos da época da concepção das canções de Elpídio. Contudo, ele voltou a ser atual e, novamente, o papel da manutenção de um modo de vida norteado por tradições, simbologias, festividades exerce na vida destas pessoas, na contemporaneidade e de uma forma mais ampla, a capacidade de resistência fundamental.

Quando percorremos a obra de Elpídio dos Santos, podemos perceber outro exemplo dessa construção histórica da própria comunidade que tanto valoriza a cultura popular em São Luiz do Paraitinga. A música, de forma geral e personagens como Elpídio dos Santos, constituem-se como novo referencial de intermediadores do processo de atuação da cultura popular na história local.

Segunda Audição – Pedacinho do Brasil – Composição: Elpídio dos Santos (1953) – Gravação: Grupo Paranga (2005) – CD *Em nome do Pai, do Filho e do Elpídio dos Santos*. Duração: 1min59.

“O meu São Paulo é que é  
Terra para a gente viver  
Você já viu uma cidade garoa  
Quando puder venha ver  
Tem chaminé fumegando o dia inteiro  
Dando serviço para quem quiser trabalhar  
Este pedaço de chão brasileiro

Um só minuto não pode parar  
Seu nome escrito já no mundo inteiro  
Foi conquistado mais do que troféu  
Pois quando ouvir falar de São Paulo  
Ai você tem tem tem  
Tem que tirar seu chapéu”

Pensei em iniciar a audição da obra de Elpídio com essa canção justamente para marcar que, como qualquer compositor, é fruto do seu tempo, do seu contexto social. Demonstrando a dificuldade de sobrevivência do compositor popular no Brasil de meados do

<sup>363</sup> YOKOI, e BOM MEIHY, 2010.

<sup>364</sup> Ver HOBSBAWN, Eric. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

século XX, Elpídio migra no ano de 1950, com toda sua família, para São Paulo, para exercer a função de bancário. Segundo sua família, a necessidade material para suprir o sustento familiar se adicionou a convites para se inserir no cenário musical brasileiro. Mais uma vez, se revela uma vocação que Elpídio sempre teve, de ser um músico sofisticado e com o objetivo de “brilhar”.

Isso realmente aconteceu, ao menos de certo modo, embora não gerasse grande renda – garantida pela função de bancário. Em 1952, Elpídio dos Santos tem seu nome pela primeira vez gravada no selo da editora Toda América. A composição *Cruz de Ferro*<sup>365</sup> foi uma toada que Elpídio compôs com Anacleto Rosas Junior, foi gravada por uma dupla de destaque na época Souza e Monteiro.

Com esta gravação nas rádios, Elpídio emplaca sua primeira composição solo com destaque no meio musical, segundo seu filho Pedro Luís dos Santos, *Pedacinho do Brasil*.<sup>366</sup> É interessante observar, quando falei do contexto, o quanto esta canção demonstra um São Paulo bem diferente do que imaginamos e convivemos hoje: “terra para a gente viver”; “chaminé fumegando o dia todo” – positivamente – gerando “trabalho para quem quiser trabalhar”.

**Figura 38 – Elpídio dos Santos recebe o diploma no Conservatório Paulista de Canto Orfeônico – Teatro Municipal de SP (1960).**



*Acervo Instituto Elpídio dos Santos*

Afinal, era essa sua busca, que permitiu o financiamento também de seu projeto de aperfeiçoamento musical realizado no Conservatório Paulista de Canto Orfeônico e no Instituto Musical de São Paulo. Formado professor em música, lecionava nas horas vagas e

<sup>365</sup> Referência dada pelo filho de Elpídio, Pedro Luís dos Santos, conhecido como Negão dos Santos, líder do Grupo Paranga, em entrevista no dia 15 de julho de 2011

<sup>366</sup> Idem.

passou a constituir sua segunda faceta de compositor instrumental que trarei na terceira escuta e que complementa e não divide este compositor como muito se propõe.

Antes, gostaria de ressaltar, ainda na composição *Pedacinho do Brasil* o compositor Elpídio dos Santos completamente conectado à formação do samba paulista de meados do século XX. É muito claro na escuta, apesar de ser uma interpretação contemporânea, a harmonia e a questão rítmica típica daquele estilo musical. Lembramos que ele é um compositor muito mais ligado a música caipira, interiorana. Ou seja, mais um exemplo de que temos que tomar cuidado com os “rótulos” que classificam os compositores e deixam de lado toda a complexidade das inúmeras tendências com os quais geralmente se relacionam.

Terceira audição: *Chegadinho Chegadinho*— Composição: Elpídio dos Santos (1957). Gravação: Dircinha Costa— Gravadora Todamérica (1958) Duração: 2min47.

“Você faz o que eu quero senão entre nós está tudo acabado  
 Você vai e eu espero então cada qual pro seu lado  
 Benzinho vem chega bem bem bem  
 Chegadinho chegadinho pra dançar o baião  
 Benzinho vem chega bem bem bem  
 Chega mais um bocadinho no meu coração”

Elpídio definitivamente entra no gosto de um grande número de intérpretes da música popular brasileira, que gozavam do prestígio, sobretudo do rádio nos anos 1950, e esta gravação trazida aqui na voz de Dircinha Costa é um grande exemplo.

Papai não ganhava muito dinheiro mas ganhou fama e, sim, destaque em sua temporada em São Paulo, lembro de nossa casa frequentada por grandes músicos da época, os mesmos que papai já admirava quando morava em São Luiz do Paraitinga e que colocava todos nós em volta do rádio para escutar o que considerava “música boa”... sabe... Cascatinha e Inhana, Irmãs Galvão, Trio Itapoã, Dircinha Costa, entre outros.<sup>367</sup>

Elpídio realmente foi gravado por todos estes artistas citados acima por Regina Santos e muitas vezes. Cascatinha e Inhana por exemplo, grandes ícones da música caipira neste momento gravaram as canções *Longe dos Olhos* (1959), *Rede de Taboa* (1959) e *Nossa Casinha* (1961) todas pela editora Todamérica. As músicas de Elpídio estavam também nas principais editoras da época por exemplo Chantecler com gravações do Trio

---

<sup>367</sup> Pedro Luís dos Santos, entrevista em 15 de julho de 2011.

Itapoã (*Meu sonho*, 1964 e *Minha Paixão*, 1963), Copacabana com José Tobias (*Você vai gostar*, 1967) ou Duo Brasil Moreno (*Lua na roça*, 1958), Continental com Trio Tropical (*Meu sonho*, 1956, ou Moreno Moreninho (*O Bom menino*, 1957), Guanabara com o Trio Paulistano (*Pinheirinho de Natal*, 1962), Califórnia com Renato Moreno (*Saudade danada*, 1957), R.G.E. com The Beverilys (*Anjinho da Gang*, 1964) e R.C.A. Vitor com Irmãs Galvão *Velha História*, 1958 ou Mazzaropi e suas 23 canções gravadas de Elpídio dos Santos, de 1955 a 1969.<sup>368</sup>

Como Mazzaropi é um caso à parte em sua biografia e queria trazê-lo na próxima escuta, Elpídio com esta canção proposta *Chegadinho chegadinho* demonstra ter entrado no gosto do principal veículo de comunicação da época que era o rádio e, com uma característica que o marcou muito, a música com romantismo e com cadência característica para os bailes de salão. Essa gravação demonstra o quanto é uma música com arranjos típicos da musicalidade do salão que, lembremos, era ainda frequentado em sua maioria por uma elite da então cosmopolita São Paulo em formação.

Uma marca dos arranjos que transparece também nesta canção é a junção que ocorre em sua obra da musicalidade mais orquestral, sofisticada podemos dizer, pela execução de vários instrumentos, de sopro inclusive, com trechos que são típicos da música erudita como no final da canção. Sempre, contudo, com a marca fundamental de estar primeiro falando de um gênero tipicamente popular, que é o baião, e sugerindo uma dança bem coladinha, que faz lembrar muito mais os bailes das festas na zona rural de São Luiz do Paraitinga, por exemplo, que uma típica dança de um salão de elite paulistana.

Ser gravada por Dircinha Costa também já deixa uma mensagem bem clara de penetração popular. Com uma carreira muito marcada por presença em programas de rádio – sobretudo na rádio Bandeirantes<sup>369</sup> – e de auditório gozava de um forte apelo popular.

Segundo Pedro Luís dos Santos, esta gravação, *Chegadinho Chegadinho* é também bastante emblemática de como a obra musical de um compositor vai se modificando em

---

<sup>368</sup> Fonte acervo Elpídio dos Santos (discografia) do Instituto Elpídio dos Santos.

<sup>369</sup> Pedro Luís dos Santos, entrevista em 15 de julho de 2011.

consonância com o tempo em que ela é executada e qual a mensagem que o próprio Elpídio deixou para a continuidade de sua obra:

Acredito que uma das coisas que mais permitiu que meu pai fosse um compositor bem-sucedido foi uma mensagem que ele deixou para a gente sem nem ter falado isso diretamente. Quanto escutamos *Chegadinho chegadinho* na voz de uma cantora como Dircinha Costa, é algo lindo, emocionante para eu que sou filho, mas sabemos que isso não iria se manter por muito tempo. Papai se adaptou muito as necessidades e aos movimentos da música popular, compôs música raiz, jovem guarda, música para o rádio e, conseguiu fazer canções lindas sob encomenda para os filmes de Mazzaropi, algo que é muito difícil de ser feito para nós que somos músicos. Como não nasci com a capacidade de compor como ele, nossa missão hoje com o Grupo Paranga é justamente a de modernizar os arranjos e a obra como um todo. Atingir novos públicos e continuar na nova situação, como ele fez tão bem.

Esta fala sintetiza muito do que estou falando quando tento entender o quanto Elpídio dos Santos emergiu como símbolo de sucesso para a comunidade luizense agora neste processo de reconstrução. Ele reforçou seu papel de ícone cultural dentro desta própria lógica que a cultura popular representa de possuir sua identidade muito forte mas dialogar com as transformações, absorver e interagir com as situações as quais lhe são postas.

Estou mostrando com esta canção um Elpídio dos Santos de destaque dentro de um cenário mais amplo da música brasileira de meados do século XX, contudo que é uma história desconhecida para a maioria dos luizenses de hoje. Com exceção de suas parcerias com o Mazzaropi, que a grande maioria se orgulha, principalmente para a juventude, Elpídio é o compositor que até Zeca Baleiro veio em São Luiz para cantar na atualidade e não se percebem referências a este momento da própria concepção de sua obra.

Desta forma, demonstrando o quanto essa construção é realizada historicamente, gostaria agora de propor duas escutas da mesma canção, *Fogo no Rancho* na voz de Mazzaropi e de Zeca Baleiro em contextos totalmente diferenciados.

Quarta audição: “Fogo no rancho” – Composição: Elpídio dos Santos e Anacleto Rosas Jr. (1956). Gravação: 1ª gravação Mazzaropi (1961) – Gravadora R.C.A. Vitor (1961) – Regravada em 1976 (segunda versão que escutaremos). Duração: 2min3.

Quinta audição: “Fogo no rancho” – Composição: Elpídio dos Santos e Anacleto Rosas Jr. (1956). Gravação: Zeca Baleiro e Renata Marques – ao vivo (2009) arranjos Negão dos Santos. Tributo a Elpídio dos Santos. IES/ Grupo Bandeirantes. Duração: 2min37.

“Queimaram meu ranchinho de sapé  
 Fiquei sem casa pra morar  
 Eu tive pena da minha muié  
 Vendo nosso rancho e tudo  
 Dentro dele se queimar  
 Nem saudades no peito  
 Eu daqui vou levar  
 Botei o meu boi no carro  
 E não tive nada pra carregar  
 Mesmo sem nada ainda sou feliz  
 Saindo aqui deste lugar  
 O mundo é grande toda gente diz  
 Limpe os zoio dê risada não precisa mais  
 chorar

Nem saudades no peito  
 Eu daqui vou levar  
 Botei o meu boi no carro  
 E não tive nada pra carregar  
 Nos esperemos o dia amanhecer  
 Para nossa viagem começar  
 Igual a nós gemendo como o que  
 Vai meu carro pela estrada sem destino a  
 nos levar  
 Nem saudades no peito  
 Eu daqui vou levar  
 Botei o meu boi no carro  
 E não tive nada pra carregar

A primeira execução de Amácio Mazzaropi representa claramente o propósito com o qual surgiu o compositor Elpídio dos Santos. O tema rural, da vida do caipira era o seu ambiente e em que, tradicionalmente, a canção caipira cantava e ainda canta. Os temas do cotidiano, o lamento, mas, ao mesmo tempo, a capacidade de superação são alguns dos temas típicos deste repertório.

A amizade de Elpídio com Mazzaropi começou muito cedo conforme conta sua filha Maria Cinira dos Santos:

Mazzaropi ainda era um artista em muita dificuldade com suas andanças com seu circo pelo vale do Paraíba quando veio se apresentar em São Luiz do Paraitinga. Chovia muito naquela semana e seu circo não recebia público, conseqüentemente, ele não tinha dinheiro para ir embora. Papai começou a ficar incomodado com aquela trupe e foi lá conversar com eles, isso acho que em 1953, se não me engano.... Percebendo que a situação estava difícil para eles resolveu convidar os músicos da cidade e fizeram alguns shows beneficente ao circo do Mazzaropi. Muito grato, e já começando seu sucesso, Mazzaropi retorna a São Luiz anos depois e convida meu pai para compor uma música para seu filme que foi a canção *Cai sereno* para o filme *Carrocinha*. Inicia-se aí uma grande amizade de muita gratidão mútua, porque Mazzaropi foi um dos grandes incentivadores para que fossemos para São Paulo posteriormente, mas mais do que amizade acho que a relação foi muito duradoura e só foi interrompida porque meu

pai faleceu, Mazzaropi esteve presente no enterro e depois conviveu com a gente porque ambos eram muito capazes né...<sup>370</sup>

Começa então uma amizade que fortalece o lado de músico profissional que Elpídio tanto almejava, e que lhe abre portas. As parcerias com os filmes de Mazzaropi faziam com que Elpídio compusesse canções baseadas em seu repertório de vida, naquela musicalidade com a qual convivia. Não sei se é interessante classificar assim, mesmo porque não são fases cronológicas e sim se misturam, mas podemos dizer que temos a faceta Elpídio dos Santos mais ligado à musicalidade tipicamente caipira, mesmo lembrando que muitas músicas para os filmes eram feitas sob encomenda e Elpídio dos Santos – sobretudo quando vai para São Paulo – está mais interessado nos novos rumos do “mercado” – com bastante cuidado sobre qual mercado é esse. Por fim, teremos a terceira faceta, de que trarei na próxima audição que seria o Elpídio dos Santos que desejava ser um grande instrumentista, com sua composição fortemente influenciada pelas criações populares, mas pensada dentro dos padrões da música erudita, com composições instrumentais que não foram gravadas, tampouco circularam.

A quarta audição, contemporânea, na voz de Zeca Baleiro representa bem o propósito daquela fala anterior de Pedro Luís dos Santos, quando cita o propósito da atualização dos arranjos visando atingir novos públicos. A música inicia-se em uma versão bem próxima da original composta para o canto de Amácio Mazzaropi, contudo, a partir da segunda estrofe, mesmo utilizando-se da base de cordas como na primeira versão, ganha uma levada pop, quase rock. A forma de cantar, a alteração no próprio andamento, deixam bem claro a dupla proposta: valorizar aquele compositor centenário mas mostrar, conscientemente, o quanto sua música pode acompanhar as novas tendências da música brasileira contemporânea e ser aceita mais facilmente por novos públicos.

---

<sup>370</sup> Depoimento de Maria Cinira dos Santos, conhecida como Nena, em entrevista a 31 de julho de 2011.



Sexta audição: Balada para Maria Cinira – Composição: Elpídio dos Santos (1962). Partitura de Elpídio de Santos de 1968. Gravação: Grupo Paranga – (2005). “CD Em nome do pai, do filho, de Elpídio dos Santos”. Duração: 3min40,

**Figura 39 – Partitura original manuscrita por Elpídio dos Santos.**



Acervo Instituto Elpídio dos Santos.

Trouxe essa composição justamente para mostrar o outro lado de Elpídio dos Santos, que tinha como objetivo tornar-se grande instrumentista e compositor reconhecido pela erudição musical. Não é por acaso que enveredou seus estudos nos conservatórios e sempre se preocupou muito em extrapolar os estudos de seu instrumento predileto que era o violão. Estudioso de harmonia, de canto, frequentemente compunha músicas para a execução de corais, orquestras, com inúmeras partituras para os mais diversos instrumentos. São várias as suas partituras preservadas pelo Instituto Elpídio dos Santos para instrumentos incomuns na música popular.

Contudo, essas composições não foram gravadas e nem sabemos se foram executadas em algum momento. Essa canção que ouvimos agora *Balada para Maria Cinira* foi gravada pelo Grupo Paranga apenas recentemente e trouxe-a justamente para demonstrar o compositor que tinha seus ideais em ser erudito, mas que não conseguiu se descolar de sua tradição popular e de sua musicalidade característica. Embora seja uma versão mais contemporânea é uma música instrumental que tem a marca do popular muito forte em sua expressão

musical, com as cordas que mesclam uma execução mais refinada com um ritmo típico de uma viola.

Elpídio pode ter tido vários objetivos em sua carreira musical e não cabe ficar tentando especular se era seu principal objetivo, por exemplo, compor uma música dentro dos padrões que conhecemos por erudita. Elpídio dos Santos é um representante enfático de que o próprio espaço da música popular, segundo José Miguel Wisnik, é o das múltiplas escutas, com diversas convivências, desfazendo por completo as fronteiras entre o mundo erudito e o mundo popular.<sup>371</sup>

Desta forma, o Elpídio dos Santos que cresceu, ficou e se fortaleceu foi o Elpídio que a sociedade com a qual ele conviveu, e que o reconheceu, foi construindo. Processo que continuou inclusive após sua morte em 1970 e transformou-o num ícone da reconstrução de São Luiz do Paraitinga após a inundação de 2010.

Não foi, com certeza, um caminho de progresso, sempre em ascendência. Elpídio praticamente sumiu do cenário musical paulista já nos primeiros anos da década de 1960 quando movimentos como a Jovem Guarda e mesmo a Bossa Nova iam surgindo e sendo adotados. Voltou para São Luiz do Paraitinga, voltou a exercer suas funções frentes à Corporação Musical São Luiz de Tolosa, continuou a compor para Mazzaropi, porém, este também já começava a dar sinais de decadência em seu sucesso popular.

A principal intenção de trazer a obra de Elpídio para escutarmos não correspondeu a tentar entender ou aventar sobre quais as genialidades de Elpídio, suas fases de maior sucesso ou decadência ou mesmo fazer um estudo mais aprofundado sobre a sua figura. Neste processo onde a cultura assumia cada vez mais seu papel de destaque, é muito importante perceber o quanto ele representa o típico papel de um “mediador cultural”<sup>372</sup>. A comunidade, seja por resistência, ou mesmo por fortalecimento de identidade, precisava de referências como o músico Elpídio dos Santos.

Assim, da mesma forma que a importância das festas populares foi aumentando cada vez mais no processo de reconstrução, a cidade ia elegendo ícones – ou mediadores culturais.

---

<sup>371</sup> WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>372</sup> Conceito de Cacá MACHADO (2004) referindo-se a Ernesto Nazareth em “O enigma do Homem Célebre”.

Permitia-se reconhecer de forma mais clara a importância e o papel da cultura na sociabilidade local. Desta forma, a própria comunidade ia assumindo posições que pudessem transformar aquela realidade da reconstrução a partir de muitos de seus signos e valores próprios. Mais firme na valorização de sua própria identidade, perceberemos a atuação decisiva da comunidade, pautada em sua cultura, realizando como dito, suas festas populares e valorizando seus ícones culturais no processo da reconstrução.

Foram detalhadas as duas principais festas de 2010 neste capítulo – carnaval e Divino – contudo, o calendário cultural do ano todo fora mantido e nos anos seguintes todas as festas populares foram crescendo ainda mais, seja em público participante ou na atuação da própria comunidade.

Desde os momentos iniciais que se seguiram à tragédia, ficava claro que a cidade se utilizaria da cultura não apenas como mecanismo de defesa, mas como palco privilegiado para demonstrar suas intenções, sua visão de mundo, provocando reflexões de todas entidades envolvidas para que o processo da reconstrução ocorresse em uma trajetória que vislumbra-se a manutenção de valores que ali sempre foram imprescindíveis e ligados sobretudo, ao universo da cultura popular.

## **5 A relação da população com os projetos institucionais da reconstrução**

---

Por mais que a cidade de São Luiz do Paraitinga fosse dando diversas demonstrações de sua identidade cultural pela manutenção das festas populares, da retomada de ícones culturais locais, muitos dos prédios históricos que haviam sido destruídos necessitavam de projetos de reconstrução que os mantivessem com função primordial de desempenhar historicamente um papel na representação simbólica exercida pelo patrimônio arquitetônico para a cultura daquela comunidade. Contudo, muitos dos projetos concebidos pelos governos estadual, federal e municipal não foram adaptados aos anseios locais de antemão e, como se há de se imaginar, não foram aceitos imediatamente pela comunidade.

Quando se organizou uma intervenção estatal para auxiliar a reconstrução do município ficou evidente uma total falta de planejamento no trato com o patrimônio histórico luizense. Discutimos no segundo e terceiro capítulos deste trabalho a inexistência de quaisquer planejamentos de prevenção da catástrofe. Do mesmo modo, assim que ela aconteceu, também inexistiam táticas de salvaguarda de documentos e objetos de valor histórico presentes nos prédios atingidos e que poderiam ser salvos com simples informações de previsão da altura que a cheia poderia alcançar.

Com a destruição constatada, não havia alternativa a não ser tentar recuperar o que restou de alguns prédios específicos, como dos escombros da Igreja Matriz São Luiz de Toluca, e reconstruir outros prédios a partir praticamente do nada, como foi o caso da biblioteca municipal que fora totalmente devastada. A grande indagação, contudo, era: como reconstruir?

A primeira tática, por sinal muito bem-vinda, foi trazer todo o aparato estatal de técnicos ligados a diversas secretarias estaduais e ministérios federais em um trabalho de salvamento do patrimônio que ainda permitia que isso ocorresse, da interdição de outros em risco de desabamento e da criação de um movimento de rápida ação na criação dos projetos de reconstrução, em processo constantemente supervisionado por órgãos de preservação de patrimônio destacadamente o CONDEPHAAT e o IPHAN.

A Prefeitura e a comunidade local não possuíam condições mínimas para se reerguer e a ação daquelas entidades era extremamente necessária. No entanto, esse cenário que parecia ideal e estava em real execução começou a esbarrar em um problema histórico de atuação do Estado brasileiro em relação a nosso patrimônio histórico e cultural. Apesar do grande avanço nas últimas décadas, por parte dos próprios órgãos que zelam pelo patrimônio, como o CONDEPHAAT e o IPHAN, sobre uma visão mais ampla de patrimônio histórico cultural que contemplasse a comunidade envolvida no ambiente em que estejam as edificações, na prática, os projetos de preservação, restauro ou mesmo reconstrução de prédios com essa identidade dificilmente contava com participação das comunidades nas decisões sobre critérios a serem adotados, sendo concebidos a partir de discussões entre técnicos que nem sempre atingiam o objetivo que deveria ser primordial.

Desde os primeiros instantes após a catástrofe de 2010, a comunidade luizense fez um grande apelo pela reconstrução de prédios ligados à identidade da cidade, as construções históricas representativas da cultura local como as igrejas, os museus e as escolas. Houve demanda por rápida ação estatal para que fossem dadas respostas à comunidade. Porém, mesmo alcançado o primeiro objetivo, foi na discussão durante a concepção e mesmo execução dos projetos da reconstrução que percebemos a atuação da comunidade que chamou muito a atenção, pela defesa de seus valores culturais na construção dos novos prédios.

Surgiu, em diversos momentos, tensão entre comunidade e instituições, demonstrando ainda mais a força da cultura local no processo. Elegei como elucidativo para discutirmos essa problemática a definição de políticas públicas na reconstrução de dois patrimônios marcantes da cidade: a Igreja Matriz São Luiz de Tolosa e o prédio da antiga escola Coronel Domingues de Castro. São exemplos que trazem diversos elementos para entendermos um pouco a ação do Estado, por um lado e, por outro, a atuação da população local no processo de reconstrução. Serão modificados dogmas e regras da política brasileira de preservação do patrimônio para atender demandas da cultura local: a Igreja será reconstruída de forma idêntica na sua fachada e o prédio da escola, ao lado, terá a fachada original totalmente alterada para não se criar um falso histórico. Pesos totalmente diferentes em prédios vizinhos.

Um terceiro exemplo que também discutirei neste capítulo diz respeito à atuação do DAEE/SP na criação da proposta de construção de um muro de contenção às margens do leito do rio Paraitinga, no centro histórico, para proteger aquela região de futuras inundações.

O que seria um projeto de extrema importância para aquela comunidade, pensando em proteção contra novas inundações, acabou sendo totalmente rechaçado pela população local. Justamente por não contemplar, em uma obra de proteção, a criação de mecanismos que permitissem a manutenção do convívio cultural da cidade com o próprio rio. Era proposto um muro que separava o centro histórico do rio e isso definitivamente não era o que aquelas pessoas estavam acostumadas a conceber e desejavam, mesmo com todos os traumas que a tragédia causara.

O poder de ação que a comunidade luizense foi adquirindo nas discussões foi aumentando visivelmente e demonstrando sua força no tocante à necessária participação nas discussões dos principais projetos a serem implementados.

## 5.1 A reforma da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa

Desde a última reforma empreendida em 1925,<sup>373</sup> a Igreja Matriz São Luiz de Tolosa não havia passado por mais nenhuma grande reforma. Há de se imaginar que seu estado de conservação não era dos melhores. A ausência de projetos de reforma – que poderiam ser mal executados, é bem verdade, manteve até nossos dias toda a estrutura e detalhamento originais da construção, com exceção de pinturas externas. Ela chegou ao fim do século passado com grandes rachaduras e com problemas estruturais como infiltrações, deterioração de pinturas e de altares internos e áreas totalmente interditadas como o coro ao lado do altar-mor.

A gente sempre tem que saber que tudo é feito conforme Deus manda. Acho que Ele foi tão bom conosco que nos livrou de uma tragédia maior. Nossa Igreja sempre ficava lotada, imagino numa festa do Divino aquelas rachaduras que cabiam um braço inteiro derrubar a Igreja na cabeça do povo. Sempre pensei nisso. Agora devagar vai ser reconstruída, não vai ser a nossa Igreja mas ganharemos uma nova com certeza.<sup>374</sup>

Como venho afirmando, foi só após a catástrofe e a divulgação da mesma que todos os órgãos de preservação de patrimônio vieram efetivamente agir na cidade. Não dá para afirmar que uma reforma prévia poderia evitar que a Igreja ruísse da forma que ruiu, mas

---

<sup>373</sup> Vide capítulo 2 deste trabalho 2.3 *A simbólica queda da Igreja Matriz*.

<sup>374</sup> Depoimento de José de Souza, conhecido como Zé Sacristão em outubro de 2013. Responsável por muitos anos por zelar pelo templo.

seria mais difícil, provavelmente, ela cair quase como em uma implosão, sem a mínima estrutura que pudesse torná-la mais estável, o que acabou por destruir de forma muito mais contundente seus pertences.

Assim que a cidade se transformou em estância turística, no ano de 2002, surgiu uma preocupação com a reforma de suas igrejas, sempre consideradas muito importantes na valorização do patrimônio arquitetônico. A arquiteta Lívia Verno Rodrigues foi contratada, no ano de 2003, pela Diocese de Taubaté e iniciou um projeto de reforma e restauro completo da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa e de intervenções na Igreja do Rosário.

Esse projeto da reforma da Matriz, especificamente, foi algo fundamental para servir de base para a reconstrução do templo e contou com o apoio da comunidade desde o primeiro momento:

Foi um trabalho muito interessante este projeto concebido em 2003. A comunidade me ajudou muito com fotos antigas e indicações de documentos que me levaram a informações sobre o projeto original da mesma, suas modificações no decorrer da história. Se não houvesse acontecido este projeto seria impossível reconstruir com tantas riquezas de detalhes. Lembrou-me que fotografei cada centímetro da Igreja, detalhes de pinturas, pisos, enfim, foi constituído um material que serviria de base para uma grande reforma. Pena que precisou ela cair primeiro para conseguirmos levar o projeto adiante.<sup>375</sup>

O projeto foi finalizado em 2003 e aprovado pelos CONDEPHAAT no mesmo ano. Como se previa tentativa de financiamento do Governo Federal, a arquiteta contou que também fora aprovado pelo IPHAN e incluído no PRONAC do Governo Federal. Contudo, desde 2003, o projeto ficou aguardando liberação de recursos ou apoio de empresas interessadas na recuperação do patrimônio. Lívia contou que, geralmente, o argumento que se escutava era que a cidade não possuía visibilidade para uma obra de valores tão altos.<sup>376</sup>

---

<sup>375</sup> Entrevista com Lívia Verno Rodrigues, arquiteta doutora pela FAU/USP em dezembro de 2013.

<sup>376</sup> Entrevista com Lívia Verno Rodrigues.

Acontece que aquele projeto que visava restaurar toda a edificação e seus detalhes não seria mais ser possível de ser seguido à risca. Afinal, no dia 2 de janeiro de 2010 a igreja veio abaixo e a situação mudou, pois precisou ser construída uma nova igreja e tentar recuperar algo do que não fora totalmente destruído.

---

***Figura 40 – Escombros da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa em 5 de janeiro de 2010.***

---



*Foto: acervo autor.*

---

O primeiro passo foi justamente a tentativa de salvamento. Quando o Ministério da Cultura liberou aqueles R\$ 10.000.000,00, logo nos primeiros dias de janeiro, a prioridade imediata foi a Igreja Matriz. Segundo o IPHAN, aproximadamente um terço daquele montante foi empreendido no processo de limpeza, escoramento das duas paredes remanescentes – detalhe na foto, recuperação de parte dos altares que se mantiveram e busca dos resquícios no meio dos escombros.<sup>377</sup>

A empresa Biapó Construtora foi contratada em caráter de emergência para executar este serviço no período de fevereiro a dezembro de 2010 e foi justificada a contratação por ter sido a empresa responsável pelo salvamento e reconstrução da Igreja Matriz de Goiás Velho/GO. Segue relato de Adriano Dias, engenheiro responsável pela obra de como foi este processo:

---

<sup>377</sup> Fonte ASCON/IPHAN SP: investimentos em São Luiz do Paraitinga. Disponível no CERESTA de São Luiz do Paraitinga.



Para a recuperação, foi preciso limpar todos os escombros, peneirar o barro das paredes de taipa que ficaram no chão e tentar encontrar o maior número de peças possíveis, desde o forro de madeira pintado à mão, até castiçais, imagens, santos e objetos de todos os tipos. Para isso, foi construído um galpão na rua lateral da igreja Matriz, onde se montou um arquivo de peças, elas eram limpas, catalogadas, protegidas adequadamente e ordenadas em prateleiras. Nesse canteiro aberto, foi exposto tudo o que se conseguiu recuperar, virou uma exposição artística e acabou atraindo turistas de todo Brasil. O trabalho envolveu uma equipe de sete restauradores, três deles moradores da própria cidade, que receberam qualificação técnica. Além disso, outros 30 operários limparam e abriram espaço para que a recuperação do patrimônio fosse possível. Foram recuperadas dezessete imagens de santos, a maioria pertencente à igreja Matriz. Uma caixa branca de madeira foi encontrada nos escombros de uma parede da igreja Matriz. O objeto guardava recortes de jornais e fotos de determinadas épocas, uma tradição de antigos intelectuais para preservar a memória de seu tempo para próximas gerações. A caixa continha um verdadeiro diário do ano de 1927, quando a igreja Matriz passou por uma reforma para sua ampliação. Depois de oito meses, com imagens recuperadas, limpeza feita, restauro de objetos e santos concluído, chegava ao fim um trabalho que realimentava a esperança de vidas que estavam sendo refeitas.<sup>378</sup>

Foi muito interessante a interação da comunidade em todo este processo. Não só pela iniciativa de contratação de profissionais locais, como conta o engenheiro, mas pela participação ativa de membros da comunidade que acompanhavam os trabalhos e auxiliavam no envio de informações, fotos, vídeos que foram fundamentais para o trabalho de catalogação e identificação de peças que poderiam ser restauradas.

Assim que tudo estava devidamente recolhido e limpo, a cidade já ganhava o acesso para visitação daquele local considerado tão importante na identidade local. Rapidamente, foi construída uma estrutura metálica que passou a proteger a obra dos efeitos que poderiam causar as chuvas e mesmo o vento e o excesso do sol. Já refletindo a grande necessidade dos munícipes de participação e mesmo contemplação daquele espaço, a pedido do Conselho do Patrimônio – em reunião de 18 de abril de 2010 – foi negociado com a construtora a preparação do espaço para a realização de visitas da comunidade, de turistas e, futuramente, de celebrações. A pressão da comunidade local era tanta que não era possível conceber uma

---

<sup>378</sup> Relato disponível no site oficial da construtora: *BIAPÓ*. Portfólio: São Luiz do Paraitinga. Disponível em: <<http://biapo.com.br/site/portfolio/sao-luiz-do-paraitinga/>>. Acesso a 13 de março de 2015.

obra que estivesse isolada dos olhos daqueles que tanto zelavam por ela e estavam tão abalados com a queda do monumento.

***Figura 41 – Interior da Igreja Matriz preparada para missa em novembro de 2010.***



*Foto: acervo Biapó Construtora.*

No dia 29 de novembro de 2010, finalmente acontece a primeira missa no interior dos escombros da Matriz. Mais uma vez, foi um momento de grande festa para aquela comunidade. Foram entregues e já restauradas duas das imagens de maior destaque e que estavam na Igreja antes do desabamento: a do padroeiro São Luiz de Tolosa e de Nossa Senhora das Dores.

Pouco a pouco, o interesse pela história da Igreja, das imagens, ia aumentando e se transformando em temas de debates, das aulas nas escolas. Finalmente, a história local começava a ser mais discutida no município e a população, cada vez mais, ia assumindo como prática a defesa pela identidade local, o que faziam, muitas vezes, de forma espontânea e inconsciente.

No final do mês de março de 2010, como o engenheiro Adriano Dias da Construtora Biapó, relatou, havia sido encontrada entre os escombros da matriz, uma caixa de madeira repleta de documentos. Aberta pelos técnicos do IPHAN e classificada como “cápsula do

tempo” – a maioria das igrejas católicas na época de sua construção ou de uma grande reforma costuma “esconder” para a posteridade uma seleção de documentos representativo do período correspondente.

Dados do final de 1927 – época da última grande reforma do templo – foram encontrados nesta caixa vários documentos daquele período. Em situação onde a busca pela memória local era algo tão almejado, foi muito comentada a chamada cápsula do tempo que continha; cartão da loteria da época (com premiação de 500 réis); um exemplar do jornal *O Luizense* de 18 de dezembro de 1927; programação do cinema local; anúncio para contratação de professores para a zona rural; uma carta de seu Romillo Guimarães – organizador da caixa – para a família; e, muito importante: um manuscrito de 200 páginas que faz uma espécie de radiografia do município à época, nomes de ruas, de famílias, autoridades, estabelecimentos comerciais e de utilidade pública, detalhamento de festas populares entre muitas outras informações.

Para uma cidade que havia perdido grande parte de sua documentação, era algo muito valioso para os pesquisadores, contudo, é justamente a importância que a população dá ao ocorrido que denota uma transformação na valorização de sua identidade. Como conta a própria prefeita municipal em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* em 26 de março de 2010: “Se existe alguma coisa boa nesta tragédia é que estamos conhecendo melhor a nossa história e discutindo bastante a cultura da cidade.”<sup>379</sup>

**Figura 42 – Documentos da cápsula do tempo. Destaque prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle e Ary Guimarães – filho de Romillo Guimarães.**



*Foto de José Patrocínio – maio 2010*

<sup>379</sup> Entrevista da prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle ao jornal MANSO, Bruno Paes. Capsula do tempo exhibe Paraitinga de 1927. *O Estado de São Paulo*. Caderno São Paulo. Edição de 26 de março de 2010, p. 6.

Os documentos passaram por um trabalho de restauro pela própria equipe do IPHAN que acompanhava a obra da Igreja e foram encaminhados para o Museu da Diocese de Taubaté, proprietária Igreja Matriz São Luiz de Tolosa e considerada detentora da documentação.

Findo o período de salvamento da Igreja Matriz<sup>380</sup> e iniciado os restauros das peças encontradas em condições de recuperação, começaram duas grandes polêmicas: a primeira, já discutida, foi uma disputa entre os governos estadual e o federal na realização da obra. Um detalhe é que naquele momento em que a questão política era considerada interessante, o orçamento da obra, de mais de treze milhões de reais para a recuperação do patrimônio, não era o problema para o Estado, em quaisquer das esferas.

Com maior proximidade com a prefeitura municipal – ambos do PSDB – ficou decidido que o governo estadual assumiria a obra da matriz, a partir de novembro de 2010 findo o período de salvamento, e o Ministério da Cultura assumiria os restauros do Museu Dr. Oswaldo Cruz, Igreja do Rosário e Capela das Mercês.

Contudo, para realizar os tramites da contratação da nova empresa era preciso definir exatamente o projeto executivo da nova obra e eis onde se encontrava a segunda e, no caso, a maior polêmica vigente em todo o processo de reconstrução da cidade. A comunidade não aceitava nenhuma proposta de construção da nova Igreja se ela não possuísse a mesma fachada daquele prédio que ruiu no dia 2 de janeiro de 2010. Até chegar a tal definição, o processo enfrentou muitas dificuldades, inclusive, sobre a conceituação de como seria a obra.

As discussões eram diversas: havia o grupo dos que defendiam uma Igreja totalmente nova, com técnicas construtivas atuais e também fachada contemporânea. A superintendente do IPHAN/SP Anna Beatriz chegou a citar o exemplo da Catedral de Dresden na Alemanha que, destruída na Segunda Guerra Mundial, foi depois recuperada em um processo de salvamento e sua estrutura foi reconstruída em vidro mantendo os escombros e transformando-se em um grande centro de visitas.<sup>381</sup>

---

<sup>380</sup> O processo de salvamento catalogou peças sacras como castiçais, sinos, imagens além de pedaços do forro – que foi posteriormente reconstituído– e de duas paredes originais do templo. O altar mor e os altares laterais também foram restaurados por completo com as peças encontradas.

<sup>381</sup> Comentário feito na reunião do Conselho de Patrimônio de São Luiz do Paraitinga em 19 de setembro de 2010.

A conselheira do CONDEPHAAT São Paulo, Maria Tereza Paes apontava em discussões locais<sup>382</sup> que a Igreja não poderia ser reconstituída da mesma forma pois caía-se justamente no risco de criar um falso histórico. Citou na reunião do Conselho de Patrimônio o nome do especialista Cesare Brandi que, segundo ela, sempre chamou atenção para o risco de uma construção acabar iludindo as pessoas como se fosse algo de outro tempo, o que poderia mesmo tirar o valor das que efetivamente representassem uma determinada época.

Em uma de suas obras, Cesare Brandi, afirmando que a obra de arte não pode omitir detalhes da passagem no tempo, permite mesmo a reflexão sobre que igreja São Luiz queria reconstruir. Afinal, a Igreja Matriz carregaria toda sua história, mas o prédio ruiu praticamente em sua totalidade.

(...) a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.<sup>383</sup>

O que não impedia que alguns técnicos defendessem algo totalmente oposto. Argumentavam que a Igreja Matriz manteve duas de suas paredes na entrada do prédio que puderam ser escoradas e estavam preservadas em sua estrutura de taipa original. Diversos elementos poderiam ser reconstituídos a partir do salvamento dos escombros e era possível sim um processo que deveria ser de total recuperação dos traços originais e não da construção de um novo prédio.

O técnico do IPHAN Paulo Sérgio Galeão foi um dos que defenderam uma conduta nesses termos:

Foram salvos mais de 300 mil tijolos, quase 600 peças sacras. Será um trabalho muito complexo mas temos mão de obra especializada que possa reconstituir a igreja em suas técnicas originais de construção, incluindo a tecnologia do barro amassado, a taipa de pilão. Isso demora um tempo maior mas podemos devolver à comunidade uma Igreja praticamente idêntica à que caiu.<sup>384</sup>

---

<sup>382</sup> Idem.

<sup>383</sup> BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

<sup>384</sup> Paulo Sérgio Galeão, responsável técnico pela obra de restauro da Igreja do Rosário e da Capela das Mercês durante o processo de reconstrução em entrevista em outubro de 2010.

Acontece que existia uma demanda muito grande pela velocidade da reconstrução daquele prédio simbólico. Já sabendo que seria uma obra demorada pelo seu tamanho e complexidade de detalhes, a Prefeitura Municipal, após vários fóruns de discussões nos conselhos como o do Patrimônio e em reuniões do CERESTA que não foram consensuais, resolveu convocar uma audiência pública para que a população participasse do debate e que a demanda que eles tanto recebiam da população chegassem até os técnicos envolvidos dos órgãos de preservação e da Diocese de Taubaté, responsável pela obra.

Um dos momentos mais importantes da participação popular durante todo o processo da reconstrução foi a audiência pública para a construção da Matriz. Lembro-me da tensão de minha secretária de planejamento, do secretário de obras, do secretário de cultura, pois não havia um entendimento de como a Igreja seria reconstruída. E, eu pessoalmente, tinha uma preocupação imensa como política, mas principalmente como cidadã de que a obra não agradasse aquela população que necessitava tanto daquela igreja refeita.<sup>385</sup>

Reforço aqui ser a prática das audiências populares um dos maiores legados para novas políticas públicas em processos de gestão de reconstrução de patrimônio. Afinal, por mais que sempre se destaque a necessidade de envolver a comunidade, a cultura local, de forma mais ampla, na maioria das vezes, isso não acaba por acontecer.

O reconhecimento de um bem com valor cultural traz consigo o compromisso de sua manutenção e perpetuação para gerações futuras, disponibilizando técnicas e conhecimentos acerca deste para a preservação da sua memória. O conceito atual de bem patrimonial como bem cultural amplia seu campo e conseqüentemente o rol de objetos a serem estudados, portanto, mais do que nunca os diálogos e discussões sobre como agir e intervir deve existir.<sup>386</sup>

A historiadora Cláudia dos Reis Cunha, que cito acima, discute em sua pesquisa justamente o descompasso do principal órgão de preservação brasileiro – IPHAN – que mostra sim uma grande evolução no conceito de patrimônio em sua história, contudo, ainda mantém

---

<sup>385</sup> Entrevista com a prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) – mandato 2008 – 2012 – em novembro de 2012.

<sup>386</sup> CUNHA, Cláudia dos Reis. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. Tese de doutorado. FAO/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.

uma relação na maioria das vezes distante das realidades na qual os patrimônios estão envolvidos.

No dia 1 de outubro de 2010, foi organizada a Audiência Pública nas ruínas da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa.<sup>387</sup> Contou com maciça participação popular e teve a mesa constituída por representante do IPHAN – Anna Beatriz Ayrosa Galvão, do CONDEPHAAT – Prof. Carlos Faggin, da Diocese de Taubaté – Cônego Geraldo e a Arquiteta Lívia Vierno, do Instituto Elpídio dos Santos – Maria Regina dos Santos e da Construtora Biapó – engenheiro Adriano Carvalho. Tive a honra de mediar este debate, já colhendo um dos tantos frutos que realizar esta pesquisa permitia constituir, legitimando uma atuação mais efetiva no processo de reconstrução da cidade com a qual me identifico e em que sempre quis contribuir.

A população de São Luiz do Paraitinga conheceu também, naquele dia, o projeto arquitetônico de reconstrução da igreja das Mercês e de restauro da igreja do Rosário. A arquiteta Lívia Vierno apresentou seu projeto de reconstrução da Igreja Matriz, todo baseado naquele projeto original de 2003. Era proposta a reconstrução em tecnologia contemporânea – concreto – mas com o maior aproveitamento possível dos signos originais, como a manutenção de alguns escombros em consonância com uma igreja nova que atendesse acessibilidade e melhor aproveitamento do espaço interior, haja vista as necessidades da atualidade.

Diversas pessoas reafirmaram, naquele dia, o anseio da reconstrução de um prédio que fosse o mais próximo do original. Ficava claro que a igreja se tornara um símbolo muito maior que a importância que já tinha na vida da população local. Sua reconstrução era um passo importante para demonstrar que a cidade poderia se reerguer.

Mais uma vez, a vontade da população, e a força imposta pela legitimação proporcionada pela importância cada vez mais compreendida de sua cultura popular, foi atendida pelos técnicos. O projeto final da reforma só foi definitivamente aprovado pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT um ano após a realização da audiência pública. Contudo, saía dali a solução mais pertinente para aquela dificuldade de definição conceitual da obra: era preciso

---

<sup>387</sup> Vide anexos deste trabalho onde consta a ata disponibilizada no CERESTA desta reunião.

aliar técnicas construtivas que permitissem àquele prédio consonância com o centro histórico, que aliassem rapidez e respeito às tradições locais, e não modificassem o ideal que a comunidade local sempre construiu a respeito deste prédio.

Após a reunião, aquela infinidade de discussões de conceitos a serem adotados acabou se resumindo em uma atitude bastante prática e elogiada pelos agentes envolvidos como bem relatam os pesquisadores Carlos Antônio Oliveira e José Xaides – que coordenavam o projeto da UNESP na reconstrução da cidade:

Não tentaram mitigar uma realidade, com a construção do velho/novo, ou mesmo a tentativa de atender determinada opção de “escolas” de restauração, tendo em vista que a natureza do objeto reconstruído se superpõe a elas. (...) O processo de reconstrução da Igreja Matriz de São Luís de Tolosa em São Luís do Paraitinga no estado de São Paulo foi um marco, e uma conquista dos agentes responsáveis e participantes do processo, que souberam articular as demandas do bem histórico tombado, com o imaginário da população local, através de uma bem elaborada estratégia de participação democrática. A reconstrução feita num horizonte de tempo curto, permitiu, que a população não sentisse de forma tão contundente a ausência do bem tombado com sua destruição total (embora de difícil mensuração). Ao mesmo tempo em que mantém na paisagem local as evocações contidas no mais profundo do imaginário coletivo, os chamamentos dos sinos, as missas dominicais e/ou suas festas. Podemos depreender que além do aspecto físico e material, o bem tombado e reconstruído ultrapassa a simples ideia material de sua existência, pois se acha arraigado no contexto do imaginário local de seus moradores.<sup>388</sup>

---

<sup>388</sup> OLIVEIRA e ALVES, 2014.



A partir da demanda popular assentada na valorização de sua cultura, a cidade de São Luiz do Paraitinga conseguia emprender uma ação exemplar de unir ao conceito de patrimônio arquitetônico uma visão muito mais ampla de patrimônio urbano cultural que algo que a manutenção de algum prédio específico pudesse representar.

*Figura 43 – Concepção artística do projeto de construção da nova Matriz. Arquiteta Livia Verno – Projeção de janeiro/2012.*



*Acervo Diocese de Taubaté.*

Essa solução da Matriz, nada mais havia que encontrar uma saída que representasse a adoção de normas vigentes da preservação do patrimônio a partir do respeito aos anseios das pessoas que ali conviviam, as grandes responsáveis pela manutenção dos próprios patrimônios e pela disseminação dos valores que outorgarão às gerações futuras.

É fato que a obra não aconteceu de forma tão rápida e simples como pode estar ficando sugerido. O principal, no entanto, é que ela enfrentou muitas dificuldades e se pautou por um critério como o apontado na citação acima, de consonância de regras e normas – fundamentais para que houvesse efetiva preservação do patrimônio brasileiro – com os anseios daquelas pessoas que também constituem a significação de tal patrimônio.

Apesar do suposto consenso, o processo burocrático para aprovações como essas é sempre bastante moroso. Foram necessárias várias reuniões entre os órgãos do Patrimônio, Prefeitura e Diocese de Taubaté e, apenas no início de 2012, se chegou a um projeto arquitetônico final. Ele foi apresentado pela Mitra Diocesana de Taubaté e aprovado pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT ainda com ressalvas. De qualquer forma, já era possível a execução daquela obra tão anunciada e esperada pela cidade e frequentadores.

O orçamento da obra inicial foi de R\$ 13.000.000,00 – treze milhões de reais. A dotação veio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo. Segundo a própria Diocese de Taubaté, foram designados gestores do fundo o Cônego Geraldo Carlos da Silva e Lílian

Mansur, ambos da Fundação Dom José Antônio do Couto.<sup>389</sup> Essa fundação é a responsável por gerir as finanças da Diocese de Taubaté e pôde firmar o convênio diretamente com o poder público.

Surgiram naquele momento algumas polêmicas acerca da contratação que foram alvo inclusive de investigação do Ministério Público local, mas não foram adiante. Uma das principais indagações da promotoria era sobre o repasse de verbas direto à Igreja Católica, o que permitiu a contratação da empresa Concrejato – já citada anteriormente – em uma espécie de ponte, realizada sem a abertura de processo de licitação pública. Considerada entidade autônoma e filantrópica, a Igreja ficou ainda isenta de impostos – fonte importante de arrecadação da própria cidade naquele período – e, com um agravante típico das obras públicas brasileiras: a verba que era inicialmente de treze milhões, foi finalizada quase dois anos depois com gastos públicos estimados em R\$ 17.0000.000,00 – dezessete milhões de reais.

Havia um questionamento também sobre a questão da prioridade da ação do Estado. A defensoria pública local justificava que, por mais que a reforma da Igreja fosse importante e simbólica, muitos moradores ainda não haviam sido contemplados com a reforma de suas casas e que isso deveria ser revisto e priorizado.<sup>390</sup>

Como a ação não prosperou, a obra começou no início de 2012, com a adaptação do projeto pelos órgãos fiscalizadores para que a nova edificação mantivesse todas as características originais da igreja antiga – conforme as discussões com os técnicos e população local – e atendesse a necessidades como acessibilidade e infraestrutura mais eficiente de uma forma geral. Muito do remanescente recuperado da antiga Igreja foi utilizado pelo projeto para que houvesse espaços, como um memorial em um dos corredores laterais, onde as pessoas pudessem entender a historicidade daquele novo prédio.

A demanda da população local manteve a visitação em diversos momentos da obra. O chamado projeto “Canteiro Aberto” da empresa Concrejato acabou atingindo, em São Luiz

---

<sup>389</sup> Vide: DIAS, Sílvio (Pe). Igreja Matriz ressurgue na paisagem de São Luiz do Paraitinga. *O Lábaro* – Portal da Diocese de Taubaté. Ano CV – Edição 2130, páginas 1, 8 e 9. Taubaté: Diocese de Taubaté, junho de 2014. Disponível em: <<http://dt7.com.br/igreja-matriz-ressurgue-na-paisagem-de-sao-luiz-do-paraitinga/>>. Acesso em 05 de agosto de 2015.

<sup>390</sup> O processo em questão foi discutido na reunião do Conselho de Patrimônio do dia 18 de novembro de 2011 cuja ata encontra-se disponível no site da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga.

do Paraitinga, segundo o arquiteto responsável pela obra, a maior participação em uma obra que a empresa já havia organizado:

Já realizamos grandes obras em parceria com o Estado de monumentos como a própria Catedral da Sé. Entretanto, nunca recebemos tantas solicitações de visitas dos munícipes e nunca foi tão fácil encontrar ou mesmo treinar mão-de-obra especializada. Os pedreiros, carpinteiros, marceneiros da cidade carregavam um orgulho grande em trabalhar nesta obra. Sempre comento que a energia que envolveu a construção desta edificação é algo muito marcante, desde os primeiros dias que cheguei na cidade.<sup>391</sup>

Durante a obra, um fato interessante que acabou gerando o atraso foi a descoberta de várias ossadas que motivaram, por diversas vezes, a interrupção dos trabalhos e busca de identificação, sempre acompanhada dos trâmites legais do procedimento, que envolvem perícia e trabalho de investigação policial. Foi descoberto ser uma prática religiosa e pessoas envolvidas na construção da Igreja serem sepultados naquele local. Muitas ossadas ainda não foram identificadas.

Apesar de ser considerada a obra prioritária e de ter recebido forte empenho do poder público para sua realização, a da reforma da Matriz sofreu com problemas que são comuns justamente nas obras públicas em nosso país, o atraso e o aumento do orçamento inicial. Seu cronograma, que visava a inauguração em meados de 2013, só foi concluído em meados de 2014.

---

**Figura 44 – Igreja Matriz em janeiro de 2014.**



*Foto: Rogério Marques.*

---

<sup>391</sup> Entrevista com o arquiteto Alessandro Pompei, responsável técnico pela obra em julho de 2013.

A inauguração ocorreu às vésperas de novo processo eleitoral – coincidentemente ou não – em maio de 2014, e foi um grande marco no processo aqui analisado. No próximo capítulo retomarei essa questão e fecharemos o segundo ciclo da pesquisa, quando a cidade conviveu com a ação mais contundente do Estado.

A população – novamente, católicos ou não – celebrou aquele momento de forma única. Infelizmente, dali em diante o Estado, principalmente em suas esferas estadual e federal, diminuiu em muito sua atuação. A cidade voltou a um momento de dificuldade orçamentaria e mesmo crise econômica em seu comércio. Possuindo poucos empregos sentiu o impacto do fim das grandes obras.

Toda aquela exposição ocorrida pelas imagens da queda da Matriz e o acompanhamento da mídia durante as obras chegava a um ponto final. Mas muita coisa na cidade ainda precisava ser resolvida, sobretudo, a volta de pessoas para suas casas. Entretanto, elas haviam passado por um processo em que perceberam sua força e seus argumentos fizeram-se valer no resultado final: uma igreja muito próxima da original, mantendo a identificação que a cidade e os frequentadores possuíam com ela desde há muito tempo.

## **5.2 A reconstrução do prédio do Grupo Escolar**

O sucesso da solução compartilhada com a comunidade nem sempre foi a regra no processo de reconstrução da cidade luizense. Apesar de percebermos que um caminho nesse sentido traria uma solução muito mais válida e exemplificaria um importante modelo para ações de preservação de patrimônio, não foi o que ocorreu com a reforma do prédio que abrigava em 2010 a Escola Municipal Waldemar Rodrigues.

Sede da primeira escola da cidade e situado na rua Cônego Costa Bueno – vizinho da Igreja Matriz – era um prédio muito importante para a memória local. Na época da inundação, abrigava algumas séries do ensino fundamental, era exceção muito rara, a família da cidade que não tivesse passado por aquele prédio em alguma fase da vida.

---

**Figura 45 – Prédio escolar destruído em 3 janeiro de 2010.**

---



*Foto Gérson Monteiro*

---

Sua história está intimamente ligada à implantação do sistema de ensino na cidade, por isso, até hoje, por muitos denominado como sede do grupo escolar:

Por deliberação do Conselho Superior de Instrução Pública, foi criado o Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro, em 9 de novembro de 1894. Sua instalação se realizou em 24 de novembro de 1895. Concluídos os primeiros trabalhos de organização, foi nomeada diretora interina, por indicação da inspetoria literária, a professora normalista D. Afra da Costa e Silva. A princípio, o grupo funcionou em prédio alugado pela municipalidade, mas depois foi transferido para prédio próprio, situado na rua Cônego Costa Bueno, adquirido e adaptado pelo governo estadual, graças aos esforços do Coronel Manoel Bento Domingues de Castro, deputado no Congresso Legislativo do Estado. Até o ano de 1908, o número de matrículas

havia oscilado entre 200 e 280 alunos, com a pequena média anual de frequência de 150 a 180 alunos.<sup>392</sup>

São Luiz do Paraitinga carrega a especificidade de sediar o segundo grupo escolar do estado. Os grupos escolares foram criados inicialmente no Estado de São Paulo em 1893, apenas um ano antes da criação do Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro.

**Figura 46 – Grupo Escolar Coronel Domingues de Castro.**



Fonte: *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1908- 1909*<sup>393</sup>

Segundo Marina de Campos Ferreira Pinto, surgia, com a criação de grupos escolares – reunindo em um único prédio as escolas isoladas, em sua maioria ainda rurais – uma nova forma de organização da educação no início da República. Ela estava inspirada na escola graduada, um modelo utilizado no final do século XIX em diversos países da Europa e nos Estados Unidos e visava popularizar o acesso à educação. No Brasil, surge apenas para abrigar uma parcela da população ligada à elite, mas, de qualquer forma se iniciava o processo.<sup>394</sup>

A importância deste prédio escolar, do qual o imaginário local se vangloriava tanto por ter sediado uma das primeiras sedes desta modalidade do Estado, era ainda mais valorizada pelo envolvimento de Euclides da Cunha em seu processo de construção. Em trabalho de pesquisa ainda não publicado, o pedagogo luizense Judas Tadeu de Campos relata esta história:

O livro *Histórico da Escola I*, no arquivo da unidade escolar, registrou que a 10 de setembro de 1902, o governo do Estado formalizou a compra, por Rs. 13:000\$000 (treze contos de réis), o prédio situado na Rua Cônego

<sup>392</sup> ESTADO DE SÃO PAULO. Directoria Geral da Instrucção Publica. Anuario do Ensino do Estado de São Paulo. São Paulo: Typ. Siqueira, 1908-1909.

<sup>393</sup> ESTADO DE SÃO PAULO, 1908-1909.

<sup>394</sup> PINTO, Marina de Campos Ferreira Pinto. *O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga: contexto histórico (décadas de 1930 a 1970)*. TCC da Unesp, Bauró: Universidade do Estado de São Paulo, 2011.



Costa Bueno, nº 3, até então pertencente a Antônio Rodrigues de Mendonça, ao lado da Igreja Matriz. A escritura foi lavrada nessa data no 6º Tabelião de São Paulo. A verba total autorizada para a compra e a reforma do imóvel foi de Rs. 30.000\$000 (trinta contos de réis). (...) O edifício foi adaptado para funcionar como grupo escolar pelo engenheiro e escritor Euclides da Cunha, que então trabalhava para o governo do Estado de São Paulo. Para a reforma restaram Rs. 17:000\$000 (dezessete contos de réis). As despesas foram bancadas pelo governo estadual, que também desapropriou duas casas vizinhas, cujos terrenos foram incorporados ao da escola. Entretanto, em correspondência à Diretoria de Obras Públicas, datada de 12 de junho de 1902, Euclides da Cunha, logo depois de verificar o prédio em questão, se queixa de que o mesmo era “velho, incorretamente construído e modelado em materiais que, como a taipa, escapam a todas a previsões e não se subordinam a calculo algum de resistência.”<sup>395</sup>

Afora essa particularidade da participação de um dos grandes nomes da literatura brasileira em sua criação – atuando como engenheiro – o papel que o prédio assume na sociedade luizense é de um grande centro de sociabilidade local. Muitos eventos que envolveram a comunidade, como formaturas, festas escolares, festas juninas, votação em eleições foram realizados naquele prédio, localizado na região mais central da cidade e que sediou o Grupo Escolar até 5 de agosto de 1972. Naquela data, o município ganhou um novo prédio escolar que atualmente abriga a Escola Municipal Waldemar Rodrigues e isso permitiu a reforma do prédio da rua Cônego Costa Bueno.<sup>396</sup>

Em 1978, a edificação estava pronta para voltar a receber a escola Coronel Domingues de Castro, agora, já na nova realidade educacional brasileira implantada pela reforma que separou o ensino em 1º e 2º graus.<sup>397</sup> A escola Coronel Domingues de Castro passaria a sediar as quatro primeiras turmas da educação hoje conhecida como básica.

---

<sup>395</sup> CAMPOS, Judas Tadeu. Prédios do Grupo escolar Coronel Domingues de Castro. São Luiz do Paraitinga, inédito, 2015 (Texto do acervo pessoal do autor). Sua referência deste trecho da pesquisa são as obras: ALMEIDA, Jaime. *Festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século: 1885-1915*. Tese de doutorado, USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987; AZEVEDO, Paulo C. *Paraitinga no meu tempo*. São Paulo: Sangirardi, 1986 e MARCÍLIO, Maria L. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: IMESP; Instituto Fernand Braudel, 2005.

<sup>396</sup> CAMPOS, 2015: 6.

<sup>397</sup> PINTO, 2011.

Em 1991, a cidade ganhou nova unidade escolar na avenida Celestino Campos Coelho adaptada às necessidades atuais, que um prédio projetado há quase cem anos não conseguia atender. O prédio do antigo Grupo Escolar continuou a sediar salas do Curso de Magistério. A partir de 2002, ele voltou a receber algumas salas do ensino básico, pois o prédio da escola Waldemar Rodrigues não era suficiente para a demanda da cidade.

Em resumo, podemos perceber que era um prédio indissociável da história da educação local. Em um município pequeno como São Luiz do Paraitinga, a escola era um espaço muito importante para o dia a dia da comunidade. Mesmo não sendo o espaço ideal, pelas escadas, falta de luminosidade, entre diversas outras questões, o fato de se estudar em um dos casarões que configurava a identidade arquitetônica local, e todo o histórico que ele carregava de ter abrigado diversas gerações de luizenses, acrescentava mais força na ligação que a comunidade constituiu ao longo do tempo com o prédio.

As lamentações pela sua queda estiveram presentes na maioria das entrevistas que realizei e, justamente por não estar em um estado de boa conservação, foi um dos primeiros a ruir na inundação:

O barulho que fez na madrugada do dia primeiro para o dia dois com a queda do prédio do grupo escolar foi algo muito assustador. A gente ia escutando cair paredes e o telhado e ficava imaginando que estava caindo a escola mais importante de nossa cidade. Parecia que, a partir dali, a enchente deixava de ser algo com a qual estávamos acostumados... a cidade estava sendo destruída e foi a partir da queda daquele prédio que entendemos a gravidade da situação.<sup>398</sup>

Quando o rio Paraitinga começou a inundar a região da praça Dr. Oswaldo Cruz, muitas pessoas acabaram se abrigando no prédio do Grupo Escolar durante o dia primeiro de janeiro. Como a defesa civil municipal já sabia de vários problemas estruturais no prédio, assim que a água começou a chegar em sua base, todas as pessoas foram retiradas dele, salvaguardando vidas novamente.

---

<sup>398</sup> Entrevista com Teresinha Andrade, professora aposentada, residente nas proximidades do prédio do grupo escolar. Realizada em março de 2013.



Sua queda foi também a grande responsável nos relatos dos envolvidos nas primeiras tentativas de salvamento,<sup>399</sup> para que as pessoas desocupassem o prédio da Igreja Matriz, para onde haviam sido levados muitos móveis, documentos de moradores e de prédios como da escola em questão. Como foi o primeiro a cair, efetivamente, alertou as pessoas que o risco era maior do que estava sendo verificado até então.

Dali em diante, o movimento de desocupação do centro foi bastante efetivo. Na verdade, ainda sem nenhum planejamento, mas com algumas informações do estado de precariedade da manutenção dos prédios históricos, a defesa civil municipal, conseguiu alertar e, com o aceite da comunidade – afinal não havia nenhuma organização que pudesse utilizar de força – e auxiliados pelo salvamento do *rafting*, desocupou todas as casas e todos os prédios públicos que estavam desempenhando a função de abrigo, incluindo a escola em questão e a Igreja Matriz.

Estamos, portanto, tratando de mais um prédio fundamental na história do patrimônio arquitetônico e cultural da cidade. Quando retomo a questão do abrigo que desempenhou por algumas horas, é justamente para reforçar que sua escolha não foi despreziosa. Representava um ponto de encontro da comunidade por toda sua história.

Nas discussões do planejamento da reconstrução, chegou-se à conclusão de que a cidade precisava de novo prédio escolar. O pedido sugerido pelos grupos de trabalho do CERESTA foi encaminhado à Secretaria Estadual de Educação e uma nova sede de ensino foi inaugurada pelo governo estadual em maio de 2012 na avenida de um dos acessos principais da cidade – a via de Acesso João Roman, a cerca de um quilômetro do antigo prédio.

Uma edificação moderna em uma área muito ampla e adequada às diversas necessidades não atendidas no antigo prédio cujas modificações foram, justificadamente, impossibilitadas por se tratar de um prédio com restrições de modificações por ser patrimônio público tombado.

Estimamos um investimento de R\$ 4,9 milhões na estrutura da escola que permitiu a construção de 10 salas de aula, sete ambientes administrativos, uma sala de leitura, uma sala de múltiplo uso, sala de informática, quadra esportiva, além de sanitários acessíveis e outros espaços. Não tem nada que

---

<sup>399</sup> Informações destes relatos estão no Documento de AVADAN. Sistema Nacional de Defesa Civil – SINDEC. Disponível no CERESTA – Centro da Reconstrução Sustentável de São Luís do Paraitinga.

dê mais prazer para um secretário do que poder vir inaugurar uma escola que pode ser o diferencial na região.<sup>400</sup>

A cidade conseguiu mais uma demanda de muitos anos. Como venho dizendo, a ação do poder público poderá e deverá ser questionada em diversas situações durante a reconstrução, contudo, seja por interesses políticos como já discutimos, ou não, a cidade luizense aos poucos foi recebendo uma infraestrutura de atendimento à população inimaginável há pouco tempo, antes da catástrofe.

Infelizmente, os limites de ação do Estado e de seu próprio empenho na preservação do patrimônio histórico local ficou muito restrito a obras de maior impacto e visibilidade e não solucionou diversas dificuldades, sobretudo dos moradores que não conseguiram reconstruir suas casas.

---

**Figura 47 – Prédio da Escola Estadual Monsenhor Ignácio Gióia em 06/2012.**

---



*Foto acervo pessoal*

Especificamente sobre a construção do prédio da nova unidade escolar da cidade, foi uma das primeiras experiências de uma arquitetura contemporânea implementada na cidade, e que, mesmo fora do centro histórico, acabou impactando bastante a comunidade. Vários comentários negativos foram surgindo sobre uma possível modificação da identidade das construções e, começava um enfrentamento com forte resistência de diversos setores da comunidade local contra modificações, principalmente nas fachadas das novas construções – mesmo que elas estivessem sendo implementadas dentro de critérios de consonância com o conjunto existente e aprovadas pelo IPHAN, CONDEPHAAT e Prefeitura Municipal. Debates que extrapolaram os fóruns dos Conselhos e que atingiu o auge justamente quando a

---

<sup>400</sup> Declaração do secretário estadual de São Paulo, Herman Voorwald em 8 de maio de 2012 durante a inauguração da nova escola. Replicada no site da secretaria estadual de São Paulo <http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/nova-escola-e-inaugurada-em-sao-luiz-do-paraitinga>. Acesso em 12 setembro de 2014.

secretaria de Cultura do Estado de São Paulo executou o projeto de reconstrução da sede do antigo grupo escolar.

Com uma nova unidade escolar sendo construída e a reforma das outras unidades atingidas pela inundação já concluídas, o Governo Estadual, por meio de sua Secretaria de Cultura, em meados de 2012, já avançava com um projeto que transformava o antigo prédio do grupo escolar municipal na sede de uma nova biblioteca. O espaço passou a ser composto por auditório, sala para reuniões e um pátio para apresentações culturais.

Tudo foi muito bem aceito e supria mais necessidades ansiadas pela comunidade. Contemplava, efetivamente, apoio ao campo cultural e educacional. O que foi muito falho no processo específico da construção da biblioteca no espaço do antigo grupo escolar foi a tomada de decisões por parte do Estado de forma autônoma, em caminho totalmente contrário dos tantos debates que ocorreram durante todo o planejamento e construção da obra da Matriz, por exemplo.

O projeto da biblioteca apresentado recebeu diversas críticas locais por impor uma transformação muito grande da fachada original. Contudo, na minha opinião, o grande erro foi ele não ter sido explicado para a comunidade – não houve uma única audiência pública a respeito. As pessoas acabaram surpreendidas com a obra já em execução mesmo se tratando de um prédio tão importante no imaginário local.

---

**Figura 48 – Sede da nova biblioteca em construção.**



*Foto: Apu Gomes – Folhapress.<sup>401</sup>*

Os argumentos que poderiam justificá-lo como uma construção contemporânea, inserido em consonância com o centro histórico estabelecido não foram de sucesso pois não

---

<sup>401</sup> LUCHETE, Felipe e GOMES, Apu. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano de 26 de outubro de 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/74222-casarao-de-isopor.shtml>>. Acesso em 12 de setembro de 2014.

chegaram às pessoas. Eram recorrentes discursos cheios de inconformismo: como podia uma obra concebida pela Secretaria de Cultura Estadual modificar totalmente a fachada, sendo que os proprietários das residências locais tinham amplas dificuldades por não poderem adaptar quaisquer elementos em suas construções. A retirada da porta de entrada do prédio na lateral que visualizamos na imagem acima e a utilização de janelas de ferro e elementos construtivos como isopor em parapeitos foram muito criticados.

O prédio sofreu avarias em sua fachada mesmo antes da inauguração, durante os meses de setembro e outubro de 2012. Em um debate em que a própria imprensa chamou a construção de “casarão de isopor”<sup>402</sup> a Secretaria de Cultura alegava que as avarias seriam consertadas e eram frutos de vandalismo local, e alguns técnicos como Paulo Galeão – naquele momento, já ex-servidor do IPHAN – alegavam ser elas resultados de péssima escolha da técnica construtiva da fachada com a utilização de isopor (EPS), que agravava mais ainda a questão por não ser aceito pela comunidade.

A secretária de planejamento da prefeitura municipal, Cristiane Bittencourt, reafirma que, durante o processo da construção do novo prédio da biblioteca, toda a polêmica refletiu uma dificuldade maior de comunicação que estes órgãos como o CONDEPHAAT e o IPHAN possuem com as pessoas envolvidas nestes processos e que perpassava toda a cidade:

A meu ver, a incompreensão da população reside na subjetividade com que são aprovados os projetos e realizadas reformas e reconstrução. Essa sensação de subjetividade sempre esteve presente na população de São Luiz do Paraitinga, mesmo antes da enchente. Nesse sentido, entendo que o debate transparente, a criação de regras objetivas que se direcionem para o processo como um todo seja um caminho mais eficaz em política de preservação cultural. Esse processo é que valorizamos na construção do Plano Diretor e tentamos administrar na Reconstrução da Cidade.<sup>403</sup>

Se houve muitos momentos de avanço e proximidade entre órgãos de defesa de patrimônio e comunidade, o caso da Biblioteca – Grupo Escolar – foi um exemplo de insucesso de política pública. O que ficou estabelecido daquela situação é que a construção do prédio acabou se revelando um fracasso. Quando pensamos qual seria o objetivo primordial a ser

---

<sup>402</sup> LUCHETE e GOMES, 2012.

<sup>403</sup> BITTENCOURT, 2015.

alcançado: a participação maciça da comunidade e a incorporação da edificação em sua identidade, tal como aconteceu no caso da matriz.

O prédio da escola era um ícone que portava memórias. Em todo o processo da reconstrução, havia expectativa muito grande na reconstrução dessas memórias, como no caso da igreja. Pessoalmente, não consegui identificar qual a motivação fez que a Secretaria de Cultura Estadual adotasse uma postura de certo modo intransigente naquele caso específico, sendo que ela estava percebendo a necessidade de discussão em tantos outros projetos.

Um único detalhe que percebi que pode ter influenciado essa escolha unilateral foi a adoção de um plano de execução de um centro cultural parecido com outros em implantação em diversos municípios do Estado, naquele momento, como na cidade de Ibiúna, por exemplo. As bibliotecas reuniam auditório, salas de leitura, salas de projeção e, para isso necessitam de um prédio amplo e com um grande número de salas. Ou seja, visando celeridade, dentro de um processo onde as grandes obras eram sempre muito divulgadas pela mídia. Daquela vez a estratégia não deu certo.

A própria inauguração do prédio acabou sendo adiada por diversas vezes. Pronto desde meados de 2013, com mais de dois mil livros doados pela Secretaria de Educação Estadual, ele só foi entregue à população em 2 de janeiro de 2015. Pouquíssimas pessoas compareceram, inclusive, ao ato de entrega e levar a comunidade a frequentar o espaço tem sido algo muito difícil, como confirma o atual Secretário de Cultura Municipal Gilberto Leandro Barbosa:

O prédio, internamente, é muito funcional. Apto para receber qualquer pessoa. Possui um acervo como das principais bibliotecas que conhecemos. O único público que tem frequentado mais o prédio são os jovens. Acredito que eles não tenham tanto rancor quanto as pessoas possuem pelo que fizeram com a fachada deste prédio. Temos um espaço privilegiado para realizar ações e debates no auditório local por exemplo, mas se marcamos algo as pessoas não vem participar, é algo impressionante.<sup>404</sup>

---

<sup>404</sup> Entrevista com Gilberto Leandro C. Barbosa, secretário de Cultura Municipal de 2013 até atualmente. Entrevista realizada em maio de 2015.

Acredito termos aqui uma situação completamente discrepante do processo da reconstrução da Matriz, no qual a participação da comunidade não foi privilegiada. A intransigência do diálogo acabou não excetuando a cidade luizense de uma realidade prática de muitas obras públicas que acabam dispendendo valores imensos de recursos e não atingem seus objetivos por não contemplarem as especificidades do local e das pessoas para o qual ele é dirigido. A cultura local, que sempre permeava e influenciava os debates, propondo caminhos que tanto valorizamos até aqui como exemplares de gestão, demonstrando sua importância neste processo, não foi contemplada justamente quando o objetivo era proporcionar a ela um novo espaço de atuação.

Espero que ainda seja possível a realização de debates na comunidade que possam explicar melhor as escolhas que levaram àquele caminho na construção específica e mesmo corrigir possíveis falhas na conduta, para que o prédio seja efetivamente utilizado e retome a importância que possuía na história da cidade.

Precisamos refletir inclusive sobre os motivos que fizeram com que a população e as associações da sociedade civil local também não agissem com a mesma contundência nesse caso, durante a construção do projeto e do prédio em si, como foi o caso da Igreja Matriz. A cidade ainda não conseguiu entender em qual critério, norma, foi pautada a escolha que levou o prédio da nova biblioteca “Nelson Ferreira Pinto” a possuir a fachada totalmente alterada e estar estabelecido na mesma rua da lateral da Igreja Matriz, que pôde ser reconstruída com a fachada mais próxima possível do original. Também não se fez muito mais do que ficarmos insatisfeitos neste caso, precisávamos ter agido de forma mais contundente.

Devemos levar em conta a causa de o prédio da escola não conseguir mobilizar da mesma forma que a igreja. Se a escola fez parte de momentos de várias pessoas em determinado momento da vida, o caso da igreja era muito mais presente na vida de todos. De certa forma, depois que foi construído, a comunidade demonstrou uma mobilização de rejeição que tem preocupado o poder público municipal na atualidade; mas, durante o processo, a construção do edifício acabou representando grande aprendizado tanto para os órgãos públicos do patrimônio como para a necessidade de maior participação em muitos momentos da própria comunidade local.

### 5.3 Propostas para prevenção das cheias e a polêmica do muro de contenção:

No período em que aconteceram as grandes obras de reconstrução do patrimônio arquitetônico – sobretudo de 2010 a 2013 – não pudemos esquecer que existia demanda constante da população luizense em receber alguma iniciativa que amenizasse e de preferência resolvesse o problema das inundações da cidade.

Principalmente durante o ano de 2010, o trauma era ainda muito recente e era muito comum escutar depoimentos como de dona Genoveva Paiva que recolhi em dezembro de 2010:

Agora é impressionante. Começa a chover a forte, bate uma angústia, um desespero. Parece que se chover dois dias seguidos já vai dar enchente de novo. Ficamos traumatizados. Não sei se vai ter uma solução rápida para o rio, mas ainda não sei quando vamos dormir tranquilo...<sup>405</sup>

Reverberava também na cidade, tanto entre a população como entre os técnicos envolvidos, a análise de agosto de 2010 na qual o geógrafo Aziz Nacib Ab'Saber atentava para a necessidade de ação do poder público permitindo que a cidade se preparasse e salvaguardasse de novas possibilidades de desastres naturais que costumam, inclusive segundo ele, seguirem uma periodicidade muitas vezes previsível, tornando possível agir com antecedência:

Mas o que precisa ser conhecido, delas e, sobretudo, das autoridades municipais e estaduais, é que pelo menos nos próximos oito a dez anos tem que ser feitos pequenos projetos e muitos reparos porque os ciclos de acontecimentos hidro climáticos têm uma periodicidade de onze em onze ou doze em doze anos. E tudo tem que ser previsto e remodelado antes que venha a acontecer novos processos catastróficos entre 2021 e 2022, segundo a periodicidade previamente realisticamente prevista. Atenção autoridades de São Luiz, de São Paulo e do Brasil, e senhores juizes, que ainda desconhecem o retorno previsto para anos anômalos.<sup>406</sup>

<sup>405</sup> Entrevista com dona Genoveva Paiva, moradora da rua Coronel Domingues de Castro, no centro de São Luiz do Paraitinga, em dezembro de 2010.

<sup>406</sup> SABER, Aziz Ab'Saber. *O sítio urbano de São Luís do Paraitinga e a tragédia das grandes cheias do Rio*. São Paulo, 2010. Artigo ainda não publicado do grande geógrafo sobre sua cidade natal, todavia, disponibilizado ao CERETA – Centro da Reconstrução Sustentável de São Luís do Paraitinga.

Além deste elemento levantado pelo professor Aziz Ab'Saber, acerca dos grandes ciclos hidro climáticos, era bastante perceptível em todos debates dos conselhos, das audiências públicas e da comunidade mesmo em seu dia a dia, um grande temor de inundação naquele período em que a cidade se mostrava mais fragilizada em sua história. Uma nova inundação, além de ser mais um baque econômico em uma realidade bastante difícil, poderia transformar totalmente aquele ambiente onde existia unidade bastante grande em prol da reconstrução. Era pouco provável que as pessoas continuassem a acreditar na viabilidade de reerguer aquele patrimônio com uma possível nova cheia de grandes proporções.

O DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica – do Governo do Estado de São Paulo anunciou, no fim de 2010,<sup>407</sup> um planejamento que tentava dar conta desta demanda.

Primeiramente, anunciava a conclusão das obras emergenciais que haviam sido iniciadas imediatamente após catástrofe. Como a própria inundação havia levado ao rio muita sujeira, entulhos e provocado um agravamento do assoreamento de toda a calha do Paraitinga, desde o início do ano era feito um trabalho de limpeza e aprofundamento da calha do fluvial, sobretudo nas regiões mais próximas do núcleo urbano.

Ao lado das margens onde houve desmoronamentos mais amplos, foram construídos os chamados “muros de gabião”, permitindo uma consolidação do terreno, com barreira artificial de pedras, evitando a recorrência destes derrocamentos, um fenômeno que manda para o fundo do rio o material que compõe naturalmente as margens.

---

<sup>407</sup> Em reunião do Conselho do Patrimônio de 18 de dezembro de 2010 os projetos foram apresentados e depois passaram a ser discutidos e anunciados em fóruns e pela própria mídia que cobria a reconstrução.



---

**Figura 49 – Construção de muros de contenção.**

---



*Foto Eduardo Campos Lima*

---

Segundo dados do próprio DAEE,<sup>408</sup> em dezembro de 2010 já estavam concluídos desassoreamento de 8 quilômetros do trecho que engloba o centro histórico até a bacia do rio do Chapéu, retirando 220 mil metros cúbicos de material da calha do rio. Havia em curso um trabalho de explosão de rochas visando dar maior vazão ao rio. Eram construídos muros de contenção em áreas de desmoronamento. Cerca de vinte e cinco por cento do projeto total de proteção do rio Paraitinga estava executado e, quando a totalidade fosse concluída, se alcançaria um aumento da vazão do rio Paraitinga de 110 metros cúbicos para 160 metros por segundo. Contribuindo para uma diminuição das cheias repentinas como a de 2010.

Segundo o engenheiro Jairo Sebastião Borriello de Andrade, medidas necessárias, mas que seriam ainda apenas o primeiro passo para um cenário de maior segurança para a cidade:

As obras de contenção de derrocamentos e limpeza da calha diminuem a chance de grandes cheias atualmente, mas não surtirão muito efeito em pouco tempo. O processo natural de assoreamento em todo o trajeto do rio continuará a enviar detritos que pela própria vazão atingirão a região da cidade e o problema voltará a acontecer. Acho que podemos falar de maneira popular que é como ficar enxugando o gelo para ele não molhar algo.<sup>409</sup>

Por sinal, o próprio relatório do DAEE apontava que esse seria apenas o projeto emergencial. As duas próximas fases contariam com duas obras de proporções bem maiores:

---

<sup>408</sup> Relatório “DAEE propostas de ação” apresentado na reunião de 18 de dezembro conforme nota anterior e disponibilizados no CERESTA.

<sup>409</sup> Entrevista com o engenheiro civil Jairo Sebastião Borriello de Andrade, proprietário da construtora Borriello e Andrade que atuou em diversas obras no processo de reconstrução, realizada em janeiro de 2011.

a construção de uma grande barragem alguns quilômetros antes da cidade de São Luiz do Paraitinga e a construção de um polder – termo técnico da engenharia civil para designar um sistema bastante utilizado nos Países Baixos, em que se constrói um grande muro de proteção em determinadas áreas a serem protegidas, sobretudo urbanas, e sistemas de bombeamento de água garantem que ela ultrapasse essa barreira artificial.

A primeira proposta da barragem, segundo o chefe de gabinete do DAEE, Giuliano Savioli Deliberador, representaria uma margem de proteção contra eventos previsíveis, como as enchentes que costumam atingir São Luiz do Paraitinga: “Foram estudadas várias intervenções que poderiam diminuir o risco de alagamentos de forma mais definitiva. Essa apresenta os melhores resultados e custo benefício.”<sup>410</sup>

Contudo, mesmo apresentando este argumento de melhor custo benefício essa obra encontrou, dali em diante, diversos empecilhos e acabou nunca sendo concretizada. Até o ano de 2015, a cidade continua com a mesma vulnerabilidade de antes de 2010, se levarmos em conta que aquelas obras emergenciais já perderam seu efeito, conforme fora alertado, já em 2011, pelo engenheiro em depoimento citado há pouco.

Para a construção da barragem, eram estimados custos iniciais de aproximadamente cem milhões de reais,<sup>411</sup> aprovações complexas dentro da esfera ambiental, e a necessidade de se convencer as pessoas sobre a segurança de um projeto como esse.

O próprio diretor da Defesa Civil de São Luiz do Paraitinga, José Carlos Luzia era contra o projeto e argumentava, assentado na opinião das pessoas do local: “A população não acha viável porque é uma obra demorada, levaria de quatro a cinco anos para ser feita, e não é tão segura. (...) As pessoas temem que haja rompimento ou que tenham que ser feitas aberturas constantes na época de cheias.”<sup>412</sup>

---

<sup>410</sup> GONÇALVES, Simone. DAEE quer construir barragem em São Luís. *O Vale*. 18 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/daee-quer-construir-barragem-em-s-o-luis-1.207980>>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

<sup>411</sup> Segundo relatório “DAEE propostas de ação” apresentado na reunião de 18 de dezembro conforme nota anterior e disponibilizados no CERESTA.

<sup>412</sup> GONÇALVES, 18 de janeiro de 2011.

Novamente, a vontade da comunidade luizense exercerá um papel preponderante, mesmo que isso custasse uma solução mais definitiva para o problema das cheias que enfrentavam constantemente. Não há consenso quanto à proposta entre os órgãos envolvidos na reconstrução, em parte pela dificuldade de aceitação da população local, que acabou por influenciar diretamente a decisão, conforme o próprio depoimento do chefe da defesa civil municipal.

Ademais, aquela seria uma das obras mais caras de todo o processo da reconstrução. Mais um dos exemplos em que o discurso de propaganda de ação do poder público não foi condizente com a sua concretização efetiva. A obra da barragem foi anunciada e, assim que surgiram as dificuldades em solucionar o impacto ambiental da obra, tecnologias que garantissem a seguridade que os moradores pleiteavam e a liberação dos recursos propriamente ditos não se percebeu empenho estatal em solucionar o caso.

Mas havia uma polêmica maior que a das barragens. Nas soluções apresentadas em dezembro de 2010 pelo DAEE, uma discussão perdurou até meados de 2012 e se refere à construção do polder. Esta espécie de muralha que protegeria o centro histórico de São Luiz do Paraitinga foi rechaçada pela comunidade local com tanta veemência que reafirma com mais um exemplo da necessidade de consideração da vontade daqueles que convivem com as intervenções, planejadas muitas vezes de forma distante da realidade.

O projeto já apresentava resistência dos órgãos de preservação do patrimônio pelo impacto visual que poderia exercer. Segundo a própria Anna Beatriz Ayroza Galvão, superintendente do IPHAN SP, a tradição cultural local do convívio com o rio não poderia permitir uma obra deste tipo:

O projeto de aprovação da construção do polder proposto pelo DAEE foi um dos mais difíceis de gestão durante o processo de reconstrução. Eles possuíam a verba para o projeto e queriam implementá-lo de qualquer maneira. Porém, ele causaria um impacto muito grande na paisagem local e, mais importante do que isso, o luizense sempre conviveu com o rio. Mesmo com a inundação eles não saíram das suas casas, não poderiam perder o contato com o rio apesar de todos os riscos que ele pudesse apresentar.<sup>413</sup>

---

<sup>413</sup> Entrevista com Anna Beatriz Ayroza Galvão – no caso a segunda realizada com ela durante a pesquisa – em outubro de 2013.

Foram realizadas duas audiências públicas, no ano de 2011,<sup>414</sup> em que os técnicos ligados ao DAEE tentavam convencer a população local a respeito daquela obra especificamente. Não houve nenhuma aceitação. Como bem apontado pela superintendente do IPHAN, a população não desejava nenhuma intervenção que pudesse modificar os espaços de sociabilidade que configuravam a principal característica de seu modo de vida.

Aquela comunidade dava mais um exemplo de que, mesmo com toda a preocupação com futuras cheias que a cidade estaria sujeita, havia uma prioridade ainda maior que era a manutenção de seus espaços de atuação. Afinal, era essa a característica que havia permitido o enfrentamento daquela catástrofe e de tantos outros desafios na história da cidade. As reflexões proporcionadas pelo processo da reconstrução pareciam despertar uma consciência cada vez maior acerca da importância das possibilidades de defesa de seu modo de vida.

#### **5.4 As dificuldades dos moradores**

Durante os quatro anos que elegemos como alvo da pesquisa, quando aconteceram as grandes obras e a ação mais efetiva do Estado, percebemos constante dificuldade em atender muitas demandas da população a partir de situações que fossem de foro particular.

O Estado – tanto na sua esfera nacional, estadual ou municipal – foi enfrentando desafios que a reconstrução colocava e participou muitas vezes de um trabalho conjunto com a comunidade e pesquisadores que permitiu o entendimento – seja a partir de confrontos como o do muro de contenção ou mesmo da biblioteca ou de consensos como a Matriz – de que, a partir do diálogo efetivo com a comunidade e a contemplação de sua identidade local, era possível propor políticas públicas de preservação e reconstrução do patrimônio muito mais eficazes.

Uma primeira ressalva, entretanto, que é preciso apontar, é que a discussão avançou e obteve resultados a partir de grandes obras de interesse público, mas que não se ampliou a discussão para a solução de problemas particulares das pessoas. Por sinal, muitas vezes, bastante complexos.

---

<sup>414</sup> Atas disponibilizadas no CERESTA e no site da prefeitura municipal.

A própria forma com que os fóruns e discussões foram implementadas, a partir dos Conselhos e Audiências Públicas, por mais importante que fossem, acabou restringindo o espaço de discussões à região central da cidade. Todas as discussões ocorreram, ou na praça central da cidade, nos prédios em reconstrução, ou no CERESTA. Mesmo que representantes das comunidades periféricas participassem, foi um processo que muito pouco ouviu a zona rural e bairros mais isolados do núcleo urbano.

Podemos perceber que não houve descoberta de nenhuma possibilidade de ação estatal em áreas que não estivessem atingidas pela inundação. O patrimônio arquitetônico da zona rural do município, edificado na mesma época do centro histórico estava em estado de conservação muito crítico. Por questões legais, afinal não há como o Estado arcar com conservação de casas privadas, não houve possibilidade de financiamento para aqueles imóveis que possuíam valor histórico correspondente aos que estavam efetivamente na área de tombamento nacional.

Falando da questão da possibilidade de financiamento, já discutimos anteriormente que a adoção, por parte do governo estadual, de critérios de acesso do CDHU para participar do programa da reconstrução mostrou-se ineficaz. Pautar-se por requisitos que priorizam apenas a baixa renda não conseguia dar conta das situações em que, mesmo com renda familiar um pouco acima do mínimo exigido, a família não conseguiu reformar seu imóvel.

O conjunto residencial “Monsenhor Tarcísio Castro Moura” – popularmente conhecido como “Casinha Branca” – que representou aquela solução mais rápida de construção a partir de concreto e PVC e entregou 151 casas, resolveu uma parcela importante do problema, afinal além do déficit habitacional que já havia na cidade, foram aproximadamente 500 as casas destruídas parcialmente ou mesmo totalmente na catástrofe.

Mais uma vez, outra resistência cultural será o grande agravante mesmo aos contemplados.<sup>415</sup> As pessoas que, a vida toda, moravam na margem do rio Paraitinga, não viam com ânimo a mudança para o bairro do São Benedito. Se percebemos um movimento em que a população que possuía condições voltava para as mesmas casas atingidas dias após a catástrofe, não foi um processo tranquilo o convencimento daquelas pessoas a se mudarem para

---

<sup>415</sup> Após o cadastro de moradores interessados foi realizado um sorteio para contemplar 151 famílias.

um residencial formado por casas e pequenos prédios. A característica de um conjunto residencial era muito diferente daquela do espaço em que as pessoas viviam.

Ainda sinto falta de sair na janela e ver as procissões passarem. Parece que moro aqui em outra cidade, em São Luiz tudo acontece nas ruas do centro. Mas não vou dizer que não me sinto muito feliz de morar hoje aqui na Casinha Branca, minha casa caiu inteira, eu nunca conseguiria reformá-la. Fico com pena de pessoas como meu vizinho que teve a casa bastante atingida, mas como ela não caiu por completo ele não conseguiu a casinha como eu. Está lá morando improvisado até hoje.<sup>416</sup>

Como a moradora Gabriela dos Santos relata, muitas residências continuaram interditadas ou parcialmente interditadas por muito tempo. Muitos que retornaram a suas casas convivem atualmente com dificuldades estruturais, mas voltaram justamente por falta de opção. Ainda há uma parcela preocupante de imóveis privados em escombros.

Ainda no início de 2010, apesar de muitos imóveis destruídos, uma importante parcela dos atingidos necessitavam de reformas simples para receber seus moradores novamente. Casos em que a troca de telhados, reconstrução de algumas paredes já seriam suficientes. O Estado não conseguia agir nestes casos, inclusive pela ausência de meios legais.

Estávamos em um contexto de grande exposição dos projetos de reconstrução da cidade pela mídia nacional e, inegavelmente, construir grandes obras contribuía à lógica desta espetacularização da catástrofe em detrimento de esforços para encontrar soluções para particulares. É sabida a necessidade de o Estado zelar pelo bem público antes do interesse particular e, por isso, a necessidade de reformar prédios públicos de forma prioritária era condizente com o momento. Contudo, muitas pessoas sem condições de reformar suas casas e sem possibilidade de aparato estatal ficavam sem possibilidades de vislumbrar soluções e isso tornou-se um dos maiores problemas.

Se houve iniciativas fundamentais de associações da sociedade civil como a AMI-SLP que recebia doações e realizava pequenas reformas em casos específicos<sup>417</sup>, o movimento foi perdendo força com o passar do tempo: seja pelo distanciamento do evento que,

---

<sup>416</sup> Entrevista com Gabriela dos Santos, moradora do Residencial Monsenhor Tarcísio Castro Moura e que perdeu seu imóvel sito na rua Coronel Domingues de Castro. Entrevista realizada em maio de 2014.

<sup>417</sup> Segundo a AMI-SLP foram mais de trinta iniciativas deste tipo concretizadas. Mais informações no site institucional: [www.amislp.com.br](http://www.amislp.com.br)

naturalmente, diminuía a mobilização das pessoas mas, principalmente, pelas denúncias de mau uso do dinheiro público por parte da Prefeitura e dos governos estadual e federal, tanto no caso de São Luiz do Paraitinga, como em outras situações concomitantes.

Pessoalmente, fiz parte da fundação e atuação da AMI-SLP e, assim que começaram as grandes denúncias de desvios de dinheiro público em projetos de reconstrução como na região de Petrópolis,<sup>418</sup> só para citar um exemplo, o movimento de arrecadação de entidades da sociedade civil, que estavam realizando um trabalho sério, foi atingido indiretamente.

Isto ficou mais forte em São Luiz do Paraitinga, especificamente, quando a defensoria pública do Estado apontou um questionamento bastante pertinente de que a conta oficial de arrecadação da prefeitura aberta após a enchente não havia aplicado os recursos arrecadados em investimentos que devolvessem à população necessitada a aplicação dos fundos.

A Defensoria afirmou, em ação proposta em dezembro de 2010, que a prefeitura se apropriou indevidamente de parte do dinheiro arrecadado para suprir necessidades básicas da população para reformar a sede própria. No total, foram arrecadados R\$ 539.949,09. Levantamento feito pela Defensoria nesta ação mostrava que R\$ 96 mil foram direcionados para a reforma do prédio da prefeitura e R\$ 55 mil, para aquisição de medicamentos. Os R\$388.460 restantes, passado já um ano após a tragédia ainda se encontravam parados nos cofres públicos segundo informações da própria prefeitura.<sup>419</sup>

Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*, em 8 de dezembro de 2010, o defensor público Wagner Giron é bastante enfático nesta crítica:

É um absurdo. A insólita reforma da sede deveria ser custeada com recursos municipais, não com o montante que deveria ser canalizado para os flagelados da catástrofe. Tais gastos foram efetivados sem nenhuma consulta ou permissão, o que por si denota a patente irregularidade que revestiu esse desvio de verbas públicas, com destinação traçada na origem, pois tinham as doações caráter nitidamente humanitário.<sup>420</sup>

<sup>418</sup> Durante o ano de 2010, tanto a mídia televisiva como impressa cobriu uma série de denúncias do Ministério Público sobre grandes desvios de repasses de verbas na reconstrução da região fluminense.

<sup>419</sup> Dados obtidos a partir da ata de Audiência Pública realizada com a Defensoria Pública em 6 de dezembro de 2010 a pedido do defensor Wagner Giron de la Torre, proponente da ação.

<sup>420</sup> Depoimento de Wagner Giron de la Torre ao repórter Rodrigo Brancatelli, edição de 8 de dezembro de 2010, seção Política, p. 12.

Se, por questões legais, o Estado não poderia ajudar diretamente particulares, neste caso das doações acabou atrapalhando um processo de organização da própria sociedade civil, causando desconfiança e impactando em grande redução de doações e mesmo de credibilidade dos envolvidos no processo.

Quando perguntei sobre esta questão à prefeita Ana Lúcia Bilard de Carvalho, ela alegou que a reconstrução mínima do prédio da prefeitura – antes de um projeto mais completo que a cidade recebeu posteriormente do governo do estado para a reforma completa do mesmo, era necessária justamente para iniciar os atendimentos a população após a tragédia. Isso realmente era um fato bastante evidente, era uma necessidade pública o retorno de um espaço que pudesse atender a população e reorganizar o funcionamento da prefeitura municipal.

Segundo a prefeita, a demora em aplicar o restante do dinheiro era explicada pois ainda não se haviam encontrado formas legais de distribuir essas verbas sem que isso pudesse acarretar prejuízos de probidade a sua administração.<sup>421</sup>

Acredito ser necessário, inclusive, fazer um testemunho da constante preocupação desta administração municipal que enfrentou a enchente de 2010 em possuir uma conduta correta com a utilização do erário público. Ao contrário da maioria das cidades brasileiras, mesmo com grandes obras em execução em caráter de emergência e sem licitações não houve nenhuma denúncia comprovada de desvio de recursos e todas as contas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas do Estado e da União. Contudo, neste caso específico das doações, mesmo que por excesso de zelo, houve uma ineficiência administrativa que gerou um impacto muito negativo.

Obviamente, a urgência daqueles que precisavam voltar para suas casas não aceitariam um argumento como esse da espera de critérios legais. Igualmente, pessoas que fizeram doações não esperavam este fim para sua ajuda. Existia mais um agravante, àquele tempo, a ação já era sobre a terceira situação mal administrada pelo poder público municipal: novamente mesmo, não se comprovando nenhuma irregularidade quanto ao desvio de verbas propriamente dito, houve polêmicas sobre má distribuição das doações das roupas que haviam

---

<sup>421</sup> Entrevista com a prefeita municipal Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) – mandato 2008-2012 – em novembro de 2012.



sido arrecadadas no início do ano e questionamentos da seleção para o recebimento de auxílio aluguel.

É bem verdade que os membros da administração municipal sofreram imensamente pela dificuldade de lidar com a excepcionalidade que foi o processo de reconstrução em uma estrutura muito pequena da prefeitura local, seja com falta de pessoal e de recursos para contratações adicionais, limitando muito as possibilidades de atuação. Contudo, todas estas situações acabaram resultando em fatos em que a mídia explorou bastante as dificuldades de gestão e isto resultou em fuga de doações e na perda de credibilidade no poder público municipal, tanto por parte dos luizenses, quanto de pessoas de outras localidades que não estavam acompanhando o processo mais de perto e tivesse acesso as justificativas.

Especificamente sobre a questão das doações das roupas, muitas ficaram armazenadas por muito tempo e foram queimadas ao invés de distribuídas. A prefeitura municipal alegou que muitas doações eram de peças de vestuários sem condições de uso e que haviam repassadas a uma instituição de caridade que as reformariam, porém, ela não as buscou e elas acabaram perecendo.

Mesmo com a Câmara Municipal realizando uma sindicância e concluindo pelo arquivamento do caso, novamente ficou uma imagem negativa para quem pretendia ou havia contribuído com doações que poderiam ir diretamente para particulares. Como de se esperar, houve mais uma vez uma grande exploração da mídia sobre este caso.

O vereador André Luís Bilard de Carvalho (PSDB) – legislatura 2008-2012, primo da prefeita, e responsável pelo relatório no momento da polêmica, justifica o arquivamento:

A população de São Luís não precisava de mais roupas, e a informação que nos foi passada à época é que parte do que sobrou foi levado para entidades de Campinas, mas depois o empresário teve dificuldades para encaminhar o restante, e acabou ficando esquecido no local. Com muitos fungos e sem nenhuma condição de uso, as roupas tiveram que ser incineradas.<sup>422</sup>

São situações claras da falta de comunicação do poder público com as pessoas envolvidas. Se havia impedimento para aplicação do dinheiro das doações e se havia roupas

---

<sup>422</sup> Entrevista com André Luís Bilard de Carvalho em maio de 2012.

sem condição de uso, era necessária a divulgação de informações desse tipo. Havia mecanismos que funcionavam para tanta naquele momento, como o próprio *Jornal da Reconstrução*. Reafirmamos que a inundação luizense se inseriu em um “espetáculo midiático” por todo o tempo e notícias como essas causaram sérias dificuldades para futuras ações dentro da municipalidade.

Por fim, quanto ao auxílio aluguel, trata-se de mais um ponto de descompasso entre o discurso político do Estado e a realidade prática. Ainda no ano de 2010 o defensor público Wagner Giron moveu duas ações contra o governo de Estado e a municipalidade e provocou mudanças nos dois momentos. A primeira, em abril de 2010, questionava que muitas famílias que deveriam ter direito ao auxílio não estavam recebendo os R\$ 300,00 afinal, ele só era pago para aqueles que pagavam aluguel no momento da inundação.

Entretanto, muitas famílias que não pagavam aluguel, agora não conseguiam voltar para suas casas e, ademais, a cidade não possuía número de imóveis que fosse condizente com aquela demanda imobiliária inesperada, desta forma, o valor do auxílio não era suficiente. O corretor José de Toledo conta que muitas famílias passavam a se juntar para conseguir pagar um aluguel: “Tem muitos moradores que tem vindo aqui na minha imobiliária procurar casas que sejam pagas com os R\$ 300,00 do auxílio moradia. Mas não há opções. Tenho sugerido e tem dado certo que parentes aluguem uma casa só e dividam as despesas.”<sup>423</sup>

O segundo processo movido aconteceu em setembro de 2010, quando o defensor conseguiu que o Estado retomasse o pagamento de muitos benefícios cancelados de forma inesperada.<sup>424</sup>

De uma forma mais geral, o aproveitamento político da reconstrução causava também um desconforto no processo que requeria o envolvimento da população local. Durante o último debate presidencial realizado pela TV Globo, em 30 de setembro de 2010, o candi-

---

<sup>423</sup> Entrevista com o corretor de imóveis José de Toledo em junho de 2010.

<sup>424</sup> A decisão aconteceu dia 16 de setembro de 2010 e consta no balanço anual de atuação da Defensoria Pública do Estado de São Paulo: JUSBRASIL. Defensoria Pública de SP comemora 5 anos de existência no próximo domingo (9/1). 2011. Disponível em <<http://anadep.jusbrasil.com.br/noticias/2526192/defensoria-publica-de-sp-comemora-5-anos-de-existencia-no-proximo-domingo-9-1>>. Acesso em 18 de outubro de 2014.

dato à presidência e ex-governador de São Paulo José Serra afirmou: “Em São Luiz do Paraitinga, cidade paulista cujo centro histórico foi destruído por enchentes no início do ano, nós já entregamos tudo que tinha que ser reconstruído. Contrariamente ao que fez a esfera federal. São ações lentas, com poucos recursos.”<sup>425</sup>

A população sabia bem que, naquele momento, a maioria das obras nem havia começado e muitas questões, sobretudo envolvendo a reconstrução das casas particulares não possuíam indicio de solução. Essa diferença entre o discurso e a prática acabava gerando um descontentamento e descrédito mesmo nas instituições, que iam em desencontro às iniciativas que estavam se tornando muito importantes de parcerias entre sociedade civil e gestão pública.

E esse tipo de atitude também estava presente na esfera federal. Em setembro de 2011, o Ministério da Cultura anuncia em audiência pública local, realizada no CERESTA,<sup>426</sup> a adesão de São Luiz do Paraitinga ao PAC das Cidades Históricas. Até o ano de 2015 ainda não recebemos nenhum projeto ou dotação que fosse contemplada pelo projeto.

Ademais, a troca de comando na cidade luizense – em 2013 assume o prefeito Alex Eusébio Torres (PR) – acabou trazendo nova conjuntura política que não era mais tão alinhada com o governo do estado, ainda comandado pelo PSDB. Muitos Conselhos Municipais importantíssimos como o de Meio Ambiente e o COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) acabaram sendo paralisados. Sofrendo com a típica característica da política em cidades pequenas, houve troca de comando em muitos cargos ligados às ações da reconstrução. Muitos projetos acabaram paralisados e nem sempre foram retomados.

Seria possível descrever diversos outros exemplos dessas dificuldades de ação do poder público. No entanto, gostaria de ressaltar até aqui que a cidade de São Luiz do Paraitinga conviveu de 2010 até meados de 2014 – nesta fase das grandes obras da reconstrução

---

<sup>425</sup> Declaração reproduzida pelo site de notícias *UOL Eleições*. STYCER, Maurício. Com candidatos na defesa, debate sonolento encerra a campanha. 1º de outubro de 2010. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/01/com-candidatos-na-defesa-debate-sonolento-encerra-a-campanha.jhtm>>. Acesso em 05 de agosto de 2015

<sup>426</sup> Ata disponível para consulta no arquivo da reconstrução da Prefeitura Municipal.

– com um processo que possuía dois atores bastante efetivos: por um lado o Estado e por outro a população local.

Ambos realizaram ações bastante diretas e relacionadas ao processo de reconstrução, sejam ligadas à administração e empreendimento de obras, ou ligadas à realização das festas populares e todos atos que pudessem reunir a comunidade local. Em muitos momentos – e muitas vezes tendo a importância identificada por intermédio de análises de técnicos e pesquisadores nos debates empreendidos – foi possível identificar claramente que havia um lugar importante para as tradições culturais na situação pela qual passavam e nas perspectivas de construção do futuro da cidade.

Muitas ações não deram certo pela própria ineficiência de atuação estatal que, infelizmente, é marca de nosso país, mas também por não perceberem e contemplarem a fundamental importância do modo de vida diferenciado daquela cidade. Por outro lado, muitas ações que conseguiram unir estes dois atores foram produtivas e permitem afirmar que a cultura luizense influenciou diretamente um processo histórico que poderá servir como modelo na prevenção, capacidade de reconstrução e gestão do patrimônio público brasileiro.

Para que isso acontecesse não era preciso uma participação política de membros da cultura popular por exemplo. Quando as ações públicas conseguiam dar conta dos objetivos da reconstrução e permitiam que a sociabilidade local se visse identificada nas soluções, mantendo seu espaço privilegiado de ação – que sempre foi a própria rua luizense – alcançaram-se resultados positivos e bastante importantes para o futuro da cidade.

A cultura local não passava mais a ser um adendo a ser contemplado nos projetos a serem executados e que estavam previamente pautados em conceitos e normas de conduta de atuação. Era a partir da comunidade que muitas ações precisavam ser repensadas. Debates sobre condutas de preservação do patrimônio material e imaterial, em diversos momentos na reconstrução de São Luiz do Paraitinga, puderam ser repensados e, provavelmente, trarão impactos positivos na atuação dos órgãos ligados à causa e na adoção mesmo de políticas públicas de preservação e prevenção de catástrofes daqui em diante.

## 6 A percepção do protagonismo da cultura

---

Até aqui, esta pesquisa buscou discutir elementos que demonstrassem o papel exercido pela cultura popular da cidade de São Luiz do Paraitinga no processo de reconstrução após a inundação de 1º de janeiro de 2010. Delimitamos duas fases privilegiadas: a primeira, dos primeiros dias do ano de 2010, quando a comunidade luizense utilizou suas práticas típicas do cotidiano marcado pelas festas populares para implementar uma gestão daquele momento de crise; e a segunda, mais longa, que ficou marcada pela chegada da ajuda estatal e a adoção de políticas públicas para a reconstrução – um processo muito influenciado, diversas vezes questionado, pela tradição cultural da cidade.

A implementação de muitas medidas compartilhadas entre as práticas usuais das instituições federais no trato ao patrimônio com aquela comunidade específica, permitiu saídas que poderão ser modelos adotados em futuros desafios que a natureza poderá apresentar, ou mesmo nas dificuldades de preservação do patrimônio cultural do país em diversas realidades. A grande máxima é não existir melhor solução que respeitar a tradição cultural do local e contemplá-la quaisquer sejam as medidas adotadas.

O processo de reconstrução de São Luiz do Paraitinga ainda está longe de ser finalizado. Contudo, o marco adotado como baliza da história atual pesquisada aqui é a inauguração da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa, em meados de 2014. Desde a catástrofe, é a grande obra simbólica tanto para os luizenses quanto para os interessados nesse processo. A comunidade local, com a finalização dessa obra, passa a impressão de que retornou seu modo de vida tradicional. Porém, a percepção da importância da cultura pelos próprios luizenses, a partir da vivência que os atingidos têm acerca dos acontecimentos e processos vividos nestes quatro anos, sofreu transformação importante. Trata-se de uma espécie de retorno a um cotidiano interiorano secular, contudo, agora em contexto bastante diferenciado.

A ação estatal que foi diversas vezes questionada, contra a qual as pessoas resistiram, deixará de atuar de forma mais direta após a inauguração da Matriz. É certo que o legado daquela atuação governamental na história da cidade foi, sem dúvidas, o episódio em que o município mais avançou em infraestrutura e surgiram canais de discussão dos rumos que a cidade gostaria e deveria adotar dali em diante. É fato é diminuição do interesse político após

a inauguração de uma obra que causava tanto impacto midiático e interesse pessoal daqueles que frequentavam a localidade.

Mas a cidade caminharia agora conforme um novo paradigma de valorização das manifestações populares, seja por perceber a importância que o poder público lhe dava, pela atenção recebida pela mídia e pelo advento econômico do turismo, ou, e na minha opinião principalmente, pela percepção da importância da identidade local pelos próprios atores. Até então, sem uma consciência muito clara desta função primordial que a cultura local poderia exercer em um momento de grande dificuldade como foi a inundação do rio Paraitinga, agora isso se modifica bastante. A cultura luizense passa a ser considerada em um patamar de muito mais valorização no cotidiano da comunidade e, principalmente, pela população local. É consenso na comunidade a partir de agora, de uma forma muito mais ampla, a importância da defesa e valorização de sua identidade na contemporaneidade. Era essa, definitivamente, a principal riqueza da cidade e que sua população reconhecia.

Já discutimos alguns exemplos em que a comunidade exerceu papel bastante enfático na defesa de suas preferências ligadas à identidade: mudança do projeto da Matriz São Luiz de Tolosa, questionamentos do projeto da biblioteca e a rejeição do muro de proteção do centro histórico. Eram projetos ligados a reconstrução arquitetônica, mas que precisavam atender aos interesses do universo imaterial que constitui referência partilhada.

Este espaço de ação do imaterial foi se fortalecendo com o passar dos anos da reconstrução. Como já afirmei nos capítulos anteriores, foi ressaltada a importância das festas populares no ano de 2010 e durante os anos seguintes elas acabaram se fortalecendo ainda mais. A cidade ia sendo reconstruída no mesmo lugar e o espaço historicamente ocupado pelas tradições populares era palco privilegiado para a comunidade continuar a realizar suas manifestações, reforçando o papel da importância da cultura no processo de reocupação.

Era necessário conservar o espaço de atuação do patrimônio cultural – sempre em constante dinâmica – pois só assim a maior quantidade possível de grupos sociais estaria contemplada no processo de reconstrução. Isso ia sendo percebido ano a ano pela própria comunidade e pelos gestores envolvidos no processo.

Escutamos, a todo o momento, existir a tendência na sociedade atual de perda das identidades locais, devido à tendência homogeneizante da modernidade. Portanto, a busca

de um novo papel da identidade daquela comunidade, naquele ambiente que era reconstruído, se transformava em preocupação e também, concomitantemente, em momento de reafirmação.

As festas eram cada vez mais frequentadas, divulgadas, recebiam apoio governamental – algo pouco frequente na história do município – e os membros da cultura popular eram mais escutados durante a organização dos eventos. A comunidade foi percebendo sua possibilidade de ação e intervenção em momentos específicos.

Festas que estavam em processo de decadência, como as festas juninas, a festa do padroeiro São Luiz de Tolosa – realizada próxima a data de 19 de agosto – e a festa de Reis no bairro do Alto do Cruzeiro, voltam a se fortalecer a partir de 2011. Seja pelo apoio da Secretaria Municipal de Cultura, que passou a ser mais incisivo, seja pela maior participação da sociedade luizense na realização das comemorações.

A questão é que, com o fortalecimento das festas populares surgiu, naturalmente, um aumento do interesse econômico em suas realizações. O próprio comércio local passou a enxergar na realização de eventos a oportunidade de recuperar um pouco do imenso prejuízo material da inundação. Isso gerou maior demanda ao poder público, o que ajuda a explicar a maior atuação na organização das manifestações.

Gostaria de discutir, a partir de agora, um caso bastante emblemático que ocorreu neste processo da reconstrução antes da inauguração da Matriz, a tentativa de patrocínio e ingerência na programação do carnaval local do ano de 2013 de uma grande multinacional, no caso, a AMBEV. Vamos perceber que a população e frequentadores daquele evento não vão aceitar a tentativa de imposição de uma programação que modificaria o perfil da festividade.

Se, na discussão dos projetos arquitetônicos de reconstrução, a comunidade provocou transformações importantes nas decisões finais adotadas, quando houve a tentativa de ingerência em uma de suas principais manifestações populares, a força de resistência apresentada foi ainda maior. A problemática do avanço do turismo em um ambiente que assenta suas manifestações na vivência da cultura popular se tornou ainda mais complexa com a exposição que a cidade passou a ter após o início de 2010.

O resultado da ampla divulgação midiática da catástrofe que, indiretamente, tornou a cidade e as festas populares mais divulgadas e conhecidas, o processo das discussões sobre o patrimônio a ser reconstruído naqueles últimos anos fez que a comunidade atuasse mais veementemente na defesa de sua identidade. É isso que veremos claramente no caso do carnaval de 2013, que representava, na verdade uma situação mais ampla que reflete o crescimento do turismo naquela localidade.

Será uma demonstração bastante clara do quanto a comunidade passou a defender de forma incisiva a valorização da cultura local e de sua ação nos processos políticos e econômicos da cidade, como resultado do amplo processo de reconstrução vivido recentemente.

### **6.1 O caso “Skol Folia” de 2013: a afirmação dos luizenses do “novo” papel da cultura na reconstrução**

Um fator que acabou ficando mais latente nas discussões da gestão da cidade com a comunidade foi o avanço do turismo. Embora seja consenso que a vocação turística possa ser uma saída importante para a economia local, isso só vai ser sustentável se estiver inserido em um projeto bem executado e que incentive a manutenção e o espaço para a reinvenção das tradições populares. Com o processo das discussões sobre os caminhos da reconstrução, a comunidade passou a participar mais efetivamente dos debates nas audiências públicas e nas reuniões dos conselhos quando o assunto era o avanço do turismo.

Como disse há pouco, desde o ano de 2010 já começou a ficar claro que, embora o número de turistas tenha diminuído inicialmente, a cidade agora era mais conhecida e suas manifestações da cultura imaterial atraíam mais atenção da mídia e de visitantes.

Antes nossa vida era diferente na roça. No final de semana nossos filhos vinham para nossa casa, eu fazia aquele almoço com as panelas cheias. Era muito gostoso, a gente rezava junto, depois do almoço batia aquele dedo de proza, tocava viola. Agora o fim-de-semana é o momento do trabalho e atender os turistas. Tenho até que conversar com o padre Tequinho sobre isso pois não tenho conseguido ir mais na missa aos domingos. Temos a nossa feira de verduras e doces aqui na pracinha. Depois da enchente as pessoas compram mais coisa da gente, graças a Deus né. Não sei se é porque querem ajudar ou ficam curioso em ver como a cidade está e acabam parando aqui e levando nossas coisas. Eu fico feliz que a grande maioria deles pergunta para mim, quando vai ter aquelas festas de vocês? Esses



dias eu quase xinguei um turista, ele comentou que não via a hora de chegar a Festa do Divino para tomar uma cachaça no afogado, mole?!<sup>427</sup>

A fala de Elenice, do bairro do Mato Dentro, é singular no tocante ao advento do turismo. A cidade precisa planejar um avanço deste ramo da economia conseguindo equilibrar os interesses que ele pode causar com a principal atração que é a apresentação de manifestações da comunidade em formas bastante espontâneas e ligadas a valores que não se encaixam em uma lógica voltada ao entretenimento e ganhos de capital. Por apresentar um estilo de vida muito próprio, em que a comunidade sempre foi pensada coletivamente, com um grande destaque aos acontecimentos da rua,<sup>428</sup> dos locais públicos, o simples aumento de pessoas oriundas de outras localidades faz com que muitas pessoas se sintam “invasoras”. A mudança da rotina da cidade é algo a ser pensado com mais cuidado.

O grande trunfo do turismo em São Luiz do Paraitinga, até agora, tem sido da constituição de uma sólida tradição das manifestações ligadas à cultura popular, eventos a serem visitados. Contudo, caso a cidade não apresente mais o mesmo apoio e espaço para essas manifestações, pode não só colocar em risco a continuidade de muitos grupos populares e de um modo de vida diferenciado, como contribuir para a falência do próprio avanço turístico que se assenta – antes de qualquer coisa – sobre as tradições culturais e os eventos a ele relacionados.

Transformar cultura popular em produto é um caminho bastante perigoso de descaracterização, afinal, a sociabilidade do povo luizense não parte deste princípio. Suas ações estão muito mais ligadas a motivações religiosas, comunitárias, do que servirem a fins comerciais. Isso pode tirar todo o sentido de suas manifestações e acabar com a principal base com que a sociedade luizense se organiza e o turismo local busca explorar.

Embora não seja esse o caminho pregado pelo poder público e pela sociedade luizense até então, alguns fatos causam bastante preocupação. É cada vez mais frequente em São Luiz do Paraitinga a apresentação de grupos populares deslocados de seu calendário

---

<sup>427</sup> Entrevista realizada em outubro de 2012 com Elenice dos Santos, moradora do bairro do Mato Dentro, zona rural de São Luiz do Paraitinga. Ela vive hoje da produção artesanal de doces e verduras que planta em sua horta. Participante do projeto da AKARUI de agricultura familiar e membra da Associação do Mato Dentro é um exemplo deste processo de fortalecimento da comunidade em associações no pós-enchente.

<sup>428</sup> Utilizei muito como base referencial durante o texto desta tese para entender a força dos acontecimentos em espaços públicos de São Luiz do Paraitinga a obra de MATTA (1997).

original de atuação. Desde o ano de 2005, a cidade realiza o Festival Gastronômico.<sup>429</sup> Interrompido apenas no ano de 2010, esse evento tem atraído cada vez mais visitantes e tem papel importante na valorização da culinária local, sendo mais um fator de fortalecimento daquela identidade singular.

Entretanto, na sua programação cultural musical, em todos os anos, tem sido comum a apresentação de grupos como a Folia de Reis, em uma apresentação somente voltada ao entretenimento. Enquanto ela canta em homenagem ao nascimento de Cristo em pleno mês de agosto, as pessoas comem e bebem nas mesas improvisadas no interior do Mercado Municipal, sem qualquer identificação com as simbologias tão fortes presentes nas apresentações de grupos como aquele.

De forma geral, muitas iniciativas de apoio aos grupos populares têm que ser analisadas com certa cautela. A tendência, cada vez maior da obtenção de patrocínio de grandes empresas, doando uniformes, comprando instrumentos, oferecendo infraestrutura, tem que ser vista com precaução, devido ao risco de descaracterização dos próprios beneficiados. A própria exibição de logomarca em um uniforme de uma congada, ou a adoção de abadás no carnaval, exemplos hipotéticos, embora não parecendo algo tão longe da realidade atual da cidade, parece colocar em risco toda aquela identidade constituída da tradição de ancestralidade, de autonomia, como discutimos nos capítulos anteriores.

*Figura 50 – Público do carnaval de 2012.*



*Foto Thiago Leon<sup>430</sup>*

O carnaval da cidade, principalmente pelo seu crescimento exponencial, sem sombras de dúvida, é o evento que mais sofre os impactos do avanço do turismo. É o principal palco também das intervenções do poder público sobre as manifestações e do incômodo da

<sup>429</sup> Evento organizado pela associação comercial de São Luiz do Paraitinga, quando cada restaurante local comercializa suas especialidades culinárias.

<sup>430</sup> Publicada pelo jornal *O VALE*, caderno Vale Viver em 22 de fevereiro de 2012.

população com transformações geradas pelo grande interesse econômico ligado a realização desta festividade nos últimos anos.

Já vimos que, no ano de 2009, a cidade havia recebido número recorde de turistas e a organização do carnaval, a partir de 2011, voltou a exigir da prefeitura municipal grandes esforços, pois o carnaval luizense tinha se tornado efetivamente um evento muito grande e exigindo infraestrutura bastante especial:

Se em 2010 nosso Carnaval foi espontâneo e com a comunidade nas ruas, a partir de 2011 aquela multidão de pessoas e os diversos canais de mídia estavam de volta. A cidade possui um grande desafio com a organização do Carnaval, pois se por um lado ele valoriza nossa cultura pelas marchinhas e apresentação de nossos blocos, por outro a comunidade tem reclamado muito da dificuldade em encontrara espaço no meio daquele público cada vez mais jovem e interessado mais na curtição do que na cultura especificamente. A organização do carnaval também compromete todo o orçamento da prefeitura pois ela arrecada muito pouco e gasta o que poderia resultar em apoio as festas do ano todo apenas em cinco dias. Agora para nós que estamos nos reerguendo, a realização de um evento deste tamanho, com a nossa cara, é a confirmação de nossa força e capacidade de vitória.<sup>431</sup>

Essa fala do diretor de turismo Eduardo Coelho traz vários desafios importantes apresentados tanto àquela comunidade como ao poder público local. Se a comunidade era cada vez mais resistente a esse carnaval que ia se massificando e fazendo perder diversos elementos de suas características originais, é fato que muitos na cidade vêm defendendo o caminho que tem levado a festividade a crescimento exponencial, prioritariamente pelo grande impacto econômico que apresenta, não se preocupando tanto com a descaracterização.

Especificamente, o carnaval de 2012 injetou na economia da cidade algo aproximado em R\$ 15 milhões. Esse número é estimado pelo grupo de estudo da Unesp – que fora contratado pela Prefeitura Municipal – e se baseou no número de visitantes, que, segundo a polícia militar, foi de aproximadamente 150 mil pessoas. O estudo, estimou o gasto diário

---

<sup>431</sup> Entrevista com Eduardo de Oliveira Coelho, o Dudu, diretor de turismo Municipal desde 2006, em abril de 2015.

médio no município em R\$ 100,00 por dia por folião, incluindo gastos com hospedagem, estacionamento e alimentação.<sup>432</sup>

Segundo dados do orçamento da prefeitura municipal de 2011, a arrecadação estimada foi de R\$ 24,6 milhões<sup>433</sup>, ou seja, um valor de R\$ 15 milhões equivale a 60,9% do orçamento anual da cidade. É fácil imaginar o quanto isso alimenta interesse de alguns na manutenção do perfil de entretenimento que a festa vem assumindo, em detrimento da valorização de elementos da cultura que atenderiam a propostas da diminuição de público e reorganização dos eventos conforme discutido em várias reuniões do Conselho de Patrimônio durante todo o ano de 2012, das quais pude participar.

O paradoxal da questão econômica do carnaval é que realmente a prefeitura compromete seu orçamento anual da cultura apenas nessa festividade. Segundo contabilidade oficial, o orçamento do carnaval de 2012 gerou um déficit para os cofres públicos municipais de R\$ 695.269,36, isto levando em conta que a diretoria de cultura e turismo possuíam para aquele ano orçamento previsto de R\$ 820.000,00.<sup>434</sup>

Uma questão complexa e que torna o carnaval ainda mais controverso entre os membros da sociedade luizense é justamente esta diferenciação da distribuição dos recursos arrecadados que ele causa. Em uma cidade pautada pela coletividade, onde, cada vez mais, poucas pessoas ligadas ao comércio principalmente, ganham valores muito altos na festividade, há descompasso em detrimento dos atores – músicos, compositores, artesãos – que recebem parcela ínfima da arrecadação. A própria municipalidade compromete o apoio futuro à comunidade em outros eventos que poderiam ser incentivados pela secretaria de cultura e turismo pelas despesas neste evento.

Agora, se o depoimento do diretor de cultura municipal Eduardo Coelho foi finalizado demonstrando orgulho na capacidade de a cidade estar se reerguendo e, apesar de todas questões envolvidas, manter uma festa agora massificada como essa, como foi o carnaval de

---

<sup>432</sup> Pesquisa sobre o perfil do turista do Carnaval de São Luiz do Paraitinga, coordenada pelo Prof. Dr. Maurício Delamaro, disponível para acesso na Diretoria de Cultura e Turismo de São Luiz do Paraitinga.

<sup>433</sup> Disponível para acesso no campo: orçamento – arrecadação em 2011: *SÃO LUIZ DO PARAITINGA*. Contas Públicas. Disponível em: <<http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/contas-publicas/>>. Acesso em 12 de março de 2015.

<sup>434</sup> Consulta em orçamento executado de 2012 – arrecadação e despesas em 2012: *SÃO LUIZ DO PARAITINGA*. Contas Públicas. Disponível em: <<http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/contas-publicas/>>. Acesso em 12 de março de 2015.

2012, a identidade local, acredito que a organização do carnaval de 2013, definitivamente, marcou novo papel da comunidade luizense na defesa de sua participação como protagonista nos eventos da cidade neste novo contexto pós-inundação.

Era consenso, tanto na administração pública, como na comunidade, que a cidade precisava encontrar formas de financiamento para a festividade de momo. Naturalmente, pelo número de pessoas que a festa atraía, e pelo espaço que a mídia destinava à cobertura dos últimos carnavais, quando a Comissão de Carnaval local anunciou no ano de 2012 que estava em busca de parceiros para a festa de 2013, grande número de interessados surgiu, como conta o então diretor de cultura Netto Campos:

Recebemos propostas de empresas muito grandes, geralmente cervejarias e, desde o começo, aquilo assustou bastante, pois eram propostas a que não estávamos acostumados, envolvendo grande ajuda financeira, mas que precisava se aproximar de uma lógica muito mais voltada ao mercado que nossa cultura. Nós iniciamos as conversas, mas não pudemos fechar nada, afinal o carnaval seria no ano em que se iniciava uma nova administração, tanto é que perdemos a eleição e a decisão ficou para o novo prefeito.<sup>435</sup>

Como citado anteriormente, o ano de 2013 iniciou-se com um novo grupo político no comando da cidade, liderado pelo prefeito Alex Eusébio Torres – PR. Durante o processo de troca de cargos e mudanças da gestão, as comissões e conselhos não se reuniram desde setembro de 2012 até meados de 2013. Toda aquela calorosa discussão sobre os rumos do carnaval de 2013, que vinha ocorrendo desde o final do evento do ano anterior acabou se esvaindo no dia a dia da cidade.

---

<sup>435</sup> Benedito Campos Filadelfo Netto, conhecido como Netto Campos foi diretor de cultura municipal de 2008-2012, em entrevista em agosto de 2014.

A grande surpresa foi que, às vésperas do evento, que seria realizado na segunda semana de fevereiro, a cidade descobre pela mídia, através de divulgação da própria patrocinadora, no caso a multinacional AMBEV, da adesão do tradicional carnaval das marchinhas de São Luiz do Paraitinga ao evento “Skol Folia”.

**Figura 51 – Banner de divulgação Skol Folia – 2013.**



Fonte: [www.skol.com.br/folia/qg](http://www.skol.com.br/folia/qg)

Amplamente divulgada nas mídias sociais e em comerciais nos principais canais de televisão durante o final do mês de janeiro de 2013, a chamada “operação Skol Folia” acrescentava a cidade de São Luiz do Paraitinga em um circuito que já contemplava as cidades de Ouro Preto (MG), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Recife e Olinda (PE). Contudo, a grande questão era a forma como a propaganda lidava com um carnaval bastante tradicional, com uma grande marca ligada a identidade local como já foi apontado.

Fonte: [www.skol.com.br/folia/programacao](http://www.skol.com.br/folia/programacao)

A propaganda apresentava uma estratégia como uma invasão militar, em uma espécie de guerra. As pessoas se inscreviam em um concurso onde seria escolhido um “general” que levaria seu “quartel” de amigos para cada uma daquelas cidades do circuito. Contudo, a ideia de invadir aquele local, causou um grande alvoroço na cidade. Aquela propaganda que se baseava na cor amarela da marca Skol, mostrando fantasias que eram totalmente diferentes do que o carnaval da cidade estava acostumado causou grande revolta na cidade:

**Figura 52 – Banner de programação Skol Folia – 2013.**



O que estão fazendo com o nosso carnaval? Agora no lugar da chita vão colocar *banner* de mulher pelada? Isso é um absurdo. Não podemos deixar isso continuar!<sup>436</sup>

Não sou contra o patrocínio, mas sim manter a particularidade da nossa folia... frequento há mais de 15 anos o carnaval luizense e sempre foi proibido durante o carnaval, toda e qualquer manifestação musical fora do contexto das nossas tão queridas marchinhas locais (inclusive sai no manual do folião)... fica aqui o meu descontentamento sobre o caso!!! A cultura e a tradição perdem novamente para a o poder dos gigantes!!!<sup>437</sup>

Poderia citar centenas de depoimentos como esses dois. A prefeitura local, por intermédio do secretário de turismo Eduardo Coelho, reafirmava que o contrato ainda estava sendo elaborado e que a população poderia ficar tranquila que a identidade do carnaval local seria respeitada.<sup>438</sup>

Entretanto, quando a Ambev divulgava a programação oficial do “Skol Folia” para o Carnaval de 2013, a população se reuniu, recebeu o apoio de frequentadores e começou um movimento tanto na cidade, mas, principalmente nas redes sociais, para barrar a imposição de uma programação que seria totalmente diferente do que havia se constituído nessa manifestação desde o início dos anos 1980.

Como percebemos na figura 52, a programação incluía grandes nomes do cenário de entretenimento da música, inclusive trazendo o DJ francês Bob Sinclair, um dos principais nomes da música eletrônica mundial. A inserção de ritmos como o *funk* e o pagode ia em total desencontro do perfil que prezava pela manutenção de uma musicalidade própria e pautada nos signos de sua cultura popular. Além disso, especulava-se muito sobre a possibilidade de vendas de abadá em um carnaval que sempre foi gratuito. Um terceiro fator gerador de indignação era o anúncio da venda de ingressos de camarotes para o Carnaval de 2013.

---

<sup>436</sup> Camyla Cruz, 23 anos, moradora de São Luiz do Paraitinga, em publicação em sua página no <facebook: <https://www.facebook.com/camyla.cruz?fref=nf>>.

<sup>437</sup> Michele Viteretti, moradora de Taubaté, em seu perfil no <facebook: <https://www.facebook.com/michele.vittoretti?fref=nf>>

<sup>438</sup> Em depoimento em reportagem de SVHVARCZ, Ticiania. São Luiz sem funk e sem pagode. *O Vale*. Caderno Vale Viver de 12 de janeiro de 2014, p. 5.

O resultado desta mobilização rápida e consistente da população local foi que, em menos de uma semana, a programação que estava divulgada em sites oficiais dos artistas foi cancelada. Como a parceria para o Carnaval de 2013 já estava fechada entre prefeitura e Ambev, surgiu um discurso de ambos que negava que isso fosse acontecer. Afirmavam serem estes artistas apenas propostas a serem analisadas. Mas isso definitivamente não era a real situação, afinal quem explicaria aquela programação anteriormente divulgada?

A imprensa que cobria a polêmica na época foi conferir e confirmou a situação inicial:

Em contato com o *O Vale*, a banda de funk Bonde do Tigrão confirmou a participação no Carnaval e disse que o contrato já está fechado para o dia 10. No site do DJ Bob Sinclair também é possível encontrar o Carnaval em sua agenda de *shows* e a assessoria de Jorge Ben Jor explicou a *O Vale* que o contrato com o cantor para se apresentar em São Luís deveria ser fechado até segunda-feira.<sup>439</sup>

O fato é que toda a programação com artistas que não representassem a identidade do carnaval local foi cancelada. O Carnaval de 2013 ocorreu no início de fevereiro com a programação tradicional dos principais blocos e bandas da cidade. A população local demonstrou uma força muito grande de resistência, em minha opinião, refletindo a tomada de consciência da importância da manutenção de seus signos no dia a dia daquela comunidade, signos que foram ressaltados pelo processo da reconstrução.

Pedro Cerqueira, luizense, neto do compositor Elpídio dos Santos, foi um dos principais articuladores das manifestações nas redes sociais e, assim que a prefeitura e a Ambev anunciaram um entendimento que manteria a programação oficial do carnaval luizense comemorado, em uma espécie de manifesto no site de relacionamento Facebook no grupo *Carnaval de SLP é marchinha*— criado justamente para questionar a situação antes anunciada:

Gostaria de agradecer a todos que se manifestaram pelo bem do carnaval de São Luiz, e tenham certeza que nós fizemos a diferença! Obviamente essa verdade será ofuscada por pronunciamentos de efeito que tentarão justificar todo esse alvoroço simplesmente como fruto de fofocas. Porém a

---

<sup>439</sup> Reportagem divulgada no site do Jornal *O VALE*. SVHVARCZ, Ticiania. Quem mentiu? 17 de janeiro de 2013: Disponível em <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/quem-mentiu-1.371017>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.



matéria da TV Vanguarda e o *site* do DJ Bob Sinclar deixam claro que o processo foi interrompido. É

Tudo que se discutiu nas comissões durante o processo de reconstrução, destacadamente a importância de envolver a comunidade nas decisões de políticas públicas defendida pelos pesquisadores, prioritariamente por audiências públicas, possibilitou àquela comunidade uma força de argumentação que fez que uma das maiores multinacionais atuais, tivesse que cancelar contratos de valores muito expressivos. A Ambev teve que lidar ainda com uma propaganda que se tornou muito negativa para sua própria marca.

Com absoluta certeza, foi um grande erro de estratégia de marketing da empresa não respeitar a tradição cultural de um local. Tanto a imprensa televisiva, impressa, como muitas pessoas nas redes sociais, criticaram imensamente a estratégia de patrocínio que não respeitava a regionalidade e, mais uma vez, a cidade de São Luiz do Paraitinga se transformava em exemplo de atuação no campo da cultura.

Era corrente em discussões na cidade a polêmica, nos mais variados ambientes e das quais pude participar em diversos momentos. Por um lado, se vangloriavam por ter conseguido, a partir de uma pequena comunidade, enfrentar um grande interesse econômico e, que a força da cultura tivesse sido maior que a adesão a padrões homogeneizantes ligados a estratégias de marketing voltadas ao mercado. Por outro lado, não se tratava de atitude que fosse algo fechada, resistente ao que era de fora, simplesmente por ser diferente. A cidade esteve discutindo muito na reconstrução a importância das trocas culturais e não buscava uma atitude xenófoba. O grande problema era justamente a forma como isso fora proposto.

Como já percebemos em muitos momentos da reconstrução, quando não houve entendimento entre poder público, técnicos e comunidade o resultado não foi satisfatório. O depoimento de um dos principais compositores locais, Galvão Frade, é bem elucidativo e demonstra essa “nova visão” que a cultura da cidade representa para a própria comunidade:

Eu pessoalmente, adoraria o Jorge Bem Jor participando de nossa festa e agregando o valor inestimável de seu trabalho na música brasileira com o nosso carnaval. Não acho mais que estamos fechados a tudo que acontece por aí. Mas isso teria que ser fruto de um trabalho que começasse muito

---

<sup>440</sup> Manifesto divulgado no endereço: FACEBOOK. Eventos. *Manifestação Pacífica - Carnaval em SLP é de MARCHINHA!* 19 de janeiro de 2010. De Pedro Cerqueira disponível em: <<https://www.facebook.com/events/482629401778359/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

antes e que o inserisse, por exemplo, ao perfil de nossa folia, não algo ao contrário, como foi proposto. A cidade, apesar de precisar de patrocínio, realmente não aceitou algo que não a respeitasse. E foi muito legal ver as pessoas que são jovens, que não começaram o carnaval como a gente, defendendo tanto nossa cultura. Isso nos enche de ânimo para continuar!<sup>441</sup>

A cidade, agora mais que nunca, sabia do valor imenso de seu patrimônio imaterial. Como foi o caso deste carnaval específico, mesmo que isso causasse prejuízos econômicos, havia uma motivação maior, ligada à valorização da cultura. Como é de se imaginar, o carnaval de 2014, não contou mais com a parceria com um grande patrocinador como ocorreu em 2013. A tentativa dos abadás fracassou e não foi implementada mesmo em 2013. Já a comercialização de espaços de camarote em 2013 foi marcada por uma baixíssima adesão e também desestimulada.

A cidade continuou a lidar com as dificuldades de infraestrutura na organização deste evento nos anos de 2014 e 2015 e isso provavelmente se manterá daqui em diante e precisa ser pensado pelo poder público conjuntamente com os envolvidos na realização da festividade. Porém, uma coisa é certa, no perfil de atuação até então empreendido, nada impedirá a realização de eventos que continuarão a reforçar a identidade local dentro dos padrões em que a própria festa foi historicamente constituída e com a comunidade luizense protagonizando maioria das ações.

## **6.2 A reinauguração da Igreja Matriz: o fim de um ciclo da reconstrução**

Logo que o Carnaval de 2013 terminou na cidade de São Luiz do Paraitinga, a expectativa pela inauguração da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa passou a ser o grande centro das atenções. Com o calendário para finalização da obra definido em outubro de 2013, desde o início do ano, muitas iniciativas eram planejadas para aquele momento tão esperado pela comunidade.

A inauguração da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa será o eixo privilegiado do lugar do popular na construção do contemporâneo, sendo o resultado de um caminho por onde a

---

<sup>441</sup> Depoimento de Galvão Frade, ex-diretor de cultura municipal (2001-2008) e fundador do Grupo Paranga. Um dos principais idealizadores do carnaval luizense. Em entrevista em fevereiro de 2013.

comunidade definiu sua reconstrução prioritária, impôs seu projeto a ser reconstruído, participou ativamente de todas as fases da obra e, como seria de imaginar, transformou sua inauguração em uma grande festa.

Segundo o diretor de cultura Leandro Barbosa,<sup>442</sup> tratava-se de um dos maiores eventos que a cidade já organizou:

Estamos, desde o início do ano, pensando em como organizar a inauguração da Igreja Matriz. O planejamento é que ela seja entregue assim que estiver pronta, a população não vai querer esperar, mas temos que conciliar a agenda de muitas autoridades que estarão presentes no evento e esperar a própria finalização dos detalhes da obra, que nem sempre seguem à risca o prazo de execução. A comunidade vai participar com absoluta certeza, com muitas apresentações dos grupos populares, fanfarra, banda e pretendemos fazer uma festa com a importância que este momento representa para a cidade.<sup>443</sup>

Realmente, a obra não foi entregue no seu cronograma original, foram ainda necessários mais seis meses para sua finalização e a expectativa da população só aumentava. Tratando-se da maior obra de reconstrução do centro histórico, ela acabou sendo a última a ser entregue e, enquanto os outros monumentos eram devolvidos à população – casos da Igreja do Rosário, Casa Dr. Oswaldo Cruz, Centro Cultural “Nelson Rodrigues”, as obras de desassoreamento do rio Paraitinga e recuperação das margens eram refeitas, as declarações eram sempre voltadas à espera do dia da entrega daquele prédio tão importante para a comunidade.

Voltei a conversar com o senhor Luiz Tolosa de Gouveia no final de 2013 – após as entrevistas em 2010 e 2012 citadas nos capítulos anteriores – e ele demonstrava um ânimo agora totalmente diferente, demonstrando a importância que a comunidade assumiu com a proximidade da reocupação daquele espaço e a volta do funcionamento da cidade de uma forma geral:

---

<sup>442</sup> Assumiu o cargo em janeiro de 2013 e ainda se mantém à frente da pasta no mandato 2013-2016 do prefeito Alex Eusébio Torres.

<sup>443</sup> Entrevista para o jornal regional da Rede Vanguarda de Televisão (TV Vanguarda) em 02 de março de 2013. Reportagem de Bruno Pellegrini. Disponível no site: <<http://g1.globo.com/sp/vale-do-paraiba-regiao/cidade/sao-luiz-do-paraitinga.html>>. Acesso em 13 de março de 2015.

Eu só tenho a agradecer a Deus. Você lembra quando conversamos na enchente, eu tinha perdido tudo, minha casa, o banco da praça que eu sentava, conversava com os amigos e via a cidade crescer e principalmente a Igreja. Agora a gente vê as outras coisas sendo entregue e já fica imaginando, falta pouco... aquilo que parecia impossível, nossa cidade, está voltando ao normal. A Igreja está ficando linda e Deus já foi tão bom comigo que tenho certeza que ele vai permitir mais um tempinho por aqui para participar deste dia que a cidade toda espera tanto.<sup>444</sup>

A visibilidade que a queda da Matriz tinha alcançado no início do ano de 2010, trazia de volta à cidade diversas equipes de reportagem desde o final de 2013. Muitos pesquisadores que haviam participado do processo inicial de salvamento da cidade, e dos primeiros passos da reconstrução, retornavam também na expectativa da inauguração daquele símbolo. Para esta pesquisa, especificamente, era hora de aguardar o marco que fecharia esta segunda etapa mais ampla que elegemos: entre a chegada da ajuda do poder público e a participação da comunidade no processo de reconstrução.

De fato, desde os primeiros meses de 2010 até o final de 2013 – na verdade até meados de 2014, quando a Igreja realmente foi reinaugurada – existiram diversos momentos em que pudemos presenciar convergências e divergências na concepção da reconstrução entre os membros da comunidade local, os membros dos governos municipal, estadual e federal, os pesquisadores de diversas áreas e instituições, contudo, nenhum deles reuniu tantos interessados e chegou a um resultado tão consensual quanto o processo da obra da Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa.

Mesmo com o atraso na entrega da obra, a cidade pôde, durante todo o processo de construção do prédio, manter ativa sua ligação bastante íntima com aquele espaço. Visitas constantes, realizações de celebrações no interior durante a execução da obra, quando possível, ou mesmo na rua, na praça central, quando o estágio da construção não permitia mantinha a relação com aquele espaço interior. A colocação do sino original no canteiro de obras e suas tradicionais badaladas mantidas desde o ano de 2011 contribuiu para reforçar esse imaginário.

---

<sup>444</sup> Entrevista com seu Luiz Toloza de Gouvêa, conhecido como Luiz do Ugulino, nascido em 1935. Entrevista em 29 de outubro de 2013.

Dada a importância da obra, a execução de um planejamento de comunicação que funcionasse entre os órgãos de patrimônio e a cidade era mais um diferencial que marcava as situações bem-sucedidas de manejo do patrimônio histórico. Situações como a entrega da cápsula do tempo encontrada nos escombros, a colocação de uma nova cápsula, em processo que escutou a comunidade sobre quais documentos deveriam ser colocados, a divulgação de diversas etapas da obra, de restauro de imagens, eram bastante divulgadas e viravam temas de conhecimento geral. Mesmo temas polêmicos como o aditamento de valores na obra, foram explicadas em audiências públicas realizadas nos anos de 2012 e 2013.

A solução negociada sobre a solução de preservar o que fosse possível, utilizar tecnologias contemporâneas de construção e manter a fachada e muitos elementos interiores originais em conjunto com um objetivo de modernização da utilização do espaço, com acessibilidade, novos recursos para infraestrutura também constitui um marco: foi uma estratégia no trato do patrimônio cultural brasileiro respeitando diretrizes obrigatórias e contemplando interesses tanto dos órgãos responsáveis pela sua manutenção como das pessoas que eram envolvidas e participantes do dia a dia daquele espaço.

A reconstrução da Igreja Matriz devolvia à população luizense e aos visitantes que se identificavam com aquela edificação algo muito mais amplo que sua própria obra. Era possível auferir uma estratégia bem-sucedida, e que pode ser lembrada em muitas situações em outras localidades, de gestão democrática, contemplação de uma visão de patrimônio que engloba o material e o imaterial e considera a função social que os bens culturais exercem nas sociedades.

Enquanto a obra não ficava pronta, a comunidade realizava campanhas para que aquele momento fosse completo. Foi arrecadado recurso para compras de paramentos litúrgicos, bancos para a nova Igreja – por incrível que possa parecer, o projeto de reconstrução não previa bancos, novo uniforme para a fanfarra local que se apresentaria na inauguração, entre diversas outras iniciativas que visavam a cooperação e participação ativa no processo. Se vimos um exemplo como o prédio da nova biblioteca da cidade onde até hoje a dificuldade de se frequentar o prédio é imensa, ali as pessoas se sentiam como parte ativa da operação.

Finalmente, a obra foi finalizada e a data de 16 de maio de 2014 foi escolhida para a entrega dela à população. A cidade fez uma verdadeira festa e o pároco local Álvaro Mantovani, mais conhecido como Padre Tequinho, demonstrava o sentimento daquela comunidade momentos antes da inauguração:

O povo luizense não vê a hora de poder entrar na nova igreja, é como se o coração voltasse a bater, o vazio que estava na cidade, foi preenchido de novo, o povo luizense volta a ter o brilho que a Matriz dava aos seus olhos. Estão todos muito felizes por poder ver terminada essa belíssima obra (...) o povo está feliz demais.<sup>445</sup>

Durante o evento da inauguração, as pessoas estavam muito emocionadas. Chamou a atenção, além das autoridades, a presença muito maciça das pessoas da zona rural no município, de muitos familiares que hoje já não moravam mais na cidade e retornavam para aquele ato, muitos turistas atraídos pela divulgação da inauguração, além, obviamente, da comunidade que tanto pleiteou aquela obra.

**Figura 53 – Igreja é reinaugurada com características idênticas a original.**



*Foto Diogo Moreira – 16/05/2014.*

Sinceramente eu não sei se choro ou se dou risada. A emoção é muito grande. Acho que esse prédio lindo reflete a força de nosso povo. São Luiz do Paraitinga renasce a partir de hoje.<sup>446</sup>

<sup>445</sup> Em entrevista à repórter VIEIRA, Valquíria. São Luiz do Paraitinga reinaugura Igreja que desabou com a enchente em 2010. *A12 Notícias*. 16 de maio de 2014. Disponível no site: <<http://www.a12.com/noticias/detalhes/sao-luiz-do-paraitinga-reinaugura-igreja-que-desabou-com-a-enchente-de-2010>>. Acesso em 13 de março de 2015.

<sup>446</sup> Gabriela de Souza, luizense, 42 anos, moradora do bairro do Alto do Cruzeiro quando perguntada sobre o que ela sentia naquele momento da inauguração da Igreja em 16 de maio de 2015.

Conforme as próprias palavras da entrevistada, Gabriela de Souza, aquele era para a comunidade um momento de renascimento, de reinício. Não havia no imaginário local um centro histórico estabelecido e mesmo um espaço de sociabilidade completo sem sua principal referência. A presença de praticantes de outras religiões no evento e mesmo em todo o processo de discussões sobre a obra, demonstra a importância que transcendia sua função institucional como prédio pertencente à religião católica. Era o principal marco da cidade como um todo.

**Figura 54 – Reconstituição do teto original da Matriz em contraste com paredes modernas.**



Foto Zanone Fraissat<sup>447</sup> –

**Figura 55 – Autoridades políticas e eclesiásticas na inauguração da Matriz.**

Novamente, estávamos às vésperas de uma eleição para presidente, governador, senador e deputados estaduais e federais.

Foto José Patrício<sup>448</sup>



Sabendo da visibilidade que aquele ato significaria não só para a população local, mas que exerceria impacto na grande mídia nacional, a participação passou a ser disputada por diversos candidatos e lideranças políticas, com destaque aos ligados ao governo estadual, patrocinador da obra.

<sup>447</sup> ROSATI, César. *Agência Folha da Manhã*: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1455762-apos-4-anos-em-reforma-igreja-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-reaberta.shtml>>. Acesso em 15 de março de 2015.

<sup>448</sup> Foto Agência Estado: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,restaurada-matriz-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-reaberta,1167761>>. Acesso em 13 de março de 2015.

Segundo Alex Euzébio Torres – prefeito municipal no mandato 2013/2016 – foi necessária a adoção de um planejamento para o evento da entrega da Matriz com separação entre um ato civil de inauguração do templo, com a presença de autoridades do lado de fora da Igreja, para que o máximo de pessoas pudesse participar, a abertura para visitação das pessoas, a apresentação de elementos da cultura popular local e, só algumas horas depois, a celebração religiosa:

Tivemos que conversar com a diocese, polícia, segurança do governo do estado e encontrar uma forma que pudesse contemplar todos os interessados em participar daquele ato. Acredito que minha antecessora Ana Lúcia recebeu muitas autoridades durante a catástrofe, mas agora parecia que todos queriam estar naquele momento. Acho que nossa cidade demonstra sua importância e somos gratos à atenção dada a ela, mas ainda temos muito o que fazer para que nossa população se recupere totalmente.<sup>449</sup>

Acredito que, mais uma vez, a cultura da cidade de São Luiz do Paraitinga demonstrou sua força e a influência que provoca nos debates políticos no ano de 2014, a partir da simbólica reinauguração da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa. A briga pelo espaço em participar deste ato vem também corroborar o papel de protagonista, da importância exercida pela cultura e seu reflexo nos debates políticos.

Mesmo que haja intenção de aproveitamento deste ato como captador de votos, a partir de uma imagem de boa gestão quanto ao patrimônio cultural, isso confirmava concomitantemente a importância exercida de um programa político que partia da valorização do patrimônio cultural, algo pouco comum em nossa realidade. A verdade é que a sociedade brasileira, de uma forma geral, reconhece, a partir da visibilidade daquela reinauguração, e do próprio interesse político e midiático gerado, uma real valorização do patrimônio cultural.

A fala do governador do Estado de São Paulo Geraldo Alckmin, durante a inauguração tentava reafirmar e valorizar a atenção do Estado para com o patrimônio histórico:

O trabalho de restauração da igreja de São Luiz de Tolosa reuniu pesquisadores, estudiosos, historiadores, artesãos e pintores. Trabalharam aqui os melhores profissionais para refazer essa obra de arte, que é essa igreja do

---

<sup>449</sup> Entrevista com prefeito municipal Alex Euzébio Torres realizada em maio de 2014.



século XIX, e retrata bem a estrutura e o patrimônio arquitetônico daquela época.<sup>450</sup>

Contudo, finda essa grande obra, a cidade não continuará a receber a mesma atenção. A inauguração da Matriz São Luiz de Tolosa fechará um ciclo de grandes obras da reconstrução da cidade. Dali em diante, apesar de ser processo ainda muito recente e em andamento, já se torna menos visível, muito diminuída, a atuação do Estado em projetos na cidade. Ainda sem resolver o problema de muitos moradores afetados pela inundação, mesmo cinco anos após a catástrofe, a cidade volta a ter dificuldades cotidianas típicas dos municípios pequenos brasileiros: sejam elas no campo da saúde, educação, déficit habitacional e sem maiores apoios à preservação do seu conjunto arquitetônico, como acontecia nos anos anteriores a catástrofe.

As queixas da dificuldade de aprovação e acompanhamento de projetos dos órgãos fiscalizadores do patrimônio já retornam, como no período anterior a 2010. Até então, as críticas de distanciamento da realidade voltadas ao CONDEPHAAT, agora se estendem ao IPHAN, já que a cidade não possui mais o escritório que ambos mantinham na reconstrução, e, novamente, se percebe a ausência da proximidade dos gestores com a comunidade envolvida.

Além do que já foi posto, a administração municipal atual não deu continuidade ao funcionamento da maioria dos conselhos municipais. Apenas agora, no ano de 2015, o Conselho de Patrimônio reelegeu representantes e tem tentado se reestabelecer. O conselho de Meio Ambiente não tem se reunido mais e o de Planejamento não abre mais a participação às pessoas que não fazem parte da administração pública.<sup>451</sup> A execução do Plano Diretor não se tem mantido e o próprio prédio que abrigava o CERESTA foi fechado.

Contudo, mesmo em contexto mais desfavorável à participação popular, a comunidade luizense tem se utilizado das associações locais, como a AMI-SLP, o IES e provocado

---

<sup>450</sup> Fala do governador Geraldo Alckmin durante a inauguração da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa replicada pela imprensa. Um dos veículos em que foi veiculada é *FOLHA DE S.PAULO*. ROSATI, César. Após 4 anos em reforma, igreja de São Luiz do Paraitinga é reaberta. *Caderno Cotidiano*, 17 de maio de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1455762-apos-4-anos-em-reforma-igreja-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-reaberta.shtml>. Acesso em 15 de março de 2015.

<sup>451</sup> Agora em setembro de 2015 iniciou-se uma tentativa de retomada do Conselho do Patrimônio com adesão de novos representantes da sociedade civil. Porém a participação ainda foi muito pequena nas duas reuniões que aconteceram até o presente momento.

debates constantes sobre a gestão do patrimônio local, algo que acontecia muito pouco anteriormente à catástrofe. Os próprios moradores passaram a defender com mais veemência a importância de seu patrimônio arquitetônico e a apoiar muitas manifestações do campo imaterial que antes não possuíam um apoio tão irrestrito quanto agora.

Desde os primeiros momentos da catástrofe, quando a própria comunidade foi obrigada a tentar organizar a cidade, como ao longo dos diversos episódios de participação durante o processo de reconstrução, ficou marcada a valorização daquele modo de vida sempre compartilhado pelos luizenses em sua história local. A partir de agora, o que mudou de forma bastante clara, foi que a própria comunidade passou a ter maior consciência de seu próprio papel e da importância que a cultura popular exerce em seu cotidiano e é valorizado na contemporaneidade.

São Luiz do Paraitinga retornou a um cotidiano típico interiorano nos últimos meses. Uma cidade tranquila, com diversas dificuldades econômicas e políticas, contudo, muito mais forte na defesa de sua identidade.

## **7 A história de vida de três luizenses: a tragédia contada por óticas diferentes**

---

A história oral foi a grande base documental deste trabalho, sendo um dos principais motivos, justamente, a especificidade do tema que tinha na memória local uma das poucas fontes documentais preservadas. Aliás, descobrir a potencialidade deste corpo documental foi algo muito interessante. Perceber sua transformação durante o processo foi fator fundamental para entender que a cultura popular está em constante transformação e adaptação às novas realidades.

Nos capítulos anteriores utilizei com prioridade as entrevistas temáticas, já questionando os participantes sobre temas específicos. Não poderia terminar esta tese sem trazer a visão dos próprios luizenses sobre o processo vivido. Um dos grandes aprendizados desta pesquisa foi entender o quanto o conhecimento pode ser posto em prática interferindo na realidade. Citei anteriormente a participação que tive no “Projeto Memória”, realizado pela AMI-SLP, em que foram entrevistadas 26 pessoas e cujas histórias de vida geraram um documentário muito elucidativo da visão dos próprios luizenses sobre a inundação e a reconstrução.

Selecionei três destes entrevistados, de perfis diferenciados, e continuei o trabalho realizado para aquele projeto específico, transcribando<sup>452</sup> suas falas em uma história de vida pessoal que trará elementos diversos para que nos aproximemos, a partir da narrativa deles próprios, de quem são as pessoas dessa comunidade a que pertenço, e sobre a qual venho falando, e que possuem identidade específica, valorizada como contraponto à perspectiva homogeneizante do mundo contemporâneo.

Eu bem sei ser muito limitada a escolha de apenas três pessoas para um propósito desse tipo, porém, foram entrevistas que discutiram elementos que estiveram muito presentes nesta pesquisa específica. Mais do que buscar comentar os depoimentos transcritos a seguir, acredito que eles, por si, vão reafirmar muitos elementos que venho elencando como

---

<sup>452</sup> Conceito para um procedimento em que se coloca em primeira pessoa o resultado da entrevista da história de vida de uma pessoa, suprimindo perguntas e respostas e transformando o texto em uma narrativa ininterrupta. A transcrição sempre parte do relato do entrevistado mas agrega escolhas daquele que coordena a transcrição. Vide MEHYI, 2002.

constituintes desta identidade pautada na cultura popular. Que seja o momento, neste trabalho, de dar voz a membros que representem a comunidade em questão para finalizá-lo.

Ao utilizar a metodologia da história de vida,<sup>453</sup> foi possível estabelecer uma relação menos traumática quanto aos temas da catástrofe com o entrevistado. Principalmente no início da pesquisa, era muito difícil conseguir que os atingidos falassem sobre o fato. Ao partir de um propósito visando que o entrevistado contasse sua história pessoal, obviamente ele entraria no tema da enchente, pois foram pessoas atingidas por ela os escolhidos para serem entrevistados, contudo, isso era feito de forma mais tranquila que indagar especificamente sobre o tema específico.

O período que as entrevistas sobre as histórias de vida foram realizadas também contribuiu para uma nova etapa da visão da comunidade sobre o tema. Todas foram realizadas no final de 2011 e início de 2012. Era a época em que se vislumbrava a retomada da vida normal e a recuperação dos principais símbolos do patrimônio histórico local. Em todas elas, já era possível perceber um maior reconhecimento do papel desempenhado pela cultura local no processo de reconstrução.

Não seria possível estabelecer uma estratégia de defesa e reafirmação da cultura no processo de reconstrução da cidade de São Luiz do Paraitinga se não existisse a vivência de pessoas como dona Antônia, dona Lourdes e o promotor Antônio Carlos, que estabeleciam um ambiente propício a isso. Não há como criar um projeto direcionado a um objetivo tão difuso e partilhado como a preservação da memória e do patrimônio cultural coletivos de uma hora para outra. É todo o histórico da participação popular no cotidiano luizense que permitiu esse protagonismo de seus representantes na reconstrução.

Ao propor o estudo da minha cidade e do processo de sua reconstrução, onde eu me identificava como participante e vítima, adotando e partilhando os mesmos símbolos contemplados pela comunidade investigada, possuía grande incerteza sobre o quanto esta ligação poderia atrapalhar o rigor acadêmico de distanciamento que acreditava ser fundamental. Logicamente que certo distanciamento sempre deve ser buscado quando se procura analisar uma situação, mas, pude aproveitar a oportunidade de um contato mais direto com as pessoas diretamente envolvidas— como foi o caso das entrevistas de vida durante o projeto — e mesmo

---

<sup>453</sup> MEIHY, 2002.

de um acesso mais rápido as autoridades locais pelo contato prévio que já possuía com elas. O aprendizado dado pela história oral sobre a importância de se constituir uma relação bastante próxima ao objeto estudado ajudou a quebrar muitos de meus preconceitos metodológicos.

Os três depoimentos que se seguem modificam totalmente a ideia de narrativa pessoal como documento independente e praticamente sinônimo de testemunho. Um testemunho sobre determinado evento possui sua preocupação óbvia com a “verdade pessoal”, entretanto, tem seus fortes índices de subjetividade, mais ligados à experiência. A testemunha usa sua memória – sempre pautada na coletividade – como fonte de trabalho de reflexão, encadeando uma série de eventos no pressuposto de objetividade, mas repleto de carga subjetiva. Por isso, os considero fundamentais para nos aproximarmos da visão de mundo que tanto valorizamos e que é prioritariamente coletiva.

Assim, a discussão sobre memória necessita de separação clara entre o que é individualidade e o que devemos atribuir à coletividade, uma relação constante e dialética em todo trabalho de história oral. Partiremos nos três casos da memória chamada individual, que diz mais respeito à personalidade e à vida pessoal do indivíduo, mas sempre refletindo sobre pontos exteriores a partir de referências da sociedade à qual ele pertence. A memória coletiva não é simplesmente a soma de memórias individuais, ela surge quando pontos fundamentais das experiências individuais se fundem. Foi essa síntese coletiva que valorizamos durante os processos de reconstrução principalmente nas festas populares, mas também nos debates das audiências públicas e nos conselhos que têm sua base na visão de mundo de pessoas como as três que se seguem.

O cotidiano luizense torna bastante tangível a constatação de Norbert Elias sobre essa ligação existente entre o indivíduo e a cadeia à qual ele pertence:

Cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que as prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes.<sup>454</sup>

---

<sup>454</sup> ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

Os signos do Divino, a importância da Matriz, a participação no carnaval, são momentos de identificação para quase a totalidade da comunidade luizense e demonstram a força que exerce a memória coletiva quando observamos a manutenção e o papel de resistência destes signos, frente aos constantes desafios que são colocados, por exemplo, pela nova realidade do turismo na cidade.

A memória coletiva desses grupos sociais mantém-se atuante e pronta a emergir, exercendo sempre uma função de resistência primordial.<sup>455</sup> Se vimos anteriormente que a comunidade luizense enfrentou interesses econômicos, políticos, da indústria de entretenimento durante o processo da reconstrução e manteve sua atuação cultural, isso não foi obra do acaso. Por sinal, a sociedade luizense passou a refletir mais sobre sua própria identidade, reconhecendo suas transformações e as valorizando. Isso se deve mais do nunca à atuação dos membros da sua comunidade, não só neste momento específico da reconstrução, mas em toda sua vida, refletindo escolhas históricas de outras gerações daquela comunidade que sempre fizeram do campo cultural algo primordial em suas vivências.

### 7.1.1 História de Vida: dona Antônia da Silva

A primeira história de vida é de Dona Antônia da Silva. Trouxe-a por representar a visão da zona rural sobre a cidade. Mesmo ela não tendo sido atingida pela enchente acredito poder elucidar com seu depoimento um dos momentos do imaginário compartilhado pela memória local e que tive contato no processo das entrevistas.

Veremos passagens que atribuem a enchente ao sobrenatural, lendas locais, mas, de forma principal, ela exprime a visão de mundo daquela comunidade a todo o instante. Questões da religiosidade popular, da organização das festas de bairro, da fé inabalável estarão sempre em destaque.

Por mais paradoxal que possa parecer, a escolhi justamente por não entrar tanto nos meandros da enchente e das tensões da reconstrução. Como venho afirmando, quando defendo que a cultura local foi assumindo um papel de destaque no processo da reconstrução,

---

<sup>455</sup> “Memória subterrânea” é um conceito bastante representativo no processo de reconstrução, quando a comunidade foi descobrindo seu papel durante o processo. Um texto que explica este conceito e baseou esta visão é: POLLAK, 1989: 3-15.

mostro que não se tratou de um movimento organizado. Pelo contrário, é a característica fundamental da atuação pautada em padrões coletivos, de signos comuns, que provocará uma união ainda maior em defesa daquela identidade específica e que de maneira indireta resultará em grandes mudanças. Foi a manutenção das atividades corriqueiras da comunidade que demonstrou a importância de seu patrimônio imaterial e ajudou a ampliar a visão que se tinha sobre o patrimônio local, causando transformações fundamentais inclusive no processo de tombamento nacional.

Infelizmente, perdemos a presença terrena de Dona Antônia no início de setembro de 2015. A publicação de sua história de vida carrega, desta forma, mais um apreço pela sua atuação na história da cidade, contudo, a motivação de sua escolha já havia sido definida anteriormente.

### 7.1.2 Depoimento de Antônia da Silva

São Luiz do Paraitinga, 4/02/2012.

Meu nome é Antônia da Silva, nasci no Sítio do Chorão, Bairro das Perobas, município de São Luiz do Paraitinga no dia 28 de abril de 1928. Meus pais, Moisés Ferreira dos Santos e Luiza Maria de Jesus, eram donos de um terreno de 12 alqueires onde plantavam

***Figura 56 – Dona Antônia Silva.***



Foto: Fábio Cintra

feijão, arroz, cana, entre outras hortaliças e legumes e criavam vários animais. Conheci apenas meu avô paterno, Antônio Moisés Ferreira, que era do bairro Rio Abaixo, São Sebastião.

Vim para a cidade com três anos de idade e me lembro da Guerra de 1932, tive muito medo. Meu pai participou dela e ficamos eu, minha mãe e meus dois irmãos sozinhos em um lugar retirado no Bairro, assim como toda a vizinhança. Escutávamos tiros, que muitas vezes estavam próximos. Os cariocas chegaram até a fazenda do Chiste, abriram fogo e foram embora, avançando até o bairro da Caieira. A Guerra foi feia, mas por sorte acabou rápido.

Minha mãe trabalhava na roça para nos alimentar. Nós a ajudávamos, íamos com ela para a roça onde colocávamos quatro pedaços de pau e cobríamos com uma colcha e no chão ia uma esteira. Lá deixávamos uma panela de café e vendíamos batata assada e biscoitos, quando chovia, tínhamos que correr com tudo para nos proteger. Ao completar nove anos comecei a ficar em casa, tomando conta de meus irmãos, pois sou a irmã mais velha. Naquele tempo a vida das mulheres era muito sofrida, era necessário trabalhar muito, eram muitos filhos, não era como hoje em dia que as famílias têm apenas um ou dois filhos. Em nossa vizinhança, um casal tinha vinte e dois filhos e todos cresceram. Um dos filhos desse casal ainda mora na roça, mas a maioria já morreu. A mãe deles fazia farinha de mandioca e rapadura, as crianças menores não trabalhavam e o pai trabalhava na lavoura de feijão. Quando ele chegava, por volta das seis horas da tarde, ajudava a dar banho nas crianças, que usavam



a mesma roupa por não ter outra. Após o jantar ele ia ralar mandioca para a esposa fazer a farinha no dia seguinte.

Meus pais tiveram cinco filhos, assim como eu. Morávamos em uma pequena casa de telha, onde as folhas antigas pousavam. Meus pais moraram lá muito tempo. Depois que me casei, eu e meu marido fizemos uma casa, também pequena, onde morei por 52 anos, há pouco tempo construí uma casa nova, para onde me mudei no último Natal.

Quem cozinhava em casa era minha mãe, mas eu ajudava cozinhando feijão, varrendo a casa, entregando água e cuidando de meus irmãos. Meu pai fazia rapadura, tirava leite e plantava, mas era muito trabalho e por isso tinha seis camaradas para quem servíamos comida. Depois que me casei, com 18 anos de idade, comecei a trabalhar com meu marido, tirando leite, cuidando das crianças e fazendo o serviço de casa.

Havia uma escola na igreja próxima à casa de meus pais, mas as crianças não tinham muito interesse em assistir as aulas, além de precisarem ajudar os pais na roça. Muitas vezes, os pais ensinavam os filhos em casa, após voltar do trabalho. Meu pai aprendeu a ler e a utilizar as quatro operações matemáticas com um cunhado. O catecismo também se aprendia em casa. Naquele tempo, as crianças passavam anos na escola e não aprendiam quase nada. Eu aprendi a ler e escrever em casa e ensinei meus filhos da mesma forma. Mas não era assim em todas as casas, no Bairro São Roque, por exemplo, havia uma freira que ensinou várias coisas para comunidade, se adequando à vida deles, dando aulas aos domingos para não atrapalhar nos afazeres diários.

A igreja do bairro em que morava era dedicada à Nossa Senhora das Brotas porque foi encontrada a imagem próxima ao local. Ela estava em um cepo que quase não brotou, mas ficou com a imagem ali durante 20 anos. Em 1910, várias pessoas foram visitar a Santa a cavalo, o padre celebrou uma missa e, quando colocaram ela na igreja, caiu uma grande chuva, em meio a um período de seca. A partir desse momento, cavaleiros iam até a capela e levavam a imagem pelos bairros da região para levar chuva a eles todos os anos e, com isso era feita a festa de Nossa Senhora das Brotas.

Recentemente, um padre novo, Padre Alaor, foi até a igreja para a festa e celebrou uma missa. Após a celebração, todos presentes tomaram um café e ele me disse: – Ah, eu vou levar a Santa Maria, se Jesus não quiser, não chove não – e lhe respondi: – Oh, padre, é

mais certo que um café que nós vamos tomar amanhã, padre? Ele levou a imagem e durante a novena choveu vários dias. Ao retornar com a imagem o padre demonstrou o quanto ficou impressionado com o que aconteceu.

A fé na imagem é bastante grande e a igreja, que era pequena, foi levada para um novo lugar há 20 anos e hoje tem 18 janelas. Atrás do oratório de Nossa Senhora nasceu um ramo, do qual as pessoas pegavam as folhas para fazer chá. Quando padre Tarcísio mandou fazer um altar, tirou o ramo e colocou ele encima do telhado e ainda hoje está lá. Mesmo com novas reformas o ramo nasce novamente, por isso o nome de Nossa Senhora das Brotas. Não sabemos de que é o broto e não se sabe quem colocou a santa no cepo, nem qual o nome da imagem, mas ela é a protetora do campo, onde foi encontrada, e da chuva. Em períodos de seca as pessoas fazem a novena à imagem. Algumas pessoas desacreditavam e diziam ser bobeira essa fé, mas com o tempo essas pessoas não falavam mais contra as novenas, pois a chuva não vinha apenas para aqueles que acreditavam.

Um vizinho que não acreditava em nossa fé, Anacleto, e fazia caçoada da imagem e de mim com frases abusivas como: “Agora vai chover, a mulherzinha já vai passando aí”, poucos dias depois da novena chovia e ele ficava quieto por algum tempo. Não era necessário que ele acreditasse naquilo que eu acredito, mas que respeitasse minha fé.

Durante os vários anos que morei próximo à igreja, muitas pessoas pousaram em minha casa. Em alguns casos, meu vizinho fazia pouco de foliões, fazendo troça deles: “Eh, bando de vagabundo, com esse pedaço de barro na ponta do pau, vão trabalhar bando de vagabundo!”, o que fez eles irem embora em uma ocasião. Na mesma noite, ele avistou um fantasma, veio um vendaval e caiu um raio na cama em que estava dormindo e a cama, que era de pedra, foi arrancada do piso. Até hoje a pedra está fincada no chão, dizem que há sete metros. O raio não caiu nele porque o Divino não deixou. No dia seguinte, ele falou sobre o que aconteceu durante a noite com um rapaz que trabalhava com a coleta de leite e o levou para ver seu quarto, tentando entender porque não havia morrido. Chegando ao quarto, o rapaz viu que o piso havia sido arrancado e, assim como as paredes, descascado.

Após o ocorrido, ele arrumou o quarto e vivia impaciente e xingando tudo, não acreditava em nada e continuou desfazendo da crença dos outros, mesmo o Divino tendo dado um alerta para ele. Nesse período, fui à casa de um vizinho onde ele estava e perguntei se já havia arrumado o quarto; respondeu que sim e que estava ouvindo diariamente uma oração

para o Divino no rádio, da qual havia gostado, e que, desde então, sua raiva e a falta de paciência não faziam parte de sua vida. Repliquei dizendo que ele esteve muito tempo fazendo pouco da crença dos outros e que agora ele havia entendido, graças ao Divino, o que era fé, desde então ele é outro homem.

Havia também alguns espanhóis, vizinhos nossos, que não gostavam de quando falávamos que ia chover ao rezar para a Santa. Ao ir para a igreja em procissão cantando, para rezar um terço à Nossa Senhora, passávamos pelo terreno deles e nos xingavam, mas não dávamos atenção. Ao voltar, no fim da tarde, chovia, mesmo para aqueles que não nos acompanhavam. A vida é assim, precisamos fazer pelos outros aquilo que eles não fazem. E ainda hoje a capela é bastante frequentada e tem missa em uma quarta-feira todo mês; e todo ano tem uma festa. No último ano vieram muitas pessoas de vários lugares como Aparecida, Pindamonhangaba e São José dos Campos. Hoje em dia, tem grupos de catequese no bairro e vão médicos e dentistas para atender à população. Muitas pessoas haviam ido embora da zona rural, mas agora estão voltando. Durante trinta anos, cuidei da igreja e conheci muitas pessoas, mas estou ficando cansada e a saúde não é mais tão forte.

Quando era pequena, vinha para São Luiz a cavalo nas festas para passear, até mesmo em meu casamento, fomos todos a cavalo. Também vínhamos para a cidade fazer compra de algumas coisas, mas a maior parte cultivávamos na roça e tinha um armazém no bairro. Comprávamos as coisas na loja do Amalio, que era turco, grosseiro de se lidar. Os mais velhos devem conhecê-lo, ele era dono de onde é a casa da dona Leninha. A loja era antiga e, quando íamos fazer compra e o produto não nos servia, ele tentava forçar para que comprássemos. Havia também a loja da família do Danilo. Vir para a cidade era apenas para isso, pois meu pai vendia aquilo que produzia em casa ou levava para o armazém na roça e o leite produzido era levado para a Vigor por um caminhão.

Conheci meu marido, Silvio, através de meu pai. Eles caçavam veado juntos. Naquele tempo, a caça não era proibida e era tão grande a quantidade de animais que víamos alguns passando pelo quintal. Hoje em dia, isso acabou, não se veem mais a maior parte desses animais, as coisas mudaram muito. Numa dessas idas e vindas dele com meu pai resolvemos nos casar. Eu trabalhei muito, pois ele perdeu a saúde e passou 31 anos na cama, enquanto eu tirava em média 150 litros de leite por dia. Seus problemas eram mentais e seu corpo ficou cada vez mais debilitado. Quando casamos eu tinha 18 anos e ele 25. O casamento foi

em São Luiz e teve uma grande festa em minha casa. Meu pai sacrificou uma vaca e um boi e fizemos uma grande quantidade de doces. Tinha gente de todos os bairros, em torno de 200 pessoas, que amanheceram por lá.

Quando a folia pousava em uma casa, também era feita uma grande festa em forma de mutirão, matavam porcos, vacas e galinha. Em uma ocasião, recebemos a folia e mais de trezentas pessoas. Ficavam na casa de meus pais e depois passaram a ficar na minha. Até hoje recebo a folia; no último ano, eles ficaram de sábado para domingo, compareceram em torno de cem pessoas para o jantar, fora o pessoal que mora no bairro e ajuda em prol do Divino. Hoje em dia, compramos a maior parte da carne. Como ajudei a criar 16 crianças do bairro, não me falta ajuda hoje, assim como não deixei faltar para eles quando eram mais novos. Ajudava os pais com alimento e eles trabalhavam para mim, em casa, na mangueira ou na roça. Um deles foi o Cornélinho, ele morou durante sete anos em casa. Era pai de seis crianças e estavam passando fome. Quando precisavam de remédio eu procurava consegui-los, assim como coberta e abrigo. Um desses filhos ainda mora na vizinhança, Zezinho.

Até hoje, ajudo no que posso, faço festa no Natal, dia das crianças, e todos comem, bebem e se divertem. Essas festas são feitas na igreja e uma das crianças me chama ainda hoje de mãe. É bom fazermos isso, Deus nos dá força para que não falte nada. Hoje recebemos médicos e dentistas o que deixa as coisas mais fáceis. Os foliões fazem o pouso e deixam uma lista de prendas para ajudar na festa do Divino. Todo ano eu fazia a coleta, mas esse ano não estou conseguindo andar, então não será possível. Há dez anos que moro e faço tudo o que posso sozinha. Tenho um filho que mora a 50 metros de mim e me ajuda no dia a dia e uma filha que mora em Taubaté e trabalha das sete da manhã às cinco da tarde.

Atualmente, tenho apenas dois alqueires de terra, mas, antes de meu marido morrer, tinha 48. Antes de sua morte, tentei convencer a família a transferir as terras em usufruto, mas eles não concordaram. Quando Silvio faleceu, começaram as brigas, primeiramente pelos gastos, depois pela divisão das terras e, dos oito alqueires a que tinha direito, fiquei apenas com dois. Um irmão de meu marido exigiu muito mais do que tinha direito, para não aumentar a briga, eu, meus filhos e outros parentes cedemos um pouco do que nos cabia. Até hoje tenho muita paciência para aturar as grosserias de meu genro que sempre que me visita diz que vai comprar o resto de minhas terras, alegando que meu filho irá colocar tudo que

tem a perder. Mantenho-me firme, enquanto tiver forças não saio de minha terra. Briga de família é uma coisa triste.

Hoje minhas terras não são cultivadas, tenho apenas uma horta e um pequeno espaço que eu alugo para um senhor colocar a criação. Antes eu tinha algumas vacas e plantava, vendi tudo e terminei minha casa e também mobiliei. As rendas do aluguel e da aposentadoria me ajudam a viver. Além disso, próximo de casa tem tudo que preciso como a mina da água que abastece a mim e aos vizinhos. Próximo à casa também passa um pequeno córrego e a terra é muito boa para a lavoura.

A grande enchente que aconteceu em São Luiz há alguns anos não chegou até minha casa, é muito longe do rio Paraitinga e existem muitos morros em volta da propriedade. Por isso, não sentimos o que aconteceu, mas, quando ficamos sabendo da igreja caindo, foi um absurdo. A comunidade ajudou naquilo que pôde, levando água, servindo de posto de recepção de materiais como água, cereais e roupas para serem trazidos à cidade. Tudo aquilo foi muito triste, mas, pelo menos, não morreu ninguém.

Foi horrível, deve ter sido a natureza que Deus deu que fez isso, deve ter sido de tanto abuso dela. Nós da roça não sabemos se é verdade, mas existe o comentário de que às seis horas foram coroar o Saci na porta da igreja, no mesmo horário em que veio a enchente. Um padre de Lagoinha, que já morreu, também falou que a enchente estava se aproximando e que não haveria carnaval e, de fato, a enchente veio. Alguns anos antes, havia acontecido uma grande enchente também que foi até os degraus da igreja, quando ela aconteceu eu tinha dito que iria vir uma que acabaria com a cidade. Após a enchente, vim à cidade para ver como estavam as coisas e foi horrível. Foi mais feio do que o momento em que estava cheio de água, era apenas barro e destruição.

Em uma ocasião, não me lembro o ano, mas o padre Tarcísio era mais novo, e às vezes os padres também vacilam. A festa do Divino era muito grande, o povo todo ajudava e havia muita fartura, muitas casas serviam de pouso para as folias, era muito bonito. Nessa época ele foi no Morro Acima celebrar uma missa e falou: – Eu vou acabar com esse negócio de comissão em festa, a Festa do Divino esse ano não vai ter comida, o Divino vai sair, mas a festa não vai ter comissão, não vai ter comida. E também outra, conforme for, eu vou prender o Divino e nem o Divino vai sair. – O Divino não se prende, ele tem que sair, passar

pelas ruas todos os anos, não pode ficar preso. No dia da festa, ele prendeu o Divino e começou a chover muito, a água do rio logo passou por cima da ponte e entrou na cidade. Os cidadãos gritaram para o padre pedindo que soltasse o Divino, se não, todos iriam morrer e ele atendeu ao pedido. Aquele foi um grande castigo por ter prendido o Divino e serviu como aviso para todos, o padre Tarcísio nunca mais fez isso.

As pessoas têm que ver o Divino. Outro caso desse foi com o Padre Gracimar que quando chegou à São Luiz disse que iria fazer a festa, mas que não teria festeiro e a paróquia iria ficar responsável pela bandeira. O costume é que o festeiro vá com a folia e a bandeira esmolar para se fazer a festa. Quando vim para a cidade ele me falou que ia mandar a bandeira para o bairro para que esmolasse e avisou que não iria dar comida para o povo. Falei que não iria ajudar, mesmo fazendo isso todo ano, porque tinha pessoas que davam bezerros, porcos e outras criações esperando que fosse feita uma grande festa e que o Divino guardasse suas criações, se ele fizesse aquilo não iria ter ninguém na festa. A festa do Divino, aqui em São Luiz, é histórica e ele não gostava que ela fosse pensada dessa forma, mas falei para ele que a festa não teria pessoas se ela fosse apenas a missa e uma barraca da igreja vendendo as coisas, se ele queria lucro era só manter a festa da forma que era feita, pois, no último ano, sobrou 40 mil reais.

Mesmo assim ele continuou afirmando que não iria voltar atrás e eu mantive minha posição de não ajudar, pois não iria dar prenda para o padre. Havia vários coordenadores de comunidades na reunião e ficaram todos quietos. Esse é meu jeito de ser, tenho que apresentar minha ideia e falar a verdade, ele me disse que não precisava do dinheiro da festa, minha resposta foi a de que mesmo com a idade avançada eu não tinha medo de pegar na enxada, carpir o terreno da igreja e não recebia nada por isso, inclusive gastava do meu dinheiro para o que precisasse. Ainda sem resposta falei para ele que não tinha nem um terço de tudo que ele tem e perguntei quando era o dia de Pentecostes e se esse dia não representava o primeiro banquete do Divino, ele respondeu positivamente, sendo assim perguntei o porquê de ele acabar com a distribuição de alimento durante a festa. Peguei sua mão e disse: – Vamos fazer a festa, padre, vamos pedir força para o Divino, vamos pedir coragem e vamos fazer a festa, conforme for eu levo a bandeira. – O padre disse que eu tinha razão e que iria fazer a festa, por isso peguei a bandeira e esmolei. No domingo da festa, vim para a cidade e encontrei com o padre se escondendo da chuva e ele me disse: – Dona Antônia, não sabia que a Festa do Divino era tão bonita – Naquele momento, vi que ele havia entendido o porquê da

festa do Divino ser histórica e disse para ele que se acabar com festa na cidade as pessoas na roça não deixariam que isso acontecesse na zona rural.

Esse ano tem festeiro para a festa do Divino, já pousou em casa com a folia. O Galvãozinho deixou uma lista para eu juntar as prendas para os festeiros buscarem. Todo ano eu andava pelo bairro e pelos vizinhos do bairro do Bernardo, o Morro Acima, mas esse ano não é possível porque não estou conseguindo andar. Já trabalhei bastante, ajudei em muitas festas do Divino. A festa começa no dia seguinte a terminar a festa anterior, o festeiro já tem uma folia e os bairros preparam as prendas para o próximo ano. Os festeiros, dessa forma, têm que se preocupar apenas com o transporte de animais maiores e buscar as prendas. Quem tem que buscar a prenda e a conversa com as comunidades é o festeiro. O padre demorou muito para entender o povo e o povo para entendê-lo.

Devagar, as pessoas foram se entendendo e depois foi o padre Alaor, meio grosseiro, sem paciência, mas com o tempo também foi melhorando. Nos dias em que levávamos o dizimo da comunidade para a secretaria da paróquia, ele não estava lá e pedíamos para chamá-lo. Escutávamos ele responder com um grito de um cômodo distante e quando aparecia dava uma risada sem graça, isso se repetiu várias vezes.

Na roça, as pessoas continuam indo à igreja. Os mais velhos, mesmo já tendo morrido muita gente e muitas pessoas tendo mudado de lá, vão à igreja. Durante a Semana Santa recebemos um irmão, que vem de Caçapava, ou São Pedro, e que faz todos os rituais, missas, procissões. Há alguns dias atrás teve a missa para benzer velas no Bairro e depois um café para quem participou.

É um prazer a oportunidade de hoje, 4 de fevereiro de 2012, contar essas histórias antigas para vocês. Hoje tenho 83 anos e em abril completo 84. Moro há muito tempo em São Luiz e vi muitas coisas. No tempo de Zé Cornélio (...) eu conhecia todo o bairro, os armazéns, as famílias e alguns dos escravos que viveram ali. Meu sogro trabalhou em uma roda de bacalhau, isso matava muitos negros. Para baixo da ponte, exista uma casa que ainda hoje é uma escola, era lá a roda de bacalhau, onde eles pegavam uma correia de couro que era ligado à uma corrente e era preso a uma roda. Nessa roda eles prendiam o negro e a deixavam ela girando, conforme o tempo ia passando o escravo ia perdendo a pele, depois a carne e a roda não paravam. Meu sogro foi chamado para ajudar a fazer essa roda. Ele contava que quando ela estava quase pronta eles foram chamados para almoçar e um negro que

estava ajudando no trabalho foi colocado na roda para ver se ela estava boa, quando voltaram ele estava morto.

Lembro-me um pouco desse tempo, havia uns meninos que queriam comprar uma espingarda e, para testar a espingarda, mandaram um menino negro, de 12 anos, subir na árvore. Atiraram nele e o mataram, isso provava a qualidade da arma. Quem fez isso foi o Kimajor, do tempo do meu bisavô, tempo de escravos. As casas não tinham pregos, era feito um furo na madeira e se parafusava nesse lugar com a mesma madeira, eram muito bonitas as casas. As casas eram feitas de estaiado (taipa) pelos negros, assim como o trabalho da roça, levar arado, cuidar do milho e sempre sentindo o chicote do dono.

Na fazenda do Mauricio, do tempo do Kimajor, havia uma preta que era cozinheira e a dona tinha problemas de saúde e precisava tomar suco de serralha. Um dia, a negra foi mandada para o Morro Acima para colher a verdura e chegaram visitas de São Luiz. Assim que a negra voltou, a dona mandou que fizesse café para os recém-chegados enquanto mostrava o pomar. Quando a mulher voltou o café estava frio e a negra estava quase dando à luz a um filho. Frente a isso, a reação da dona foi o de mandar a escrava colocar outra chaleira para ferver água que aquele café estava frio, quando a chaleira ferveu a mulher mandou a negra se ajoelhar e derramou a água na boca dela. Não se preocupavam em fazer essas barbaridades com os escravos, e isso foi apenas por um café frio. As crianças negras, quando nasciam fortes, eram criadas para trabalhar, quando fracas, eram mortas.

O atual dono dessa casa, Joaquim, desmanchou a cozinha em que isso aconteceu e dizem que a fazenda era assombrada. Há pessoas que dizem que hoje essas assombrações não existem mais, que chegou o tempo de elas descansarem. Nesse tempo tinha saci, hoje não tem mais, assombração também não. Onde morava, no tempo de meu pai, tinha um lobisomem que não dava sossego, ninguém conseguia dormir. Meu pai saía com o lampião aceso, ou uma tocha, e o lobisomem corria. Isso aconteceu durante muito tempo, até meu pai trocar o terreno com meu marido e se mudar para o bairro Caieiras. A cachorra de meu pai, Nana, ficou e em uma noite de lua cheia o lobisomem apareceu e estava tentando dar a volta na lamparina e os caçadores estavam dormindo. Levantei, coloquei o chinelo e fui ver porque os cachorros estavam agitados, assim que cheguei à porta ele saltou e encostou-se num pé de abacate e ficou acuado entre os cães, eu e a árvore. Ele parecia um cachorro e,



quando vi aquilo, pensei em muitas coisas, achei que iria morrer, poderia tentar chamar alguém, mas, por fim, resolvi pegar um pau, mas, quando fiz isso, ele saiu correndo, com os cães no seu calçado. Quando entrei em casa, estava com as pernas moles, sentei e acendi uma lamparina, era meia-noite em ponto e ele nunca mais apareceu.

Tinha uma bruxa que morava na vizinhança, próximo à casa do João Malaquias que era dono de um grande armazém e uma loja e o salão de sua casa servia para a escola. Um dia, a bruxa resolveu beber vinho no terreno desse homem e encantou uma moça para que entrasse na casa dele com ela, mas depois de entrassem, caso fizessem algum barulho não poderia ser dito o nome de nenhum santo, senão, elas não saíam de lá. Quando estavam na casa, com a família de João Malaquias toda dormindo, a moça derrubou uma garrafa e com o barulho ela gritou: – Nossa Senhora! – Com isso, o encanto da bruxa foi quebrado. A esposa do homem resolveu ver o que estava acontecendo, porque ele estava com medo e, ao chegar ao local, encontrou as duas mulheres nuas, deu roupa para elas e mandou-as embora. Depois disso, nunca mais ouviram falar da bruxa; hoje em dia, elas não existem mais. Nada disso tem mais, não tem mais nada, venceu o tempo dessas coisas.

### 7.1.3 História de Vida: dona Lourdes Claudino dos Santos

A história de vida de Dona Lourdes Claudino dos Santos é a representação do luitense que tem toda sua vida pautada na fé e na religiosidade. Se elegemos a Igreja Matriz como símbolo fundamental de todo o processo estudado nesse trabalho, essa senhora, melhor que ninguém, exprime o sentimento da queda e da reconstrução do símbolo.

De origem muito humilde demonstra um desapego do mundo material gigantesco. Sua casa possui uma localização no bairro do Alto do Cruzeiro, o que permitiu a ela visualizar a destruição do Centro Histórico, incluindo a da Igreja Matriz, de sua janela. Abrigou muitas pessoas nos primeiros dias da enchente e, passou, dali em diante, a pautar os objetivos de sua vida pela espera da reinauguração da Igreja Matriz.

Mesmo não tendo sua casa atingida pela enchente, teve que sair dela por um possível problema estrutural. Seu desespero pela saída repentina de seu espaço é também uma representação daquela aflição que atingiu a maioria da população local. Outro ponto de destaque foi a felicidade em receber os desabrigados e o atendimento a eles com tudo o que poderia oferecer, sem a mínima preocupação do que seria necessário para si própria dali em diante.

Quando discutimos a necessidade que a comunidade apontava de reconstrução da igreja de maneira mais próxima do original, temos no exemplo de dona Lourdes uma atitude que não foi daquelas pessoas que participaram das discussões, das reuniões, e sim, que inspiraram a defesa inequívoca de membros que os representavam. Sua vida no momento da entrevista, como disse há pouco, não possuía nem uma motivação pessoal maior do que a esperança de ver aquele espaço reinaugurado. Atualmente, com muita felicidade, dona Lourdes já voltou a frequentar o espaço privilegiado de sua prática de fé e o coro local do qual tanto ansiava a volta, já retomou suas atividades durante as celebrações.

#### 7.1.4 Depoimento de Lourdes Claudino dos Santos

São Luiz do Paraitinga, 6 de janeiro de 2012.

Meu nome é Lourdes Claudino dos Santos, nasci em 20 de janeiro de 1940, no bairro do Selado, São Luiz do Paraitinga. Meus pais, Fernando Claudino dos Santos e Maria da Glória dos Santos, trabalhavam na roça. Eu ajudava a cuidar da casa e, nos finais de semana, meu pai fazia compra com o dinheiro da lida na roça. A casa era própria, mas trabalhava no terreno de outras pessoas, as pessoas chamavam isso de “ganhar o jornal”. Conheci apenas minha avó Mariquinha que era viúva de meu avô Chico de parte materna, os avós paternos não conheci. Quando tinha nove anos, minha avó faleceu e meu avô já era morto há algum tempo, sei apenas que ele era dono de um alambique no bairro. Também tive seis irmãos, que hoje estão mortos, eu sou a caçula.

*Figura 57 – Dona Lourdes Claudino dos Santos.*



*Foto: Fábio Cintra.*

A casa de meu pai era barreada, de pau-a-pique. Ajudei a rebocar a casa com as mãos, meus pais me ensinaram. As casas eram todas dessa forma e todos ajudavam a levantá-las. Um dos trabalhos que meu pai tinha era o de construir casas, então, erguíamos a construção até em cima e o acabamento ele fazia. O trabalho tinha que ser bem feito, senão a casa ficava feia. Não sei quanto tempo dura uma casa dessas, mas meu pai fez a dele quando se casou e viveu nela com minha mãe até os 60 anos e, quando ela morreu, ele casou novamente e morou mais alguns anos no mesmo lugar. Quando meu pai morreu, trouxe minha madrasta para morar comigo e, só então, a casa ficou sozinha e desmanchou.

As crianças pequenas ajudavam em casa, vigiando os porcos no chiqueiro, quando escapavam tinha que ir atrás deles. Como eu era a caçula, era mais bajulada e não fazia nada. Naquele tempo, brincávamos de gangorra, que minha mãe fazia. Nosso quintal tinha uma laranjeira que o galho chegava até o chão. Minha avó também tinha um quintal que subia até um fundão que era cheio de mato, nele encontrávamos pessegueiros que ela não deixava a gente pegar. Em uma ocasião, pedi para ela um pêssego e ela me deu de má vontade, quando

fui comer estava com bicho e ela não quis me dar outro, fiquei emburrada com aquilo. Esse é o momento em que guardei minha avó na memória, ela era branca e tinha olhos azuis, ao contrário de meu avô que era negro.

Não tive muitos brinquedos, mas, quando tinha nove anos, minha mãe veio para a cidade para um batizado, naquele tempo o pessoal andava a cavalo porque era o único jeito de se locomover. Nessa ocasião, ela comprou uma boneca pequena para mim. Achei o presente muito bonito, então a enrolei no pano e coloquei-a na rede. Minha mãe era uma mulher grande e pesada e acabou sentando encima dela. Quando isso aconteceu minha mãe ficou com dó de mim, mas retruquei falando que quando ela fosse a cidade compraria outra, não obtive resposta, pois o dinheiro era bastante difícil para meus pais.

A casa era iluminada por uma lamparina de querosene. Ainda tenho uma dessas lamparinas em minha casa. Para funcionar colocávamos um pavio, enchíamos a lata de querosene e acendíamos, o cheiro do querosene era forte, mas não existia energia elétrica. Quando vínhamos para a cidade e víamos a luz elétrica era motivo de felicidade e espanto, queríamos ter aquilo em casa, mas os cabos não chegavam à roça. Como já comentei, vínhamos para a cidade a cavalo, cada um tinha seu animal. Normalmente, a viagem de ida e volta era feita no mesmo dia também. Não sei dizer quanto tempo durava o caminho, mas era bastante demorada. Quando chegávamos, meu pai amarrava os cavalos, pagava para alguém vigiá-los, passávamos na igreja, comprávamos o que era necessário e voltávamos embora. Não comprávamos muitas coisas na cidade, apenas o necessário, pois a maior parte do que precisávamos era encontrado na venda que tinha na roça. Essa venda era longe de casa e uma vez meu filho, Zé, o terceiro depois que casei, ficou “aguado” por causa de pão. Meu marido chegou ao final da tarde do trabalho e teve que ir andando até a venda. Mesmo depois de casada, as coisas ainda eram bastante difíceis.

Durante a festa do Divino, vinham os irmãos e familiares e alugávamos alguns quartos do senhor Zé Correia e, depois que ele morreu alugávamos uma casinha do Nego Monteiro. Desde pequena, quando vinha para a cidade, os passeios eram apenas da casa para igreja e da igreja para a casa, não ficava andando pela rua. Uma vez, vim com minha mãe e bebemos vinho, porque, naquele tempo, quando era escolhido o novo festeiro eles davam doces e bebidas para as pessoas. Ficamos muito tontas e nunca mais bebi vinho depois disso,

com medo de ficar tonta. Meu pai bebia bastante, então não ficou bravo quando isso aconteceu.

As festas na cidade eram animadas, mas, como eu ia apenas para a igreja, não sei como as coisas aconteciam pelas ruas. Não saía de casa porque minhas cunhadas não deixavam, tinham medo de que arrumássemos namorados. A família andava toda junta, cada um cuidando de seu serviço; na roça, arrumávamos a comida e todos os filhos acompanhavam meus pais na lavoura. Quando era hora de comer, meu pai fazia uma fogueira para esquentar a comida e comíamos feijão com arroz o tempo todo, não tinha mistura porque não tinha como preparar na roça. Meus pais trabalhavam para os outros e recebiam por semana, então, fazíamos as compras semanalmente, algumas vezes em São Luiz, outras em Natividade.

Depois que me casei, abriram uma escola na roça. O Oberdam do Doca Lobo é quem dava as aulas. Mas, quando era pequena, a escola era muito longe, na casa de meu padrinho e somente adultos frequentavam as aulas, porque tinham mais perseverança. Eu aprendi a ler e escrever lá, a Dita Correia também. Quando eu falava em ir para a escola, meu pai retrucava dizendo que escola era o cabo da enxada, por isso, não frequentávamos a escola, apenas trabalhávamos na roça. Como o trabalho era para outras pessoas, não tínhamos horta em casa, apenas os porcos. Quando queríamos plantar alguma coisa, tinha que ser longe, porque senão eles reviravam tudo. Esses porcos eram para nosso próprio consumo, não vendíamos. Meu pai matava e defumava o animal no fogão de lenha. Para conservar, colocava o toicinho cheio de sal em uma vara de ferro sobre o fogão. Quando estava bem seco, fritava uma panelada de torresmos e fazia uma panela grande de feijão. Queria ter uma das panelas de minha mãe, depois que ela morreu, mas não me deram. A única coisa que ficou foi a máquina de costura que ela me deu, mas meu pai vendeu.

Na Páscoa, nós jejuávamos. Meu pai fazia a mesa dos anjos. A mesa ficava arrumada com a vela acesa, mas como não tínhamos relógio, meu pai ia até o terreiro e esperava a sombra ficar sob seus pés, quando ele ficava sobre toda a sombra avisava minha mãe para dar comida para as crianças. Ficávamos em volta da mesa para rezar e dar graças a Deus, meus pais eram muito católicos. Sentávamos no chão, porque não tinha cadeira, minha mãe que arrumava nossos pratos e todos comiam juntos, éramos muito pobres, mas sempre católicos.

Meu pai gostava de jongo, ele tinha algumas pessoas que batiam o “timbu” e também tinha o pessoal que dançava. Dançavam a noite inteira e, no dia seguinte, iam todos embora com sono, eu acho essa dança feia, mas era a única diversão que tinha na roça. O pessoal se conhecia bem e quase não saíam brigas, porque todos eram amigos, não é como hoje que qualquer coisa é motivo de briga. Todos participavam das rodas de jongo, desde crianças até adultos, todos sabiam dançar. Era feita a roda, quem batia o timbu ficava no meio da roda, tinha aqueles que cantavam o ponto e, quando começavam, era pra dançar, e todos dançavam em volta do timbu. Era bonito de se ver, todos juntos, alegres e cantando. Como era muito nova, não me lembro de nenhum ponto, mas também dançava a noite inteira. Quando estava para amanhecer, eram guardados os timbus e as pessoas iam para a casa dormir. As danças eram no final de semana, porque no meio da semana precisávamos trabalhar.

Durante a dança, minha mãe preparava café para as pessoas. O café era de cana de açúcar. A cana era moída no engenho do padrinho Correia, enchia alguns latões de garapa que eram colocados no fogo e misturados com o café passado para adoçar. O café era tomado com farinha, já que não tinha mais nada na roça. Também tinha a pinga, mas o pessoal bebia muito pouco, pois quem bebia não podia dançar ou cantar, porque erravam tudo. A farinha que era misturada com o café era feita no monjolo. Nós deixávamos o milho de molho e depois colocava em um pilão e soltava o monjolo. Depois de socado era preciso passar a farinha na peneira e daí saía o fubá para torrar no forno. Minha mãe também fazia farinha de mandioca. Tudo isso era feito em casa, o forno era bem grande no fogão de lenha. Apesar de pobres, nós fazíamos tudo em casa, coisas que não se conseguem fazer hoje na cidade.

Tudo que produzíamos era para o próprio consumo. Padrinho Correia tinha quatro monjolos que socavam farinha, então era possível socar o milho para toda a família. Tinha também os camaradas que trabalham na roça para ele e todos comiam ali. Não conseguíamos comprar a farinha, então plantávamos o milho e enchíamos o paiol, dali íamos fazendo a farinha. Os porcos de minha mãe comiam abóbora, farelo, saia do milho que era socada e misturada com a abóbora. Os animais ficavam grandes. Na roça, plantávamos de tudo. Meu pai arrendava um terreno e nós plantávamos aquelas coisas e depois preparávamos em casa. Trabalhei na roça até os 16 anos, quando me casei. Levantávamos cinco horas da manhã e tomávamos café com farinha todos os dias e até hoje tenho esse costume. O almoço era onze horas em ponto na roça, porque precisávamos voltar ao trabalho; quando estávamos em casa, passava um pouco desse horário. O almoço era um caldo de feijão com farinha e torresmo.

Saíamos da roça cinco e meia da tarde e chegávamos próximo às seis horas em casa. Como era necessário acordar cedo e o trabalho era cansativo, entre sete e meia e oito horas da noite já estávamos todos dormindo.

Quando estava se perdendo alguma roça, às vezes mato sufocando o milho, o pessoal fazia um mutirão no bairro para ajudar. As pessoas passavam convidando, pois não podiam pagar alguém para fazer o trabalho. Meu pai conseguia várias pessoas e passavam o dia inteiro limpando a roça. Durante o mutirão, tinha de dar pinga para quem ia, porque, sem isso, não trabalhavam. Meu pai dava um pouco por vez, porque, caso contrário, não conseguiriam limpar a roça. Para roçar pasto, também eram feitos mutirões, porque era muito difícil o trabalho, então, todos se ajudavam.

Meu marido também trabalhava na roça e eu trabalhava junto com ele. Até minha aliança de casamento perdi no meio do mato. Quando dei a primeira machadada no pau para cortar, a aliança voou porque era larga e nunca mais encontrei. Juntos cortávamos oito metros de lenha por dia. Cortávamos, medíamos e depois o compadre Luizinho trazia para cidade no carro de boi para vender. Ficamos casados 38 anos, seu nome era Miguel Mariano dos Santos. Conheci-o quando estava arrumando os enfeites para a festa da Santa Cruz, que meu pai sempre fazia. Quando ele me viu perguntou para minha irmã, Ana, se eu não queria me casar com ele. Ela falou que perguntaria para mim, pois ela não sabia. Quando chegamos em casa ela me contou da conversa e que ele era viúvo há nove anos. Eu tinha 16 anos e falei que queria que ele fosse em casa para conhecê-lo. Depois que ele foi à minha casa, meu pai deu um prazo de três meses para o casamento.

Nos casamos em Natividade e meu pai bebeu muita pinga. Quando chegamos em casa, meu pai gritava no meio do terreiro: – Queima o foguete, é a derradeira filha que está casando”. – Tenho vergonha de contar sobre meu casamento para as pessoas. Juntaram uma concertina velha e começaram a tocar e dançar no terreiro, que era grande. Em determinado momento pedi para minha mãe arrumar a cama porque estava com sono e minha mãe me colocou no chão para dormir com as crianças, eu fazia de conta que não havia casamento. O casamento foi chato, as pessoas dançando no terreiro e eu dormindo, não queria saber daquilo, era uma criança de apenas dezesseis anos. Quando foi o dia de ir embora, meu marido falou para minha irmã que, se eu não fosse com ele, não voltaria para me buscar. Eu não sabia o que fazer e perguntei para minha mãe se era para ir com ele. Ela respondeu que sim

e, quando fui, não levei nada, apenas um relógio que coloquei em uma bolsinha e uma muda de roupa, e meu casamento foi desse jeito até o fim.

Fui morar em outra roça, nas terras do compadre Luizinho. Não tivemos nada, apenas uma casa. Lá plantávamos de meio na roça e dessa forma fomos levando a vida. Não me lembro em quantas terras morei, pois morei em muitos lugares, no bairro do Selado, Laranjal, Ponte Alta, quatorze anos em Taubaté e no bairro Rio Turva com o Luiz do Paulo. Onde tinha serviço, nós íamos, e foi assim durante os 38 anos de casamento. Antes do casamento, eu tinha apenas os sábados para fazer compras e trabalhar meu enxoval. Mande a Guilhermina fazer tudo de saco, meu enxoval foi todo de saco. Tenho apenas uma toalhinha guardada até hoje. Eu trabalhava de empreitada com meu sobrinho e o dinheiro que ganhava com isso pagava a conta do enxoval.

Faz quarenta anos que moro em São Luiz do Paraitinga. Quando vim para cá morei primeiro na Várzea dos Passarinhos, na casa da comadre Mariana. Depois de um tempo o Doca Lobo cedeu um pedaço de terra no Alto do Cruzeiro, onde meu marido e o compadre Luiz revezavam para fazer o desaterro. Morei cinco anos nesse bairro, perto da casa do Manezinho, até minha casa estar pronta para morar. Quando já estava morando em minha casa, o padre Tarcísio comprou outra casa na parte mais baixa do bairro e propus trocar o imóvel com ele, pois, na época, eu lavava roupa em cinco casas e não estava aguentando carregar água. Ele me alertou que eu iria perder dinheiro porque minha casa era de tijolo e a dele barreada, mas, para mim era importante o trabalho, e no lugar onde morava, estava se tornando inviável. Dessa forma, falei para o padre que, se ele aceitasse nós podíamos trocar naquele momento, que não precisava nem mesmo falar com meu marido. Ele aceitou e peguei a chave, conversei com algumas pessoas para me ajudar e mudamos debaixo de chuva, tinha poucas coisas naquele tempo.

Quando chegamos na casa nova as crianças reclamaram de fome, com as coisas fora do lugar peguei uma chapa velha e coloquei sobre um fogão de lenha velho e preparei macarrão para comerem. Apesar da limpeza que fiz, a casa era muito velha, caía pedaços de terrão, os barrotes estavam amarrados com arame e, mesmo assim as crianças dormiam felizes pela mudança. Aos poucos, fui arrumando a casa, o padre me deu 500 tijolos, compadre Luizinho, um portão e, conforme íamos ganhando alguma coisa, íamos fazendo o que era necessário, não tínhamos dinheiro para contratar pedreiro nem comprar material. Quando



meu filho entrou para o seminário, alguns padres foram em casa e um deles bateu a cabeça na porta, não cabia muita gente. Trabalhei a vida toda, agora, com a idade avançada, que meus filhos cuidam de mim.

Tenho sete filhos; a primeira se chama Maria Helena, ela trabalha no fórum, depois tive a Benedita Cleonice, o José Francisco, o João Batista, que foi padre, o Daniel, o Rodolfo e o mais novo Elias. Foi sofrido conciliar o trabalho e as mudanças com todos os filhos, mas, quando viemos morar no Alto do Cruzeiro as coisas melhoraram. Naquele tempo, meu marido trabalhava de servente de pedreiro em Taubaté, mas, pouco tempo depois, ele foi chamado para trabalhar na prefeitura, e com isso, arrumou toda a documentação trabalhista e ficou nesse emprego até se aposentar, quatorze anos depois. Apesar do medo constante de perder o emprego, quando havia mudança de prefeito na cidade, tudo deu certo, eu rezava para São José olhar por nós. Ao mesmo tempo, eu lavei roupa durante dezesseis anos para Leonor do Toninho Carioca, também lavei roupa para a dona Rosa Borrielo, mãe da comadre Didi, ela era doente, vivia na cama. Também lavei roupa para a Cida do Galvão, para a Zarta do Galhardo, para a Maria do Alcino, que após um problema com reumatismo ficou com a mão atrofiada e para dona Mariana, mãe do Ditinho Domingues. Lavei roupa para muitas pessoas dessa cidade, eles precisavam e eu também, dessa forma, todos ganhavam. Cobrava quintos réis pela dúzia de roupa e o dinheiro era usado para ajudar meus filhos a estudar, pois eu não tinha estudado e sabia o quanto fazia falta.

Quando meu filho João Batista falou que queria ser padre, não fiquei com medo de ele ir embora, tive receio por não ter dinheiro para ajudar a pagar o tempo de seminário dele. Então, os padres vieram em casa e falaram que podia ficar calma, que não era por causa de dinheiro que meu filho não seria padre. Quando era possível, mandava um pouco de dinheiro que ganhava lavando roupa. Alguns dias, comprava pão para as crianças, em outros ganhava um saco de pão duro de alguém para quem trabalhava e eles misturavam com café e comiam, o pouco que economizávamos ajudava meu filho no seminário. Em uma ocasião, padre Tarcísio me ajudou a arrumar os documentos, que eram todos errados. O nome de meu marido estava registrado como Miguel Valentim de Oliveira em uma das certidões de meus filhos e o nome dele não era esse. Quando fomos ao fórum, o padre serviu de testemunha para poder fazer as mudanças. Isso foi necessário para mandar João ao seminário, o processo demorou seis meses e meu filho ficou estudando 17 anos. No fim dos estudos, não pude mais ajudá-lo por causa do aumento do valor da estadia dele, e uma madrinha, de Piracicaba, ajudou a

custear o final dessa caminhada. Ela me enviou uma carta dizendo para que eu não me preocupasse, pois ela iria fazer o que pudesse para ajudá-lo, mas depois de dez anos ordenado padre resolveu deixar a profissão.

Quando ele foi se ordenar eu estava presente, assim como todas as vezes que algum filho ia receber um diploma. Meu filho Daniel se formou na faculdade e fui à cerimônia, assim como na formatura de João, José, Rodolfo, Elias, Maria Helena e Benedita. Eu tinha que ver o futuro de meus filhos, passava apertado algumas vezes, comprava algumas coisas fiadas na loja do Florêncio, que era muito amigo. Assim que recebia, pagava o que estava devendo. Quando foi para o Daniel acabar os estudos eu não podia pagar porque não tinha dinheiro, ele procurou ajuda do governo e conseguiu fazer a faculdade; depois disso, foi pagando. Graças a Deus, todos se formaram; o Daniel professor, João se tornou padre, a Dita se formou em direito, a Lena professora, mas não exerce a profissão, o Elias não fez faculdade, mas estudou também. Não sei contar tudo o que passei para conseguir dar a eles tudo o que dei.

Hoje meus filhos cuidam de mim porque não consigo, nem posso fazer quase nada, tenho problemas de saúde e as coisas ficaram difíceis. Não me lembro de quando parei de lavar roupa para as pessoas, mas, até hoje, ainda perguntam se posso lavar um cobertor ou alguma peça de roupa; nem mesmo minhas roupas consigo mais lavar, por causa do peso. Mas, quando lavava, era em grandes quantidades, meu quintal era grande e tinha muitos varais próximos uns dos outros. Quando as roupas estavam secas entregava para os donos, mas não passava as peças, apenas lavava.

Ainda moro no Alto do Cruzeiro, mas agora é Perto da casa Oswaldo Cruz, onde o Miguel Neves Morou. A casinha que o padre havia comprado era ali, e como era menor comecei a lavar menos roupa. Depois de meu marido começar a trabalhar na prefeitura, meus filhos também conseguiram emprego; o Daniel trabalhava com José na padaria, fazendo pão, e depois trabalhou no Clube de Campo, e todos foram seguindo seus caminhos. Com o tempo, fui diminuindo a quantidade de trabalho, antes, a água que tinha que pegar em baldes e passei a usar uma mangueira da casa de uma vizinha para encher um tambor em casa. Depois de lavar as roupas, jogava a água aos poucos no esgoto, tinha que ter muita paciência. Quando fui morar nesse bairro, havia poucas casas e, por isso, precisava pegar água no vizinho, pois não havia encanamento. Tinha apenas a minha casa, a do compadre Luiz, a casa

do Preguinho e a da dona Nhá Georgina. Na parte mais baixa do bairro também morava Nhá Neves e o Manezinho.

Quando aconteceu a enchente de 2010, em São Luiz, eu estava em casa. Tinha em torno de trinta pessoas em minha casa, estavam lá para comemorar a festa de virada de ano e não podiam ir embora por causa da água. Eram filhos, noras, enteados e, por isso, ficaram em casa. Quando caiu a primeira torre da igreja, comecei a chorar e entrei em desespero com a situação. Ao cair a segunda torre, o barulho era como se minha própria casa estivesse indo ao chão. Entrei para o quarto para rezar, a princípio chorei, porque fiquei com medo, mas aos poucos o desespero passou. Foi um grande sofrimento o que passamos, mas, graças a Deus, não faltou comida. Além dos familiares, outras pessoas acabavam ficando em casa, porque de lá era possível ver o que estava acontecendo na cidade. Ninguém morreu durante a enchente e nós ficamos rezando enquanto tudo acontecia.

Não pensei em muita coisa frente ao que acontecia, minha preocupação maior era em manter as pessoas alimentadas. Uma moça de São Paulo falou que estava com dó de mim, por estar dando minha comida para tantas pessoas e não pensando que poderia faltar para mim. Para mim, esse não era o problema, o que importava era ver as pessoas bem alimentadas para enfrentar a situação pela qual estávamos passando. Essa moça ficou muito nervosa e não voltou mais para São Luiz, mas as amigas dela voltaram para me agradecer. Um helicóptero levou as moças embora e pedi para levarem minha filha também, porque não dava para passar pela água. Depois de um tempo, com a água abaixando, as pessoas foram embora e a casa esvaziou, fiquei triste com isso, pois estávamos todos juntos até então, não cheguei nem mesmo a sair de casa durante esses dias.

Após tudo isso, fiquei quatro dias fora de casa por causa de uma trinca que apareceu na parede de casa, mas a defesa civil falou que poderíamos voltar sem problemas. Durante esses quatro dias, fiquei em Taubaté com meu filho Daniel, que me apressava para sair de casa e eu pedia para esperar um pouco que estava conversando com Nossa Senhora Aparecida antes de sair, levei apenas os documentos da casa. Falava para a Santa: – Minha mãezinha, ajuda que eu vá, mas, que eu possa voltar para casa, foi tanto sacrifício para fazer essa casa, foi dinheiro de esmola que fiz a casa, me ajude minha Nossa Senhora para que eu possa voltar para minha casa, eu não quero ficar em Taubaté. – Passei os quatro dias chorando e rezando, e meu filho Daniel não saía de perto de mim. Elias colocou um colchão ao lado do

meu também e lá ficamos até liberarem a casa. No mesmo dia, estava em pé bem cedo para voltar para minha casa, Elias ficou nervoso comigo pela minha pressa. Assim que cheguei em São Luiz, fui à missa, enquanto meus filhos ajudavam com o que podiam os amigos. Durante a missa, cantamos com o coral e, quando o padre mostrou São Luís sujo de barro, todos choraram. Elias reclamou que não tinha comida e que ele teve de cozinhar quando voltei da missa e retruquei dizendo que estava de bom tamanho, pois já era o suficiente para comer. A missa foi feita no pátio da igreja do Rosário, porque a igreja estava interditada e cheia de mantimentos para distribuir para a população. Nem mesmo a compra que fiz em Taubaté conseguimos levar para minha casa, porque o carro não entrava na cidade, fomos fazendo aquilo que era possível, para não passar fome. Para mim, o importante era ir à missa.

Eu precisava fazer um cateterismo no coração e minha filha não queria que fosse, por causa de tudo que havia acontecido, mas mesmo assim fui e tudo correu bem. Não sei dizer como vão ser as coisas após a enchente em São Luiz, mas creio em Deus que tudo será bom. Quero ver a Igreja Matriz construída novamente, o padre Tarcísio não aguentou. Quando ele estava doente pediu para que eu levasse a comunhão para ele e aquilo me deixou muito contente. Quando cheguei ao hospital ele estava bastante fraco e delirando. Rezamos e dei a comunhão para ele e hoje sonho com ele, não o vejo morto, mas vivo; como quando ele ajudava as pessoas, crianças doentes e em tudo que estava a seu alcance.

Dizem que, em dois anos, a igreja matriz estará pronta e quero cantar em sua inauguração. Estou nas mãos de Deus, se ele me permitir estar viva até esse momento irei cantar junto com os antigos amigos Tonha do Ditinho Domingues, Cida do Tio, Benedita, dona Lourdes, Luiz Claro e dona Martha no coro. Hoje cantamos no Centro de Pastoral, onde as missas são celebradas. Quando tive um derrame, fiquei com medo de não conseguir mais voltar para meus afazeres na igreja, mas, aos poucos, fui melhorando e as pessoas não acreditavam que eu consegui voltar a fazer aquilo que gostava para a igreja.

Sinto-me feliz em contar essas coisas, achei que seria difícil, porque a memória não me ajuda mais e esqueço muitas coisas, mas as coisas pelas quais as pessoas passam na vida voltam à memória. Quase tudo que queria quando criança consegui realizar; eduquei meus filhos, todos eles estudaram, construí minha própria casa e tudo isso com muito esforço.

### 7.1.5 História de Vida: dr. Antônio Carlos Osório Nunes

O último depoimento escolhido para publicação através da metodologia da história oral de vida é do promotor luizense, Antônio Carlos Osório Nunes. Sua trajetória de vida permite uma visão privilegiada de todo o processo que ocorreu a partir da inundação da cidade. De origem também bastante humilde, da zona rural do município, viveu fora da cidade em diversas fases da vida – incluindo uma missão pela ONU de reconstrução do sistema judiciário do Timor Leste – unindo em sua visão os elementos daqueles que constituem a identidade local, mas que conseguem vislumbrar outras situações em determinados momentos, partindo de uma visão que vem de fora daquela realidade.

Especificamente, na véspera da catástrofe era o promotor que respondia pela cidade e sua atuação acabou unindo mais uma vez o sentimento do luizense com grande apego àquela causa de defesa do patrimônio material e imaterial em consonância com a luta pelos direitos dos que mais necessitavam amparo naquele momento. Sua conduta sempre foi de muito empenho pelos necessitados e não será diferente durante a inundação que atingiu São Luiz do Paraitinga.

É uma testemunha muito presente em todo o processo de salvamento e destruição causada pela cheia do rio, participando, com a defesa civil, dos primeiros procedimentos de atendimento à população. Assim como a sabedoria e fé de dona Antônia e dona Lourdes, o dr. Osório carrega em todo o momento de sua fala uma grande positividade e apreço pela força da comunidade que não titubeará em reconstruir todo aquele patrimônio. Já passado algum tempo em que esses depoimentos foram recolhidos podemos perceber o quão certo eles estavam.

### 7.1.6 Depoimento de Antônio Carlos Osório Nunes

São Luiz do Paraitinga, 6/01/2012.

Meu nome é Antônio Carlos Osório Nunes. Nasci no dia 17 de fevereiro de 1963, perto dos Bonafés e do Ribeirão do Turvo, pelas mãos de uma parteira chamada Dita Suré, famosa na região dos bairros Mato Dentro, São Sebastião e Rio Abaixo do município de São Luiz do Paraitinga. Tenho seis irmãos, dois deles morreram ainda pequenos, dois homens mais velhos e uma irmã mais nova. Meus pais eram mineiros, vieram para São Luiz após o declínio do café e o barateamento da terra, assim como outras pessoas do sul do estado de Minas Gerais. Em sua maioria vinham sem dinheiro, mas com a perspectiva de conseguir um sítio para melhorar a situação de vida. Meu pai se chama Galeano de Paula Nunes e minha mãe Francisca Osório Nunes, sou o único filho que recebeu o nome de mãe. Com exceção de meu avô materno, conheci todos meus avós. Minha avó materna se chamava Rita e morou um tempo conosco. Meus avós, Manuel e Rita, também vieram com os migrantes mineiros para São Luiz e depois se mudaram para Taubaté. Eles eram da região de Santa Rita do Jacutinga, próximo ao Rio de Janeiro.

*Figura 58 – Antônio Carlos Osório Nunes.*



*Foto: Fábio Cintra.*

Toda a família, tanto por parte materna, como paterna, era formada por pequenos pecuaristas e produtores de queijo minas. Quando vieram para São Luiz, tinham o interesse em introduzir suas atividades na região. A escolha dessa cidade não foi devida apenas ao valor da terra, mas por sua similaridade com a região de onde vinham; montanhosa, fresca, terra boa para o cultivo da agricultura e pasto para criação de gado. Nasci próximo ao Bonafé e logo nos mudamos para um sítio no bairro Mato Dentro, que foi o primeiro pedaço de terra que meu pai conseguiu comprar. Como ele migrou sem dinheiro, demorou quase dez anos até conseguir se estabelecer em um lugar próprio. As lembranças de época são remotas, mas lembro-me de estar “fazendo manha”, pedindo um limão para meu pai, que eu achava ser uma laranja, e ele ameaçou pedir para um homem negro e velho me levar para o meio do mato e me deixar lá. Fora essa lembrança mais nítida não me lembro de muita coisa.

Quando completei três anos, nos mudamos para o sítio que ainda hoje pertence à minha família, onde fui criado, e as imagens que tenho de quando era criança são nesse lugar, principalmente brincando com as frutas. O primeiro brinquedo colorido que vi foi aos cinco anos de idade, e não me esqueço dele pela forma como me marcou. Ele foi um presente que minha mãe disse ter sido dado pelo papai Noel, era um basculante com que brinquei até quebrá-lo. Minha infância foi muito simples, mas gostosa pela proximidade com a natureza. Com o passar do tempo, fiz amigos no bairro São Sebastião e combinávamos de jogar bola e brincar, mesmo eu sendo muito fechado. Como nasci logo após um de meus irmãos morrer afogado, minha mãe ficou muito próxima a mim, não me deixava sair, nadar, tinha medo de que algo acontecesse. Essas restrições duraram bastante tempo, mas, quando consegui um pouco de liberdade, fazia tudo que estava à minha frente. A princípio, os vizinhos faziam troças de nós por sermos mineiros e falar diferente, mas, com o tempo, as coisas melhoraram.

Nossa casa era confortável, com três quartos, um banheiro dentro de casa, o que era muito difícil na época. Não havia forro nem muitos móveis, passávamos frio no inverno, não havia luz elétrica, que chegou até lá quando eu já era adulto. Nossos banhos eram tomados de balde e a luz era de lampião ou lamparinas de querosene que vendiam nos armazéns. Na roça, aprendíamos a conviver com o escuro, caso fosse necessário ir para o mato para fazer alguma coisa, mesmo com medo de coisas sobrenaturais, coisa normal da época, como o saci e o lobisomem. Para meu pai, isso era bobagem, coisa de pessoas ignorantes, mas nós éramos crianças e acreditávamos, pois todos falavam do bicho de pé e demais assombrações. Mas, ainda assim, precisávamos conviver com isso, pois levantávamos cedo, muitas vezes ainda no escuro, para começar o trabalho, tirando leite das vacas.

O primeiro sítio que meu pai comprou era muito pequeno e havia pouca criação, pois, meu pai contraiu muitas dívidas. Mesmo com as dificuldades, ele fazia queijo e eu ajudava a cuidar das vacas, porque meus irmãos mais velhos não moravam lá. Levantava às cinco horas, e ajudava a buscar os bezerros e amarrar as vacas, isso demorava até às sete e meia da manhã. Fazia muito frio e, muitas vezes, era necessário fazer uma fogueira para aquecer as mãos que começavam a endurecer. Quando retirado o leite, eu levava um pouco, que não era usado para fazer queijo, para vender e tratar das galinhas. O trabalho na roça não deveria ser chamado de trabalho, mas de atividade, pois ele agrega a família, e a proximidade faz com que seja esse um processo de aprendizado.

Aos sete anos de idade, comecei a frequentar a escola, a princípio sozinho, mas, depois de algum tempo, fui fazendo amigos. Eu estudava em uma pequena escola do bairro Mato Dentro, no quilômetro 35 da rodovia Oswaldo Cruz, ainda hoje ela existe. Nessa escola eram aplicadas aulas de primeira à quarta série e tive quatro professoras nesse tempo, sendo três de São Luiz; na primeira série, foi dona Cleuza, esposa do senhor Nelson Paiva; na segunda, dona Cleonice, que não era de São Luiz; na terceira foi dona Carminha, que era filha do senhor Milton Cruz e, na quarta, série foi a Geni, filha do Canário. Essas professoras foram minhas referências, mas a escola era simples. Tenho algumas recordações desse tempo, os cadernos, as ondas que fazíamos no caderno para acostumar a segurar o lápis e depois o início das disciplinas de Português e Matemática. Eu era muito aplicado e tive facilidade para aprender, sempre sob a influência de meu irmão mais velho, que dizia que era necessário estudar, prestar atenção na professora e levar aquilo tudo a sério.

A escola ficava a três quilômetros de casa e eu ia a pé. No início, meu pai me levava a cavalo, mas, quando aprendi o caminho ele não foi mais. No começo, eu sofria com as crianças por ser mineiro e dedicado aos estudos, mas consegui aos poucos me entrosar com o resto da turma. Um episódio marcou esse período; certa vez as crianças estavam no pátio e um andarilho chegou dizendo que ia matar todos, cortar em pequenos pedaços e jogar nas praias em Ubatuba. Fiquei com muito medo e saí correndo de lá, entrei no meio do mato e, quando cheguei em casa todo arranhado, tendo tomado um caminho que não estava acostumado; minha mãe ficou desesperada e meu pai estava me procurando a cavalo por todos os lugares. Isso aconteceu quando entrei na escola e eu fui lerdo, pois as outras crianças entraram no banheiro e não passaram por esse sufoco.

Esse período foi interessante e a escola era muito regrada com suas filas, hinos e a disciplina empregada pelo regime militar. Vem-me à memória a morte de um Major aviador de São Luiz. Ele era da FAB e, naquele tempo, o poder militar fez um desfile de aviões em São Luiz, onde a Esquadilha da Fumaça fazia voos rasantes pela região e isso impactou grande parte das crianças que viram aquilo, pois não fazia parte de nossas vidas e eu tinha apenas 7 anos de idade. Depois da morte desse aviador, meu pai me falava que ele havia morrido como herói, mas não sei ao certo como ele morreu, acredito que tenha sido em um treinamento. Outra imagem que me marcou referente ao Regime Militar foi um grande desfile feito na cidade, quando os militares ficaram algumas semanas em São Luiz e todas as escolas de roça foram convidadas a comparecer. O desfile tinha vários caminhões, muitos



soldados e as crianças da roça, que não estavam acostumadas nem mesmo com muitas pessoas, ficavam maravilhadas com tudo aquilo, esse tipo de desfile era chamado de ACISO, Ação Social do Exército.

Era necessário conciliar meu tempo com a escola, pois não parei de ajudar meu pai com o trabalho e aproveitava o caminho entre escola e a casa para brincar. Quando estava no caminho, ficava empurrando um brinquedo chamado de breque, muito comum naquela época. Era uma pequena roda com um pedaço de pau que eram ligados por um pequeno pedaço de arame e com isso era possível guiar a direção para que ia a roda assim como fazer alguns malabarismos. Naquele tempo, qualquer coisa era aproveitada nas brincadeiras das crianças, algumas vezes brincava com lata, coisas que encontrávamos no caminho e era tudo muito tranquilo, sem traumas como vemos hoje nas cidades. Maior parte do tempo estudei no período da manhã, apenas no quarto ano que mudei para a tarde, por não ter aulas para essa série no período matutino. Não tínhamos o costume de levar lanche, mas, quando alguém ia para a cidade, na volta, jogava pipoca pela janela do ônibus. Por isso, combinávamos de esperar o ônibus para pegar a pipoca. Todas as crianças corriam atrás da pipoca, era algo mágico, fazíamos festa com pouca coisa.

Eu e minha família vínhamos pouco para a cidade, uma vez por mês, normalmente, para fazer compras no armazém do seu Hermínio Pião ou então no Mikilin, eram apenas dois ou três armazéns na cidade. Em um desses armazéns, ao chegar, sentíamos o cheiro de bacalhau e carne seca, o nome dele era “Secos e Molhados”. Nele tinha muitas latas, doces, caixas de peixe seco, manjubinhas e os balcões eram grandes. Eu gostava dessas vindas para a cidade porque ganhava uma lata de marmelada. Lembro-me de que havia uma caderneta e, no final do mês, meu pai ia pagar aquilo que devia e comprar algumas coisas que faltava para a casa e ganhava essa lata de marmelada, ou uma de goiabada. Além desses doces, minha mãe também fazia um doce de leite maravilhoso, mas eram poucas as vezes, porque tinha muito trabalho.

Também vínhamos para a cidade nas festas e voltávamos impressionados, perguntando para minha mãe onde morava o João Paulino, um bonecão, e ela dizia que moravam no Alto do Cruzeiro. Depois disso, queríamos saber o que eles comiam e minha mãe precisava se esquivar dessas perguntas. Para a criança, era como se ele tivesse vida e minha mãe tentava explicar que ele era apenas uma fantasia do real. As festas eram interessantes, porque

a polícia tinha um jipinho e eles prendiam todos os bêbados nesse carro, era uma cena forte para as crianças, e levavam para a delegacia que era ao lado da igreja. Junto aos bonecões e à polícia a festa era muito colorida, as pessoas simples, íamos ao mercado onde davam muita comida que era feita em caldeirões e a imagem que vem à cabeça é das pessoas sem dente, mas alegres; a cidade era muito pobre.

Apesar de meu pai ser muito simples, ele gostava muito de política e, por esse motivo, também vínhamos para a cidade ver os comícios. Lembro-me de ter vindo à cidade no dia da morte de Nelson Ferreira Pinto. Ele morava na casa que hoje é o Centro de Assistência Social e muitas pessoas saíram da roça para ir ao enterro. Além de um líder local, ele era um ídolo para muitas pessoas e o nome de oposição à corrente do Cardoso. Meu pai nos falou que o Governador viria para o enterro de helicóptero e nós, crianças, criamos muita expectativa. Esse foi o primeiro defunto que vi na minha vida, o cheiro já não estava muito bom. Quando o governador chegou, todos saíram correndo para ver a aeronave. Naquele tempo, salvo engano, o governador era Laudo Natel. Vir para os eventos políticos, principalmente nos comícios, era fonte de grande expectativa, principalmente pelo medo de, após eles acontecerem, assim como apurações de votos, começarem brigas e, por isso, voltávamos cedo para a casa. Sempre ouvíamos, nessas ocasiões, histórias de um político enterrando o outro e essa era a visão que tínhamos da vida política a partir do lugar onde morávamos.

Como morava na roça, tenho poucas lembranças da cidade. As ruas eram esburacadas, tinha muitos animais na rua, era possível ver muitos porcos nos quintais das casas, assim como galinhas e outros animais que sempre escapavam. Havia também um matadouro no fundo do mercado que as crianças ficavam sempre curiosas em olhar, o lugar era fétido e anti-higiênico, além de ser no coração da cidade. Comecei a entender a cidade só depois que vim morar nela, mas, até então, a visão que tínhamos era aquela dos bonecões, festas, polícia e as cores. Lembro também de um campo de futebol onde estacionavam vários ônibus e também do circo que, algumas vezes, trazia elefantes e macacos, mas frequentei o circo apenas depois de vir morar na cidade.

Comecei a vir com frequência para a cidade quando entrei na quinta série e não podia mais estudar na roça. A escola era no prédio que caiu e agora irá ser a Biblioteca. Eu tinha muita vergonha e junto a isso usava uma roupa rosa. Eram poucas as roupas que eu tinha na roça, a maioria eram shorts e camisas rasgados e, quando vim para a cidade, foi necessário

fazer uma roupa nova, e foi aquela roupa rosa. As crianças faziam troça de mim, falando que eu era da roça. Na sexta série, assim como na quinta, íamos e vínhamos todos os dias, mas tínhamos medo porque era necessária uma lanterna por já estar escuro na volta e havia a possibilidade de encontrar com algum bicho ou algo sobrenatural, não passava pela cabeça a possibilidade de roubo ou algo do tipo. Meu pai falava que não podíamos ter medo de saci e lobisomem porque eles não existiam, mas qualquer barulho era motivo para que saíssemos correndo, minha irmã me acompanhava. Esperávamos o ônibus na linha e esse era o problema, pois ele passava em um horário que já era quase noite.

Comíamos nosso lanche no Pedro Arcene e marcávamos numa caderneta para pagar depois. A comida era sempre feijão, arroz, macarrão e ovo ou bife frito na chapa. Outra coisa que gostávamos era o pão com mortadela do bar do seu Osmar, que também tinha uma caderneta. Esse bar ficava na esquina onde hoje é o bar do Beto, depois se mudou para onde hoje é a loja do João Dehon, não me lembro quando aconteceu essa mudança. No primeiro lugar era um bar antigo que tinha copinhos de cachaça, copo americano, mortadelas de vários tipos penduradas e hoje não vemos mais isso, porque elas são duras, antes elas eram muito mais gostosas.

Por causa do medo que eu e minha irmã tínhamos, ao ir embora à noite, meus pais decidiram alugar uma casa na cidade, eu estava na sétima série e tinha treze anos, minha irmã tinha doze anos e frequentava a sexta série. Meu pai não achava muito importante o estudo, mas meu irmão mais velho dava muita importância e nos alertava sobre isso. Então, quando viemos para a cidade, as coisas ficaram mais fáceis e logo comecei a trabalhar, mas quando minha irmã terminou o oitavo, ano voltamos para a roça. A decisão de mudarmos para a cidade partiu principalmente de meu irmão mais velho e minha mãe. Meu irmão trabalhava no hotel Taubaté e estudava, levava uma vida muito difícil e minha mãe acreditava que, estudando, poderíamos ter uma vida mais fácil que a dela e de meu pai. A mudança foi inesquecível porque choveu no dia e tanto o carro, como o caminhão, atolaram no barro e todas as coisas da casa ficaram molhadas. Chegamos a São Luiz de madrugada, nos alojamos na Rua Nova, próximo ao mercado, e ficamos algum tempo ali e com o tempo meu pai passou a gostar de morarmos na cidade e a dar maior importância pela necessidade dar estudo aos filhos, por isso, ele comprou a uma casa na rua da Liberdade, atrás da igreja do Rosário, que ainda pertence à família e minha irmã mora nela, hoje em dia.

Com pouco tempo na cidade comecei a trabalhar. O primeiro emprego foi na padaria do Senhor Eduardo, no ano de 1978. Para nossa família, trabalhar sempre foi algo importante, pois fomos criados dessa forma. Antes disso, engraxei sapato por um tempo, mas não considero isso como um emprego. Eu e algumas crianças como Paulo Brola e os filhos do Nei Rocha engraxávamos sapatos, que todos na época usavam. Foi gostoso ter minha primeira caixa de engraxar sapato. Era algo autônomo, como o período em que vendi mamão; eu colhia eles na roça e trazia para o senhor Galvão que, por dó, comprava todos. O primeiro trabalho formal foi o da padaria, eu tinha treze anos e todos me achavam muito novo para trabalhar, mas, ainda assim, o professor Eduardo me aceitou. Antes disso, procurei emprego com o senhor Luiz do Paulo, mas ele disse que não daria emprego na olaria para uma criança; então, fui até a padaria onde passei a entregar pão pelas manhãs e atender o público no balcão em outros horários.

Nesse tempo, levantava às quatro horas da manhã e, às cinco horas, começava o trabalho na padaria. Entregava os pães até às sete e meia, em uma bicicleta com um cesto na frente. Em cada casa que passava ia marcando quantos pães entreguei. Nos dias frios, era mais difícil, as mãos endureciam e precisava esquentá-las para voltar ao normal; algumas vezes, aproximava as mãos do forno. Outra coisa que acontecia era a bicicleta virar por causa da instabilidade da roda da frente. As ruas eram de cascalho e esburacadas, então quando isso acontecia eu assoprava os pães, porque, se voltasse para a padaria levaria bronca, e algumas pessoas comiam pão com areia.

Depois de entregar os pães, passava a trabalhar no balcão até meio-dia e meia e, uma hora da tarde, ia para a escola. As aulas iam até cinco e meia até a oitava série, quando fui para o ginásio passei a estudar no período da noite. Trabalhei na padaria até 1982, primeiro para o professor Eduardo, depois a dona passou a ser a dona Maria Gorda, esposa do Carlos Moradei, sempre com a mesma atividade. Com a dona Maria, comecei a mostrar mais dedicação e, com isso, me promoveram a gerente, coordenando o que a padaria recebia de mercadorias, calculando o lucro e os gastos. Senti-me importante com esse emprego e também deixei de entregar pão no período da manhã.

Naquele tempo, não tinha perspectivas de futuro, vivia o presente, sem procurar vislumbrar o futuro, tendo no horizonte apenas um trabalho, qualquer que fosse; o importante era que fosse “bom”. São Luiz era uma cidade propícia para viver o hoje, dava-se um jeito

para tudo. Se tivesse enchente pulávamos da ponte para nadar, se não tinha, juntávamos todos na rua a brincávamos de garrafão, surra-surra e era tudo muito espontâneo, mesmo tendo obrigações diárias. Eu era muito amigo dos filhos do Nei Rocha, que sempre foram muito brincalhões. Dois dele, o Dichi e o Valter, não tinham tantos compromissos como eu com a escola e o trabalho e, por isso, passavam o tempo todo organizando brincadeiras pela rua. Um exemplo era o surra-surra em que alguém, com uma vara, corria atrás de 20 ou 30 crianças. Se a pessoa com a vara alcançasse os outros, batia em quem fosse pego e por isso todos corriam muito, por cima do pasto, pulando no rio à noite para não apanhar. O garrafão não me lembro como era, mas também jogávamos bolinha de gude, jogávamos bola, aquilo que o tempo e o lugar propiciassem utilizávamos nas brincadeiras.

Mesmo sem pensar muito no futuro, sempre me dediquei muito aos estudos e duas coisas influenciaram em minha vida: o fato de ser da roça e isso exigir muita engenhosidade para lidar com os problemas colocados na escola e o fato de conviver com pessoas muito diferentes em São Luiz, o que me ajudou a lidar com a diversidade durante a vida, sendo mais flexível. Por causa dessa experiência adquirida, percebi, ao terminar o primeiro ano do colégio, que não teria dinheiro para pagar uma faculdade e decidi me transferir para o Magistério, para garantir uma profissão um pouco melhor no meu futuro. Em São Luiz, era chamado de Escola Normal e ficava próximo ao mercado. Essa experiência foi muito boa, e acrescentou muito à minha vivência, pois, as pessoas eram mais velhas e, com isso, passaram a me fazer pensar um pouco mais no futuro.

Em 1982, saí do trabalho na padaria e fui trabalhar na fábrica de blocos do Louro, onde fiquei por nove meses. Foi nessa experiência que vi o quanto esse tipo de trabalho era pesado e, ao me formar no Magistério, sabia que não era esse tipo de emprego que queria e comecei a procurar lugares para dar aula até ir para Ubatuba. Isso aconteceu por causa do José Lopes, irmão do João Vermelho, que era professor e dizia que eu precisava sair de São Luiz e que ser professor seria uma boa profissão para mim. Para minhas perspectivas, na época, essa era uma boa opção, pois não tinha condições de cursar um curso universitário. Na época, era muito difícil conseguir emprego, e José Lopes me avisou que iria abrir vagas para aula em Perequê Mirim, em Ubatuba, e fui para lá. Nesse lugar, tinha uma professora que eu conhecia, a dona Cinira Teodoro, me ajudou a conseguir as aulas. Trabalhei durante um mês nessa escola e fiz muitas amizades. Essa é uma característica de quem é criado em

São Luiz do Paraitinga, as pessoas aprendem a fazer amizade facilmente, porque todos conversam em todos, inclusive os bêbados pela rua e isso facilita a aproximação de outras pessoas.

Depois disso, consegui outra escola no bairro Picinguaba, que dona Cinira avisou que era um lugar inóspito, mas para mim aquilo não era problema, pois fui criado na roça. A partir daí, comecei a construir minha vida. Trabalhei em Picinguaba de agosto de 1982 até dezembro de 1986. Essa foi a primeira vez que saí da proteção de minha família, mesmo que, em São Luiz eu e minha irmã tenhamos ficado muito tempo sozinhos e agindo de forma autônoma, ainda tínhamos contato com nossos pais. Isso ajudou a tomar a decisão de sair de São Luiz, mas, todos os finais de semana, eu voltava para cá, a cidade exercia sobre mim um encanto, era bom rever os amigos e as paqueras, mesmo com muita vergonha. O namoro, antes, tinha que ser mais sério e a timidez atrapalhava um pouco. Naquele tempo, os homens andavam em volta da praça em uma direção e as mulheres em outra e, dessa forma, acontecia a paquera quando se cruzavam.

Meus pais nunca moraram na cidade, davam suporte e vinham sempre para trazer dinheiro para nós, ou para vender alguma coisa no comércio. Algumas vezes, eu ia para a roça para ajudar a trazer as latas de queijo para bares, restaurantes, lanchonetes. Nos primeiros meses que passamos na cidade, as coisas foram um pouco difíceis, esquecíamos a comida no fogo, janelas abertas, mas, com o tempo, as coisas foram melhorando. Quando fui para Picinguaba, fiz amigos rapidamente na comunidade e, com ajuda deles, fui arrumando minhas coisas. A escola era precária e parte das aulas eram dadas na igreja, até que Suplicy e Fernando Henrique Cardoso, que tinham casas na região, encabeçaram um movimento para construir uma nova escola no bairro, mas isso demorou alguns anos. Era tudo improvisado, as pessoas jogavam lixo na rua, não havia o costume de plantar o que comer. Ao ver esse semanário, comecei a fazer uma horta comunitária que ganhou muito sucesso e, junto a isso, passamos a reciclar alguns materiais para uso da comunidade. Uma jornalista da *Folha de S. Paulo* que entrou em contato com nossa iniciativa fez uma matéria que ocupou uma página inteira de uma edição de domingo do jornal. Isso me deixou muito orgulhoso e, curiosamente, esse foi o principal período de minha formação pois, em São Luiz eu não tinha o hábito de ler, e em Picinguaba, sem televisão, comecei a me dedicar à leitura. O meio de comunicação que mais utilizava era o rádio, *Rádio Jornal do Brasil*, que era de boa qualidade. Foi nesse período que aperfeiçoei minha formação intelectual.

Tudo corria muito bem nessa época, mas, quando minha ex-mulher engravidou, algo que era inesperado, passei a pensar no futuro. Pela primeira vez, estava preocupado com o futuro e procurei trabalho como guia turístico junto a uma amiga. Quando saí de Picinguaba, fiz algumas viagens como agente para a *Pousada do Rio Quente*, em Goiás, e comecei a ir para São Paulo. Passava uma semana acompanhando os grupos, no período de férias da escola. Alguns amigos de São Luiz, Pio e Amarildo, tinham um apartamento na Vila Mariana e me ajudaram quando precisava ficar cidade. Essas viagens abriram um novo mundo de oportunidades para mim e, com a possibilidade de conhecer novos lugares, me mudei para Ribeirão Preto, onde tinha uma central da Veletur, que era a empresa que organizava as viagens para a *Pousada do Rio Quente*.

As coisas iam muito bem, até que veio o Plano Cruzado, que cortou dos gastos supérfluos. Nesse período, comecei a ler o *Pasquim* e nele saiu uma manchete dizendo: *Nos Furaram*; o Plano Cruzado deteriorou a economia brasileira. A empresa me demitiu e voltei para São Luiz, porque não tinha outro lugar para onde ir, nem dinheiro para me manter. Mesmo morando com meus pais, me vi frente à necessidade de sair daquela situação e comecei a procurar uma faculdade. Escolhi ir para São José dos Campos, pois seria mais fácil encontrar aulas, apesar de ser mais distante de São Luiz. Consegui passar no vestibular e comecei a fazer o curso de Direito e dar aulas em São José. Mesmo tendo minha filha, ainda não era casado e, em São José, morei com dois amigos de São Luiz, Menga e Neno, na Vila Mariana, um bairro tradicional da cidade. Viajava todos os dias para um bairro que fica depois da Vila Industrial para dar aula. Trabalhava no período da manhã e da tarde e, por ter boa convivência fui eleito coordenador do setor do Ciclo Básico da escola. Dessa, forma dava aulas no período da manhã e durante a tarde fazia a função de coordenador. Saía da escola para a faculdade, o que não me deixava muito tempo livre.

A opção pelo curso de Direito é reflexo da época em que vivia. Naquele momento, o Brasil passava por uma efervescência grande de governança e de legalidade, frente à necessidade de redemocratizar o país. Em 1984, cheguei a participar do movimento *Diretas Já*. Nessa época, ainda morava em Ubatuba e lá havia um movimento em defesa dos direitos dos cidadãos do qual eu participava. Vestia camiseta, ia para a rua e carregava bandeira como professor. Foi um momento em que tive grande contato com a APOESP, que na época não era um sindicato, mas um movimento que lutava pela constituinte. Com tudo isso, o curso

de Direito estava em alta nas camadas populares e era mais barato, fácil de ingressar e não era necessária dedicação integral, o que dava tempo para trabalhar.

Meu irmão José Carlos, que era formado em Letras, também estava fazendo o curso de Direito nessa época. A faculdade exerceu grande fascínio sobre mim, mas o volume de leitura era muito grande. Lembro-me de que, no primeiro dia de aula, enquanto o professor falava, pensei comigo na vontade de ser juiz, como eu já tinha um emprego público não era interessante me tornar advogado e me aventurar pelo setor privado sendo pai e tendo responsabilidades a cumprir. Por esse motivo, levei muito a sério a faculdade e, no segundo ano do curso, passei em um concurso para escrevente na cidade de Jacareí. Esse trabalho me fez ter contato com processos e, mesmo sendo cansativo e em uma cidade diferente, me ajudou nos estudos. Por conta do cansaço das viagens, me empenhei em estudar para ser oficial de justiça e ter mais tempo para me dedicar à família e aos estudos e consegui passar no concurso no quarto ano de faculdade. No quinto, e último ano, não pensava apenas em ser juiz, mas também na possibilidade de ser promotor.

Quando terminei a faculdade, comecei a fazer as provas para promotor e juiz, e era interessante como as pessoas em São Luiz reagiram a isso. Meu pai não acreditava que eu poderia passar em alguma dessas provas, pois eram profissões de elite, para pessoas que tem dinheiro para fazer cursos em São Paulo durante anos para passar. Mesmo com a falta de credibilidade da qual gozava e tendo dois filhos pequenos, me distanciei de São Luiz e estudava o tempo todo, não comemorava Natal, Ano Novo, carnaval ou ia à praia. Essa era a única saída, já que não tinha condições de ir para São Paulo estudar. Mas, com essa dedicação tive a sorte de passar na primeira fase de um concurso para juiz e, naquela época, quem passava nessa fase podia estudar em São Paulo em um curso gratuito para juiz. Esse curso potencializou minha formação jurídica, que era fraca pelo fato de a Univap não ser uma faculdade muito boa. Passei quatro meses em São Paulo estudando em período integral. Fiquei no apartamento de uma amiga, Vania, junto com outra amiga, Regina, na Santa Cruz.

Estudava o dia todo e ia para casa apenas para dormir, mas consegui passar nessa fase do concurso e muitos colegas não passaram. Um dos colegas que não passou nesse concurso foi Pedro Taques, hoje Senador, que passou algum tempo depois no concurso de procurador da república. Na fase seguinte, que era uma prova oral, não consegui passar. Ao mesmo tempo, fiz o concurso do Ministério Público que passei na primeira fase, mas não



consegui passar na segunda. Uma coisa que aprendi em São Luiz me ajudou com esses resultados, que era o de que na vida devemos lutar e não podemos esmorecer, mesmo frente a algumas quedas. Mesmo com as reprovações, ao invés de ficar chorando por semanas como a maior parte das pessoas, eu estava estudando novamente no dia seguinte. Com essa persistência consegui passar no concurso do Ministério Público no ano de 1994.

Foi uma mudança radical em minha vida. Quando contei para meu pai ele chorou de emoção e disse essas palavras: – Puxa, eu não imaginava que você fosse virar um doutor. – Isso foi muito gostoso e, ao mesmo tempo é uma recordação muito forte, consegui mostrar para ele que eu conseguiria. Depois disso, percebi o como as coisas eram diferentes, pelo simples fato de ter me tornado “doutor” para as pessoas de São Luiz. Eu era acostumado a conversar com as pessoas mais pobres da cidade e, de repente, a elite da cidade começou a me procurar e me incluir em seu meio. Minha forma de tratar as pessoas continuou a mesma, mas o padrão de vida que levava mudou e pude dar maior conforto para minha família.

Meu casamento foi difícil e acabei me divorciando anos depois. De certa forma, esse foi um fator positivo, pois não queria deixar meus filhos em dificuldades. Quem é de São Luiz aprende que é importante criar bem o filho, essa é uma questão de honra. O fato de eu ter um alto salário me ajudou a dar uma vida melhor para eles, mas, nem por isso, mudei a forma de respeitar as pessoas. Por esse motivo, sou muito conhecido, hoje, no Ministério Público e trabalho em um setor de relacionamento com a sociedade. Fui convidado a trabalhar nessa área por causa de meu perfil e a facilidade em lidar com pessoas dos mais variados setores da sociedade. Essa forma de me relacionar com as pessoas devo a São Luiz.

Escolhi a comarca de Guaratinguetá como sede, mas comecei a trabalhar na cidade de Cruzeiro, onde fiquei durante três anos. Ninguém queria ficar nessa cidade porque tinha muitas delegacias na região e o volume de trabalho era muito grande. Como era acostumado com o trabalho, consegui me dar bem, mas tinha dias que entrava às oito horas da manhã no fórum e saía à meia noite. Esse ritmo de trabalho foi bom para minha carreira, pois os funcionários do Ministério Público não tinham essa dedicação e, com isso, também ganhei experiência. Lembro que minha pasta, nos primeiros dois anos, era muito cheia e havia um assessor da corregedoria que fiscalizava nosso trabalho, até mesmo erros de português. Pelo tamanho do volume de trabalho que fazia ele nunca me causou problemas. Por causa da quantidade de trabalho que realizava fiquei conhecido como “Osório pé de boi”.

No final do segundo ano, o assessor me indicou que não era mais necessário enviar os processos para ele, pois sabia que meu trabalho era bem feito. Esse processo de avaliação dos promotores aconteceu depois da Constituinte, porque o Promotor acabou se tornando uma espécie de xerife nas cidades. Era necessário atender a todas as denúncias, casos diversificados de violações de direitos e a necessidade de estar com contato com a população, ao invés de ficar apenas dentro de um gabinete. Grande parte de meus colegas não tinha esse perfil, mas, para mim, era uma questão moral trabalhar próximo às pessoas e fazer jus a meu salário sem passar por cima das pessoas.

Sempre gostei de apurar o que estava acontecendo e a polícia tinha muito respeito por mim, alguns delegados tinham até medo, pois cheguei a tirar pessoas da delegacia por estarem sendo torturadas. Em uma ocasião, estava trabalhando em São Sebastião e recebi uma denúncia de uma advogada de que um detento estava sendo torturado, fui até a delegacia para ver o preso, seu nome era Israel. Não me esqueço daquilo que vi, pois, o preso estava sendo afundado na água sob tortura, no mesmo momento pedi para soltarem o homem, levei-o para o fórum e processei os policiais. Esses policiais foram desligados da corporação, essa era minha obrigação. Por alguns anos, trabalhei em grupos de combate ao crime organizado, momento em que recebi ameaças contra minha família, mas sempre cumpri meu dever. Atualmente, trabalho com o setor de relacionamentos, numa coordenação de educação do Ministério Público, onde o foco está na prevenção da violência na escola e na sociedade, procurando o fortalecimento de redes de atendimento, não atuo mais na área criminal diretamente.

Depois da comarca de Cruzeiro fui transferido para a comarca de Queluz. Tinha muito orgulho de trabalhar nessa cidade, porque tinha muitas coisas históricas nesse lugar. Areias tinha pertencido a essa cidade e Monteiro Lobato foi promotor nesse lugar. O Vale de São José do Barreiro também tinha muita história, me lembrava de São Luiz e, por isso, me identifiquei com o lugar e suas histórias de lobisomem. Nesse período, eu estava vindo com maior frequência para São Luiz e apareceu a possibilidade de trabalhar na cidade de Caçapava e, depois de quase dois anos nessa cidade, consegui me transferir para Taubaté. Hoje estou afastado, por causa do trabalho que realizo em São Paulo, mas minha promotoria é em Taubaté.

Em 2004, fui convidado a trabalhar no Timor Leste. No ano de 1999 o país foi ocupado pelas forças de paz da ONU e, até o ano de 2002, aconteceu um período de transição. No ano de 2002, o governo havia se estabilizado com eleições gerais para presidência no ano seguinte para o parlamento. Mesmo com o poder Executivo e Legislativo estabilizados era necessário organizar o Sistema Judicial e, pela proximidade ao modelo brasileiro, foi feito um pedido de ajuda ao governo brasileiro. O Itamaraty pediu para que o Ministério Público de São Paulo indicasse um promotor, um juiz e dois defensores públicos para fazerem uma visita de prospecção, para fazer um levantamento das necessidades do país. Eu fui um dos indicados para ir ao Timor junto a uma equipe de diplomatas. Passamos algum tempo fazendo o levantamento das necessidades através de entrevistas e ouvindo as pessoas. Depois disso, voltamos para o Brasil para elaborar um projeto para ajudar no fortalecimento do Sistema Judiciário do país.

No ano de 2005, voltei para o Timor Leste para executar a primeira fase do projeto, junto a uma juíza e dois defensores públicos e profissionais de outros países recrutados diretamente pela ONU. Passamos um ano fazendo nosso trabalho no país e era interessante porque nós precisávamos dar aulas. As pessoas gostaram muito dos brasileiros pela dedicação ao trabalho, em contrapartida, os portugueses eram muito vaidosos e queriam impor sua visão à escola. Com isso, passamos a trabalhar em nossas funções de juiz, promotor e defensores públicos, o que engrandeceu a experiência profissional de todos, principalmente pelas diferenças de língua e cultura. Ter nascido e sido criado na roça me ajudou a lidar com as situações precárias de um lugar devastado pela guerra. O país estava destruído, mas havia muita força nas pessoas, grande senso de comunidade. A organização era muito primitiva e a comunidade era a principal forma de convivência das pessoas. Foi um trabalho bastante difícil, pois não havia estrutura nenhuma no lugar e o calor era muito forte, mas a força de vontade dos timorenses nos estágios e trabalhos junto a nós era gratificante, pois se tornava uma troca de experiência com a população.

Entre as lições que aprendi com essa experiência, a principal foi resiliência. As pessoas se mostraram indestrutíveis frente a tudo que passaram. Eles comiam pouco, perderam familiares pelo genocídio que dizimou um terço da população. Eu e minha esposa, Daniela, fomos guerreiros e esse período foi enriquecedor em ensinamentos para nós. Havia um ditado que surgiu após a chegada da ONU e foi usado como título de livro posteriormente: “Queimado, queimado, mas agora nosso”. Essa frase mostra a força daquelas pessoas que

levantavam cedo sem ter o que comer, mas que sorriam frente a tudo aquilo e lutavam pela vida e por sua comunidade. Eles se reuniam constantemente para discutir o que era necessário para eles, seja para prender alguém e responsabilizá-lo por algo ou para tirá-lo da prisão. Eles demonstravam um senso de justiça muito grande e não conseguiam, após tudo que passaram, conceber o fato de uma pessoa fazer mal à outra. Mas enquanto nós, brasileiros, éramos rápidos com nossos códigos, eles demoravam horas, pois, para sua cultura era necessário que o culpado assumisse o que fez e reparasse os danos que causou. Algumas sentenças de multa duravam até 20 anos e o culpado pagava, pois, o descumprimento dessa multa resultava no banimento da comunidade e isso era mais efetivo do que uma prisão. Outro aprendizado foi com relação à língua e o grande contato com pessoas de várias nacionalidades e com isso perceber as diferenças e proximidades entre elas. Apesar de algumas pessoas tratarem o Timor Leste como uma colônia, nós não gostávamos dessa denominação arrogante.

Quando voltei para o Brasil, continuei com meu trabalho na promotoria, no grupo especial de combate ao crime organizado, e depois passei a trabalhar na área criminal. Com o passar dos anos, me afastei da promotoria e hoje passo mais tempo em São Paulo, trabalhando com projetos institucionais na área da educação. Defendo que o Ministério Público precisa ter maior contato com a comunidade, pois, hoje, nos elitizamos e, por isso, nos afastamos da sociedade. A população, hoje, está muito mais organizada, há um grande aumento das ONGs e é necessário articular a sociedade e o poder judicial, pois o maior prejudicado nisso tudo é o povo. O Ministério Público passou a dar importância para essa visão muito tardiamente por começar a perder sua credibilidade e até mesmo sua função institucional. Pela posição de arrogância assumida durante longo tempo, fomos atacados por políticos e comunidades que não receberam nossa ajuda. Nosso trabalho seria o de articulação entre poder público e sociedade, mas passamos muito tempo omissos. Acredito que devemos priorizar nossas ações no combate à corrupção, combate da violência em proximidade às comunidades.

No ano de 2009, estava trabalhando em Taubaté e acumulando o trabalho de São Luiz. No dia 31 de dezembro, estava com meu amigo Paulo Albano e fizemos uma ceia para comemorar a passagem do ano. Como começou a chover com mais intensidade, resolvemos ir para casa descansar. Por volta de uma hora da manhã, passamos pela praça da cidade e achamos estranho ter poucas pessoas no local pela data em questão. Durante a noite, choveu

muito forte e sem parar. Acordei às cinco horas da manhã e pensei na possibilidade de uma enchente grande, pois era algo comum enchente na cidade. Ao abrir a porta de casa vi que o rio já estava cheio, o que foi estranho, pois demora dois a três dias para o rio encher, porque a água vem da Serra da Bocaina, passando por Cunha. Percebi que tinha algo errado e não consegui mais dormir.

No café da manhã falei para minha esposa que ia para a rua, pois deveria haver pessoas precisando de ajuda. Por volta das nove horas da manhã, a água já estava na Rua Barão e subindo rapidamente. A primeira casa em que ajudei a remover os móveis foi a do senhor Galvão e, saindo de lá, fui para o posto de polícia conversar com o sargento Eleutério e com o escrivão Nelson, prevendo um dia difícil e a necessidade de um trabalho conjunto. Senti-me autorizado a falar isso para eles como cidadão, mas também era o promotor designado da cidade. Avisei minha esposa que iríamos precisar trabalhar e saímos de jipe com a polícia. Ajudamos algumas pessoas na Rua Barão e depois fomos para a Várzea dos Passarinhos. Ao chegar ao depósito do Chico Damásio começamos a encontrar pessoas ilhadas e o policial Campos, que é luizense, se juntou a nós.

Na Várzea dos Passarinhos, tiramos as pessoas das casas e salvávamos o que era possível para elas. Lembro-me de nadar nas enchentes enquanto criança e do padre Tarcísio benzendo as águas nos Quatro Cantos para que ela não subisse mais. Na época, aquilo era uma aventura, mas agora era algo sério e assustador por causa das proporções que as coisas tomavam. Ser promotor ajudou muito, porque as pessoas me conheciam e pelo respeito não colocavam dificuldades para sair de casa, no máximo perguntavam quanto de água estava vindo para a cidade. Ao mesmo tempo o policial Campos fazia contato com a Defesa Civil de São José dos Campos, que informaram ser uma quantidade muito grande de água que estava descendo pelo rio. Passamos em todas as casas pedindo para que as pessoas saíssem e oferecendo ajuda, algumas casas já estavam com a estrutura comprometida.

Depois que passamos pelas casas nesse lugar fomos para o Bairro Rio Abaixo pela estrada de Lagoinha e conseguimos ter dimensão do tamanho da enchente que se aproximava. O trevo que leva até a cidade tinha virado um grande lago. Essa visão trouxe desespero, pois aquilo era algo que nunca tínhamos visto. Conseguimos chegar ao Rio Abaixo com muita dificuldade, pois havia muito barro e a terra não absorvia mais água. Não conseguimos avançar muito, mas avisamos o máximo de pessoas para que saíssem de casa e nos

ajudassem a espalhar o aviso. Com isso fomos para o bairro Rio Acima e foi a mesma coisa, pois a água já estava passando por cima da ponte. Havia um canil, da Eva Wilma, que tinha em torno de duzentos cães e não sabíamos o que fazer já que não poderíamos cuidar deles.

Depois disso voltamos para a cidade e devido à quantidade de água voltei minha preocupação para os cartórios. Tentamos fazer contato com os responsáveis, mas não tivemos resposta e por esse motivo arrombamos os cartórios. Fomos primeiro para o Cartório de Registro de Imóveis que funcionava junto ao de Notas. Os policiais ficaram com medo de fazer isso, mas informei que íamos conseguir uma testemunha civil para o que iríamos fazer, mas precisávamos salvar aqueles documentos. Quando chegamos ao local, por acaso, encontramos com o Odilon e pedimos ajuda para ele com a intenção de subir os livros o mais alto possível, ainda tínhamos a esperança de que a água parasse de subir antes de alcançar um nível tão alto. Foi um trabalho muito grande por causa da segurança das portas e também da pressão que a água fazia contra elas. Ao conseguir entrar nos Cartórios, muitos livros já estavam tomados pela água e subimos o máximo que foi possível. Os livros mais antigos resolvemos retirar e foi preciso um bote para ajudar e levá-los até a base da polícia que fica do lado da igreja, esse processo demorou quase quatro horas. Por causa da demora, e do pânico das pessoas, deixamos o trabalho no Cartório, tendo feito o máximo que pudemos pelos livros.

Muitas pessoas já tinham começado a sair de casa e quem morava em sobrados e não tinha saído de casa foram resgatados pelas pessoas do *rafting*, que tiveram uma ação ágil e eficiente. Para mim, os livros dos Cartórios estavam a salvo e agora era necessária dedicação exclusiva para as pessoas. Andamos por toda a cidade, levando e trazendo pessoas, controlando os ânimos para evitar tumultos. Com a subida da água, não era mais possível utilizar o carro da polícia e começamos o trabalho de acalmar as pessoas. Nesse momento, o Sergio Canhotoiro, que é engenheiro, me falou parar tirar as pessoas que estavam próximas à igreja pois ela não tinha uma estrutura sólida e corria risco de desmoronar, como veio a acontecer. Como ele havia feito um estudo do prédio para reforma, acatamos o que ele falou e retiramos as pessoas do local e as dirigimos para a escola, onde as pessoas começaram a se alojar, foi quando lanchei pela primeira vez depois do café da manhã, já eram 11 horas da noite.

A prefeitura procurou ajudar no que estava a seu alcance, cedendo comida e as pessoas do *rafting* estavam correndo para ajudar as pessoas que estavam ilhadas, mesmo muita

gente não querendo sair de suas casas. Foi necessário, eu e alguns policiais, nos juntarmos aos botes para que as pessoas saíssem de suas casas. Fomos primeiro às proximidades do mercado e depois para outros lugares. A Defesa Civil informou que a água estava subindo meio metro por hora. Foi emocionante ver as famílias com crianças e pessoas mais velhas deixando suas casas. Na casa do Choquito, foi muito difícil, porque tinha um portão e precisamos passar o bote por cima. Ele e a família não queriam sair de casa e precisamos tirá-los à força. Também voltávamos para as casas para pegar os animais e levar para algum lugar seguro, mas, em muitos casos, não conseguimos.

Quando nadava na enchente, ainda criança, a água chega no máximo na Rua Nova e agora ela estava três metros acima das casas dessa rua. As pessoas que iam sendo resgatadas eram levadas para a praça e voltávamos para a água. Em uma dessas idas e vindas escutamos a primeira casa cair, era da dona Marina, na Rua Barão. O barulho foi forte e a tristeza sem tamanho ao ver isso acontecer. Mas não podíamos parar para lamentar e continuamos indo até as pessoas que relutavam em sair. Retiramos a família do Beque, do Dito e o Brás que moravam próximo ao mercado, as pessoas não conseguiam se desligar de seus bens. Ao levar essas pessoas, também fomos à casa do senhor José Antunes, que estava preso no sótão sem lugar para sair e precisamos fazer um grande trabalho para tirar ele e a esposa de lá, eles tinham ficado salvandoovelos de lã de sua loja e acabaram sem saída. Por último, quando acreditava não ter mais ninguém, os filhos do senhor Luiz Mariano disseram que seus pais ainda estavam em casa; eles tomaram remédio para dormir porque não queriam ver o quanto de seus bens tinham perdido. Foi estranho porque me lembrava das cenas do filme Titanic enquanto o João do Rafting assoprava o apito sem parar e o som parecia sumir em meio à correnteza.

Mesmo quando tudo parecia mais calmo, chegava a informação de que ainda tinha alguém preso dentro de casa e nos deslocávamos para o local. Quando faltava bote, começávamos a encher outro e aquilo era muito trabalhoso. O último resgate feito na cidade foi o do Nino na Várzea dos Passarinhos e depois fomos para o bairro dos Pimentas. Nesse momento, foi necessário tomar as precauções por causa da igreja e também fazer o gerenciamento das pessoas com relação a abrigo e alimentação. Não paramos em nenhum momento durante a noite e, quando amanheceu, a água havia tomado toda a região. A família dos Rocha disponibilizou leite e água para a população e algumas pessoas começaram a se pronunciar de forma voluntária a organizar as coisas e distribuir para as pessoas. Organizamo-

nos na igreja do Rosário e o trabalho foi difícil, porque as pessoas, pelo desespero, faziam muito tumulto.

Quando a Defesa Civil chegou à cidade, ao invés de se instalar do lado em que as pessoas estavam ilhadas ficou do outro lado e não se preocuparam com o estado calamitoso em que estava a população diretamente afetada. Tinha muitas pessoas querendo sair da cidade, querendo comida e as próprias pessoas precisaram se organizar para conseguir melhorar a situação. A evacuação organizada pela Defesa Civil respeitou a ordem de tirar as pessoas mais frágeis primeiro; idosos, crianças, mulheres grávidas e, aos poucos, essas pessoas foram retiradas. As pessoas que ficavam precisavam se organizar para conseguir comer e manter a calma frente ao que estava acontecendo.

Minha casa não foi diretamente afetada pela enchente e me lembro de dar abrigo para o doutor Dirceu Ivo. Ele me disse que demoraríamos cinquenta anos para reconstruir a cidade e minha resposta foi contrária à visão dele, pois o povo luizense é forte e era necessário ter fé e união que as coisas voltariam para seu lugar rapidamente. Ele alegava que, pela experiência de vida que tinha, uma reconstrução rápida não seria possível. Era possível perceber a tristeza, a angústia e a desolação no olhar das pessoas. Dona Irene Cabral me abraçou e chorou copiosamente, alegando que sua história da cidade estava debaixo daquela água e que não existiam livros que pudessem contar a história daquela cidade destruída. De certa forma, ela tinha razão porque muitas fotos tinham sido perdidas e passaram a viver apenas na memória das pessoas. Lembro-me também de pessoas que me agradeciam por estarem vivas, mesmo tendo perdido seus bens materiais. Não ter recebido nenhuma notícia de morte foi a melhor coisa que aconteceu e isso foi devido a ação das pessoas do *rafting*.

Todo esse cenário desolador aumentou a força das pessoas e fez com que houvesse uma grande união para que todos pudessem se ajudar mutuamente. O sargento Eleutério chorava igual criança e falei para ele que deveria se alegrar, pois conseguiu fazer seu trabalho de forma exemplar salvando muitas vidas naquele dia. Ele dizia estar chorando por se sentir impotente em conseguir ajudar ainda mais. A informação do que estava acontecendo na cidade demorou a chegar para o Governo do Estado e, mesmo quando chegou, a ajuda em massa não veio, apenas alguns carros e uma aeronave. Fui apresentado ao governador como promotor da cidade e, a primeira coisa a falar para ele foi uma reprimenda pela demora de



sua chegada. Isso chegou a sair na *Folha de S. Paulo*”, fiquei sabendo porque Walter Ceneviva me ligou informando. Esse fato gerou uma grande crise entre minha pessoa e o Poder Público. Cheguei a discutir com o Chefe de Governo do Estado pelo apoio precário e lento prestado às pessoas da cidade.

Apenas no terceiro dia o deputado padre Afonso foi até a cidade e não tínhamos apoio nenhum, toda a organização estava sendo feita pelos próprios moradores. Quando ele chegou à cidade, falei para que voltasse, pois não precisávamos de oração, mas sim de pessoas para ajudar. Ele me disse posteriormente que isso o marcou porque, no mesmo momento ele procurou o Exército. No quarto dia, a infantaria do Exército chegou com a intenção de organizar um tumulto e controlar saques, mas se deparam com uma cidade organizada dentro das possibilidades do momento e só então começaram a agir de forma efetiva.

Depois de todos esses fatos, fiz um trabalho de recortes sobre a cidade. Acabei trabalhando muito e sofri um acidente ao dormir na condução. O trabalho foi pesado, pois era necessário organizar as ações do Ministério Público, junto ao Poder Judiciário, desde o primeiro momento. Foram criadas duas contas para arrecadar dinheiro através de doações financeiras ou materiais. Aconteceram vários episódios marcantes, um deles foi o da Associação de Cartórios que enviou vários caminhões de mercadorias de uso básico para a cidade, bem com empresas como a Ypê que forneceram materiais em grande quantidade. Fiz o trabalho de articulação entre aquilo que era necessário para a cidade e a captação desses materiais. Mesmo acidentado voltei para São Luiz para trabalhar no que fosse possível e me coloquei ao trabalho com os jornais. Percebi que São Luiz nunca teve tanta atenção na mídia como naquele momento. Eu tinha o costume de guardar recortes sobre a cidade, mas, naquele momento, o volume de matérias era imenso. Apesar de ser uma tragédia, gostei de ver o quanto aquilo chamou atenção das pessoas. Tivemos alguns saldos positivos, porque não tínhamos mortos e estávamos recebendo grande atenção governamental e investimentos para amparar e reconstruir a cidade. Fiquei feliz por esse motivo que possibilitou um início rápido do processo de reconstrução. Havia muito empenho e o fato de ser uma cidade histórica, com um aparato sociocultural que se encontra em poucas cidades. O governador me falou, na época, que iria não apenas reconstruir a cidade, mas deixá-la mais bonita, porque não podiam deixar de assumir esse compromisso.

No começo desse processo, a desembargadora, dra. Rosa Nery, me procurou falando que muitos colegas queriam doar algo para ajudar a cidade e propôs que disponibilizássemos nossas contas para esse fim. Percebi que isso seria inviável por causa do Imposto de Renda e propus uma conta conjunta, gerida por uma Associação de ajuda humanitária ou doações diretas para a prefeitura. Com isso a desembargadora junto a Luiz Egypto, Haydée Maria e Dani, minha esposa, montaram um estatuto e articularam as diretrizes da AMI. A princípio, acreditamos que receberíamos muito dinheiro porque Salma Sadi e outras pessoas indicavam que havia amplo interesse em nos ajudar. Mas, com o passar do tempo, percebemos que não seria esse o caminho e recebemos poucas doações. Também começamos a perceber que os poderes públicos municipal, estadual e federal não conseguiam dar atenção à necessidade inicial das pessoas em reconstruir suas casas e começamos a agir nessa frente com a associação.

O Asilo São Vicente de Paula contava com vários idosos que foram transferidos para Taubaté depois da enchente. Como o poder público não tinha condições jurídicas para agir, nós, enquanto Sociedade Civil, passamos a trabalhar na captação de recursos para reformar o prédio do asilo que havia sido danificado. Conseguimos por volta de cento e cinquenta mil reais e pessoas que ajudaram, em um ano, a trazer os idosos de volta para a cidade deles. Sempre que possível, gastávamos de nosso próprio bolso e não tirávamos da AMI, esse desprendimento aconteceu por parte de todos envolvidos. Não podemos esquecer também das pessoas de Taubaté que prestaram grande ajuda, tanto por parte dos comerciantes como da sociedade civil, desde o primeiro momento.

Falar sobre São Luiz é sempre muito emocionante, sempre adorei essa cidade e as pessoas próximas a mim dizem que deveria ser político pela minha forma de agir, mas não poderia assumir isso primeiro, pela minha profissão; segundo, pela devoção que tenho por essa cidade que é compartilhada por muitas pessoas e a política em São Luiz é muito marcada pela rivalidade e pelos desafetos e isso chega a ser ruim para as pessoas. A imagem que tenho de São Luiz é a de uma cidade acolhedora, prazerosa e com a qual tenho um relacionamento, não apenas geográfico, mas físico, espiritual, cultural e de amor. Dois anos após a enchente, torço para que essa cidade mantenha o seu jeito de ser, seguindo seu caminho de prosperidade. A atual administração cuida da cidade com carinho e respeito e não a seu bel prazer.

Não tenho mais ligação com a promotoria de São Luiz e sou apenas um cidadão luizense. Hoje, minhas críticas e elogios não são profissionais, mas a de uma pessoa que nasceu e frequenta essa cidade. Estou vendo a reconstrução do prédio em que será alocada a Biblioteca e senti falta da porta do antigo prédio, que era marcante para as pessoas. Perguntei para Cristiane Bittencourt o porquê das mudanças na estética do prédio e ela me informou que os órgãos responsáveis deliberaram a ruína do prédio, o que permitia a construção de outro prédio e não a reforma do que havia no local. Não concordo com essa posição, mas a justificativa é razoável, caso não fosse, iria brigar para que fossem tomadas as providências como cidadão e não como promotor público.

Faço o que for preciso por essa cidade, porque ela não é do governante, mas dos cidadãos. Nós somos um povo forte e batalhador e vamos lutar por nosso espaço. Chego a perder o sono pensando em São Luiz. Essa é uma cidade em que ricos e pobres, bêbados e não bêbados convivem em paz e amor. Pessoas com problemas de saúde mental convivem com as pessoas normais com amor e afeto e todos são muito alegres. Estou emocionado e feliz em contar toda essa história.

## 7.2 As histórias de vida como representação da coletividade

Se conhecemos acima três histórias bastante diferentes no que se refere ao percurso individual da vida de cada um dos entrevistados, há uma série de conclusões a serem tiradas que representam elementos comuns e que traduzem a visão de mundo da comunidade luitense, da sua identidade diferenciada e tão valorizada, protagonista durante o processo de reconstrução que estudamos.

Os relatos, apesar da diferença de idade dos entrevistados, trazem muita coisa em comum e surgem como uma nova referência para reconstituirmos passagens da história recente da cidade, lembrando que muito da documentação local foi perdida com a inundação do rio Paraitinga.

Um primeiro ponto comum é a origem humilde tanto da Dona Antônia, quanto da Dona Lourdes e do promotor Antônio Carlos. O que poderia constituir uma grande dificuldade na vida de cada um deles, era uma das principais características de quase a totalidade da população luitense. Não há passagens nas entrevistas na qual eles reclamem desta situação, mesmo porque ela era comum àquela realidade. O que muitas vezes é ressaltado é a valorização dos momentos festivos vividos. Mesmo com todas as dificuldades das histórias de vida a cidade sempre os proporcionava. A participação em festas populares ou a simples vinda à cidade eram momentos muito importantes para aquelas pessoas.

A ausência de recursos materiais de suas famílias acabou, mesmo que fosse por falta de opção, contribuindo para a valorização do trabalho e para o incentivo de uma vida maior em comunidade e de valorização da própria família. Dona Antônia, desde muito criança, precisou ir para a roça trabalhar com a mãe na lavoura e ajudar a cuidar dos irmãos em sua casa. Dona Lourdes, mesmo sendo a caçula, ajudava com tarefas como vigiar os animais e aprendeu também, desde cedo, a rebocar a casa de pau-a-pique com a própria família. Já Antônio Carlos é fruto de uma geração mais nova, pôde estudar, mas também teve a infância repleta de trabalho e de lembranças de auxílio aos pais nas tarefas corriqueiras da família.

Em todas as histórias, sempre há situações que envolvem vizinhos, amigos e parentes, muitas vezes chamados para solucionar eventuais dificuldades pelas quais passavam. É justamente o espírito coletivo o principal aliado para superar tantos obstáculos. Não por acaso, nos primeiros dias após a subida do rio Paraitinga foi bastante natural para as pessoas

da cidade luizense abrirem as portas das casas que não foram atingidas, dividindo seus pertences e mantimentos com os outros, mesmo sem certeza alguma do futuro.

Se havia algum momento para superar a lamentação de tantas dificuldades, era o ocupado pelas conversas sobre lembranças do passado, dos prédios atingidos e que era preciso agir rapidamente. O reforço dos laços familiares e de amigos, sempre muito fortes no município, foram acionados e rapidamente pessoas próximas que não mais moravam em São Luiz do Paraitinga se mobilizaram e contribuíram para reforçar o sentimento de que a cidade estava unida para superar, desde os primeiros momentos, a tragédia apresentada.

Enfrentar dificuldades, por sinal, é marca da cultura popular. Se adaptar às novas situações também. Se nas três histórias de vida todos passaram por diversas situações de dificuldade, a destruição causada pela enchente era um grande desafio, porém mais um a ser superado. O desespero da situação foi rapidamente controlado por essa tradição de enfrentamento e superação de adversidades.

Durante o período da reconstrução, houve também a retomada da história local pela própria comunidade que citamos no capítulo 1. Estes relatos reforçam um grande destaque da zona rural na sociabilidade do município ainda vigente há pouco tempo. Era o espaço onde a grande maioria da população estava estabelecida. As idas à cidade eram exclusivas para situações pontuais, como comprar suprimentos e para a participação nas festas populares e na vida religiosa.

Mesmo com pouco convívio, os depoentes deixam transparecer em sua infância e juventude, entretanto, um aumento da importância da zona urbana desde meados do século passado. São citados vários comerciantes de destaque, a realização de eventos políticos e a criação de um centro de suporte econômico às produções advindas dos sítios. Toda a produção excedente encontrava saída a partir de espaços como o mercado municipal. Era a cidade que possibilitava a vinda a médicos e oportunidades de emprego, quando a lavoura não era mais suficiente para a subsistência, como foi o caso de dona Lourdes após seu casamento.

Os principais pontos de encontro na cidade no período da infância e juventude dos entrevistados eram o mercado municipal, a praça central, as igrejas, ou seja, justamente os espaços que foram escolhidos pela própria população luizense como prioritários no processo da reconstrução.

Uma questão primordial que percorre todas as entrevistas, inclusive as que foram utilizadas como base para a pesquisa, mas que não estão no texto final, é a força da fé dos luizenses. A vida destas pessoas sempre contemplou momentos dedicados às suas crenças. O caso de dona Lourdes Claudino é bastante enfático. Depois que veio para a cidade, passou a viver em função da criação dos filhos e da dedicação à Igreja local. Em todas as passagens da vida que cita ter passado por dificuldades, nunca abandonou a crença em uma fé inabalável na proteção divina.

É interessante que, ao mesmo tempo que dona Lourdes remete à sua infância e conta que sua família fazia questão de jejuar na Páscoa, lembra da realização do jongo pelo seu pai. Sabemos ser esta uma dança de origem africana e que possui muitos signos religiosos. Dona Lourdes acaba sendo dúbia em sua declaração sobre esta questão, pois faz uma crítica à prática do jongo, e, logo em seguida, afirma que era bonito de se ver “todos alegres, cantando”. Por sinal, não se trata de uma declaração incoerente, pelo contrário, a realidade com a qual dona Lourdes conviveu é a confirmação deste catolicismo tradicional e sincrético que falamos na apresentação deste trabalho.

Dona Antônia sempre foi um dos ícones na cidade sobre esta mesma questão da religiosidade ligada às práticas da cultura popular. Em sua vida toda, se dedicou ao trabalho como guardiã da capela de Nossa Senhora das Brotas. Lá, por sinal, ainda se cultua uma imagem que, segundo a crença local, faz chover. Atualmente, ainda são realizadas peregrinações frequentes até a capela. Segundo dona Antônia, já existiram várias situações em que algumas pessoas duvidaram desta crença e receberam sinais que a confirmava instantaneamente. Sua crença é marcada por uma relação bastante direta com o sagrado. Ademais, é uma grande contadora de histórias onde castigos divinos, milagres e forças sobrenaturais fazem parte de seu universo de interpretação.

Quanto ao promotor Antônio Carlos, se nunca exerceu uma função tão direta quanto dona Lourdes e dona Antônia no dia a dia religioso da cidade, sempre partilhou de vários signos que representavam esta característica local, sendo participante das novenas do Divino, das procissões e de muitos eventos ligados a esta religiosidade característica. Mais uma vez, estamos frente a uma marca muito forte da identidade local que é a religiosidade popular. Se foi afirmado diversas vezes o quanto a queda da Matriz atingia e abalava a referência da vida de uma cidade inteira, isto era em muito motivado por essa tradição religiosa da população.

Mesmo sendo a igreja um símbolo da instituição ela capitaneava a importância crucial que a fé exercia na vida desta comunidade.

Um outro assunto que possui mais destaque na entrevista do dr. Antônio Carlos especificamente, mas que faz parte da maioria das histórias de vida que pesquisei é o interesse pela política. E principalmente pela política local. As disputas eleitorais municipais sempre se transformaram em grandes disputas, com grandes comícios com maciça participação popular. Essa tradição na qual os políticos sempre foram pessoas conhecidas, presentes em diversas situações do cotidiano, graças a uma realidade possível nas pequenas localidades, contribuiu para o maior interesse sobre as políticas públicas adotadas e facilitou um envolvimento maior da comunidade nas audiências e nas decisões tomadas durante a reconstrução.

As três histórias de vida reforçam também uma outra característica da cultura popular que é a tradição em mediação de conflitos a partir da liderança exercida naturalmente por algumas pessoas representativas da própria comunidade. As pessoas reconhecidas como líderes não precisam estar necessariamente ligadas a cargos políticos. São os mestres de grupos da cultura popular, como foliões do Divino, mestres das congadas ou simplesmente pessoas reconhecidas pela coletividade como dona Antônia cita “o tempo do Zé Cornélio” aquelas que se destacam. Estes ícones da sociedade local geralmente são referências nas práticas culturais do município. Durante o processo da reconstrução, foram vozes conciliadoras da comunidade em diversos momentos.

Um detalhe é que a própria trajetória profissional do promotor Antônio Carlos Osório acabou sendo marcada pela atuação como mediador de conflitos de destaque. Sua ida ao Timor Leste através de missão da ONU para auxiliar na reconstrução do judiciário local foi um reconhecimento à personalidade marcada pela característica conciliatória, sempre marcante, e que tem referência na sociabilidade luizense com a qual sempre conviveu.

Outro ponto comum nas histórias de vida citadas é o desapego a bens materiais que não apareceu como objetivo primordial em nenhuma situação. O principal orgulho de dona Lourdes ou dos pais de Ozório foi lutar muito para dar condições para os filhos estudarem. Quando a cidade passou por um momento de grande perda material, causada pela enchente, a busca de objetivos não ligados ao materialismo econômico como algo prioritário acabou sendo um grande aliado para o processo da reconstrução, com vontades da comunidade se estabelecendo antes de muitas necessidades individuais.

Desta forma, apesar de dona Antônia, dona Lourdes e Antônio Carlos Ozório possuírem histórias de vida obviamente diferentes, podemos ver que carregam muitos pontos em comum quando buscamos suas identidades. Ao perceber que a enchente impactava a vida de todos eles praticamente da mesma forma – independentemente de se a sua casa havia sido atingida, revelam uma visão que cada um tinha do processo da destruição, mas compartilhando objetivos comuns para a reconstrução de toda aquela comunidade. Pautadas na valorização do patrimônio cultural material e imaterial local é possível afirmar que suas histórias de vida também são representativas de algo mais amplo: a existência de uma história de destaque da cultura popular na sociabilidade da comunidade luizense. Esta afirmação da identidade cultural local, inclusive na contemporaneidade, perpassa todas as histórias individuais que tive contato na pesquisa.

Mais que qualquer outro fator, acredito estar aí, no reconhecimento da importância da cultura no processo de reconstrução, uma situação de destaque deste evento específico, mas que só foi possível, por ter sido construído historicamente pelas pessoas daquela localidade. O reconhecimento da valorização de sua própria identidade, justamente em um momento de crise, é o grande legado que a cidade luizense deixa para terceiros e, porque não, para a própria comunidade. “Uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu.”<sup>456</sup>

---

<sup>456</sup> BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.



## 8 Considerações finais

---

Se podemos tirar muitas lições de gestão pública bem ou malsucedida desse processo, foi muito importante ter tido contato com a própria comunidade e aqueles que participavam do cotidiano da reconstrução. Foram justamente essas lições que elucidaram a percepção de que ali existia um modo de vida diferenciado e integrado ao patrimônio a ser reconstruído. As pessoas possuíam muita força na capacidade de superação, mobilização e tudo advinha da atuação que manteve a cultura como algo muito valorizado e integrado à sociabilidade pautada em decisões coletivas. A realização das festas populares, a atuação da comunidade em audiências públicas, nos debates das obras executadas, eram momentos de destaque e de visibilidade na participação coletiva.

Toda a história do município de São Luiz do Paraitinga sempre foi marcada pela importância da participação popular. Com forte identidade comunitária, pudemos perceber que a sociedade luizense se organizou dentro de uma tríade que envolve memória, história e identidade. Quando a catástrofe aconteceu estes elementos foram rapidamente acionados e a população começou a se organizar autonomamente através deste elo que as unia. Logo nos primeiros momentos da catástrofe todos se identificavam a partir de um objetivo comum que era o de lutar pela defesa do patrimônio cultural daquele lugar.

Foi um movimento bastante claro neste sentido o que aconteceu já nos primeiros dias do ano de 2010, quando a própria população assumiu o comando de uma cidade administrativamente paralisada, pautando se por decisões coletivas e típicas do universo da cultura popular. Na cidade luizense, se as comunidades rurais não possuem os avanços da técnica, reúnem os vizinhos e realizam um mutirão. Como não há uma tradição de financiamento estatal ou empresarial para realização de festas populares resolve-se a questão a partir de prendas e donativos daqueles que compartilham os signos da festa. Se há um mito do isolamento que preserva tradições populares, basta acompanhar mais de perto a cidade e perceber o quanto ela está sendo palco de influências externas das mais variadas formas, lidando com o avanço do turismo e nem por isso deixando de recriar e reinventar manifestações da sua cultura popular.

Ainda em fevereiro de 2010, o contador de histórias Ditão Virgílio<sup>457</sup> escreveu um cordel que daria toda a certeza de que aquela comunidade encarara a catástrofe de uma maneira bastante especial.

### A enchente<sup>458</sup>

1	2	3
Ano dois mil e dez	Na praça da cidade	Tinha chovido muito
Bem na hora da virada	O Réveillon comemorava	Dezembro o mês inteiro
São Luiz do Paraitinga	Enquanto a natureza	As águas não davam trégua
Desceu uma chuvarada	Uma surpresa preparava	Estava entrando janeiro
Que pro resto da vida	Coisa muito, muito forte	A praça estava em festa
Pra sempre será lembrada	Que ninguém imaginava	Chegava o dia primeiro
4	5	6
Foi na Sexta feira cedo	Chegou até os 4 cantos	O ribeirão do Chapéu
O rio começou a encher	Como já era esperado	Fez o Paraitinga voltar
Subiu a rua do mercado	Acontece a cada tempo	A força da correnteza
E o povo sem saber	Já estamos acostumados	Não deixa a água passar
Ergueu algumas coisas	O rio enche e volta ao leito	Com a força que vem
Como costumava fazer	E tudo fica sossegado	Faz o rio represar
7	8	9
Desta vez foi diferente	O rio subia tanto	Mais a água foi tanta
Quando o ribeirão baixou	O povo ficou assustado	Que subiu escadaria
La das bandas de Cunha	Chegou na escada da Igreja	Trincou a torre direita
Uma grande enchente chegou	O coreto ficou inundado	E a Igreja invadia
Invasiu toda a praça	Pensando que ia parar	A ponte lá da entrada
Nossa cidade inundou	Tinha gente no sobrado	Nem a sua guarda via
10	11	12
Nesta hora um casarão	Correndo pro alto do morro	A capela das Mercês
Onde funcionava uma escola	O povo todo gritava	As águas também invadiu
Deu um grande estouro	Somente de barco e bote	A parede era de taipa
Desabou na mesma hora	É que as pessoas se salvava	Também não resistiu
A torre despedaçou	As águas cobrindo tudo	Com a força da enchente
As águas a levou embora	A enchente não parava	Desmoronou e caiu
13	14	15
As águas eram tantas	Era a segunda torre	Caiu alguns casarões
Que tudo ali se encheu	Que ao cair tremeu	O resto todo trincou
Sábado dez da manhã	Fez uma onda tão grande	O balanço foi imenso
Veja o que aconteceu	A praça estremeceu	Que a biblioteca rachou
Escutou-se um grande estalo	Derrubando várias casas	Levando o pouco da história
Três vezes o sino bateu	Quando na água bateu	Nenhum livro ali sobrou
16	17	18
Mistura de choro e grito	O resto da Igreja	Ia fazendo estrago
O povo desesperado	Desmoronou devagar	A medida que abaixava
Só dava para enxergar	Caiu em cima dos santos	Pois a grande umidade
A comunheira do mercado	Destruiu todo o altar	Mais casarões trincava
Tudo estava perdido	Lá pelas cinco da tarde	Um pouco de nossa história
O caos estava decretado	As águas deram de parar	As águas dali levava

<sup>457</sup> Benedito dos Santos, popularmente conhecido como Ditão Virgílio, é um contador de histórias, compõe músicas, poemas e escreve cordéis embasados na cultura tradicional caipira e nas manifestações populares da cidade de São Luiz do Paraitinga.

<sup>458</sup> Cordel de Ditão de Virgílio divulgado pelo autor em 15 de fevereiro de 2010.

19	20	21
Telefones emudeceram	O rio corta a cidade	O suor de todo o povo
Comunicação acabou	Separou a família	Economias perdidas
Não tinha eletricidade	Cada um foi para um lado	Só com a roupa do corpo
O escuro conta tomou	Quando a água subia	E nada mais nesta vida
Informações desencontradas	Se tinha morrido ou não	Os helicópteros traziam
E o povo desesperou	Um do outro não sabia	Pouco de roupa e comida
22	23	24
A ponte da rodovia	A companhia de <i>rafting</i>	Quando as águas baixaram
Também foi interditada	Pelas mãos de Deus guiadas	Era um cenário de guerra
Pessoas sendo socorridas	Salvaram muitas vidas	Parecia um bombardeio
A zona rural ilhada	Que iam morrer afogadas	Que destruiu toda a terra
O comentário era muito	Mesmo com o desastre	Uma cidade fantasma
Mais não sabiam de nada	A cidade é abençoada	Encostada ao pé da serra
25	26	27
Foi grande solidariedade	Os voluntários chegando	Era grande o mau cheiro
Coisa igual nunca se viu	Vindo de todo lugar	Os entulhos amontoados
Veio ajuda de todo o Vale	A televisão mostrando	A lama podre na rua
De São Paulo e do Brasil	Toda hora sem parar	Móveis perdidos e jogados
Ajudando o patrimônio	O sofrimento tão grande	Misturando os escombros
Que a enchente destruiu	Do povo deste lugar	E o povo desnorteados
28	29	30
Agora estamos lutando	O sorriso esconde a lágrima	Queremos agradecer
Com força garra e fé	O coração apertado	Um a um que ajudou
Juntar o pouco que tem	Mais o luizense tem força	Venha nos dar a mão
Para pôr a cidade em pé	Traz a raça do passado	Que muita coisa sobrou
Com a ajuda de todos	Acompanhando o tempo	Nossa cultura está viva
Seja o que Deus quiser	Devagar, mas não parado	Essa a água não levou
31	32	
Trocar um dedinho de prosa	Isto que aconteceu	
O jeito de ser caipira	É a força da natureza	
Saborear comida caseira	Tudo vai pegar seu rumo	
Um feijão com cambuquira	Disto pode ter certeza	
A simpatia de um povo	Nossa cidade encanta	
Esta a enchente não tira	Ainda tem muita beleza	

Esta força impressionante de superação das dificuldades da comunidade já estava presente um mês após a tragédia no cordel de Ditão do Virgílio transcrito acima, mas que faz muito mais sentido quando declamado pelo próprio autor. Demonstrava o caminho de fortalecimento da identidade que a comunidade reverteria em seu próprio benefício ao enfrentar tamanha adversidade no decorrer da reconstrução.

O patrimônio cultural luizense precisa ser entendido contemplando tanto a faceta do patrimônio material quando do patrimônio imaterial. Seu modo de vida, sua visão sobre os projetos de reconstrução, sua valorização do patrimônio histórico, desembocam em um espírito comunitário único, por sinal, fortalecido com o episódio da enchente. Esse universo teve que ser acatado pelas pessoas de fora, pelo poder público e pelos próprios luizenses que não o reconheciam.

A cultura sempre foi muito valorizada na cidade de São Luiz do Paraitinga que nos últimos anos passou a ser um local ainda muito visitado com o crescimento do turismo. Quando as águas destruíram grande parte do patrimônio arquitetônico local foi grande a preocupação das instituições governamentais para que a sociedade contemporânea não perdesse uma das cidades que ainda mantinham um modo de vida diferenciado, pautado em muitas vivências da cultura popular.

Mas os interesses governamentais não estavam restritos à esta preocupação da importância do patrimônio cultural. Em 2010 estávamos em pleno ano eleitoral e a cidade luizense - que já possuía bastante visibilidade na mídia – se transformou na sede de um grande palco de disputas políticas. Durante a reconstrução da cidade muitos partidos tentaram capitalizar toda a exposição midiática que a catástrofe proporcionava.

O que se tornou muito interessante é que mesmo com todo este contexto de disputas de interesses, quando a cidade recebeu todo o aparato governamental, auxiliado por pesquisadores e profissionais ligados às mais diversas entidades públicas e privadas, foi notória a atuação da comunidade que, ao invés de desespero com a situação, de grandes mudanças de conduta, ou mesmo de resistência das influências que recebia, reforçou suas práticas culturais e a valorização de seus símbolos identitários presentes em toda sua história.

Em momento algum, a cultura luizense foi simplesmente um adendo no processo de reconstrução pautado em decisões simplesmente políticas ou econômicas. Vimos vários exemplos de quanto a cultura exerceu papel de protagonista – e por isso a adoção consciente deste termo tão forte – fazendo com que políticas públicas fossem modificadas, projetos previamente aprovados abandonados e um evento de grande envergadura econômica – como o Carnaval de 2013, com artistas renomados nacionalmente – cancelado pela demanda da própria comunidade em manter sua identidade fortalecida. É sempre fundamental observar que não se tratou, em nenhum destes casos, de processo de aversão ao que vinha de fora, mas, simplesmente, de valorização da sua identidade que não poderia deixar de ser primordial.

Por mais que tenha utilizado grande porção desta pesquisa para descrever dados ligados às causas da inundação, os impactos econômicos da tragédia, as disputas políticas como pano de fundo de todo o processo da reconstrução, em todo o momento, o principal

propósito foi sempre o de olhar as pessoas que tinham vivenciado e tanto se transformado como modificado o próprio processo da reconstrução.

A possibilidade de atuar praticamente no contexto estudado, participando das reuniões das comissões da reconstrução, das audiências públicas, das associações da sociedade civil foi algo muito gratificante.

Uma grande dificuldade permanente foi a seleção do enorme corpo documental que foi sendo recolhido e que estava em constante produção e transformação. Como toda pesquisa, esse trabalho precisou de um ponto final e, no seu caso, de uma atenção privilegiada à história oral. Contudo, sem sombras de dúvidas, a reconstrução de São Luiz do Paraitinga produziu uma base documental que merece ainda muito mais atenção e permite diversos focos de análise de diversos ramos do conhecimento.

Se a cidade retorna a um cotidiano típico interiorano daqui em diante, é certo que deixa como lição e aprendizado de todo o processo estudado que, se as iniciativas de preservação do patrimônio cultural não começarem pelas pessoas que estão contexto em questão, será impossível atingir resultados satisfatórios. Essa prática precisa sair da teoria das ações governamentais e a mediação com as comunidades locais precisa ser um conceito fundamental dos gestores públicos. Os agentes envolvidos na organização da reconstrução de São Luiz do Paraitinga conseguiram atingir isso, em muitos momentos, e acredito estar aí um dos maiores legados desse processo.

Ademais, se a cidade luizense, a partir de agora, tem que enfrentar desafios de outras ordens, acredito que, mais que nunca, estará amparada na força de uma comunidade ainda mais forte e unida em defesa de seu patrimônio. Acredito firmemente que o contato privilegiado com os membros da cultura popular que esta pesquisa me proporcionou tornou-me muito mais entusiasta e otimista com o futuro. Pude aprender imensamente com as pessoas que ainda estão superando as dificuldades apresentadas, principalmente a partir de soluções diferentes do materialismo do mundo atual. Trata-se de um otimismo não só referente à minha cidade, mas que acredita na capacidade de transformação da contemporaneidade a partir das experiências de atuação da cultura popular.

## 9 Referências

### -Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz Nacib. *O sítio urbano de São Luiz do Paraitinga e a tragédia das grandes cheias do rio*. Texto em acervo do autor especialmente produzido para a cápsula do tempo que foi colocada na nova Igreja Matriz. São Luiz do Paraitinga: 2010.

AB'SABER, Aziz Nacib; BERNARDES, Nilo. Vale do Paraíba, Serra da Mantiqueira e Arredores de São Paulo. Guia de Excursão número quatro. *XVIII Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.

ABREU, Martha e SOIHET, Rachel, *Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

ABREU, Martha. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/ São Paulo: Fapesp, 1999.

ALEXANDER, Jeffrey C. (et al). *Cultural Trauma and collective identity*. Berkeley: University of California Press, 2004.

ALLUCCI, Renata Rendelucci. *Carnaval de São Luiz do Paraitinga: conflito entre isolamento e abertura da cidade*. Dissertação de mestrado PUC/SP. São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 2015.

ALMEIDA, Jaime. *Foliões: festas em São Luís do Paraitinga na passagem do século: 1885-1915* (Tomos I e II). Tese de doutorado, USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

ALVES, José Xaides de Sampaio; BIZELLI, José Luis. (org). *Gestões em momentos de crise: programa Unesp para o desenvolvimento sustentável de São Luiz do Paraitinga*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ALVES, José Xaides de Sampaio; OLIVEIRA, Antônio Carlos de; SILVA, Manoel Joaquim de. São Luiz do Paraitinga: causas antrópicas rurais da catástrofe de 2010. *Simpósio Internacional de Ciências Integradas da UNAERP*, Campus Guarujá. Guarujá: 2012.

ARAUJO, Alceu Maynard. *Festas, bailados, mitos e lendas*, volume 1. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

ARAUJO, Ana Maria Ramalho Câmara de. *A Festa do Divino e suas transformações na comunicação e na cultura*. Dissertação de mestrado, PUC/SP: São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

ARSENAULT, Raymond. The public Storm. Hurricanes and the State in Twentieth-Century America. In: GAMER, Wendy; GRASSBERG, Michael and HARLOG, Hendrik (eds.) *Public Life and the Historical Imagination*. Notre Dame: 2003, p. 262-92.

AZEVEDO, Paulo de C. *Paraitinga no meu tempo*. São Paulo: Gráfica Sangirard LTDA, 1986.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e o Renascimento: o contexto de François Rebelais*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Universidade de Brasília, 1987.

BENAMOU, Michel. Postface: *In Praise of Marginality in Alcheringa – A first international symposium*. Boston: Cambridge University Press, 1976.

- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas vol. I – magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BITTENCOURT, Cristiane. *São Luiz do Paraitinga – 1 de janeiro de 2010: uma cidade e seu povo em situação de risco*. Artigo inédito, 2012.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História. Ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Célia. Patrimônio e memória social: a formação da política de preservação de bens históricos no Brasil e a construção do imaginário coletivo. In: *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional/Editora UFJF, 1999. v.5, n.2. p. 114 – 115.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembrança dos velhos*. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A Cultura na rua*. Campinas: Editora Papirus, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Caipiras de São Paulo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- BRANDI, Cesare. *Teoria da Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- BRASILEIRO, V. B. A legislação de preservação do patrimônio ambiental urbano: uma abordagem arquitetônica contemporânea. *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*. Belo Horizonte: PUC, v.8, n.9, p. 115-146, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CAMPOS, Judas Tadeu. *Breve História da Paróquia de São Luiz do Paraitinga (1773-2014)*. Taubaté: Diocese de Taubaté, 2014.
- CAMPOS, Judas Tadeu. *Prédios do Grupo escolar Coronel Domingues de Castro*. São Luiz do Paraitinga, inédito, 2015.
- CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CASAL, Manuel Ayres de. *Corografia brasílica*. Fac-símile da edição de 1817, introdução de Caio Prado Júnior. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 2 volumes, 1945/1947.
- CASTRIOTA, Leonardo B. *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume/ Belo Horizonte, IEDS, 2009.
- CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. In: *Revista Tempo Brasileiro*, número 147 – outubro-dezembro 2001.
- CERRI, Rosilene; GONÇALVES, Yacy-Ara Froner. *A Preservação Cultural no Contexto Nacional*. Disponível em: <<http://www.propp.ufu.br/revistaeletronica>>. p. 3. Acesso em 13 de agosto de 2013.
- CHARTIER, Roger, *Cultura Popular: revisitando um conceito historiográfico*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, vol. 8, n.16, 1995.
- CHIMÈNES, Myriam. Musicologie et histoire. Frontière ou ‘no man’s land entre deux disciplines. In *Revue de Musicologie*, Tome 84, nº 01, 1998.

- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COMITÊ PRÓ ASSOCIAÇÃO para o Desenvolvimento Cultural e Ambiental de São Luiz do Paraitinga (org). *São Luiz o ano inteiro*. Taubaté: Vogal Editora, 1997.
- COSTA, Sérgio. A cultura caipira. *Nosso feriado*, nº 5, São Luiz do Paraitinga, 2007.
- CUNHA, Cláudia dos Reis. *Restauração: diálogos entre teoria e prática no Brasil nas experiências do IPHAN*. Tese de doutorado. FAO/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- DIAMOND, Jared. *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- DUVIGNAUD, Jean. *Festas e civilizações*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Tempo Brasileiro, 1983.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.
- ETZEL, Eduardo. *Divino. Simbolismo no folclore e na arte popular*. São Paulo: Giordano, 1995.
- FALCÃO, Joaquim. Patrimônio imaterial: um sistema sustentável de proteção. *In: Revista Tempo Brasileiro*, número 147. Rio de Janeiro, outubro/dezembro 2001.
- FARIA, Teresinha Paiva de. (org). Decadência do café numa comunidade vale-paraibana. *1º Simpósio de História do Vale do Paraíba*. Guaratinguetá: Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, 1973.
- FAUSTO, Boris. *Historia Concisa do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FUKUYAMA, Francis. *Fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *A globalização imaginada*. São Paulo: Editora Iluminuras LTDA, 2003.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2003a.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- GROS, Frédéric. (org). *Foucault a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- GUARINELLO, Norberto. Festa, trabalho e cotidiano. *In: JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris (org) Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Edusp: Imprensa Oficial, Fapesp, 2001.
- GUERRA, Abílio. Carnaval caipira em São Luiz do Paraitinga. Chuva, suor, cerveja e chita. *In: Revista eletrônica Minha Cidade*, número 178, fevereiro de 2007.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.



- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guarcira Lopes Louro. 5 edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- HAVELOCK, Eric A. *A Revolução da Escrita na Grécia*, São Paulo: Unesp/ Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- HOBBSAWM, Eric J. e RANGER, T. *A invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric J. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HOBBSAWN, Eric J. *Sobre história: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOLANDA, Sérgio Buarque (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo 2, 2º volume. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- IBIAPINA, Júlio de Mattos. *O Brasil de ontem e o de hoje*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa e propaganda, 1942.
- IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo. Celebrações populares: do sagrado ao profano. In: CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS em educação e ação comunitária. *Terra Paulista: Histórias, artes, costumes*, v. 3, Manifestações artísticas e celebrações populares no Estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial; CENPEC, 2008.
- IKEDA, Alberto. *Música política: imanência do social* /Alberto Tsuyoshi Ikeda. São Paulo: Unesp/ Instituto de Artes, 1995.
- JANCSÓ, Istvan; KANTOR, Íris (org) *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Hucitec, Edusp, Imprensa Oficial, Fapesp, 2001.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas, 4ª edição, Campinas: Unicamp, 1996.
- LEMOS, Antonio Carlos. *Casa Paulista*. São Paulo: Edusp, 1999.
- LINS, Sivia Queiroz Ferreira Barreto. *De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos do auge das tropas de mares à instalação das estradas de ferro*. Tese de doutoramento, USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- LOBATO, Monteiro. *Cidades Mortas*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1977.
- LOPEZ, Luiz Roberto. *República*. São Paulo: Contexto, 1997.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. In *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História: Projeto História – trabalhos de memória*. São Paulo, número 17, novembro de 1998.
- LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. New York: USA, 2003.
- MACHADO, Cacá. *O enigma do homem célebre: ambição e vocação de Ernesto Nazareth*. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 2005.
- MAIA, Tom e HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Vale do Paraíba, velhas fazendas*. São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

- MAIA, Tom; MAIA, Thereza Regina de Campos Maia. *O folclore das tropas, tropeiros e cargueiros no Vale do Paraíba*. Rio de Janeiro: Funarte: Instituto Nacional do Folclore: São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura: Universidade de Taubaté, 1981.
- MALLORY, J. P. *In search of the Indo-Europeans: language, archaeology and myth*. London: Thames and Hudson, 1999.
- MARAGLIANO, Patrícia Reis. *O poder da cultura: o papel e o impacto da identidade cultural nas relações internacionais*. Dissertação de mestrado, PROLAM/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.
- MARCHESINI, Vitor. Janeiro de 2010, *São Luiz do Paraitinga: Lógicas de poder, discursos e práticas em torno de um desastre*. Tese de doutoramento. UFSCAR. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2014.
- MARCÍLIO, Maria L. *História da escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: IMESP; Instituto Fernand Braudel, 2005.
- MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba, século XIX*. Lorena: Editora Stiliano, 1998.
- MARQUES, Adhemar Martins (org). *História do tempo presente* São Paulo: Contexto, 2003.
- MATTA, Roberto da. *A casa & e a rua*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MATTOS IBIAPINA, Júlio de. *O Brasil de ontem e o de hoje*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa e propaganda, 1942.
- MEHYI, José Carlos Sebe Bom. *História Oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MEHYI, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MELLO e SOUZA, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- MELLO e SOUZA, Marina de. *Parati: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Tempo Brasileiro, 1994.
- MELLO e SOUZA, Marina de. Patrimônio imaterial, turismo cultural e identidade nacional uma tentativa de refletir acerca de Parati. *Revista Tempo Brasileiro*, número 147 – outubro-dezembro 2001.
- MILLIET, Sérgio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. São Paulo: Bispa Editorial, 1946.
- MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. *Paisagem e sociedade no Alto Vale do Paraíba Paulista*. Projeto de doutoramento apresentado ao Programa de Ciências Sociais do IFCH da Unicamp. Campinas: Universidade de Campinas, 2004.
- MONTEIRO, Allan Rodrigo Arantes. *Povoamento e formação da paisagem em São Luiz do Paraitinga*. Tese de doutoramento. Campinas: Universidade de Campinas, 2012.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, volume 20, número 39, página 203-221, 2000.

- MORAES, José Geraldo Vinci de; SALIBA, Elias Thomé (org.). *História e Música no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2010.
- MORI, Victor Hugo. *O IPHAN em São Paulo*. Artigo disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.136/4034>> Acesso em 13 de agosto de 2013.
- MOURA, Américo Brasiliense A. de. Governo de Morgado de Matheus no Vice-Reinado do Conde da Cunha. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, vol. LII, SP, 1938.
- MULLER, Nice Lecocq. *O fato urbano na bacia do Paraíba do Sul*. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 1969.
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na História – suas origens, transformações e perspectivas*. 4ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MURTA, Stela Maria; ALBANO, Celina (org). *Interpretar o patrimônio: um exercício de olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, Território Brasileiro, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NASCIMENTO, Anderson Rafael (et al.). *Cidades: identidade e gestão*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- NETO, Pedro Ribeiro Moreira. *Fotografia e Histórias de vida- famílias caipiras do Alto Vale do Paraíba*. Tese de Doutorado, FFLCH-USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- OLIVEIRA, Antonio Carlos; ALVES, José Xaides. A (Re)construção da paisagem. *Revista do Terceiro Colóquio Ibero-americano – Paisagem cultural, patrimônio e projeto*. Belo Horizonte, setembro de 2014.
- OLIVEIRA, J. T. *História do Café no Brasil e no Mundo*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora LTDA, 1984.
- PEREIRA, Danilo Celso. Gestão patrimonial no Brasil: o caso de São Luiz do Paraitinga. *Revista Geográfica da América Central*. San Jose de Costa Rica: 2º semestre de 2011.
- PEREIRA, Danilo Celso. *O patrimônio ambiental urbano de São Luiz do Paraitinga e as políticas públicas de preservação*. Trabalho de Graduação FFLCH/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012.
- PERES, Júlio. *Trauma e superação: o que a psicologia, a neurociência e a espiritualidade ensinam*. São Paulo: Roca, 2009.
- PETRONE, Pasquale. A região de São Luiz do Paraitinga (Estudo de geografia humana). In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XXI, julho-setembro de 1959.
- PINTO, Marina de Campos Ferreira Pinto. *O grupo escolar de São Luiz do Paraitinga: contexto histórico (décadas de 1930 a 1970)*. TCC da Unesp, Bauru: Universidade do Estado de São Paulo, 2011.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.2, n°3, 1989.
- PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. 43ª edição – São Paulo: Brasiliense, 1998.

- REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1989.
- RIOUX, Jean Pierre. Pode-se fazer uma história do Presente. In: CHAUVEAU, A., TÉTART, P. (orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999, p.39-50.
- SAHLINS, Marshall David. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- SAIA, Luiz. *Morada Paulista*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- SAIA, Luiz. No caminho do Paraitinga. In: *São Luiz do Paraitinga Publicação nº:2, CONDEPHAAT*. Governo do Estado de São Paulo: São Paulo, 1977.
- SALIBA, Elias. *Raízes do riso: a representação humorística na História Brasileira da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SANTOS, Carlos Murilo Prado. *A modernização do passado: a reconstrução e a refuncionalização do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga*. Tese de doutoramento. FFLCH/USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.
- SANTOS, Carlos Murilo Prado. Desorganizando e organizando o território: o turismo e o desenvolvimento local em São Luiz do Paraitinga. *Revista Eletrônica de Turismo Cultural da ECA/USP*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/turismocultural/carlos.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro de 2015..
- SANTOS, Carlos Murilo Prado. *O reencantamento das cidades: tempo e espaço na memória do patrimônio cultural de São Luiz do Paraitinga/SP*. Dissertação de mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.
- SANTOS, Daniel Messias; NOGUEIRA, Camila; AMARAL, Fábio Sérgio. *São Luiz do Paraitinga: bolsa família e desenvolvimento humano*. 2014. Relatório de Programa de Pós-Graduação em História da UNITAU. Taubaté: Universidade de Taubaté/SP, 2014.
- SANTOS, João Rafael C. C. dos. *A festa do Divino de São Luiz do Paraitinga: o desafio da cultura popular na contemporaneidade*. Dissertação de mestrado. FFLCH-USP. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SARAMAGO, José. Palavras para uma cidade. In: Companhia das Letras. *O Caderno – Textos escritos para o blog*. Setembro de 2008. Dia 15. Disponível em <<http://www.companhiadasletras.com.br/trecho.php?codigo=12845>>. Acesso em 6 de outubro de 2015.
- SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*, Companhia das Letras, São Paulo, 1996.
- SCHICCHI, Maria Cristina da Silva e VERDE, Pedro Frazatto. São Luiz do Paraitinga: da reconstrução pós-enchente às políticas de prevenção e conservação urbana. *Caderno de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo do Mackenzie*. Edição 1.4. São Paulo, 2013.
- SCHMIDT, Carlos Borges. *A vida rural no Brasil: a área do Paraitinga, uma amostra representativa*. São Paulo: Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1954.

SCHWARTZ, Stuart B. Os furacões e a formação das sociedades caribenhas. *Revista USP*, Brasil, n. 72, p. 28-43, fev. 2007. ISSN 2316-9036. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13566>>. Acesso em: 9 out. 2015.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUKEF Junior, Antonio. *A ferrovia e a cidade: a experiência de Bauru*. Tese de doutoramento. USP/FAU. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SOUZA, Marilza Terezinha Soares de. Resiliência e desastres naturais. *Cienc. Cult.*, São Paulo, v. 63, n. 3, July 2011. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252011000300002&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 9 out. 2015.

TOLEDO, Marcelo Henrique Santos. *Espaços individuais e coletivos da sacralidade nos meios populares*. Dissertação de mestrado PUC-SP. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

TORELY, Luiz P. P., Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. São Paulo: *Revista Fórum Patrimônio*, volume 5, número 2 de 2012.

TRINDADE, Jaelson Bitran. No caminho do Paraitinga. In: SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo. *São Luiz do Paraitinga – Publicação nº 02 – São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1977.*

VALVERDE, Orlando. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

VARELLA, Flávia Florentino (org.; et al). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

WERNET, Augustin. *A Igreja Paulista no século XIX – a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861)*. São Paulo, Editora Ática, 1987.

WISNIK, José Miguel. *O som e o sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOODWARD, Katharyn. Identificação e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

YOKOI, Zilda Márcia; BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *São Luiz do Paraitinga: dever de memória e prática de cidadania*. Projeto de história oral sobre o trauma causado pelas enchentes de 2010. Universidade de São Paulo: Laboratório de estudos sobre intolerância, núcleo de estudos em História Oral, 2010.

### **-Documentos Consultados:**

AB'SABER. Aziz Nacib. Entrevista a Mônica Manir. *O Estado de São Paulo*. São Paulo: 9 de janeiro de 2010. Disponível em: <<http://http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos.como-morrem-as-casas,493106,0.htm>>. Acesso a 30 de agosto de 2010.

AMI São Luiz (AMI-SLP). Associação dos Amigos para a Reconstrução e Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga. Web-site. Disponível em: <<http://www.amisaoluiz.org.br/>> Acesso em 10 de junho de 2014.

AMI São Luiz (AMI-SLP); CERQUEIRA, Luiz Egypto (coord). *Memória Luizense: a passagem do tempo em São Luiz do Paraitinga*. DVD. São Luiz do Paraitinga: Três Marias Produção Cultural; 2012.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Ofícios das Câmaras 1721-1822, caixa número 7, São Luiz do Paraitinga, ordenação 233, pasta 3.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Ofícios Diversos/ São Luiz do Paraitinga, cx 472, ord. 1267, ofício de 17 de março de 1852.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 1 – 9009. S. Manuscritos (1887- 1927?) São Luiz do Paraitinga – Caderno número 31 – de Major Pinto, ou Juca teles do Sertão, oficial de Justiça.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Caixa 25 9033. S Manuscritos São Luiz do Paraitinga (avulsos XVII – XVIII- XIX- XX) população, religião, serviços públicos, terras.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Maços de População, cx 33. Lista Nominativa anual de habitantes da vila de São Luiz do Paraitinga para o ano de 1801.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios da Câmara de Lorena, Guaratinguetá, etc, cx. 06, ord. 232, docs 6-1-18, 6-1-22, 6-1-24 (anos 1725-1726); DI, vol. L., pág. 157, 160, 168, 171, 245, 264 e 267.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios das Camaras/ São Luiz do Paraitinga, cx 7, ord. 233, doc 7-3-24.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios das Câmaras/ São Luiz do Paraitinga, 1721/1822 caixa 7, ord.233, pasta 3, despacho de 02 de maio de 1769.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios diversos/ São Luiz do Paraitinga, ex 470. ord. 1265, Pasta Cap-Mor, ofício de 30 de julho de 1827.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Ofícios Diversos/ São Luiz do Paraitinga, cx 472, ano de 1862, ofício respondido ao pedido de estatísticas trimestrais em 9 de agosto de 1862.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pasta População/ São Luiz do Paraitinga, cx 158, ord 158, ano 1774.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pasta Sesmarias, vol II, pág 95 e 99. e pasta vol III.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pasta Sesmarias, vol IV, pág 20 e 47 e vol III, pág 60.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Pedido nº 23/1915 registrado na Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga da folia de Cunha. 13 de maio de 1915, assinado pelo sr. José Benedito de Souza (contra-mestre da folia). Caixa 9037 do Arquivo do Estado de São Paulo.

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. População/ São Luiz do Paraitinga, cx 160, ord. 160, Censo de 1830; 1º Cia, fogos nº 1, 2 e 121; e 3ª Cia. Fogos nº 324,335,336,337,393, 397, 399, 410, 421 e 423.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DO TRIBUNAL de Justiça de São Paulo. Disponível em: <<http://tj-sp.jusbrasil.com.br/noticias/2458756/tjsp-inaugura-forum-100-digital-em-sao-luiz-do-paraitinga>>. Acessado em 30 de agosto de 2013.

BIAPÓ. Portfólio: São Luiz do Paraitinga. Disponível em: <<http://biapo.com.br/site/portfolio/sao-luiz-do-paraitinga/>>. Acesso a 13 de março de 2015.

BIBLIOTECA NACIONAL do Rio de Janeiro. Carta para Mendos de Foyos Pereira, Secretário de Estado, sobre as pedras minerais de D. Rodrigo de Castello- Barnco, vol LVII, pág 173, apud *Tricentenário de Parati*, DPHAN nº 22, MEC.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). *Diário Oficial da União*, Brasília, out. 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ do Paraitinga. Arquivo folha 141-142 de 16/04/1809 citado por Jaime de Almeida, acessado em São Luiz do Paraitinga e hoje também depositado no Arquivo do Estado de São Paulo, caixa nº 59 (Ordenanças e Atas da Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga).

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ do Paraitinga. Pasta atas de sessões (1829-1839), sessão de 04/11/1836 também depositado no Arquivo do Estado de São Paulo, caixa nº 59 (Ordenanças e Atas da Câmara Municipal de São Luiz do Paraitinga).

CARDILLI, Juliana e BONADIO, Luciana. Cancelamento do carnaval em São Luiz do Paraitinga trará prejuízo de R\$ 20 milhões. *Vale Independente*. 5 de janeiro de 2010. Disponível em: <<https://valeindependente.wordpress.com/2010/01/05/cancelamento-do-carnaval-em-sao-luiz-do-paraitinga-trara-prejuizo-de-r-20-mi/>>. Acessado 15 de outubro de 2014.

DEODATO, Livia. A cultura da fé na Folia do Divino. Caderno 2. *Jornal O Estado de São Paulo*, ano XXI, número 7.051, 14 de maio de 2007.

DIAS, Sílvio (Pe). Igreja Matriz ressurgue na paisagem de São Luiz do Paraitinga. *O Lábaro* – Portal da Diocese de Taubaté. Ano CV – Edição 2130, páginas 1, 8 e 9. Taubaté: Diocese de Taubaté, junho de 2014. Disponível em: <<http://dt7.com.br/igreja-matriz-ressurgue-na-paisagem-de-sao-luiz-do-paraitinga/>>. Acesso em 05 de agosto de 2015.

ESTADO DE SÃO PAULO. Directoria Geral da Instrução Publica. *Anuario do Ensino do Estado de São Paulo*. São Paulo: Typ. Siqueira, 1908-1909.

FACEBOOK. Eventos. CERQUEIRA, Pedro. *Manifestação Pacífica - Carnaval em SLP é de MARCHINHA!* 19 de janeiro de 2010. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/482629401778359/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

FOLHA DE S.PAULO. Aluguel de casas em Paraitinga é mais caro do que em qualquer cidade do Estado. Caderno Cotidiano, 12 de fevereiro de 2009.

FOLHA DE S.PAULO. Após 4 anos em reforma, igreja de São Luiz do Paraitinga é reaberta. Caderno Cotidiano, 17 de maio de 2015. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1455762-apos-4-anos-em-reforma-igreja-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-reaberta.shtml>. Acesso em 30 de abril de 2014.

FOLHA DE S.PAULO. São Luiz do Paraitinga recebe R\$ 4,5 mi para recuperar cidade. Caderno Cotidiano de 2 de abril de 2011. Matéria disponível no site: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/897475-sao-luiz-do-paraitinga-recebe-r-45-mi-para-recuperar-cidade.shtml>>. Acesso em 30 de abril de 2014.

*GAZETA DO POVO*. Técnicos avaliam reconstrução de São Luiz do Paraitinga. Disponível no site: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/tecnicos-avaliam-reconstrucao-de-sao-luiz-do-paraitinga-apai7mzkk48ap10uc1hvj86ry>>. Acesso em 10 de outubro de 2014.

GeAS – Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: <http://www.revista-geas.org.br/ojs/index.php/geas>, Volume 1, número 2. Revista da Universidade Nove de Julho, São Paulo: 2012. Acesso em novembro de 2012.

GONÇALVES, Simone. DAEE quer construir barragem em São Luís. *O Vale*. 18 de janeiro de 2011. Disponível em: <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/daee-quer-construir-barragem-em-s-o-luis-1.207980>>. Acesso em 30 de setembro de 2014.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, Secretaria da Fazenda. *Prestação de Contas*. Item execução orçamentaria. Disponível no site: <http://www.fazenda.sp.gov.br/contas1/default.shtm>. Acessado em 13 de setembro de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo de bens tombados. *CONDEPHAAT*. São Paulo, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual nº 11.197. De cinco de julho de 2002 elevando a cidade à categoria de Estância Turística. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual número 11.197 de 05 de julho de 2002. São Luiz do Paraitinga transforma-se em Estância Turística do Estado de São Paulo. *Diário Oficial*. Imprensa Oficial. São Paulo, 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livro do Tombo Histórico*: inscrição nº. 200, p. 51, 18/08/1982. Centro Histórico: Processo 22066/22, Tomb.: Res. 55 de 01/05/1982, *Diário Oficial* de 28/05/1982.

HEMEROTECA DE TAUBATÉ. Livro Tombo da Matriz de Guaratinguetá. Caixa 33 (documentos oficiais de Guaratinguetá – 1750-1780), folha número 5.

IBGE. *Censo Demográfico Nacional de 2010*. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=35>>. Acesso a 12 de julho de 2014.

IBGE. *Sinopse do Censo Demográfico 2010* - Tabela 2.6 - População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo. Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=27>. Acessado em 13 de setembro de 2015.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Dossiê São Luiz do Paraitinga*. São Paulo, 2010.

ISKANDARIAN, Carolina. Iphan avalia tombamento do conjunto paisagístico de Paraitinga. São Paulo: *G1*, 23 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2010/11/iphan-avalia-tombamento-do-conjunto-paisagistico-de-paraitinga.html>>. Acesso a 15 de outubro de 2014.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Arquitetura da fé. Ano 1, número 3. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; abril de 2010.



*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. As novas casas populares. Ano 1, número 2. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; março de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Audiências públicas mobilizam moradores. Ano 1, número 4. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; abril de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Casa de Oswaldo Cruz deve ser restaurada. Ano 1, número 5. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; maio de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Cenário Histórico livre da poluição visual. Ano 1, número 11. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; novembro de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Cidade em festa você está convidado. Ano 1, número 12. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; dezembro de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Como tudo aconteceu. Ano 1, número 1. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; março de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Dez milhões para reconstruir uma cidade. Ano 1, número 14. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; janeiro de 2011.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Eis o novo patrimônio cultural brasileiro. Ano 1, número 13. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; dezembro de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Fehidro libera R\$ 770 mil para corrigir e reflorestar toda a bacia do Chapéu. Ano 1, número 10. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; outubro de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Luizense tem show na praça em janeiro. Ano 1, número 15. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; janeiro de 2011.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Morro do cruzeiro e os riscos anunciados. Ano 1, número 6. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; maio de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Muro de contenção: tema de discussões. Ano 1, número 18. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; março de 2011.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Nosso carnaval, trinta anos de pura alegria. Ano 1, número 17. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; fevereiro de 2011.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Para cidade conviver com o rio. Ano 1, número 9. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; julho de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. São Luiz no PAC das cidades históricas. Ano 1, número 8. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 2ª Quinzena; junho de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Tecnologia com respeito a tradição. Ano 1, número 7. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; junho de 2010.

*JORNAL DA RECONSTRUÇÃO*. Turistas ganham centro de informação. Ano 1, número 16. Realização UNESP/UNITAU/PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado. 1ª Quinzena; fevereiro de 2011.

*JORNAL DE TAUBATÉ*. Estrada de Ferro de São Sebastião; Jornal de Taubaté nº 2078, XII, 16/09/1905, pág.1.

JORNAL NACIONAL da Rede Globo de Televisão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/familias-vitimas-da-enchente-de-2010-em-alagoas-continuam-desabrigadas.html>>. Acesso em 12 de fevereiro de 2015.

*JUSBRASIL*. Defensoria Pública de SP comemora 5 anos de existência no próximo domingo (9/1). 2011. Disponível em <<http://anadep.jusbrasil.com.br/noticias/2526192/defensoria-publica-de-sp-comemora-5-anos-de-existencia-no-proximo-domingo-9-1>>. Acesso em 30 de agosto de 2013.

KUGEL, Seth. Carnival on a Smaller Stage. *The New York Times*, January 27, 2008. Disponível em <<http://travel.nytimes.com/2008/01/27/travel/27journeys.html>>. Acesso em 7 de agosto de 2012.

LUCHETE, Felipe e GOMES, Apu. *Folha de S. Paulo*, Caderno Cotidiano de 26 de outubro de 2012. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/74222-casarao-de-isopor.shtml>>. Acesso em 12 de setembro de 2014.

MANSO, Bruno Paes. Cápsula do tempo exhibe Paraitinga de 1927. *O Estado de São Paulo*. Caderno São Paulo. Edição de 26 de março de 2010.

MUSEU OSWALDO CRUZ de São Luiz do Paraitinga. MOC-CMSLP. XVIII. F. Festas (1840-1903), docs de 13/04/ 1840, 3/01/1872 e 19/03/1872; *Caderno de Juca Teles do Sertão*, nº 30.

NASCIMENTO, Alexandre Lacerda. *Cartórios de São Luiz do Paraitinga recebem ajuda de todo o estado e restauram o acervo*. Disponível em <<http://www.anoregsp.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=MTAz>>. Acesso em 13 de fevereiro de 2015.

*O ESTADO DE SÃO PAULO*. São Luiz do Paraitinga recebeu 150 mil pessoas no Carnaval de 2008. Caderno 2, p. 5, 8 de fevereiro de 2008.

*O LÁBARO*. nº 26, 30/06/1910; nº 425, 28/02/1918; nº 442, 27/06/1918; nº 1250, 20/05/1999; nº 1253, 16/08/2003; nº 2130 de 08/06/2014.

*O LUIZENSE*. nº LIV, II, 20/11/1904; nº 334, V, 16/02/1908; nº 336, VI, 10/01/1909, nº 396, VI, 22/08/1909; nº 402, VII, 04/10/1909; nº 417, CII, 23/01/1910; nº 423, VII, 26/01/1913; nº 437, XIII, 13/01/1916; nº 444, 02/03/1916, nº 472, XIV, 04/10/1916; nº 554, XV, 29/08/1918, nº 675 08/05/1921; nº 711, XX, 20/05/1923.

*O PORVIR*. nº 03, 19/03/1916; nº 07 20/09/1916; nº 12 03/02/1917.

O VALE. Quem mentiu? 17 de janeiro de 2013: Disponível em <<http://www.ovale.com.br/nossa-regi-o/quem-mentiu-1.371017>>. Acesso em 12 de janeiro de 2014.

PARÓQUIA DE SÃO LUIZ de Tolosa. Livros-tombo da filiação das irmandades – anos de 1798, 1807, 1867, 1869.

PARÓQUIA SÃO LUIZ de Tolosa. Balancetes das festas do Divino (1956, 1959, 1975, 1986, 1988-1996, 1998, 2000-2015).

PARÓQUIA SÃO LUIZ de Tolosa. Inventário dos bens existentes na Irmandade do Santíssimo Sacramento – anos de 1825, 1826, 1837, 1839, 1895, 1910-1923, 1935, 1998-2015.

PARÓQUIA SÃO LUIZ de Tolosa. Livro patrimônio 1958- 2015.

PARÓQUIA SÃO LUIZ de Tolosa. Programas das Festas do Padroeiro. 1983 a 2014.

PARÓQUIA SÃO LUIZ de Tolosa. Programas de Festas do Divino. 1975 a 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA Turística de São Luiz do Paraitinga. *Plano Diretor Participativo*, Lei Municipal 1347/2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Orçamentos anuais – Arrecadação*. Disponível em: <http://www.saoluizdo-paraitinga.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2012/05/or2010.pdf> Acesso em 15 de fevereiro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). *Pesquisa de Opinião do Carnaval 2011*. Guaratinguetá/São Luiz do Paraitinga, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). *Pesquisa de Opinião do Carnaval 2012*. Guaratinguetá/São Luiz do Paraitinga, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA; UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). *Pesquisa de Opinião do Carnaval 2014*. Guaratinguetá/São Luiz do Paraitinga, 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Lei 1.466. Criação do Conselho de Patrimônio Histórico e Cultural de São Luiz do Paraitinga e outras providências*. São Luiz do Paraitinga, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Lei Complementar 1347. Criação do Plano Diretor Participativo*. Departamento de Planejamento. São Luiz do Paraitinga, 7 de janeiro de 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Lei Complementar 1458. Revisão do Plano Diretor Participativo*. Departamento de Planejamento. São Luiz do Paraitinga, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Atas Conselho Gestor Patrimônio Cultural período: 2010 a 2013*. Departamento de Planejamento. São Luiz do Paraitinga, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA. *Atas Conselho Gestor Emergência Planejamento e Reconstrução período: 2010 a 2011*. Departamento de Planejamento. São Luiz do Paraitinga, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARATINGA. *Atas Conselho Municipal para Fundo Gestor de Turismo: FUNTUR período: 2010 a 2011. Departamento de Planejamento.* São Luiz do Paraitinga, 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARATINGA. *Atas Conselho Municipal Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social período: 2010 a 2012. Departamento Fundo Social de Solidariedade/ Departamento de Planejamento.* São Luiz do Paraitinga, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARATINGA. *Atas Conselho Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estratégica período: 2010 a 2012. Departamento de Planejamento.* São Luiz do Paraitinga, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARATINGA. *Atas Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente período: 2010 a 2012. Departamento de Planejamento.* São Luiz do Paraitinga, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ do Paraitinga. *Atas das discussões da montagem do Plano Diretor. Janeiro a novembro de 2006.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ do Paraitinga. *Atas das reuniões do Conselho Municipal de Turismo. 2006-2007.*

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIZ do Paraitinga. São Luiz do Paraitinga (usos e costumes) – separata da *Revista o Arquivo*, vol. CXXI. Departamento de Cultura, São Paulo, 1949.

ROSATI, César. *Agência Folha da Manhã*. <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/05/1455762-apos-4-anos-em-reforma-igreja-de-sao-luiz-do-paraitinga-e-reaberta.shtml>>. Acesso em 15 de março de 2015.

SADDI, Salma. Em reunião com a comunidade local transcrita na reportagem de 11/01/2010 do site: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidades/2010/01/pessoas-sao-o-mais-importante-do-patrimonio-cultural-diz-superintendente-do-iphan-1>>. Acesso em 18 de dezembro de 2011.

SANTOS, Benedito dos. (Ditão Virgílio). *A Enchente do Paraitinga*. Cordel caipira distribuído pelo autor. São Luiz do Paraitinga, 15/02/2010.

*SÃO LUIZ DO PARAITINGA*. Contas Públicas. Disponível em: <<http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br/site/contas-publicas/>>. Acesso em 12 de março de 2015.

SÃO PAULO. *Diário Oficial*. Poder Executivo, Seção 1 de 28 de maio de 1982.

SECRETARIA DA CULTURA, CIÊNCIA e Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo. *São Luiz do Paraitinga* – Publicação nº02 – São Paulo: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado – CONDEPHAAT, 1977.

SEMANÁRIO DE TAUBATÉ, edição 85, junho de 1948.

SVHVARCZ, Ticiania. São Luiz sem funk e sem pagode. *O Vale*. Caderno Vale Viver de 12 de janeiro de 2014.

TRINDADE, Jaelson. *Dossiê São Luís do Paraitinga*. São Paulo, 9ª SR/IPHAN, 2010.

UNESCO (Representação da Unesco no Brasil). *O Patrimônio: legado do passado ao futuro*. <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/heritage-legacy-from-past-to-the-future/>>. Acesso em 22 de janeiro de 2015.

UNESP. *Acervo digital*. Disponível em <[http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/66463/1/sp\\_des\\_01.jpg](http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/66463/1/sp_des_01.jpg)>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

*UOL Eleições*. Com candidatos na defesa, debate sonolento encerra a campanha. 1º de outubro de 2010. Disponível em: <<http://eleicoes.uol.com.br/2010/ultimas-noticias/2010/10/01/com-candidatos-na-defesa-debate-sonolento-encerra-a-campanha.jhtm>>. Acesso em 05 de agosto de 2015.

VIEIRA, Valquíria. São Luiz do Paraitinga reinaugura Igreja que desabou com a enchente em 2010. *A12 Notícias*. 16 de maio de 2014. Disponível no site: <<http://www.a12.com/noticias/detalhes/sao-luiz-do-paraitinga-reinaugura-igreja-que-desabou-com-a-enchente-de-2010>>. Acesso em 13 de março de 2015.

## 10 Anexos

---

### 10.1 Entrevistas realizadas durante a pesquisa

As transcrições estão disponíveis na biblioteca municipal de São Luiz do Paraitinga.

#### 10.1.1 Temáticas

1- **Adela de Santi**

Psicóloga, nascida em Taubaté em 1962. Frequenta São Luiz do Paraitinga e atende moradores da cidade desde a década de 1980. Estava na cidade no dia da inundação. Entrevista em maio de 2012.

Transcrição 5 páginas.

2- **Adriana Alves Lobo**

Funcionária do comércio local, é balconista e nasceu em 1965 em São Luiz do Paraitinga. Moradora da rua Coronel Manoel Bento teve sua casa totalmente inundada. Entrevista realizada em novembro de 2013.

Transcrição 4 páginas.

3- **Alex Euzébio Torres**

Prefeito municipal de São Luiz do Paraitinga pelo PR (Partido da República) na gestão 2013 – 2016. Nasceu em Guaratinguetá em 1974, mas vive em São Luiz do Paraitinga desde a infância. Entrevista realizada em maio de 2014.

Transcrição 7 páginas.

4- **Alessandro Pompei**

Engenheiro e gestor de contratos da construtora Concrejato foi o responsável pelo acompanhamento técnico da principal obra da reconstrução da cidade a reforma da Igreja Matriz. Já havia sido o responsável por obras como da Escola Estadual Rodrigues Alves da Avenida Paulista em São Paulo/SP. Natural de Martinópolis, nascido em 1976, mora atualmente em São Paulo/SP. Entrevista em julho de 2013.

Transcrição 8 páginas.

5- **Alfredo Manevy**

Secretário executivo do Ministério da Cultura de 2008 a 2010. Durante o período da inundação de São Luiz do Paraitinga era o Ministro em exercício.

Conversei com ele rapidamente após o pronunciamento oficial que fez como ministro na cidade na Pousada Primavera no dia 12 de janeiro de 2010.

Transcrição 2 páginas.

6- **Ana Lúcia Bilard Sicherle**

Prefeita municipal de São Luiz do Paraitinga pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileiro) no período de 2008 a 2012. Foi a gestora do período da catástrofe e dos dois primeiros anos do período da reconstrução. Antes de assumir a prefeitura era a secretária municipal da educação (2001-2008). Nascida em Taubaté em 1971 viveu toda sua vida em São Luiz do Paraitinga.

Entrevista em novembro de 2012.

Transcrição 12 páginas.

7- **André Luís Bilard de Carvalho**

Vereador municipal por três mandatos pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileiro) no período 2001-2012 é também escrivão da polícia civil na cidade de São Luiz do Paraitinga. Nascido em Taubaté em 1966 viveu sempre no município luizense. Foram realizadas duas entrevistas em fevereiro e maio de 2012.

Transcrição 8 páginas.

**8- Anna Beatriz Ayrosa Galvão**

Superintendente do IPHAN São Paulo (2008-2013), atualmente retornou as atividades de professora de arquitetura e urbanismo da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Foi importante interlocutora do Governo Federal com a cidade através de sua participação no Conselho de Patrimônio da cidade de São Luiz do Paraitinga. Natural de São Paulo. Entrevistas realizadas em 12 de dezembro de 2010 e em outubro de 2013.

Transcrição 12 páginas.

**9- Antônio da Silva Leme**

De família de origem de São Luiz do Paraitinga, Antônio da Silva Leme é nascido em 1941 e mora toda sua vida em Taubaté. Militar aposentado vem frequenta há quase 50 anos as festas do Divino Espírito Santo de São Luiz do Paraitinga. Entrevista em março de 2013.

Transcrição 5 páginas.

**10- Antônio Sales**

Antonio Galvão Sales, sitiante, é nascido em São Luiz do Paraitinga em 1947. Vereador por 24 anos já foi duas vezes festeiro da festa do Divino Espírito Santo de São Luiz do Paraitinga, sendo a última no ano de 2010. Entrevista em novembro de 2010.

Transcrição 6 páginas.

**11- Aparecida Antunes Fátima Campos**

Dona de casa, nascida em Taubaté no ano de 1962, mora em São Luiz do Paraitinga desde 1972. Moradora do bairro Santa Teresinha. Entrevista em janeiro de 2010.

Transcrição 4 páginas.

**12- Benedito Campos Filadelfo Netto**

Conhecido como Netto Campos é músico e compositor e foi diretor de cultura municipal de 2008 a 2012. De São Luiz do Paraitinga, nasceu em 1984. Entrevista em agosto de 2014.

Transcrição 4 páginas.

**13- Benedito Galvão Frade Junior**

Nascido em São Luiz do Paraitinga em 1959 é músico e compositor e foi um dos idealizadores do carnaval local. Também está entre os entrevistados da história de vida. Entrevista temática realizada em fevereiro de 2013.

Transcrição 6 páginas.

**14- Benedito Paula dos Santos**

Ajudante rural, nascido em 1995 na cidade Pindamonhangaba sempre morou no bairro do São Sebastião, na cidade de São Luiz do Paraitinga. Quando entrevistado era estudante e já se preocupava com as oportunidades de trabalho no futuro. Entrevistado no dia 26 de março de 2011.

Transcrição 3 páginas.

**15- Chris Brendt**

Nascido na cidade de Houma na Louisiana/EUA em 1979, vive desde 1999 em Nova Orleans/EUA. É historiador, professor secundário – equivalente ao nosso Ensino Médio – e estava com sua esposa e dois filhos na cidade quando houve a passagem do furacão Katrina. Entrevistado em julho de 2013.

Transcrição 6 páginas.

**16- Cinira Pereira dos Santos**

Dona Cinira Pereira dos Santos é viúva do compositor Elpídio dos Santos. Nascida em 1925 foi a grande responsável pela continuidade da obra deste compositor, transformando sua casa em um memorial do compositor que foi a base para a criação do Instituto Elpídio dos Santos. Retomei a entrevista com D. Cinira realizada em setembro de 2006 durante a pesquisa sobre a Festa do Divino. Ela faleceu em maio de 2011.

Transcrição 12 páginas.

**17- Cristiane de Paiva Bittencourt**

Funcionária pública municipal de 2001 a 2012 foi secretária de Planejamento de 2010 a 2012. Nascida em São José dos Campos em 1976 vive em São Luiz do Paraitinga desde a juventude. Foi a principal articuladora entre a administração pública municipal, comunidade luizense e membros de outras entidades envolvidas na reconstrução da cidade. Entrevista em maio de 2015.

Transcrição 16 páginas.

**18- Eduardo de Oliveira Coelho**

Mais conhecido como Dudu é diretor de turismo municipal de Turismo desde 2006. É o responsável pela organização dos principais eventos da cidade. Entrevista realizada em abril de 2015.

Transcrição 8 páginas.

**19- Elenice dos Santos**

Produtora rural, moradora do bairro do Mato Dentro, zona rural de São Luiz do Paraitinga. Nascida em Pindamonhangaba em 1969, vive no bairro do Mato Dentro desde 1979 e participa de um projeto da Akarui de sustentabilidade rural. Entrevista em outubro de 2012.

Transcrição 4 páginas.

**20- Gabriela de Souza**

Camareira de pousada da cidade, nasceu em São José dos Campos em 1973 e vive em São Luiz do Paraitinga desde 1989 no bairro do Alto do Cruzeiro. Entrevista em 16 de maio de 2015.

Transcrição 2 páginas.

**21- Gabriela dos Santos**

Desempregada atualmente é moradora do Residencial Monsenhor Tarcísio Castro Moura e perdeu seu imóvel na rua Coronel Domingues de Castro durante a inundação. Nasceu em Taubaté em 1979. Entrevista realizada em maio de 2014

Transcrição 3 páginas.

**22- Geraldo Donizete Cursino dos Santos**

Nascido em São Luiz do Paraitinga em 1965 é comerciante e proprietário de sobrado da Praça Dr. Oswaldo Cruz que foi totalmente destruído na inundação. Entrevista em novembro de 2014.

Transcrição 4 páginas.

**23- Padre Gracimar Cardoso**

Foi pároco de São Luiz do Paraitinga de 2001 a 2006. É natural de Taubaté e atualmente trabalha na Paróquia de Jambeiro. Foi o celebrante de uma das missas da novena durante a festa do Divino de 2010. Entrevista em julho de 2010.

Transcrição 5 páginas.

**24- Genoveva Paiva**



Professora aposentada é natural de São Luiz do Paraitinga e moradora da rua Coronel Domingues de Castro, no centro de São Luiz do Paraitinga, tendo sido resgatada pelos botes do *rafting* no dia 1º de janeiro de 2010. Entrevista em dezembro de 2010. Transcrição 4 páginas.

**25- Gilberto Leandro Cursino Barbosa**

É o atual secretário de Cultura Municipal (de 2013 até atualmente). Músico e compositor é natural de Taubaté, nasceu em 1984 e sempre viveu em São Luiz do Paraitinga. Entrevista realizada em maio de 2015.

Transcrição 8 páginas.

**26- Hélio de Souza**

Nascido em 1975 na cidade de São Luiz do Paraitinga é funcionário de fiscalização de preservação ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar “Núcleo Santa Virgínia”. Foi um dos principais membros do *rafting* no salvamento das pessoas nos primeiros dias de 2010. Músico é bastante atuante na vida cultural da cidade. Entrevista em março de 2013.

Transcrição 8 páginas.

**27- Ilza Guimarães de Carvalho**

Professora aposentada, moradora do centro histórico, teve sua casa totalmente inundada durante as cheias do Paraitinga. Entrevista em junho de 2010.

Transcrição 4 páginas.

**28- Jairo Sebastiao Barreto Borriello de Andrade**

Engenheiro civil e proprietário da construtora Borriello e Andrade que atuou em diversas obras no processo de reconstrução é atualmente vereador da cidade (mandato 2012-2016). Nascido em 1958 no Rio de Janeiro mantém residência fixa na cidade há mais de 40 anos. Entrevista realizada em janeiro de 2011.

Transcrição 5 páginas.

**29- João Paulo Villani**

Engenheiro florestal e administrador do Parque Estadual da Serra do Mar “Núcleo Santa Virgínia”. Natural de São Carlos do Pinhal/SP é nascido em 1961. Reside em São Luiz do Paraitinga e foi um dos técnicos que mais auxiliaram na explicação dos fenômenos ocorridos. Entrevista em março de 2010.

Transcrição 8 páginas.

**30- José de Arimatéia**

Pedreiro é natural de São Luiz do Paraitinga, tendo nascido em 1962. Morador do bairro da Santa Teresinha e líder do grupo de folia de Reis da cidade. Um dos pedreiros mais requisitados para os projetos de restauro da reconstrução. Entrevista em janeiro de 2010.

Transcrição 3 páginas.

**31- José de Souza**

Conhecido como Zé Sacristão dedicou sua vida no trabalho de sacristão da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa. Hoje é aposentado e não revelou sua idade. Foi uma das pessoas mais próximas do Monsenhor Tarcísio de Castro Moura. Entrevista em outubro de 2013.

Transcrição 3 páginas

**32- José de Toledo**

Mais conhecido como Zezé do Mikilin é nascido em São Luiz do Paraitinga em 1957 e corretor de imóveis da cidade. Entrevista em junho de 2010

Transcrição 3 páginas

**33- José Roberto “Quadô”**

Professor de biologia, dentista, o compositor Quadô foi um dos autores que mais compuseram canções do início do carnaval luizense. A entrevista utilizada com ele é de 24 de março de 2005, retirada do projeto de pesquisa “Compositores Luizenses”- de minha autoria em conjunto com o músico Baroni Junior e pouco antes dele falecer. Transcrição 4 páginas.

**34- Judas Tadeu de Campos**

Diretor de escola e professor universitário aposentado, Judas Tadeu é doutor em educação pela PUC/SP e pesquisador da história do município. Nascido em Taubaté mora em São Luiz do Paraitinga desde sua infância. Também está entre os entrevistados a partir da história de vida. Entrevista em junho de 2015.

Transcrição 4 páginas.

**35- Lívia Vierno Rodrigues de Moura**

Arquiteta doutora pela FAU/USP é de Taubaté e foi a responsável pelo projeto de execução de reconstrução da Igreja Matriz São Luiz de Tolosa. Entrevista em dezembro de 2013.

Transcrição 5 páginas.

**36- Luiz Homero Cardoso**

Professor aposentado e advogado é morador da rua Monsenhor Ignácio Gióia no centro de São Luiz do Paraitinga. Foi fundador do bloco Enkuka a Kuka, um dos mais conhecidos no início do Carnaval Luizense. Nasceu na cidade de São Luiz do Paraitinga em 1953. Entrevista em novembro de 2010.

Transcrição 4 páginas.

**37- Luiz Toloza de Gouvêa**

Luiz Toloza de Gouvêa, conhecido como Luiz do Ugulino, nasceu em São Luiz do Paraitinga em 1935. Funcionário público estadual aposentado está entre os entrevistados a partir da história de vida e reside em um dos sobrados do centro histórico. Realizei três entrevistas temáticas 7 de janeiro de 2010; 22 de junho de 2012; fevereiro de 2013.

Transcrição 14 páginas.

**38- Marcelo Henrique Santos Toledo**

Nascido em Tremembé em 1962, sempre viveu em São Luiz do Paraitinga. É historiador, vereador em seu quarto mandato e técnico judiciário do Fórum local. É um dos maiores pesquisadores da história da cidade com ênfase na temática da religiosidade popular. Também está entre os entrevistados a partir da história de vida Entrevista em maio de 2012.

Transcrição 5 páginas.

**39- Marco Antonio Rio Branco**

Músico e escritor, é considerado um dos ícones da cultura letrada da cidade. Nascido em 1952 sempre viveu na Avenida Celestino Campos Coelho com sua casa as margens do rio Paraitinga. Possui ligação muito forte com os membros da cultura popular local. Entrevista retomada do acervo pessoal do autor de 2008.

Transcrição 8 páginas.

**40- Margarida Alves de Paula**

Natural de Guaratinguetá é dona de casa e moradora da rua Coronel Domingues de Castro. Nasceu em 1956 e mora em São Luiz do Paraitinga há 20 anos aproximadamente. Ficou desabrigada vivendo em um prédio escolar até o final de janeiro de 2010 com dois filhos. Entrevista março de 2010.

Transcrição 4 páginas.

**41- Maria Antônia Brito**

Costureira, nascida em 1948 na cidade de Lorena é membro da Congada de São Benedito, dessa mesma cidade. A entrevista foi realizada no mês de maio de 2006 na minha dissertação de mestrado e retomada agora neste novo contexto.

Transcrição 6 páginas.

**42- Maria Antônia Pinto**

Contadora na cidade de São Paulo, natural de Guarulhos, nasceu em 1969. Estava a turismo na cidade durante a catástrofe. Entrevista em abril de 2010.

Transcrição 5 páginas.

**43- Maria Cinira dos Santos**

Filha de Elpídio dos Santos, nasceu em São Paulo em 1962. É artista plástica e hoje reside na casa que foi de seus pais. Entrevista em 31 de julho de 2011. Também está entre as entrevistadas a partir de sua história de vida.

Transcrição 5 páginas.

**44- Maria Regina dos Santos**

Presidente do IES e do Conselho de Patrimônio durante o processo da reconstrução é a filha mais velha de Elpídio dos Santos e Cinira Pereira dos Santos. Natural de São Luiz do Paraitinga. Entrevista realizada em 23 de janeiro de 2010.

Transcrição 6 páginas.

**45- Maurício César Delamaro**

Chefe de departamento de produção da UNESP Guaratinguetá já coordenava projetos com a comunidade de São Luiz do Paraitinga ligados a avanço do turismo e pesquisa de perfil dos visitantes. Durante a reconstrução foi membro dos principais conselhos criados na cidade. Entrevista em novembro de 2010.

**46- Rovena Negreiros**

Presidente do CONDEPHAAT de 2009 a 2012, foi a principal responsável pela maior parte da aprovação dos projetos relacionados aos prédios da reconstrução do patrimônio histórico da cidade luizense. Entrevista em 7 de janeiro de 2010

Transcrição 4 páginas.

**47- Dona Olga Fontes**

Funcionária pública aposentada nasceu em 1925 em São Luiz do Paraitinga. Muito conhecida por sua atuação na organização das missas e festas religiosas e pela convivência com o compositor Elpídio dos Santos. Entrevista em março de 2010.

Transcrição 3 páginas.

**48- Paulo Sérgio Galeão**

Natural de Pirenópolis/GO é engenheiro e foi o responsável técnico pela obra de restauro da Igreja do Rosário e da Capela das Mercês. Servidor federal do IPHAN aposentado continuou atuando na cidade contratado pela construtora Biapó. Entrevista em outubro de 2010.

Transcrição 6 páginas.

**49- Pedro Luís dos Santos**

Músico e compositor é filho de Elpídio dos Santos e líder do Grupo Paranga. Nascido em São Paulo sempre esteve presente na vida cultural de São Luiz do Paraitinga, morando atualmente na cidade de Lagoinha. Nascido em 1960 é uma das principais referências culturais da cidade. Entrevista no dia 15 de julho de 2011

Transcrição 7 páginas.

**50- Pedro Moradei**

Músico e compositor é também comerciante proprietário de um restaurante na cidade. Nascido em São Luiz do Paraitinga em 1962. Entrevista em maio de 2010.

Transcrição 5 páginas.

**51- Rita de Cássia César Ramalho,**

Sitiante, nasceu em São Luiz do Paraitinga em 1970 no bairro do Bom retiro onde ainda reside. Entrevista em janeiro de 2010.

Transcrição 6 páginas.

**52- Sidney Nascimento**

Missionário da Igreja Assembleia de Deus tem como profissão açougueiro. Natural de Ubatuba vive na cidade há aproximadamente 15 anos. Nascido em 1982. Entrevista em outubro de 2010.

Transcrição 4 páginas.

**53- Susan Fry**

Natural de Minessota/EUA é moradora do French Quartier de Nova Orleans desde 1997. Nascida no ano de 1979 é música e artista plática. Entrevista em julho de 2013.

Transcrição 7 páginas.

**54- Monsenhor Tarcísio Castro Moura**

Padre, natural de São Luiz do Paraitinga, nascido em 1911, faleceu em abril de 2010. Foi o pároco da cidade por mais de 40 anos e sempre exerceu uma liderança religiosa muito grande na cidade. Havia realizada uma entrevista em março de 2007 com ele que foi recuperada agora nesta nova temática.

Transcrição 12 páginas.

**55- Taylor Wagner**

Nascido em 1956 na cidade de New Orleans é taxista neste município norte americano desde 1980. Perdeu praticamente tudo o que possuía com a passagem do furacão Katrina naquela localidade. Entrevista realizada em julho de 2013.

Transcrição 9 páginas

**56- Teresinha Antunes Andrade**

Professora aposentada, residente nas proximidades do prédio do grupo escolar, é nascida em São Luiz do Paraitinga. Entrevista realizada em março de 2013.

Transcrição 4 páginas

**10.1.2 Histórias de vida<sup>459</sup>****1- Olga Fontes**

Olga Pires Fontes é nascida em São Luiz do Paraitinga no dia 23 de junho de 1924. Servente de escola estadual aposentada sempre foi muito atuante no dia a dia da Igreja Católica local atuando na programação litúrgica e dos cerimoniais da mesma. Contemporânea de Elpídio dos Santos possui uma grande proximidade com os músicos locais tendo participado de vários corais da cidade.

Entrevista realizada em 9 de dezembro de 2011.

Transcrição 37 páginas

**2- Afonso Pinto**

Afonso Pinto Figueira é nascido em São Luiz do Paraitinga no bairro do Bom Retiro no dia 25 de maio de 1938. Servente de escola municipal aposentado é também pedreiro e eletricitista. Músico, compositor é também contemporâneo de Elpídio dos

<sup>459</sup> Todas as entrevistas aqui utilizadas como história de vida fizeram parte do Projeto Memória que resultou posteriormente no DVD “Memória Luizense: a passagem do tempo em São Luiz do Paraitinga” realização da AMI/SLP com coordenação de Luiz Egypto de Cerqueira. Reafirmo a satisfação de ver a aplicação prática que este projeto de doutoramento permitiu pela grande aceitação tanto da comunidade como dos visitantes a este projeto do vídeo através da AMI-SLP.

Santos possuindo um grande número de composições, inclusive algumas em parceria com o próprio Elpídio. Participou como ator de cinco filmes de Amácio Mazaroppi. Entrevista realizada em 5 de janeiro de 2012.

Transcrição 27 páginas.

3- **Dito Domingos**

Benedito Domingos é nascido em São Luiz do Paraitinga no dia 31 de outubro de 1929. Delegado de polícia aposentado trabalhou em várias cidades da região sempre mantendo residência em São Luiz do Paraitinga. Possui um grande acervo de fotos e documentos da história da cidade sobretudo ligados as festas populares e sobre a política local.

Entrevista realizada em 07 de janeiro de 2012.

Transcrição 26 páginas.

4- **Marco Rio Branco**

Marco Antonio Rio Branco é nascido em Taubaté no dia 16 de novembro de 1952. Trabalhou no cartório de notas da cidade, na prefeitura municipal e atualmente é secretário da escola estadual Monsenhor Ignácio Gióia. Professor de artes se destaca como músico e compositor. Já lançou três livros de poesias e contos sobre a cidade. Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2012.

Transcrição 48 páginas.

5- **Dito do Vena**

Benedito de Campos é nascido em Taubaté/SP em 09 de julho de 1927. Foi prefeito de São Luiz do Paraitinga e vereador por seis mandatos. Traz lembranças interessantes de sua infância vivida durante a Revolução de 1932 no município luizense.

Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2011.

Transcrição 49 páginas.

6- **Cidoca Campos**

Dona Cidoca Campos morou em São Luiz do Paraitinga entre as décadas de 1940 e 1970. Faleceu em 2013 na cidade de Jundiá. Casada com o professor Renê da Silva Velho eram muito conhecidos na cidade e seu depoimento é muito detalhista no tocante a vida cultural do município no período que ali frequentou

Entrevista realizada em outubro de 2011.

Transcrição 23 páginas.

7- **Anésio Canário**

Anésio Rodrigues da Silva nasceu em São Luiz do Paraitinga no bairro do Rio Claro em 05 de fevereiro de 1921. Faleceu em setembro de 2015. Era aposentado, amante do futebol local, líder do time Canário e personagem do Bloco do Canário do Carnaval local. Era chamado pela população para encontrar corpos de pessoas que morreram nas águas do rio Paraitinga tendo feito isto dezenas de vezes.

Entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2012.

Transcrição 28 páginas.

8- **Marcelo Toledo**

Nascido em Tremembé em 1962, sempre viveu em São Luiz do Paraitinga. É historiador, vereador em seu quarto mandato e técnico judiciário do Fórum local. É um dos maiores pesquisadores da história da cidade com ênfase na temática da religiosidade popular.

Entrevista realizada em 9 de dezembro de 2011.

Transcrição 29 páginas.

9- **Lica do Bozó**

Carmelina Faria Rocha é nascida em 18 de dezembro de 1940. Dona de casa mora em São Luiz do Paraitinga no bairro do Benfica em uma pequena chácara na área urbana. Sua família participa ativamente das festas populares da cidade, tendo sido inclusive festeiros da Festa do Divino de 2014. Recebeu dezenas de pessoas desabrigadas na inundação do rio Paraitinga.

Entrevista realizada em 7 de janeiro de 2012.

Transcrição 31 páginas.

#### **10- Didi Andrade**

Benedicta Antunes de Andrade nasceu em São Luiz do Paraitinga em 16 de março de 1929. É considerada uma das principais personagens da vida cultural da cidade. Compositora do Hino oficial da cidade e do padroeiro São Luiz de Tolosa. Foi a mantenedora por muitas décadas de tradições locais como a dança de fitas e as pastorinhas. Ainda auxilia, mas por muito tempo foi a principal responsável pelos enfeites do Império das festas do Divino e dos andores das demais procissões. É servidora do INSS aposentada e foi a primeira mulher a ser eleita vereadora na cidade.

Entrevista realizada em 9 de dezembro de 2011.

Transcrição 24 páginas.

#### **11- Luiz do Hugolino**

Luiz Tolosa Gouvêa nasceu em São Luiz do Paraitinga em 21 de agosto de 1935. Padeiro na infância e funcionário público estadual aposentado é morador da praça Dr. Oswaldo Cruz. Foi um entrevistado que acabei acompanhando durante todo o processo da reconstrução com mais três entrevistas temáticas posteriores coincidentes com situações emblemáticas em sua vida no decorrer do processo o trauma da inundação, a volta para sua casa e a inauguração da Matriz.

Entrevista realizada em 8 de dezembro de 2011.

Transcrição 42 páginas.

#### **12- Teté Ivo**

Esther Pereira Ivo é nascida em São Luiz do Paraitinga, em 08 de fevereiro de 1933. Foi professora de várias gerações de luizenses, conhecendo muito bem as famílias locais e seus costumes.

Entrevista realizada em 9 de dezembro de 2011.

Transcrição 25 páginas.

#### **13- Dirceu Ivo**

Antonio Dirceu Pereira Ivo é nascido em São Luiz do Paraitinga, em 17 de junho de 1936. Advogado ainda em atuação foi tabelião do cartório de notas e registros imobiliários da cidade e é um grande conhecedor da política e da cultura da cidade. Vive há mais de 50 anos no centro histórico da cidade.

Entrevista realizada em 12 de fevereiro de 2012.

Transcrição 35 páginas.

#### **14- Nena dos Santos**

Maria Cinira dos Santos é nascida em São Paulo no dia 07 de fevereiro de 1962. Artista plástica é filha de Elpídio dos Santos e Cinira Pereira dos Santos. Foi cantora e fundadora do Grupo Paranga sendo uma das principais referências artísticas e culturais da cidade.

Entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2012.

Transcrição 18 páginas.

#### **15- Carmem Siqueira**

Carmem Nunes Siqueira nasceu em Taubaté em 15 de fevereiro de 1950. Possui um dos comércios mais antigos da cidade. Com quase 50 anos de existência seu restaurante é historicamente ponto de encontro da população da zona rural quando vem a cidade. Atualmente isto tem atraído turistas também. Sempre participativa nas festas populares e no dia a dia da Igreja Católica local.

Entrevista realizada em 10 de dezembro de 2011.

Transcrição 25 páginas

#### **16- Galvão Frade**

Benedito Galvão Frade Júnior nasceu em 07/04/1959 na cidade de São Luiz do Paraitinga. É umas principais referências culturais da cidade sendo um dos fundadores do Grupo Paranga. Exerceu o cargo de diretor de cultura municipal de 2001 a 2008. É o principal compositor de marchinhas carnavalescas da atualidade e um dos idealizadores do carnaval local.

Entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2012

Transcrição 22 páginas;

#### **17- Elena Martha**

Elena Martha Kacharovsky é nascida em Benedito Novo no bairro Santa Maria, estado de Santa Catarina em 30 de janeiro de 1936. Vive em São Luiz do Paraitinga desde 1965 e dedicou grande parte de sua vida como cuidadora do Monsenhor Tarcísio de Castro Moura, pároco na cidade de São Luiz do Paraitinga desde a década de 1960 até 2011 quando faleceu. Mantém suas atividades todas voltadas a participação na organização das celebrações religiosas da Igreja Católica, confecção de paramentos religiosos e é profunda conhecedora da atividade desta instituição no dia a dia da comunidade luizense.

Entrevista realizada em 5 de janeiro de 2012.

Transcrição 25 páginas.

#### **18- Dirceu dos Santos**

Dirceu dos Santos é nascido em São Luiz do Paraitinga em 06 de fevereiro de 1943. Desembargador aposentado hoje vive na cidade de Guaratinguetá/SP, mas mantém residência e frequenta São Luiz do Paraitinga praticamente em todos os fins de semana.

Entrevista realizada em 2 de fevereiro de 2012.

Transcrição 23 páginas.

#### **19- Cida do Tio**

Maria Aparecida Bueno nasceu em São Luiz do Paraitinga em junho de 1936. Foi a primeira advogada mulher da cidade. Trabalhou como assessora da prefeitura municipal no início da década de 1980 quando o carnaval surgiu nos moldes atuais se considerando uma das responsáveis pela sua implantação.

Entrevista realizada em 6 de janeiro de 2012.

Transcrição 19 páginas.

#### **20- Antonia da Silva**

Antonia da Silva nasceu em São Luiz do Paraitinga no bairro das Perobas em 28 de abril de 1928. Faleceu em setembro de 2015. Aposentada como trabalhadora rural era uma das pessoas que exerciam uma função de liderança na comunidade rural do bairro da Água Santa. Zeladora da capela do bairro por mais de 50 anos era referência na organização das festas rurais e na contação de causos e lendas da cidade.

Entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2012.

Transcrição 33 páginas.

Foi uma das entrevistas transformadas em história de vida no capítulo 6 deste trabalho.

**21- Antonio Carlos**

Antonio Carlos Osório Nunes é nascido em São Luiz do Paraitinga, no bairro do Turvo em 17 de fevereiro de 1963. Promotor de justiça possui residência fixa em São Luiz do Paraitinga mas trabalha atualmente em Taubaté. Participou do projeto de reconstrução do judiciário do Timor Leste pela ONU. Era o promotor responsável pela comarca de São Luiz do Paraitinga durante a inundação de janeiro de 2010.

Entrevista realizada em 6 de janeiro de 2012.

Transcrição 38 páginas.

Foi uma das entrevistas transformadas em história de vida no capítulo 6 deste trabalho.

**22- Toninho Aginaldo**

Antonio Ivo Salinas nasceu em Taubaté em 19 de junho de 1949. É professor aposentado e sempre viveu na cidade de São Luiz do Paraitinga. Músico de uma família de muitos músicos é o responsável pela tradicional Corporação Musical São Luiz de Tolosa.

Entrevista realizada em 4 de fevereiro de 2012.

Transcrição 27 páginas.

**23- Neide Rosselli**

Dona Neide Rosselli é natural de São Luiz do Paraitinga e se destacou como a principal parteira da cidade. Moradora da rua Abraão Abdala teve sua casa toda inundada pelas cheias do rio Paraitinga de janeiro de 2010.

Entrevista realizada em 09 de dezembro de 2011

Transcrição 21 páginas

**24- Judas Tadeu de Campos**

Nascido em Tremembé, sempre foi uma figura muito conhecida na cidade pela sua atuação como diretor de escola e jornalista. Foi correspondente de veículos como “O Estado de São Paulo” e membro de veículos locais de imprensa. É professor universitário aposentado e grande pesquisador da história do município. Nascido em Taubaté mora em São Luiz do Paraitinga desde sua infância

Entrevista realizada em 12 de outubro de 2011

Transcrição 26 páginas

**25- Lourdes Santos**

Lourdes Claudino dos Santos é nascida em São Luiz do Paraitinga, no bairro do Selado em 20 de janeiro de 1940. Dona de casa é uma das pessoas com a história de vida mais marcada pela superação de dificuldades entre os entrevistados. Contudo uma jornada sempre acompanhada de uma fé inabalável em sua fervorosa religiosidade. Seu depoimento sobre a enchente foi muito emocionante.

Entrevista realizada em 6 de janeiro de 2012.

Transcrição 32 páginas.

Foi uma das entrevistas transformadas em história de vida no capítulo 6 deste trabalho.

**26- Lauro Faria**

Lauro de Castro Farias é nascido no distrito de Catuçaba em São Luiz do Paraitinga, em 18 de fevereiro de 1935. Produtor rural é um dos líderes da cavallhada São Pedro de Catuçaba. Grupo tradicional da cultura popular que se apresenta nas festas da cidade há mais de 100 anos representando a batalha entre cristãos e mouros no Império de Carlos Magno. Trouxe uma importante visão de um membro da zona rural que




não foi atingido diretamente pela inundação, mas que partilhava das mesmas angústias da população do centro histórico de São Luiz do Paraitinga.

Entrevista realizada em 8 de dezembro de 2011.

Transcrição 49 páginas.

## 10.2 Relatório final da Defesa Civil Nacional sobre a inundação de 06/01/2010.

DEFESA CIVIL		SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SINDEC				
		<b>AVALIAÇÃO DE DANOS - AVADAN</b>				
<b>1 - Tipificação</b>			<b>2- Data de Ocorrência</b>			
Código	Denominação	Dia	Mês	Ano	Horário	
NE.HEX	12.302	Enxurradas ou inundações bruscas	01	01	2010	8:00
<b>3- Localização</b>						
UF	SP	Município: Estância Turística de São Luiz do Paraitinga				
<b>4 - Área Afetada</b>						
<b>Tipo de Ocupação</b>	<b>Não existe/ Não afetada</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>Urbana e Rural</b>		
Residencial	0	0	0	X		
Comercial	0	0	0	X		
Industrial	0	0	0	X		
Agrícola	0	0	X	0		
Pecuária	0	0	X	0		
Extrativismo Vegetal	X	0	0	0		
Reserva Florestal ou APA	0	0	0	X		
Mineração	X	0	0	0		
Turismo e outras	0	0	0	X		
<b>Descrição da Área Afetada</b>						
Todo Município.						
<b>5 - Causas do Desastre - Descrição do Evento e suas Características</b>						
Durante o mês de dezembro choveu cerca de 600 mm, sendo que no dia 01 de janeiro houve um pico de 69,9 mm, tendo como consequência o transbordamento do Rio Paraitinga atingindo o nível de 11 Metros acima do normal e do Rio do Chapéu atingindo 6 Metros acima do normal, com consequência represando o Rio Paraitinga.						
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 7º Andar Brasília/DF 70067-901			Telefones - (061) 223 - 4717 (061) 414 - 5869 (061) 414 - 5804 Fax - (061) 226 - 7588			

<b>6 - Danos Humanos</b>	<b>0 a 14 anos</b>	<b>15 a 64 anos</b>	<b>Acima de 65 anos</b>	<b>Gestantes</b>	<b>Total</b>
Desalojadas	1450	2950	635	15	5050
Desabrigadas	33	55	7	0	95
Deslocadas	0	0	16	0	0
Desaparecidas	0	1	0	0	1
Levemente Feridas	0	1	0	0	1
Gravemente Feridas	0	1	0	0	1
Enfermas	0	0	0	0	0
Mortas	0	0	0	0	0
Afetadas	2018	7728	1172	82	11000

<b>7 - Danos Materiais Edificações</b>	<b>Danificadas</b>		<b>Destruídas</b>		<b>Total</b>
	<b>Quantidade</b>	<b>Mil R\$</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Mil R\$</b>	<b>Mil R\$</b>
Residenciais Populares	-	-	80	50000	50000
Residenciais – Outras	146	2500	-	-	2500
Públicas de Saúde	03	450	-	-	450
Públicas de Ensino	03	300	01	500	800
<b>Infra-Estrutura Pública</b>					
Obras de Arte, ponte, galeria	15 pontes 30 galerias	75 60	20 pontes 50 galerias	300 250	375 310
Estradas (Km)	200	17000	15	1500	18500
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m <sup>2</sup> )	2,5	900	-	-	900
Outras(proteção com muros de arrimo)	850	3000	-	-	3000
Comunitárias	-	-	2	12000	12000
Particulares de Saúde	06	180	-	-	180
Particulares de Ensino	-	-	-	-	-
Rurais	-	-	-	-	-
Industriais	1	200	-	-	200
Comerciais	225	2500	-	-	2500

8 - Danos Ambientais		Intensidade do Dano				
Recursos Naturais						
<b>Água</b>	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Esgotos Sanitários				x		
Efluentes Industriais	X					
Resíduos Químicos	X					
Outros	X					
<b>Solo</b>	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Erosão	-	-	-	-	X	
Deslizamento	-	-	-	-	X	
Contaminação (combustível / resíduos orgânicos)	-	-	-	-	X	
Outros	-	-	-	-	-	
<b>Ar</b>	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Gases Tóxicos (gás de geladeira)		X				
Partículas em Suspensão ( pó de entulhos )			X			
Radioatividade	X					
Outros ( mau cheiro )			X			
<b>Flora</b>	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Desmatamento	X					
Queimada	X					
Outros ( arraste e queda de arvores)				x		
<b>Fauna</b>	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Caça Predatória	X					
Outros( eqüinos, bovinos, suínos, aves )				X		
<b>9 - Prejuízos Econômicos</b>						
Setores da Economia		Quantidade			Valor	
<b>Agricultura</b>	Produção				Mil R\$	
Grãos/cereais/leguminosas	100		t		600	
Fruticultura	-		t		-	
Horticultura	25		t		50	
Silvicultura/Extrativismo	2		t		8	
Comercial	0,4		t		0,96	
Outras	-		t		-	
<b>Pecuária</b>	Cabeças				Mil R\$	
Grande porte	50		unid		100	
Pequeno porte	70		unid		36	
Avicultura	3000		unid		45	
Piscicultura	50		mil unid		175	
Outros (produção leiteira)	150.000 litros		unid		105	
<b>Indústria</b>	Produção				Mil R\$	
Extração Mineral	80		t		2,33	
Transformação	-		unid		-	

<b>Padrão Evolutivo do Desastre</b>	Gradual e Previsível	Gradual e Imprevisível	Súbito e Previsível	Súbito e Imprevisível	
X					
<b>Tendência para agravamento</b>	Não		Sim		
			X		
<b>Conclusão</b>	I	II	III	IV	
Nível de Intensidade do Desastre	Pequeno ou Acidente	Médio	Grande	Muito Grande	
<b>Porte do Desastre</b>				X	
<b>13 - Instituição Informante</b> Prefeitura		Responsável Ana Lucia Bilard Sicherle			
Cargo Preifeita Municipal	Assinatura	Telefone (12)36717000 (12) 91114764	Dia 06	Mês 01	Ano 2010
<b>14 - Instituições Informadas</b>		Informada			
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil		X			
Coordenadoria Regional de Defesa Civil		X			
<b>15 - Informações Complementares</b>					
Moeda utilizada no preenchimento: Real		Taxa de conversão para Dólar Americano:1,741			

<b>Alimentos Básicos</b>			Mil R\$
Estabelecimentos armazenadores	30	t	350
Estabelecimentos comerciais	225	estabelec.	15205
<b>Descrição dos Prejuízos Sociais</b>			

11 – Informações sobre o Município			
Ano Atual		Ano Anterior	
População (hab): 10.858 (fonte: IBGE)	Orçamento (Mil R\$): 21.000,00	PIB (Mil R\$): 77.26 (fonte: IBGE)	Arrecadação (Mil R\$): 19.000,00

12 - Avaliação Conclusiva sobre a Intensidade do Desastre (Ponderação)				
Critérios Preponderantes				
Intensidade dos Danos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante
Humanos				X
Materiais				X
Ambientais				X
Vulto dos Prejuízos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante
Econômicos				X
Sociais				X
Necessidade de Recursos Suplementares	Pouco Vultosos	Mediamente Vultosos ou Significativos	Vultosos porém Disponíveis	Muito Vultosos e Não Disponíveis no SINDEC
			X	
Critérios Agravantes	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante
Importância dos Desastres Secundários				X
Despreparo da Defesa Civil Local				X
Grau de Vulnerabilidade do Cenário				X
Grau de Vulnerabilidade da Comunidade				X

Construção	-	unid	-
Outros (equipamentos )	1	unid	150
<b>Serviços</b>	prest. de serviço		<b>Mil R\$</b>
Comércio	225	unid	15205
Instituição Financeira	4	unid	800
Outros	-	unid	-
<b>Descrição dos Prejuízos Econômicos</b>			

<b>10 - Prejuízos Sociais</b>	<b>Quantidade</b>		<b>Valor</b>
Serviços Essenciais			
<b>Abastecimento d'Água</b>			<b>Mil R\$</b>
Rede de Distribuição	1000	m	20
Estação de Tratamento (ETA)	1	unid	250
Manancial	-	m <sup>3</sup>	-----
<b>Energia Elétrica</b>			<b>Mil R\$</b>
Rede de Distribuição	300	m	100,00
Consumidor sem energia	4680	consumidor	32,76
<b>Transporte</b>			<b>Mil R\$</b>
Vias	217,5	km	19400
Terminais	1	unid	8
Meios	35 veiculos prefeitura 50 particulares	unid	1300 2200
<b>Comunicações</b>			<b>Mil R\$</b>
Rede de Comunicação	10	km	1000
Estação Retransmissora / equipamentos (dados, banda larga)	1	unid	500
<b>Esgoto</b>			<b>Mil R\$</b>
Rede Coletora	1000	m	250
Estação de Tratamento (ETE)	-----	unid	-----
<b>Gás</b>			<b>Mil R\$</b>
Geração	-----	m <sup>3</sup>	-----
Distribuição	-----	m <sup>3</sup>	-----
<b>Lixo</b>			<b>Mil R\$</b>
Coleta	24	t	3
Tratamento	-----	t	-----
<b>Saúde</b>			<b>Mil R\$</b>
Assistência Médica	100	p.dia	2
Prevenção	200	p.dia	1,2
<b>Educação</b>			<b>Mil R\$</b>
Alunos sem dia de aula	-	aluno/dap	-

### 10.3 Pauta da primeira reunião de integração das equipes de trabalho na reconstrução. Coordenada pelo Prof. Dr. José Xaides de Sampaio Alves (UNESP) – em 23/01/2010.

1ª Reunião Participativa e Estratégica de Integração das equipes de Trabalho para "reconstrução" de São Luiz do Paraitinga SP. (23/01/2010)

1- Fala da Prefeita Ana Lúcia –

*"Agradecimentos ao acolhimento dos participantes externos e locais, e de suas entidades; Universidades, ONGs, Órgãos Estaduais, Federais e locais em colaborar das diversas formas com o processo de planejamento das ações emergenciais e de planejamento da "reconstrução" da Cidade de São Luiz do Paraitinga): Informando o pretendido, as ações já em realização, as entidades que querem participar do processo de "reconstrução da Cidade" e passando para os coordenadores da reunião".*

2- Apresentação da equipe de coordenadores da reunião.

Prof. Dr. José Xaides ( Unesp ) – Assessor Extensionista em Planejamento do DAUP-FAAC-UNESP de Bauru

Eng. Jairo ( PMSLP)

Andréia Toledo ( Secretária – PMSLP)

3- Explicação sobre a condução dos trabalhos da 1ª Reunião Estratégica Participativa, para sistematização das ações em São Luiz do Paraitinga ( coordenação Prof. Xaides)

4- Primeira Etapa: Apresentação dos participantes

**Apresentação de todos os participantes e de suas entidades**

(Início pelos representantes das entidades externas e em seqüência das entidades locais)

5- Segunda Etapa: Nivelamento das informações sobre os trabalhos dos grupos constituídos:

a) As ações já realizadas e pretendidas para a mobilização e trabalho por São Luiz do Paraitinga;

b) As formas e condições de organização, mobilização e custeio operacional dos trabalhos dos grupos já constituídos externos e locais.

c) Tempo e horários disponíveis para os trabalhos em São Luiz do Paraitinga.

6 – Terceira Etapa: Organização e interconexão dos participantes em Grupos de Trabalhos:

A princípio que poderão ser organizados nas seguintes áreas:

a) Planejamento, b) Patrimônio, c) Obras, d) Social, e) Des. Econômico.

Definição de coordenadores do grupo/ Cronograma de atividades/ relação de contatos/ troca de e-mails/

7 – Quarta Etapa: Trabalhos dos Grupos: Definição de Prioridades, Cronograma de Atividades dos Grupos em São Luiz do Paraitinga

(próxima reunião conjunta na primeira semana de fevereiro).



## 10.4 Decreto de implantação do CERESTA – 14/05/2010



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUÍS DO PARAITINGA  
 (Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002)  
 Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000  
 Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003  
 E mail pmslparaitinga@uol.com.br Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

### DECRETO MUNICIPAL Nº 45, DE 14 DE MAIO DE 2010.

#### “Dispõe sobre a criação e o uso do espaço CERESTA dá outras providências”

Considerando a proposta do Setor de Planejamento da Prefeitura de concentrar os trabalhos da Reconstrução de São Luís do Paraitinga em um espaço único, para favorecer a articulação entre todos os órgãos, municipais, estaduais e federais na Reconstrução e no Desenvolvimento de São Luís do Paraitinga...

Considerando a criação, pela Unesp, pela frente de planejamento, do logotipo “CERESTA – Centro de reconstrução Sustentável de São Luís do Paraitinga, conforme layout anexo...

Considerando a necessidade de regulamentar o uso do espaço CERESTA...

#### **RESOLVE:**

**Art. 1º.** Fica, por este ato público, criado o CERESTA – Centro da Reconstrução Sustentável de São Luís do Paraitinga, departamento público municipal que alojará os Setores de PLANEJAMENTO, OBRAS, DEFESA CIVIL MUNICIPAL, TURISMO E CULTURA.

§ 1º No mesmo local serão criadas salas de apoio aos trabalhos dos órgãos de Estado, CONDEPHAAT, CDHU, SECRETARIA DE HABITAÇÃO, DEFESA CIVIL E CASA CIVIL.

§ 2º O espaço deverá reservar sala para atender às Universidades envolvidas no processo de reconstrução, UNESP, USP E UNITAU e outras que queiram formar parcerias no decorrer do processo.

§ 3º Deverá, ainda, ser reservada sala para o órgão federal de preservação patrimonial – IPHAN.

§ 4º O local deverá comportar, em seu salão, um espaço público dos CONSELHOS MUNICIPAIS, espaço de discussão democrática da gestão da reconstrução e o do desenvolvimento sustentável de São Luís do Paraitinga.

§ 5º O CERESTA atenderá ainda a todos as Entidades Privadas de Interesse Público, tais como Associações, ONG'S E OSCIP'S que desenvolvam projetos públicos da Reconstrução. Assim, fica consignada a participação no CERESTA do Instituto Elpidio dos Santos – IES, que desde a publicação deste Decreto, já é parceiro do Município.

**Art. 2º.** O espaço CERESTA terá horário de atendimento público das 13h00 às 17h00.

Parágrafo único: Os demais horários serão reservados para concentração dos trabalhos técnicos.

**Art. 3º.** Com o fim de garantir a gestão participativa e publicidade nos atos da gestão pública, nos termos das reivindicações da comunidade, suscitadas na elaboração do projeto de Lei do Plano Diretor e, visando atender as diretrizes do PLANO DIRETOR – Lei Municipal nº 1.347/2010, regulamenta-se, por este instrumento, a realização de REUNIÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS, em horários fora do horário normal de expediente da Prefeitura, em dias pré-definidos, a fim de se criar um calendário mensal das reuniões dos Conselhos e proporcionar maior participação da comunidade na gestão da cidade.

Parágrafo único: As reuniões no espaço CERESTA deverão acontecer após às 17h00.

**Art. 4º.** Este Decreto retroagirá seus efeitos, na data de 07 de maio de 2010, data em que, de fato, o espaço CERESTA foi inaugurado, em grande ato público, conforme fotografias anexadas ao presente instrumento de registro público da reconstrução de São Luís do Paraitinga.

São Luís do Paraitinga, aos 14 de maio de 2010.

**ANA LÚCIA BILARD SICHERLE**

**Prefeita Municipal**

## 10.5 Ata da audiência pública da Igreja Matriz – 01/10/2010



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA  
(Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002)

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000

Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003

E mail pmslparaitinga@uol.com.br

Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, realizada em 1º de outubro de 2010, nas ruínas da Igreja Matriz, a partir das 19h30, para tratar da seguinte pauta: a) Projetos emergenciais na Igreja do Rosário; b) SALVAMENTO DAS RUÍNAS DA IGRAJA MATRIZ E CAPELA MERCÊS; c) RECONSTRUÇÃO DA CAPELA MERCÊS; d) RECONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ. A reunião foi iniciada com a palavra da Assessora de Planejamento, Cristiane Bittencourt sobre o papel das audiências públicas no processo da reconstrução, bem como sobre requerimento da comunidade local para esclarecimentos quanto ao projeto de reconstrução das Igrejas. Após foi formada a mesa de discussão com a presença da: Prefeita Municipal, Ana Lúcia Bilard Sicherle, dos Representantes da Mitradiocesana de Taubaté, Cônego Geraldo e da Arquiteta Dra. Lívia Vierno, da Superintendência do IPHAN SÃO PAULO, Anna Beatriz Ayrosa Galvão, do Representante da Empresa Biapó, Adriano Carvalho, da Representante do Instituto Elpidio dos Santos, Sra. Regina Santos, dos Representantes do CONDEPHAAT, Prof. Dr. Carlos Faggin e do mediador convidado João Rafael Cursino. A audiência foi iniciada com a exposição das regras e ordem do dia, pelo mediador. Após foi dada a palavra a Sra. Prefeita que reafirmou a vontade do povo Luizense em ver as Igrejas reconstruídas, bem como da responsabilidade da Mitradiocesana para elaboração dos projetos construtivos. Passou-se a palavra para a Sra. Regina Santos que iniciou a primeira pauta – OBRAS EMERGENCIAIS NA IGREJA DO ROSÁRIO, esclarecendo sobre parceria do BNDES, com destinação de recursos no valor de 1 milhão ao Instituto Elpidio dos Santos, para realização de obras emergenciais em prédios históricos. Esclareceu que o IES, antes voltado para fins musicais, aceitou o desafio da reconstrução e iniciou obras na Igreja do Rosário. Informou que cerca de R\$ 300.000,00 serão investidos na obra, que recuperará o telhado que estava comprometido, bem como obras necessárias a abertura da igreja, prevista para acontecer ainda neste final de ano. Em seguida, passou-se a palavra para o Sr. Adriano Carvalho que explanou sobre o PROCESSO DE SALVAMENTO DE PEÇAS SACRAS E DEMAIS OBJETOS DE VALOR ENCONTRADOS NAS RUÍNAS DA IGREJA MATRIZ E NA CAPELA DAS MERCÊS. O Representante da empresa Biapó, explanou sobre os vários trabalhos da empresa em outras cidades que passaram por perdas significativas relacionadas ao patrimônio histórico. Após foi apresentado sobre todo o processo de salvamento desenvolvido em São Luís e sobre o restauro das imagens sacras, utilizando-se como exemplo as imagens de Nossa Senhora das Mercês e de Nossa Senhora das Dores que já foram restauradas. Após passou-se a palavra a Sra. Ana Beatriz Ayrosa Galvão que, com a ajuda do Prof. Gamelo, explanou sobre todo O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DA CAPELA DAS MERCÊS, que levava em consideração todo um trabalho de pesquisa teórica sobre o patrimônio, bem como sobre o projeto efetivo da reconstrução da Capela que, segundo Ana Beatriz, levará cerca de um ano, após a aprovação do projeto pelos órgãos responsáveis. Após foi explanado sobre o PROJETO DE RECONSTRUÇÃO DA IGREJA MATRIZ, com a palavra da Sra. Lívia Vierno que informou que o projeto está em construção e que levará em conta a volumetria da igreja que ruíu; disse, ainda, que serão preservados os altares, as divisões e que algumas alterações serão necessárias, para garantir melhor iluminação e aproveitamento dos espaços; houve manifestação do Sr. Cônego Geraldo pelo retorno das imagens sacras da Igreja, hoje expostas na cidade de Taubaté. Após passou-se a palavra para o representante do CONDEPHAAT que explanou sobre os trabalhos dos Conselheiros deste órgão, bem como da Unidade de Preservação Patrimônio Histórico, para construção de projetos no centro histórico e apoio à Mitradiocesana na construção do projeto da Igreja Matriz. Encerrada a fase de explanação, deu-se início a fase de participação da comunidade. Em resposta a pergunta da Assessoria de Planejamento, a Representante do IPHAN informou que a Capela das Mercês levará um ano para ser construída e a Representante da MITRADIOCESANA que a Igreja Matriz levará cerca de 2 anos, entre



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIS DO PARAITINGA  
(Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002)

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000

Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003

E mail pmslparaitinga@uol.com.br

Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

projeto estrutural e recuperação artística. Houve indagação do morador Sr. Nenê Coringa sobre a possibilidade de venda de alguns imóveis da Igreja, localizados em São Luís, para restauração da Igreja do Rosário, único patrimônio que não sofreu com as enchentes. Nesta ocasião o Sr. Cônego disse que não respondia pelo patrimônio da Igreja, mas que levaria tal reivindicação ao Bispo. Houve perguntas sobre o projeto técnico que foi respondido por todos. Foi solicitada ao IPHAN doação das estruturas metálicas que hoje fazem a cobertura das ruínas para o Município, ocasião em que a Sra. Anna Beatriz se manifestou favorável ao pedido. A reunião contou com cerca de 100 pessoas que ouviram e participaram efetivamente da audiência pública. A audiência foi finalizada com a palavra da Prefeita e oração do Sr. Cônego. Eu, CRISTIANE AP. DE P. BITTENCOURT, Assessora de Planejamento e responsável pela organização da audiência pública, lavrei a presente ata que segue encerrada. Fica anexado à presente, cópia da gravação da audiência pública como registro histórico e publico do Processo da Reconstrução. São Luís do Paraitinga, 01 de outubro de 2010.

São Luís do Paraitinga, aos 01 de outubro de 2010.

---

---

---

---

---

## 10.6 Relatório de Investimentos Públicos na Reconstrução da cidade no ano de 2010



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA  
 (Lei Estadual nº11.197 de 05 de Julho de 2002)  
 Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000  
 Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003  
 E mail pmsiparaitinga@uol.com.br Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

### GOVERNO ESTADUAL

Projetos executivos de arquitetura e engenharia de 84 imóveis do centro histórico. Contrato com a Fupam para apoio técnico ao CONDEPHAT/UPPH	1.640.440,00
Obras emergenciais de remoção, fechamento e escoramento	R\$ 688.372,00
Obra de reforma do Mercado Municipal	R\$ 612.124,00
Projetos e Obras de Reconstrução da Igreja Matriz	R\$ 3.530.000,00
Financiamento subsidiado para as obras de reconstrução dos imóveis residenciais tombados, para proprietários de até 10 SM de renda familiar mensal. Estimativa de 84 atendimentos com valor máximo de R\$100mil por imóvel.	R\$ 8.400.000,00
<b>CULTURA</b>	<b>R\$ 13.230.495,00</b>

Repasse de recursos para a aquisição de botes para as Defesa Civil Municipal.	R\$ 37.200,00
Recuperação de estradas rurais municipais:do Chapéu; da Sta Cruz do Rio Abaixo e do Pinga	R\$ 859.687,00
Recuperação de estradas rurais municipais:Vicente Rodrigues Sales e Bom Retiro.	R\$ 467.698,00
<b>CASA MILITAR</b>	<b>R\$ 1.364.585,00</b>

Avaliação estrutural de 34 edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico Parecer Técnico	R\$ 364.734,00
Inspeção em Ponte e Passarela no município de S.L. Paraitinga Parecer Técnico	R\$ 33.402,00
Ações emergenciais e mapeamento de áreas de risco em S.L. Paraitinga Parecer Técnico	R\$ 270.700,00
<b>DESENVOLVIMENTO</b>	<b>R\$ 668.836,00</b>





PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA  
(Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002)

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000  
Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003  
E mail pmslparaitinga@uol.com.br Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

Repasse de recursos á PMSLP para Recuperação de Praças - Valor do Convênio	RS 800.000,00
Repasse de recursos para Infraestrutura Urbana - Convênio com a PMSLP	RS 150.000,00
Repasse de recursos para a Aquisição de Equipamentos - Convênio com PMSLP	RS 1.505.550
<b>ECONOMIA E PLANEJAMENTO</b>	<b>RS 2.455.550,00</b>
Construção da escola nova em substituição da EMEF Waldemar Rodrigues, com dez salas de aulas.	RS 5.191.185,00
Doação de uniformes 1.740 escolares para os alunos da rede pública municipal	Os uniformes serão doados pela empresa Mercosul, por intermediação do FDE . A Secretaria Municipal da Educação já entrou em contato com os doadores, fornecendo as medidas para a confecção dos uniformes.
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>RS 5.191.185,00</b>
Equipamentos de Informática - servidores, roteadores e mobiliário para equipamento do CERESTA	RS 25.000,00
Institucionalização do "Grupo Gestor das Atividades da Unesp voltadas para a Reconstrução e Desenvolvimento de SLP".	RS 565.875,00
Plano de Contingência de SLP	sem informação
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	<b>RS 590.875,00</b>
Crédito para reforma dos imóveis cadastrados fora da área tombada. Estimativa de 26 imóveis cadastrados. Convênio PMSLP	RS 520.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA  
(Lei Estadual nº11.197 de 05 de Julho de 2002)

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000  
Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003  
E mail pmslparaitinga@uol.com.br Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

Auxílio Moradia Emergencial. R\$300,00/família/mês durante as obras de construção do novo conjunto habitacional. 212 famílias a serem atendidas a partir de agosto.	R\$ 387.600,00
Construção de 150 Uhs por emergência com tecnologia construtiva especial.	R\$ 16.982.013,00
Busca documental, diagnóstico, análise e prestação de serviços para regularização de 12 loteamentos no município.	R\$ 274.569,00
<b>HABITAÇÃO</b>	<b>R\$ 18.164.182,00</b>

Reforma do Fórum	Sem info
Repasse de recursos à PMSLP para execução Projeto de Rede Subterrânea de Energia Elétrica no Centro Histórico de SLP.	R\$ 2.000.000,00
Repasse de recursos à PMSLP para execução Projeto de Centro de lazer ambiental.	R\$ 2.000.000,00
<b>JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA</b>	<b>R\$ 4.000.000,00</b>

Obras e serviços de regularização do abastecimento de água. (obras de recuperação da ETA ,substituição de hidrômetro, reparos de vazamentos, remanejamento de redes, e estação elevatórias).	R\$ 1.184.605,00
Obras e serviços de regularização da ETE. (Recuperação da Estação de Esgotos, reparo nas redes coletoras e estação elevatórias).	R\$ 5.452.230,00
Obras de contenção e reposição da Encosta para possibilitar a reconstrução da rede coletora de esgotos da Rua dos Carvalhos (Rua de grande importância histórica da Cidade)	R\$ 3.788.380,00
Instalação do Sistema de Alerta para toda a bacia do Paraíba do Sul. O rio Paraitinga é um dos formadores do Paraíba do Sul. Serão instalados 30 postos de telemetria na bacia. O DAEE é o tomador dos recursos. <i>Valor da contratação do sistema com recursos do FEHIDRO. O valor anterior de R\$ 462 mil foi estabelecido no início das definições. O Comitê aceitou aumentar os recursos e ampliar a rede.</i>	R\$ 924.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA  
(Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002)

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000  
Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003  
E mail pmslparaitinga@uol.com.br Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

SANEAMENTO E ENERGIA	RS 12.909.215,00
----------------------	------------------

Limpeza e o desassoreamento do Rio Paraitinga no trecho urbano de ± 5km e de + 3km após a ponte Oswaldo Cruz. Estima-se um volume de aproximadamente 300.000m <sup>3</sup> a um custo de 15 milhões de reais e a recomendação técnica é realizar esses serviços quando o nível do rio baixar.	RS 17.000.000,00
Recuperação de nascentes e revitalização da bacia do rio Paraíba do Sul	RS 800.000,00
SANEAMENTO E ENERGIA	RS 17.800.000,00

Reconstrução de uma Unidade Básica de Saúde - Convênio com a PMSLP (repasso dos recursos)	RS 300.000,00
Equipamentos, serviços e consumo para Unidade Básica. (R\$ 77 mil equipamentos; R\$ 43,8 mil de serviços e R\$ 29,2 mil de consumo)	RS 150.000,00
Antecipação da cota de 3 meses do Programa Dose Certa	
SAÚDE	RS 450.000,00

Serviços emergenciais de recomposição da plataforma, estabilização de taludes, contenção de encostas e drenagens e pavimentação nos km's 54,45 e 68,85.	RS 2.473.048,00
Serviços emergenciais de contenção e estabilização de taludes, revestimento vegetal, drenagem, recomposição de plataforma, proteção de margem do Rio Paraitinga e recuperação da pista dos Acessos a São Luiz do Paraitinga.	RS 19.192.713,00



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA  
(Lei Estadual nº 11.197 de 05 de Julho de 2002)

Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000  
Telefones 12 3671-7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003  
E mail pmslparaitinga@uol.com.br Site: [www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br](http://www.saoluizdoparaitinga.sp.gov.br)

TRANSPORTES	R\$ 21.665.761,00
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO TOTAL GERAL	R\$ 105.385.464,00

**GOVERNO FEDERAL**

15 milhões de obras emergenciais- Ministério da Integração Nacional: contenção margem do Ri Paraitinga, Rua Bernardo joaquim Dias, Alto do cruzeiro - algumas estão concluídas e outras em andamento. As obras de contenção atenderão os maiores problemas da cidade das áreas de risco

1 milhão - BNDES - Recuperação Emergencial da Igreja do Rosário e da Casa Oswaldo Cruz - em andamento

1 milhão - IPHAN - Salvamento, limpeza e escoramento e restauração de imaginário- Igreja Matriz, Capela da Mercês e escoramento em imóveis particulares. Este trabalho permitiu que todas imagens sacras das Igrejas ruínas fossem restauradas, inclusive a imagem de Nossa Senhora das Mercês, que foi encontrada em 92 partes e foi totalmente recuperada.

Reconstrução da Capela das Mercês - será aberta licitação para início de obras em 2011 com término previsto para o mesmo ano.



## **10.7 Exemplo de atas dos Conselhos: Conselho de patrimônio reunião de 12/04/2012**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA PATRIMÔNIO CULTURAL, REALIZADA NA SEDE DO CERESTA, PRAÇA OSWALDO CRUZ, Nº22, NO DIA 12 de abril às 18:00 h.** A pauta prevista era sobre a inclusão do conselho de Patrimônio na discussão sobre normatização no CONDEPHAAT e no IPHAN. E também sobre o questionamento do projeto da Biblioteca. Porém antes desta pauta o conselheiro Marcelo Toledo apresentou um proprietário da zona rural, Sr. Toninho Dias, de São Luiz do Paraitinga, que possui um imóvel de importância histórica, além de um aqueduto na sua propriedade que teve parte destruída pela prefeitura no momento da recuperação a estrada após a enchente. Com relação à sede da fazenda a Conselheira Cristiane sugeriu que o Conselho deva ter material organizado em relatório que comprove a importância histórica. O proprietário da Fazenda sugeriu que seja feita uma conscientização com a população e outros proprietários sobre a importância de seus imóveis e da preservação. A conselheira Daniela enfatizou que esta ação do Conselho pode ser maior englobando toda a cidade. A presidente do Conselho perguntou objetivamente para o conselheiro Marcelo o que é necessário para montar o relatório, pois sem um documento organizado não é possível dar os próximos passos e solicitar apoio e reconhecimento de outros órgãos. Foi acertado que o conselheiro Marcelo pode trazer as fotos para serem escaneadas na Prefeitura, e os slides podem ser escolhidas duas fotos representativas de cada bem para serem reveladas. Juntamente com cada foto deverá ter um pequeno texto. As conselheiras: Cristiane, Daniela, Natalia se dispuseram a montar e formatar o relatório. Foi sugerido que para entrega deste material seja feito uma audiência pública com a presença dos órgãos de patrimônio CONDEPHAAT e IPHAN. Posteriormente foram discutidas as questões pertinentes à normatização do centro histórico e que o Conselho precisa participar ativamente para as decisões não serem tomadas sem discussão e conhecimento da população local. Foi discutida também a questão do projeto da biblioteca que está causando muita polêmica na cidade. Apesar de seguir os conceitos das teorias de restauro e ter sido aprovado pelos órgãos competentes, apresenta elementos que em imóveis particulares provavelmente seriam indeferidos, como é o caso das esquadrias metálicas. Sendo assim o Conselho definiu que os próximos projetos em imóveis públicos ou com verba pública devem passar pelo conhecimento e aprovação do Conselho Municipal. Antes dos encaminhamentos finais, foram dadas duas informações, a primeira pela conselheira Cláudia, que informou sobre a existência do Conselho Nacional de Cultura, no qual o Conselho Municipal deve se cadastrar, há uma homepage para isso. A segunda informação foi da Conselheira Cristiane, a Prefeitura irá encaminhar o projeto da Escola da Música e Rua da Música para pleito de recurso junto ao BNDES e solicitou o apoio do Conselho. Todos presentes concordaram. Como encaminhamentos da reunião ficam: encaminhar ofício para IPHAN e CONDEPHAAT solicitando participação do Conselho nas reuniões e discussões sobre normatização. Encaminhar ofício para IPHAN e CONDEPHAAT informando sobre a apresentação dos projetos públicos e com verbas públicas para o conselho Municipal. Convidar as presidentes do IPHAN e CONDEPHAAT para reunião. Encaminhar ata para Setor de Conservação de Estradas da Prefeitura Municipal para manifestação quanto à denúncia feita sobre aqueduto e solicitar o escoramento da parte existente com urgência. Nada mais havendo a reunião foi encerrada. São Luiz do Paraitinga, 12 de abril de 2012.

## **10.8 DVD: Vídeo da Queda da Igreja Matriz**

Vídeo de autor desconhecido –

Youtube: [https://www.youtube.com/watch?v=YV\\_JmZHZfzI](https://www.youtube.com/watch?v=YV_JmZHZfzI)

## **10.9 Áudio com as músicas da proposta de escuta do Capítulo 4 (Item 4.4)**

